

**Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura**

Cultura, Imaginação Literária e Resistência em Alfredo Bosi

João Carlos Felix de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Ana Laura Correia dos Reis

Brasília,

Dezembro, 2012

Tese apresentada em 03 de dezembro de 2012 como requisito parcial e último para a obtenção do título de doutor em Literatura.

Área de concentração: Literatura e práticas sociais.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ana Laura dos Reis Correa (presidente)

Prof. Dr. Fernando Paixão (membro)

Prof. Dr. Mário Luiz Frungillo (membro)

Prof. Dr. Alexandre Simões Pilatti (membro)

Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo (membro)

Prof. Dr. Hermenegildo Bastos (suplente)

Prof. Dr. André Luiz Gomes (suplente)

Para meus pais, Noemia e Daniel

*(placidez, que sondagem do universo
é como esse metro, mão inexistente
dedilhando-o canção desconhecida)*

Para Fátima

*(Dissolvendo a cortina de palavras,
tua forma abrange a terra e se desata
à maneira do frio, da chuva, do calor e das lágrimas.)*

Agradecimentos

Sob muitos aspectos, uma tese não se faz sozinho. As pessoas que passam acabam se tornando carne quando o texto é construído. Ao autor, cabe saber interpretar os signos como eles se apresentam. Nesse sentido, as palavras e atitudes responsivas de meus pais, Daniel e Noemia, ao longo de toda a minha vida, foram cruciais para que eu chegasse aonde cheguei. Sem eles, teria sido impossível encontrar certezas onde antes eram dúvidas. A eles tudo devo.

À minha esposa, Fátima, que, além do apoio afetivo basilar, sem o qual minha vida seria um imenso repositório desorganizado de coisas, com seu olhar percuciente reviu o texto, discutiu de igual para igual comigo tudo que aqui está posto.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Laura, por ter recebido com prazer o pedido de orientação de uma tese em quase tudo improvável; também pelos (muitos) anos de convívio e pelos ensinamentos dialéticos.

Aos membros da banca examinadora, Profs. Drs. Fernando Paixão, Mário Frungillo, Edvaldo Bérghamo e Alexandre Pilati, cuja leitura, inteligente e respeitosa, contribuiu para melhor matizar os dados dispostos na tese. Foram quatro horas de conversa franca e muito aprendizado que marcaram, sem dúvida, minha vida para sempre.

Ao Prof. Dr. Marcelo Paiva de Souza, cujo auxílio amigável e sempre prestimoso boa vontade em dirimir as dúvidas foram fundamentais para a consecução de argumentações decisivas na tese. Sua asseveração para que eu continuasse com o esquivo objeto das teses de Bosi, mesmo muito difícil, foi singular para a contemplação dos estudos que em tudo fundamentam o que aqui vai. A ele, devo mais que um prometido café.

À Profa. Dra. Germana, que propiciou um auspicioso encontro com Alfredo Bosi, por meio de sua amiga, Viviane Bosi, em França.

Aos meus irmãos e sobrinhos: Beto, Tânia, Rogério, Rosa, Daniel, William, João Vítor, Érica, Juan, César, Adriel, Giovana e André, Beatriz e Sofia e Enzo. Ainda aos meus segundos pais, Tomázia e Getúlio.

À minha amiga do peito, Luciana Barreto, inteligentíssima interlocutora das questões literárias, talentosa poeta e comentadora *luciferina* de textos, como diria Haroldo de Campos.

Ao Fáuston, grande e leal amigo, um verdadeiro cinematógrafo de experiências.

Ainda aos meus amigos, fieis nas horas tranquilas e difíceis: Fábria, Lóide, Tatiane, Aduato. Também Eduardo, Fabiana, Tiago, Nazário, Zulene, Ruston e Paulo.

À Renata, o prestimoso auxílio tradutório do resumo, sem o qual, uma conta não se fechava.

Aos meus alunos, e ao grupo de Quinta, tantos que nem ousou citar para não ser injusto.

Ao Prof. Dr. Pedro Meira Monteiro e ao Prof. Dr. Robert Patrick Newcomb, amigos de Bosi, interlocutores e intérpretes e tradutores de textos de e sobre Alfredo Bosi nos Estados Unidos.

Last but not least, agradeço ao Prof. Dr. Alfredo Bosi, que, numa tarde quente de novembro, me recebeu muito amistosamente para uma conversa simpática e inesquecível sobre sua obra.

Ao Verbo.

Resumo

A tese acompanha a carreira acadêmica de Alfredo Bosi a partir de suas duas teses inéditas defendidas na USP (uma de Doutorado, em 1964; outra de Livre Docência, em 1970). O eixo de apreciação resvala-se em cinco grandes campos da crítica literária: as análises em profundidade de dois autores italianos, Luigi Pirandello e Giacomo Leopardi, feitas por Bosi no início de carreira; os métodos de análise literária, depreendidos de sua obra posterior; a “verificação” desses métodos em autores outros, escolhidos no lastro do longo itinerário de Bosi; o movimento auscultado pelo estudo da cultura brasileira, da história e da poesia; e, finalmente, o conceito de “Literatura e Resistência” propriamente dito, que dimana para uma crítica da arte e da literatura pós-modernas, e se distende para o conceito filosófico de Ideologia.

Este último conceito, “Literatura e Resistência”, me afigurou necessário seguir mais de perto no desenlace da análise, dada a constância com que apareceu no *itinerário mentis* do Autor. Essa constância acompanhava-se de um processo que não era apenas o da análise literária, mas se sentia ou se resvalava ainda e também nos modos da cultura por ele lida. Este conceito nasce e ganha *tonus* durante o período que denomino de “anos de formação” do Autor, precisamente os anos de defesa das teses. Amadurece, entretanto, a par de várias contribuições posteriores, chegando, a partir daí, a uma crítica do presente.

Dois pontos me pareceram imprescindíveis analisar: o primeiro deles indica o respeito e o interesse, bem como a leitura da cultura, através da ideia de sujeito, eclipsada por algumas *estéticas formalistas* do século XX; o segundo, indica a busca por uma estética que possa ser requerida a partir de uma demanda formalizada pelo corpo, instância forte que *origina e sente* a literatura, de modo a impregnar tanto a Memória quanto o Corpo e a Fantasia.

No 1º capítulo, esboçam-se as análises das teses de Bosi, tentando depreender delas alguns aspectos que se somam às perspectivas desenvolvidas na sua obra posterior. No 2º capítulo, verifico quais são as balizas de entendimento da análise interpretativa, compreendendo seus métodos e modos de entender a leitura da coisa literária. O 3º capítulo fundamenta os eventos da cultura, do Ser da poesia e do modo como Bosi dilata o entendimento do historicismo por ele defendido. No último capítulo desenvolve-se o conceito de “Literatura e Resistência”, fulcro para onde converge a tese.

Palavras-chave: Alfredo Bosi; Literatura e resistência; Crítica Literária Brasileira; Crítica Literária; Literatura e Sociedade.

Abstract

The thesis follows the academic career of Alfredo Bosi since his two unpublished theses defended at USP (one of Doctorate, in 1964; another of Full Professor, in 1970). The axis of appreciation slips into five major fields of literary criticism: the in-depth analysis of two Italian authors, Luigi Pirandello and Giacomo Leopardi, made by Bosi in his early career; the methods of literary analysis, inferred from his later work; the “verification” of these methods in other authors, chosen in the ballast of the long itinerary of Bosi; the movement auscultated by the study of Brazilian culture, of history and poetry; and, finally, the concept of “Literature and Resistance” itself, which flows to a critique of post-modern art and literature, and stretches to the philosophical concept of Ideology.

It appeared necessary to me to follow this last concept, “Literature and Resistance”, closely in the conclusion of the analysis, given the constancy with which it appeared in the *mentis itinerary* of the Author. This constancy was followed up by a process that was not only of the literary analysis, but was felt or slid yet and also in the ways of the culture he read. This concept is born and gains *tonus* during the period I called “formative years” of the Author, precisely the years in which he defended his theses. It matures, however, along with several subsequent contributions, coming, thenceforth, to a critique of the present.

Two points seemed indispensable to analyze: the first one indicates the respect and the interest, as well as the reading of culture, through the idea of subject, eclipsed by some *formalist aesthetics* in the twentieth century; the second, indicates the search for an aesthetic that can be required from a demand formalized by the body, strong instance that *origins* and *feels* the literature, in a way that impregnates as much the Memory as the Body and the Fantasy.

In the first chapter, the analysis of Bosi’s theses are sketched up, in a tentative to infer some aspects of them that add to the perspectives developed in his later work. In the second chapter, I verify what are the landmarks to understand the interpretative analysis, including his methods and ways of understanding the reading of the literary thing. The third chapter substantiates the events of culture, of the Being of poetry and of the way that Bosi expands the understanding of the historicism that he advocates. In the last chapter it is developed the concept of “Literature and Resistance”, fulcrum to where the thesis converge.

Keywords: Alfredo Bosi; Literature and Resistance; Brazilian Literary Criticism; Literary Criticism; Literature and Society.

Abreviações:

Itinerario della narrativa pirandelliana – INP;

Mito e poesia em Giacomo Leopardi – MPL;

O pré-modernismo – PM;

História concisa da literatura brasileira – HC;

O ser e o tempo da poesia – STP;

Céu, inferno – CI;

Machado de Assis: o enigma do olhar – EO;

Dialética da colonização – DC;

Literatura e resistência – LR;

Reflexões sobre a arte – RA;

Ideologia e contraideologia – IC;

Machado de Assis (Publifolha) – MA;

Brás Cubas em três dimensões – BCTD;

Machado de Assis (Série Essencial) – MAE.

Sumário

Considerações preliminares.

Visão de conjunto.....	14
O fulcro da historicidade reflexiva e o problema crítico da forma.	24
Vinculação às obras escritas e os temas do itinerário bosiano.....	32
Leituras e contraleituras.	36
Referenciais, contágios e possíveis antecedentes críticos.....	42
A singularização da experiência estética: a operação dos valores.	47
<i>Status Questionis</i>	49
Abrangência e termo da tese.	56
Aporte da experiência.....	62
Composição e método.	67
O estado das coisas. O mundo e a fração do conceito.....	70

Capítulo 1: Pressupostos.

1.1 - Luigi Pirandello: trajetórias e máscaras imersas no ímpeto da pessoa: o *Itinerario della narrativa pirandelliana*.

Introdução.....	78
A noção de Eu.	82
Gênese da tese: a consciência fraturada na obra de Pirandello.....	87
Movimentos de renovação na literatura italiana.	91
A tônica da participação e interpretação.	95
Aspectos estéticos do romance europeu e o Eu.....	103
Aspecto visual do humor.....	116

1.2 - Giacomo Leopardi e sua particular condição de universalidade: sobre *Mito e poesia em Leopardi*.

Mito e história se entrelaçam. O contexto da tese sobre Leopardi.....	125
O espaço do mito na tese.....	133
O aporte fenomenológico e a morte do autor.	138
Pensamento de resistência. <i>Urgênese</i> do conceito.	142
Aspectos residuais e método na análise da poética de Leopardi.....	150
Gênese da resistência.	162
Ato final (in)conclusivo.	166

Capítulo 2: *Exempla e contradicta.*

2.1 - Os críticos e a crise. Cisões no campo conceitual.

Mediações e contatos: formas de ler o texto.	171
Vinculação da memória: a interpretação como lastro entre o eu e o outro.	172
Leitura da poesia.	185
A prática da teoria historicista.	197

2.2 - Dos autores lidos pela crítica de Bosi.

Introdução.	200
O espaço do ensaio.	202
Margem da utopia e encontro com o Outro.	215
Participação e mudança, com paragem em <i>Memórias do cárcere</i>	229
Sob o sutil signo de Vieira.	233
A estrada pedregosa de Drummond.	253
No encaço da consciência pensante de Cruz e Sousa.	263

2.3 - Uma filosofia de vida: o caso Machado de Assis.

Universalismo tímido: O <i>Machado</i> de Bosi.	276
O lugar do realismo.	285
Evocação do universalismo.	288
O cálculo, o tipo, a pessoa.	303
O nó da política e o nexos do interesse machadiano.	320

Capítulo 3: Conceitos e Sistema.

3.1 - Um modo de compreender a sociedade brasileira: o lastro da cultura.

O lastro da cultura. O intelectual.	329
O viés interpretativo na intervenção cultural: histórico.	335
O problema da cultura colonial: resistividade e enraizamento.	349
À sombra de um discreto escândalo.	358
O norte da aclimação dos entes culturais.	368

3.2 - A pregnância de significado e evento na forma literária: o Ser da poesia.

Desde antes.	377
Imaginação. Fantasia. Corpo.	384
Corpo. Desejo. Memória.	388

Corpo do poema. Alma do poema.....	398
------------------------------------	-----

3.3 - O istmo basilar do historicismo dilatado.

Tráfego de tempos e ideia de historicidade na cultura brasileira.	407
O momento basilar do historicismo dilatado.....	410
O modelo de história da literatura.	426
Por uma leitura singularizadora da obra de arte.....	433
Pausa crítica.....	451
Paradigma da singularidade e crítica dialética.	457
Pequeno desdobramento.....	460

Capítulo 4. O conceito e seu desdobramento.

4.1 - Nos extremos de entrepostos: o conceito de literatura e resistência.

Itinerário de um conceito: “Poesia e resistência”.....	466
Primeira incursão ao conceito.	468
Desdobramento em torno da prosa: “Narrativa e resistência”.	485
Resposta aos tempos extremos: “Os estudos literários na Era dos extremos”.	498
Desdobramentos finais do conceito.....	524
O modelo de interpretação totalizante.....	529
Aspectos sociais incisivos na história política brasileira.	542
Estado <i>inclusivo</i> . Vontade e contraideologia.	548

Conclusão: Notas de trabalho.

Notas finais ao conceito.	552
--------------------------------	-----

Bibliografia.

De Bosi.....	565
Periódicos.....	579
Ensaio, artigos e textos diversos <i>sobre</i> Alfredo Bosi.	579
Teoria, Crítica da Crítica, História da Crítica e História Literária.	583
Bibliografia Geral.....	600

Cultura, Imaginação Literária e Resistência em Alfredo Bosi

Considerações preliminares

Para ele, os artistas, os escritores e os pensadores são responsáveis até o fim dos tempos pelo abuso que se faz da obra deles. (...) Esse argumento é falacioso; não existe nenhuma obra da qual não se poderia fazer um uso abusivo. Lukács disse-me, então, que todo emprego ou abuso desumano de uma só nota de Mozart era impossível. Tentei compreender essa frase. De volta a Princeton, pensei no célebre compositor americano, Roger Sessions (...) ele se pôs ao piano e tocou os quatro primeiros compassos da ária da Rainha da Noite em A Flauta Mágica. Voltou-se então para mim, sorrindo, e me disse que lá estavam as únicas notas que davam razão a Lukács. Evidentemente, refleti longamente sobre essa reflexão e não estou de perfeito acordo com Lukács. (...) Ser responsável por seus atos até o fim dos tempos é o verdadeiro Juízo Final com o qual nos defrontamos.

(George Steiner)

E nada de citar a “inspiração” para justificar a irresponsabilidade. A inspiração que ignora a vida e é ela mesma ignorada pela vida não é inspiração mas obsessão. O sentido correto e não o falso de todas as questões antigas, relativas à inter-relação de arte e vida, à poesia pura, etc., é o seu verdadeiro patos apenas no sentido de que arte e vida desejam facilitar mutuamente a sua tarefa, eximir-se da sua responsabilidade, pois é mais fácil criar sem responder pela vida e mais fácil viver sem contar com a arte.

Arte e vida não são a mesma coisa, mas devem tornar-se algo singular em mim, na unidade da minha responsabilidade.

(Mikhail Bakhtin)

*ponha-se
como primeiro exercício
breve conjunto de estratégias:
a ordenação sem sobras
de tais e tais peças
mas ainda severa instrução
da cor
e sem leniência
sustentar a subtração
mesmo de sua luz
sem qualquer descuido
aos acúmulos de que se vale
o processo de eliminação
com o que então se arma
(em mínima armadura)*

grave

concreta

(Júlio Castañon Guimarães)

Visão de conjunto.

Vista em sua totalidade, a obra de Alfredo Bosi oferece ao leitor uma oportunidade singular de reconhecer-lhe uma busca incessante por uma verdade que se desdobra em várias instâncias do fazer literário. A primeira delas, compreende os aspectos da crítica literária propriamente dita, ou seja, uma disposição em ler as obras em seu contexto, no que se traduz em um momento de intimidade com uma consciência pensante; secundamente, como desdobramento ou consequência disso, compreende também o ato interpretativo, momento em que se ancoram métodos e filosofias diversas que tentam capturar a mensagem que a obra propõe. Em terceiro lugar, envolve os conceitos filosóficos que unem as perspectivas depreendidas, cuja presença de autores diversos que pensam a parcela de participação de consciências implica o acúmulo de leituras e vivências. Em quarto lugar, compreende a história da literatura, parte importante do cabedal de que se imbuíu essa obra, sobretudo se pensada no seu nexos de fluxo cultural. Por fim, a leitura atenta da cultura brasileira como instância a ser pensada no campo de sua especificidade local e universal, mediante o conceito de Campo Literário. Tudo isso corrobora para que essas perspectivas fossem singularizadas em uma posição pouco comum na cultura brasileira

Essas instâncias se dizem compatíveis com uma postura intelectual que, se não é recente, tendo em vista os inúmeros polígrafos da crítica literária brasileira moderna, termina sendo uma postura escassa hoje em dia. Por certo, ao longo de sua trajetória intelectual, Bosi teve de se entrever com momentos nem sempre auspiciosos para quem se punha ao trabalho de lidar com duas literaturas, a italiana em primeiro lugar, e a brasileira em segundo – partes de um todo em que se consubstanciou sua formação universitária. Para que se compreenda isso, basta pensar que havia uma grande massa de pesquisas no Brasil, ainda inexplorada, para o caso da primeira (bem verdade, minorada pela forte presença dos italianos vindos da emigração, sobretudo em São Paulo), e um campo largo de estudos, para o caso da segunda.

Com o espaço da distância, pode-se pensar nas questões que assoberbavam os estudantes neste tempo que nem é tão distante do nosso tempo, compreendendo o estado da criação cultural – da qual se pode aventar a posição da crítica literária aí também. Como muito havia por fazer, não é vão lembrar que as revistas especializadas eram poucas, o número de editoras, pequeno, e a USP, onde se forma o Autor, contava pouco mais de vinte anos.

Na década de 50, quando recém-chegado ao ensino universitário na USP, Bosi encontraria uma situação peculiar na imprensa: a decadência do crítico literário de “rodapé” e a emergência do crítico “profissional”, universitário, como queria Afrânio Coutinho. Seria precisamente nas décadas de 40 e 50 que o domínio universitário começa a se sobrepôr às “aventuras” do rodapé. Ao mesmo tempo, uma efervescente vida cultural disposta no jornal *O Estado de São Paulo*, quando, de 1956 a 1966, sob coordenação de Décio de Almeida Prado, a “burguesia ilustrada”, nas palavras de Antonio Candido, mobiliza a intelectualidade em volta do Suplemento Literário deste jornal. Bosi chegou a escrever no Suplemento, tinha nele uma coluna fixa, chamada “Letras Italianas”. São Paulo, nessa época, vivia uma demanda especialmente grande de meios de expressão para essa intelectualidade, dados os autores advindos da Universidade de São Paulo, os Jornais paulistas, e um pouco antes, a revista do Grupo Clima¹. Os tempos eram muito propícios até mesmo para experimentações (veja-se, pouco depois, o suplemento de Cultura do Jornal do Brasil, igualmente brilhante).

A crítica de rodapé, acompanhada de um “surto editorial” – atesta acertadamente Rachel Esteves Lima – demonstra, entre outras coisas, que o crítico literário de então poderia ser apontado radicalmente como um “diretor de consciências”². É na década de 40 que esse papel seria repensado, dadas as novas condicionantes sociais do País, e também dada a ascensão das então recém-criadas Universidades (Rio e São Paulo). A ruidosa campanha promovida por Afrânio Coutinho forçou mudanças substanciais na concepção de fazer crítica, voltada esta tarefa agora ao “especialista”, universitário. Esse amplo movimento crítico e vital no espaço das ideias no Brasil foi bem historiado recentemente³.

Já se conhecem os danos que essa campanha e essa mudança promoveram no fórum da esfera pública brasileira. Em vista dela, é notório, por exemplo, o uso continuado que Bosi faz de alguns conceitos de críticos “impressionistas” – termo

¹ Cf., PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo 1940-1968*. São Paulo: Cia das Letras, 1998; LORENZOTTE, Elizabeth. *Suplemento literário: que falta ele faz!*. São Paulo: Imesp, 2007; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. São Paulo: Edusc, 2001.

² LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. (Tese de Doutorado inédita). Belo Horizonte, UFMG, 1997, p. 166.

³ Cf., além da tese citada de Rachel Esteves Lima, pp. 164-176, bem como o livro de João César Castro Rocha, *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: Argos, 2011; ainda, SÜSSEKIND, Flora. “Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna” in: *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1993, pp. 13-35.

pejorativo e injusto usado por Afrânio Coutinho – como Augusto Meyer, Álvaro Lins ou Brito Broca. Há que se notar, paradoxalmente inclusive, que a campanha proferida por Coutinho moveu-se em artigos de jornal, indicando, com isto, o teor parcial e passional da política empreendida por ele. Rachel Esteves Lima aponta que o declínio do rodapé deve ser associado também ao papel do espaço do jornal, catalizador, segundo ela, da atenção tanto de Antonio Candido quanto de Afrânio Coutinho, os principais defensores da especialização universitária. “Ao poligrafismo do crítico de jornal, que, em sua coluna, tratava de assuntos que iam da filosofia e da sociologia à literatura e à história, sucedeu o crítico especialista, voltado basicamente para o estudo da linguagem literária, em seu caráter autônomo”⁴. Daí a pergunta: Como pensar a crítica dessa época sem os “críticos de rodapé”? Eles se constituíram em um momento salutar e indispensável na esfera pública brasileira, e formaram, segundo uma cronologia razoável, o segundo momento da crítica literária moderna no Brasil, logo depois dos críticos de fins do Novecentos.

Nesse aspecto, também sobressaltava a presença de Candido, suficientemente forte para dar uma definição amalgamada do que os departamentos de Letras viriam a se constituir. Sobretudo em São Paulo, o trabalho de Candido criava condições para que os valores que hoje definem parte da perspectiva nos estudos literários defendidos por inúmeros críticos, dentre os quais Bosi, fossem levados a termo. Isso se verifica especialmente no que se refere às perspectivas esboçadas na USP e no interior de São Paulo, na Unesp de Assis, por exemplo, dado o papel de proa de Antonio Candido na condução e na criação da cadeira de Teoria da Literatura no âmbito da universidade paulista. Como não compartilhava do compromisso da “a-historicidade que permeava as concepções teóricas divulgadas por Afrânio Coutinho”, Candido difere dessa concepção sobrepondo outra, que é histórica, concepção forte no universo literário do ambiente paulista, embora ainda não se perca de vista a autonomia do que é eminentemente estético. “A história literária garante sua autonomia ao considerar que o fator a ser por ela relevado vincula-se ao estudo das relações de filiação estabelecidas pela obra dentro do universo literário”⁵. A presença de Candido de modo algum resume-se a uma estrita participação universitária, dado que escreveu, desde os anos 40, artigos de jornal

⁴ LIMA, Rachel Esteves, *A crítica literária na universidade brasileira*. Op. Cit., p. 175.

⁵ Cf., RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *A formação do desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. (Dissertação de mestrado). Campinas: IFCH, 2006, p. 183.

memoráveis, como a série “Notas de crítica literária”, ou sua tese sobre Sílvio Romero, imprescindíveis para se entender o contexto nascente da teoria conhecida como “Literatura e Sociedade” no âmbito da Universidade brasileira⁶. São paradigmáticos, nesse sentido, os textos “Notas de crítica literária – *ouverture*”, “Notas de crítica literária – um ano” e “Notas de crítica literária – começando”, que demarcaram o programa desse tema, escritos em 1943, 1944 e 1945, respectivamente.

Na década de 60, e um pouco antes, pensada uma possível cronologia desde a fundação da Universidade de São Paulo, 30 anos antes, o país vira o desenvolvimento espantoso dos métodos de análise literária, vira também criar forças um grande contingente de críticos que originariam as linhas de força de boa parte do que hoje se lê em crítica literária no Brasil. Embora esses nomes possam conflagrar abordagens diversas do literário, seus nomes poderiam ser arrolados, sem problemas, no mesmo espectro, como por exemplo, Davi Arrigucci Jr., Silviano Santiago, Luiz Costa Lima, Roberto Schwarz, ou João Luiz Lafetá, dentre outros, cuja referência pública é notória e, posso dizer, obrigatória, para qualquer estudante de Letras hoje.

Antes disso, os nomes de alguns críticos sobressaltavam claramente a logofera dessa constelação citada, como verdadeiros decanos da área, apontando, assim, a sua enorme influência, e cujo trabalho já era referência para aqueles mencionados críticos, como seria o caso de Antonio Candido, mas também de Afrânio Coutinho (para o caso de os pensarmos eminentemente em torno da universidade então nascente). Tal perspectiva limitaria o concerto de vozes críticas dispostas no tempo que, à época, apontava já autores absolutamente notáveis pela argúcia com que vinham realizando seu ofício – fora da universidade, dado importante a ser mencionado – como é o caso dos igualmente citados Álvaro Lins, Augusto Meyer e Brito Broca. Todos eles escreviam com desenvoltura nos jornais da época, tornando o ambiente público de troca de ideias uma realidade que, vista de longe, impõe pensar com mais rigor a esfera pública hoje.

O ambiente literário brasileiro enriqueceu-se com a vinda, em princípio nada confortável, de críticos do outro lado do continente europeu, como é o caso do austríaco Otto Maria Carpeaux, do alemão Anatol Rosenfeld e do húngaro Paulo Rónai, todos egressos de uma Europa despedaçada pela Guerra. Advindos de uma cultura ampla,

⁶ Compendiados hoje em DANTAS, Vinícius (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002, pp. 23-45. Tudo isso, claro, sem se mencionar a leitura, feita em 1945, da obra de Sílvio Romero.

cujos enfoques do literário acabariam ensejando outros horizontes de leitura, para além daquela já provinciana cultura francófila de que tanto o Brasil e a América Latina se ressentiam, cultura esta que viria com força total nas décadas seguintes. Esses homens acabaram forçando um diálogo com parte da Europa ainda de alguns brasileiros desconhecida, como é o caso da Europa Oriental.

Sobre esses críticos, é interessante notar, por exemplo, que Carpeaux conhecia Kafka pessoalmente. Foi o primeiro a comentar as obras de Walter Benjamin e Kafka no Brasil. Pense-se na sua *História da literatura ocidental*, da qual se diria que sua restrição geográfica ao campo literário brasileiro só se justifica pelas dificuldades de penetração do português no mundo. Ou, de Paulo Rónai, que coordenou a tradução de toda a obra de Balzac, que segue sendo um marco. Anatol Rosenfeld, por seu lado, abriu o país para estéticas teatrais pouco conhecidas, bem como, para o ângulo da leitura crítica, a partir do enfoque da Fenomenologia, analisada pela obra mais célebre do teórico polonês Roman Ingarden, dentre outras contribuições.

A presença desses homens na esfera pública brasileira acabaria, como dissemos, abrindo portas para outros aportes metodológicos e para outras estéticas, no que Bosi indicaria uma “internacionalização do gosto literário” – a própria crítica firmou-se francamente mais universalista. A imprensa brasileira foi surpreendentemente receptiva para com a obra de todos eles. Não é demais lembrar que o adolescente Alfredo Bosi nutria seu espírito com frações cotidianas daquilo que Carpeaux, por exemplo, escrevia na extinta Folha da Manhã, atual *Folha de São Paulo*. A história de Carpeaux não passaria despercebida, a ponto de Bosi homenageá-lo com pelo menos uma antologia, bem como com a retomada de alguns aspectos da obra do austríaco, em textos em que se perfilam tanto a descrição quanto a análise de sua obra; Bosi ressaltou a importância de se repor o lugar deste crítico na cultura brasileira hoje. A *História concisa da literatura brasileira* é a ele dedicada.

Interessante notar que Bosi dividiu, na década de 60, a mesma página na sua coluna, “Letras Italianas”, como dissemos, com alguns desses colegas de ofício, tais como os já citados Carpeaux, Agripino Grieco, Anatol Rosenfeld, e também Wilson Martins, Vilém Flusser, Lourival Gomes Machado, dentre outros nomes fundamentais da crítica brasileira.

Já adulto, Bosi prestaria exame para o então recém-criado curso de Letras Neolatinas, cuja formação seria irrepreensivelmente dura e tão ampla que acabaria por

se dissolver em várias especializações específicas, como é o caso do curso de Letras Italiano, em que teve, inclusive, a oportunidade de lecionar por cerca de 10 anos.

É dentro desse contexto cultural que se insere a formação inicial de Alfredo Bosi. E por uma perspectiva familiar também: por conta de sua ascendência italiana, daí o forte vínculo afetivo e idiomático que o levaria a escrever, por uma formalidade da época também, é verdade, sua tese de doutoramento em italiano.

O objeto que escolhera para formalizar esse intento seria justamente um autor, à época, já lido com muita força na própria Itália do pós-guerra e pós-fascismo: Luigi Pirandello. Essa tese, chamada *Itinerario della narrativa pirandelliana*, foi defendida em 1964, e se constituiria em um verdadeiro guia para toda a sua obra posterior. A esse respeito, pode-se dizer que essa tese lhe renderia mais do que apenas um método de leitura crítica: Bosi explanaria em inúmeras *anamneses* culturais e formativas posteriores que o estudo de Pirandello lhe prestaria um modo de compreender o Outro, enformando parte da ética pessoal por ele mesmo esboçada.

Por uma aproximação cronológica, é muito tentador forçar uma conciliação entre os metros daquela tese com o livro *O pré-modernismo*, publicado dois anos depois dela. Neste livro, assume-se como ponto pacífico o termo “pré-modernismo” – como se sabe, termo inventado por Tristão de Athaíde em 1939 – ou seja, tomando-o como um conceito que antes o nega, a partir de sua referência positiva que seria o modernismo. Neste livro, Bosi faria um levantamento conciso, mas bastante preciso do “movimento”, realçando exatamente os estilos de cada autor e a contextura histórica. Por isso, o termo serviria para designar sua anterioridade ao modernismo e também indicaria sua “precedência temática e formal em relação ao modernismo”⁷, como diz nas páginas iniciais. Bosi argumenta que autores tidos como representantes da época, como Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos e Lima Barreto não estão ancorados na *mimesis* do século XIX *somente*, antes, projetam-se lateralmente em algumas características que seriam *norma* (ou mesmo *antinorma*) no século seguinte. O termo, se inadequado, acaba subsumindo uma realidade a partir da qual o modernismo poderia servir de parâmetro,

⁷ PM: 11.

por isso sua utilidade, o que nem de longe indica que esteja correto ou mesmo que seja o melhor⁸.

O livro serviria como uma primeira ponte para o movimento final do Autor em direção à literatura brasileira, no entanto, ele seguiria como professor de literatura italiana até pouco depois de 1970⁹. O livro apontaria para seu estabelecimento definitivo em torno da literatura brasileira, realidade para a qual Bosi já se dirigia em artigos, palestras e aulas na USP e fora dela, de tal forma que acabou tornando-se um prenúncio claro do que se anunciaria em 1970: uma tese de livre docência e uma história da literatura brasileira.

Talvez, o aspecto mais melancólico em torno do que dissemos acerca da tese sobre Pirandello e também da tese consagrada a Leopardi, seis anos depois, é que mesmo os estudantes desses autores italianos, hoje, acabariam não absorvendo o legado que as teses trouxeram, pioneiramente, diga-se, para o Brasil¹⁰. Daí a complexa sensação algo desafiadora ao percebermos que elas não receberam nenhuma recensão para além das bancas de defesa na universidade. Não deixa de ser desabonador vê-las relegadas aos arquivos da USP, justamente pela falta de conciliação entre elas e a obra posterior de Bosi, tal que se pudesse identificar, assim, o sentido axiológico que elas têm para a sua produção como um todo. É exatamente nesse espaço vazio que nossa tese se insere.

Antes, porém, de nos adiantarmos no que pretendemos, carece ainda pensar a próxima tese com que encerraria, por assim dizer, sua participação mais efetiva em

⁸ O termo acabaria sendo objeto de reavaliação recente, e rejeitado por parcela significativa de críticos nos anos seguintes. É o caso de citar, como exemplo, o livro *Cinematógrafo de letras*, de Flora Süssekind.

⁹ Note-se que historicamente houve uma mudança de perspectiva naquilo que Bosi escreve em *O pré-modernismo* e nas apreciações históricas que fará depois, como na sua *História concisa*, ainda também em “As letras na primeira República”, e ainda no verbete “Cultura”, Cf. Bibliografia, fato este notado com perspicácia por Maurício Pedro Silva, em *A hélade e o subúrbio*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 37ss. O argumento é que, em um primeiro momento, Bosi postulou sua formulação em uma tom mais branda (Wilson Martins chega a chamar o livro de “história plana”), passando em seguida a radicalizar um pouco mais o viés inconformista que supunha a obra “antiacadêmica”, “alienada” e “verbalista”, ao mesmo tempo também aquela literatura que “problematiza a nossa realidade social e cultural”, de autores como Lima Barreto, para ficar em apenas um exemplo.

¹⁰ Cito três exemplos recentes: o livro *O lírico e o trágico em Leopardi*, de Helena Parente Cunha, publicado em 1980; *Luigi Pirandello: da forma à dissolução*, de Francisco Degani, publicado em 2009, bem como *Gênero e tradução no Zibaldone de Leopardi*, de Andreia Guerini, de 2007. Carpeaux, porém, em sua *História da literatura ocidental*, foi dos poucos a citá-lo.

torno da literatura italiana: *Mito e poesia em Giacomo Leopardi*. Defendida em 1970, ela serviria como requisito para a obtenção de Livre Docência, quando contava então 34 anos. Obviamente que essa tese, mais madura e mais lida também lhe renderia algo mais do que simplesmente um método: contrapõem-se nela os aspectos titânicos que produziram em Leopardi lutas constantes, que, pensadas no seu contexto histórico imediato, pré-romântico italiano, acabaram encetando uma obra lírico-existencial contraditória e vária. É precisamente por essa “variação” formal e temática que a obra de Leopardi propiciaria um exemplo notável de autor que luta para manter a sanidade e o controle de si. Esses aspectos titânicos seriam movidos conceitualmente por Bosi, e lhe renderiam, outra vez, uma formulação crítico-filosófica que se colocaria para além de *simplesmente* uma estética da leitura, e que seria igualmente forte para sua ética pessoal: o conceito de literatura e resistência, então nascente e ainda praticamente informe, cuja síntese representativa, conhecida daqueles que lhe dedicaram tempo lendo-a, seria a “Giesta”, a flor que nasce das cinzas do vulcão, símbolo da beleza *resistiva* em face da brutalidade dos elementos.

Perguntado sobre o destino dessas teses, Bosi responderia que aguardava uma destinação mais certa tanto para uma quanto para outra. Um dos capítulos desta tese foi publicado na coleção Clássicos Universais da Editora Nova Aguilar, com a poesia completa e parte da prosa do lírico italiano¹¹. Ainda pensando na tese sobre Pirandello, Bosi anotou que esperava uma oportunidade para desdobrá-la em uma introdução a uma antologia que pudesse contemplar a obra de Pirandello. Há, contudo, em nossa opinião e com base em entrevistas, um sentimento inconfesso de que as teses de algum modo pertencem àquela época. Caso a elas retornasse, dever-se-ia operar nelas um *aggiornamento*, trazendo para sua carnadura textual uma bibliografia atualizada, afinal, tanto um quanto outro, são autores de ponta na Itália. Lendo essas teses, conclui-se com alguma clareza sua importância no *itinerario mentis* do Autor. Embora se respeite a opinião de Bosi, é imperioso resgatá-las do simples apêndice bibliográfico, trazendo-as para a discussão nos seus pressupostos e conceitos, justamente porque apontam aquele sentido axiológico pronunciado em torno de sua obra posterior.

¹¹ O 1º capítulo desta tese foi publicado com pequenas alterações no número dedicado a Giacomo Leopardi da coleção de obras de autores clássicos da Editora Aguilar. As alterações que se fazem sentir no texto são de ordem puramente corretiva, e, também, Bosi traduz as citações que aparecem no texto em italiano no original, Cf., LEOPARDI, Giacomo. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, pp. 158-173.

Essas duas teses, nunca antes estudadas e aqui pela primeira vez explicitadas, são o fundamento da grande e densa obra que conta hoje Alfredo Bosi. Surge a pergunta ainda não respondida: por que estudá-las? Por certo, embora elas tenham permanecido pouco lidas até hoje, a simples consulta impõe pensá-las como *fundamento e pressuposto estético-filosófico*, uma espécie de antecipação gestual de sua obra posterior. Em outras palavras, aquelas teses podem ser entendidas como sendo a *base racional*, porém *oculta*, de sua obra.

Não será demais advertir que a análise das teses procura ser minuciosa, no que ela acabou por estender-se para um além do que desejaríamos. Essa ênfase foi necessária porque a intenção, além da já mencionada busca pelo pensamento subterrâneo do Autor, havia também o propósito de *re-apresentar* o pensamento de Bosi por essa época, infelizmente ainda sob a égide das páginas dos jornais e da biblioteca da USP.

Dizia que as duas obras iniciais de Bosi acabariam subsumindo sua participação em torno da literatura italiana, mas faltaria responder como isso se deu. Como o curso de letras neolatinas continha uma gama expressiva de disciplinas, e como também sua preocupação com a literatura brasileira se avolumava – basta pensar que Bosi era cada vez mais requisitado para palestras que indiciavam sua paixão primeiramente pela literatura colonial, fonte a partir da qual produziria *Dialética da colonização* – essa participação acentuava-se com mais vigor ainda, e é muito intrigante pensar que, *concomitantemente* à produção desta segunda tese, Bosi ainda produziria o livro a partir do qual se tornaria mais conhecido: *História concisa da literatura brasileira*.

O livro foi escrito a pedido do amigo e poeta José Paulo Paes, que também era tradutor e diretor da editora Cultrix à época. Acabou editando também o próximo livro de Bosi, do qual falaremos à frente. O ano era 1970 e a Ditadura enrijecia ainda mais os já estreitos espectros da censura. Ele surge como um movimento intencional de resistência e luta em torno da defesa da cultura brasileira, da qual o seguinte trecho é esclarecedor: “que fazer?”, diz Bosi, “evidentemente eu sabia que a história da cultura, a história dos valores e das suas formas, era o *locus* onde se movem todas as operações simbólicas do ser humano”. Esse o primeiro movimento. O segundo diz respeito também a uma assunção intelectual dentro da realidade histórica e política brasileira:

volto à pré-história da *História concisa*. Minha memória se une aqui à de muitos amigos que estão nos cinquenta anos de idade. O golpe militar de 64 foi precedido por uma intensa atividade político-intelectual: eram anos

de expectativa, de certeza ou quase certeza de que as mudanças, as reformas de base, viriam em uma diretriz que se pode chamar genericamente, de esquerda ou, em sentido lato, popular. Como tantos outros, amadureci junto com as instituições a que estava afetiva e mentalmente vinculado: a Universidade e a Igreja¹².

Dos pormenores falo a seu tempo, mas, pode-se adiantar que as leituras foram bastante generosas quanto à fatura do livro, embora, como se verá ainda, alguns críticos hajam feito objeções de ordem histórica e mesmo estética. Sabe-se que o livro de 1970 conta hoje quase 50 edições. É, incontestavelmente, um clássico no universo da cultura letrada brasileira. Como se verá, seus pormenores e contradições também não passaram despercebidos de exigentes críticos¹³.

Passados sete anos desde que defendera sua tese de livre docência e tendo já publicado dois importantes livros, Bosi publicaria ainda um outro volume, corajoso e audaz, erudito e poético, que tentaria assumir uma expedição fenomenológica e dialética para nada menos do que é a poesia e como ela se consolida como gênero no tempo. A pergunta poderia ser desdobrada no modo como ela participa de forma tão singular na cultura humana, e apontaria para qual seria, enfim, seu modo de existência. Em seis ensaios, Bosi deslindaria as concepções acerca do poético, identificando os modos de existência que a abarcam singularmente, verificando sua excepcional capacidade de se alimentar ou não do *Zeitgeist*, o Espírito do Tempo, como coerentemente definiu Hegel. Foi precisamente pensando em Hegel que Bosi fundamentou sua concepção do que é a poesia. Não seria de outra forma que iria irradiar sua articulação em torno do fenômeno poético, senão pela atenção dada ao tempo que o constitui: uma senda muitas vezes inominada que põe o edifício poético em pé. Dentro disso que discutimos, Bosi diria do livro: “é uma reflexão sobre alguns modos pelos quais o fenômeno poético se dá à nossa sensibilidade: imagem, figura, timbre, tons, ritmo, rima, metro, andamento, entoação. Vista por esse ângulo, a obra é um exercício fenomenológico sobre os *modos-de-aparecer* dos significantes no poema”¹⁴.

O ser e o tempo da poesia segue como uma das principais obras de sua lavra. Dialoga, lateralmente, com *O arco e a lira*, de Octavio Paz, outro marco nos estudos

¹² “Céus, infernos”, entrevista cedida a Augusto Massi, in: *Novos Estudos*, n. 21, jul, 1988, p. 106-107.

¹³ Na época de seu lançamento, Antônio Candido diria a Bosi que o livro duraria pelo menos 20 anos. Ponderadas as contas, Candido erraria, até hoje, por pelo menos 22 anos.

¹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 109 (grifos do texto).

poéticos na América Latina. Tal sua importância no rol de obras de Bosi, o livro conste como parâmetro a muitas, senão todas, as discussões que se seguem, justamente porque desenvolve com precisão os conceitos de História e de Ser da poesia, que são, está claro, parâmetros inquestionáveis para o entendimento do que se segue.

O fulcro da historicidade reflexiva e o problema crítico da forma.

A relação problemática entre *forma* (Ser) e História – que para Bosi é um problema singular, uma vez que são duas unidades *coextensivas* entre si – foi objeto de fortes disputas teóricas ao longo de todo o século XX. Em torno da vertente estruturalista, *grosso modo*, seus principais adeptos optaram por conceber a forma como um imenso vazio de historicidade e de pessoalidade; daí que a crítica estruturalista operou uma intrincada rede conceitual que dispunha a singularidade do texto em um feixe de linhas matemáticas. Esse feixe ressaltava a inserção do literário em uma ordem conceitual que priorizava os eixos *sintagmático* e *paradigmático* a que o texto estaria submetido.

Do mesmo modo, o *New Criticism* – nas suas várias formulações doutrinárias, antes dispersas em várias análises propriamente ditas, cujo trabalho indispensável de coesão e sistematização coube a Wimsatt e Beardsley fazer – pensou a forma também em termos de independência estética; implicação justa, que explica em parte o sucesso e a força *autônomicas* da forma literária. Por isso, esses teóricos cunharam a expressão *Falácia Intencional*, afirmando, com isso, a autonomia e também a unidade da consciência poética¹⁵, e estabelecida “a província da poesia contra a intrusão de *sistemas deterministas* grosseiros, *históricos* ou *psicológicos*, que *simplificam excessivamente a relação complexa entre tema e estilo*”, como atesta, ponderadamente, Paul de Man¹⁶. Muito embora dialetize o termo *intencionalidade* ao longo de seu texto, e pensando em autor caro a Bosi, o alemão Schleiermacher, Antoine Compagnon concorda que “a reconstrução da intenção do autor é a condição necessária e suficiente da determinação do sentido da obra”¹⁷. Trata-se, ainda segundo De Man, de uma preocupação “legítima”, mas que conduz a “suposições contraditórias sobre o estatuto ontológico da obra de literatura”. Pensando estritamente em termos de intenção, pode-se

¹⁵ DE MAN, Paul. “Forma e intencionalidade no *New criticism* americano” in: *O ponto de vista da cegueira*. Coimbra/Lisboa: Angelus Novus/Cotovia, p. 56-57 (grifos meus).

¹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 57 (grifos meus).

¹⁷ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Edufmg, 2001, p. 60.

aventar que, de fato, a menos que se explicita, a *forma* literária não é endereçada a ninguém em especial, mas forma um complexo intencional na sua origem, afinal, escreve-se para alguém, ainda que esse alguém (pareça) estar elipsado no processo, o que não quer dizer que não exista. Para Bosi, o processo da análise tem de ser premido pela concepção de que a *forma* contém a intencionalidade do agente; segundo isso, seria no mínimo um contrassenso teórico pensá-la diferente. Também, para o Autor, a *forma*, uma vez estabelecida, torna-se uma “elaboração expressiva e social, e não um aglomerado de sons”¹⁸.

Já na modernidade, como concepções como esta ainda são renitentes, isto é, interpretações desvinculadas da História, renegadas por Bosi, ele ainda daria uma notável resposta aos críticos dela aproximados nesse sentido, quando pretendem horizontalizar os textos pretéritos, isto é, tratá-los como se fossem escritos na atualidade. Para o Autor, o que se perde com essa horizontalidade é precisamente a capacidade de perceber a diferença que esses textos mobilizam enquanto experiência passada, muito embora essa experiência seja “universalizada” pela fratura estética criada pela *forma*. Em outras palavras, Bosi diria incisivamente:

*o que aconteceu então com os estudos literários? Uma descontextualização violenta das mensagens. Os diferentes momentos da cultura pretérita são postos na mesa, horizontalmente, como se pertencessem à atualidade. O que se perde com isso é a possibilidade de sentir as diferenças entre o antigo e o moderno, o metafísico e o crítico, o inconsciente selvagem e o exercício de auto-reflexão*¹⁹.

O combate se seguiria, em suma, em praticamente todas as estéticas *formalistas* do século XX, já que elas se posicionaram positivamente acerca dessa disposição em eliminar a história da análise; embora pensado, erroneamente, como participante desse tipo de estética, Bakhtin²⁰ e, depois dele, sobretudo em uma fase posterior do Formalismo Russo, o teórico Eikhenbaum, foram dos poucos intelectuais a ombrear uma concepção que resgatasse a análise literária do limbo histórico, pensando-a como substrato da linguagem, contaminada que está da cultura do tempo. Para o estudioso de Rabelais e Dostoievski, “a *estética material* [unicamente] não é capaz de fundamentar a *forma artística*”, dado que, “[a *forma estética*, com que os formalistas russos apontavam

¹⁸ “Céus, infernos”. Op. Cit., *Id.*, *Ibid.*, p. 104 (grifo meu).

¹⁹ DOSSIÊ “Universidade e cultura brasileiras” in: *O Estado de São Paulo*, 26 de dezembro de 1992, p. 1 (grifos meus).

²⁰ É o caso de situá-lo no *front* do Formalismo Russo, como fez Luiz Costa Lima em *Teoria da literatura em suas fontes*, v. 1, pp. 487-511.

a experiência singular autoral] não pode estabelecer a diferença essencial entre objeto estético e a obra exterior, entre a articulação e as ligações no interior deste objeto e as articulações e ligações materiais no interior da obra; por toda a parte ela mostra uma tendência a misturar elementos”²¹. A forma mostra-se contaminada dos mesmos fatores apontados por Wimsatt e Beardsley, corifeus do *New Criticism*, como *grosseiros e redutores* à compleição da forma artística propriamente dita.

Bosi, já nas teses, ressaltaria a importância que a História representa para os processos analíticos, bem como para os processos de autoria também. Em Machado de Assis ele encontra um exemplo bastante eloquente desse tipo de conjugação; o que acaba falando alto em prol da visada bosiana. Sumarizando: o contexto existe, ele não é uma ficção, e o problema cingido pela suposta autonomia da forma, que um conceito *externalista* como o de história possa eventualmente enodoar, trata-se na verdade de um pseudo-problema.

Não se trata, porém, de apor a uma concepção estritamente formal, outra, de índole *teleológica* da história ou da sociedade. Não é a sociedade (a história estaria sumarizada do mesmo modo aqui) a “razão última” da análise, como constatou, em torno de importantes personas da crítica brasileira recente, Leda Tenório da Motta, nem, muito menos, a *nação* ou outros índices costumeiramente associados à crítica romântica. Trata-se, antes, de pensar a história como momento constitutivo da obra, por uma contemplação da experiência possível no universo do que é a obra de arte literária. Não se trata de determinismo. A propósito, é a mesma Leda Tenório da Motta que nota, a partir do Antonio Candido de *O observador literário*, que as “determinações históricas e sociais *só em parte são verdade*”²².

Por isso mesmo que a dinâmica da forma, sobretudo em poesia, naquele que pode ser considerado seu principal livro, *O ser e o tempo da poesia*, foi estudado didaticamente em instâncias separadas, indicando que a poesia é ela mesma uma mensagem significativa, ou *expressiva*, como *crocianamente* prefere. Em 2000, por ocasião do relançamento de *O ser e o tempo da poesia*, Bosi diria: “a minha intenção era mostrar que a forma é viva, a forma está em si mesma animada de significado. Eu não dissocio forma de expressão (...) poesia não é conteúdo, uma palavra que considero

²¹ Ambas as citações: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 19 e 21 (grifos do autor).

²² É o contexto descrito por Leda Tenório da Motta em seu *Sobre a crítica literária no último meio século*. Cf., pp. 18ss (grifos meus).

imprópria, é expressão articulada na linguagem. A expressão sem forma é o grito desarticulado”²³.

Alguns dos artigos que Bosi vinha escrevendo em jornais e revistas especializados desde os anos 50 até o início dos anos 70, proximamente, são de pouca envergadura – em geral resenhas e breves análises. Quase todos esses artigos seriam dedicados à sua especialização em torno da literatura italiana, dos quais os de maior fôlego seriam reunidos no *intermezzo italiano*, em *Céu, inferno*. O que se nota neles é o vigor analítico que os sustém e a face, já antes indicada, de combatividade, expressa em textos que, em alguns casos, abriram searas de vária feição analítica, como é o caso do escrito sobre Giuseppe Ungaretti, Giovanni Verga, o conceito de humorismo em Pirandello, bem como os de maior fôlego, como os dedicados a Raul Pompeia, Cecília Meireles, Drummond e Machado de Assis.

Um dos ensaios, “A máscara e a fenda”, que enfeixava análise sobre Machado de Assis, passaria a compor volume à parte, *Machado de Assis: O enigma do olhar*, publicado doze anos depois, que se inscreve, no âmbito do debate intelectual e na esfera pública brasileira da época, segundo Augusto Massi, “[nas] homenagens dos cem anos do romance *Dom Casmurro*”, e “marca forte presença nos embates que ainda hoje envolvem diferentes interpretações do legado literário do bruxo de Cosme Velho”²⁴. O livro mostra, para além disso, o verdadeiro fascínio que o autor carioca exerceu e ainda exerce sobre o Autor. Nesse volume, Bosi procura estabelecer parâmetros diametralmente opostos à hermenêutica geralmente adotada por muitos analistas modernos de Machado, configurados, segundo as próprias palavras de Bosi, nos termos *miméticos*, ou *realistas*, como diria, por outro lado, Georg Lukács.

Como o debate se estende tanto às demandas localizadas em torno da História quanto da Forma, há que mencionarmos a longa e salutar discussão sobre o pensamento da chamada “Crítica Sociológica” – comumente associada à crítica dialética no Brasil. É no segundo volume de *Teoria da literatura em suas fontes* que Luiz Costa Lima aborda os principais autores dessa vertente estética. De algum modo, a discussão ali distendida

²³ “A poesia tem de resistir às pressões”, entrevista a Haroldo Ceravolo Seraza in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 2000, p. D-9.

²⁴ Na apresentação da entrevista a ele concedida e publicada na *Folha de São Paulo* em 28/03/1999, republicada em SCHWARTZ, Adriano (Org.). *Memórias do presente: 100 entrevistas do Mais!*. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 298.

converge para aquilo que Bosi vinha teorizando e para o âmbito de sua própria prática analítica. Lima aponta que se deve entendê-la como constituinte da notória relação entre Literatura e Sociedade. Esses termos estariam cindidos na formulação dessa vertente teórica, e seriam o fio condutor das análises mais paradigmáticas produzidas pelos críticos apologeticos dessa vertente. Por isso:

A literatura, por consequência, é basicamente um documento confirmador da existência de algo prévio a ela (...) À medida, pois, que os pesquisadores reconhecem os danos do reducionismo explicitado [por essa] posição, a possibilidade de rendimento positivo desse nível passa a estar na dependência de o aplicador reconhecer que sua procura da imagem da sociedade, que seria fornecida pela literatura e, ao mesmo tempo a qualificaria, é uma mera escolha estratégica, que não visa apreender a especificidade do discurso literário. Reconhecê-lo entretanto já não seria privar-se desse tipo de indagação? Assim só se dará caso o pesquisador recuse o primado do reflexo que tem orientado esse plano de análise. Ou seja, caso o pesquisador reconheça que as obras literárias (a) não são a imagem da sociedade, mas apenas a contém; (b) que seu estudo coloca entre parêntesis a questão axiológica dos objetos considerados e os aborda apenas como instrumento de compreensão da sociedade. Dadas estas duas ressalvas, o nível readquire sua funcionalidade para a prática analítica²⁵.

Acompanhando o raciocínio de outro teórico, Fredric Jameson, que, aliado a uma interpretação que concilia ou procura conciliar o pensamento dialético às sinuosidades daquilo que Marx e Hegel propunham, dirá, antes, que o crítico dialético moverá seu olhar no sentido de encontrar uma conjuntura denunciada pelas estruturas diacrônicas, pois que a obra nasce sob o signo de um *continuum histórico*. Logo, “o modelo dialético permite que um dado fenômeno seja percebido como um momento ou uma seção entrelaçada, única, em um único ponto entrelaçado”. O árduo problema a ser enfrentado pelo crítico literário dialético, ainda segundo Jameson, estaria consorte à “unidade da obra literária”, dado que ela “resiste à assimilação à totalidade do aqui e agora históricos”. Pergunta o teórico norte-americano: “em que sentido se pode dizer que *Ulisses* é parte dos eventos que ocorreram em 1922?”²⁶ Pergunta que parece apontar diretamente, em meu entender, para o problema igualmente elaborado por Bosi acerca do historicismo da obra literária. Restaria ainda pensar como a obra se localiza nesse *continuum*, dado também que o histórico preexiste à obra que chega *agora*. Daí

²⁵ LIMA, Luiz Costa. “A análise sociológica da literatura” in: _____. (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 2, p. 674.

²⁶ JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 240.

Jameson propor um acordo tácito, em correlação a um esquema pensado por T. S. Eliot, aliás, de que

os monumentos existentes (...) formam uma ordem ideal entre si, que é modificada pela introdução da nova (realmente nova) obra de arte entre eles. A ordem existente é completa antes da chegada da nova obra; para que persista após a adição da novidade, *toda* a ordem existente precisa ser, ainda que ligeiramente, alterada; e, desse modo, as relações, proporções e valores de cada obra de arte com relação ao todo são reajustados²⁷.

Diria que Bosi, embora seja frequentemente associado à corrente analítica descrita pelos dois estudiosos, justamente porque vinculado a uma perspectiva *dialética* e *histórica* de análise da coisa literária, matiza as disjunções axiológicas dela resultantes – constantes tanto em Lima quanto em Jameson. Para Bosi, é preciso que haja um entendimento de que a obra literária, como consórcio do processo formativo da sociedade e da memória cultural, longe está de ser percebida como representante mimética da sociedade; esse dado vale para as ressalvas e ponderações que Bosi faz a parte da obra de Schwarz e de Candido, e, tão logo quanto possível, se verá por quê. Essa concepção atesta uma especial referência aos aspectos simbólicos da *forma literária*, congruente com a ideia, primitivamente lukacsiana, que diz que o elemento social pode ser lido *na forma artística*. Essa concepção poderia ser percebida como parte da experiência do poeta; seria, ela mesma, a comunicação do poeta, segundo o mesmo Lima. Candido transformará isso na clássica ideia do efeito estruturante – em que o externo torna-se interno – notável aplicação da teoria do húngaro Georg Lukács, muito embora Candido tenha dito que quando confeccionara sua teoria, não tivesse pensado nele de forma tão direta²⁸.

Seguindo o esquema de Lima, percebe-se que o grande problema por resolver está mesmo na questão do caráter de a obra ser ou não um reflexo da sociedade. Bosi não aceitaria a simples ocorrência de uma “totalidade historicamente fechada, fechada no sentido de que qualquer ‘ruído’ na sala econômica repercut[iria] por todos os outros

²⁷ Eliot, Apud, Jameson, p. 241 (grifo do autor).

²⁸ “Mas com Lukács ela [a relação da Obra com o Mundo] assume matizes novos, que abrem para outras perspectivas, sobretudo porque ele se interessava não apenas pela transposição do fato em tema, mas pela função deste processo na estruturação da obra. Neste caso, *o elemento social se torna fator de constituição da estrutura, não modelo do conteúdo*”, afere Antonio Candido. “Duas vezes a ‘passagem do dois ao três’” in: DANTAS, Vinícius (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2002, p. 53 (grifos meus). Bosi atesta: “o externo que vira interno é considerado por Lukács a pedra de toque do pensamento materialista” in: EO: 16.

vãos, especialmente no que lhe importa, a literatura”²⁹. Luiz Costa Lima identifica com precisão o lugar desse tipo de análise nos paradigmas de leitura da vertente Literatura e Sociedade quando apõe a esta concepção a compreensão, sem dúvida engenhosa, de que “uma indagação da totalidade do social deveria ‘discernir níveis que sejam comparáveis e assim se tornem significativos’”. Mais precisamente: “a sociedade é atravessada por linhas de determinação diversas –, pelo rigor demonstrativo que exigem, pela resistência que oferecem aos valores do analista, mostrando que certa interpretação não se sustenta, [e que] podem *diminuir* o risco do conteudismo, ou seja, de fazermos a obra em consideração se amoldar à nossa própria visão de mundo”³⁰. Esta concepção seria relativizada, segundo Lima, pela teoria da arte de Erwin Panofsky. O pensamento de Bosi caminha mais em direção ao que disse, 56 anos atrás, Northrop Frye, na sua “Introdução polêmica”, indicando que “o eixo dialético da crítica, por conseguinte, tem como um pólo a total aceitação dos dados da literatura, e como o outro pólo a total aceitação dos valores potenciais desses dados. Este é o plano da cultura”³¹. Entendendo como “valores potenciais” justamente o teor social e histórico que a forma retém.

Claro que isso motiva a estudar como Bosi compreende a História e de que forma ela dirige sua cosmovisão em torno de uma teoria que não seja dogmaticamente erigida. Importa mencionar aqui a forte presença de Erwin Panofsky, que Lima tanto elogia no texto, na perspectiva de leitura de Bosi, visto que nutre justamente pela palavra “perspectiva”, lida como forma simbólica, certo apreço, e extrai dela parte de sua hermenêutica. Bosi adere a muitas das considerações conduzidas pelo teórico alemão em torno de alguns autores, e isso se faz sentir exemplarmente na sua leitura de Machado de Assis. Faz isso ora apontando aquele veio (que indica o recurso quase direto à congruência entre literatura e sociedade) interpretativo como *limitado*; ora apontando a necessidade de outros lemes para a leitura da obra literária³². Para terminar

²⁹ LIMA, Luiz Costa. “A análise sociológica da literatura”. Op. Cit., *Id.*, *Ibid.*, p. 680.

³⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 681.

³¹ FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 32.

³² “Alfredo Bosi, que relativiza o domínio do plano social sobre o individual, defendendo a necessidade de a teoria literária de extração sociológica reconhecer suas limitações, matizando sua própria reflexão sobre as relações entre literatura e fato social” citação extraída de LAGES, Suzana Kampff. “Diabolias da dialética. Literatura e sociedade no país do espelho” in: *USP*, n. 49, mar/mai 2001, p. 126 (nota 1). Aliás, esse texto é uma bela apropriação do modelo de análise defendido por Bosi (isso se anuncia na primeira nota de pé de página do texto, a citada aqui, e no desenvolvimento textual), e caminha quase que *pari passu* à contenção subterrânea do conto machadiano.

o excuro ao texto de Lima, cabe considerar suas últimas palavras, porque são definidoras de uma postura eloquentemente histórica, cujo repensamento poderia contribuir para a re colocação das categorias e das modulações da análise sociológica no Brasil, claramente coesas com o que veremos, a seu tempo, em Bosi; é isto que justifica estudar esse fundamento ontológico na sua crítica:

*contra o modelo acrônico adotado pelo estruturalismo, a contribuição efetiva ao desenvolvimento da análise sociológica do discurso literário só pode advir de uma nova concepção de história, e não de seu mero abandono. Pois a renúncia à história corresponde a renúncia ao pólo receptor e a consequente concentração do analista seja nos recursos construtivos do texto (os métodos de *close reading*), seja, por oposição, apenas na resposta do leitor ou no condicionamento social da obra (as habituais indagações sociológicas)³³.*

Essas concepções estariam associadas às restrições de Bosi em torno da crítica sociológica *strictu sensu*, que se localiza na discussão acerca do Realismo, mais amplo e universal, tal qual se deu na Europa na primeira metade do século XX, cuja figura de proa ainda é Georg Lukács. Bosi aponta para a estreiteza e o dogmatismo de que se ressentem as análises do filósofo húngaro. Como dissemos, isso está em parte associado a uma ideia de *vinculação causal direta* entre *forma* e *sociedade*, inaceitável na visão de Bosi, também muito criticada pelos críticos do autor de *A teoria do romance*. Essa postura tem, em nomes como Plékhanov, Brecht³⁴ e Adorno, dentre outros, um emblemático debate no século XX, circundados que estão pelo dogmatismo enraizado e espreado pelo Partido Comunista Russo, assim como também pelas vanguardas artísticas. Nesse sentido, é central na análise de Bosi o próprio câmbio suscitado por Luigi Pirandello em torno do Verismo. Farei uma discussão que, assim espero, viabilize a compreensão das respostas de Bosi e do eixo interpretativo de sua crítica, mobilizadora tanto da História quanto do conceito de Forma Literária.

Grosso modo, a análise defendida por Bosi pode ser resumida a partir de um texto de 2000, publicado como prefácio à penúltima edição de *O ser e o tempo da poesia*. Sinteticamente, nele constam todos os modos pelos quais opera a crítica de

³³ LIMA, Luiz Costa. "A análise sociológica da literatura". Op. Cit., p. 684 (grifos meus).

³⁴ A essa concepção Brecht oporia: "não é a ideia de estreiteza, mas a de amplitude que convém ao realismo. A própria realidade é ampla, vária, cheia de contradições: a história cria e rejeita modelos". Brecht, Apud, Bosi., EO: 54.

Bosi. Arriscando uma descrição dos modos de ser do poema, isto é, articulando som e sentido, Bosi expressa-se do seguinte modo:

Pois o que é um som, vogal ou consoante, desgarrado do signo que é a palavra-feixe de conotações? E o que é a palavra arrancada ao movimento rítmico e melódico da frase? E a frase isolada do texto? E o texto fora do seu contexto? Enfim, o que é um contexto datado quando subtraído à memória e à consciência presente que o interroga e ilumina? Tudo são fantasmas, pseudoconceitos que uma pretensa ciência da literatura converte em objetos reais e passíveis de serem tomados como verdadeiros conceitos³⁵.

O texto apresenta um *crescendum*, sugerindo, antes, uma evolução gradual, a partir do som, aparentemente o urelemento na escala da horizontalidade de sentido. Parte, então, daí, ao signo e à palavra, posteriormente à frase, chegando a texto e contexto. Mas não pára nessa conjunção simples, pois tudo isso é mediado pela percepção que dela faz o sujeito concreto, atingido pela messe de sentido, forçado pela resposta do som à sua sensibilidade como ouvinte ou leitor. Nenhum dos dois sujeitos envolvidos nessa troca de experiências se eclipsa no processo, nem é escandido pela brutalidade da teoria pura, tampouco pela pura economia dos valores. Isso é medido pela margem e pelo tráfego de *memória* – memória pessoal e coletiva, esta última, confundindo-se como *tradição* e como *autodeterminação* –, o que repõe eficazmente em relevo os sentidos orquestrados pela rede simbólica do poema. Os valores simbólicos expressos se fazem acompanhar da interação incessante entre os elementos que os constituem a todos; eles estão mediados pelo mundo que os cerca, pela teia de sentidos que o poeta singularizou no seu fundo desejo de superação do presente, pelo risco da forma ossificada em texto. É esse, em grossos traços, o programa estabelecido pela conjuntura de leitura e teoria esboçadas por Bosi. Parte delas, inclusive, comporta uma retomada desse sujeito que foi sublimado no processo, retomada que pode ser lida, nas décadas de 60 e 70, na vertigem que se instaura com a ordem estruturalista e mesmo materialista histórica, mas *sem história*, dirá Bosi melancolicamente.

Vinculação às obras escritas e os temas do itinerário bosiano.

Antes que se entre em ceara virgem, que só o desenvolvimento do texto poderá aportar com integridade, continuemos apresentando o itinerário do Autor, ponto de partida de suas concepções ao longo de sua carreira.

³⁵ “Prefácio: Poesia e historicidade” in: STP: 10.

Em 1988, 11 anos depois de *O ser e o tempo da poesia*, Bosi publica, pela Ática, *Céu, inferno*. O livro na verdade organiza os dois patamares a partir dos quais Bosi se movia até o início da década de 70. A disposição do livro aponta isso: a primeira parte envolve a literatura brasileira; a segunda, o *intermezzo italiano*, coleta artigos e pequenos ensaios de literatura italiana. Nele, seu antigo aluno, Davi Arrigucci Jr., apontava claramente uma evolução e um vigor na atenção à vertente propriamente interpretativa, no entanto, “sem abandonar a perspectiva histórica”, aliás, diria ainda, aproximando-se, assim, do método histórico do Autor; quer dizer, Bosi “não descuida, por isso, da análise formal nem se afasta do presente”³⁶, perspectiva de matriz evidentemente crociana.

Decorreriam quatro anos mais até que Bosi publicasse *Dialética da colonização*, seu livro mais comentado e analisado até hoje, e, de algum modo, o mais ambicioso deles. Nesse livro, pode-se constatar que o teor *estritamente* literário foi posto lado a lado com a análise da cultura brasileira, e, nessa ótica, Bosi abre espaço para autores que costumam aparecer com certa frequência em sociólogos e menos em críticos literários, como é o caso de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A par das realizações notáveis desses intérpretes do Brasil, Bosi depõe uma crítica à sociedade brasileira como um todo e à sua cultura de modo particular. Historicamente, o livro aparece em um momento auspicioso para a nação brasileira, mas ao mesmo tempo, muito temerário. Basta lembrar que o início da década de 90 movimenta uma eleição presidencial que parecia trazer o país de volta à normalidade institucional, e, como veremos, se fazia acompanhar de uma plataforma discursiva intensa em torno da cultura brasileira, na década anterior.

Roberto Schwarz indicou no livro uma pertença ora à linhagem do ensaísmo de 30, “pré” especialização universitária, segundo ele, dos quais os autores mencionados são mais que expressivos; ora, ainda, ao ensaísmo mais severo e especializado, no âmbito “pós” especialização universitária.

O fato de haver, por parte da crítica, especializada ou não em literatura, uma atenção especial a este livro, um aporte, por assim dizer, maior do que a outros livros de sua lavra, pode ilustrar, ainda que não de forma direta, a busca e o interesse, no País, de uma espécie de tradição enraizada nos momentos sintetizadores, “formadores”, como prefere Paulo Eduardo Arantes, de nossa constituição social e histórica, de que o livro,

³⁶ ARRIGUCCI Jr., Davi. “Apresentação” in: *Céu, inferno*, ed. cit., p. 14.

sem sombra de dúvida, aporta sem incômodo, dimensionalizando, por esta via, uma, dentre muitas hipóteses explicativas, mas desta vez, elencando como momento privilegiado justamente a instância do literário. Isso, contudo, indica, também, o aporte teórico que a literatura no Brasil tem, em face de sua vida como Nação, desde antes do Romantismo, embora seja neste movimento particular, horizontal, que se concretizam as, nem sempre nuançadas, variantes perspectivas de leitura do País. Desnecessário dizer que a bibliografia para o assunto é vasta.

Note-se o incômodo a que é acometido Bosi, apostando aí em uma posição intelectual *positiva*, como parece ser o caso do lançamento deste livro, de antagonismo frente a autores simplesmente notáveis dentro deste mote de leitura, como é o caso dos mesmos Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Celso Furtado, Jacob Gorender e Pedro Casaldáliga (a quem Bosi lhes dedica o livro), comparecem, aqui, como vozes dissonantes nesse esquema clássico, não porque sejam pensadores irrelevantes, mas porque poucas vezes são apresentados no panteão dos autores formativos da nação brasileira. Não seria o caso de apostar em um Bosi *outsider*, muito pelo contrário, trata-se, antes, de trazer ao debate nomes que assumem, na carreira de Bosi, uma perspectiva de luta, pervadindo as instâncias do econômico, do social, do ecológico e do literário.

O movimento em torno do livro *Machado de Assis: o enigma do olhar* envolve também um acerto de contas com a própria fortuna crítica do Bruxo de Cosme Velho. Nesse sentido, ele claramente apresenta um continuísmo denso com *Céu, inferno*. Recentemente, o livro foi republicado com alterações na forma, e alguns textos a mais no panteão da genealogia do olhar machadiano. Tão importante é a figura ímpar de Machado que sua presença seria definida por Bosi como importante fonte de sua própria filosofia de vida. Essa pouco usual afirmação demonstra fortemente a presença e o verdadeiro ponto de inflexão proferido pela obra machadiana, não apenas na cultura brasileira mas também na obra de Bosi. Por isso mesmo, os textos deste livro e outros mais terão uma atenção um pouco maior, vinculando-o a parte da hermenêutica bosiana.

Depois desse livro, Bosi publicaria *Literatura e resistência*, volume também coligindo ensaios de maior fôlego, como o que abre o livro, e outros mais programáticos, como é o caso de “Narrativa e resistência”, texto este que dá continuidade a “Poesia e resistência”, do volume de 1977, completando agora a análise nos modos “temáticos”, mas também “como processo inerente à escrita”, como Bosi postulou, na sua vertente prosaica. De algum modo, o Autor devia esse complemento,

pois se afirmava em *O ser e o tempo da poesia* os modos resistentes do poético; nada, porém, era explicitado em torno da narrativa. Jaime Ginzburg, professor da USP, afirmara ser *Literatura e resistência* um petardo contra a barbárie dos tempos modernos, e a publicação, dada na mesma época de *Textos de intervenção*, de Antonio Candido, viria, segundo suas palavras, em boa hora³⁷.

Em 2010, Bosi publicaria volume dedicado ao conceito de Ideologia. O tema é candente na maioria, senão, em todas as bibliografias das esquerdas no mundo, e isso também se mencionamos a cultura literária. O fator mais surpreendente é que agora o Autor expõe suas opiniões a partir de distinta plataforma conceitual, embora o panorama ainda concatene suas exposições em um cenário pós-marxista. Ou seja, sua análise não se ressentia apenas de ser marxista, pois adentra outras fontes que relativizam essas instâncias, indo além delas para enquadrar os fenômenos de que a sociedade se ressentia nesse aspecto. O volume é ainda desenvolvimento de parte de muitas considerações não aúridas completamente em *O ser e o tempo da poesia*, mas que ainda permaneciam imaturas, esperando longo caminho até que se concretizassem. Isso pode ser sentido na maneira como escreve, no amadurecimento das questões críticas, e até mesmo na forma como introduz o tema, sem meias palavras, sem introdução nem agradecimentos, postulando singelamente a densa primeira parte do livro como “Notas de trabalho”.

Considerar a literatura como fenômeno e registro ideológico é apenas *parte* do problema, cabe perceber como a perspectiva de Bosi o resolve. O feito mais notável aqui, talvez, seja de fato levantar considerações da contraparte dialética da ideologia, ou seja, a “contraideologia”, coisa de que se ressentia a maioria das análises em torno do conceito, observado por vários leitores atentos do livro no seu lançamento. Ele marca, por assim dizer, um momento esperado na trajetória de Alfredo Bosi, tendo em vista que ele, como intelectual, já respondera mais de uma vez a possível contradição de um intelectual que adotou uma hermenêutica marxista em alguns momentos, ao mesmo tempo em que responde como cristão, dando ao debate, segundo Schwarz, um matiz verdadeiramente interessante³⁸. Em uma possível chave psicanalítica, é como se Bosi

³⁷ Jaime GINZBURG. Resenhas dedicadas a *Literatura e resistência*, publicadas em: *Diálogos latino-americanos* 7, pp. 140-142 e *Chasqui*, v. 32, n. 1 (may, 2003), pp. 122-125.

³⁸ Cf. de Roberto SCHWARZ, “Discutindo com Alfredo Bosi” in: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, pp. 61-85. Bem como a entrevista “Alfredo Bosi: entre a fé e a

estivesse aguardando o momento apropriado para resolver essa aparente (no entanto, sempre estimulante para seus leitores) contradição de sua trajetória.

Outros livros e textos importantes mais Bosi publicaria, mas a apresentação já é suficiente. Ao mencioná-los, intencionamos indicar o *quantum* “evolutivo” dessa obra, a partir da defesa das teses, de tal forma que se pudesse visualizar uma súpula de sua trajetória pessoal tanto de escolhas quanto de lutas, que se fazem em torno de um ideal de democracia e de uma ideia de literatura que se coloque nesse campo de tensões que é a sociedade e o homem nela imerso. Não é à toa que o que atravessa todo esse percurso é exatamente o conceito de literatura e resistência, da qual o Autor estuda desde o início até hoje.

Leituras e contraleituras.

Por tudo isso que se viu, fica claro que as questões debatidas envolvem uma série de fatores interpretativos cruciais no entendimento do fenômeno literário como um todo, e na obra de Bosi de modo particular. As leituras desta obra são acidentadas, no geral, compostas de resenhas e breves análises, o que acaba por prejudicar o entendimento que dimensione sua integralidade hermenêutica, ou, sua unicidade. Visto isso, nosso intuito é compreender detalhadamente como se deu o processo de desenvolvimento de uma percepção da literatura que acabou culminando em um conceito capital da crítica literária nos últimos 40 anos no Brasil, o de “literatura e resistência”. Para tanto, crucial é precisar a força e a contribuição desse conceito.

Eu entendo que o conceito é fundamental na crítica de Alfredo Bosi, mas não quero deixar a impressão de que ele seja o único, ou o mais importante de tudo o que escreveu. Longe disso. Fica claro que importante mesmo, na verdade, é tudo o que escreveu, o trânsito de afeto e a diversidade de referenciais mobilizados na leitura da obra literária, que, por sinal, move-se em um espectro muito grande, se se pensasse apenas nos ensaios isolados. Em virtude dos muitos livros que escreveu, o leitor que se interessar por dar continuidade ao labor de estudar a obra de Bosi, se contentará seguro ao saber que esse labor ainda continua, diversificando singularmente em autores de vária feição literária. Não é segredo para ninguém que Bosi ainda produz muito, e tem-

razão”. Entrevista a Hélio Rocha de Miranda et Paulo César Crneiro Lopes in: *Revista Cultura Vozes*, n. 1, janeiro-fevereiro 2001, pp. 87-97.

se interessado pelos aspectos da ideologia e das formações ideológicas, como o último livro não deixa dúvida. Fechei ou abri apenas uma porta, mas há outras ainda esperando a mobilização do olhar empático.

Como o conceito atravessa tudo o que Bosi escreveu – e uma mera espiada em sua bibliografia já dá o índice necessário dos termos envolvidos na empreitada – tivemos de objetivar uma busca pelos textos que a compõem, dispersos, na sua grande maioria, em jornais, mas também em revistas especializadas. Foi possível perguntar ao próprio Autor a sorte de muitos desses textos, e também se ele já havia feito um levantamento mais minucioso do que escrevera. Bosi responderia que esse levantamento ainda estava por fazer.

Os muitos desafios interpretativos elencados aqui se resumem em: primeiramente, ler esses textos no seu contexto imediato, tentando perceber os matizes em que eles se consubstanciaram. O segundo desafio dá-se em evidenciar a possível *continuidade de um pensamento nesses escritos*, integralizada por uma hermenêutica que consiga depreender, a partir das referências e das ideias veiculadas, um sentido que a obra evidentemente possa escandir.

A questão que se coloca é como montar a campa desse movimento interpretativo que apenas se entremostra gradativamente. Trata-se de entender que há fios condutores que atam a rede de sentido dos conceitos. Uma de nossas teses mais caras está na defesa de que, em consequência de seu nascimento *especialmente, mas não somente*, com a tese sobre Leopardi, o conceito de literatura e resistência progride ao longo de todo o discurso crítico de Bosi, abrangendo, nesse *continuum*, outras instâncias sociais, que não apenas o discurso literário. Bosi arguirá que o conceito é uma luta política, mas também uma maneira de compreender o aspecto *duradouro* do literário. A mesma perplexidade cinge o Marx de *Contribuição à crítica da economia política*, e resvala-se no Autor de *O ser e o tempo da poesia*. Em suma, o conceito, tal como estudo, expande-se por toda a escrita posterior do Autor.

Justifica-se assim estudar a primeira tese que nos legou Bosi, pois se pode aferir nela de que modo a análise de Pirandello ajuíza também métodos de leitura da narrativa. Esta leitura deve indicar que as teses não implicam apenas em registros históricos no caminho pessoal de Bosi, indica, também, e claramente a nosso ver, uma das maneiras de como Bosi inquiriu uma nova percepção do literário.

Outra possibilidade de leitura estaria em perceber que ele movimenta paradigmas nucleares e se pronuncia em torno de alguns deles. A ideia de que a estética, por exemplo, pode ser sentida, analisada e mediada por uma ética é uma delas. O que viria articulado no termo “literatura e resistência”, embora esse não seja o único veio interpretativo.

Outro aporte que o analista deve considerar ao se debruçar sobre a obra de Bosi – parte também de nossa tese particular – é o sentido de que a *práxis pessoal* caminha de mãos dadas com a teoria, ou seja, o teor ético que sobressai dos termos acima expostos operam uma conjugação prática que vai além do puramente literário, daí sua força exemplar que não exclui a dimensão propriamente prática ou a dimensão ética da vida. São exemplares, nesse sentido, os textos “A escrita e os excluídos” ou “Poesia *versus* racismo”, dispostos que estão em seu longo percurso como professor e mestre de gerações. Aliás, esta configuração estaria presente também nos grandes teóricos da literatura do século XX, tais como Bakhtin, Lukács, Benjamin e Steiner.

Em 2010, quando me recebeu para a primeira das duas entrevistas a mim cedidas no seu escritório no Instituto de Estudos Avançados na USP, comemorava-se nesta universidade o fato de Bosi atravessar, na sua vida acadêmica, a marca de 10 mil alunos em quase 50 anos de carreira universitária. Disso davam nota os vários cartazes espalhados por lá. É uma marca bastante sintomática de seu compromisso com a sociedade. Seus escritos, impregnados de conhecimento, mas também exibindo uma massa enorme de experiências, dão testemunho vivo disso. O evento correu quase paralelamente à outorga do título de Professor Emérito da USP³⁹.

Há que se notar que o diálogo da obra bosiana com sua geração deu-se de diversas formas. Uma delas refere-se ao impasse da crítica formalista, de que o Estruturalismo, difundido à mão farta na universidade brasileira na década de 70 – em “passo permanentemente acertado com as matrizes das últimas viragens teóricas”, como à época se pronunciou Affonso Ávila⁴⁰ – é exemplo quase arquetípico. Para não cair no impasse desse formalismo, dentre os muitos que se instalaram no País, Bosi procurou recuperar, nos autores de sua predileção, uma parcela significativa de sua própria

³⁹ Evento cuja data precisa é 12 de março de 2009.

⁴⁰ ÁVILA, Affonso. “Estruturalismo e teoria da literatura”, resenha ao livro de Luiz Costa Lima, de mesmo nome, de 1973, originalmente tese defendida na USP, sob orientação de Antonio Candido, in: *O Estado de São Paulo*, 22 de julho de 1973, p. 5. Nesta resenha, Ávila aponta o nome de Lima como pioneiro da teoria estruturalista no Brasil.

história pessoal, que exigiu na leitura uma atenção e uma delicadeza manifestamente coerentes para além do *cientificismo* proposto pelo estruturalismo. Tal é o caso do conceito de “morte do autor”, de que Barthes e Foucault, para ficar em apenas dois fortes defensores da ideia, muito citados, aliás, na época, estão entre os maiores arguidores.

Uma das faces desse diálogo estaria imantada na defesa da baliza de uma leitura contrária ao modelo *unicamente imanente*, ou seja, que não retirasse a dimensão do contexto do processo formativo de leitura, isto é, da dimensão histórica de onde a obra emerge e onde também se insere, bem como o fluxo de cultura que se imprime na obra literária, processo que é salutarmente dialético.

De outro, uma leitura que não transigisse aceitar também nenhum registro de *determinismo* na concepção do processo de criação individual da obra. Mais de uma vez, Bosi diria que a boa obra de arte é singularmente constituída. Por isso, é preciso resguardar o *fluxo* e o *encontro dos tempos* envolvidos na Criação Literária, fulcro das considerações de Bosi em diversas oportunidades. Essa bandeira seria um modo amplo de defender os autores de uma possível carga demissionária de sua percepção propriamente criativa e irrestritamente individual e intencional, embora o ciclo de sua produção possa amalgamar parcela significativa de seu tempo.

Qual seria então o método e a hermenêutica ideais para os quais convergiriam todas essas faculdades lidas na obra literária, e que Bosi cultivou com especial interesse ao longo de sua trajetória? Das muitas respostas possíveis, creio que a dimensão dialética poderia ser colocada como uma das primeiras. Ou seja, o modo especial com que Bosi lida com as obras, *interpondo um diálogo com o tempo*, e *mediando experiências* que o texto assume como imprescindíveis. A crítica literária de Alfredo Bosi extrai justamente dessa experiência e desse diálogo sua força, sem os quais todo exercício de leitura acaba ajustando-se a um percurso de imediatividade que é precisamente o que a pesquisa e o horizonte de leitura da obra bosiana evita fazer. Por isso mesmo, o *tonus* requerido pela crítica bosiana vai além da defesa “vernizada” do “humanismo”, além também da “alienação” e da “dopagem intelectual”, todos termos de Ávila. Lembrando o tenso problema de cientificidade que o estruturalismo propunha na universidade brasileira, não parece acertado que o campo literário brasileiro, naquele momento, fosse cingido por uma vitória, irrestrita, do estruturalismo pelo fato de ele ter empolgado “já *vitoriosamente* a cátedra e mesmo as publicações especializadas”.

Justamente por isso que esta teoria jamais deixará de sofrer o escrutínio e as críticas dos *humanistas*, como Bosi e Candido.

Bosi desenvolveu com seus pares um diálogo profícuo e auspicioso. A dimensão da interpretação da obra literária foi um desses aspectos em que Bosi melhor pôde demonstrar essa faculdade de interlocução, elaborando métodos e dimensionando a hermenêutica como fonte de possível entendimento do literário. Ainda sobre seu método ideal, dado o que a literatura *representa* e *é*, Bosi responderia que sua perspectiva seria justa e idealmente a fenomenológica. Não é surpresa então suspeitar momentaneamente que a base e o horizonte que definem sua resposta seja justamente o da *intencionalidade* da obra literária. Em suas palavras: “se você insistir em dar nome ao método, eu diria que o meu ideal crítico é fazer uma leitura fenomenológica que não perca de vista o horizonte dialético. Um ideal, repito”⁴¹. Visto meu aporte de análise, é plausível pensar que aquilo que mais chama sua atenção nesse ideal crítico seja mesmo o nexo de continuidade entre a vivência e o real, lidas na obra literária, justamente o que mais desagradava Claude Lévis-Strauss⁴². No fim das contas, a opinião do antropólogo em oposição à de Bosi dá a entender um périplo conflitante daquilo que entendem, um e outro, acerca dos fenômenos estudados pelas ciências humanas.

Este trabalho insere-se, portanto, na possibilidade de diálogo e mediação que a obra de Bosi há muito se ressent. Os riscos são muitos, como se pode ver pela construção visceral de toda ela, que atravessa todas as instâncias da cultura letrada no Brasil, pela extensão do *corpus* escolhido, pelas muitas referências e diálogos com os quais essa obra trava diletos contatos. O maior risco que enfrentamos, no entanto, é vermos claramente o ponto *isolado* de nossa empreitada.

Lida, portanto, desde o início, a obra de Bosi sempre ponderou a posição do autor na conformação da obra literária, e a intencionalidade acaba sendo uma *mediação* entre autor e leitor da obra. É precisamente nisto que se podem encontrar sínteses possíveis dos muitos pontos de vista que a obra literária necessariamente conforma – o que em parte explica sua dimensão de *obra aberta*, termo feliz com que Umberto Eco cunhou na década de 60 as expressões vanguardistas e literárias. O fio condutor da tese, se assim podemos caracterizá-la, está na ideia-síntese de que o conceito de literatura e

⁴¹ “Céus, infernos”, Entrevista citada, p. 113 (grifos meus).

⁴² “A fenomenologia me desagradava, na medida em que postula uma continuidade entre a vivência e o real”, diz o antropólogo em *Tristes trópicos*, (Cia das Letras, 1996, p. 56).

resistência move a crítica bosiana, extraíndo daí sua ímpar modulação. O livro *Ideologia e contraideologia* é exemplar nesse sentido. Ele aparece em um momento em que a tese ainda encaminhava as provas, bem como os detalhes que se podem ler aqui. Registro que ele suscitou uma perspectiva de leitura que se anunciava em um contorno político, de minha parte, um pouco limitado. Sua publicação se inflectiu razoavelmente em uma visada forte e possibilitou, com isto, fechar conceitualmente as ideias com um pouco mais de rigor, aquilo que então aparecia apenas como pura intuição. Bem verdade, era uma intuição bem guiada por *Dialética da colonização*.

Defendo, para além de uma leitura unidirecional da obra bosiana, que o conceito que ora se pronuncia é dado estruturalmente dentro do contexto da chamada Literatura e Sociedade, vertente à qual Bosi pode ser incluído, mas cuja trajetória diverge lateralmente de discípulos mais diretos dos maiores representantes desse tipo de análise no Brasil, como Antonio Candido e Roberto Schwarz. Senão, veja-se alguns exemplos disso que discutimos até aqui. É interessante notar, nesse sentido, como alguns autores incorporaram a tradição crítica, especialmente de feição novecentista, em suas próprias formulações.

Candido, por exemplo, na tese sobre o método crítico de Sílvio Romero, defendida para obtenção de sua Livre Docência em 1945, postula direções nas quais ele mesmo seguiria declaradamente dali em diante, indicando, com essa postura, a posição que os termos Literatura e Sociedade ganhariam em sua perspectiva crítica.

João Alexandre Barbosa, por sua vez, elegeu em José Veríssimo um paradigma de suas conceituações críticas, da qual o “impasse”, visto, por exemplo, em torno às questões de historicidade do discurso estético que medeiam a obra literária, serviriam de guia às formulações de Barbosa, como tal é o caso de aspectos ligados ao pós-modernismo⁴³.

⁴³ Candido diria no prefácio à segunda edição do livro, que se mantém inalterado na edição mais recente do livro: “publico-o, em grande parte por motivo pessoal, isto é: marcar o ponto de partida das posições críticas a que cheguei”, CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 12. BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse*. São Paulo: Ática, 1974 e, do mesmo autor, *As ilusões da modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

Referenciais, contágios e possíveis antecedentes críticos.

Dentro desse caleidoscópio de referências, Bosi aponta como possível ancestral de sua crítica o terceiro autor da conhecida tríade novecentista, Araripe Jr. Embora o faça de forma lateral, compreendemos que certos aspectos ligados à sua escrita vão-se tornando, também eles, partes de seu próprio paradigma analítico. É o que se pode ler em texto recente:

Na medida em que Araripe Jr. combinava a sua primeira formação tainiana com uma *sensibilidade atenta aos valores éticos e estéticos das obras que comentava, a sua crítica se distanciava da posição redutora dos contemporâneos*, que tudo enxergavam do ângulo da evolução nacional ou de uma antropologia causalista. As reações negativas de Sílvio Romero e de Veríssimo às leituras de Araripe Jr. são sintomáticas desse desencontro (...)

O que ambos os críticos condenam em Araripe é precisamente a sua capacidade de libertar-se do ‘espírito geométrico’ do Taine determinista e do suposto todo harmônico que constituiria a ‘evolução geral do povo’⁴⁴.

Bosi argüi que “a tensão *romântico/determinista* gerou, na escrita de Araripe, esse quê *polimorfo e aberto* que os colegas de ofício viram com certa má vontade”. Aqui, para Bosi, isso suscitaria a procura por uma “*teoria estética que levasse em conta as propriedades formais da mensagem, reconhecendo a origem desta não em fatores genéricos remotos, mas na dinâmica existencial do próprio autor em face das tradições*”⁴⁵.

Bosi dispendeu considerável esforço para recolocar em circulação Araripe Jr., basta lembrar *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*, antologia na qual Bosi expõe claramente esses e outros pontos de vista, os quais não deixam de se resvalar nas suas próprias escolhas interpretativas. Fato, aliás, que se repete tanto em Candido quanto em Barbosa⁴⁶, exposto no comentário anterior. Talvez seja este o caso mais notável de linhagem estrutural, se assim podemos dizer, de um esforço de se constituir um paradigma crítico e analítico dentro de uma cadeia sistêmica e, de algum modo, dentro de uma ordem de *causalidade interna*, termo de Antonio Candido, na cultura brasileira. Atualmente, o termo sublinhado passaria longe da perspectiva bosiana, mas

⁴⁴ “Por um historicismo renovado: Reflexo e reflexão em história literária” in: LR: 19 e 20.

⁴⁵ BOSI, Alfredo. “Introdução” in: BOSI, Alfredo. *Araripe Jr. teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978, p. XV e XVII (grifos meus).

⁴⁶ Cf., como exemplo disso, as antologias publicadas por um e outro: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sílvio Romero: Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp/LTC, 1978; BARBOSA, João Alexandre (Org.). *José Veríssimo: Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp/LTC, 1978.

sente-se nele não uma ponderação de caráter determinista, mas cultural e histórica. Esse espaço histórico foi amplamente teorizado por Wilson Martins com certa precisão, embora tenha esboçado um quadro em que os resultados resultem muito desiguais⁴⁷.

Se a perspectiva é um pouco mais ampla, isto é, revestida de outra ordem histórica, Bosi travaria um diálogo aberto e farto com os mais diversos autores, dos quais certamente Otto Maria Carpeaux é dos mais sentidos na sua escrita. Nesse aspecto, a *História da literatura ocidental* é, possivelmente, a melhor referência para sua *História concisa*, tanto na modulação, quanto na condução e no tom do projeto. Como se sabe, atrás de Carpeaux há outros autores que participam da especificidade do discurso crítico de Bosi, como é o caso de Erwin Panofsky e Ernst Cassirer. Paul Ricoeur, mas também Croce e Antonio Gramsci. Parte do que se lê da Estilística espanhola e da filologia alemã, como Leo Spitzer, Erich Auerbach. Mais recentemente, Gaston Bachelard e Simone Weil. Não à toa, autores cujo contorno crítico pode ser endereçado tanto ao neokantismo, quanto a visadas de horizonte que se norteiam por alguma perspectiva fenomenológica. Mais à frente desenvolvo com um pouco mais de pormenor alguns deles. Não seria desacertado dizer que duas figuras de proa da crítica do século XX, como é o caso de Georg Lukács e Lucien Goldmann, foram instâncias importantes dentro da conformação e do projeto inicial do Autor, mas que, depois, acabaram sendo dialeticamente realocados, ou, mesmo, deixaram-se de constituir importância na sua percepção da coisa literária.

O caso desses dois críticos merece certa consideração. Em torno de Goldmann, Bosi erigiu sua tese de Livre Docência, tomando como fundamento algum desenvolvimento da obra do autor e sua obra, o que se sentirá ainda nas considerações que faz, sobretudo, em *História concisa*, em vista do Romance de 30. Na escrita de Bosi, Lukács é sentido mais fortemente em *O ser e o tempo da poesia*, para, posteriormente, ser diluído dialeticamente. Torna-se ainda mais interessante notar, com

⁴⁷ Cf. MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, v. 2, pp. 875-1033. De algum modo, a disposição em direção a uma causalidade interna na crítica foi já formulada por Machado de Assis no seu *Instinto de nacionalidade* e também em *A nova geração*, nos quais se entrevê uma disposição ao diálogo com autores e críticos da época, ressaltando-se ali a falhada falta de articulação existente na esfera pública brasileira dessa ordem cultural. A hipótese de que a Academia Brasileira de Letras fosse uma casa que viabilizasse esse processo de forma a torná-lo mais consistente está por provar isso, mas não resta dúvida do esforço de Machado nesse sentido, leitura esta que poderia incidir, inclusive, nas suas crônicas e romances, onde, sem dúvida alguma, Machado dialoga com seus pares e consigo mesmo, sinal dos tempos pronunciados por sua própria pena. Será este o efeito de uma desordem na ordem lida até ali?

o passar do tempo, a permanência de Goldmann ainda como referência conceitual respeitável no panorama do que Bosi escreveria. Dada a importância abonada a uma perspectiva que seja aberta e franqueada de uma liberdade na construção da obra literária, auscultar-se por que isso é perceptível. A opinião de Bosi confirma o que Steiner diria de Goldmann em 1958: “a obra de Lucien Goldmann oferece um exemplo mais puro e mais rigoroso da crítica dialética (...) Goldmann insiste na radical complexidade da estrutura ideológica, no fato de que as relações entre as forças econômicas e os sistemas filosóficos ou poéticos *nunca são automáticas e unilineares*”⁴⁸.

Outros autores são-lhe fundamentais. É o caso de Giambattista Vico, que, na entrada da Época Moderna, foi dos primeiros a pensar as questões de historicidade da obra de arte e as dimensões da liberdade e força da imaginação. Esse o primeiro ponto. Contra um clima intelectual absolutamente inebriado de cartesianismo, Vico opôs-se à postura puramente geométrica de Descartes, lendo nela uma “redução absoluta do sensível ao sentido, do corpo à mente”. Vico perceberia, segundo Bosi, que a “linguagem da lírica, de Petrarca a Tarso, e a música da ópera barroca, não se produziram de acordo com os cálculos propostos por Descartes”, percebendo daí “o caráter específico do discurso histórico”. A par disso, fosse Vico o “precursor do ‘tudo o que é real é racional’, de Hegel”⁴⁹. Em parte, isso explica sua ausência do debate de seu tempo, especialmente nas cortes além da Itália – cuja força do cartesianismo obnubilou boa parte da filosofia europeia. Mas Vico ganharia leitores incontestavelmente grandes, como é o caso, século depois, de Hegel e, antes, de Herder.

Aqui, deparamo-nos com outro autor simplesmente fundamental na formação ideológica de Bosi. De Hegel, especialmente o da *Estética*, Bosi diria que foi por muito tempo seu autor dileto. Poder-se-ia dizer que Bosi é um leitor dialético dada a presença forte e amalgamada do filósofo alemão. Parte da negatividade que atravessa sua postura imediata em relação aos autores brasileiros contemporâneos e de sua recusa em aceitar os parâmetros dessa nova constelação de autores, deve-se a Hegel. Hegel não é puramente um autor da recusa – há muita positividade em seus escritos; Bosi aproveitou

⁴⁸ STEINER, George. “Marxismo e o crítico literário” in: *Linguagem e silêncio*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 274 (grifos meus). Curioso notar que precisamente a referência principal de Goldmann em *Le dieu caché* seja a obra de Lukács de *História e consciência de classe*, livro renegado pela ortodoxia do Partido Comunista.

⁴⁹ BOSI, Alfredo. “Uma leitura de Vico” in: STP: 229, 230 e 231 (grifos do Autor).

o que pôde dele. Sua leitura serviria, inclusive, como contraponto à leitura de certo Marx, mais afeito a uma ortodoxia, de que parte da militância de Esquerda aceita.

Outro autor nutrido de muita simpatia por Bosi, já o dissemos, é Marx. Como se sabe, a obra de Marx é gerada com base na perspectiva dos hegelianos de esquerda, cujo representante mais conhecido, talvez, seja Ludwig Feuerbach. Os primeiros escritos desses hegelianos eram parametrizados pela forte presença de uma crítica da religião. De algum modo, esse legado atravessa toda a perspectiva do jovem Marx. Isso é tão forte que o marxismo desenvolve-se, primeiramente, como uma crítica à religião. Em outras palavras, o marxismo pronunciou-se ateu, e essa perspectiva antirreligiosa debate-se como parâmetro do autotélico termo *alienação*. Bosi sabe disso. Confrontado a esse respeito, já que sua perspectiva existencial é a ela oposta, porque invariavelmente cristã, ele responderia que aceitava do marxismo parte da crítica por ele esboçada contra o Capital, ou seja, uma postura resistiva em face dele. Porém, rejeitava a porção ateia e negadora de uma verdade que, ele diria nove anos depois, não pode ser simplificada sob a pecha de “alienação”, precisamente a ideia que o livro *Ideologia e contraideologia* expõe com muita acuidade e detalhe.

Dentro, porém, de um horizonte mais contemporâneo de autores que Bosi teve oportunidade de conhecer, voltemos ao autor que já apresentamos e que Bosi tem por introdutor e pioneiro da crítica dialética no Brasil: Otto Maria Carpeaux. Bosi diria que fora Carpeaux quem lhe inculcava, por meio de seus artigos de jornal publicados na década de 50 e 60, o gosto por um tipo particular de raciocínio dialético que sabia ler nas obras literárias suas contradições e suas disposições paradoxais no tempo, bem como os conflitos culturais que as atravessavam. Tipo e anti-tipo. Texto e Contexto seriam mediados em uma irradiação recíproca de consciências e experiências. Bosi ainda era um adolescente quando lia esses artigos e sua obra posterior, da qual a *História concisa* sobressai, como já dissemos, guarda muito desse tipo de raciocínio que o leitor de Carpeaux encontra hoje nas monumentais e ciclópicas quase três mil páginas nos quatro volumes da *História da literatura ocidental*.

Aberto à dimensão livre da obra literária, Bosi menciona um autor que também tem tido relevância em alguns de seus escritos, como é o caso de Gaston Bachelard. Unindo uma leitura culturalista e cujo trânsito alia-se também a via da escola da suspeita que a psicanálise aventa, Bachelard diria ser sua obra uma *imaginação das formas*. Bosi aliará ao nome de Bachelard uma memória da cultura, que se estenderia

para além “[d]os extremos do narcisismo sem raízes e da cultura sem sujeito”⁵⁰, a que estaríamos submetidos. Por conta da percepção de que a obra literária alia memória e cultura, portanto, está entranhada no *sujeito*. Bosi nunca pôde aceitar certos parâmetros da cultura dita pós-moderna, da qual emerge esse sujeito fragmentário e sem feições, oriundo de uma cultura sem patrimônio, bem como, o fulgor das coisas do ontem: “sem raiz” foi como a denominou inúmeras vezes.

Não poderíamos prescindir de mencionar a obra de Benedetto Croce. Por meio dessa estética, para a qual temos um texto substancial de Bosi, que lhe serviu de prefácio para a *Aesthetica in nuce*, Bosi reafirma a força da poesia e reafirma também que *literatura é mediação* e de algum modo, *distinção*. Para o filósofo italiano, a distinção da literatura pode ser encarada na experiência que a comunicação e a atenção dos afetos dispõem sobre o feixe de significações: “nada vem do nada. É esse tesouro da experiência pessoal, feita de impressões e afetos, que permite o jogo diferenciador das intuições”⁵¹.

Para terminar este pequeno périplo pelo qual o método de Bosi se entremostra, faz-se necessário falar em Antonio Gramsci e Simone Weil. Por certo, são dois autores variamente conhecidos, especialmente no Brasil, em que tiveram parte substancial de suas obras publicadas. O que chama a atenção de Bosi, aqui, é a dimensão da filosofia tornada práxis. Em Gramsci, Bosi lerá essa dimensão de diversas formas, dentre as quais, a participação do intelectual como interventor da cultura, e uma aproximação real com as culturas populares, em que Gramsci teve, na Itália, papel preponderante.

No caso de Weil, pode-se dizer que ela conseguiu analisar as categorias próprias da esquerda de forma a reatar o peso da história na vida e no pensamento. Para ela, a literatura caminha *aquém*, mas também, *além* das ideologias, pautando a participação pessoal por um escape da “loucura” e do “contágio da vertigem”, termos com as quais Bosi identifica parte de sua filosofia⁵². É indispensável pensar nesses dois pensadores por esta perspectiva, o que garante à sua práxis uma dimensão libertadora. Em Weil, também, há que se valer da mediação da religião como fator “contraideológico”, importante para se pensar as ponderações do último livro de fôlego de Bosi. Dela, dirá: “só a energia da ação pensada alcança romper a dura crosta da reificação que obstrui a

⁵⁰ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões” in: *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 2000, p. 42.

⁵¹ “A estética de Benedetto Croce: um pensamento de distinções e mediações” in: CI: 391.

⁵² IC: 157ss.

mente do opressor e do oprimido. A ação pensada é *o trabalho*, que não separa a inteligência e as mãos de quem o concebe e executa”⁵³, aspecto que já se entremostrava em 1977 nas palavras candentes e ternas de “Os trabalhos da mão”, dedicado a Eclea Bosi, esposa de Bosi.

No caso dos autores que foram objeto de sua crítica, como se viu, esse diálogo aparece como método. É bem por aí que seremos capazes de identificar as linhas gerais que acompanham esse diálogo.

Como os autores são muitos, podemos citar aqui os italianos, primeiros objetos literários quando Bosi ainda era da Cadeira de Literatura Italiana. Dentre esses autores, Leopardi e Pirandello são exemplares, atingindo outros autores mais ou menos conhecidos do público brasileiro, como Giovanni Verga, Alberto Moravia, Italo Svevo e Umberto Eco. Bem como perfazendo análises mais ousadas, como é o caso de Dante Alighieri, cujo texto Bosi, quase tímida e humildemente, intitula “Um ‘novíssimo’ lê Dante”.

Dentro da literatura brasileira, por seu lado, há autores de proa, como Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Gregório de Matos, Padre Antonio Vieira. É na comparação entre esses autores que se pode acompanhar com maior exatidão o alcance do método de leitura bosiano.

Nenhum dos autores mencionados suplantou em atenção as leituras que Bosi deslindou em torno de Machado de Assis. A fortuna de Bosi sobre o autor carioca conta já quatro livros e variados textos, conta ainda com uma antologia, que compendia textos da fortuna ativa e passiva do Bruxo de Cosme Velho, publicada em 1982, incluindo um interessantíssimo debate com figuras fundamentais da cultura brasileira, igualmente estudiosos da obra do mestre carioca, como Silviano Santiago, Antonio Candido, Roberto Schwarz e Sonia Brayner.

A singularização da experiência estética: a operação dos valores.

Dentro de tudo o que até aqui vimos, os dois pólos com os quais Bosi se propõe dialogar são precisamente o da Memória e o da Cultura. Eles se constituem fontes indispensáveis para se pensar sua obra, estreitamente associados que estão ao conceito de “literatura e resistência”. Para seus leitores não seria difícil identificar esses tópicos

⁵³ *Id., Ibid.*, p. 171.

na sua obra, munida que está de uma *afetividade* da leitura e da compreensão da imaginação literária.

O primeiro deles, a Memória, grafado em maiúscula pelo Autor em muitas passagens, identifica a unidade da consciência do sujeito no plano de sua individualidade. Isso quer dizer que Bosi razoabiliza o estrato desse sujeito em uma dimensão da experiência mais concretamente ancorada no solo da vida interior – ancorada no plano espiritual propriamente dito – ecoando aqui vocabulário consoante à perspectiva hegeliana.

No campo oposto, essa mesma experiência individual está imersa na vida em sociedade, na lide da vida gregária. Bosi apodera-se e desenvolve esse espectro com base em uma metáfora condicionada pelo verbo *criar*. Dizia ele, em um debate que envolvia a palestra do antropólogo Walter Mignolo, no Seminário Internacional Literatura e História da América Latina: “a imitação está em tudo, na verdade, porque a memória e a experiência fazem parte tanto do poeta quanto do historiador; *a memória, a experiência, a relação com o outro, com o objeto, a incorporação do que está de fora, tudo isso é uma experiência humana fundamental que está no historiador e no poeta*”⁵⁴.

Há que pensar como esses tópicos esboçados por Bosi envolvem-se em um amálgama original em torno do conceito de literatura-resistência. Esse conceito baseia-se em duas terminologias aparentemente contraditórias e que, na antiguidade, eram pensadas em termos não opostos, mas complementares e contíguos. É sabido que o termo *kalokagathia* compreendia a união do *belo* com o *bom*, a “*excelência e o grau de perfeição*”, como a ele se refere Benedito Nunes⁵⁵. De fato, o conceito bosiano compreende um comportamento estético da literatura associado a uma compreensão ética – cujo termo *resistência* recobre claramente. Essa dupla articulação depara-se com as operações de “valores” (termo de Bosi) transmitidos pela obra de arte, especialmente a literária, e apropriados pelo crítico. Como se verá, esse conceito não se detém ao literário apenas; ele resvala-se, no limite, em seu aspecto propriamente político também. Bosi dirá que há, no pacto comum e no trânsito de consciências posta no triângulo autor-texto-leitor, um movimento dialético que termina por indicar outra via, a via do descobrimento e da experiência do homem, e daquilo que lhe é próprio, instâncias que

⁵⁴ CHIAPINNI, Ligia et AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 140 (grifos meus).

⁵⁵ NUNES, Benedito. *Introdução à história da arte*. São Paulo: Ática, 2003, p. 19.

se traduzem no alumbramento das coisas que a “ideologia dominante esquece, evita ou repele”⁵⁶, de tal sorte que “é nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente”⁵⁷. Sendo assim, o valor é objeto da “*intencionalidade da vontade*”, está “no *fim da ação*, como seu *objetivo*; e está no *começo dela* enquanto é sua *motivação*”⁵⁸. Deambula lide semelhante no texto de Marx que leremos *en passant*.

Fica ainda por responder a velha questão do engajamento, descrita nos termos de Jean Paul Sartre em *Que é a literatura?*. De fato, consorciar os termos *literatura* e *resistência* induz o leitor mais desavisado a pensar que a defesa bosiana dessa filosofia estética dá-se em termos semelhantes aos empregados pelo filósofo francês. Para Bosi, ao contrário, trata-se de o homem encontrar-se, via *mediação*, a colidir-se com um Outro que o enfrenta, que imprime nele um momento de recusa e negatividade, mas, abrindo-se também, via *nominalização*, à desafiadora positividade que o nome carrega consigo. Aliás, em resenha a *Céu, inferno*, Valentim Facioli chegara a conclusão semelhante à nossa. Ele dizia: “a forma literária; a produção de sentido atualizada na História como problemas, fraturas, contradições, vivos (*sic*); o Sujeito que conhece e interpreta como consciência de si na relação com o Outro”⁵⁹. As palavras alargam-se em busca de uma totalidade que abriga esse homem, desnuda-o de sua posse, mostrando-lhe saídas possíveis que o desidentifiquem a um *status quo* delirante e alienador. A poesia “resiste ao contínuo ‘harmonioso’ pelo descontínuo gritante; resiste ao descontínuo gritante pelo contínuo harmonioso. Resiste aferrando-se à memória viva do passado; e resiste imaginando uma nova ordem que se recorta no horizonte da utopia”⁶⁰. Palavras quase proféticas naquele 1977.

Status Questionis.

Reservei aqui um espaço para desdobrar o papel de alguns dos interlocutores de Bosi quando postos em contato com sua obra. De fato, não foram poucos aqueles que se pronunciaram a respeito dela, e, em muitos aspectos, essas intervenções constituíram-se em reais contribuições e em um diálogo promissor. Embora substantivas, a obra bosiana

⁵⁶ LR: 122.

⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 135.

⁵⁸ “Narrativa e resistência” in: LR: 120 (grifos meus).

⁵⁹ Resenha a *Céu, inferno* in: *Estado de São Paulo* de 15 de maio de 1988, p. 4.

⁶⁰ “Poesia-resistência” in: STP: 169.

ainda se ressentir de contribuições superficiais. Pode-se lembrar, como exemplo, o texto de Benedito Nunes “O trabalho da interpretação e a figura do intérprete na literatura”, complemento a “A interpretação da obra literária”, texto que Bosi escreveu em 1988 para *Céu, inferno*.

Segundo a perspectiva de Nunes, ainda se poderia apor considerações de outra ordem, dentro de um pensamento propriamente hermenêutico (o mesmo referencial de Bosi), que o filósofo provoca com as asserções baseadas em Gadamer e Heidegger, objetos de outros trabalhos seus, especialmente um, que interessa de perto ao analista de literatura, como é o caso de *Passagem para o poético*. O texto também assume uma porção daquilo que os intérpretes mais recentes da obra literária, como Paul Ricoeur, endossado pela prática de Bosi, evocam. Certo é que a interpretação das obras literárias, tanto na acepção que sobre ela confere Bosi, como ao complemento dialético de Nunes, dá-se “graças ao jogo dialético entre discurso e escrita no processo formativo da obra, os textos articulam uma nova espécie de referencialidade”; eles garantem ao intérprete operar “*nesse plano não menos histórico e social do que intersubjetivo, onde se torna concorrente do trabalho geral do conhecimento*”⁶¹.

Mas, pode-se pensar também em outros autores que leram na obra de Bosi aspectos ligados a uma perspectiva do discurso moral, o que acabou propiciando uma saudável dissensão, que enriquece o acervo do crítico aqui discutido. Considere-se, por exemplo, “Discutindo com Alfredo Bosi”, texto publicado por Roberto Schwarz em julho de 1993, como recensão a *Dialética da colonização*, então recém-publicado, cuja versão reduzida foi lida na mesa-redonda sobre a Cultura no Brasil. O debate foi desenvolvido e publicado pelo caderno de Cultura do jornal *O Estado de São Paulo* em 17 de janeiro de 1993. A questão da moralidade do discurso bosiano não passou despercebida de Schwarz, e a despeito do “discreto escândalo” que causou o livro, por sua catolicidade, sua pergunta dirigia-se ao tom do texto bosiano. O eminente estudioso de Machado de Assis *afirmara*: “por que não guardar para si as convicções sobre assuntos tão privados como Deus e a ordem social?”⁶². Esse é apenas um aspecto que perpassa o texto de Schwarz dentre os muitos que levanta sobre o crítico.

⁶¹ NUNES, Benedito. “O trabalho da interpretação e a figura do intérprete na literatura” in: *A chave do poético*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 130 (grifos meus). Bosi já afirmara pelo menos uma vez não aderir à estética de Heidegger. À frente, teço comentários a respeito.

⁶² SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 61.

Ao fato de que Schwarz escandaliza-se com a catolicidade de Bosi, Schwarz coloca também certo pendor para a não ação do livro, dado que a inferência é de que haja uma continuidade histórica entre o passado colonial que o livro aponta e a sua herança social sentida no presente, daí que indique: “e de fato, se o arcabouço de passado colonial não mudou, o ânimo da construção é outro, pois falta o ponto de fuga da transformação efetiva”⁶³. Essa é a esperança que Bosi vê-se estimulado a responder, quase vinte anos depois, quando publica *Ideologia e contraideologia*, talvez o livro em que mais proximamente se constata essas dimensões da práxis transformada em plataforma de ação política propriamente dita, sobre a qual o texto de Schwarz reclama.

É importante notar que o crítico da Unicamp anota justamente o desajuste nas plataformas históricas ancoradas por Bosi, ou mesmo a bancarrota que se lê entre aquelas antigas plataformas de um redimensionamento da realidade nacional, das quais, no Brasil, sobressaem tanto o projeto “universalista”, defendido pelos jesuítas, quanto o “liberalismo de Nabuco”, o “varguismo”, o “desenvolvimentismo” e até mesmo o “socialismo” – separados que estão pelo enorme fosso da realidade que os ancora, cada um em seu tempo. Pode-se dizer, por isso mesmo, que Bosi repõe ao campo de combate as propostas do universalismo cristão, acordado com o que Schwarz afirmara:

Algun tempo atrás pareceria patético trazer à primeira linha da argumentação social o universalismo cristão, visto o que ele tem de abstrato – ainda mais assim, despojado de dimensão eclesial. Mas se um escritor atento e refletido como Bosi se animou a colocá-lo no centro de um livro agora, não será porque presente que a bancarrota das categorias anteriores, tão mais plausíveis sociologicamente, já lhe emprestou verossimilhança nova?⁶⁴

Há também outro tópico dentro das concepções de Schwarz que Bosi concede atenção, e que se dá em torno das chamadas “Ideias fora de lugar”, um verdadeiro programa de leitura do século XIX que Schwarz trouxe à baila em 1977, ao publicar *Ao vencedor as batatas*. A argumentação de Bosi move-se no sentido de enxergar nas messes daquele século não uma disjunção ideológica estrita do liberalismo, cujos ideólogos estariam fora do eixo de significação histórica por defender uma postura liberal em uma sociedade *escravocrata*. Bosi argumenta que o liberalismo no Brasil se dava em face de as posturas de seus defensores serem ora conservadoras, ora progressistas, como é o caso do liberalismo defendido por Joaquim Nabuco. Bosi

⁶³ *Id., Ibid.*, p. 66.

⁶⁴ *Id., Ibid.*

publicaria a primeira versão de sua defesa da ideia em 1988, retomando-a diversas vezes⁶⁵.

Atualmente, uma das fontes teóricas que corroboram a ideia de Bosi é o livro *Contra-história do liberalismo*, de Domenico Losurdo, que não ignora a discussão, mas propõe justamente que escravidão e liberalismo apresentam uma interface historicamente *contínua*, que é estrutural à própria criação do liberalismo. Senão, vejamos rapidamente como argumenta. Analisando o pensamento de alguns “pais” do liberalismo, além dos teóricos europeus, como o presidente norte-americano John C. Calhoun, Losurdo retira de suas premissas as categorias que definiriam o liberalismo como “a liberdade do indivíduo”, a “não interferência do poder do Estado”, o “‘compromisso’ como princípio inspirador dos autênticos ‘governos constitucionais’”, o “sufrágio universal”, bem como a limitação dos poderes políticos; dentro dessa descrição teríamos “todas as características do pensamento liberal mais maduro e sedutor”. “No entanto”, argúi Losurdo:

Calhoun proclama que a escravidão, ao contrário, é um ‘bem postiço’ ao qual a civilização nunca pode renunciar. Certamente, ele denuncia repetidamente a intolerância e o espírito de cruzada, não para colocar em discussão a subjugação dos negros ou a caça impiedosa aos escravos fugitivos, mas sempre e somente para estigmatizar os abolicionistas, estes ‘cegos fanáticos’, que consideram ser ‘sua mais sagrada obrigação lançar mão de todos os recursos para destruir’ *a escravidão, uma forma de propriedade legítima e garantida pela constituição*⁶⁶.

Depreende-se claramente da citação que *liberalismo* e *escravidão* não podem ser percebidos e separados *abstratamente* sem que se oriente para que sentido histórico real o termo assume na praxis. Esse pormenor não impede que as duas instâncias hoje sejam lidas como pensamentos antípodas, mas no seu contexto de nascimento imediato, confere Losurdo, tratava-se de uma junção absolutamente normal. O livro de Losurdo é pródigo em exemplos notáveis nesse sentido, direcionados em torno de praticamente todos os “pais” do liberalismo, cujo pensamento desabonaria a tese da disjunção entre liberalismo e escravidão, especialmente no contexto brasileiro.

⁶⁵ BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos” in: *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, 1988, pp. 4-39. Bem como a resenha do livro de Domenico Losurdo, publicada na revista *Estudos Avançados*, intitulada “Liberalismo *versus* Democracia Social”, n. 59, jan-abr, 2007, pp. 359-363, dentre outros estudos.

⁶⁶ LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006, p. 14-15 (grifos meus).

Há, portanto, na perspectiva de Bosi, dois liberalismos: no primeiro deles, apoiava-se a escravidão. Neste, apontar-se-ia diretamente para figuras como Bernardo Pereira de Vasconcellos, bem como para o próprio José de Alencar dentre outros políticos do tempo. No outro, havia um manifesto desejo de reforma social e anti-escravagismo, este apontaria para figuras como a de Joaquim Nabuco, defensor coerente com as propostas liberal-democratas.

Sobre outro aspecto da obra bosiana, aquela direcionada às análises de Machado de Assis, expostas em *O enigma do olhar*, e tomando parâmetros semelhantes aos de Schwarz na sua análise, João Hernesto Weber se pronuncia contrariamente à perspectiva de Bosi. É possível ler nessa discordância teórica uma desconfiança em torno de algumas personagens do Bruxo de Cosme Velho serem ou não analisadas como “tipos” ou “indivíduos”, termos identificados a uma leitura alegórica por Bosi. Esses termos estão instanciados desde pelo menos a leitura que faz Bosi da obra de Pirandello, sobretudo em torno de personagens que ganham verossimilhança nova na urdidura ficcional.

A aposta de Weber dava-se no sentido de não encontrar razão para que a análise das personagens fosse depreendida ou não de figurações *tipológicas*, cujo maior adversário, nesse sentido, seja, talvez, o mesmo João Hernesto Weber. A argumentação de Weber leva a pensar que essa caracterização de Bosi significa um despiste para a fundamentação ética conduzida pela “insatisfação moral” que acomete o Autor, como reclama seu texto, despiste que levaria a pensar em um caráter experimental do romance machadiano em torno de uma ideia própria à ética, a ascensão social *na* sociedade escravocrata, ascensão que é sentida e desejada por homens livres, como é o caso de Guiomar, Estela, Iaiá Garcia e Capitu. O imperativo desses homens e mulheres, principalmente mulheres, no caso machadiano, resvala-se na pergunta de Weber: “se a sociedade escravista dá espaço à ascensão, é legítimo, e ético, que aqueles, com mérito, vindos debaixo, o aproveitem? Ou, no contraponto, cabe a renúncia?”. Assim, depois de arriscar uma defesa da ótica de Schwarz, aponta para a inexistência, no quadro de Machado, de indivíduos: “para mim, enfim, as personagens são, sim, *tipos sociais* (grifos meus), sendo de se questionar, inclusive, a possibilidade de existência do *indivíduo*, como tal, numa sociedade escravocrata...”⁶⁷.

⁶⁷ WEBER, João Hernesto. “Algum ‘desconforto’ crítico” in: *Tradição literária & tradição crítica*. Porto Alegre: Movimento, 2009, ambas as citações à p. 73 (grifo do autor).

Cabe apontar que a análise do romance pela via da personagem é uma plataforma relativamente recente nos estudos literários, e tem em Michel Zérafra um autor bastante fecundo nesse sentido. A argumentação de Zérafra perpassa a ideia de que, a partir dos anos 20, até os anos 50 do século XX – mesmo antes, se pensarmos em casos como o do próprio Machado, Henry James, ou Flaubert – os autores passaram a adotar uma perspectiva mais universalista – que envolve a figura da pessoa, menos do tipo – em torno da personagem, congruindo em duas maneiras de objetar uma postura diferente até então adotada em torno desse conceito:

A primeira é que era necessário levar em conta um fenômeno de acumulação das obras romanescas que em larga medida determinou a mais ampla das reflexões sobre a arte do romance que jamais foi efetuada, e que foi uma das causas de desconfiança unânime com respeito à personagem – ou ao menos ao tipo.

A recusa da ‘personagem’ não manifesta somente a exigência de verdade e de autenticidade; sendo a do *retrato*, esta recusa procedia de móveis estritamente estéticos e inscrevia-se, por reação e negação, na história da arte⁶⁸.

Dentro dessa nova maneira de olhar a pessoa, e, dentro do espectro romanesco, a personagem, Bosi encontra na figura de Pirandello um exemplo bastante coerente de análise da pessoa e das máscaras por ela usadas. É possível que Weber não conheça esse texto de Bosi onde se expõe mais claramente essa concepção. Pirandello, aliás, é autor que comparece no livro em vista de seus modos diversos de enxergar a personagem ficcional. Cabe aqui pontuar apenas que a análise de Bosi foi demonstrada pelo menos sete anos antes da publicação do livro de Zérafra. Aliás, Zérafra acompanha seriamente a obra de Pirandello, destacando justamente a perspectiva que o texto de Bosi já havia desdobrado.

Interessante notar o sentido de continuidade esboçado por Weber em sua tese de doutoramento, onde se pronuncia em torno de *História concisa e Dialética da colonização*. Ele examina a formação das histórias da literatura no Brasil sob o arriscado critério da nacionalidade. Para Weber, a *História concisa* precisa ser tematizada em vista de outros textos igualmente importantes, que apontavam para o desajuste das ideias de cultura e nação, e que estariam representados tanto por textos tanto de Roberto Schwarz, quanto de Antonio Candido. Seguindo o argumento de Weber, pode-se dizer que Bosi, Schwarz e Candido baseiam-se – o que diferimos, no

⁶⁸ ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 13 (grifos do autor).

caso de Bosi, no que para nós seria melhor dizer “aponta” – nos notórios movimentos da teoria da dependência, através da qual tanto Candido quanto Schwarz efetivamente se movimentam.

O percurso de Bosi, ao compor sua história da literatura, segundo Weber, é idêntico ao das tradicionais histórias literárias existentes no país, com o nítido acerto, a nosso ver, em dizer que Bosi o faz *descentradamente*, isto é, “como objeto da história europeia, com as contradições que isso implicava”. Portanto, condizente com aquilo que se esperaria de uma história que, na concepção de seu próprio autor, resistiria aos tempos daqueles anos.

Para outro autor, afeito à sociologia francesa mais recente, Juremir Machado da Silva, Bosi, em sua *Dialética da colonização*, opera sob paradigma “anacrônico”, segundo ele, retomando “a problemática da importação das ideias”. De acordo com ele “moveu-o [Bosi] o interesse de *reafirmar a potência do conservadorismo*, das maquinações do capital contra o trabalho e de denunciar as teorias idealizadoras do colonizador”⁶⁹. É de estranhar a qualquer intérprete da obra bosiana, pensando aí em uma explanação afeita a uma hermenêutica entre parte e todo, como Bosi várias vezes ponderou ser a ideal, concluir algo semelhante a isto dentro daquilo que sua obra se propunha analisar desde o início.

No andamento do texto, percebemos por que Juremir Machado da Silva se mostra tão assaz imperioso contra aquilo que Bosi defende em seu livro: certo teor polêmico aferido *contra* Gilberto Freyre, autor este que, segundo Silva, aponta para o futuro do país. É nesse sentido que se pode entender certas afirmações positivas e peremptórias do livro, como esta, em que reafirma o teor de *obra de futuro* em Freyre: “Bosi *retomou a luta contra Freyre. Batalha do futuro contra o passado*”⁷⁰, que decerto guarda ressonância em outras afirmações de igual teor como esta, na mesma página: “os marxistas fizeram a crítica do positivismo, mas guardaram a mística do futuro”.

O paradigma descentralizador abonado por Silva impede que haja de fato um debate de ideias em um sentido construtivo do termo, já que ele não se move em uma perspectiva propriamente analítica, mas, discernidora de um *sintoma*, tomando como base sua própria fundamentação teórica. Ao longo do texto, ficam claros os pressupostos de algumas pesquisas da sociologia francesa, como a do orientador do

⁶⁹ SILVA, Juremir Machado da. *Anjos da perdição*. Porto Alegre: Sulina, 1996, p. 214 (grifos meus).

⁷⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 215 (grifos meus).

trabalho, Michel Maffesoli, empurrando um paradigma de ordem totalmente diverso ao de Bosi. Esse *empuxo*, em si mesmo, não é nenhum problema, mas o desenlace de ideias deveria mover-se para uma confluência que não descartasse, *a priori*, a participação de outras linhas de pesquisa. Isto indicaria, portanto, que Bosi já estaria “condenado” desde o começo de sua análise. É mesmo o que se vê na consecução da argumentação e da leitura, nem sempre correta, de Juremir Machado da Silva.

Sua insistência em denominá-lo “marxista”, por exemplo, que se estende por ainda tantas linhas mais – tais como “o futurismo messiânico arraigou-se de tal modo que o marxista Alfredo Bosi concebe cultura como sinônimo de futuro”⁷¹ – é uma generalização que irrita desde o começo, ainda mais se se pensar que Bosi, mais de uma vez, já afirmara claramente não ser marxista – à frente veremos por quê – fato bastante relevante para a compreensão de parte de seu próprio itinerário, sem a qual seu último livro apresentaria uma discrepância absolutamente notável do restante de sua obra.

Insistindo ainda nas variadas leituras sobre a obra de Bosi, cabe lembrar outro texto igualmente salutar nesse sentido, porque prenhe de indicações sugestivas, que se dão no paralelo algo notável que Robert Patrick Newcomb, da Universidade da Califórnia, vincula entre as concepções de poder que atravessam tanto Bosi, quanto Jacob Burckhardt. O texto levanta aspectos de continuidade indiscutível, mas bastante sutis, é verdade, e acaba revelando uma concepção muito apropriada de poder em ambos, que até então não havia sido lida em toda a obra do Autor. O artigo, escrito em inglês – cujo título remete a aspectos valorativos cruciais na obra dos dois pensadores, “Under the sign of an evil power: Jacob Burckhardt and Alfredo Bosi” – foi publicado em 2009 e perscruta justamente a desconfiança que ambos os pensadores nutrem em relação ao poder, fulcro de mais de uma consideração que Newcomb levanta. Isso mostra o avanço de concepções de críticos brasileiros em departamentos universitários estrangeiros, diminuído nesse caso pela publicação do primeiro capítulo de *Dialética da colonização*, traduzido para o inglês recentemente, e de outros mais em francês, alemão e espanhol.

Abrangência e termo da tese.

Nosso texto se insere em uma perspectiva que procura conciliar, dentro da diacronia da obra, aspectos dela que se mantêm vivos hoje, por isso, a monografia, que

⁷¹ *Id., Ibid.*, p. 218.

ora se apresenta é a primeira tentativa no Brasil de ler toda a obra de Alfredo Bosi, objetivando historiá-la de forma completa e, em alguma medida, totalizante. Partindo dos primeiros escritos do Autor, intenta-se desfechar uma análise que não seja pontual, de seus principais escritos, na tentativa de perscrutar o todo que a obra requer. Não pretendemos nos enredar em uma crítica biográfica; no entanto, a biografia conhecida serve para iluminar a obra; é o aporte existencial sem o qual o próprio estatuto das questões aqui refletidas sairia seriamente prejudicado. Percorreremos aspectos da vida de Bosi em vista de esclarecer dados. É exatamente esse o sentido que os termos “diacronia/sincronia” procuram discriminar. Intentamos escrever um texto que respeite a dimensão da obra bosiana, e a tentativa que aqui se esboça é totalizante, fato observável mais ainda se se objetivar que o par “literatura e resistência” atravessa ciosamente a crítica e a práxis do Autor.

É resultante dessa lógica que esboçamos nosso texto com base em quatro ensaios que buscam delimitar e contextualizar os dados. Os ensaios que se seguem abrangem praticamente todos os itens observados no primeiro parágrafo, possuindo, nesse aspecto, uma unidade que os guia.

Em nossa perspectiva, há uma linha-mestra que orienta e conforma a obra de Bosi. Dela, poder-se-ia inferir juízo semelhante ao que Jorge Luis Borges dissera quando da publicação de *Fervor de Buenos Aires*. Dizia Borges que sabia *in limine* que todas as questões que lhe atravessavam a alma estavam ali enunciadas. “Cuando publiqué mi primer libro, *Fervor de Buenos Aires*, en 1923, creo que en este primer libro está todo lo que haría despues, salvo que están en entrelineas, y sólo para mi, y como escritura secreta, que está entre las lineas de la escritura pública (...) tratase de reescribir *este* libro”. De algum modo, este aporte aplica-se tanto às teses iniciais, quanto àquilo a que Bosi publicaria depois. Assim referido, podemos dizer que essa constatação é parte de uma de nossas teses mais caras, que significa nossa busca pelo contorno preciso desse movimento astucioso da razão, no Autor, para lembrar, nessas palavras, o movimento dialético que Hegel subscreve na *Fenomenologia do espírito*.

Seus primeiros escritos são lidos nesse sentido, ou seja, como premissas dessa harmonia semântica que defendemos. Tomamos suas duas teses inéditas como pressupostos teóricos de toda a sua obra. Ambas deixaram no autor marcas indeléveis em sua consciência crítica, em sua percepção do que é a obra literária; um *continuum* vida-autor-cultura, tríade que se torna resistente na concreção do texto.

No caso de suas teses, esta é a primeira vez que se intenta uma leitura atenta e contextualizada, permeada pela leitura do restante de sua obra tornada pública. As insígnias que esses textos trouxeram para a vida e para a obra de Bosi são patentes por si sós, como se lê no trecho da entrevista que nos concedeu em 9 novembro de 2010: “agora, olhando o tempo que se foi, percebo que ambas as teses deixaram marcas na minha formação, elas não passaram em vão”⁷². Quer dizer, elas não participaram apenas como categorias crítico-literárias de que se serviu como modelo para suas subsequentes análises; trata-se, antes, de uma conexão maior, de vívida conexão existencial, como ele diria. O escopo das teses permite verificar a força desse enunciado de forma cabal. Partindo, portanto, delas, submetemos os principais textos de Bosi, por nós considerados, a uma leitura atenta, apoiada em textos avulsos verdadeiramente fundamentais de sua lavra e que dão a medida do alcance de suas proposições.

A discussão enfatizada na palavra *resistência*, que se dispõe eficazmente dinamizada entre sua porção Ética e Estética, ganha força à medida que a discussão evolui, na medida também em que os estatutos propriamente literários e formalistas são postos em questão: são “situados” em torno de uma leitura que se quer *histórica* e também *dialética*. Pensar esses termos emula a dimensão e a força das perquirições que Bosi aventa. Não à toa, isso mostra também o alcance e os limites que esta crítica enfrenta. Ambas as coisas indicam o fascínio e a beleza que ela suscita ainda hoje.

O problema estruturante que imprime o *tônus* principal de minha tese se dá na dimensão do problema proposto por Bosi, que pode ser lido singularmente nos termos Literatura e Ideologia/ Literatura e Resistência, tal o subtítulo de um de seus livros, “ensaios de crítica literária e ideológica”, de *Céu, inferno*, tal o último livro de Bosi, *Ideologia e contraideologia*. Tal expressão fica evidente se pensarmos que a operação de valores na obra literária ganha um contorno nítido em vista de um sentido muito específico de resistência. Como ler esses dois ditames na suma da crítica literária escrita e defendida por Alfredo Bosi? De um lado, há o interesse em distanciar a *verdadeira* obra, aquela resistente aos valores do tempo, das *outras* obras, cujo interesse serviria para a justificação do tempo presente. Não é novidade que o tema das ideologias é um tema muito caro às esquerdas, como bem nota Perry Anderson, essas “investigações

⁷² Entrevista ao autor.

econômicas, sociais e culturais – do passado e do presente – dominam a produção de esquerda”⁷³.

Há, nessa perspectiva, uma componente de análise da coisa literária, recente no Brasil, parte mesmo da crítica moderna brasileira, e que decorre da modernização brasileira pós-30, que comparece no horizonte de Bosi, portanto, de algum modo, e apenas lateralmente, atrelado à perspectiva modernista. Seria o caso de mencionar que isto está condicionado à sua experiência pessoal como cidadão católico, militante de esquerda, professor universitário. Essas condicionantes vão-se, com o tempo, desgarrando (embora não muito) do literário propriamente dito, para pólos exclusivamente políticos ou filosóficos, como o último livro, *Ideologia e contraideologia*, estuda com ênfase. Isto conduz a pergunta: haveria uma mirada *teleológica* que conduziria a obra bosiana? Se se pensa em um efeito de leitura que possa ser entendido vinculadamente entre o sentido político do texto, seu ideal ideológico, e as condicionantes do tempo presente, minha resposta seria que há, que está presente nesse sentido específico. O que indicaria um ganho porque o horizonte político de onde parte Bosi é o de matriz cristã e socialista, e diferiria longitudinalmente do caráter libidinal e capital do capitalismo renitente e globalizante. A pensar nos intelectuais *formativos* do cânone crítico de Bosi, tais como Carpeaux, Candido, Croce, Marx e Hegel, isto é um dado (e um problema) a mais a se pensar. Para Bosi, dizer que “escrever é resistir” serve como um (boa) e (necessária) proposta para quem se dispõe a entrar nos meandros do jogo literário.

Pensando nisso, o certo é que à conjunção literatura e resistência, forma-se outro par, igualmente importante e que dá a real medida do caráter combativo de Bosi: o termo Crítica e Resistência. Na verdade, de algum modo isso já se manifestava dentro do prospecto do que se pronunciava então toda a sua carreira profissional, notadamente a repercussão pública de algumas defesas em áreas totalmente diversas do ramerrão da literatura, como a militância religiosa, a defesa pelo movimento ecológico no Bairro de Cotia, a circulação quase subterrânea por uma educação de qualidade e pública, quase toda feita nos jornais de São Paulo, bem como em alguns artigos e dossiês estampados em revistas especializadas. Por isso, neste caso particular, não há possibilidade de localizar muito fielmente as linhas de distinção entre a prática literária e a prática social. Eu pelo menos não distingo com muita clareza essa linha.

⁷³ ANDERSON, Perry. *Spectro*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 13.

Outro aspecto que queremos demonstrar aqui é o desenvolvimento da estética bosiana como estreitamente vinculada à esfera do corpo *enquanto experiência viva da literatura*. Esse ponto coerentemente atravessa todos os escritos de Bosi, mas ainda não recebeu desenvolvimento mais pormenorizado. Encontramos em dois textos relativamente tardios de Bosi, algo muito próximo a um desenvolvimento disso que aqui falamos. São eles: “O tempo e os tempos”, que consta do volume *Tempo e história*; e “Fenomenologia do olhar”, que pode ser lido em *O olhar*. Ambos os textos são palestras transcritas. Neles, Bosi pôde dedicar-se a assuntos que eram apenas suscitados por ele vez por outra, mas que ainda não haviam sido explorados devidamente, dos quais se poderia pensar na recorrência de palavras, tais como, “Desejo”, “Corpo”, “Olhar” e “Memória”. Defendo – e aqui consta mais uma particularidade da tese – que faz parte da ética bosiana uma materialidade da memória do corpo, inscrita no literário, abarcando um *continuum* cultural que atravessa o homem e o abriga; ultrapassa a força das ideologias, abrindo-o à percepção dos índices da beleza e da resistência auscultada na palavra do Outro.

Paul de Man afirma que a literatura “designa, de um modo mais geral, a possibilidade problemática de poder toda a literatura existir num presente, de ser considerada ou lida de um ponto de vista que pretende partilhar com ela seu próprio sentido de um presente temporal”⁷⁴. Por essa capacidade progressivamente dialógica, é que Bosi pacientemente compõe seu conceito – demarcando o fazer literário e a experiência dele recebida – como o processo pelo qual o homem assume o complexo jogo da vida e, também, o exercício de si mesmo. “Um sonho do historiador”, diz o mesmo Paul de Man, “seria uma tal reconciliação da memória com a acção”⁷⁵.

Mais também pode ser dito acerca do estatuto da experiência nos escritos de Bosi. Tal estatuto é mesmo possível? Pelo raciocínio, pode-se inferir que o questionamento se dá sobre a força da palavra, de seu alcance substantivo na mente de quem lê. Por esse ângulo, tal questionamento é viável. O valor fenomenológico da palavra é aferido pelas emoções que suscita e pela inteligência que a move. O estatuto de um livro como *Don Quijote* ou *Vidas secas*, pode ser medido nas suas lides *existencial, social e pessoal* – categorias com as quais lidamos com o mundo que nos cerca.

⁷⁴ DE MAN, Paul. “Poesia lírica e modernidade” in: *O ponto de vista da cegueira*. Op. Cit., p. 188.

⁷⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 204.

Em outro texto, igualmente notável, Paul de Man expõe de maneira muito equilibrada a posição relativa do estatuto da “experiência” na linguagem. Analisando os impasses da crítica formalista, sugere a ideia de que a linguagem – “poética ou não”, diz ele – “pode *enunciar* uma experiência, qualquer que seja esta, mesmo que uma simples percepção”⁷⁶ precisa e deve ser levada em conta por parte dos analistas da literatura. Trata-se de um mote salutar quando se pensa que o estatuto da crítica literária defendida por Bosi se move justamente pela via transversal, porque *mediação*, dessa experiência.

Antes de prosseguir, há que se deixar claro que o leitor poderá encontrar aqui, nesta introdução, bastante difusas, as referências de que lançamos mão, em vista de ser desnecessário explicitá-las em pormenores, no que, ademais, tornaria o texto mais pesado e longo do que já está. Ainda assim, pretendemos traçar elos de significação entre essas referências e as obras de Bosi, quando julgarmos oportuno e necessário. Pensamos em realizar essa simbiose de forma *motivada*, pois que atrelada a perspectiva semelhante à do Autor, e não no sentido de encontrar uma fundamentação teórica *ad hoc*. A motivação, portanto, segundo entendo, parte dos próprios escritos do Autor. Embora não o faça de modo absoluto, pois mediamos nosso texto por uma coerência, que parte da própria obra analisada, em certa medida, condicionamos nossa leitura com base em um instrumental que indicia nossa tomada de posição em torno de perspectivas norteadas pela noção de *Poética cultural*, de que os artigos de Ivan Teixeira, algum texto de Stephen Greenblatt⁷⁷, podem, em nossa compreensão, esclarecer pontos da trajetória de Alfredo Bosi. O entendimento aqui estaciona-se na compreensão de que os discursos estão incrustados de historicidade. Com isto, almejamos encontrar o fulcro da experiência histórica, mediante expedientes semelhantes ao do trecho selecionado: “[as pessoas] estarão sujeitas ao intercâmbio com os signos de sua época. Nesse processo, mesmo os fatos mais obviamente brutais e aparentemente desconexos integram um sistema de rigorosa organização simbólica, que atribui conexão estrutural ao que parece

⁷⁶ DE MAN, Paul. “Impasse da crítica formalista” in: Op. Cit., p. 254. (Grifo do autor).

⁷⁷ Tais são, por exemplo, os textos: TEIXEIRA, Ivan. “Poética cultural: literatura e história” in: *Politeia: História e Sociologia*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 31-56, 2006; TEIXEIRA, Ivan. “New historicism” in: *Cult*, dez. 1998, pp. 32-35; GREENBLATT, Stephen.; “Possessões maravilhosas” in: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 43-62; “Novo historicismo: Ressonância e encantamento” in: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, pp. 244-261; do mesmo autor: *Como Shakespeare se tornou Shakespeare e A virada*, ambos pela Cia das Letras, 2006 e 2012 respectivamente. Desenvolvimentos dessa teoria podem ser lidos a partir das obras *Metahistória* e *Trópicos do discurso*, de Hayden White.

disperso”⁷⁸. Não nos fornecemos um método implacável que a tudo abranja, até porque entremeamos a tese com outras fontes que poderiam, ainda segundo o nosso entendimento, dialetizar nosso objeto de modo salutar, dentre outras ideias, como a de “Esfera Pública”, de Jürgen Habermas, ou mesmo, de “Campo Literário”, de Pierre Bourdieu e Pascale Casanova⁷⁹, ou ainda, o aporte a teorias dialéticas outras que não as unicamente das fontes mais ortodoxas, tais como a obra de Maurice Merleau-Ponty, bem como, em perspectiva comparativista, algumas obras de Mikhail Bakhtin.

Essa proposta se nos afigurou ainda incompleta, pois que certas margens da obra bosiana ainda deixariam de ser historiadas, por exemplo, a perspectiva religiosa do Autor, forte dentro de seu conteúdo ético. Embora o desenvolvimento da tese seja coetâneo ao que dissemos nos parágrafos anteriores, algumas coisas se nos pareceram claras ao longo do curso do trabalho: forte afinidade entre algumas perspectivas do universo bosiano e o que nos afigurava como método de leitura propriamente dito. Por isso, segui de modo não tão estreito o itinerário traçado por Michael Löwy em seu livro *Redenção e utopia*, no sentido por ele esboçado, isto é, como uma possibilidade de conciliar perspectivas epistemológicas e religiosas, mesmo que aparentemente contraditórias, por isso mesmo, aliás, em parâmetros semelhantes de análise. O conceito de “afinidade eletiva” (*affinité elective*), nas palavras de Löwy, significa um movimento de “convergência”, de “atração recíproca” e “confluência ativa”, a ponto de tornar-se uma “fusão”. O conceito seria permeado, ainda segundo ele, de uma “dinâmica sócio-cultural”⁸⁰. Em traços *grossos* são esses os parâmetros que nos pareceram salutareis evidenciar.

Aporte da experiência.

Como negar, portanto, à prosa bosiana, seu teor social, e, assim, sua intervenção *prática* – devem-se guardar muitas reservas a esse termo – na sociedade? Sua crítica se quer *participativa*, afim a um intervencionismo que aposte e abranja o além do puramente literário. Na leitura do mundo feita por Bosi, a reificação e a alienação

⁷⁸ TEIXEIRA, Ivan. “Poética cultural: literatura e história”, Op. Cit., p. 32.

⁷⁹ Por exemplo, CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação liberdade, 2002; BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, 2002; MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosacnaify, 2009; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

⁸⁰ LÖWY, Michael. *Redenção e utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 13 e 169.

modernas não são, nesse aspecto, fatores virtuais: são antes uma (triste) realidade contra a qual vale a pena lutar. É para isto que a resistência aponta quando horizontaliza a pragmática social e ética, tanto quanto a estética.

Note-se que ainda não pudemos desenvolver justamente parte importante de sua obra: o valor da História que se quer cultura e raiz da memória. Eis um item cuja definição é difícil e cujo alcance não se tem ainda como medir. Bosi, na entrevista a nós cedida⁸¹, afirmara que Hegel sempre lhe foi uma leitura capital, cultivada desde a adolescência. A *Estética* hegeliana indiscutivelmente comparece com insistência no estilo, nas alusões e em algumas conclusões do Autor, fato para o qual já adverti antes. Bosi extraiu de Hegel a dimensão propriamente dialética na sua perspectiva de enxergar o fato literário. Existencialmente, seu contato com Hegel, e com Marx também, se intensificaria quando de sua participação na Juventude Estudantil Católica (JEC)⁸², de caráter progressista, aumenta ainda mais quando também trava diálogo com a obra do Pe. Henrique Vaz Lima, tradutor e intérprete de Hegel, no Brasil. Bosi percebe, aliás, a forte presença cristã em Hegel – luterana, no caso – sobretudo, segundo Bosi, se se pensar nas *Lições sobre religião*, escritas perto do fim da vida do filósofo alemão.

Faltaria mencionar ainda a dimensão que lhe concatena a efetivação real de sua *práxis*, de sua crítica ao Capital. Encontramo-na em alguns textos de Adorno, sobretudo o da *Dialética do esclarecimento*, que Bosi não deixa de criticar; também em *Notas de literatura*, livro em que constam talvez os melhores ensaios do filósofo frankfurtiano. Contudo, nenhum livro de Adorno, cremos, se faz sentir mais fortemente nos escritos de Bosi que *Teoria estética*. De fato, este livro apresenta similares pontos em comum de crítica, afins, em muitos deles, à perspectiva bosiana, embora certo teor *positivo* nas constatações se faça sentir mais nitidamente em Bosi que no autor de *Minima moralia*.

⁸¹ Alfredo Bosi nos recebeu para esta entrevista no Instituto de Estudos Avançados da USP, na tarde de 09 de novembro de 2010. Em uma sessão, tivemos oportunidade de questionar sobre seus leitores, suas perspectivas teóricas, e também, sobre seus projetos futuros. Registramos toda a conversa, que pretendíamos apor à tese como apêndice, porém, Bosi preferiu que apenas citássemos suas palavras ao longo dela, sem, no entanto, transpô-la no seu todo, pedido este que respeitamos. Pouco depois, sob auspícios corretivos e ainda observando algumas questões que não puderam ser respondidas em tempo, fiz outra série de perguntas, via email.

⁸² “Em São Paulo eram os frades Dominicanos, do convento de Perdizes, que tinham recebido esta atribuição de serem assistentes da JEC. E eu fui atraído. Conheci uma cultura católica progressista, que até então eu ignorava completamente”. “Alfredo Bosi entre a fé e a razão”, entrevista a Hélio Rosa de Miranda e Paulo César Carneiro Lopes in: Revista *Vozes Cultura*, número 1, Jan-Fev 2001, p. 92.

Ele já diria tempos atrás que seu interesse teórico pelo marxismo – muito antigo, podendo ser remetido desde sua atuação na JEC em São Paulo, quando entrado à juventude – se deveu exatamente à crítica ao Capital, mas não como fundamentação de *vida* propriamente dita: por isso, seu marxismo é *historicamente situado*, isto é, ele o tem para o presente, para a crítica de seu tempo, do capital e de suas formas de vida. Veja-se, por exemplo, o que Bosi diz a respeito do marxismo em entrevista publicada em 2001:

Na verdade a leitura que eu faço de Marx – que os Dominicanos também nos traziam, porque lá no convento deles a gente lia Marx – isto é, toda aquela minha formação religiosa anterior dialogava com o marxismo sem perder sua identidade. Eu aceitava – como aceito – a ideia dos danos que o capitalismo produz, a lesão profunda que ele produz na consciência humana, as injustiças de classes que são terríveis e devem ser superadas (...) Acho que é falso um católico dizer: sou materialista histórico. Eu não sou materialista. Se fosse eu julgaria a religião uma obra da imaginação. (...) Não posso, portanto, ao mesmo tempo, dizer com toda ingenuidade teórica, que sou marxista. Não sou. Acredito, porém, que o marxismo seja uma crítica válida ao capitalismo⁸³.

Já é suficiente fundar estas bases no que diz respeito ao desenvolvimento de nossa tese. Mas deveríamos antes perscrutar um pouco a fundamentação do catolicismo, o discreto escândalo a que se referiu Roberto Schwarz. Esse ponto merece uma conceituação mais pontual, para que se evitem interpretações erradas sobre nossa perspectiva. Lendo a obra de Bosi, percebemos uma noção muito difusa, embora bem consolidada no domínio dos conceitos, de uma compreensão humana com base na Antropologia Cristã. Não seria desacertado apontar essa compreensão como mediada tanto por autores como S. Paulo, Sto. Agostinho, Pascal, quanto pelos existencialismos de base cristã, a Fenomenologia, ou a obra de Paul Ricoeur. A essas influências se somariam ainda, posteriormente, a sociologia relativista de Georg Simmel, aporte, como se verá a seu tempo, de uma penetrante análise da obra de Cruz e Sousa. Isso se explica pela tentativa cada vez mais consciente, por parte de Bosi, em conceituar as bases de seu criticismo sob núcleos abertos de inferências. O aporte à sociologia de Simmel subscreve uma necessidade premente de se pensar o indivíduo na sua singularidade, bem como aduzir o pensamento, no caso, de Cruz e Sousa, ao caráter “transindividual das instituições”⁸⁴, e o nexos desse indivíduo no fluxo histórico e social.

⁸³ *Id.*, *Ibid.*, p. 95.

⁸⁴ BOSI, Alfredo. “Poesia *versus* racismo” in: LR: 170.

Mas, sobretudo, não tememos dizer que é o sentido da vida que o cristianismo defende o que mais marca a vida e a obra de Alfredo Bosi. Por isso mesmo pode-se indicar uma transição de certas concepções, embora imersas em um mesmo projeto crítico, contingenciadoras também de certa *negatividade* – de que *O ser e o tempo da poesia* seria seu exemplo mais claro, sobretudo os capítulos aqui analisados, e mesmo isso não seria identificável em todas as passagens do livro –, mas que se expande, ainda dentro desse mesmo projeto crítico, embora, agora sim, mergulhado em uma *positividade* estrutural de que o livro *Dialética da colonização* seria um exemplo. Isso tanto é verdade que parte desse desenvolvimento existencial se consolida, anos depois, em bases relativizadoras em seu último livro *Ideologia e contraideologia*. Não é apenas na dicção e no tom textuais, ou mesmo nos assuntos que os textos suscitam que o cristianismo se presentifica em Bosi, mas principalmente em seu sentido ético.

Dito isto, espero ter deixado suficientemente clara minha abordagem. O Cristianismo é meditação para a vida e para a morte, toca, portanto, firmemente o mesmo solo de onde brota a arte e o mito. Bosi não deixará de mencionar isso do princípio ao fim de seus textos, e seria leviano, e epistemologicamente arriscado, desprender a envergadura dessa categoria que conforma sua vida como um todo de sua crítica, já que se configura entranhadamente na medida do que diz a sua obra. Essa configuração, por certo, pode ser entendida como elemento de utopia, de cruzamento de esperanças e também de sonho.

A obra de Bosi ainda está se fazendo. Contemplando-a à distância, creio ser essa a tônica que *Ideologia e contraideologia* avança em alguns lances particulares de análise, embora esta perspectiva se faça de modo mais complementar do que negadora à de outros livros seus, e dialoga claramente com *Dialética da colonização* e *O ser e o tempo da poesia*. Por isso, abonando umas e desabonando outras posições correntes das esquerdas, Bosi refaz o trajeto do termo “ideologia”, mas tece seríssimas ponderações no sentido de incorporar noções que os autores europeus e norte-americanos não identificaram de modo eficaz, tal qual é o caso da religião. Vista por esse ângulo, a ideologia, para Bosi, pode ser atrelada tanto à falsificação de valores, ou da vida mesma – a alienação da consciência – quanto concebida como modo de vida na sua lide diversa e singular, dentro de outras concepções que se fazem importantes no livro, mas que, por ora, deixaremos elipsadas.

Pensando nos tempos de crise que atravessam a sociedade hoje, e do anúncio arquirrepetido do “fim da literatura”, pode-se dizer que, se a literatura é de fato comunicação de corpo com corpo, se ela vive da memória dos tempos da cultura, como postula Bosi, a literatura saberá o que fazer: esperará, cavará seus mais diversos meios até encontrar a saída, como o áporo de Drummond, ou o escavador anônimo dos poemas do irlandês Seamus Heaney. Um dos sinais desses tempos é o quanto a poesia escrita nos últimos anos expõe uma contínua e anunciada crise, quer dizer, uma crise do *verso* e uma crise do *poeta*, que, de tão pronunciadas, se tornaram um verdadeiro *topos* retórico dos tempos modernos, e do qual Marcos Siscar, professor universitário e, ele mesmo, poeta, acertadamente reconhece e estuda em seu último livro, e que se configura, nas palavras de Cristovão Tezza, utilizando-se de uma fundamentação bakhtiniana, em uma “crise da autoridade poética”⁸⁵. Não poderíamos deixar de exprimir que a literatura pode, de forma singular, portanto, irrepetível, exprimir uma espécie de impacto moral no leitor, redundando na experiência a que nos referimos atrás.

Por isso, a experiência estética carrega consigo todo o universo do real⁸⁶, e seria impossível pensar de modo diferente, pois a obra de arte, como a mônada de Leibniz, é um microcosmo por onde passa a vida em si mesma, mediada que está pela cultura e suas *formas*. A mediação é um caso considerado importante dentro da perspectiva bosiana, já que lida com a experiência do artista. Vista assim, a obra é *tráfego de experiências*, intencionais elas mesmas, não há dúvida. Por isso também a obra concentra um livre fluxo dessa experiência *histórica* na sua lide pela expressão e pela vida, consciente ou inconscientemente submersas na superfície dela. Lê-la na sua expressão histórica é resgatar uma experiência morta ou sublimada, tal como morre um universo quando morre uma língua.

O método literário, qualquer que seja ele, acaba constituindo-se em uma especulação que é ora filosófica, ora metodológica e se quer vivo, sobretudo, no comércio concreto da obra literária. Bosi propõe um novo modo de conhecer a obra literária. Espero que se esclareça que as teorias surgidas no seio desses escritos estejam

⁸⁵ SISCAR, Marcos. *Poesia e crise*. São Paulo: Edunicamp, 2011; TEZZA, Cristovão. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003, p. 288.

⁸⁶ Parafraseando Leopoldo Waizbort: “pois a *experiência estética* é ela mesma – para Simmel na mesma medida que para Goethe –, como mostrou Gadamer, a *experiência do real*” in: WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: 34, 2000, p. 89 (grifos meus).

empenhadas *conjuntamente* na construção do objeto literário, menos que em uma teoria *a priori* da literatura.

Por outro lado, tenha-se em conta que, para o Autor, a medida “resistiva” do texto literário representa uma parte da obra que se origina de uma unidade *existencialmente singular de cada escritor*, e é especialmente assim que ele encara os melhores autores. Ela está, aliás, segundo Bosi, presente em todos os grandes autores de todos os tempos. Resta saber em que sentido isso pode ser de fato expandido dedutivamente de modo tão entusiástico. É preciso situar historicamente cada escritor, e não seria difícil, agora sim, perceber que o método que se pronuncia é histórico desde a sua origem.

Percebe-se claramente que Bosi esforça-se por fazer uma leitura empenhada da obra literária, apontando para o horizonte da experiência humana como um todo. Nenhuma teoria literária pode prescindir da obra, mas a obra, para ser analisada, necessita de um horizonte ontológico, sentido de onde sua leitura parte. Tanto a leitura quanto a obra em si mesma são *intransitivas*, são também *objectuais*.

Composição e método.

A composição da tese segue uma lógica que, espero, seja de fato razoável dentro de certa perspectiva epistemológica.

Na primeira parte, acompanho o percurso das duas teses inéditas do Autor, evidenciando nelas seus pressupostos filosóficos, sua configuração estética, e também não deixando de apontar nelas “pré-etapas” de seu pensamento posterior. Mencionamos apenas quando necessário os artigos publicados na mesma época, já que poderíamos alongar ainda mais o espaço destinado a essa etapa, dedicada quase toda ela à literatura italiana. Não posso deixar de apontar que esses artigos contribuiriam muito pouco nesse momento de nossa tese, e, de modo geral, eles estão ancorados na mesma rede conceitual nelas lida. Já mencionamos que as décadas de 60 e início de 70 são muito estimulantes para Bosi, de modo que quatro textos densos se superpõem nessa época, quais sejam, as teses citadas, bem como *O pré-modernismo* e *História concisa da literatura brasileira*. Não abordaremos nesse primeiro momento todos eles, já que os dois últimos serão estudados em tempo oportuno na terceira parte.

Como se trata da primeira vez em que as teses são postas em diálogo com nosso tempo, o leitor notará diferenças agudas em alguns momentos, no sentido evidente do

sentido fincado por ele posteriormente, fato completamente justificável já que estão entre suas primeiras obras, ainda mais por se submeterem às formalidades universitárias de quase 50 anos atrás. Isso se dá de tal forma que a composição dos capítulos, as ordens de escolhas temáticas, bem como a forma de citação, todos esses elementos apontam para esse momento em que a pós-graduação em Letras no país aporta ainda mudanças sensíveis.

De posse desses detalhes, passamos à próxima parte da tese em que se pretende ler como as escolhas em torno da perspectiva “literatura e resistência” contaminam o discurso bosiano, a ponto de indicar, de algum modo, seus caminhos e escolhas. Em autores muito lidos pela ótica bosiana, como é o caso de Antonio Vieira, ou, mesmo, Machado de Assis, Bosi transita munido de artefatos analíticos diversos, demonstra-se como a obra de arte literária *objeta* a leitura, *modula* formas e horizontes de expectativas, e ainda indica como a representação literária conduz o conceito e os valores imbricados na *forma*, de modo a conduzir a um possível caminho *ético*.

Evidentemente, não poderíamos prescindir desse modelo sob o risco de negarmos a face interpretativa de seu discurso no momento primordial de leitura. Também aqui, o leitor terá oportunidade de invocar os principais interlocutores com que Bosi teve de dispor a respeito de seus textos. Ficam claras as dissonâncias interpretativas, mas também os notáveis saldos complementares, no que já tivemos oportunidade de mencionar ao menos uma vez. Dispondo dessa ideia, indica-se também que esse espaço é a arena em que é possível verificar a produtividade do conceito, seu alcance e também seus (possíveis) limites.

Desdobra-se, ainda nessa leitura, o modelo *proto*-hermenêutico do conceito de “interpretação”, que inúmeras vezes Bosi teve oportunidade de deslindar. Fica clara, para o leitor, a disposição fundamental do método bosiano, de raiz fenomenológica, destoante de alguns modelos apresentados à época: ora mais, ora menos formalistas; ora mais, ora menos historicistas. Teremos oportunidade de observar isso na primeira tese, onde também veremos que esse conceito interpretativo tem suas peculiaridades ali esboçadas e que não seriam retomadas posteriormente, pelo menos não da forma como são encontradas lá. Posteriormente, Bosi teria chance de rever o legado da teoria aprendida, desdobrando-a, e expondo os limites e as dificuldades que cada método tem na leitura da obra literária.

Na última parte, a mais densa, optamos por sintetizar os sinônimos da perspectiva bosiana em torno de literatura e resistência. Nesse aspecto, é aqui que se encontrará o espectro daquilo a que o Autor se propõe com esses dois termos; seus pressupostos, momentos formativos, bem como suas motivações. Procuramos indicar ali, antes, os pressupostos filosóficos da ótica bosiana, que apontam, por exemplo, para o modo como o Autor entende o processo e o desenvolvimento histórico.

O conceito “literatura e resistência” será o último tópico porque já teremos condições de, esboçados os fundamentos de sua crítica, avançarmos nele de modo a ressaltar pelo menos dois modos de conceber a resistência como processo constitutivo da literatura, quais sejam, de um lado, sua *permanência* no tempo, de que todas as grandes obras dão testemunho, e que acometia em Marx uma grande perplexidade. De outro lado, identificar um segundo traço desse conceito que circunda seu horizonte mais propriamente “político”. *Resistivo* aqui diz respeito a um modo de o autor colocar-se *eticamente*, via valores, na obra. Evidenciamos a dimensão do homem propriamente de esquerda que Bosi é, o que contempla de algum modo sua militância política. É sabida a participação do Autor na criação do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, ou sua defesa da Universidade na esfera pública brasileira, ou ainda a militância ecológica de que participa em sua cidade; são bandeiras de que nunca se apartou⁸⁷.

A medida de seu anti-capitalismo não impediu que à sua perspectiva fosse acrescida uma concepção dita socialista cristã. Essa dimensão o livro *Ideologia e contraideologia* baliza incessantemente, já que estabelece alguns parâmetros de ação política que estão totalmente ausentes, ou estão apenas indicados, em sua obra anterior; por isso, embora o espectro que se pretenda cobrir seja de natureza mais geral e conceitual, pois se trata de um conceito que atravessa as instâncias da sociedade como um todo, esse livro entrará na discussão final, porque envolve e desdobra justamente a ação ética por ele empreendida.

Essa crítica indica uma dose salutar de rejeição à mercantilização das relações humanas, na fetichização do objeto em detrimento do homem – mesmo que isso indique que essas palavras possam ser lidas como aderentes a uma visão especularmente romântica, bem como a um tipo específico de pensamento, especialmente aquele mais

⁸⁷ Até mesmo nisso Bosi apresenta uma forte consistência com sua história e trajetória de vida, como veremos à frente. Para adiantar, é o que lemos no livro de Luís Mir, *Partido de Deus: fé, poder e política* (São Paulo: Alaúde Editorial, 2007), onde o estudioso demonstra como se deu a criação de partidos como o PSDB e o PT, ambos saídos de bases sociais semelhantes.

utópico, advindo das esferas da crítica da economia política no século XIX. O último livro de Bosi especifica isso de modo mais sustentável do que sou capaz de fazer. Ela contém ainda uma dose massiva de realismo e empiria, bem como conduz o debate para uma esfera ideológica que leva a pensar em uma educação que seja ética, tanto quanto política. Trata-se, nesse sentido, de atualizar a dimensão utópica, sem perder de vista a vida real que o livro aponta com propriedade e senso das proporções.

Sabe-se que os Estudos Literários e o conseqüente debate dele advindo, têm, em algum sentido, perdido o foco no sentido de redimir pouco os elementos literários mais pregnantes, como por exemplo, a forma literária, e que tem sido enxergada por uma parcela notável de signatários de algumas tendências críticas mais atuais como sendo mero aporte de lutas políticas e mesmo de acordos politicamente corretos. A literatura é tudo isso – não nego, e é importante que o seja mesmo – mas ela também contém dimensões outras, que, esperamos sejam aqui evidenciadas.

O estado das coisas. O mundo e a fração do conceito.

Caberia ainda identificar os aportes que condicionaram o nascimento da crítica literária de Bosi, e como ele entende as relações entre Universidade e Crítica. Em primeiro lugar, sua formação no Curso de Letras Neolatinas (mais precisamente de 1955 a 1959), deu-se em um momento em que a crítica literária de jornal era combatida pela pena feroz de Afrânio Coutinho, que chegava ao Brasil depois de uma experiência docente nos Estados Unidos, momento em que se estabelecera um longo debate em torno do ensino da Teoria da Literatura no País. O influente manual de Wellek e Warren, *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*, havia chegado recentemente ao País (Sua primeira edição é da década de 1940). O curso de Letras ainda vinha sendo formulado, tanto que a Faculdade de Letras, de “maneira autônoma”, segundo João César de Castro Rocha, “ainda não existia”⁸⁸. Entanto, era um momento auspicioso para aqueles que participavam da esfera pública no Brasil, pois os jornais, nos quais se escreviam as críticas de rodapé, como então se dizia, dado seu formato horizontal no fim da página, tinham grandes nomes, como dissemos anteriormente. Ora, como se explica então, o declínio dessa crítica tão fundamental, quando ainda as universidades brasileiras nem se constituíam de um currículo estabelecido coerentemente? O processo foi suficientemente historiado por João César de Castro

⁸⁸ ROCHA, João César de Castro. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?*. Op. Cit., p. 14.

Rocha, em livro já mencionado, e foge ao escopo desta tese. Cumpre apenas indicar como emerge a crítica de Bosi nesse interregno contraditório.

Como disse, Bosi escreve seus primeiros artigos para jornal já no final da década de 50, como se pode ver na Bibliografia. Detidamente passará a fazê-lo ainda com mais intensidade na década seguinte, quando então o debate sobre a Cátedra e o Rodapé apontava o fim do Rodapé. Bosi escrevia regularmente para o *Suplemento Literário* do Jornal *O Estado de São Paulo*. Na entrevista a nós cedida, Bosi confessa certo desapontamento em torno da questão que aqui se coloca, porque essa dimensão da esfera pública, do debate, da circulação de ideias, da sintonia e dessintonia em torno da literatura e questões associadas a ela, passaram a ser restritas à Universidade. Daí um crescente número de revistas especializadas, que, se por um lado, aponta na direção de uma especialização do discurso crítico e literário, também demonstra uma diminuição na participação de parte do público consumidor de literatura, fora do estreito âmbito universitário.

É preciso dizer, ademais, que o discurso crítico escrito em jornais por essa época, trouxe ao conhecimento e, em alguns casos, ao reconhecimento de autores fundamentais da literatura brasileira, no seu *status nascendi*. Nomes como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Osman Lins, Murilo Rubião, Rubem Fonseca, Dalton Trevisan, Hilda Hilst, dentre outros igualmente importantes, dão-se a conhecer pelos críticos citados. O jornal e as revistas não especializados têm o mérito de, em linguagem clara, apresentar autores e conceitos, situá-los no seu contexto mais evidente, apontar leituras e relações nem sempre claras para o leitor ausente das Cátedras. Isso é tão importante que acabou por imprimir mudanças nos paradigmas literários e críticos brasileiros. Por isso mesmo é que se pode dizer também que a decadência do Rodapé, de algum modo um “tiro no próprio pé”, implicou a renúncia ao leitor comum – ao não especialista – na ordem da esfera pública, tal como se mostrou tão importante para a construção de sociedades mais igualitárias na Europa, vide Inglaterra, nos termos descritos por Jürgen Habermas em seu livro fundamental *Mudança estrutural da esfera pública*.

Desde que o jornal assumiu, na perspectiva de Coutinho, um lugar escuso para se praticar a crítica, sua força vem diminuindo, claro também porque os tempos mudaram e porque há outros espaços de transmissão. Em consequência disso, tem-se hoje o debate em torno do fim da crítica, visto que outros meios, como a Internet, os

blogs, vêm substituindo o espaço do livro, que tinha (em certa medida ainda tem) lugar de primazia até então. Outro dado a ser mencionado, e que consta de nossa entrevista, é que essa mudança também confluía no compasso da ascensão do estruturalismo como doutrina teórica triunfante nas décadas de 60/70. Isso imprimiria também nos cursos de letras, já então estabelecidos e difundidos nas principais capitais do país, o discurso da especialização e dos artigos de maior fôlego, que os jornais não poderiam comportar. Em termos gerais, quando formado, o aluno saía da Universidade com a consciência de que era um analista, não um escritor de artigos sem profundidade – no que corroborava parte da argumentação de Afrânio Coutinho em seus artigos em torno da querela do impressionismo, por ele renhidamente rejeitada. Reunidos em livros cujos sugestivos títulos indicam o teor parcial, neurastênico ou mesmo anêmico e mesquinho da empreitada, como, por exemplo, *No hospital das letras*, ou *Da crítica e da nova crítica*, os artigos de Coutinho dão bem a noção de conserto que ali se queria fazer.

Bosi está entre aqueles que vêm com olhos desconfiados essa diminuição da participação do leitor comum nos debates que se evidenciam tão fortemente na Universidade, debates que em muitos casos não têm expressão fora do ambiente acadêmico. Nesse sentido, a reunião de artigos em forma de livros, fato bastante comum para a maioria dos críticos brasileiros, é uma boa dica no sentido de identificar uma tentativa de participação mais incisiva na esfera pública e na vida desse leitor aparentemente deixado para trás. Tal o corolário: no Brasil, o livro é a memória da crítica.

Em relação a isso, o debate está em andamento e será difícil conduzir-se hoje a uma resposta correta de para onde ele se encaminhará. De nossa parte, trafegamos a uma posição que vê, também, na diminuição da participação do jornal como condutor do debate literário, um risco em si mesmo, na acepção de não se fazer sentir o intercâmbio entre as ideias vindas de dentro e de fora da Universidade, o que naturalmente enfraquece e empalidece a esfera pública no País. Isso que aqui digo talvez seja já parte de um debate anacrônico que vê na Internet um futuro sem volta, erguido sobre os escombros de um passado que marcou muitas gerações, inclusive a minha.

No caso aqui considerado, e para efeitos de simplificação, crítica literária refere-se a quase tudo o que o Autor produziu. Essa é uma acepção que apela para o senso comum, é verdade, quer dizer, tanto os ensaios maiores, quanto os menores, de jornal,

são considerados dentro do mesmo âmbito analítico. Lembramos uma entrevista mais ou menos recente de Wilson Martins, quando teve sua opinião questionada sobre os mais célebres autores de crítica no Brasil. O crítico paranaense dissera que, dos (muitos) nomes ali arrolados, somente Antonio Candido e Sérgio Milliet teriam sido críticos na acepção estrita do termo, já que “crítica” consistiria, para ele, não “em dizer se um livro é bom ou mau, mas *por que é mau ou bom*”⁸⁹. Ou seja, para ele, a crítica é, antes de qualquer coisa, juízo de valor, e se observarmos o que dirá no mesmo texto, ela é produzida no momento em que o livro é publicado, daí o apelo mais diretivo e imediatamente interventor na esfera pública.

A esse respeito, e sem querer entrar em qualquer polêmica com o autor de *História da inteligência brasileira*, o ato crítico entra, nessa sua acepção, a um contrassenso limitador, já que seu conceito infere que as práticas analíticas e historiográficas, embora baseadas na diferença entre *juízo de valor*, para a crítica literária, e *perspectiva intelectual*, para as outras práticas correlatas – diferenciação notável sem sombra de dúvida – não corresponde a como o ato crítico é entendido hoje. O conceito hoje se resvala em um espectro algo mais generalizador e, mesmo, mais universalizante. Tal qual vejo aqui, o conceito é importante porque dará a dimensão de como a crítica literária exprime essa relação ora vertical, ora horizontal, com as obras literárias, dimensão que é requisitada tanto pela historiografia quanto pela análise, bem como pelos pequenos artigos de jornais; envolve impressionismo, já que está imersa na subjetividade que lê; juízo filosófico, pela medida universalizante do conceito; e, também, uma boa dose de intuição. Disso tudo diria o quase onipresente Antonio Candido: “muitas vezes um crítico se realiza bem nos escritos de circunstância, tanto quanto nos mais elaborados”⁹⁰.

Embora o assunto apresente inúmeros pontos de vista, sendo imperfeito ou ilusório, atualmente, tentar estabelecer um ponto pacífico sobre qual conceito teria a crítica literária, estamos coesos com a definição mais ou menos livre do filósofo Walter Benjamin, segundo a qual, a crítica advoga e concatena a “junção da reflexão filosófico-histórica com a reflexão do e sobre o texto”; mais ainda, ela dispõe que “a separação

⁸⁹ “Diálogo com João Antônio” in: *Pontos de vista*. São Paulo: T. A. Queirós, 1997, v. 13, p. 229 (grifo do autor).

⁹⁰ CANDIDO, Antonio. “Explicação” in: *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 9.

fundamental entre história da literatura e ciência da literatura deve ser recusada”⁹¹. A defesa que Benjamin exorou contra, por exemplo, a germanística da época, segundo Márcio Seligmann-Silva, deveu-se a uma tentativa de recriação da crítica enquanto gênero, daí que Benjamin partisse para uma concepção que indistinguia “o trabalho do crítico e o do historiador”⁹².

Foi tomando a dianteira de várias frentes teóricas que Bosi pôde advogar sua concepção de literatura, de tal modo que o conceito de resistência pudesse ser lido em inúmeras obras. Parece que essa distinção puramente formal, embora tenha começado na análise das obras literárias, resvalou-se para outros domínios que não o puramente literário. É fácil constatar isso lendo o seu último livro de fôlego.

Tomando, portanto, vocabulário coeso ao do Autor que estudo, há que resistir. Embora o mercado desafie claramente a participação dos leitores, diminuindo a força efetiva dos textos publicados sob a ideia nefasta da diminuição paulatina do número de leitores, ou, ainda, que os jornais estão apenas no fluxo natural da imprensa mundial (tal é um contrassenso gritante, já que os meios industriais, inclusive os do jornal, são cada vez mais eficazes). Obviamente que não se nega que o discurso está cada vez mais minoritário porque, *também*, lê-se cada vez menos literatura. Com excessão talvez dos *Best Sellers*, a tiragem de livros de poesia e romances “sérios” tem diminuído. Mas daí a até algumas universidades, sobretudo as brasileiras, diminuirão ainda mais o tempo de contato com a Teoria e com a Literatura propriamente ditas no itinerário do aluno de letras, como aliás tem acontecido em mais de uma delas, vai um abismo.

Em texto publicado no *Jornal do Brasil*, quando colunista daquele jornal⁹³, Bosi já advertira para a busca algo vã da procura em “poupar tempo”; tal é a metáfora da nossa condição capital que aprisiona inclusive o tempo, lendo-o apenas como condição monetária e não existencial. Infelizmente, sabemos que isso é cada vez mais real na vida do alunato de letras. Em texto recente, João Adolfo Hansen diria que seguimos o fluxo do tempo do capitalismo norte-americano, coisa que, aliás, Bosi diria do mesmo modo ao final da *Dialética da colonização*, tempo de velocidade e que se conta em dinheiro. Sendo verdade, então, de fato, o que se pode questionar é quem, em um futuro ainda próximo, saberá que este momento não seja um instante *crítico* em si mesmo, em que a

⁹¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 178.

⁹² *Id.*, *Ibid.*

⁹³ “Quando tempo não é dinheiro” in: *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1996, p. 7. Coluna em que Bosi revezava-se com Luiz Costa Lima, Silviano Santiago e Flora Süssekind.

mediocrização seja, instante após instante, amplificada, ciosa e nascisicamente em um mundo trivializado e infantilizado celeremente?

Finalizando. Depois de terminado o trabalho foi-nos possível perceber uma característica comum em todos os textos, e na verdade em todo o criticismo professado por Bosi. Há, nele, a procura algo incessante entre o instante de concreção histórica das obras literárias e a atitude, possível, de busca por uma nota de experiência humana sentida na obra. É precisamente nesse sentido que falamos, à frente, muito insistentemente, de fluxo de consciências que a obra crítica do Autor busca singularmente.

Outra conclusão a que chegamos, e que pode ser perceptível (fortemente) tanto na primeira tese, quanto nos métodos de leitura aventados por Bosi ao longo de sua carreira, podendo ser generalizada, corretamente, se não estou enganado, para todos os seus escritos, é a concepção de que *todo* o seu criticismo pode ser deduzido e guiado por uma categoria particular de sujeito. Em outras palavras, o movimento ético e estético propugando por esses escritos podem ser entendidos como constitutivos e “inseparável[is] tanto do objeto estético quanto da própria constituição do sujeito”, para ficar aí próximo da perspectiva bakhtiniana⁹⁴. A categoria de sujeito é o mote a partir do qual seu criticismo deve ser entendido.

Não seria difícil deduzir essa premissa como constitutiva daquilo que se propõe provar: tanto em seus pequenos artigos, quanto em suas obras maiores, Bosi esforça-se por perceber claramente quais os limites impostos por essa concepção, e como sua própria compreensão espraia-se nos entes lidos concretamente.

O leitor encontrará, espero que claramente, os sintomas dessa concepção na nossa temática e nas nossas escolhas analíticas. Perceberá isso também nos momentos em que Bosi historia e filosofa, mesmo acerca de termos aparentemente díspares dessa concepção, concepção que é, só na aparência, intuitiva, mas que se prova calculada e consequente. O que nos guia é essa vontade: compreender como o esforço pelo entendimento do sujeito contamina o escopo das opiniões e das concepções de Bosi; compreender também que isso é, ao mesmo tempo, uma aposta, respeitosa, do que Bosi entende por sujeito, ou seja, não um “universal abstrato”, nas palavras de Stephen Greenblatt, mas nas suas contingencialidades irrepetíveis.

⁹⁴ TEZZA, Cristovão. *Entre a prosa e a poesia*. Op. Cit., p. 181.

Capítulo 1. Pressupostos

HAMLET. – pois então não o será para vós. Nada em si é bom ou mau; tudo depende daquilo que pensamos. Para mim, é uma prisão.

ROSENCRANTZ. – É que vossa ambição vos persuade que seja um cárcere. É apertada demais para vosso espírito.

HAMLET. – Oh! Meu Deus! Poderia ficar confinado numa casca de noz e, mesmo assim, considerar-me-ia rei do espaço infinito, não fôsse os maus sonhos que tenho.

(Shakespeare)

Vocês, que emergirão do dilúvio

Em que afundamos

Pensem

Quando falarem de nossas fraquezas

Também nos tempos negros

De que escaparam.

Andávamos então, trocando de países como de sandálias

Através das lutas de classes, desesperados

Quando havia só injustiça e nenhuma revolta

Entretanto sabemos:

Também o ódio à baixeza

Deforma as feições.

Também a ira pela injustiça

Torna a voz rouca. Ah, e nós

Que queríamos preparar o chão para o amor

Não pudemos nós mesmos ser amigos.

Mas vocês, quando chegar o momento

Do homem ser parceiro do homem

Pensem em nós

Com simpatia.

(Brecht)

1.1 - Luigi Pirandello: Trajetórias e máscaras imersas no ímpeto da pessoa

Introdução.

Dentro do conjunto das obras de Alfredo Bosi, sem sombra de dúvidas, as duas teses acadêmicas são a parte menos pública. Até mesmo em alguns livros de fatura recente sobre os mesmos autores que o Autor estudou pouca ou nenhuma menção consta a elas. De alguma forma, elas passaram despercebidas da crítica e, como permaneceram impublicadas, sua recensão foi limitada à banca que o Autor participou, ao movimento comum de ampliação de conhecimento que as defesas de tese geralmente acarretam na universidade.

Uma explicação possível, mas não suficiente, para este hiato, é o fato de Bosi ter deixado a cátedra de literatura italiana, para depois ocupar-se da de literatura brasileira; posteriormente, com o incremento das atividades letivas, de alguma forma, ficou faltando um diálogo com a bibliografia mais recente, sobretudo a italiana. Em sua estada na Itália, nos anos 60, Bosi aprofundou contatos com a obra de Leopardi e Pirandello quando cursou Estética da Renascença na Universidade de Florença. Autores que estão no centro dos estudos na Universidade italiana, sendo muito intensamente estudados.

Note-se que neste tempo havia uma demanda considerável de estudos que circuncrevessem o período colonial, já relativamente bem estudado no Brasil no período, com a possível excessão, talvez, de Portugal, esse período era ainda mal compreendido fora do Brasil. Para citar dois exemplos, em torno do Barroco brasileiro, a partir da década de 40 e 50, Lourival Gomes Machado se devotaria por responder questões de fundamentação teórica, que marcariam sua geração, mas deixaria abertas sendas pontuais em torno de alguns autores importantes, como Gregório de Matos e Padre Antonio Vieira, bem como o poeta Manuel Botelho de Oliveira.

A *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, propunha uma resposta original acerca desse tempo. Fundamentando-se em critérios sociológicos como os de “público” e “autor”, e manejando dialeticamente uma conjunção original entre literatura e sociedade, Candido demarcou uma escola forte de interpretação literária, que acabaria escalonando a perspectiva para outros autores, que não apenas os seiscentistas, sobretudo dos neoclássicos em diante. Estudos decisivos a esse respeito surgiriam no final da década de 80 e 90: *Confissão, poesia e Inquisição*, de Luiz

Roberto Alves, é de 1983; *A sátira e o engenho*, de João Adolfo Hansen, de 1989; *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira*, de Haroldo de Campos, também de 1989; *Teatro do sacramento*, de Alcir Pécora, de 1994; *Capítulos de literatura colonial*, de Sérgio Buarque de Holanda, foi coligido por Antonio Candido em 1991; *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, de Ivan Teixeira, é de 1999. Estes estudos acabariam trazendo à crítica literária brasileira contribuições importantíssimas, como é o caso do paradigma de leitura trazido por Hansen e Pécora.

Na Europa, antes disso, os temas do Barroco e da Renascença já vinham consumindo sérios esforços de síntese, basta pensar no culturalismo alemão e na neo-retórica francesa, bem como nos estudos de erudição da filologia românica alemã, dos quais Heinrich Wölfflin, Robert Ernst Curtius e Karl Vossler, são autores bastante representativos nesse sentido. As datas acima são índice suficiente para a compreensão do estado de coisas que Bosi encontra na academia, mais notadamente na Universidade de São Paulo. Com exceção do livro de Sérgio Buarque de Holanda, todos os outros foram teses defendidas em São Paulo. No caso do primeiro e segundo títulos mencionados, originalmente teses defendidas na USP, Bosi participou das bancas de arguição.

As teses têm uma história relativamente desconhecida do leitor de Bosi. Elas se constituem não apenas como parte fundamental das “exigências da instituição universitária”, mas parte de seu itinerário pessoal. Ele diria, por exemplo, que Pirandello era um “crítico lúcido da identidade pessoal”, e que sua leitura lhe serviria como resposta às suas inquietudes juvenis, dentro das quais estava a preocupação com uma teoria da *peessoa*⁹⁵. O que o atraía neste autor era “um conflito muito agudo entre fôrma social, [diz ele] eu sentia as atitudes, o comportamento que você precisa ter enquanto professor, enquanto casado, enquanto pai de filhos, tudo aquilo que os italianos chamam *generalità*”⁹⁶.

Leopardi o teria “convidado”, termo de Bosi, “a atentar para o labor paciente da universalização, formalização e composição, que só um autor de têmpera consegue dar às suas experiências mais radicais”⁹⁷. A tese sobre Leopardi fora escrita no período mais radical do Estruturalismo tanto no Brasil quanto no mundo. Não à toa, o período em que

⁹⁵ “Céus, infernos”, entrevista a Augusto Massi in: *Novos estudos*, n. 21, jul. 1988, p. 106.

⁹⁶ Entrevista ao autor.

⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*

mais se sentia a universidade brasileira dividida. Bosi preocupava-se à época em demonstrar o quanto em Leopardi essa porção universalizadora encontra forma. Há uma longa discussão em torno dos mitos, assunto que, como sabemos, constitui-se parte fundamental na obra de um dos maiores estudiosos do Estruturalismo, Claude Lévi-Strauss. Bosi diria que pessoalmente permaneceriam duas coisas que, a meu ver, são decisivas em seu itinerário, e que descrevo abaixo.

Todas as teses perfazem um itinerário que deixaram marcas existenciais, mas que de algum modo, enquanto temática – mas não enquanto fundo motivador ético –, se rescindem um pouco no correr dos anos. A tese sobre Leopardi, inclusive, coincide com os anos mais difíceis da ditadura. Bosi diria ainda das misérias da ditadura, da tortura, dos presos políticos e “nós”, completa ele, “estávamos realmente nos anos de chumbo. Eu acredito que tudo isso concorreu para que a tese tivesse também esse final prometeico”⁹⁸.

Logo se vê a importância da leitura e da compreensão das teses na constituição de sua obra. O começo realmente de seu itinerário. A partir daqui podemos esboçar inúmeras questões importantes concernentes a essas teses e à sua obra posterior. Seria um percurso incompleto não contemplá-las, em vista de subdeterminarmos o alcance de suas proposições teóricas, bem como prejudicaria a demonstração *evolutiva* da crítica bosiana. Como vimos, um de seus conceitos mais importantes – o de literatura-resistência – é já refletido e gestado durante estes escritos.

Embora o ano de defesa da tese sobre Pirandello e o Golpe de 64 sejam coincidentes, as questões ali tratadas refletem antes preocupações de ordem diversa daquelas então pronunciadas com o cerceamento das liberdades imposto pela Ditadura, e que dariam o tom das pesquisas posteriores tanto em Bosi, quanto em parte da própria universidade. Pensada desta forma, a plataforma da tese planejada naqueles anos iniciais da década de 60 não foi provocada pela ruptura política que os militares impõem à nação. O vento do espírito sopra onde quer, e nessa perspectiva, essa tese inicia uma reflexão original, pensada anos antes. O jovem Alfredo Bosi então iniciava ali um itinerário que não seria apenas o do grande autor italiano, mas também, em certo sentido, de si mesmo⁹⁹.

⁹⁸ Entrevista ao autor.

⁹⁹ Sobre este momento importante de sua formação, Bosi diria outra vez mais, na entrevista a nós cedida: “A gênese do ensaio, como já observei, é existencial, pois se tratava de exprimir

Em outras palavras, a cultura que o cercava anunciava ventos favoráveis às lutas sociais que se vinham alargando com o tempo e com a chegada da maturidade. Isso explica o tema algo notável da confrontação entre o “Eu” das personagens e sua máscara social, tema da primeira tese, o que será lembrado por Bosi anos depois na entrevista que pode ser considerada a súpula de sua trajetória intelectual – denominada por Augusto Massi como “Céus, infernos”, em referência a um de seus títulos então recentemente publicados. Tratava-se, na visão de Bosi, de reconhecer áreas vitais de preocupação estética e política articuladas ainda em suas obras mais recentes. Nessa entrevista, ainda sobre as teses, especificamente a que estudamos, Bosi respondera que ela teria de ser traduzida, mas que, modestamente, serviria apenas como uma introdução à obra de Luigi Pirandello. De fato, Bosi escreveu um breve ensaio a *Um, nenhum, cem mil*, mas esse ensaio contém a súpula de seu pensamento aqui desenvolvido, um esboço do que se encontra na tese propriamente dita, mais ampla e grávida de consequências.

Tal como dissemos, o centro das preocupações do estudo “era uma teoria integradora da *pessoa*”¹⁰⁰. Segundo Bosi, a vida subjetiva em muitos momentos deseja extrapolar e transcender suas máscaras sociais, o que as personagens de Pirandello aportam com tanta força.

uma perplexidade pessoal em torno do problema da *persona*, dilacerada entre a fluidez vital dos sentimentos e paixões e a fôrma rígida imposta pelas instituições sociais. Essa divisão, que eu próprio experimentava em minha vida interior, está admiravelmente expressa na construção das personagens pirandellianas. O conflito “vita vs. forma” é estrutural nas suas novelas e ganhará tons dramáticos em suas novelas e peças”. Interessante comparar essa perspectiva com o caminho das esquerdas dentro do panorama cultural brasileiro, já que, a despeito do espírito do tempo, Bosi trafega, de algum modo, em caminho oposto a ele, mesclando, à sua análise, para os padrões *radicais* da época, para usar um vocabulário da época, uma preocupação de corte nitidamente *burguês*. Como veremos ainda, isso pode ser pensado já na motivação de Bosi em não aliar-se à parcela ortodoxa do que compreendia como “leitura da obra literária”, em vista de que um de seus mestres, pouco antes disso, ser exatamente Otto Maria Carpeaux, que ele lia desde os treze anos.

¹⁰⁰ MASSI, Augusto. “Céus, infernos”. Op. Cit., p. 106. Confirma também seu testamento intelectual vertido de uma palestra que detalha o mesmo apontamento feito aqui: “Caminhos entre a literatura e a história” in: *Estudos Avançados* 19(55), 2005, pp. 315-334. Nesse mesmo texto, ele já dizia das dificuldades de enquadrar o modelo de literatura proposta por Pirandello, daí que sua “abordagem distanciava-se tanto da sociologia da literatura como da análise estrutural da narrativa, então em plena moda. O que me atraía na obra de Pirandello era o conflito ente a vida subjetiva das personagens e as máscaras que estas deviam afivelar para sobreviver em sociedade”, p. 319.

A noção de Eu.

O indivíduo circunstanciado por seu quadro social é um tema clássico da cultura sociológica. As análises mais conhecidas dão conta deste fato como inexorável da existência humana, dado que o ser humano vive em sociedade e é gregário. A tônica quase sempre se dá em torno mesmo da questão de *como o homem se forma nas interações em sociedade*. O problema mais premente com que a Sociologia lidou nesse sentido, desde sua *fundação* como *ciência* por Auguste Comte em fins do século XIX, deu-se em convergência com a ordem *interna* do indivíduo, na ordem do *psicológico*, segundo Georg Simmel¹⁰¹.

O indivíduo e a sociedade são os pontos fulcrais da sociologia simmeliana; são os “pólos fundamentais da própria ideia de cultura filosófica”¹⁰². Para Simmel, trata-se de articular os modos de subjetivação mediados pela vida objetiva. Nos termos do que Bosi vem falando, podemos ler isso como uma aposta inconsciente no conflito que o homem atravessa, entre sua “máscara” e seu Eu real, Eu esse que está posto em suspensão. Como disse Simmel: “o *asseguramento da existência*, a aquisição de novas propriedades, o *desejo* de afirmar e expandir a própria esfera de poder, a defesa das posses conquistadas – estes são impulsos fundamentais para os indivíduos, impulsos a partir dos quais ele pode se associar de modo conveniente a muitos outros indivíduos, a seu gosto”¹⁰³.

Para Bosi, o estudo sobre Pirandello confirma este *insight* básico, que se reveste de verdade na ordem da vida de suas personagens. Vê-se isso claramente na peça *Seis personagens em busca de um autor*. Nesta peça há um movimento de rebeldia, já que nenhuma das personagens querem ser títeres nas mãos do autor, estranhamente, elas dizem ‘não queremos fazer o que o autor quer que nós façamos’. Daí a distinção basilar de parte da produção teórica de Alfredo Bosi, a partir daqui: a conhecida díade entre *tipos* e *individualidades*. Como se sabe, a tópica do *tipo*, muito presente em parcelas da crítica literária, notadamente marxista – desde Plékhanov e Lukács, passando por

¹⁰¹ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 49ss.

¹⁰² WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: 34, 2000, p. 491.

¹⁰³ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia*. Op. Cit., p. 41 (grifos meus).

Raymundo Faoro e Roberto Schwarz¹⁰⁴ – remete ao fato de as personagens serem tratadas como produtos de clivagens econômicas e nacionais, portanto, *representativas*, alegóricas, portanto. O caso do romance naturalista, como disse Bosi na entrevista citada, é o mais comum. Acontece que alguns autores e suas personagens escapam a essa clivagem, como parece ser o caso de alguns personagens de Pirandello. Neles, consegue-se sentir uma luta pela expressão que *escape* aos apelos de sua História pessoal, do fluxo cultural – e econômico – mais evidente. Em outras palavras: “a natureza não determina o que somos”. Esse vínculo nocional lido nas personagens e reafirmado por Bosi, embora estético, é permeado pelo conceito ético de liberdade. Nas palavras de Maurice Merleau-Ponty:

O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer *do* mundo e nascer *no* mundo. O mundo *está já* constituído, mas também *não está nunca* constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo, somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos *ao mesmo tempo* (grifo do autor). Portanto, nunca há *determinismo* e nunca há *escolha absoluta*, nunca sou uma coisa e nunca sou consciência nua¹⁰⁵.

Essa é uma questão candente nas ciências sociais. Marx pensou tê-la resolvido na famosa lei da formação da consciência: “não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”¹⁰⁶, o que fica ainda mais especificado em Lênin, já que radicaliza essa ideia, indicando sua própria versão da teoria do reflexo, admitindo serem as sensações e os pensamentos *reflexos* da realidade, seria a peça fundamental do Realismo Socialista, inclusive. Em seu desdobramento, essa doutrina ganhou *status* diferente nas teses de Lukács, que, inclusive, renega a doutrina de Lênin em seu *História e consciência de classe*, que o Partido Comunista, igualmente, rejeita. Mas é justamente esse caráter determinista que Bosi critica, qualificando-o de “tosco”, inclusive, pois o influxo verdadeiro dessa lei dá-se na ordem da liberdade do indivíduo de escolher, no arbítrio que é livre; não custa

¹⁰⁴ EO: 13-15.

¹⁰⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 608, (grifos meus). A 1ª edição é de 1945.

¹⁰⁶ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 5. Na opinião de Norbert Elias, Marx parte de uma série de “fatos observáveis e comprováveis”, mas tanto ele, quanto Comte, “padecem gravemente de generalizações exageradas e de um anseio irresistível por afirmar a necessidade”, in: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: 1994, p. 66.

lembrar que esse ponto de vista é forte motivador dentro da tradição cristã, ela mesma endossada pelo crítico.

Daí que uma das vertentes em que pode ser lida a persistência de Bosi em resolver esse problema diz respeito ao Realismo, como parte do debate internacional em que são lidos, via marxismo, os textos literários. Realismo, nesse sentido, apresenta um sentido específico, significando justamente o interesse pela realidade que as obras literárias reapresentam, ou certa lealdade ao real, ainda segundo elas. Ou seja, trata-se de uma rejeição ao psicologismo, ao esteticismo e ao naturalismo. Foi Engels quem disse que a representação das particularidades e o *hic et nunc* que deveriam guiar a ceara desta ficção. Como se verá, não foi esse o meu mote, antes, prefiro justapor às considerações bosianas o fulcro de suas próprias preocupações estéticas.

Aquela força residual conflituosa entre superestrutura e infraestrutura ganha contornos nítidos na pena de George Steiner, quando afirma que o que assoma tanto a crítica de marxistas quanto de “paramarxistas” é “a convicção de que a literatura está fundamentalmente condicionada por forças históricas, sociais e econômicas; a convicção de que o conteúdo ideológico e a articulada visão do mundo de um escritor estão engajados de modo crucial no ato de avaliação literária; uma desconfiança de qualquer doutrina estética que coloque ênfase nos elementos irracionais da criação poética nas exigências de ‘pura forma’”¹⁰⁷. Bosi não nega a relação, mas lê nela uma afinidade não-causal, bem como não-determinista. Pensando ainda nessa relação, sempre difícil na ordem de pensadores marxistas, Bosi não acolhe positivamente a velha relação, igualmente determinista, entre superestrutura e infraestrutura, quando lida na ordem da criação artística, tal como professada pela ortodoxia marxista.

Quando, em 1938, Marcel Mauss decide investigar a noção de “Eu”, segundo os textos que estudamos, a Antropologia ainda se ressentia de uma “metafísica do ser” pouco afeita a uma investigação empírica e, ao mesmo tempo, sociologicamente viável. Embora provisoriamente, segundo Mauss, essa noção ainda será lida com base na “lista de categorias aristotélicas”¹⁰⁸ que compunha parte do vocabulário das ciências sociais.

¹⁰⁷ STEINER, George. “Marxismo e o crítico literário” in: *Linguagem e silêncio*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 272.

¹⁰⁸ MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’” in: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003, p. 369. Na versão original francesa, este é o mesmo texto citado nas importantes notas de rodapé da tese de Bosi.

Embora a palavra “Eu” represente em qualquer idioma uma noção carregada de significados, seu estudo nunca passou de conjecturas. Para Mauss, tratava-se de (re)defini-la como constitutiva de uma filosofia recente, para tanto, *moderna*. Quer dizer: “de que maneira” – pondera Mauss – “ao longo dos séculos, através de numerosas sociedades, se elaborou lentamente, não o senso do ‘eu’, mas a noção, o conceito que os homens das diversas épocas criaram a seu respeito?”¹⁰⁹.

Mauss passa em revista as grandes noções que tocam o conceito de Eu nas sociedades primitivas, mas conclui que a noção que se possuía, então, era de natureza recente. Para o antropólogo, a noção latina de *persona* – “máscara, máscara trágica, máscara ritual e máscara de ancestral”¹¹⁰ – é “efetivamente a nossa”. A clivagem que veremos representada nas personagens de Pirandello representa bem isso, em vista de as duas noções se equipararem na mesma individualidade. Cabe mencionar que esse complexo nocional ganha na perspectiva dos povos latinos uma dimensão nova, de base *legal*, isto é, vinculado estreitamente com o direito romano. Esse conceito ainda estava em fase embrionária, mas já ganhava força como forma de individualização: “a pessoa é *conditio*, *status*, *múnus*. *Conditio* é a posição hierárquica (...) *status* é o estado da vida civil. *Munus* são os cargos e as honrarias na vida civil e militar; tudo isso é determinado pelo nome, ele próprio determinado pela posição familiar, a classe, o nascimento.”¹¹¹. Note-se que o escravo não tem esse *status* – “*servus non habet personam*”, diz Mauss.

O passo seguinte está indicado na noção de uma *moral* associada a ela. Com a evolução da filosofia estoica, segundo Mauss, em Epicteto e Marco Aurélio, por exemplo, acabou-se forjando melhor seu sentido, isto quando se pensou na definição de *consciência* como algo *construído*, *esculpido* por força de *escolhas*. O salto que se dá aqui é grande, já que à noção de *consciência*, de *Eu*, derivam os cristãos “a passagem da noção de *persona*, *homem investido de um estado*, à noção de homem simplesmente, de pessoa”¹¹². Bosi dirá que a visão cristã é primordialmente pessoal: ela, diz em texto de 1988, “não é um conhecimento de simulacros ou de emanações desprendidas dos corpos (como no caso das filosofias platônicas e neoplatônicas). Tampouco é um conhecimento de sombras, cópias ou reflexos que remetem a ideias transcendentais à visão. *É um conhecimento de pessoa, de um ser vivo cujo corpo-alma se dá ao olho que o*

¹⁰⁹ *Id., Ibid.*, p. 371.

¹¹⁰ *Id., Ibid.*, p. 383.

¹¹¹ *Id., Ibid.*, p. 387, nota 4.

¹¹² *Id., Ibid.*, p. 392 (grifos do autor).

contempla”¹¹³. Há uma unidade na pessoa humana que prescinde o caráter eminentemente religioso do homem cristão, “sois um em Jesus Cristo”, diz o Apóstolo Paulo em Gálatas 3:28, passagem citada por Mauss. Assim: “a pessoa é uma substância racional indivisível, individual”¹¹⁴.

Complementar a essa noção, há ainda o texto de Georg Simmel, que menciona esse movimento do indivíduo envolto ao crescimento das cidades, fundamental no desenvolvimento tanto do Estado quanto do Cristianismo, que ele indica como parte do crescimento dos grupos humanos: “Na medida em que o grupo cresce – numericamente, espacialmente, em significação e em conteúdos de vida –, então justamente afrouxa-se a sua unidade interior imediata; a pregnância da delimitação originária frente aos outros se atenua mediante relações mútuas e conexões. Ao mesmo tempo, no grupo que agora cresceu, o *indivíduo* ganha liberdade de movimento para muito além da delimitação inicial, invejosa, e ganha uma peculiaridade e particularidade para as quais a divisão do trabalho dá oportunidade e necessidade. Segundo essa fórmula desenvolveu-se o estado (*sic*) e o cristianismo, as guildas e os partidos políticos (...) isso também me parece ser claramente perceptível no desenvolvimento da individualidade no interior da vida cidadina”¹¹⁵. Embora ligeiramente distinto de nossa discussão, pode-se lembrar de importante texto de Émile Benveniste quando indica que a subjetividade, a consciência de si, “só é possível se experimentada por contraste”, onde um *eu* opõe-se a um *tu*: “essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*”¹¹⁶.

Ainda na perspectiva de Mauss, faltaria apenas uma categoria para que a noção ficasse completa. Ela será pensada por filósofos que estão definindo a natureza do pensamento e da matéria, como é o caso de Descartes, Espinosa, dentre outros. Mauss não subestima as notórias contribuições dos movimentos sectários dos séculos XVII e XVIII, já amplamente envoltos nas ideias de “liberdade individual” e “consciência”, no

¹¹³ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar” in: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 71 (grifos meus).

¹¹⁴ MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. Op. Cit., p. 393. Cf., SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito” in: Revista *Mana* 11 (2), 2005, p. 584 (grifos meus).

¹¹⁵ Cf., SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito” in: Revista *Mana* 11 (2), 2005, p. 584 (grifos meus).

¹¹⁶ BENVENISTE, Émile. “Da subjetividade na linguagem” in: *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 286.

fato também de se “poder comunicar-se diretamente com Deus”¹¹⁷. Não convém deixar de mencionar o fato irreversível de a ciência e a filosofia – sobretudo a partir das *Críticas* kantianas – serem submetidas a uma crítica da noção de “Eu”.

Diz-se com certa frequência que o homem moderno é um homem fraturado. Talvez devamos reconsiderar esta constatação, não a negando, mas reconduzindo a discussão para a relação desse indivíduo consigo ainda, e também com a sociedade que o acolhe, porque é a partir dela que as condicionantes de censura, vontade de expressão, liberdade, escolhas, arbítrios etc., podem ser evocadas¹¹⁸.

Gênese da tese: a consciência fraturada na obra de Pirandello.

Estas noções serviram de preâmbulo para a análise do texto bosiano, em uma chave que seria indicada por sua obra, especialmente as escritas posteriormente. Evitei fazer maiores incursões em outros domínios que não o antropológico, justamente para que centrássemos nossa preocupação no fator mais substancial da sociologia da pessoa, tão premente dentro da tese, e sem a qual não poderíamos prosseguir sob o risco de perdermos o fluxo e a gênese do pensamento do Autor.

Bosi procura determinar a gênese espiritual (*genesi spirituale*) de Pirandello. A associação entre o *itinerario mentis* de Pirandello dentro de seu contexto histórico é fundamental nesse sentido. Acontece que Bosi, lembrando a fortuna crítica do autor, extensíssima a essa altura, declara serem suas narrativas denegadas, em parte, justamente pela presença inebriante de seu teatro que, de tão estudado, leva o filho de Pirandello, Stefano Pirandello, a dizer: “Gli piaceva pensare che allora il suo teatro sarebbe apparso come una parentesi nella sua più vasta opera di narratore”¹¹⁹.

¹¹⁷ MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. Op. Cit., p. 395.

¹¹⁸ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, Op. Cit., p. 67: “Sem dúvida temos consciência, ao mesmo tempo, de que esse abismo entre indivíduos e a sociedade não existe na realidade. Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros”.

¹¹⁹ INP: 1. “[Pirandello] gostava de pensar que, então, seu teatro se afiguraria como um parêntese em sua extensa obra de narrador”. Sigo a tradução precisa – e preciosa – de Letizia Zini e de Massimiliano Lombardo, sem os quais, este capítulo teria sido impossível. A ajuda de ambos não tem preço, e se tomo os importantes pressupostos da tese de Bosi defendida em italiano, estudados agora pela primeira vez e tão grávidos de conseqüências para a gênese da crítica póstera de Bosi, devo isso aos eminentes tradutores, à sua presteza e generosidade. Lembro que, salvo engano meu, a tradução conseguiu alcançar o estilo do autor de forma que o

Bosi almeja analisar essa parte então pouco procurada de sua obra, de tal forma que esta análise seja contígua ao teatro, isto é, “più minuta di Luigi Pirandello narratore, in quanto narratore, anteriore e posteriore al dramaturgo”¹²⁰. Vê-se um compromisso na ideia de “autoria” – que então vinha sendo repensada e combatida pelos modelos estruturalistas – e a ideia de história, posta nos termos de uma análise baseada na “cronologia”, sem a qual, a análise poderia resultar arbitrária. Bosi diria que “la storia di un’opera letteraria è pure la storia di un’anima e dei rapporti con lo svolgimento culturale in cui va inserita”¹²¹.

Perpassa pela tese de Bosi uma linha de raciocínio que se desdobra em quatro momentos de análise, nos vários andamentos constitutivos da obra pirandelliana:

- a) Le novelle e i romanzi giovanili, ancora caldi di residui veristi, se pure impostati sui motivi della solitudine e dell’evasione, schiettamente personali;
- b) La maturità espressiva rispechiante quell’umorismo patético di cui Pirandello si fece, fin d’allora, il consapevole interprete;
- c) Il radicalizzarsi dei motivi psicologici e gnoseologici stilizzati discorsivamente, che segna la immediata;
- d) Le vie d’uscita verso i miti della natura e della vita inconscia (il sogno o il mistero), stilizzati in modi approssimativamente surrealistici¹²².

Como se vê, a análise aposta nos *momentos decisivos* da prosa de Pirandello. Bosi almeja estudar os contos, as novelas, os romances, ainda alçados sob o traço do verismo; o momento posterior a essa fase, do *humorismo*, do qual Pirandello é intérprete e teórico; os motivos psicológicos de seus escritos e as saídas em direção aos mitos da natureza e da vida inconsciente.

A confusa perspectiva positivista de causa e efeito é evitada por Bosi em sua análise quando faz menção aos pressupostos integradores de sua crítica, envoltos na

texto ganhasse homogeneidade, fato tão importante no sentido de vislumbrarmos sua evolução espiritual e crítica. Ficam consignados aqui meus préstimos aos dois amigos.

¹²⁰ INP: 2. “Parece que chegou a hora de uma análise mais detalhada de Luigi Pirandello narrador, como narrador anterior, contemporâneo e posterior ao dramaturgo”.

¹²¹ *Id., Ibid.* “A história de uma obra literária é também a história de uma alma e das relações com o desenvolvimento cultural em que deve ser inserida”.

¹²² INP: 2-3. “a) os contos e os romances juvenis, com evidentes traços do *Verismo*, embora alicerçados nos motivos da solidão e da evasão, tipicamente pessoais; b) a maturidade expressiva que reflete o humorismo patético do qual, desde então, Pirandello foi o intérprete consciente; c) a radicalização dos motivos psicológicos e gnoseológicos estilizados discursivamente, que marca a produção imediatamente posterior; d) as saídas em direção aos mitos da natureza e da vida inconsciente (o sonho e o mistério), estilizados segundo modos aproximadamente surrealistas”.

criação literária do autor italiano; portanto, sem “nessuna confusione com ‘fondamenti’ e ‘cause’, como potrebbe concludere una prospettiva positivista”¹²³.

Note-se como o vocabulário utilizado pelo Autor é precioso e como procura se aproximar de seu objeto. Bosi menciona “le linee di pensiero e le correnti di sentimento”¹²⁴ que atravessam as concepções de e sobre Pirandello. Atrela à sua análise um método preocupado com o que é “storico, poiché si rispettano l’ordine cronológico e gl’incontri con le correnti culturali contemporanee al Nostro” e “estetico, in quanto si stabiliscono i necessari rapporti tra le caratteristiche personali che informano l’umanità di Pirandello e la loro espressione letteraria”¹²⁵, capaz de não apenas contornar essa obra, mas sua formação completa, sua integridade artística. De tal forma que chama atenção no itinerário de Pirandello, sua adesão a uma escrita que mais prescindia de “comunicazione immediata” e de uma “antiletterarietà”¹²⁶, movimentos de aproximação e de (auto)censura em torno de possíveis distorções retóricas.

Bosi vê a necessidade de partir das camadas mais interiores, subjetivas, até chegar às categorias estruturantes que definem a literatura de Pirandello. Assim, Pirandello parte das considerações que o Verismo estabeleceu em seu tempo, ora aproximando-se, ora afastando-se delas, gestando formas também surrealistas e decadentistas. Ele enxerga nessa travessia a própria construção da Europa *fin-de-siècle* XIX e início do XX. Esse tempo “simboleggia tre generazioni spirituali e si ferma alle soglie della più trágica di tutte – quella che assistente alla seconda guerra mondiale”¹²⁷.

¹²³ INP: 3. “Nenhuma confusão entre ‘fundamentos’ e ‘causas’, como poderia concluir uma perspectiva positivista”.

¹²⁴ *Id., Ibid.*, “As linhas de pensamento e as correntes de sentimento”.

¹²⁵ *Id., Ibid.*, “Histórico, porque se respeitam a ordem cronológica e os encontros com as correntes culturais contemporâneas ao nosso autor, e estético, porque se estabelecem as relações necessárias entre as características pessoais que definem a humanidade de Pirandello e sua expressão literária”. Hoje sabemos que erigir uma análise histórica propriamente dita não necessariamente requer uma investigação linear que a cronologia impõe. A cronologia é somente um momento inicial dentro do que se quer realçar, ou negar em uma vida ou obra. Retomando o tema tempos depois, Bosi mesmo diria que “datas são pontas de icebergs” – BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos” in: NOVAES, Aduato (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 19 –, defendendo justamente os muitos espectros que as datas *encobrem*. Fica claro que ainda não estamos naquela galeria rica da filosofia da história que Bosi – ora com ressonâncias hegelianas, ora viquianas – professará nesse mesmo texto que acabo de citar e em tantos outros. Mais à frente faço considerações pormenorizadas a esse respeito.

¹²⁶ INP: 4.

¹²⁷ INP: 5. “Simboliza três gerações espirituais e se conclui em proximidade da mais trágica de todas – aquela que assistiu à Segunda Guerra Mundial”.

Parte, assim, de uma visão geral desses movimentos, situando Pirandello no contexto imediato que o encerra. A situação da Itália nesse momento é de profunda fragmentação das consciências e do próprio Estado italiano, tal que amalgama inúmeras contradições políticas, e o exemplo da aproximação identitária com o Nazismo, pelo Fascismo italiano, no início e meados do século XX, é claramente sintomático. Na opinião de Bosi, Pirandello “fu uno dei pochi spirit italiani che, in un’epoca di tendenze rettificamente nazionalistiche (e quindi provinciali), riscò a dare un respiro europeu alla letteratura italiana e, di conseguenza, raggiunta l’universalità, varcare gli angusti limiti Del pubblico nazionale, come lo attesta la sua fulminea fortuna in tutto il mondo”¹²⁸. Poucos autores conseguiram dar expressão às angústias do momento histórico e da dilaceração de consciências de um país, como Pirandello. Fez isso partindo justamente das idiosincrasias e rachaduras da sociedade, o que acabou cingindo sua escrita de um movimento claro e intencional de discussão em torno de motivações como essa.

A aproximação com Carducci, com os veristas e com os decadentistas, portanto, funciona como justaposição estilística e como momento de compreensão da narrativa de Pirandello; envolve também parte de sua *formação, experiência e vivência* como criador. Bosi explica que Carducci, autor de ponta nesse momento – de alguma forma paradigmático até – apela para as instâncias evasionistas e, de algum modo, também elas, nostálgicas, “virile e classica”¹²⁹, de uma nobreza passadista, com um sabor de academia, no mau sentido da palavra. Tudo isso acaba sendo considerado por Pirandello, por conta da tentativa isolada do objeto literário por ele erigido no panorama da literatura de seu país; o difícil momento histórico impede que essa identidade “perdida” na História seja de fato sentida pelo público, mais afeito às reviravoltas que Fogazzaro e D’Annunzio anunciam em seus escritos: em Pirandello há um gosto menos provinciano, porém, mais mórbido (*morbi*). Carducci, diz Bosi, é o grande representante de uma literatura e de uma cultura tipicamente *italianas*; ele nomeia, por assim dizer, esse momento literário, é porta-voz dessa geração. Bosi é irônico quando menciona Carducci como representante das aspirações que a nova burguesia celebrava, “ma

¹²⁸ *Id., Ibid.* “Foi um dos poucos intelectuais italianos que, numa época de tendências retoricamente nacionalistas (e, portanto, provincianas), conseguiu dar fôlego europeu à literatura italiana e, conseqüentemente, uma vez alcançada a universalidade, transpor os estreitos limites do público nacional, como prova seu sucesso imediato no mundo inteiro”.

¹²⁹ INP: 6.

formalmente, nei giorni di festa, anziché effettivamente, con una progressiva integrazione delle forze popolari e regionali della penisola”¹³⁰.

Seria impossível então, dadas essas características, impedir o surto de uma literatura mais “robusta e revoltada” (*maschia e risentita*), acomodada que estava na sua justeza burguesa, se se partisse daqueles autores, mais conformados, que então formavam o panorama literário italiano.

O binômio Literatura e Sociedade é o fulcro da reflexão que o Autor desfere sobre esses autores, mais próximos da nova realidade italiana *hic et nunc*, atrelados que estavam a uma concepção mais liberal, ligeiramente conservadora, exprimindo um estado de espírito apequenado, pacato, ou, nas palavras de Bosi: “oppure rispecchiavano i primi sintomi del disagio che la nuova situazione, tessuto di compromessi, creava negli intellettuali più perspicaci e risentiti”¹³¹.

A tônica dos novos literatos girava em torno de regiões ainda isoladas, pobres, que a Itália possuía, eles expunham o dedo na dolorosa ferida da nação. Parece que o país despertava para essa realidade para a qual a burguesia lacrava os olhos. Essa aproximação se dá principalmente pela obra de Luigi Capuana, gerando uma “nova síntese” histórico-literária, observando-se a mescla entre *regionalismo* e *naturalismo*, claro está, ainda insuficientes para a deflagração mais renhida dessa literatura, que o país ainda esculpiria. São fortes as imagens que as letras francesas projetam na Itália – projeções sentidas em todo o mundo, aliás – basta pensar no fluxo da literatura de Zola, fluxo que não era apenas literário, e envolvia também alguma porção teórica.

Movimentos de renovação na literatura italiana.

Giovanni Verga inseriria nuances trágicas em torno das personagens vencidas (*vinti*). É a geração cuja realidade é despudoradamente pobre, envolta na moralidade dura e sofrida do povo da ilha. É bem por isso que Verga caminha por outras paragens, revelando “l’abisso economico, sociale e spirituale tra la nuova struttura del regno d’Italia, sedicente liberale e democratica, e l’arcaico, semif feudale mondo sopravvissuto della civiltà siciliana, borbonica ancora e latifondaria nella campagna, cziosa e

¹³⁰ *Id., Ibid.* “mas formalmente, nos dias comemorativos, não efetivamente por meio da integração progressiva das forças populares e regionais da península”.

¹³¹ INP: 8. “Ou refletiam os primeiros sintomas do desconforto que a nova situação, entretecida de compromissos, criava nos intelectuais mais perspicazes e ressentidos”.

barocamente aristocrática nelle città¹³². Vê-se que novos ventos sopram de fato sobre a Itália, e esses ventos revelam ainda um povo por ser representado, em cujas máscaras se escondiam pessoas repudiadas.

Segundo Bosi, o crítico Sapegno foi incisivo quando apontou que o naturalismo era “dunque quella che meglio di tutte aderiva allo slancio vitale, al ritmo progressivo della storia, quella che raccoglieva la parte più positiva e feconda dell’eredità romantica per trasmetterla alle generazioni future”¹³³. Tratava-se de uma espécie de pacto sectário em prol de uma forma literária que melhor redescobrisse o homem por trás das camadas da pobreza, daquele meio social preterido. A Itália vivia sob um verniz, encapsulada nas reformas rarefeitas, governo após governo, produzindo uma fachada de democracia e liberdade, porém a verdade, segundo ele, é que havia “una struttura politica essenzialmente burocratica e polizialesca, inetta a produrre una vera solidarietà delle forze sociali diverse, a sanare il conflitto fra il nord e il sud della penisola, a immettere nella vita dello stato, come elemento attivo e partecipe, le plebi meridionale soffocate della miseria, dall’ignoranza e da um’inveterata consuetudine di rapporti feudali”¹³⁴.

No contexto europeu, outra realidade era representada no plano literário. A brutalidade da terra, dos camponeses e artesãos – primitivos na sua inteireza e rudeza – diferia inteiramente do extrato burguês propriamente dito, descrito nas letras inglesas e francesas, sobretudo, cuja linguagem esse outro europeu encontrava “intorno a sé, già fatto per dir così”¹³⁵. Havia um grave problema de representação *realista* que foi resolvido pelos autores italianos no plano da exploração da *cor local*, do regionalismo dialetal, em busca desse ser primitivo e inexplorado. Um *Outro* europeu, pode-se dizer, ainda sem a nuance que Balzac, Flaubert e Zola *enxergavam* na sociedade francesa.

¹³² INP: 9. “O abismo econômico, social e espiritual entre a nova estrutura do Reino da Itália, que se autodefine liberal e democrático, e o arcaico, semifeudal mundo sobrevivente da civilização siciliana, ainda *borbônica* e latifundiária no campo, ociosa e barocamente aristocrática nas cidades”.

¹³³ *Id., Ibid.* “Portanto, aquele que melhor do que os outros correspondia ao impulso vital, ao ritmo progressista da história, o que guardava a parte mais positiva e fecunda da herança romântica para transmiti-la às gerações futuras”.

¹³⁴ Sapegna, Apud, Bosi, *Id., Ibid.*, “Uma estrutura política essencialmente burocrática e policial, incapaz de produzir uma verdadeira solidariedade entre as diferentes forças sociais, de resolver o conflito entre o norte e o sul da península, de introduzir na vida do Estado, como elemento ativo e participante, as populações meridionais massacradas pela miséria, ignorância e pelo costume arraigado de relações feudais.”

¹³⁵ Sapegna, Apud, Bosi, *Id., Ibid.* “achava ao seu redor, já pronta”.

O mesmo imobilismo político sentido no Brasil *fin-de-siècle* se via na Itália, associado com os mesmos rompantes de obscurantismo e a execrável má distribuição de renda. Porém, Bosi nota que as políticas tanto de Direita quanto de Esquerda – dadas as disparidades tão evidentes – sentiam tanto esse desequilíbrio que ambas se expressavam como possuindo plataforma política semelhante¹³⁶. Pirandello capta essas novas direções: sua prosa, inicialmente verista, serve também, segundo Bosi, como “documento di una situazione morale”, seu romance *I vecchi e i giovani* faz o grande balanço dessa época. Bosi cita na tese vários autores que pertenceram ao cabedal literário de Pirandello, desde as leituras que fez quando adolescente.

Dado o método de Bosi, há um esforço no sentido de aderir explicitamente a uma reconstituição do *itinerario mentis* do autor. Por isso, a opção por descrever as escolhas filosóficas de Pirandello, voltadas inicialmente para as questões positivistas, embora essa cultura não tenha chegado a *formá-lo* – ele estudou em Bonn, na Alemanha, onde a influência do positivismo foi pequena – preferia os idealistas e Schopenhauer, mas “per istinto, aborrente da ogni tendenza materialistica e meccanizante”.

O emprego consequente da palavra tipo¹³⁷ (*tipi*) na tese gira em torno do conceito de *incompletude* e *estreiteza*. Essa aplicação faz menção ao tempo de apreensão de todos esses estilos e vozes literárias que vemos surgir na Itália, especialmente no fim do século. Claro que em Pirandello isso não pode ser lido de outra forma senão como uma fase de seu aprendizado mais fecundo, de seu encontro com uma voz própria, que acaba sobrepujando o Naturalismo provinciano de sua terra natal. Bosi menciona isso em termos da assunção por parte de Pirandello do legado verista e do regionalismo, teoria de Luigi Capuana, de ecos pós-carduccianos.

A partir disso, Bosi sugere também que as palavras que davam o tom dessas narrativas italianas, não apenas as pirandellianas, como “psicologismo”,

¹³⁶ É assim que o ministro Bonghi se expressa: “Como podemos fazer uma oposição séria contra um ministro que anda na nossa mesma direção, da mesma maneira ou até melhor do que nós faríamos?” Bonghi, Apud, Bosi., p. 10.

¹³⁷ Erich Auerbach, em função da historização da palavra “figura” que seu livro faz entre os clássicos gregos e medievais, sublinha a *universalidade* do termo “tipo”, em seu livro, *Figura*: “Mas o sentido plástico original não foi inteiramente perdido, já que *typos* (“impressão”) e *plasis*, *plasma* (“forma plástica”) eram muitas vezes vertidos por *figura* como o radical *fig-* sugeria. A partir do significado de *typos* desenvolveu-se o uso da *figura* como “selo impresso” (...) o sentido plástico de *typos* [indica] sua tendência para o universal, para o legal e *exemplar*” Cf., AUERBACH, Erich. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997, p. 16 (grifo meu).

“spiritualismo”, “misticismo”, “esteticismo”, estão associadas a Antonio Fogazzaro. Todas elas são tendências antipositivistas, ambas recebem a alcunha de *decadentismo*, cujo termo correspondente, “meno negativo”, nas palavras de Bosi, seria simbolismo. Em quase todos os lugares onde o simbolismo teve acolhida, sua configuração se daria em torno de “mitos individualistas”, não à toa, conformando atitudes pós-românticas¹³⁸. Bosi diria da ausência “da una ripresa dei miti individualistici ereditati dai romantici, priva tuttavia dello slancio fiducioso verso l’infinito de questi”¹³⁹, resultando daí uma ficção de tons, tanto nos enredos quanto nas preferências lexicais, ora evasivos (*evasione*), ora dispersivos (*disoersione*) e com sentimentos de decepção (*senso di sgomento*).

Esta nova prosa teria características que personificariam a ruptura na ciência e na fé, estaria também fortemente carregada de subentendidos, memorando a inefabilidade das almas humanas e do próprio mundo. A expressão direta desse mundo seria um grave problema para esses literatos e viria sempre ou quase sempre formulada de maneira *aproximada* (*approssimative*) aos homens que eles pretendiam representar. O leitor teria acesso às dúvidas (*dubbi*), às oscilações (*oscillazioni*), às angústias (*angoscie*) das almas. Nesse sentido, Manzoni e Verga, ambos mestres dessa arte, pintam a vida de forma mais viril (*virile*) e distanciada (*distaccata*). Trata-se mais de *evocar* que de *representar* diretamente os sentimentos complexos e nuançados. Haveria um descompasso, segundo Bosi, na psiquê dessas personagens, cujas aspirações eram infinitas (*infinite*), mas cujo mundo correspondente demarcava um espectro de finitude opressiva (*finito, oppressivo*). Essa descompasso ou falha (*mancati*) das personagens é, no fundo, a característica mais evidente do romance decadente: seus autores de algum modo são cantores de decepção e de impotência.

A geração espiritual de escritores que nasceu sob o influxo dessas ideias acabou condicionando a eclosão de predicados em sua literatura, sempre mais adequadas conforme a personalidade do escritor: em Graf, misticismo e melancolia (*misticismo e malinconice*); em Pascoali, mistério e inefabilidade (*mistero e ineffabilismo*); em D’Annunzio, esteticismo e veleidade “sobre-humanas” (*estetismo e velleità*

¹³⁸ BALAKIAN, Anna. *O simbolismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 11ss.

¹³⁹ INP: 13. “Por uma retomada dos mitos individualistas herdados dos românticos, desprovida, porém, do impulso confiante em direção ao infinito desses últimos”.

“*superumane*”); irônica auto-análise (*ironica autoanalise*) em Svevo. Como Pirandello responde a essas tônicas?

Para interpretar esses distintos modos de representação na Itália, Bosi dirá: “e, senza varcare i limiti del pensiero italiano, ecco rivelarsi al nostro spirito come unilaterali non solo la visione economicista dei materialisti storici, dal Labriola al Gramsci, ma anche l’idealismo storicista di Benedetto Croce”¹⁴⁰. Pirandello assumiria postura contrastiva nesse sentido, descrevendo personagens de variadas feições, indeterministas na sua configuração mais expressiva.

Por essa via, e já de forma embrionária, vemos mais claramente como Bosi se situa em relação ao economicismo unilateral, incapaz, segundo ele, de ligar as unidades espirituais da criação às suas condições materiais mais evidentes. Embora recorrer ao economicismo possa se fazer necessário, sobretudo quando interposto à interpretação, ele se revela eficaz somente quando lido de modo não determinista, como parte de um “fomento” cultural. Bosi dirá, inclusive, que o apelo a uma mitologia cultural (*mitologia culturale*) permanece aquém do momento poético-formal e diz ser essa a síntese das polêmicas ativadas por Benedetto Croce. As condições econômicas são fatores importantes, são o chão mesmo de onde se “[l’opera] scaturisce dalla concreta trama storica in cui sono largamente compresi i bisogni economici”¹⁴¹.

A tônica da participação e da interpretação.

A participação precípua da motivação econômica é um tópico bastante desenvolvido na crítica literária brasileira na época que Bosi escrevia sua tese. Como dissemos, os ensinamentos de Antonio Candido nesse sentido já se constituíam em escola: tão importante é sua tese que compreende a obra crítica de Sílvio Romero¹⁴², a notória força de *Formação da literatura brasileira* e uma série de ensaios esparsos tanto quanto influentes dá bem a dimensão disso. A opção pela vertente culturalista, de

¹⁴⁰ INP: 15. “E, sem ultrapassar os limites do pensamento italiano, eis que se revelam ao nosso espírito como sendo unilaterais não somente a visão economicista dos materialistas históricos, de Labriola a Gramsci, mas também o idealismo historicista de Benedetto Croce.”

¹⁴¹ *Id., Ibid.* “A obra brota da trama histórica concreta em que estão amplamente incluídas as necessidades econômicas”.

¹⁴² É mesmo mesmo interessante comprovar isto que dissemos apontando em Sílvio Romero um nome forte neste sentido aqui expresso. Candido diria, na segunda edição de seu estudo, que “apesar dos anos, Sílvio Romero continua no centro da nossa historiografia literária”, Cf., CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p. 9.

linhagem diltheyana, hegeliana, weberiana, mannheimiana, já vinha sendo desenvolvida pela crítica esposada por Otto Maria Carpeaux, como dissemos, autor cuja leitura Bosi diria ser sua preferência. Tanto uma opção quanto outra serão lembradas por Bosi anos depois no ensaio “Por um historicismo renovado”, disputa pelo repensamento dessa questão então apenas pronunciada.

Bosi está atento a essa constelação de autores e a essa tradição da qual se filia, de algum modo, mas cujo desenvolvimento merece ainda um pouco de análise. Permita então, nesse sentido, alocar aqui um longo trecho que diz muito das opções de Bosi nas escolhas de sua análise por essa época:

Nell’analizzare il frutto di una personalità artistica, ciascuna delle due teorie sceglie “a priori” il momento che più spetta alla sua particolare visione del mondo: il *materialista storico*, il momento del contenuto bruto, anteriore ed esteriore alla scelta dell’artista, *dogmatizzando* poi che infatti non c’è stata una vera scelta, essendo impossibile all’artista il sottrarsi alle forze sociali che lo hanno formato prima e durante la creazione letteraria; *l’idealista*, invece, *insiste sul momento creativo*, insostituibile, generato da una fantasia individuale, da un complesso di stati d’animo e da una specifica struttura morale, aspetti insomma che isolano ed enfatizzano i fattori personali, mettendo tra parentesi le pressioni socio-economiche.

D’altra parte una posizione meramente eclettica non sarebbe in grado di risolvere il nocciolo del problema, a meno che si sfugga ai principi fondamentali delle teorie in conflitto. Il materialismo, per quanto dialettico si voglia, è pur sempre materialismo nelle sue categorie organatrici delle attività spirituali; e l’idealismo, pure affermandosi, nella prospettiva crociana, assolutamente storicistico, prescinde dai concreti nessi economici nel momento di caratterizzare l’essenza di un’opera d’arte e nell’altro, susseguente, di valutarla in quanto arte.

“Tertius non datur?” È il caso di riformulare la questione. Di che cosa in determinate circostanze culturali (categoria della società), ma che si differenziano da altri atti ugualmente culturali in virtù di una specifica direzione della fantasia e del sentimento, contemplare e creatrice ad un tempo (categoria della esteticità). Negare recisamente, polemicamente, qualsiasi dei due momenti ci sembra ignorare il *metodo dialettico hegeliano* da cui derivano tutt’e due posizioni e postulare principi generativi assoluti (materia o spirito), appunto le caratteristiche della metafisica razionalista, che questi discendenti di Hegel intendono superare.

L’unico punto di riferimento reale e vivo da considerare nello studio di un’opera d’arte non è, né può essere, una categoria astrattamente presa (materia o spirito; socialità o esteticità), ma la personalità dell’autore: l’uomo ad un tempo agente della forma artistica e paziente di una data struttura sociale.

I rapporti tra il complesso socio-culturale e l’opera letteraria sono stabiliti dalla personalità dello scrittore: questa non deve essere considerata, idealisticamente, come un assoluto e incondizionato spirito creatore, né, meccanicamente, come un amasso incongruo di dati sociali, mera

passività da specchio; ma come *possibilità di mediazione, di attività, di formatività*¹⁴³.

Há todo um programa de interpretação literária nas considerações lidas aqui e, antes que continuemos, é importante segui-las nas suas conclusões tão grávidas de sugestões e ideias. Um primeiro problema que sobrevém da leitura deste trecho é a insistência no uso do termo “personalidade artística” (*personalità artistica*) compreendendo o ponto de partida para o Autor. Essa postulação é de fato problemática porque supõe de algum modo que o analista dispõe do conhecimento dessa personalidade e sabe, enfim, *quais* motivos e *quais* meandros essa subjetividade percorreu na construção de sua obra. É talvez um passo em falso, como se vê, em direção a um perigoso subjetivismo ou psicologismo.

Embora essa compreensão seja factível, como se lê em passagem no livro de Dilthey, ele não deixa de ser um preceito epistemológico movediço. Este dizia: “o

¹⁴³ INP: 15-16. “Quando se trata de analisar o fruto de uma personalidade artística, cada uma das teorias escolhe *a priori* o momento que mais diz respeito à sua visão de mundo particular: o materialismo histórico opta pelo momento do conteúdo bruto, anterior e exterior à escolha do artista, dogmatizando, em seguida, que não houve, de fato, uma escolha verdadeira, sendo impossível para o artista subtrair-se às forças sociais que o formaram antes e durante a criação literária; o idealista, ao contrário, insiste no momento criador, insubstituível, gerado por uma imaginação individual, por um conjunto de estados de espírito e por uma estrutura moral específica, aspectos, enfim, que isolam e enfatizam os fatores pessoais, pondo entre parênteses as pressões socioeconômicas”. “Por outro lado, uma posição meramente eclética não teria condição de resolver o nó da questão, a não ser que se escamoteiem os princípios fundamentais das teorias conflitantes. O materialismo, mesmo que dialético, é sempre materialismo nas suas categorias organizadoras das atividades espirituais; e o idealismo, mesmo que se declare, na perspectiva crociana, absolutamente historicista, prescinde das relações históricas concretas quando se trata de caracterizar a essência de uma obra de arte e, no momento seguinte, de avaliá-la como arte”. “*Tertius non datur?* Convém reformular a questão. Do que se trata? De explicar *atos* humanos, atos pessoais, que nascem em determinadas circunstâncias culturais (categoria da socialidade), mas que se diferenciam de outros atos igualmente culturais em virtude de uma direção específica da imaginação e do sentimento, ao mesmo tempo contemplador e criador (categoria da esteticidade). A negação peremptória e polêmica de qualquer um desses momentos ignora, na nossa opinião, o método dialético hegeliano do qual se originam ambas as posições e postula princípios geradores absolutos (matéria ou espírito), que são precisamente, as características da metafísica racionalista, que estes descendentes de Hegel pretendem superar”. “O único ponto de referência real e vivo que deve ser levado em consideração no estudo de uma obra de arte não é, nem pode ser, uma categoria considerada abstratamente (matéria ou espírito; socialidade ou esteticidade), mas a personalidade do autor: o homem como, ao mesmo tempo, agente da forma artística e paciente de uma estrutura social dada”. “As relações entre o conjunto sociocultural e a obra literária são estabelecidas pela personalidade do autor, a qual não deve ser considerada, idealisticamente, como um aglomerado informe de dados sociais, pura passividade de espelho, mas como *possibilidade de mediação, de atividade, de formação*” (grifos meus).

cosmos dos fatos espirituais não é visível aos olhos, mas apenas ao espírito sintético do pesquisador”¹⁴⁴. As forças com que lida o pesquisador em um caso como esse, isto é, em que envolve uma “alma” (*anime*), como diria Bosi, merece o máximo de cuidado no sentido de prismaticar os eventos, sob o risco de cair no dogmatismo que Bosi mesmo rejeita. Há uma dupla negação que ausculta tanto o momento econômico em que se ampara a crítica materialista, *tout court*, quanto a crítica idealista, que insiste no instante criador. Ambas isolam, segundo Bosi, os fatores espirituais (pessoais) da criação, estancam da análise justamente os resultados procurados por ele nas narrativas pirandellianas.

Há, também, no trecho, a rejeição a uma opção interpretativa que seja meramente eclética (*meramente eclettica*), dado que o mesmo nó (*nòcciolo*) da questão permaneceria intacto, pois os fatores conflitantes dessas teorias ficariam ocultados. Por isso mesmo, a opção de Bosi, nesse momento, deu-se no sentido de adotar uma categoria da *sociabilidade*, ressaltando-se a necessidade de conciliar uma mesma chave interpretativa que leve em conta o fator diferenciador “em virtude de uma direção específica da imaginação e do sentimento, ao mesmo tempo contemplador e criador”. Visto no seu conjunto hermenêutico, temos, na mescla totalizadora proferida pelo Autor, os fatores *socioeconômicos*, os fatores *criadores* (dentro dos quais se pode ler o estilo pessoal), e os elementos de *sociabilidade*; os três, sem os quais, nega-se enfaticamente a dialética hegeliana, de resto, ela mesmo condicionante tanto de uma quanto de outra filosofias. Por isso, “o único ponto de referência real e vivo que deve ser levado em consideração no estudo de uma obra (...) é a personalidade do autor (...) agente da forma artística e paciente de uma estrutura social dada”.

Todas essas relações pressupõem recursos de *mediação*, de *formação*, de *atividade*, palavras que Bosi destaca no texto, ressaltando, com isso, o teor *a priori* que as define. A leitura de Pirandello acaba sendo um exemplo nas considerações de Bosi referentes a esse aspecto da teoria, por ter deixado textos – críticos e autobiográficos¹⁴⁵ – de sobra, que acabam corroborando os *insights* de Bosi. Isso se mostrou importante inclusive na escolha dos temas da tese, por conta das relevâncias semânticas que Pirandello aventa.

¹⁴⁴ DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 39.

¹⁴⁵ Inclusive pondo na boca de alguns personagens considerações críticas tidas como relevantes no desenvolvimento do enredo, como Bosi ressaltara no seu esquema.

A mescla de vida e literatura acabou sendo uma oportunidade de resposta aos críticos de Pirandello, sempre prontos a notificarem o grau de inverossimilhança das suas construções narrativas. Parte desses críticos moveu na imprensa uma guerra ao real sentido da ficção de Pirandello, acusando os seus romances de *inverossímeis*¹⁴⁶, de tal sorte, que seus escritos foram lidos como “cerebrais”, segundo o tradutor brasileiro de seu romance mais célebre. Assim, o problema com que se defronta Bosi dá-se no afã de mesclar sua base conceitual no conhecimento de uma personalidade e no amálgama de sua criação artística – e ponto de referência de seu núcleo crítico. Desnecessário lembrar, portanto, que, dentro dos limites do pensamento italiano, tanto o economicismo de Labriola e Gramsci, quanto o idealismo historicista de Croce, são *unilaterais* para o Autor. Também não seria demasiado apontar o norte consequente do aporte fenomenológico que sobressairia na teorização da tese.

Fiel a seu objeto, Bosi ancora-se firmemente em uma filosofia de caráter *personalista*: na Fenomenologia axiológica de Max Scheler, no personalismo social de Maurice Nédoncelle e Emmanuel Mounier, na “Filosofia do espírito” de Louis Lavelle e René Le Senne, no espiritualismo cristão, instanciado por inúmeros autores, como Luigi Stefanini e Luigi Pereyson, e, na vertente judaica, em Martin Buber. Essas influências são mediadas pela presença de Hegel, cujo eixo dialético ainda se faz presente nas formulações de Bosi hoje.

A referência àqueles autores hoje arrefeceu, mas, como veremos, o método de leitura, semelhantemente ao aqui recortado, permanece. Sem querer em hipótese alguma adentrar em uma seara psicologista, aporte que já acometeu mais de um dos leitores de Bosi, nem sempre com resultados satisfatórios, não seria leviano mencionar vez mais – ainda em relação à entrevista “Céus, infernos” – as preferências do Autor quando deslinda suas leituras de adolescente, em que aparece parte daqueles autores, junto a outros de teor ora mais, ora menos, fenomenológicas e de ressonâncias religiosas. É a partir daqui que se pode ver o nexo de seu vocabulário algo dominado pela preferência

¹⁴⁶ Por exemplo, como parte das respostas aos críticos, como a assinalada, a respeito de *O falecido Mattia Pascal*: “a fantasia teria escrúpulo, certamente, em passar por cima de semelhante elemento de fato; e, agora, pensando na pecha de inverossimilhança, que também, então, lhe foi dada, alegra-se em fazer conhecer de que reais inverossimilhanças é capaz a vida, também nos romances que, sem o saber, copia da arte”. (PIRANDELLO, Luigi. “Advertência sobre os escrúpulos da fantasia” in: *O falecido Mattia Pascal e Seis personagens à procura de um autor*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 322.

dedicada aos conceitos tidos como cristãos, tais como *alma* e *pessoa* (*anime, persone*)¹⁴⁷.

Fundamentais são os movimentos espirituais e políticos que horizontam na própria vida de Bosi, por essa época, concatenados com as escolhas filosóficas proferidas. Por isso, seria importante identificar suas relações tanto com a Ação Católica, quanto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ambas denotando as mudanças que ocorreram na Igreja Católica no Brasil, e sua guinada em relação aos menos favorecidos, que integra a história biográfica de Bosi, e explica, em parte, sua militância e o *perfil crítico* adotado. O excursão não é despropositado, pois clarifica uma fase importante na trajetória, algo desconhecida, de Bosi, ainda nesse tempo. Pode-se indicar aqui uma relação de causalidade entre o movimento existencial do Autor e o desenvolvimento estético da tese. Notemos, antes, que o panorama da Igreja Católica, nessa época, caminhava *pari passu* entre, de um lado, “o pleito por reformas na sociedade latino-americana”, e, de outro, “a defesa da revolução socialista e a sua prática na conscientização popular e na guerrilha”¹⁴⁸, mesclando tanto “reformas”, quanto transformações mais amplas.

São partes, portanto, de escolhas e defesas teóricas nesse tempo, e depois, denotando uma opção *ético-religiosa* em torno da ação social. Isso indica quais as marcas do tempo que ele vive, e a influência nítida de perspectivas novas dentro da tomada de direção nesse momento importante de sua formação, que é, diga-se, quase correlato à sua entrada na graduação na USP.

A Ação Católica foi um movimento cujas bases estão situadas na própria hierarquia da Igreja Católica no Brasil. Seu 1º presidente, salvo engano, foi Alceu Amoroso Lima, auxiliado por inúmeros outros intelectuais católicos brasileiros, no intuito de influir de forma mais contundente na sociedade como um todo. Por meio de ações sociais específicas, a Ação Católica propiciou um clima de redefinição do

¹⁴⁷ No movimento de sua análise, Bosi encontra um de ponto de inflexão, que acaba espraindo-se para *toda* a crítica na verdade, pois que ele generaliza o resultado, dizendo: “la personalità è il punto di riferimento – dell’opera artistica e *tutti* i sistema critici (dalla filosofia alla stilistica) devono adoperarsi in funzione di questo nucleo generatore e onnipresente, anche ne momenti in cui essa sembra puro specchio di correnti culturali o letterarie”. “A personalidade é o ponto de referência da obra artística e *todos* os sistemas críticos (desde a filosofia até a estilística) devem operar em função deste núcleo gerador e onipresente, mesmo nos momentos em que se afigura como simples reflexo de correntes culturais ou literárias”.

¹⁴⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas na década de 60*. São Paulo: 34, 2006, p. 107.

catolicismo brasileiro, que aderiu mais marcadamente às frentes e às demandas sociais. Francisco C. Rolim explicita que essas novas posições assumidas pela Igreja refletiam a presença significativa de membros representantes das camadas pobres da sociedade. Nos encontros que se deram entre 1975 e 1978, essa presença se fez definir pela tônica do apoio incondicional e irrestrito aos mais pobres e aos analfabetos. Rolim lembra que essas demandas passaram a ser sentidas, sobretudo, a partir de 1930 quando o Estado no Brasil sofreu a envergadura liberal que o impulsionou mais fortemente ao Capital mundial, cujos reflexos se fizeram sentir nos decênios seguintes. Na sua descrição, o catolicismo “é chamado a defrontar-se com a concepção leiga dominante na sociedade (...) e isto coloca o problema de saber como se opera, através dos mecanismos institucionais religiosos, a apropriação do saber religioso, desde sua forma mais difusa até a seleção de determinados valores religiosos transmitidos ao povo”¹⁴⁹.

O texto de Rolim é bem informado no que se refere a parte do movimento católico brasileiro. Porém, não menciona que a origem do movimento se dá, antes, pela parcela católica europeia que conta com nomes e com influências advindas de intelectuais como Emmanuel Mounier e Teilhard de Chardin, bem como do padre Lebret¹⁵⁰. Lebret esteve no Brasil e se tornou uma das maiores influências para a Juventude Estudantil Católica, decisiva em toda a perspectiva existencial de Bosi. Tanto as CEB's quanto as Juventudes Católicas estão ligadas fundamentalmente a essa nova plataforma política e religiosa, circunscritas, no Brasil, às décadas de 50, 60 e 70.

Bosi participou da Juventude Estudantil Católica (JEC), parte de uma das cinco organizações da Ação Católica, voltadas para a atuação dos jovens estudantes secundaristas católicos. Ele menciona sua entrada ali aos dezesseis, dezessete anos – início da década de 50 – 51, para ser exato, quando conhece a obra de Chardin, de Mounier e de Lebret. O padre Lebret criou uma equipe de estudos chamada Economia e Humanismo. Vindo de uma experiência social forte na Europa, Lebret pôde chamar a atenção de Bosi para os aspectos econômicos e sociais, e para uma abertura ao mundo – precisamente aquela ética pronunciada pela ação religiosa – que situava os atos pessoais

¹⁴⁹ ROLIM, Francisco C. “Comunidades Eclesiais de Base e camadas populares” in: *Encontros com a Civilização Brasileira.*, n. 22, 1980, p. 93.

¹⁵⁰ Bosi tece considerações importantes e mais pormenorizadas acerca de Lebret em *Ideologia e contraideologia*. Remeto o leitor mais interessado à sua consulta, especialmente pp. 257-276. Cf. também “Da esquerda cristã à Teologia da Libertação”, ms., inédito, cedido gentilmente por Bosi, e escrito em homenagem a Michel Löwy. Este texto foi publicado em *As utopias de Michael Löwy*. São Paulo: Boitempo, 2007.

do agente em um todo vinculado ao conceito de solidariedade ao próximo, “muito próxima”, diz Bosi, “do que se pode chamar de socialismo cristão”, do qual Bosi se diz hoje adepto. De Mounier, ele extrai o caráter socialista, a “força no social” e a “liberdade individual”¹⁵¹.

Outra fonte, igualmente importante e poderosa, foi o Padre Henrique Vaz Lima, o qual Bosi diz ter sido figura importante por ser estudioso e tradutor de Hegel, além de divulgador de sua obra também, alargando a visão puramente aristotélico-tomista de parte dos católicos, o “abc dos seminaristas”, como diria.

Há que se mencionar ainda que todos esses acontecimentos serviriam como preparação, pelo menos no Brasil, para o II Concílio Vaticano (1962-1965). Embora ele tenha sido convocado em 25 de dezembro de 1961 pelo Papa João XXIII, seus efeitos só se fizeram sentir depois. O Concílio acabou arejando a Igreja, pois fez com que ela recebesse influxos de pensamentos filosóficos até então impensáveis nessa época¹⁵².

¹⁵¹ Esse momento histórico da vida de Alfredo Bosi lê-se na entrevista denominada “Alfredo Bosi entre a fé e a razão”. Op. Cit., às pp. 87-98. Chamo a atenção do futuro estudioso de nosso Autor para esta entrevista, por demais esclarecedora da integração entre os conceitos bosianos de engajamento religioso e literário. Nela fica claro, dentre outras coisas, o começo de uma nova abertura do catolicismo para as ideias de esquerda e para outras frentes, como o marxismo e o hegelianismo, doutrinas que, como sabemos, nunca foram filosofias oficiais na Igreja. São mudanças que pessoas como Alceu Amoroso Lima e Jacques Maritain, bem como o padre Lebreton – “o mais importante para a Ação Católica”, segundo Bosi – vinham conduzindo de modo democrático e aberto. Bosi diria: “na época não existiam as pessoas que se diziam, abertamente, de esquerda e cristãs. Nos anos cinquenta, no tempo da guerra fria, havia uma cisão profunda entre catolicismo e esquerda. Existia o famoso meio termo que era a democracia cristã; do Maritain, do Alceu Amoroso Lima” (grifo meu). Para uma compreensão melhor do assunto no período, cf. os artigos da revista *Novos Estudos* (n. 2, de abril de 1982, pp. 48-58). De Faustino Teixeira, o artigo “Fases do catolicismo brasileiro contemporâneo” (*Revista USP*, No 67, Nov-Dez, 2005, pp. 14-23). De Michael Löwy, “Origens sócio-religiosas do movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) do Brasil” (*Revista Cultura Vozes*, No 3, Mai-Jun, 2000, pp. 12-20). Também, AZEVEDO S.J., Marcelo de Carvalho. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*. São Paulo: Loyola, 1986.

¹⁵² O Concílio visava a “por em contato o mundo moderno em contato com as verdades vivificadoras e perenes do Evangelho”, como a ele se refere o Papa, mencionando seu parentesco com o Concílio de Éfeso, tão importante no seio da Igreja, como se sabe. Tratava-se, bem lembrado, de trazer “atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua” da igreja. Concílio Vaticano (2.: 1962-1965) Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, - São Paulo: Paulus, 2001, p. 10 e 23. Em contato com um padre certo dia em uma livraria, perguntei-lhe como ele entendia o Concílio depois de passados todos esses anos. Em um rompante de exagero, ele diria que tamanho foi o impacto, que se Lutero soubesse dele não faria a Reforma. O exagero certamente permanece, mas a fala cataliza a importância do que o Concílio representou na Igreja.

De sua experiência na JEC, bem como nas CEB's, Bosi acaba sustentando uma visão comprometida e engajada. Daqui, pode-se entrever o que viria na tese seguinte. Não é necessário, cremos, observarmos o quanto esse movimento intelectual e religioso moveu o espírito de Bosi na consecução e nas observações que faria ainda na tese e depois dela. Isso se vê nos temas desenvolvidos, na contextura aberta, nos autores aos quais se filia para a análise, enfim, esse é um tempo de definições.

Aspectos estéticos do romance europeu e o Eu.

Terminando nosso excursão e retomando o fluxo da tese, Bosi dirá que a cultura decadentista, contraditória por sua própria natureza, fraciona-se em duas direções opostas: o surrealismo e o futurismo. Pirandello está atento a esse esquema, volta-se, contudo, e sobretudo àquelas filosofias que identificam na *pessoa* e na *subjetividade* seu fulcro, tão prementes na virada e início do século XX, tais como, o neoidealismo de Cohen, Natorp, Croce e Gentile; ao relativismo de Boutroux, Poincaré e Simmel, bem como o pessimismo voluntarista e individualista de Schopenhauer. Não carece dizer que a psicanálise e os métodos experimentais de estudo da psique também são coetâneos à tomada de posição de Pirandello.

Esses estudos apontaram a dificuldade, até mesmo para os ficcionistas, da representação do homem nos mesmos termos que o Realismo propunha, imerso na sua pretensão de objetividade – isso vai ficando cada vez mais claro à medida que o século se adianta, gestando autores como Joyce, Proust e Italo Svevo e, não à toa, por essa densa atmosfera conceptiva ser tão afeita ao movimento da consciência, daí Joyce retomar e desdobrar o fluxo de consciência (*stream of consciousness*), conceito originalmente lido no Édouard Dujardin de *Les lauriers sont coupés*, para a caracterização da interioridade das personagens¹⁵³. É nesse ponto que se podem situar as personagens de Pirandello, cindidos que estão entre a forma social e como eles sentem o Eu. É a respeito disso que Zérafra pergunta: “é a dissociação, o esmigalhamento da pessoa e do Ego que traduzem o monólogo interior e os diversos modos de expressão do pirandellismo?”¹⁵⁴, aproximando-o de autores vanguardistas, como Joyce, Proust e

¹⁵³ Afere Michel Zérafra: “O monólogo tem duas funções romanescas, sendo que a primeira corresponde a um ‘em si’ e a segunda a um ‘para si’”, ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 146 (grifos do autor).

¹⁵⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 157.

Woolf, alargando, assim, a distância em relação a seus contemporâneos italianos, como reafirma Bosi, aliás.

Pensando nisso, Bosi assegura que seu autor chega à maturidade “in questa atmosfera mentale raggiunge la maturità Luigi Pirandello; non più nella visione semplicemente verista del suo amico Capuana”¹⁵⁵. Isso indica muito simplesmente que Pirandello havia atravessado pelo período, mas não se susteve apenas nele, antes, ultrapassa-o. Na nota 21 aposta ao texto, Bosi, relendo Giuseppe Petronio, estabelece um paralelo entre Pirandello e Croce, já que são ambos antipositivistas; são eles, *pró* estética da forma e da expressão; são também homens cosmopolitas, conectados a todo o legado filosófico daquele instante. Amparam-se na noção de que a vida é um fluir, que os valores do espírito devem expressar, dentro desse entendimento, a inteligência criativa. Pirandello era antimetafísico, de uma inteligência muito límpida, enfim, imerso na “complessità dell’universo”.

Para Bosi, Pirandello cria um conceito filosófico por reafirmar “nell senso di trarre, mediante una sintesi di *pathos* e pensiero, tutte le conseguenze implicite nel soggettivismo contemporâneo”¹⁵⁶. Notemos que, para Bosi, o grande *insight* de Pirandello se dá na “attenzione dello scrittore si concentra tutta sull’*uomo solo* che, a forza di sentirsi isolato, non più vive, ma ‘si vede vivere’: espressione ricorrente in numerose novelle e commedie e tragedie”¹⁵⁷. Com isso, Pirandello pôde recorrer à desagregação da consciência e propor uma leitura consequente para sua ficção, como diz Bosi, relativa à divisão “tra la forma impostagli dagli altri e la sua intima e diperata soggettività”¹⁵⁸.

Não se tratava de uma identificação melancólica com um possível estado de alma, mas, pelo contrário, como declara Bosi, há “c’è solitudine e solitudine”, há solidão e solidão, indicando com isso a separação incomensurável entre o Eu e o Outro, que toca (apenas) o âmbito do solipsismo, de modo a perceber nesse transcorrer: “la corale epopea verghiana in lui si disgrega; la socialità agisce ora da fautrice di

¹⁵⁵ INP: 19. “Nessa atmosfera mental chega à maturidade Luigi Pirandello, não mais na visão simplesmente verista de seu amigo Capuana”.

¹⁵⁶ *Id., Ibid.*, p. 20: “no sentido de tirar, por meio de uma síntese entre *pathos* e pensamento, todas as conseqüências implícitas no subjetivismo contemporâneo”.

¹⁵⁷ *Id., Ibid.* “Atenção do escritor concentra-se toda no *homem sozinho*, o qual, por sentir-se isolado, não vive mais, mas ‘se vê viver’: expressão que retoma em muitos contos e em peças teatrais, dramas ou tragédias”, (grifo do autor).

¹⁵⁸ INP: 21. “entre a forma imposta pelos outros e sua íntima e desesperada subjetividade”.

menzogna cui si ribella il soggetto isolato”¹⁵⁹. Pirandello submete suas personagens ao conflito da subjetividade “in mille e in mille momenti di anime, l’Io faticosamente elaborato dall’idealismo filosofico”. Resposta bastante original, diga-se, a esse momento, tão propenso a outros tipos de respostas, tanto que Pirandello desvela como falsa a pretensa unidade da consciência (*coscienza*).

A isso se seguiria uma forte reação de Croce, buscando em Pirandello aquilo que existia apenas como traço ficcional, e não, como queria o filósofo, uma filosofia programática ou sistemática: uma unidade coerente de pensamento *filosófico*, deduzida das personagens, de suas idiossincrasias. O ânimo de Croce exigia-lhe mais do que um ficcionista pode ter como meta, isto é, abarcar o maior número possível de estados e de consciências em busca de verossimilhança. Bosi nega à crítica de Croce coerência, chama-a “azedada” (*accre*) e “polêmica” (*polemica*). E faz isso baseado na constatação peremptória de que Pirandello “intento a contemplare pateticamente il non-senso di una società vieppiù disgregata e individualistica. Come esigere compattanza e spirito di sistema da siffato artista?”¹⁶⁰.

Podem-se sugerir proximidades entre Bosi e Auerbach, na medida em que o texto se move na contextura histórica em que se encerra o autor lido, deslindando os câmbios nos pormenores estilísticos ao longo das *fases* de Pirandello. Senão com Auerbach, pelo menos com os autores lidos por Auerbach, tais como Hegel e o historicismo alemão como um todo. Auerbach já havia esposado suas preferências e postulados teóricos em sua tese de doutorado, defendida e publicada em 1921, intitulada *Zur technik der Frührenaissancenovelle in Italien und Frankreich*¹⁶¹. São tão notáveis as

¹⁵⁹ INP: 22. “A epopeia coral de Verga desagrega-se em Pirandello; a sociabilidade age agora como promotora da mentira, contra a qual se rebela o homem isolado”.

¹⁶⁰ INP: 23. “Contempla pateticamente o não senso de uma sociedade cada vez mais desagregada e individualista. Como exigir coesão e espírito sistemático de um artista dessa natureza?”

¹⁶¹ Auerbach, Apud, Waizbort: “Podemos dizer de toda obra de arte que ela é determinada essencialmente por três fatores: pela época de sua origem, pelo local e pela peculiaridade de seu criador (...) seu pressuposto é um círculo de seres humanos circunscrito diante de um exterior, que obteve uma determinada posição na vida terrena e tem interesse em conhecê-la e considerá-la criticamente. Assim, a novela está sempre em meio ao tempo e em meio ao lugar; ela é um pedaço de história”. WAIZBORT, Leopoldo. “Erich Auerbach sociólogo” in: *Tempo Social*, USP, Jun, 1994, p. 61. É possível que os pontos de contato profusos podem ser encontrados em Vico, em vista de ambos, Bosi e Auerbach, esposarem um tipo de historicismo muito afim às considerações do filósofo italiano. Note que, em 1924, Auerbach traduziu para o alemão e prefaciou a *Ciência nova*.

semelhanças, embora, não tenhamos mais que esse indício em si mesmo. Será o contato intenso com Vico? Pode ser, talvez, que seja mesmo uma tomada de consciência nas questões que assomam a leitura dos grandes textos ficcionais, tanto em Auerbach quanto em Bosi.

Ainda no âmbito de leitura tanto de um quanto de outro, segundo as resenhas de João Cezar de Castro Rocha, é visível a “importância das ideias de Vico para o historicismo”, do “universalmente humano ou [d]o fator poético”, cuja racionalidade e apreensão só se podem dar “em suas formas históricas particulares”. Figura-se também, no autor de *Mimesis*, o respeito pelas ideias de Walter Benjamin e outros mais que não teremos tempo de elencar. As conclusões de Rocha são suficientemente precisas, e basta admirarmos os dois textos com um pouco de imaginação para chegarmos aos mesmos termos que Rocha: “ambos partem do particular e, em certo sentido, podem cooperar na enunciação de uma possível imagem geral. Imagem a ser construída no interior do processo de formatividade”¹⁶².

Espero ter deixado claro que Bosi transita em muitos âmbitos da escrita crítica, cujo fio de narratividade se dá em razão de uma história que atravessa as coisas, de tal modo que vê, no singular da obra literária, acontecimentos *denunciadores* desta perspectiva histórica, mas sem exigir-lhe traços meta-históricos.

Contra o argumento de Croce, Pirandello aventaria em sua defesa, em texto chamado “Arte e consciência hoje”, de 1893, sua condição de enunciador de uma verdade estabelecida no seu tempo – verdade essa que seria relativizada pelas novas estéticas correntes – ele diria que os tempos trariam um incontestável espírito de “miscigenação”, especulando que o futuro poderia trazer quaisquer outras formas que não aquiescessem com as atuais – nas questões do escrever e do sentir – resultado das novas condições de vida que “eticamente ed esteticamente fu più disgregatta”. Pirandello ainda aduziria que “in ogni nostro atto è sempre tutto l’essere; quello che si manifesta è soltanto relazione a um altro immediato (...). E da qui l’impossibilità d’abbracciar tutto l’essere, come è impossibile abbracciare um poliedro a um tempo in tutte le sue facce”¹⁶³.

¹⁶² ROCHA, João Cezar de Castro. “A história literária entre o estético e o estetizante: a escrita e a reflexão de Erich Auerbach” in: *V Colóquio Erich Auerbach*. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 153.

¹⁶³ Pirandello, Apud, Bosi, *id*, p. 23. “Em cada um dos nossos atos está sempre todo o ser; o que se manifesta é somente a relação com um outro imediato (...). E disso decorre a impossibilidade

A negação da transcendência é condição de um tipo de homem moderno, e a relação que essa nova ficção italiana expressa no “primeiro autêntico escritor italiano do século XX” acompanha essa desagregação “sem objetivo e sem glória” (*senza mèta né gloria*), tal é a condição desse novo homem.

Pirandello vivia, segundo Bosi, uma segura insatisfação quando lia a fatura de sua produção contística. Ressentia-se de não encontrar ainda a *forma verdadeira* desses contos, contaminados que estavam pelo furor verista de narrar. Para ele, seus contos teriam de adaptar-se à sua índole inconformista a respeito da natureza humana e é nessa medida que “la moltiplicazione e la ripetizione di intrecci, situazione, personaggi, ambienti, stati d’animo, nella sua narrativa, cisembra connaturale *all’inquietudine di una personalità, insofferente d’ogni stasi conclusiva*, avversa alla composizione della situazione ‘classica’ e dei personaggi-tipo, circuiti da tutti i lati, compatti, finiti”¹⁶⁴.

Quando estudante universitário, em Bonn, Pirandello já vinha elaborando experimentos de uma prosa mais límpida, mais avessa à retórica tradicional (*antirettorica*). Difícil dizer o que o acompanhava nesta época, mas pode-se esboçar que as imagens expostas indicavam uma medida de homem contemplado, de homem *existencialmente vívido*, e sua recusa à representação desse homem nos moldes veristas – embora em alguns de seus romances isso fosse perceptível – seria menos encontrável nos contos. Perfaz o argumento de Bosi o fato de que Pirandello teria decidido retirar de suas obras completas aquelas obras que lhe teriam sido menos favoráveis a essa concepção, que renderiam menos fundamentação estética aos olhos da crítica póstera. Em outras palavras: “si concentrava nella contemplazione dell’uomo contemporaneo in quanto attore involontario di una *parte* nel drama sociale”¹⁶⁵.

Bosi reitera a condição cada vez mais insatisfatória do homem visto na percepção do que Pirandello concebia agora, tal que lhe causava certo desconforto: o homem que aparece nos contos está em uma situação existencial agônica, por isso seu desejo de evasão (*evasione*). Sublinhado por Bosi como índice característico dessa

de abarcar todo o ser, assim como é impossível abraçar, ao mesmo tempo, um poliedro em todas as faces”.

¹⁶⁴ INP: 31. “A multiplicação e a repetição de enredos, situações, personagens, ambientes, estados de espírito, em sua narrativa, parece-nos ser inerente à *inquietação de uma personalidade contrária a qualquer situação conclusiva* e à composição da situação ‘clássica’ e dos personagens-tipo, delimitados por todos os lados, compactos, acabados” (grifos meus).

¹⁶⁵ INP: 32. “se concentrava na contemplação do homem contemporâneo como ator involuntário de um *papel* no drama social” (grifo do autor).

descoberta, seus personagens estão cobertos pela sombra da solidão, não à toa, nela, pode-se pensar e cogitar enlances substitutivos dessa condição. Seus personagens são “antieroi[s]” e, portanto, em “il cui stato d’animo abituale oscilla tra lo stupore davanti alla incomprendibilità della vita e il progressivo staccarsi da ogni vincolo sociale, verso la fuga incoercibile”¹⁶⁶.

Fica clara para Bosi a nova postura que se afigura ao narrador e às personagens pirandellianos, mormente uma ideia de homem cuja *incerteza* de identidade se dimensiona, indicando com isso a capacidade de mimetizar com mais clareza essa incerteza; uma inovação catalisadora de um estado narrativo preciso e novo. Pirandello evoca em suas narrativas um “sintomo del compromesso e dell’incertezza dominanti in questa stagione”¹⁶⁷. A possibilidade de declarar esse homem ainda irrepresentado pela literatura facultou-lhe a certeza, agora sim, de que esse homem vivia um conflito irremediável, determinado por sua condição agônica, e a literatura estava às turras com essa fase de incerteza por que passava não só a Itália, mas a Europa como um todo, minada pelas novas formas de indeterminismo vigentes pelas filosofias contemporâneas, tanto quanto pela ciência que surgia. Converge nisso, a visível influência de Nietzsche, sempre crescente. Não é, contudo, o Verismo como forma estética que Pirandello condena, é a *própria realidade em si mesma*, “la cui mimese fedele recherebbe la visione dell’uomo qual è, quell’antieroi dipinto, secondo Pinzone, da una labile non arte”¹⁶⁸.

Os anti-heróis pirandellianos são portadores de uma incomunicabilidade sufocante. Obviamente que a hipertrofia dos heróis românticos não seriam condição ideal para sua representação literária, o próprio percurso do conceito de personagem seria posto em questão. De “*tipo, di persona, ne’lle ântico senso teatrale di maschera: colui che ha una struttura morale qualsiasi, colui che fa una parte determinata, la qual elo definisce, lo caracteriza, lo rende qualcuno*”¹⁶⁹. Essa mudança seria definidora para a

¹⁶⁶ INP: 33. “Cujo estado de espírito habitual oscila entre o assombro ante a incompreensibilidade da vida e o afastamento progressivo de todo vínculo social, em direção a uma fuga incoercível”.

¹⁶⁷ INP: 36. “Sintoma do compromisso e da incerteza que predominam nessa fase”.

¹⁶⁸ INP: 37. “Cuja mimese fiel ofereceria a visão do homem como ele é, um anti-herói representado, segundo Pinzone, por uma inconsistente não arte”.

¹⁶⁹ INP: 38. “*tipo, de persona, no antigo sentido teatral de máscara: aquele que tem uma estrutura moral qualquer, aquele que desempenha um determinado papel, papel que o define, o caracteriza, que faz dele alguém*” (grifos do autor).

percepção do que seria a crítica bosiana, pois ela permitiria manipular o conceito de forma mais *vital*, *plenificando sua condição existencial*. No entender de Pirandello, o personagem não seria mais visto como *pura personagem*, mas como ente existencialmente ancorado na experiência vital¹⁷⁰, que figura, talvez, entre suas mais importantes contribuições no plano estético-narrativo. A mesma mudança de perspectiva é observada por Michel Zérafra, que estudou paradigma semelhante ao de Bosi, em 1971, portanto, sete anos depois da defesa da tese, no âmbito da criação individual dos romancistas modernos (entre 1920 e 1950), captando duas situações estéticas novas que os levam, tanto Bosi quanto Zérafra, a distinguir enfaticamente a diferença entre pessoa e personagem:

¹⁷⁰ Embora o assunto pareça longe daquilo que vimos discutindo aqui, cabe um parêntese no sentido de indicar certa semelhança entre as percepções de Bosi e as conclusões a que chega o próprio Bakhtin na Rússia, a respeito da poética de Dostoiévski, cujos estudos podem ser datados de 1929, com algumas reformulações posteriores nas décadas seguintes até 60. Segundo Bakhtin, as personagens do Dostoiévski maduro apresentariam uma característica singular, elas criticariam inclusive sua própria representação, e isso se mostra mais claramente quando Bakhtin “percebe, na gama variada de indivíduos criados [suas] humanas contradições, as vontades e a percepção de que esses *indivíduos* não querem, nem podem, se enquadrar em nenhuma classificação. O indivíduo dostoiévskiano caracteriza-se como *anti-tipo*” (LIMA, João Carlos F. “Entre Lukács e Bakhtin: por um conceito de forma e conteúdo no romance”, 2010, msc. inédito). Faço alusão ao romance de Dostoiévski, *Gente pobre*, em que duas personagens lêem o romance *O capote*, de Gogol, “ao ver-se ali reconhecida, [uma delas] “não quer *ser* ou *parecer-se* com a personagem lida” (*id.*). Obviamente, aqui nos falta espaço para mais considerações. Salvo engano, Bosi chega a essas conclusões sem contato com a obra de Bakhtin, cuja obra foi traduzida depois da década de 60. A ortodoxia marxista russa, que defendia o conceito de *tipo*, via também em Bakhtin um adversário nesse sentido, fato que Bosi discute aqui preliminarmente, e com mais vigor analítico nos escritos posteriores. Sobre este conceito em Bakhtin, Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010; MORSON, Gary S. et EMERSON, Caryl. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. São Paulo: Edusp, 2008; BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec, 2010; “O autor e o herói” in BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 23-220. Mencionando um exemplo recente, para que se tenha noção do que dizemos, Bosi dirá à página 30 do livro *O enigma do olhar* que Capitu era “singular em estado puro – Capitu era Capitu” (...) [ela] “leva ao extremo possível essa *recusa à classificação*”. Bosi ainda arrefece os dados dizendo ser difícil à crítica literária desdobrar uma nuance como esta, o crítico “contenta-se com tecer uma caracterização nuançada, o mais contígua possível à intuição do artista, mas sempre assintótica quando confrontada com esta”. Ainda no instante mesmo em que se lê os índices de resistência na memória da polifonia de Dostoiévski, Bosi deixa clara sua identificação com a leitura de Bakhtin: “o exemplo de Dostoiévski, estudado por Bakhtin em termos de polifonia, ilustra bem a relação ente instâncias éticas e formas de construção narrativa. As vozes das personagens são pontos de vista cruzados, que trazem à superfície da escrita o núcleo moral onipresente em Dostoiévski: o nó temático inextricável de bem e mal, de inocência e culpa, de vontade e destino”. (BOSI, Alfredo. “Narrativa e resistência”. Op. Cit., p. 122).

a primeira é que era necessário levar em conta um fenômeno de acumulação das obras romanescas que em larga medida determinou a mais ampla das reflexões sobre a arte do romance que jamais foi efetuada, e que foi uma das causas de desconfiança unânime com respeito à personagem – ou ao menos ao tipo (...) o romancista inovador procurava espontaneamente outras vias além daquelas do figurativo. [a segunda está na] recusa da ‘personagem’ [que] não manifesta somente a exigência de verdade e de autenticidade; sendo a do *retrato*, esta recusa procedia de móveis estritamente estéticos e inscrevia-se, por reação e negação, na história da arte¹⁷¹.

Parte das concepções de Pirandello se cingirá dessa marca, daí seu afastamento cada vez maior dos veristas de seu tempo.

Nas palavras de Bosi, tão características desse momento são os termos “*destino e fatalità*, che ricorrono in boca alla madre del ragionatore Griffi”. Griffi, personagem que mata a esposa infiel e sai da cadeia em busca de suas origens, não consegue desligar-se de seu destino, destino irremediável pela qual “la vita è e non può non essere quale è”¹⁷². As máscaras rondam essas personagens melancólicas na sua inexorável existência, também a irredutibilidade da vida que se escapa a si. Por isso, algumas falas de personagens confundem-se às do narrador; elas perfazem “quello cioè della incomunicabilità senza riscatto”¹⁷³.

As conclusões a que chega Bosi são muito consequentes dentro desse quadro, nuançando toda a sua perspectiva crítica posterior. Como vimos, seu texto se cobre de uma atitude *expressiva* somada aos fatores de *conteúdo*, ambos tomados na condição histórica singular do autor da obra. Aqui, antes de tudo, Bosi se questiona quais os limites hermenêuticos de se pensar o fator “momento social” na narrativa de Pirandello, regido pelo binômio “natureza-sociedade” (*natura-società*). Esse problema perpassa o modo como Pirandello descreve os assuntos e a psicologia das personagens, por isso, Bosi considera-o não como um “descriptor puro” (*puro descrittore*), porque induz o leitor, por meio de sua narrativa, na própria “realidade objetiva” (*realità oggettiva*) vazada na narrativa, dando saída à sutileza e à dimensão existencial das personagens. Sua fuga quanto a essa trivialização da narrativa esclarece o modo de narrar pirandelliano, seu estilo, e tanto quanto Pirandello escapa a essa forma característica acaba confundindo-se

¹⁷¹ ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem*. Op. Cit., p. 13 (grifos do autor).

¹⁷² INP: 39. “*Destino e fatalidade* que se repetem na boca da mãe do contador Griffi”. “A vida é e não pode não ser o que é”.

¹⁷³ INP: 41. “aquele drama da incomunicabilidade sem saída”.

com os veristas de seu tempo com os quais tanto aprendeu, mas cujas ideias já não lhe soariam mais senão como estranhas à representação de seu objeto literário.

Pelo menos dois romances podem indicar a mudança de perspectiva e de tom em torno do que vimos falando até agora: *Il fu Mattia Pascal* e *Uno, nessuno e centomila*. Essa feição pirandelliana é cercada de um pessimismo profundo e de uma grave nota em torno do homem. “O pirandellismo traduz uma falta profunda, logo uma profunda necessidade de *ser* que caracteriza tanto *Santuário* quanto *Em busca do tempo perdido*, e que o relativismo não é menos um fator de reunião do que de dispersão da pessoa”¹⁷⁴.

Pirandello interessa-se muito pouco pela vida cotidiana, normal. Sua percepção espria-se antes na constatação de que as *relações convencionais* não são material suficiente para sua prosa. Os personagens “desajustados” (*disaiutati*), ou seja, aqueles que não se integram é que lhe interessam. Posteriormente, Pirandello desenvolveria uma ligação extrema com ideias subjetivistas e anárquicas, inversa à perspectiva de um Verga, por exemplo, cuja atenção se dava em torno da vida em sociedade, não em sua distância.

O antideterminismo bosiano pode ser localizado nessas proezas narrativas em que o anti-herói pirandelliano se mostra consciente de sua situação e de sua desmedida *diferença*. Bosi localiza, em *L'esclusa*, pequena narrativa de 1893, características suficientes para uma saída à brutalização que o determinismo social representa para o Autor: as personagens apresentam níveis de “auto-análise” (*un'autoanalisi*), e de “auto-consciência” (*un'autocoscienza*), que se estenderiam por mais outras narrativas, de incontestável beleza e igual ciência. As personagens daí resultantes não deixam, no entanto, de viver conflitos. São ruídos de consciência moral em confronto com a ideologia social, com a *communis opinio*. Para Bosi, passa-se de uma visão determinista para uma visão mais livre do social, menos “rigidamente construída del reale”. Pressupostos, segundo Bosi, “stessi del passaggio dal positivismo alle svariate forme d'irrazionalismo e d'indeterminismo che hanno animato la cultura europea tra l'Otto e il Novecento”¹⁷⁵.

Bosi passa a desenhar o modelo com que Pirandello erige o cabedal de onde parte sua ficção madura e especifica os valores assumidos pelo autor na conformação

¹⁷⁴ ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem*. Op. Cit., p. 101 (grifo do autor).

¹⁷⁵ *Id., Ibid.* “São os pressupostos da passagem do positivismo às diversas formas de irracionalismo e de indeterminismo que agitaram a cultura europeia entre o final do século XIX e o começo do século XX”.

nessa fase da obra. Segundo Bosi, ela começa com *Il fu Mattia Pascal*, escrito entre março e junho de 1904: o teatro lhe absorveria quase integralmente depois disso. Como dissemos: “da questi anni in poi, assai scarsa appare la produzione narrativa di Pirandello, tutto intento ad esprimersi in un’altra forma artistica, meglio adatta a radicalizzare la problematica che veniva maturando nelle novelle e nei romanzi e, anche, più propizia ad una viva, immediata comunicazione col pubblico”¹⁷⁶.

Pirandello intentava resolver um grave problema de estilo, plasmando, para tanto, “l’amaro sentimento dell’esilio in un’opera di ampio respiro narrativo”¹⁷⁷. Não esqueçamos que os temas de Pirandello sempre estiveram pautados pelo extremo individualismo das personagens e pelas evasões desesperadas. Segundo informa Bosi, faltava ainda a Pirandello o senso de construção e desenvolvimento narrativo, que se resvalaria nos finais abruptos e improvisados de alguns textos, problema a ser sanado por *Il fu Mattia Pascal*. “Sfogado allora il più urgente sentimento, gli venne la pazienza di costruire, analiticamente, un lungo racconto, in cui il lettore potesse accompagnare le vicende di una vita e capire, guidato dalla prospettiva del personaggio stesso, il perché del suo smanioso desiderio di evasione”¹⁷⁸. O leitor se deixa acompanhar melhor nas modulações das alterações por que passa a personagem, já que esse sentido de evasão é expresso sob o ponto de vista da primeira pessoa. A pergunta que se fará Bosi no texto é qual o limite a que leva a auto-análise da personagem? A personagem, aliás, envolve-se em inúmeras séries casuais que darão argumentos para os críticos indicarem a inverossimilhança do romance, como se o acaso pudesse ser medido por alguma lei estatística. Pirandello se verá obrigado a respondê-las; escrúpulo que se revelará ingênuo (*scrupulo ingenuo*), dirá Bosi, com razão.

Por isso, é importante contemplar, na messe mesma do romance, o motivo principal que norteia o autor, isto é, a “evasão impossível” (*evasione impossibile*), não a

¹⁷⁶ INP: 57. “Desses anos em diante, parece exígua a produção narrativa de Pirandello, totalmente comprometido a se expressar numa outra forma artística, mais apropriada para radicalizar a temática que vinha sendo amadurecida nas novelas e nos romances e que, inclusive, era mais propícia para criar uma comunicação imediata com o público”.

¹⁷⁷ INP: 58. “O amargo sentimento de exílio em uma obra de amplo fôlego narrativo”.

¹⁷⁸ *Id.*, *Ibid.* “Tendo desabafado, então, o mais urgente sentimento, ele teve a paciência de construir, analiticamente, um longo conto, dentro do qual o leitor pudesse acompanhar as vivências de uma vida e entender, guiado pela perspectiva do próprio personagem, o motivo do seu desenfreado desejo de evasão”.

onipresença do Acaso. Daí o *tráfego* e o *consórcio* entre autor e narrador que Bosi aposta ser o desenlace mais sério e conseqüente para o analista.

Apoiando-se no mito do renascimento ainda incultivado por Pirandello, o narrador deixará entrever todo o desejo de memória, encarnado em Adriano Meis, passado que foi “laboriosamente messo su dal narratore che aveva fatto maturare (anche se ‘a furia di ammaccature’) l’uomo nuovo nel cuore del vecchio”¹⁷⁹.

O ponto de contato dessa tese com a imediatamente posterior está na concatenação e no anúncio do mito, fundamental na 3ª fase de Pirandello, estudada no final da tese, que Pirandello aposta ser a única via para a fase final de sua vida literária, tanto que constroi, em *Adamo ed Eva*, uma via possível por onde encaminha a discussão do recomeço da vida humana (*vita umana*) desde o nada. Em *Adamo ed Eva*, o desejo de evasão atinge seu ápice.

Remontando, miticamente, o mito primordial, ainda em *Il fu Mattia Pascal*: “Il mito della libertà naturale (intravisto nella novella *Fuoco alla paglia*) si rivela ora, nella breve vita di Adriano Meis, non la desiderata forma di evasione, ma una pura *impossibilità*”¹⁸⁰. Era um desejo de evasão que afetara a visão de Pirandello, entrevisto por Bosi apenas. Dentro dessa notícia do desejo de evasão, “traduz[-se] uma falta profunda, logo uma profunda necessidade de *ser*”, dirá, com razão, Michel Zéraffa, ou mesmo uma “dispersão da pessoa”, como quer ainda¹⁸¹. No romance, finca-se a situação-limite em que se encontra Mattia Pascal-Adriano Meis: está morto para a sociedade, mas na realidade vivo; ama Adriana, mas está casado; ausência e presença que se atualizam pendularmente no herói. “Daprima, la ‘serena ineffabile ebbrezza’; alla fine, il ‘tristo fantoccio odioso’: ecco la parabola di una fuga, della pretesa ricostruzione d’un ‘io’, violentamente sradicato dalle sue condizioni originarie”¹⁸².

Lida na boca do senhor Paleari, praticante de teosofia e espiritismo (formas, talvez, de evasão relativa, dirá Bosi), a estranha “teoria da lanterninha” será parte dessa

¹⁷⁹ INP: 63. “Laboriosamente criado pelo narrador que deixou amadurecer (embora com ‘tanto de feridas’) o novo homem no coração do velho”.

¹⁸⁰ INP: 64. “O mito da liberdade natural (entreolhado na novela *Fuoco alla paglia*) revela-se, agora, na breve vida de Adriano Meis, não na desejada forma de uma evasão, mas como pura impossibilidade” (grifo do Autor).

¹⁸¹ ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem*. Op. Cit., p. 101 e 106 (grifo do autor).

¹⁸² INP: 65. “No começo, a ‘serena e inefável embriaguez’; por fim, o ‘fantoche triste e detestável’: eis a parábola de uma fuga, da almejada reconstrução do ‘eu’, violentamente desarraigado das suas condições originais”.

visão simbólica que une a vontade de evasão à impossibilidade de atingi-la. Essa teoria, lida em *Il fu Mattia Pascall*, apresenta uma feição fenomenológica: “l’uomo non soltanto vive, ma si vede vivere, onde lo sdoppiamento della personalità consistente Nei piani della spontaneità vitale e della riflessione (nata dalle esigenze sociali), tragicamente opposte, in quanto il secondo piano minaccia e non di rado riesce ad abolire il primo”¹⁸³. Esse fato, por exemplo, liga as narrativas *Il fu Mattia Pascal* a *Sei Personaggi in cerca d’Autore*, ou mesmo *Così è (se vi pare)* e *Quando si è qualcuno*, e reconduz a discussão em torno da ironia e do humor, que, como se sabe, tem em Pirandello um desenvolvimento abrangente, que não é apenas circunstanciado. Momigliano, um de seus intérpretes, verá essa discussão como “il centro della biografia sentimentale di Pirandello”¹⁸⁴.

O que se depreende claramente das considerações até aqui expostas por Bosi é a manifesta impossibilidade de evasão infinita do ser, que ele expressa como sendo uma “*impossibilità dell’evasione sociali assoluta*”, que pode ser lida até mesmo no modo como a narrativa de Mattia pascal se conduz, e não deve ser pensada nos termos de irracionalidade, mas em vista de uma perspectiva que torna análoga a experiência do social e do individual, transformando-se em premissa de pensamento e reflexão. Seria uma aposta na dialética da ação humana:

Siffatto appello, se esistesse, rappresenterebbe un superamento realistico dei motivi romantici profondi di quella evasione. no, L’aspirazione verso la fuga, nata dal di una radicale solitudine, rimase delusa, si, dopo la fallita esperienza di Mattia, ma ancora viva; anzi, tralasciando la solita antitesi individualistica tra uomo e società, si approfondì, chiedendosi vieppiù acutamente il motivo di quel dissidio, e divenne man mano *pensiero, riflessionei, dialettica, problematicità*¹⁸⁵.

¹⁸³ INP: 67-68. “O homem não apenas vive, mas vê a si mesmo vivendo, o que gera o desdobramento da personalidade no âmbito da espontaneidade vital e da reflexão (gerada por exigências sociais), tragicamente opostas, pois o segundo plano ameaça, e, muitas vezes, até consegue eliminar o primeiro” (grifos do Autor).

¹⁸⁴ INP: 68. “O centro da biografia sentimental de Pirandello”.

¹⁸⁵ INP: 70. “Esse apelo, se existisse, representaria a superação realista das motivações românticas mais profundas daquela evasão. Mas não pode ser assim. O desejo de fuga, gerado pelo sentimento de uma solidão radical, ficou frustrado, sim, depois da experiência fracassada, mas ainda viva, do Mattia; aliás, desconsiderando a costumeira antítese, individualista entre ser humano e sociedade, esse desejo tornou-se mais profundo, questionando cada vez mais agudamente a motivação daquele conflito e, aos poucos, tornou-se *pensamento, reflexão, dialética, problemática*” (grifos do Autor).

Lidando com a movimentação agônica dessas personagens, Bosi conclui que, para Pirandello, a forma com que as pessoas nos enxergam, em um movimento de ressoos existenciais, é apenas uma prisão que se opõe à fluidez com que vivemos a vida e que também sentimos correr dentro de nós; vida que é “múltipla, policromática, infinita” (*moltepllice, policromica, infinita*). E não será demasiado apontar no autor de *Um, nenhum, cem mil*, uma repetição quase obsessiva em torno desses mesmos motivos, que Bosi estrutura pela presença do discurso reflexivo (*discorso riflessivo*); de enredos intencionais (*intrecci intenzionali*); assomados a personagens de índole vária; ora, ligados ao contexto, ora, vivendo aquela conjunção reflexiva na qual se manifesta o movimento subjetivo e problemático; um ambiente notoriamente pequeno-burguês. Bosi deduz daí a consideração mais importante e consequente para a construção de seus conceitos pósteros:

I caratteri strutturali suaccennati possono analizzarsi di per sé, solo se li facciamo risalire adeguatamente all'*unità intenzionale ed affettiva che tutti subordina a se stessa*, determinandone la necessità o (nei momenti meno riusciti) indicandone la superfluità e l'impertinenza¹⁸⁶.

Notemos, desde já, a importância desse trecho no conjunto da obra de Alfredo Bosi, em vista de conduzir o movimento interpretativo, lido, por exemplo, em “A interpretação da obra literária”, desdobrado à frente. A *unidade intencional do texto* é lida como momento coordenador da perspectiva analítica. É nela que é lido o movimento dos valores associados na defesa que o artista fará de suas ideias. Esse núcleo contém, em si mesmo, a matéria da “*totalidade* vigente em toda a grande obra de arte”, como dirá vez mais, em “Narrativa e resistência”¹⁸⁷. Ao mesmo tempo, impõe ao leitor de Bosi a faculdade de seu ideal crítico, que já destacamos em nossa introdução, isto é, a leitura fenomenológica da obra literária, auscultada na proposição de sua *intencionalidade*¹⁸⁸.

¹⁸⁶ INP: 73-74. “As características estruturais mencionadas acima podem ser analisadas por si mesmas, mas somente se as reconduzimos apropriadamente à *unidade intencional e afetiva que subordina todas a si mesma*, determinando sua necessidade e (nos momentos menos bem sucedidos) apontando sua superficialidade e impertinência” (grifos meus).

¹⁸⁷ “Narrativa e resistência” in: LR: 119 (grifo do Autor).

¹⁸⁸ Dada a importância dessa discussão no âmbito do que dizemos, consulte-se “Narrativa e resistência”. Op. Cit., pp. 119ss; “A interpretação da obra literária” in: CI: 466ss; “Figuras do narrador machadiano” in: *Cadernos de Literatura Brasileira*, pp. 130ss; “Um nó ideológico – sobre o enlace de perspectivas em Machado de Assis” in: IC: 406ss. As referências completas estão na bibliografia.

Afiançando contra a crítica estrutural, sói como importante essa frase no contexto do até aqui lido, e basta mencionar que, três anos antes, em 1961, Bosi já alertara o mesmo na sua coluna “Letras Italianas” no *Estado de São Paulo*, em um artigo chamado “Motivo e tema”. Note como basicamente se diz o mesmo: “o ‘motivo’ indenticaria (*sic*) o sentimento fundamental, o complexo afetivo-moral inerente à personalidade do escritor...”. Trata-se de um axioma. Trata-se também de uma postulação de vida. Mostra também como Bosi insistiria claramente na personalidade do escritor como conteúdo da análise.

Aspecto visual do humor.

O humor, tal como lido por Pirandello, será o mote para algumas considerações de Bosi. Essa palavra tem sentido ambivalente na estética de Pirandello, inscrita que está na perspectiva de “ser” e “aparecer”. “Nesse refletir e exprimir o contraste entre o que parece ser e o que deve ser, reside a capacidade específica do humorista. Ele não se contenta com as fugazes impressões que provocam o riso (...) o humor é sentimento do contrário”, dirá Bosi em um pequeno ensaio publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, um ano antes da defesa da tese, 1963¹⁸⁹. Tal complexidade não poderia deixar de ser desenvolvida dentro da problemática tratada pela tese de Bosi, e, como se vê, era já uma preocupação estética que o atravessava naqueles anos.

A identidade dual, cujo movimento estaria inscrito na personagem, marcaria a ironia e o humor nela presentes. O ensaio sobre o Humor é de 1908. Mas será uma constatação crucial que trará à leitura de Pirandello um movimento de ressoos dialéticos e consequentes: o “*procedimento riflessivo e espressione del ‘pathos’*”: ecco i fattori

¹⁸⁹ BOSI, Alfredo. “Um conceito de humorismo” in: *O Estado de São Paulo*, 9 de fevereiro de 1963, p. 1. Tal conceito está tão estreitamente ligado aos movimentos das peças teatrais, que comparece em um dos interlocutores na peça *Seis personagens em busca de um autor*. J. Guinsburg dirá mesmo que “não será exagero dizer que toda a teoria dramática de Pirandello, tantas vezes por ele exposta de modo tão original e artístico em suas obras dramáticas, encontra na metalinguagem do estudo sobre o humorismo a sua versão formal própria, como se o autor desde sempre trabalhasse com este instrumental estético e filosófico ou, ao menos, com padrões por ele moldados e perfeitamente definidos”. “O tragicômico em Pirandello” in: *Cult*, set., 1999, p. 35.

tonali che si alternano e vorrebbero sintetizzarsi artisticamente nella seconda stagione narrativa di Luigi Pirandello”¹⁹⁰.

A crítica de inspiração crociana não conseguiu enxergar além dessa almejada e cerebrina intrusão autoral, senão como substrato que remete, na sua axiologia, à percepção do “não-poético” no texto; por isso, essa intromissão é lida como reflexiva e imediata (*riflessivo e immediato*) e já se via, nessa época, um afastamento dessa tendência negativa, que permitiu identificar a gênese histórico-social (*genesi storico-sociale*), precisamente o que Bosi esforça-se por captar. Isso só poderia ser feito levando-se em conta a constituição intencional do texto. Daí que as discussões passariam a confirmar a nova tendência da crítica via problematização e *pathos*, que remete ao tom textual. Sentir-se-iam melhor, então, os novos enlaces narrativos assumidos por Pirandello no romance *I vecchi e i giovani*, espécie de síntese pós-Mattia Pascal.

O ponto de envergadura da análise bosiana encontra-se na observação do comprometimento de Pirandello em cingir suas personagens de caracteres que sobressairiam da nuvem verista, passando a adotar uma postura algo mais expressionista (*espressionistico*), vocábulo que ancora em sua perspectiva a caracterização dos traços psíquicos e morais das personagens. “O romance psicológico e, às vezes, o drama tendem mesmo a dissolver a pessoa, a quase dispersá-la em seus momentos, seus atos sucessivos ou em seus aspectos e suas máscaras. O ego aparece aí como uma oscilação entre essas dispersões e os esforços para reunir aquilo que foi espalhado. Assim é em Marcel Proust ou em Pirandello, em Joyce e em Virginia Woolf”¹⁹¹, dirá I. Meyerson. É precisamente essa nova caracterização da personagem que dará impulso a uma nova identidade para a pessoa no romance, e será, na concepção de Bosi, expressa com melhores resultados nos romances da maturidade de Pirandello, especialmente em *I vecchi e i giovani*. Que se ressalte que “expressionismo” não se identifica, de modo algum, com o movimento alemão quase coetâneo. Poder-se-ia dizê-lo simbolizado na tensão interior (*intima tensione*) sendo “espressa fisionomicamente per mezzo di

¹⁹⁰ INP: 78. “*Procedimento reflexivo e expressão do ‘pathos’*: eis os fatores de tom que se alternam entre si e que se sintetizariam artisticamente na segunda temporada narrativa de Luigi Pirandello” (grifos do Autor).

¹⁹¹ Meyerson, I., Apud, Zérafra. Op. Cit., p. 138-139.

smorfie, gesti, ticchi generanti un intenso effetto di *grottesco*¹⁹². Vê-se como a Bosi satisfaz uma análise que pusesse, na encruzilhada narrativa, a perspectiva de Pirandello nesses romances maduros, ressaltando a atmosfera penumbrosa e obscura do passado das personagens, fato que tem, segundo Zérafra, parentesco com Joyce e Proust.

Sentimento do contrário é a expressão do *pathos* sentido por essas personagens. Mas ressentem-se de representar uma ideologia negativa, que é analisada por Bosi em seguida. Essa ideologia negativa é medida pela decepção política e moral (*delusione politica e morale*) que Pirandello intencionalmente queria representar. “Siamo al sorgere dei primi Fasci, organizzazioni sindacali socialistiche, nato dalla progressiva delusione che il governo liberale e parlamentare lasciava in tutti gli operai vieppiù imiseriti (mel caso, gli zolfarai siciliani)”¹⁹³. Por isso, segundo a mesma invectiva de Bosi, *I vecchi e i giovani* “rappresentano il momento più oggettivo della parabola pirandelliana”¹⁹⁴.

Durante o período posterior ao amadurecimento de Pirandello, ele passa cada vez mais a consolidar sua visão de romance e de ser humano. Demonstra um forte desengano com a raça humana e sua última fase será marcada pela presença de personagens e temáticas que matizam ainda mais essa visão profundamente pessimista, sob influência, segundo Bosi, de Schopenhauer. Há um incremento de características de estilo (*stile*) correspondentes a esse aprofundamento de visão.

Importante notar aqui, com base nessa parte analisada, o quanto o texto de Bosi é devedor de uma correspondência analítica que une o estilo do autor a uma perspectiva íntima de mudança de concepção da arte. Observa-se uma forte tendência à solução analítica que envolva filosofias subjetivas nesse intento, bem como a forte atualidade, dentro da prosa bosiana, da assunção de uma dialética que envolva a fenomenologia, dando à sua solução um correspondente desejo de entender o autor Pirandello na sua força expressiva, termo caro a Bosi. Identificamos nisso a forte tendência a ver nos personagens representativos dos romances que se dedica a estudar, o acento da personalidade de Pirandello, conduzido por parte de sua biografia e pelos seus diários.

¹⁹² INP: 84. “Expressa fisionomicamente por meio de caretas, gestos e tiques que produzem em efeito intensamente *grottesco*” (grifo de Bosi).

¹⁹³ INP: 89. “Nesse ponto, estamos na época do surgimento dos primeiros Faixos, organizações sindicais socialistas, natas pela progressiva desilusão que o governo liberal e parlamentar transmitia para todos os operários que vinham se empobrecendo (neste caso, principalmente aqueles das minas de enxofre)”.

¹⁹⁴ INP: 90. “Representa o momento mais objetivo da parábola pirandelliana”.

Conduzindo ainda nossas considerações sobre a parte final do romance de Pirandello, o autor siciliano conduz-se pelo entendimento de que deveria basear sua escrita não naqueles dígitos narrativo-dialógicos (*narrativo-dialogico*), mas, voltando-se para o momento interior das personagens, eles seriam construídos sob a perspectiva descritivo-psicológica (*descrittivo-psicologico*). Deve-se notar que as décadas de 10, 20 e 30 são fundamentais devido à criação de técnicas introspectivas que o romance vivenciará, experimentos conduzidos, sobretudo, pelas mãos de Joyce e Proust. Mas Bosi não confere a isso um fator determinante em Pirandello, antes, pondera-as no istmo de entendê-las como mobilizadas por uma vontade profunda e íntima de entender essa consciência que se pronuncia nova a Pirandello, que tinha motivos de sobra para, segundo essa análise, desenvolver melhor o espaço interior dessas personagens. Basta atentar para as palavras de Bosi que associa aos problemas familiares do autor uma substancial vontade de desabafo (*sfogo*), dado o ciúme (*gelosia*) de sua esposa, fagulha responsável, por exemplo, pela criação da personagem Maurizio Gueli. Nas palavras de Bosi, “la descrizione analitica, succosa, di questa vertiginosa mobilità della coscienza e le sue implicazioni filosofiche diverranno, d’allora in poi, il più urgente compito della poetica pirandelliana”¹⁹⁵.

Como parêntese pode-se apor à consideração de Bosi a entrevista de Pirandello, cedida a Sérgio Buarque de Holanda em 11 de dezembro de 1927, nove anos antes de sua morte, portanto, em que o autor italiano defendia justamente a não-intencionalidade do romance. Pirandello sustentava que “uma obra de arte *não pode ser intencional*”. Ainda, em suas palavras, sua obra limitava-se a “interpretar a vida como ela lhe aparece o mais diretamente possível”¹⁹⁶. Como o espaço crítico é totalmente outro do espaço ficcional, há que convir que quando Pirandello apõe sua própria visão do jogo, ele faz-se peça do processo crítico. Ele tem autoridade como crítico nesse sentido, mas não terá a última palavra.

É dessa época o livro *Serafino Gubbio operatore*, que se inscreve no gênero diário. O gênero diário já implica o anúncio das novas perspectivas que se avolumam nas estruturas que um texto metanarrativo pode trazer. Segundo Bosi, essa estrutura

¹⁹⁵ INP: 101. “A descrição analítica, e densamente significativa, desta vertiginosa mobilidade da consciência e das suas implicações filosóficas, se tornarão, daqui por diante, a tarefa mais urgente da poética pirandelliana”.

¹⁹⁶ Entrevista publicada como apêndice a *Um, nenhum, cem mil*. São Paulo: Cosacnaify, 2001, p. 212 (grifos meus).

narrativa operada por Pirandello agora não deve ser confundida com as técnicas pronunciadas atrás, o *Stream of consciousness*, de Joyce, ou do monólogo interior (*monologue interieur*) de Proust, antes, se consubstancia em uma unidade intencional (*intenzionale*), sublinhada por Bosi. Ela seria pré-ordenada (*preordinato*), e voltada para uma concepção filosófica (*Weltchaung*). O caráter intencional da obra literária será cada vez mais acentuado pelo método bosiano. É intencional no sentido de que carregam uma intuição e uma abordagem mais direta da filosofia, por Pirandello propugnada: uma “teoria da personalidade” (*teoria della personalità*) associada ao “caráter ensaístico” (*carattere saggistico*), metanarrativo, portanto, da obra.

A pergunta que ronda o texto de Bosi é se Pirandello não estaria cingindo seus textos de uma crítica à inautenticidade (*inautenticità*) do ser (*essere*), ressaltando, com isso, uma crítica à vida mecanizada (*vita stereotipata*), sob o sopro dos novos tempos, indicando, a real falta de sentido das vidas humanas, ela mesma lida na vida do autor italiano. A digressão sobre a máquina despersonalizante (*macchina spersonalizzante*) é peculiarmente salutar no entendimento dessa concepção crítica esboçada por Bosi.

Pirandello intui em seu romance-ensaio esse movimento, listando uma série de concepções que se depreendem dos *Quaderni di Serafino Gubbio*, apontando, nas digressões do romance, o absurdo da vida. Termos caros a essa digressão são apontados por Bosi, tais como, *fatale malessere*, *vuoto desolante*, *malvagità*, *náusea*, *voracità mostruosa*, *paradosso del cinematografo*, *consolazione effimera*, dentre outros, forçando o romance para os limites da “ensaística moral e psicológica” (*saggistica morale e psicologica*), limite este para o qual remete também a “guerra à linguagem tradicional” (*la guerra, insoma, al linguaggio tradizionale*).

Bosi aposta em uma confluência cruzada do narrador com o autor (a questão da personalidade logo atrás mencionada), momento forte do texto, marca da unidade intencional lida no autor siciliano, e deixa isso claro quando aprofunda que os meios expressivos já não eram suficientes para a consecução da obra literária. O trecho vale muito por essa identificação:

Senti, leggendo quelle filze di proposizioni riflessivo-oratorio, che l'arte, intesa come rappresentazione, sta per perire ad ogni momento: sintomo evidente di una *crisi di certi mezzi espressivi*, ormai non più adeguati a quella dúplice urgenza di problematicità e drammaticità che assilla il narratore¹⁹⁷.

¹⁹⁷ INP: 109. “Ao ler aquele tanto de proposições reflexivo-oratórias percebe-se que a arte, entendida como representação, pode perecer a qualquer momento: sintoma evidente de uma

Importante notar, aqui, o que é caro ao método bosiano, que se aprofundará posteriormente. São bastantes sintomáticas as aflições do narrador citadas no texto. Isso é também evidente pela mescla entre a vida (opiniões ou valores do autor) e as opiniões desenvolvidas no romance-tese, proferidas pelo narrador. Dada essa problemática, Pirandello apostará ainda mais no teatro como forma expressiva (e representativa) já que mais diretamente comunicada ao público.

Notemos também, no trecho, a distinção operada por Bosi entre meios expressivos (*mezzi espressivi*) e representação (*rappresentazione*), fulcrais no nosso fim de século, e, no entendimento de Bosi, vigente em torno de categorias de proximidade/distanciamento entre autor e público. E a novela pirandelliana, nesse sentido específico, acabava apelando à crise narrativa, tal o seu limite, mas o drama propiciava um valor expressivo. “La novella *caratterizzava* la crisi – e questo era il suo limite –; il dramma la *rappresentava*: e questo è il suo valore espressivo”¹⁹⁸.

Segundo essa demarcação, o nível artístico se apoia nos “meios expressivos”, não nos “representativos”, eles estão mais de acordo com aquilo que Bosi entende ser a *forma artística*, isto é, “la distinzione può sembrare piuttosto formale, giacché si conservano nel teatro quei temi e sopra tutto quel “pathos” dominanti nell’opera narrativa. Formale, si, ma non formalistica: la *forma*, ossia il complesso dei messi espressivi (genere, tono, composizione, stilemi), significa sempre il grado del dominio conquistato dallo scrittore sul contenuto stesso ‘transformabile’”¹⁹⁹.

O conceito de forma, nesse sentido aqui auscultado, perpassará toda a obra crítica de Alfredo Bosi. Basta pensar, por exemplo, em *Reflexões sobre a arte*, livro que alterca o mesmo conceito com outros mais, entanto, conservando seu essencial. Sobre o assunto, nesse livro, Bosi argúi que “estamos diante de uma tela móvel de operações” e que “a intencionalidade do artista vai plasmando, graças ao domínio das técnicas aprendidas, o seu próprio modo de formar que, a certa altura, pode alcançar o nível do

crise de certos meios expressivos, que não são mais adequados para aquela dúplice urgência de problematidade e dramaticidade que aflige o narrador” (grifos do Autor).

¹⁹⁸ INP: 112 (grifos do Autor).

¹⁹⁹ *Id., Ibid.* “A distinção pode parecer muito formal, pois no teatro conservam-se aqueles temas e, principalmente, aquele ‘pathos’, que domina na obra narrativa. Formal, sim, mas não formalista: a *forma*, ou seja, o conjunto de meios expressivos (gênero, tom, composição, estilos) sempre representa o grau de domínio conquistado pelo escritor sobre o conteúdo ‘transformável’”.

estilo pessoal (...) ele [o artista] aciona *potências lúdicas, críticas* e, em últimas instância, *existenciais*, que enformam o seu *modo peculiar de ser*”²⁰⁰.

Todos os elementos que aqui comparecem, tais como, *tom, gênero, composição, estilo*, etc. serão elencados posteriormente pelo Autor, quando chamará sua hermenêutica, como método de análise, via fenomenologia. A presença de autores como Paul Ricoeur e Carlo Diano, por exemplo, são basilares no pensamento interpretativo de Bosi, por reconhecerem nesta dimensão da intencionalidade uma via salutar de compreensão da obra artística, escapando logo da sociologia da literatura e da análise estrutural da narrativa. Em reminiscência recente, Bosi dirá ainda: “não me parecia, então, que o marxismo ortodoxo ou o estruturalismo dispusessem de instrumentos de sondagem capazes de apreender a qualidade do *pathos* que pulsava nas situações pirandellianas. O existencialismo, sob a forma do personalismo, que se inspirava em Max Scheler, e tinha sido trabalhado por filósofos cristãos franceses e italianos (...) aprofundava as relações da pessoa com o outro”²⁰¹.

A tese que encampa inúmeras obras de Pirandello, que vai reaparecer depois na principal entrevista de Bosi, “Céus, infernos”, é aquela que diz respeito ao *ser* e ao *parecer*, considerada formidavelmente na palavra *persona*, como vimos em Marcel Mauss. Será, por exemplo, o mote da apresentação que faria tempos depois, simulando os resultados dessa tese para o livro *Um, nenhum, cem mil*, qual seja, a de que há uma duríssima verdade na pessoa humana, que o herói Vitangelo Moscarda representa muito bem.

Por meio de um leve defeito no nariz denunciado pela esposa, Vitangelo coloca sua própria cadeia de valores em cheque. Apostando na metafísica do ser e do aparecer, Vitangelo professa a “consciência de um desajuste entre a vida subjetiva da personagem e a fôrma social, a *persona* que a represa de todos os lados. A vida é o fluxo interior na variedade dos seus afetos e pensamentos tantas vezes contraditórios como tudo o que se move e pode mudar de um momento para o outro”²⁰². Termos que são identificados claramente com o teor da tese: “d’improvviso, il nostro ‘eroe’ s’accorge di questa

²⁰⁰ RA: 24 e 25 (grifos meus).

²⁰¹ “Caminhos entre a literatura e a história” in: *Estudos avançados* 19 (55), 2005, p. 319.

²⁰² BOSI, Alfredo. “Apresentação” in: PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum, cem mil*. Op. Cit., p. 8.

duríssima verit : *siamo* per gli altri quali *sembriamo*”²⁰³. Como então Pirandello resolve, dialeticamente, o conflito que poderia se estender indefinidamente?

Para Bosi, o “relativismo pirandelliano” (*relativismo pirandelliano*) resolveu esse imbr glio identificando a constru o que cada um faz de si mesmo e do outro. Outra vez Vitangelo Moscarda   o paradigma dessa dialética:

si acuisse progressivamente questo senso di framgmentazione, di divisione all’infinito della personalit . E il punto di partenza   sempre il rapporto con gli altri. Questi non potevano fare a meno di guardare Vitangelo dal di fuori, di fissarlo in particolarit  casuali, indipendenti dalla sua intimit : il nome che gli avevano dato, i suoi genitori, la sua famiglia, le sue condiz one economiche e, soprattutto, quel suo corpo, messo li, davanti a tutti, come una cosa irrevocabile, definitiva”²⁰⁴.

Trata-se de uma “pris o da forma” (*prigione della forma*) de um lado, pareado, de outro, com a liberdade franca da vida. Essa dura defesa da espécie humana será ainda debatida em outros textos de Pirandello, mas aqui já temos exemplos patentes daquilo que Bosi vem poderando. No entanto, ainda não é aqui a via de saída final da obra de Pirandello.

O ponto de inflexão se daria depois de 1926, quando a novelística se tornava cada vez mais rarefeita. Pirandello adere a renovadas perspectivas (*rinnovate prospettive*). Essa mudança de perspectiva coincide com o movimento surrealista europeu, sobretudo francês, mas “l’acostamento per o deve farsi con alcuna riserve”²⁰⁵. Bosi até encontra parentesco em alguns aspectos formais de Pirandello e Max Reinhardt, voz do expressionismo alemão, mas eles não são definidores. A Pirandello interessa, nesses últimos textos, submeter suas personagens a um estado “ilimitado de liberdade do sujeito” (*sconfinata libert  del soggetto*). “Finiva allora il lungo processo alla compattezza psicologica della persona. E finiva romanticamente, decadentisticamente, con la fuga verso l’indeterminato, espresso in forme di mitico

²⁰³ INP: 119. “De repente, nosso ‘heroi’ se d  conta desta duríssima verdade: *somos* para os outros assim como *parecemos*” (grifos do Autor).

²⁰⁴ INP: 122. “Agu a-se progressivamente este senso de fragmenta o, de divisão até o infinito da personalidade. E o ponto de partida é sempre o relacionamento com os outros. Estes não podiam evitar de olhar para Vitangelo por fora, de fixá-lo em particularidades casuais, independentes de sua intimidade: o nome que lhe deram seus pais, sua família, suas condi oes econômicas e, principalmente, aquele seu corpo, posto ali, diante de todos, como algo irrevogável, definitivo”.

²⁰⁵ INP: 134. “Entretanto, a aproxima o deve ser feita com alguma reserva”.

naturalismo e onirismo”²⁰⁶. Fortes são as características dessa prosa dúctil: uma prosa *despedaçada na sintaxe (prosa spezzettata)*, de progressividade obscura no léxico (*progressivamente cupa, nel lessico*) e dura e irascível na prosódia (*dura e scontrosa, nella prosodia*), exemplos pelos quais Bosi se guia lendo uma novela de tons fantásticos e fabulosos, *L'uomo che era la morte*.

Tais textos finais acordam a supra realidade, o onirismo e as evasões tentadas por Pirandello. Elas acabavam, segundo Bosi, conduzindo ao absurdo ou a uma natureza de sonho. A essa adesão estética Bosi chamou de terceiro estilo (*terzo stilo*). Muito propenso fica o leitor de aproximar esse terceiro momento com aspectos do surrealismo, pela abertura ao sonho, como dissemos, mas também, e principalmente, pelo léxico e ritmo da prosa, “integrado ao ritmo da última prosa pirandelliana para receber seus valores de sentimento e de relevância poética que lhe competem” (*integrato nel ritmo dell'ultima prosa pirandelliana per riceverne i valori di sentimento e di rilevanza poetica*). A última história que Pirandello gostaria de ter escrito, segundo palavras de seu filho Stefano Pirandello, estaria envolta ao mito edênico, final, “única cura da humanidade” (*sola risanatrice dell'umanità*). Infelizmente essa obra não foi concluída.

Dostoievski, Pirandello, Machado de Assis, são autores que repensaram a condição das personagens, de tipos, passaram a “inverter essa perspectiva. [Eles] puseram-se a olhar por dentro aquele sujeito que o naturalismo preferia descrever como um objeto”, pondera Bosi, demonstrando, com isso, a justeza que a concepção esboçada e finalizada por esses autores foi muito consequente para o romance do século XX.

²⁰⁶ INP: 135. “Findava, então, o longo processo à compactidade psicológica da pessoa. Findava romanticamente e à maneira decadentista, com a fuga em direção ao indeterminado, expresso em forma de naturalismo mítico e onírico”.

1.2 - Giacomo Leopardi e sua particular condição de universalidade: Sobre *Mito e poesia em Leopardi*.

Mito e história se entrelaçam. O contexto da tese sobre Leopardi.

O estruturalismo enraizou-se na cultura brasileira em meados dos anos 60, firmando-se na de 70, isto é, *pari passu* com a voga francesa. Espalhou-se rapidamente pelos grandes centros culturais a partir de Paris – seu foco de maior irradiação – para chegar às outras metrópoles mundiais e, igualmente, às periferias. Seu surto, a pensar nos registros históricos e no que conta Bosi, não foi pequeno. Dado o caráter neófito de algumas universidades brasileiras, mas não apenas por isto, o Brasil inteiro estava bastante receptivo a essa teoria, e é possível dizer que o mundo todo sentia seus efeitos. Não é exagero. A pensar na filogênese desse campo teórico, para usar uma terminologia afim ao projeto de Bourdieu, esse movimento ganhou seus primeiros impulsos após os estudos de Saussure a respeito da linguagem, e que seriam publicados postumamente, espalhando-se daí tão irmanado que estava pelo sucesso do 1º Congresso de filólogos eslavos, em Praga no ano de 1929²⁰⁷.

Luís Costa Lima, em um dos textos de *Teoria da literatura em suas fontes*, admite a facilidade que Paris encontra na aceitação peremptória das categorias reveladas pelo Estruturalismo, dado que a França nunca havia abandonado de todo nem os pressupostos positivistas de Lanson nem a *explication de texte*²⁰⁸, lições que nem tão cedo as escolas francesas abandonariam. Cumpre lembrar, ainda com Lima, que isso se deu a despeito da força de ensaístas como Maurice Blanchot e do Sartre de *Que é a literatura?*, programas fortes de um tipo de leitura francesa: “seu [dos franceses] tradicionalismo assim os incapacitava a rever o passado literário e a enfrentar as novas formas literárias”²⁰⁹. Para parte da plateia de críticos, as teorias de Auerbach, o *New Criticism* e a estilística de Spitzer, de alguma forma, acabaram entrando em um recesso. O efeito do Estruturalismo foi instantâneo nos Estados Unidos, já que os autores franceses foram difundidos por pontas de lança como Paul de Man; o mesmo aconteceu na Europa, com exceção talvez da Alemanha; pelos países satélites, como o Brasil, cujo processo de sujeição Lima alia a uma possível falta de interlocução intelectual, ideia

²⁰⁷ LIMA, Luís Costa. “Estruturalismo e crítica literária” in: _____. (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Op. Cit., v. 2, p. 779.

²⁰⁸ *Id.*, *Ibid.*, Op. Cit., p. 782.

²⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*

pormenorizadamente desenvolvida pelo pesquisador maranhense, bem como a certo “modismo” na academia brasileira²¹⁰. É Pascale Casanova quem diz que o capital literário França/Paris é forte demais, tanto que delimitou/polarizou o campo das batalhas literárias de quase todas as nações, das quais, a América Latina e os Estados Unidos²¹¹.

Note-se, em primeiro lugar, que o estruturalismo foi adotado por estudantes e jovens professores de então e que por ele se interessaram, fazendo de sua epistemologia uma espécie de leme ou bússola. Concorre para isso, a profusão de traduções dos textos franceses no ramo editorial universitário. Sem dúvida, para muitos, o estruturalismo funcionou como uma forma de escapismo. Ante a paranoia que se apossou do país – onde a tortura, a delação e a insegurança se tornavam as constantes de nosso cotidiano – o estruturalismo, enfatizando a necessidade de conhecer a máquina do texto, suas combinações e transformações, *serviu de pretexto para o apolitismo de muitos de seus praticantes*²¹².

Bosi diria que toda a intelectualidade se viu compelida a responder a ela – e a percepção em torno da USP é que essa instituição se tornou uma espécie de ilha de historicismo, sendo a PUC do Rio de Janeiro e de São Paulo, fortes baluartes em torno do estruturalismo. Isso se deu de tal forma que, quando escrevia sua *História concisa* e enquanto dava palestras em algumas universidades, ele perceberia que “os alunos não queriam saber de História Literária”²¹³. Lima, por sua vez, historia com um pouco mais de detalhe esse instante. Segundo ele, a “esquerda lhe tinha ódio [e] os conservadores e a direita não tampouco o tinham em alta conta”²¹⁴. O ensaio de Luiz Costa Lima é particularmente bem informado sobre o estado de coisas no Brasil da época, indicando

²¹⁰ Obviamente, estaríamos faltos de perspectiva histórica se subsumíssemos a presença da França na crítica literária brasileira apenas a um modismo. A presença da França na nossa formação histórica vai muito além disso, e pode ser sentida tanto no século XVIII e XIX, quanto em inúmeros acordos sentidos no século seguinte. Ainda hoje é presenciada em parte de nossa compleição crítica o adotar essas manifestações teóricas, de forma quase inconsciente (nos termos de Luiz Costa Lima, sem ser crítica *efetivamente*), e que se faria sentir no Brasil desde antes do Positivismo até a recente recepção da Desconstrução, tema justamente de um livro recente: Cf. PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *Do positivismo à Desconstrução*. São Paulo: Edusp, 2004, livro que estuda a influência francesa, quase perene, no Brasil. Bosi inclusive contribui com o primeiro capítulo dessa obra, chamado “O positivismo: uma ideologia de longa duração”.

²¹¹ CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação liberdade, 2002, pp. 40-64.

²¹² LIMA, Luiz Costa. “Estruturalismo e crítica literária”. Op. Cit., p. 785 (grifos meus).

²¹³ Entrevista ao autor.

²¹⁴ LIMA, Luiz Costa. Op. Cit., p. 785-6.

aquilo que Bosi diria ser a maior falta desse método: “a premissa articulada a outra: *a função básica do analista seria interpretar textos*, não buscar o desenvolvimento de um quadro teórico capaz, idealmente, de abranger o que se entende por fenômeno literário”²¹⁵.

Aliado a essa asserção – que de alguma forma deixa também preestabelecida a vontade de História, ausente no campo estruturalista – Lima concorda com Bosi quando este afirma a realidade da resistência da crítica literária brasileira na época, porque a crítica, paradoxalmente, ruinosamente assumia uma feição *acrítica*. Daí a categoria da *negatividade*, fundamental na crítica materialista, ser tão importante nesse momento; em suma: “o favor que o estruturalismo em literatura recebeu está ligado ao desaparecimento da função que a burguesia assegurava ao objeto literário”²¹⁶.

Mais ainda Lima diria, recentemente, quando reavalia seu próprio legado teórico. Lembrando os anos que antecedem a defesa de sua tese na USP (orientada por Antonio Candido e publicada como *Estruturalismo e teoria da literatura*), referencia que o estruturalismo englobante de nomes como Lacan, Barthes, Althusser ou Foucault, recebeu estocadas nem sempre sutis de ninguém menos que Claude Lévi-Strauss. Segundo o antropólogo, a pesquisa por esses teóricos efetuada fugia completamente ao escopo do programa propriamente estruturalista, que pouco teriam a ver com seu projeto. Não seria outra a constatação de Lima, ainda lembrando seu acesso à vida universitária adulta com a tese quase pronta, de que os professores uspianos viam o estruturalismo como “moda funesta”²¹⁷. Ele menciona que essa teoria seria em Portugal – contrariamente ao Brasil, onde era vista com suspeita de ligação ao estado ditatorial estabelecido – uma *objeção*, uma *resistência* ao estado salazarista. Uma teoria que corrobora movimentos divergentes em contextos diferentes.

Dentro dessa conflagração específica em que a sociedade brasileira vive, e os fluxos teóricos advindos das instancias sobretudo francesas, Antonio Candido – que Bosi menciona como uma das fontes do historicismo por ele defendido – escrevera em meados da década de 70 um texto acerca do romance *O cortiço* em que se posiciona a respeito do estruturalismo. Esse texto gerou uma saudável polêmica com Affonso Romano de Sant’Anna. O título, mais ou menos enigmático, fala por si só, chama-se “A

²¹⁵ *Id., Ibid.*, p. 787 (grifos meus).

²¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 788 (grifos do autor).

²¹⁷ LIMA, Luiz Costa. “Retrospecto de uma fresta. O que devo ao estruturalismo” in: Revista USP, n. 81, março/maio de 2009, p. 131.

passagem do dois ao três”. Para Candido é preciso “encontrar correlações mais flexíveis, que expliquem um maior número de situações narrativas particulares; [e] encontrar elementos mediadores específicos entre aquelas duas grandes ‘situações’ particulares”²¹⁸.

O texto de Candido – que se mune de alto grau de ironia e muita elegância – confirma a intuição inicial de que parte da USP fazia sua parcela de *vontade* voltada a uma análise mais pautada no respeito pelo historicismo, em continuidade evidente com o Modernismo paulista. Baseando-se naquilo que entende por crítica, Candido ainda reclamará ao método estruturalista certo limite, que daria ao marxismo larga vantagem na análise da obra, isto se o analista quisesse correr diretamente para os fenômenos linguísticos²¹⁹. Aliás, é precisamente isso que Candido pretende demonstrar na análise de Sant’Anna: quando ele caminha para analisar a sociedade a partir do livro, é nesse momento que a “dicotomia” ou a “díade”, termos de Candido, é ilusória ou cerradamente limitada. A simetria do método “tende a ser estática”, mesmo quando pretende chegar aos elementos dinâmicos que o social infere. O método exige certa parcela de parcimônia, e os estruturalistas, de modo geral, ainda na visão de Candido, saltam rápido demais as etapas que a obra reclama, sem exauri-la totalmente.

Lembremos ainda outro texto em que José Guilherme Merquior, que, espantado, para dizer o mínimo, com o estruturalismo *brasileiro*, acaba também ironizando seu aspecto hermético que vinha expresso na sua “fala empolada” e no seu tecnicismo glossemático. O texto foi escrito um ano antes do de Candido, no *Jornal do Brasil*. O problema, segundo Merquior, seria nossa voluptuosa capacidade de mimetizar a moda

²¹⁸ CANDIDO, Antonio. “A passagem do dois ao três” in: DANTAS, Vinícius (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002, p. 62. Cf., a posição diametralmente oposta de Affonso Romano de Sant’Anna em *Análise estrutural de romances brasileiros*. São Paulo: Ática, 1990. O comportamento de Candido nessa época é raro e exemplar. Ele conseguiu delimitar seu compromisso de teórico da literatura sem o vício deformante e limitador das práticas autoritárias, *aceitando orientar teses cuja perspectiva seria diversa da sua*. Isso se verifica em aceitação de textos oriundos de orientações tão diversas quanto possível de sua perspectiva historicista. Sobre isso, vale a pena mencionar o caso de Haroldo de Campos, que escreveu tese de doutorado sobre o *Macunaíma*, em bases formalistas-estruturalistas, resultando no livro *Morfologia do Macunaíma*, sob a orientação e Antonio Candido. Veja-se também o caso, já citado e igualmente exemplar, do livro *Estruturalismo e teoria da literatura*, cujo autor, orientando também de Candido, era o então egresso das perseguições dos militares, Luiz Costa Lima. Recentemente tivemos um *revival* dessa disputa intelectual, quando da republicação do livro de Affonso Romano de Sant’Anna, *Análise estrutural de romances brasileiros*, cujas objeções foram levantadas por Alcides Villaça.

²¹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 59.

alheia sem precisar seu lugar exato, acondicionando seus produtos sem o devido senso crítico, como “modelo mecanicamente aplicado” aos nossos problemas e literatura. Daí ele concluir que “não é à toa que a *universidade brasileira menos atraída pelo delírio estruturaloide – a USP – é a mais sedimentada, a mais amadurecida das nossas instituições do gênero*”²²⁰.

Para terminar esse escurso, lembro texto que diria ser o ano de 1969, segundo Wilson Martins, de “cinzenta rotina”, dada absorção passiva do estruturalismo nas universidades brasileiras, também a “moda literária” que teria arremedo de ciência, que se guiaria sob a chancela de um modelo falhado em Rui Mourão de *Estrutura e valores de um modo de narrar*, cuja análise da obra de Graciano Ramos seria apenas uma paráfrase do conteúdo dos livros analisados. Sobre a crítica estruturalista, Martins diria, severo: “muitos críticos, e dos melhores, parecem confundir o método estruturalista com uma simples interpretação simbólica do universo, o que é normal nos domínios da etnologia, mas corresponde a tomar a obra como simples ponto de partida, logo esquecido, o que é exatamente o contrário do exercício crítico; outros, assimilam-no à simples explicação de textos ou a uma paráfrase do conteúdo”²²¹. Em diferente matiz, Candido dialogará com Affonso Romano de Sant’Anna, indicando, ambos, Martins e Candido agora, a insuficiência do método e a adoção algo arbitrária na análise da literatura brasileira.

Pode-se dizer que a força inicial do método estruturalista esteve marcada pela fagocitose de um mito da filosofia francesa no século XX: Jean-Paul Sartre, então, à época, uma figura “tutelar” no ambiente francês, mas cuja filosofia já apresentava sinais de desgaste. François Dosse utiliza-se precisamente da metáfora do parricídio, em torno ao filósofo, que seria o *ponta-pé* inicial para a eclosão do Estruturalismo, embora isso

²²⁰ A respeito desses tecnicismos glossemáticos, o texto de Merquior acompanha vários deles, dos quais, posso citar: “Se você quer estudar letras, prepare-se (diz ele): qual a sua opinião sobre o rendimento, na tarefa de equacionar a literariedade do poemático (...) que me diz do ‘plural do texto’ de Barthes, é possível assimilá-lo ao genotexto da famigerada Kristeva?” Estes e outros aspectos pitorescos assomam-se ao texto de Merquior, mostrando o caráter hermético da teoria, na sua *vontade de ciência*. Cf. MERQUIOR, José Guilherme. “O Estruturalismo dos pobres” in: *O Estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 13 (grifos meus). O artigo é de 27 de janeiro de 1974. A glossemática *pedante* já havia sido objeto de artigo de Wilson Martins em 1969.

²²¹ MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, v. 2, p. 736.

seja apenas parte da história na França. Convém citar Sartre aqui porque ele, dentre outros importantes pensadores desse momento, fará parte das polarizações *inevitáveis* da década de 60 e 70. Ademais, seu livro *Que é a literatura?* participa também como componente do percurso de inúmeros conceitos que envolvem a literatura e o engajamento.

Segundo Dosse, a história de Sartre é permeada de contradições. Isso se deveu em parte pela sua vontade em “apagar seus anos de apolitismo, de cegueira, nos quais se encerrara, e que o tornaram surdo e mudo perante a escala do horror nazista, desatento e indiferente às lutas sociais dos anos 30”²²². Isso começa a mudar em 1952, quando se filia ao Partido Comunista. Acontece que muitos intelectuais franceses – conhecendo os horrores soviéticos, que se vinham revelando à medida que os arquivos russos eram acessados – passaram a repudiar o Partido. Segundo Dosse, Sartre passa essa época imerso em uma repulsa à história de seu tempo. À medida que o tempo passa, “Sartre, apesar de sua glória, vai figurar como valor do *passado*, encarnação das *esperanças frustradas* da Libertação, sua imagem vai colar-se-lhe à pele até ser ele próprio a sua primeira vítima”²²³. Essa condição coincide de fato com o que Dosse chama de crise do intelectual engajado, assistindo ao mover da história como quem vê a história pelos olhos da nostalgia. Tanto que a imagem de Sartre, à época, causa repulsa a muitos de seus contemporâneos, como Lévi-Strauss e Georges Dumézil, dois intelectuais que serão fundamentais no desenvolvimento estruturalista.

Ao lado de Lévi-Strauss, Roman Jakobson poderia – agora que suas pesquisas linguísticas avolumavam – combinar as duas frentes estruturalistas (a antropológica e a linguística). Um dos grandes saltos dados por Lévi-Strauss, nesse sentido, foi o de “pensar o inconsciente *fora* dos parâmetros de uma biografia pessoal”²²⁴. O estudo do mito vinha ganhando força na França já desde as pesquisas de Marcel Mauss, que Lévi-Strauss sempre considerou como um mestre, e ganhou muito mais relevância quando Dumézil escolheu o tema do mito e da epopeia para muitos de seus estudos. Dumézil este, aliás, que Lévi-Strauss diria ser o primeiro iniciador do método estrutural na França²²⁵.

²²² DOSSE, François. *História do estruturalismo (1945-1966)*. São Paulo: Edusc, 2007, v. 1. p. 31.

²²³ *Id., Ibid.*, p. 32.

²²⁴ LIMA, Luiz Costa. “Estruturalismo e crítica literária”. Op. Cit., p. 780 (grifo meu).

²²⁵ DOSSE, François. *História do estruturalismo (1945-1966)*. Op. Cit., p. 68.

As relações entre Jakobson e Strauss são bem conhecidas e não cremos ser necessário pormenorizá-las. Um aspecto que nos interessa de perto é como o mito é pensado pelo antropólogo, e como sua geração se apropria disso. Considerando o Estruturalismo como um desenvolvimento da ciência, inscrito na sua filiação positivista²²⁶, a conclusão mais evidente é que não se está lidando com uma filosofia ou uma ética do pensamento puramente, mesmo que ela abarcasse outros pensamentos em uma síntese coerente; tratava-se, em suma, de *fazer ciência*.

A sociologia, que nasce sob os postulados positivistas a partir de August Comte, continuava sendo sedimentada por essas bases desde os fins do século XIX. Basta pensar na enorme influência de Durkheim nos Estudos Sociais e na França no início do século XX, e também na força da obra de Marcel Mauss. Mauss publicaria um ensaio curto sobre a Dádiva entre os povos antigos, publicado no *Année Sociologique*, entre 1923-24²²⁷, cuja influência não seria negada por Lévi-Strauss. O longo prefácio ao livro de Mauss, escrito por Lévi-Strauss, se constitui num verdadeiro programa estruturalista.

A proibição do incesto, lida como gesto simbólico, seria “o primeiro grande objeto de estudo de Lévi-Strauss”²²⁸. Esse tema serviu para que o antropólogo fugisse à influência de Durkheim, escolhendo trilhar um caminho solitário em torno de uma explicação causal que não fosse localista, mas *universal e atemporal*²²⁹. Strauss denunciaria, em alguns de seus colegas de profissão, uma simpatia demasiado forte pelo funcionalismo e pelo empirismo, fato que seu racionalismo quase cartesiano impedia seguir. Lévi-Strauss só se aproximaria dessas duas vertentes depois do estudo da linguagem pela ótica de Franz Boas. “A mais importante contribuição de Boas e sua influência sobre Lévi-Strauss terão sido a ênfase que deu à natureza inconsciente dos fenômenos culturais e a colocação das leis da linguagem no centro da inteligibilidade dessa estrutura inconsciente”²³⁰.

Dessa combinação até então impensada no campo da antropologia, Lévi-Strauss pôde facilmente aproximar-se de Jakobson, e, não à toa, essa união tenha sido tão frutífera para ambos, numa amizade longeva e produtiva. Foi o salto crucial para que a

²²⁶ DOSSE, *Id., Ibid.*, p. 42.

²²⁷ Hoje consta como a segunda parte de *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003, pp. 185-294. O prefácio de Lévi-Strauss pode ser lido no mesmo volume, pp. 11-45.

²²⁸ DOSSE, François. *História do estruturalismo (1945-1966)*. *Id., Ibid.*, p. 43.

²²⁹ *Id., Ibid.*, p. 44.

²³⁰ *Id., Ibid.*, p. 46.

antropologia francesa fincasse alicerces no mesmo nível da antropologia inglesa, com base nessa disciplina-piloto que é a linguística²³¹.

O avanço do estruturalismo no Brasil é atestado por Dorothea Voegeli Passetti, autora de um alentado estudo sobre Lévi-Strauss. Ela informa que a bibliografia crescia à medida que a polêmica entre marxismo e estruturalismo crescia. “Em plena ditadura militar, esse debate informava sobre o estruturalismo que se nutria de exemplos dos índios aqui pesquisados, alimentando problemáticas da etnografia, ao mesmo tempo em que servia de exercício para a esquerda encontrar subsídios para suas reflexões. Traduções de coletâneas e publicações especiais de periódicos atestam o sucesso editorial”. Em nota, a pesquisadora aponta ainda que os periódicos e coletâneas aqui traduzidos são coetâneos aos originais franceses e de outros países, dos quais, ela cita, como exemplo: *Estruturalismo e marxismo*, tradução da revista *La pensée*; *O método estruturalista*, de 1967, organizada por Carlos Escobar; *Debate sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia*; a tradução do livro de Edmund Leach, *As ideias de Lévi-Strauss*, em 1971; a coletânea *Usos e sentidos do termo “estrutura”*, que fora organizada por Roger Bastide, professor da USP²³². Havia ainda algumas revistas que desenvolviam o debate também, como a *Tempo brasileiro*, dentre outras. Carlos Nelson Coutinho chega mesmo a dizer que Lukács, em carta, lhe diria que o maior obstáculo para o avanço do marxismo ainda era o estruturalismo, mas que este não teria vida longa²³³.

O avanço da teoria, como se vê, se deu a par de consideráveis e acaloradas discussões sobre os rumos metodológicos e políticos da teoria. Bosi permanece nesse tempo *in media res*. Aposta no estudo do mito, mas defende que, quando situado no autor, as correlações deverão ser situadas historicamente. A resposta dessa grande discussão será o livro *O ser e o tempo da poesia*, expondo uma teoria original e exigente, ainda por ser vista à frente, que aproveita o que pode da massa de informações pelas teorias expostas.

²³¹ *Id., Ibid.*, p. 47.

²³² PASSETTI, Dorothea Voegeli. *Lévi-Strauss, antropologia e arte*. São Paulo: Edusp/Educ, 2008, p. 294. Nota número 5.

²³³ COUTINHO, Carlos Nelson. “Os ‘longos anos 60’: Marxismo e Estruturalismo” in: CABRAL, Severino (Org.). *5 décadas em questão: 50 anos da Livraria Leonardo Da Vinci*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 55.

O espaço do mito na tese.

O mito já era então muito estudado em todos os campos do saber nessa época, mas ainda era visto por alguns como fruto de mera superstição, uma crendice, e pouco visto como parte integrante da vida da cultura; segundo alguns, tampouco sua explicação poderia apresentar-se como uma possível *forma mentis* de uma época. Bosi faz considerações a esse respeito, aliás, quando recenseia as três teorias clássicas do mito, admitida a classificação de Richard Chase, no livro *Myth and method*, de 1960.

A primeira delas seria a “Teoria da degeneração”, recenseada a partir dos contos populares, dos mitos primordiais arianos – por força de a teoria nascer dentro da lingüística indo-germânica, não em termos racistas – adverte Bosi. “O mito tende, por sua própria natureza irracional, a diluir-se em *ilusões pedagógicas que se esvaziam com as gerações*”²³⁴. A segunda teoria – endossada por inúmeros pesquisadores como Andrew Lang, Hartland e W. Wundt – indicaria a precedência do conto popular. Para essa teoria “o mito seria um gênero literário composto, que estruturaria em um estilo mais elaborado as narrações populares”²³⁵. O conto popular, ou *folk tale*, é lido como “fenômeno universal” e está posicionado *antes* dos grandes mitos tradicionais, como os mitos de “Perseu”, “Ulisses”, “Jasão”, ou “Maui”, que poderiam ser uma derivação desses contos, chamada por Wundt, de conto-mito. Por último, a Teoria do Mito como explicação funcional. Aqui, as necessidades de *habitat*, vestuário e segurança, por exemplo, dariam origem aos mitos, dos quais eles seriam respostas a essas necessidades básicas. Explicação semelhante à evolucionista para o surgimento da religião, por exemplo.

Bosi não para por aqui, e já deve ser perceptível que ficou de fora de nossa recensão, acompanhando de perto o texto do Autor, um grande número de pesquisadores, como Mircea Eliade, Paul Ricoeur, Jung, Kerenyi, dentre outros. Todas essas correntes concordam no “a priori do Inconsciente ou do Sujeito Transcendente”²³⁶. Seria apenas um dentre outros importantes paradigmas que Bosi suscitaria na análise de Leopardi.

Atesta-se na tese a importância de repor Leopardi na cultura contemporânea, na intenção de estudar-lhe sob o prisma de um “critério mais amplo que supere certos

²³⁴ MP: 11 (grifos meus).

²³⁵ MP: 11.

²³⁶ MP: 12.

eternos retornos do mesmo na [sua] fortuna crítica”²³⁷. Lidando com autor tão lido e em alguns momentos tão concorrido quanto Leopardi, Bosi informou-se com as várias correntes da crítica literária italiana, que vai desde a romântica, com De Sanctis, passando pela positivista com Carducci, além da vertente hegeliana e historicista com Croce, isso sem mencionar os veios estetizantes do grupo da Revista Ronda, periódico fundado por, dentre outros, Vincenzo Cardarelli (1887-1959), poeta influenciado por Leopardi na época. A revista duraria três anos, de 1919-22. A crítica leopardiana ainda seria lida por um poeta influente como Giuseppe Ungaretti, que, no início da fundação da USP, foi ali professor. Ungaretti cederia a Bosi e ao professor Ítalo Bettarelo uma longa entrevista, lembrada em sua estada em São Paulo. A data de sua morte coincide com o tema da primeira aula do concurso de livre docência de Bosi, sorteado na véspera, cujo assunto seria justamente a poesia leopardiana²³⁸.

Note-se que Bosi teria pela frente um grande enfrentamento com a crítica italiana. Esta crítica, na virada da II Guerra, leria o poeta de forma cada vez mais ideológica, ora mais, ora menos de acordo com o contexto da época. A essa dimensão, Bosi acrescentaria outra, a “estrutura” propriamente dita, indicando como pólos de análise os termos “estrutura” e “ideologia”²³⁹.

Seria justamente o mito um problema a ser enfrentado por Bosi na concepção de sua tese, quer dizer, ajustar um aspecto muito estudado pelo estruturalismo. Quando o método é colocado em situação em um autor bastante distante das searas estruturalistas, como Leopardi, deve-se aparar as arestas de seu tempo histórico; mediá-lo ainda pelo viés diacrônico, intercedido pela sua conformação dialética e sua ideologia, ou seu “*modo histórico de entender o mundo*”²⁴⁰. Por esse viés, fica esclarecido por que Bosi a vê como uma tese ao mesmo tempo tingida tanto de estruturalismo quanto de

²³⁷ MP: 3.

²³⁸ UNGARETTI, Giuseppe. *Razões de uma poesia*. São Paulo: Edusp/imaginário, 1994, p. 249. Quem dá essa informação é Antonio Candido, cuja entrevista fora publicada como apêndice do livro. A entrevista consta em *Céu, inferno*, p.351-362. No mesmo livro há texto de Bosi sobre a poesia de Ungaretti, escrito para o caderno literário do *Estado de São Paulo* em 20 de agosto de 1966.

²³⁹ Na página 4 Bosi dirá: “*Ideologia e estrutura são, hoje, os pólos de reflexão nas ciências humanas*”. (grifos do autor).

²⁴⁰ MP: 4 (grifos do autor). Sobre esse momento, e em uma anamnese posterior, Bosi diria que a tese “*tinha uma hipótese central ambiciosa*”, essa hipótese derivava “*da ênfase que o estruturalismo de Lévi-Strauss dava ao mito como forma narrativa motriz*”, in: “*Caminhos entre a literatura e a história*”, *Estudos Avançados* 19(55), 2005, p. 319.

historicismo: acompanhando a evolução histórica de Leopardi, Bosi pôde notar que sua literatura e seus mitos não se experimentavam na mesma têmpera. O fluxo *ideo-afetivo* (termo de Bosi) exprime-se diferentemente nas várias instâncias de seus escritos. A causalidade sócio-estética exige justeza, já que são “ordens fenomênicas que não vivem o mesmo tempo”²⁴¹. São estruturas do tempo do autor, medidas historicamente, são também estruturas que escapam a essa dimensão, postando-se na ordem de fluxos transversais de tempo, minando a leitura *direta*, ou seja, a ordem *imane*nte do texto.

Este momento é atravessado pela necessidade de mediaço das camadas estéticas na malha textual, na recuperaço das camadas justapostas que os conceitos da História poderiam ler. Não são simples relaçoes, e o pensamento estruturalista da época, de algum modo viciado na matematizaço do literário, pressupunha uma quantificaço do literário²⁴². O problema seria então dinamizar – “dialetizar” é o vocábulo que Bosi usa com frequência – ou, antes, propor “uma dialetica concreta entre as *situaçoes* e as *possíveis respostas do sujeito*”²⁴³. “Sujeito” que seria objeto de uma revisão no entendimento de sua semântica, e que o estruturalismo vinha tirando de cena no campo da crítica, principalmente se pensarmos nos escritos de Roland Barthes.

Fica muito claro que a tese está cindida entre esses dois conceitos, estrutura e ideologia, quando se trata de pensar as relaçoes de *sentido*, ou de uma fenomenologia da cultura, nas obras de Leopardi, em questão. Esses conceitos situam-se em pólos quase que diametralmente opostos em seu interior: de um lado, está o devir histórico – materia do contexto literário, da vida do sujeito na sua concretude e vivência específicas. De outro, as estruturas “inertes” – termo igualmente usado por Bosi, cujos índices estão na matematizaço das balizas literárias, desde sempre criticadas por ele mesmo.

Grande erro seria associar esses termos com o todo estruturalista, já que a dimensão propriamente *filosófica* desse movimento sempre teve o respeito de Bosi, especialmente no modo como Levi-Strauss vinha realizando. Bosi diria, inclusive, que no caos da polemica algo sempre se perde, as radicalizaçoes analíticas acabaram sub ou superdimensionando as premissas estruturais de um lado e, de outro, predispunha o grupo historicista, também ele beligerante, em posiço de confronto, com grandes chances de os grupos não perceberem o que era importante dentro da teoria.

²⁴¹ MP: 5, nota.

²⁴² Como exemplo disso, pode-se citar, de Afonso Romano de Sant'ana, *Drummond: o gauche do tempo*.

²⁴³ MP: 5 (grifos meus).

Veja-se que o estruturalismo da tese é muito particular no seu desenvolvimento, mas *não em sua gênese*, e é pensando nisso que não podemos dizê-la como puramente estruturalista, na medida em que há um compasso de resistência franqueado em suas páginas. Não à toa, emparelhado à parte da obra de Lévi-Strauss, cuja análise dos mitos seria preferencialmente *sintática*, Bosi, por uma questão de adequação ao objeto, acaba resvalando-se pela hermenêutica, via Paul Ricoeur, e, por isso, seu ponto de vista estaria comprometido com uma proposta eminentemente *semântica*. É o próprio Bosi que menciona isso na palestra “Caminhos entre a literatura e a história”:

em vez de analisar a obra de Leopardi como combinação de mitemas básicos (o que seria seguir o modelo estruturalista, que é sintático), preferi reconhecer nos temas fundamentais do poeta a reinterpretação lírica de alguns mitos da nossa cultura judaico-cristã ou greco-romana, como mito da natureza edênica, o mito do paraíso perdido ou da queda e o mito prometeico da resistência do homem à força dos deuses, isto é, à força do destino; o que resultou em dar à análise um modelo semântico²⁴⁴.

Bosi diria da importância que uma obra como *Le Dieu caché*, de Lucien Goldmann, tem nesta gênese²⁴⁵. Goldmann concebeu uma teoria chamada por ele de *estruturalismo genético*. Seguindo essa perspectiva, Goldmann teria em vista alguns esquemas, estruturalistas em sua filogênese, mas não perderia de vista a perspectiva da totalidade (*Totalité*), e seu livro inferia que, dado o método dialético que sua análise cumpria, as imagens e temas próprios da poesia teriam de ser respeitados, tal que: “La catégorie de la *Totalité* qui est au centre même de la pensée dialectique nous interdisait d’emblée toute séparation rigoureuse entre la réflexion sur la méthode et la recherche concrète qui ne sont que les deux faces d’une seule et même médaille”²⁴⁶. O grande problema que fica ressaltado nesta obra, a margem de acesso a uma possibilidade de

²⁴⁴ BOSI, Alfredo. “Caminhos entre a literatura e a história” in: Estudos Avançados 19 (55), 2005, p. 319.

²⁴⁵ A relação que faço – mediante ao que Bosi mesmo se reporta na entrevista que me concedeu sobre a construção da tese – é *a posteriori*. O leitor atento não encontrará na Bibliografia da tese, nenhuma referência a *Le Dieu caché* em particular. Encontramos três menções a outras obras de Goldmann. A incidência do que disse Bosi se deu em torno de uma anamnese pessoal posterior, que de modo algum invalida os dados da tese, mas encontro na nota 13 (à página 15) da tese, a seguinte afirmação sobre Goldmann que parece já antever a anamnese de nosso autor: “Cremos, por outro lado, com Goldmann e Lefebvre, que a precariedade das estruturas se explique pela própria dialética da história, a qual inverte com o tempo o sinal valorativo dos conjuntos míticos”. Bosi se refere exatamente à insuficiência que o termo *estrutura* carrega consigo, por eliminar a História de seu contexto explicativo.

²⁴⁶ GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché*. Paris: Galimard, 1959, p. 7ss.

resistência que Bosi aproveitará largamente, é que essas imagens e temas têm todas elas uma origem claramente *social*.

O livro tinha um especial interesse pelas ideias de dois grandes vultos do século XVII: Pascal e Racine. Goldmann procurava mostrar como os ideais desses dois vultos culturais estavam ligados ao jansenismo, doutrina moral e religiosa que tinha amplo interesse na renovação das atividades ligadas à Igreja Católica, especialmente no que se refere à sua gênese dogmática. Guillermo Fraile discorre sobre esse momento como sendo uma reação apologética contra as doutrinas naturalistas e céticas de fins do Renascimento, responsáveis por uma onda de indiferentismo religioso, de deísmo e de algum ateísmo, marca da pródiga produção literária dos chamados “libertinos”, os *honnêtes-hommes*, que “negaban o ponían en duda la existencia de Dios, la inmortalidad del alma, los milagros, la divinidad de Jesucristo, y adoptaban una moral relajada”²⁴⁷. À severidade defendida por esses cristãos, Goldmann associaria um caráter trágico, caracterizado por uma noção que os ausentava de quaisquer saídas políticas. Eles não eram burgueses, mas isso não os impedia de serem contra a nobreza. De algum modo, tudo o que esses homens pensavam era tido por uma oposição latente, chegando ao ponto de terem seu mosteiro, o de Port Royal, queimado a mando de Luís XIV.

Bosi denomina o estruturalismo de Goldmann de *genético*. Segundo Bosi, Goldmann lida com a falta de saída política deste grupo, sua insulação em Port Royal, que daria a medida do caráter trágico do movimento. Nesse aspecto, Goldmann poderia estudar uma categoria *transversal* na História²⁴⁸, nos termos de Bosi, mas com um

²⁴⁷ FRAILE, Guillermo. *Historia de la filosofía: del Humanismo a la Ilustración*. Madrid, BAC, 1966, v. III, p. 696.

²⁴⁸ Bosi utiliza-se do termo para designar aquelas matérias que aparecem quase que arquetipicamente na História, de tal modo que podemos lê-lo na sua conformação histórica, reiterativa no tempo, quer dizer, “universal”, como quer Bosi, mas percebendo sua característica particular. Na página 13 da tese, por exemplo, Bosi ainda usa os termos “atemporalidade” e “estabilidade” do mito, passando a partir daí a não mais utilizá-los – segundo Lévi-Strauss – como recurso à transversalidade. Este último termo seria mais recorrente daí em diante. Assim, na percepção de Goldmann, o caráter “trágico” de Pascal e Racine tem uma dimensão ao mesmo tempo ligada aos gregos, de onde se vê a origem do termo, mas que guarda características que lhe são próprias, de sua época que é essa situação dos jansenistas. Este conceito será muito importante no desenvolvimento da tese sobre Leopardi, e será particularmente útil quando Bosi fizer considerações acerca de alguns autores brasileiros e como exemplo marcante cito Guimarães Rosa, em que as marcas e os reflexos de seu *próprio* tempo serão diferentes daqueles que ocorrem em sua temporalidade *atual* – para ficar com uma palavra cara a Aristóteles. Rosa, nesse sentido, corre transversalmente ao suposto renovar dos tempos com que o governo de JK move o país, ventos estes que sopraram bem aos ouvidos dos

intuito de mostrar a gênese particular naquele momento histórico. Dessa forma, Bosi alimenta-se de uma possibilidade altamente produtiva para sua tese: o alcance do discurso da época teria de ser mediado pela História, e os termos que envolvem os mitos dos quais se nutre a literatura de Leopardi poderiam ser lidos tanto no aspecto estrutural quanto no aspecto histórico.

Bosi teve de recuperar do pensamento estruturalista o conceito que Lévi-Strauss e Jakobson faziam de diacronia. Ambos os pesquisadores insistiam que diacronia e estática não seriam fatores unigênicos, seriam, antes, conceitos instados sob efeito de uma ilusão danosa. Complementar a isso, Lévi-Strauss via na “distinção entre sincronia e diacronia” uma arbitrariedade, dado que “a sincronia limitada a si mesma seria completamente despida de significado”²⁴⁹.

O aporte fenomenológico e a morte do autor.

Na Introdução, havíamos mencionado o aporte fenomenológico, no sentido empregado por Bosi, sem, no entanto, empregá-lo no sentido husserliano do termo, que aparece ainda como justificção da retomada dos índices da consciência do sujeito – sempre *consciência de algo* – como disse Husserl, ou, “intencionalidade, sem deixar de ser duração, sentimento do tempo”²⁵⁰. A inclusão desta fenomenologia logra na tese de Bosi um dinamismo pouco usual nos textos desse tempo. Já aqui, como em todo o percurso intelectual de Bosi, vêm-se as marcas das relações sempre complexas entre forma literária e concreção histórica, mediadas pelas potências da memória e da imaginação que lhes individualiza.

Bosi discutirá que melhor seria identificar em Leopardi sua ideologia e a estrutura que o acolhe. A obra deveria ser analisada em seus problemas de “composição”, de “semântica” e de “situação do objeto *no* processo cultural”²⁵¹. O motor da análise deveria partir, portanto, do caráter *intencional* da obra literária e, não obstante, se vê tão enfaticamente a condenação da teoria da “morte do autor”, já que ela, na expressão de Bosi, seria antes um “fetiche da obra sem inventor”, disposta a forçar

poetas concretos na mesma década – já que ambos são contemporâneos nos anos 50 – *resgatando*, no caso de Rosa, pelo contrário, *mitos arcaizantes, revertidos em uma renovação da linguagem*.

²⁴⁹ Lévi-Strauss, Apud, Bosi. Op. Cit., p. 6.

²⁵⁰ MP: 7.

²⁵¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 7 (grifo meu).

“o seu espírito a conjecturar as mais arbitrárias teorias de interpretação que, na falta de uma consciência intencional, se aferrarão sempre mais ao princípio do Inconsciente”²⁵².

A tese da “morte do autor” encontra em Roland Barthes um defensor ardoroso e, invariavelmente, muito habilidoso no seu manejo. O argumento é relativamente simples e, de algum modo, variamente usual em parte da crítica francesa da época. Para Barthes, “a escritura é a destruidora de *toda voz*, de *toda origem*. A escritura, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve”²⁵³. Tempos depois desse polêmico ensaio, Barthes, segundo Leyla Perrone-Moisés, tentou uma recuperação da figura do autor em *Sade, Fourier, Loyola*. O dado, porém, é que a teoria da “morte do autor” ainda permanece como resíduo, um fermento levedando toda a massa da teoria. Essa teoria foi discutida por Bosi com a autora, já que ele participou de sua banca de livre docência, em 1975, quando ela ainda estuda a crítica-*escritura*, em que discute esse e outros programas críticos franceses²⁵⁴.

Nessa perspectiva, o autor seria uma ficção e, ao mesmo tempo, um ente nascido na modernidade – Barthes precisa seu surgimento como sendo posterior ao declínio da Idade Média, com o desenvolvimento do Empirismo inglês, do Racionalismo francês e da fé Reformista. A força do argumento de Bosi em torno do caráter intencional que a Fenomenologia desenvolveu é também parte de sua medida de resistência ao discurso estruturalista *tout court*, bastante expressivo e claro no texto de Barthes, que indica:

Sem dúvida sempre foi assim: desde que um fato é *contado*, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, isto é, finalmente, fora de qualquer função que não seja o exercício do símbolo, produz-se

²⁵² *Id., Ibid.*

²⁵³ BARTHES, Roland. “A morte do autor” in: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57. (grifos meus). Este ensaio foi publicado originalmente em *Manteia*, em 1968. Para um apanhado histórico da noção de “autor”, cf. HANSEN, João Adolfo. “Autor” in: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 11-45. A partir da noção de que “autor” é um ente recente na filosofia e, também, como conceito na História, Hansen procura determinar o caráter a-histórico das leituras em torno de Gregório de Matos, como se vê em *A sátira e o engenho*. Veremos como Bosi se coloca em relação a isso quando analisarmos parte da *Dialética da colonização*. Hansen dirá, no texto aludido, página 29, que na “crítica literária francesa dos anos 60-70, o termo *escritura*, de antigas doutrinas cabalistas, escriturais e textuais, passa a designar uma aproximação materialista da forma, definindo o processo da produção significativa. Opõe-se radicalmente a ‘criação’ e anula o *autor* como subjetividade na obra”.

²⁵⁴ Cf. “Posfácio” a PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica, escritura*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 195-202.

esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa²⁵⁵.

Pronto o texto, o autor empírico estaria, a partir dali, alijado do processo na medida em que a escritura instanciará sua intransitividade de *contar*. Porém, a dimensão histórica do poeta analisado por Bosi, ou seja, sua época, o próprio caráter *peçoal* daquilo que escreve, a via simbólica das poesias, todas líricas, o *Zibaldone*, enfim, tudo isso não poderia ser pensado nos moldes dogmáticos do Estruturalismo, como aquele professado por Barthes. A pergunta que enforma o que Bosi defende é: como poderemos perder essa dimensão fundamental que cerca o texto, ou seja, seu contexto e sua autoria, sem, contudo, ausentarmos-nos de uma instância fundamental que nos conduziria assim a uma paralisia crítica? A consciência do autor-artista existe; ela não é um mito, não é uma ficção e está fundada no seu contexto histórico; suas imagens, seu *pathos*, impregnam-se nos símbolos que a sua escrita erige.

O motor da obra, segundo Bosi, em primeiro lugar deve-se à consciência do autor-artista. Sem ela, cairíamos em um vazio positivista, porque desprovido da dinâmica da História e da pessoalidade que diferencia uma obra de outra. Cabe perguntar se não seria isso o maior desfalque da teoria estruturalista, em vista de igualar essas mesmas obras entre si por um esquema de matematização visível no nível das análises, visto nos resultados crus ou pobres de parte dessa crítica. Os planos presentes no texto literário estão enfaixados antes em suas relações “intersubjetivas” e “interpessoais”, estão inscritas, ou fundadas

[na] *imaginação*, [na] *memória*, [na] *emoção* (não passiva, mas ativa, como o provaram as belas análises de Scheler e de Sartre), da *inteligência* e da *vontade*, que compõem o texto enquanto projetam e *resolvem as tensões da cultura latentes no escritor*.

A duração e as coisas, o vir-a-ser e o-que-já-veio-a-ser, o processo e as estruturas só adquirem uma feição reconhecível na arte se o situarmos a partir das operações subjetivas que os tornaram evidentes aos nossos sentidos²⁵⁶.

Reconheça o leitor que esses termos se repetem inúmeras vezes nos textos de Bosi, configurando-se como um programa de leitura do texto literário. As potências da *imaginação*, da *inteligência* e da *memória* são alçadas a um nível de força pouco usual

²⁵⁵ BARTHES, Roland. Op. Cit., p. 58 (grifo do autor). Embora tenha abandonado o conceito, posteriormente, a imagem mais concreta que se tem de Barthes é a do autor que nega a essa categoria uma substantivação mais objetiva.

²⁵⁶ MP: 8 (grifos meus).

na crítica brasileira de então, e não são tomadas em abstrato – salvo como ponto de partida teórico – e serão vistas, a seu tempo, no *corpus* daquilo que Leopardi escreve, fincadas na sua *história e mitologia pessoal*. Bosi chegaria a afirmar que o impulso maior no estudo do poeta se dava em torno não apenas do mito, mas em estreita “vinculação concreta entre *ideologia, afetividade e estrutura literária*”²⁵⁷.

Vemos os programas que imprimem à citação um movimento dialético, já que os pólos que concretam o processo social e a forma literária não são lidos *apenas* como produtos do meio histórico, mas como fonte da memória e da imaginação. Bosi recusa o dogmatismo marxista no que tem de determinista, a que já fizemos referência, da correspondência entre consciência e ser social. “Expressão” e “invenção” são termos que, de algum modo, se apartam do determinismo histórico, pois o determinismo diminui a carga intencional da obra e fá-la perder de vista seus elementos ativos e constitutivos singulares, mediados com base na experiência e sensibilidade do sujeito: “o texto é humano enquanto *projeta, revela, exprime*, transpõe uma realidade a ser comunicada”²⁵⁸. Para Bosi, trata-se de mostrar as homologias comunicadas no tempo pelo *pathos* do autor na sua *forma*, na sua estrutura, ou, nos termos bíblicos de Bosi tomados a São João, totalmente fora do jargão da época, cumpria “descobrir o Lógos que se fez carne”²⁵⁹. Cabe citar, inclusive, a postulação que Merleau-Ponty fez acerca da liberdade humana, ao final da *Fenomenologia da percepção*, quando enfatiza a liberdade como escolha livre e “continuamente renovada”, e também quando postula que “nunca há determinismo e nunca há livre escolha absoluta”²⁶⁰, motivando uma margem mais ampla para captar o fenômeno da criação artística, da vasculhagem que a mente pervaga para transformar os entes da vida e da cultura em arte. Mesma consciência tem Goldmann, em *Sociologia do romance*, quando articula: “a obra literária não é o simples reflexo de uma consciência coletiva real e dada”²⁶¹.

Pensamento de resistência. Urgênese do conceito.

As dimensões mais valorizadas por Bosi nos textos de Leopardi, e que mais lhe chamariam a atenção desde o início, quando ainda leitor adolescente, foram a “mítica” e

²⁵⁷ MP: 10 (grifos meus).

²⁵⁸ MP: 8 (grifos meus).

²⁵⁹ *Id., Ibid.* Repare no vocabulário bíblico que tem uso notável em *O ser e o tempo da poesia*.

²⁶⁰ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Op. Cit., p. 607-608.

²⁶¹ GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 18.

a “estóica”, itens de resistência “à fragilidade do homem, à indiferença da natureza”. Isso de algum modo já se mostrava nas considerações que se vêem impressas no *Itinerario della narrativa pirandelliana*. É visível, por exemplo, na dialética entre pessoa e sociedade. Emergem dali os pontos mais latentes do conceito de literatura-resistência, ainda por desenvolver. Os primeiros críticos do poeta, que Bosi lia ainda nessa época de adolescente e com os quais tratou na tese, valorizavam a palavra bem aplicada, bem lida, enfatizando os metros perfeitos, enfim, tratava-se da busca pela música bem armada de seu arcádico sentimento, busca que tinha também muito de mito formal. É essa a forma de leitura que o Crítico recusou, porque não lhe “permitia nenhuma análise precisa, ideológica ou estrutural”. Isso ainda por conta de o texto estar calcado em uma “poética historicamente atuada”²⁶².

Os sopros de uma crítica mais afeita às medidas de resistência – tal qual sua índole crítica requeriria naquele momento – estaria por vir no pós-guerra, quando houve uma renovação dos estudos históricos e linguísticos em torno do poeta na Itália, além de “uma poética conatural à Resistência” que “afetaria também as leituras leopardianas”²⁶³. O termo vem grifado em maiúscula pelo Autor. Trata-se ali de repor o poeta em situação, substituindo-o ao antigo Poeta Absoluto, dado às leituras renegadas por Bosi. Apesar da negação do marxismo ortodoxo, professado desde esse tempo por Bosi, ele nos informa que foram os marxistas e os crocianos de esquerda os responsáveis por repor a dimensão social esquecida no âmbito dos estudos leopardianos. Mencione-se ainda a leitura de autores como Leo Spitzer, já presente em alguns desses intérpretes.

Bosi avaliará os conceitos de mito na perspectiva da sintaxe e da semântica. No “enfoque puramente estrutural”, os mitos seriam os “discursos da sociedade” para o que não haveria “emissor pessoal”²⁶⁴. Para Bosi, Barthes e Lévi-Strauss divergem de Paul Ricoeur e Mircea Eliade, nesse aspecto. De um lado, aqueles “privilegiam a sintaxe dos mitemas, isto é, sua recombinação formal por um processo de ‘bricolage’, que se utiliza de franjas e resíduos para chegar a uma estrutura”²⁶⁵; estes, por sua vez, “acentuam a *semântica* do mito, o seu sentido original e recorrente no drama histórico vivido”²⁶⁶.

²⁶² MP: 9.

²⁶³ MP: 9-10.

²⁶⁴ Lévi-Strauss, Apud, Bosi, *Id., Ibid.*, p. 14.

²⁶⁵ MP: 14.

²⁶⁶ MP: 15.

Isto seria, para Ricoeur, “possível”, embora “insuficiente”, pois “carece de uma integração na camada primária (simbólica) que dá sentido à narração mítica”²⁶⁷.

Daí por diante, Bosi acatará com mais vigor as sugestões de Ricoeur na sua análise do mito, e o livro *Finitude et culpabilité* será seu guia, isso porque a conjugação dos estudos da tradição semítica e indo-europeia lhe permitiam “colhêr o seu sentido vivido e operante nas estruturas mentais em que êles aparecem”²⁶⁸. Há uma coincidência entre as estruturas analisadas por Bosi em Leopardi, e a descrição dessas mesmas estruturas na segunda parte da obra de Ricoeur, intitulada “La Symbolique du Mal”, ancorado nos exemplos dos mitos da decadência, ou da Queda, pródigos na poesia de Leopardi. Contudo, a essas mediações implicava uma dialetização pela história, de acordo com as propostas de Goldmann e de Lefebvre, este, sobretudo em *Reflexions sur le structuralisme et l’Histoire*. Para o Autor, atrás do dissídio entre as reflexões de Ricoeur e de Lévi-Strauss está “uma divergência que é, nesta segunda metade do século XX, o ‘divortium aquarum’ do pensamento ocidental: entre os que crêem e os que não crêem no sentido da história e do humanismo”²⁶⁹. Esse divórcio entre Ricoeur e Lévi-Strauss, na verdade, indica um conflito que chega, antes, na prática da interpretação hermenêutica e estruturalista, respectivamente. Bosi tenderia para o lado da hermenêutica, justamente por esta pender para categorias individualizantes. Essa ambivalência revela “o conflito entre o papel constitutivo do *sujeito individual* e detrás [disso] sua dissipação em favor de uma *potência impessoal*, estruturante da conduta individualizada: o inconsciente”, recorda Luiz Costa Lima²⁷⁰.

Isso mostra não apenas o comprometimento de Bosi com os que crêem naquele sentido humanista professado, mas informa também como sua visão, à época, era fortemente embasada por uma concepção hegeliana da História.

Bosi acenará que os quatro grandes mitos estudados por Ricoeur operam “à luz de um critério que leva em conta não só o tipo da narração como também o sentido genérico que o mito manifesta”²⁷¹. São eles “os mitos de criação”, os “mitos da queda”, os “mitos trágicos” e os “mitos da alma exilada”. Associados ao herói trágico, os textos de Leopardi vinculam-se a uma ideia de revolta contra a “finitude”; essa revolta tem

²⁶⁷ MP: 15.

²⁶⁸ MP: 15, nota. Citado conforme a tese.

²⁶⁹ MP: 16.

²⁷⁰ LIMA, Luiz Costa. “Estruturalismo e crítica literária”. Op. Cit., p. 794 (grifos meus).

²⁷¹ MP: 16.

duas faces: “uma, voltada para a Terra-Mãe, inconsciente ctônic[a] e caótic[a]: e nessa dimensão é trágica, porque o passado é irreversível; e outra, voltada para a imagem do homem rebelde e culpado: e nessa dimensão, revolta e queda são a mesma coisa”²⁷².

Na análise de Ricoeur, cada herói associa-se a um par oposto que mostra sua complementaridade. Bosi sustenta que “criação, queda, tragédia, da revolta impotente, exílio no cárcere do corpo” são a *forma mentis* “das religiões e dos estilos ocidentais”²⁷³. Prenunciam-se assim as linhas de força do ensaio de Bosi, auscultado pela delicada trajetória existencial de Leopardi. Por isso, o aproveitamento do material estruturalista se dá no plano não dos “símbolos morais”, discutíveis e possíveis dentro do âmbito do estudo das religiões, mas no processo que, segundo Bosi, definiria as relações humanas com o real.

Para o Autor, ambas as linhas de pesquisa lidas até aqui, o Estruturalismo e a Fenomenologia, buscam “*colhêr o sentido ou a sintaxe do espírito humano pela análise do mito*”, pois ambas postulam que as narrativas – Bosi usa o termo “histórias” – que os povos se contam “assumem formas de ciência do concreto, de *modus operandi* analógico”²⁷⁴. À noção de que o mito é um “mediador analógico entre o homem e a natureza”, segue-se que ele “funda[] a inteligibilidade da vida da cultura que o[] elabora”²⁷⁵. Note-se que Bosi nega-se a entendê-lo apenas pelo seu viés sintático ou semântico: ambos congruem no fato de que os mitos são constitutivos da inteligibilidade humana, ora como “estrutura”, ora como “signo”: “o mito é uma micro-ideologia que espelha situações sociais e éticas de um grupo, ou mesmo, nos casos-limite, de um único indivíduo. Enquanto mito subjetivo, êle é uma neurose, lembra Merleau-Ponty que aproxima a análise freudiana da estrutural”²⁷⁶.

Bosi passa a recensear as inúmeras formas de admitir o mito no seio social, sem, contudo, definir-lhe a fórmula mais precisa, já que as hipóteses de trabalho são o que importa na construção do texto. Portanto: “o mito é uma força cultural”, básica no homem, é-lhe constitutiva, e isso o prova a História; é “autoconsciência da sociedade em forma analógica”, isto é, é “modelo exemplar”, daí se admitir a coexistência dessas

²⁷² MP: 17.

²⁷³ MP: 17-8.

²⁷⁴ MP: 19-20 (grifos do Autor).

²⁷⁵ MP: 20.

²⁷⁶ MP: 20-21.

afirmações. Bosi avança o real liame que o interessa: a vinculação entre “mito e literatura”²⁷⁷.

Pelo fato de o mito estar situado na História, fica possível identificar nele sua carga ideológica. O comportamento da análise deve procurar, no *continuum* entre mito e criação poética, um sulco que lhe preserve as características mais substantivas, na medida que a arte é construto social – podem-se ver ecos do historicismo de Vico aqui. Quer dizer, o mito “pensée analogica”, ou “ratio analogica”, está no mesmo plano do humano; é o que define a arte.

O poema fundamenta-se como fruto de uma conjuntura social ampla e ao mesmo tempo tão complexa que pode superar o mito como “realidade simbólica”²⁷⁸. Essa conjunção não exige o autor-artista, nas palavras de Mikhail Bakhtin, de situar-se na faixa de sua “consciência crítico-histórica”, quer dizer, quando opera sua travessia mitológica via história pessoal.

Leopardi aparece na história literária europeia como partidário de um pessimismo refratário às alternativas visíveis nas propostas liberais que gerariam um “Blake”, um “De Sanctis”, um “Shelley”, dentre tantos outros literatos da época. Leopardi encerra uma opção estoica, cujo “titanismo” parece sem alternativa: *sem saída* parece ser o discurso que atravessa todo o Racine e todo o Pascal, gênese da tese de Goldmann.

Para Bosi, poder-se-iam sugerir duas vertentes de filosofias hegelianas: uma de direita e outra de esquerda, no trato do assunto da tese. Segundo ele, a vertente de direita absorveria, na própria “consciência mitopoética”, as “etapas da história” que “culminam na contemplação passiva e beata do tempo passado”²⁷⁹. Na outra ponta, pensa-se que Leopardi “projeta para o futuro a dialética da ideia e, portanto, exprobando às classes vitoriosas o seu mesquinho estilo filisteu de pensar e viver”²⁸⁰. Cada uma dessas categorias engessa “mitemas” que “dão forma às respectivas visões do mundo”. Acontece que Leopardi, na esteira de Schopenhauer, nega ao hegelianismo o valor que os românticos lhe aferem, justamente por negar um “sentido à História” –; adeptos que

²⁷⁷ MP: 21.

²⁷⁸ Dirá Bosi: “nessa perspectiva, o Hamlet pode transpor o mito de Édipo, mas de modo algum se exaure nessa assunção. É mito, mas não é só mito, *porque é mito na história*”. Idem, p. 23 (grifos do autor).

²⁷⁹ MP: 26.

²⁸⁰ *Id., Ibid.*

são, ambos, de uma cultura a-dialética – esses autores acabam sucumbindo ao fatalismo estoico.

Embora o conceito de Romantismo seja definido por alguns teóricos como contraditório porque pluraliza realidades semânticas (e históricas) diversas, Bosi vê na sua ossatura – especialmente na sua vertente alemã – o mito como “condição de toda arte”²⁸¹.

A constituição histórica da Europa – mudanças propiciadas pelos levantes radicais de 1848, mas que se sentiam desde antes – após a maciça ascensão burguesa, viu-se aturdida pela força dos mitos de resistência. O *insight* de Bosi vasculha a conjugação dessa dimensão mitológica virtualmente coletiva associada à perspectiva *individual*, proposta por alguns literatos, acompanhando o homem burguês no seu alargamento e posse. Bosi lê a literatura parnasiana, por exemplo, como oriunda do “herói problemático”, denunciando o aproveitamento da tese de Lukács na sua leitura do romance enquanto epopeia burguesa, expressa na sua influente *Teoria do romance*. O parnasianismo, por seu turno, revela-se “alienante” no que tem de “estetizante”. Isso significa “o próprio apoucamento burguês das energias mitopoéticas”²⁸². Os sopros de renovação seriam sentidos na densidade da poética de Baudelaire, recompondo lentamente o pervagar de outro “universo mágico que os novos tempos renegam”. A impressão que o individualismo geraria no seio desses novos tempos, havia muito anunciados, radicalizam-se no Simbolismo, outro nome para o romantismo individual, repleto de “mitologias *particulares*”²⁸³.

Na teoria de Paul Ricoeur, Bosi encontra apoio filosófico ao conjugar a possibilidade de abarcar a poesia de Leopardi no que tem de agônico, de titânico, como quer Bosi, já que o filósofo “abre-se [a] um caminho moderno para a análise tópica, que busca afinidades de sentido global entre mitos e temas de poesia”²⁸⁴. Para Bosi, a “atividade ‘poiética’ é, formalmente, paralela à atividade mítica (o que foi a descoberta genial de Vico na *Scienza Nuova*): não nos admiremos, portanto, que, no nível macroscópico das ideologias, ocorram afinidades entre os grandes mitos e os grandes temas da poesia”²⁸⁵. Aparece aqui uma forte influência, que seria desdobrada em um

²⁸¹ Schelling, Apud, Bosi, Op. Cit., p. 27.

²⁸² MP: 28.

²⁸³ MP: 29.

²⁸⁴ MP: 31.

²⁸⁵ MP: 32.

longo ensaio que finaliza *O ser e o tempo da poesia*, sobre Giambattista Vico. Não é à toa, portanto, que seja citado aqui em vista de Bosi almejar aliar na massa de sua tese o valor histórico das imagens que Leopardi infunde em suas poesias.

Os mitos leopardianos podem ser, segundo Bosi, reportados “aos mitos da Idade de Ouro, da queda e, até certo ponto, ao mito de Prometeu”, aliança que deveria ser aliada, ainda segundo Bosi, não a uma “hipótese totalizante”, nem tampouco a teorias que reservam ao mito o simples “expediente da elocução”. O melhor mesmo seria lê-los, de um lado, como “projeção de uma ideologia”, que seria progressiva no caso de Leopardi, e, de outro, como “uma fôrça estruturante das formas idílicas, elegíacas e até mesmo didáticas, que compõem materialmente as páginas do escritor”²⁸⁶.

Bosi faz menção àquela situação *delicada* que citamos mais acima e que se refere à saúde frágil do autor, à solidão inabalável e a uma criação extremamente austera que Leopardi recebera desde criança. Em parte, isso explica a versão *pessoal* de um estruturalismo *histórico*, se se permite o paradoxo evidente, que Bosi esposa. “A história precipita-se nas estruturas quando a poesia faz de *tempo* e *ser* uma só e mesma coisa”²⁸⁷. Ele não poderia prescindir dessa categoria histórica e seu objeto exigia isso. “O mito não pode existir fora da cultura”, por isso, a “regra de ouro” seria a observação dos “contextos”.

Bosi sustenta que o tempo do autor conjuga a História com a história pessoal. É oportuno citar o caso de Leopardi, por parecer indicar um ideal de fuga da História, fuga, talvez, de uma conjugação determinista – daí também que algumas obras *podem* evidenciar aderências às ideologias de sua época, ou, como neste caso, ausentar-se delas. No caso de Leopardi, seria quase uma possível regra verificar na História a quase total ausência de motivos que explicassem sua adesão tão entusiástica aos mitos da queda:

A fábula da queda não poderia ter vingado como *leitmotiv* em pleno Quattrocento florentino, nem entre as luzes voltairianas da Enciclopédia, momentos ambos de euforia burguesa e de uma auto-imagem expansiva da razão humana; mas pontilhou a longa marcha das contradições que essa mesma cultura burguesa conheceu desde o Pré-romantismo. A negação passional ou estóica de um Vigny e de um Leopardi da idéia de progresso espiritual, e a sugestão, em um Chateaubriand e em um Scott, de um retôrno ao natural e ao arcaico, não foram por acaso motivos

²⁸⁶ MP: 33.

²⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*

bastantes para a reemergência dos mitos da queda e do paraíso perdido?²⁸⁸.

Estreita definição que é correlata a um vislumbre de *transversalidade* do tempo, captada pela antena de Leopardi. Mais interessante e pródigo em consequências é observar que, para Bosi, o texto, depois de pronto, torna-se, ele mesmo, um “nôvo contexto fechado de referências, onde adquirem valor de *posição relativa* os mitos, símbolos e opções estilísticas em geral”²⁸⁹.

Essa é a medida da relativa independência que o texto admite, pois já assumiu os predicados da cultura do autor e a memória da outra consciência que o lê. Nesse sentido, a crítica de Bakhtin, ligeiramente semelhante à de Bosi, em aberta crítica ao formalismo russo, aponta:

O estético, de certo modo, encontra-se na própria obra de arte, o filósofo não o inventa, mas para compreender cientificamente a sua singularidade, a sua relação com o ético e o cognitivo, seu lugar no todo da cultura humana, e, enfim, os limites de sua aplicação (...) *para se definir de forma segura e precisa esse conceito, há necessidade de uma definição recíproca com os outros domínios, na unidade da cultura humana.* (...) A autonomia da arte é baseada e garantida pela sua participação na unidade da cultura, tanto que a definição sistemática ocupa aqui um lugar não só singular, mas também *indispensável e insubstituível*; caso contrário essa autonomia seria simplesmente arbitrária²⁹⁰.

A resposta de Bosi é igualmente original e, como dissemos, cheia de consequências para o analista literário. Há assim, uma diferença subcutânea no texto, uma singularidade interna que o diferencia de seus congêneres; entendimento este que, não observado, engendra-se no risco do vazio da generalização abstrata, perdendo de vista sua dimensão propriamente estética. O próprio mito, observado dentro do texto literário, recebe outra carga semântica que o fará matizar-se em “imagens conforme exprimam melhor êste ou aquele afeto”²⁹¹. Depreende-se, portanto, que, para os propósitos do crítico literário, trata-se de descer às tensões culturais que envolvem o autor e a criação textual para, depois, entranhar-se na malha textual propriamente dita, espaço em que encontrará seu “nível micro-estrutural de invenção e jôgo”. Sua crítica ao estruturalismo caminha no sentido de que este percebe no texto tão somente os

²⁸⁸ *Id., Ibid.*

²⁸⁹ MP: 34 (grifo do autor).

²⁹⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 16 (grifos do autor).

²⁹¹ MP: 34.

torneios vocabulares – que Candido e Merquior mencionariam nos textos que estudamos acima, sobretudo no sentido de a análise perceber jogos de nomes e seus significados, sintagmas e paradigmas – cuja análise chegaria, muito parcialmente, a resultados magros. Se o mito é convergência entre estrutura e ideologia, só se poderá chegar a melhores resultados caso essa convergência seja observada. Daí a conclusão seguinte:

A análise interna que se limitasse a apalpar simetrias e assimetrias no corpo das frases de um texto nos contaria, quando muito, o que está presente, isto é, o que foi materialmente montado na obra; mas (...) não nos contaria o que essa concreção vai implicando sem dizê-lo maciçamente. Por isso, *só a análise dialética*, que põe em tensão o ‘ausente’ da *gênese com o presente literal do corpo*, pode conferir à leitura a dignidade do inteligível²⁹².

Bosi fala de relações entre a *cultura*, a *vida* e o *espírito* do autor do poema, “ainda mais delicadas do que as existentes entre a infra- e a supraestrutura de uma sociedade”²⁹³. Como se vê, ele lida com categorias sociológicas. Sua não adesão a essas categorias como *determinantes* – não como categorias *explicativas* da criação poética – resvala-se em toda a sua produção posterior e mesmo antes, como dissemos. A criação literária apresenta vazios, segundo Bosi, que vale a pena perseguir; esses vazios apontam justamente para soluções de continuidades e descontinuidades históricas.

Pretende-se desentranhar os “contrastos ideológicos” dos vários momentos existenciais do poeta, transpostos para seu pensamento mítico. Ele aponta o “bloqueio afetivo” de Leopardi, sentido desde sua infância, objetivando tensões que seriam a base de seu refúgio. É certo que sua literatura professa isso de forma muito insistente, seja na sua leitura dos antigos, de onde extrai sua monumental erudição; e, depois, da natureza, pendor clássico-romântico do poeta. Ele sofreria, nas suas próprias palavras, uma “conversão filosófica”, que o leva a negar a zona confortável da natureza. Daí, sua aproximação a um estoicismo muito particular ser cada vez mais insistente; por isso também, a rejeição aos “sulcos tradicionalistas dos primeiros românticos, mas desdenha também os caminhos da promessa que os segundos, liberais, abrem à revelia das santas alianças”²⁹⁴. Sua negação ao progresso conforma-se em uma micro-ideologia que se acomoda muito apropriadamente ao “eixo temático das *Operette*”.

²⁹² MP: 34-5 (grifos meus).

²⁹³ MP: 35.

²⁹⁴ MP: 37.

Pouco a pouco, Bosi vai desentranhando do poeta aqueles “sulcos” que vimos ser importantes na leitura textual e dialética a qual o Autor adere. Seguir-se-ia a isso o momento que Bosi chamaria propriamente de *prometeico*. Em vista disso “para cada constelação de ideias e afetos em Leopardi encontrou-se uma unidade expressiva central, isto é, um mito”²⁹⁵. Já aqui, neste passo da interpretação, Bosi menciona a ideia do “círculo filológico”, ou hermenêutico, como “método ideal de interpretação literária”, cuja origem está expressa em *Linguística e história literária*, de Leo Spitzer, retomando os termos da obra de Schleiermacher no século XIX.

Desnecessário dizer que Bosi seguiria em sua obra este método com muito proveito, e o desdobraria, aliás, em muitos livros importantes. Precisamos agora verificar como se comporta a análise que faz Bosi do poeta até agora tematizado apenas teoricamente.

Aspectos residuais e método na análise da poética de Leopardi.

No primeiro capítulo da tese, Bosi menciona as interpretações de bases fenomenológicas de Paul Ricoeur, consignadas em *De l'interprétation*, texto então recente e cujos passos seguiria em certa medida. Se consciência é sempre consciência de algo, chama a atenção a ideia de sujeito requerida pela consciência criadora, já então o norte a indicar o caminho que Bosi tencionava trilhar no julgamento da poesia de Leopardi. Para Ricoeur, o símbolo exprime-se primeiramente sob o imperativo da *necessidade* para, depois, remeter a uma *escolha*. Esses são os eixos da invenção.

O principal ponto para Bosi na arqueologia que faz de Leopardi é identificar a passagem em que a visão *receptiva* torna-se *ativa*. “Construtora de um universo literário”. O que sabemos de Leopardi é que vivia em um isolamento admiravelmente constrangedor, que lhe imprimiu uma enorme melancolia, belamente ilustrada por seus poemas, cuja “espinha dorsal”, nas palavras de Marco Lucchesi, “consiste num pessimismo denso e arraigado”²⁹⁶. Lucchesi cita, também, palavras de Leopardi que estão vinculadas ao sentido que delineamos e que deixamos apenas entrever, isto é, o sentido do pessimismo se imprime em forma de dor e, de algum modo também, de desespero: “É vã, é um nada esta minha dor, que num momento passará e se anulará,

²⁹⁵ MP: 38.

²⁹⁶ LUCCHESI, Marco. “Introdução geral” in: _____. (Org.). *Giacomo Leopardi: poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 13.

deixando-me num vazio existencial”, dirá o poeta. Não por menos, portanto, a configuração poético-existencial é uma forte característica da tese. As cartas de Leopardi são muito expressivas nesse sentido, e para muitos de seus leitores são uma fonte inesgotável de exposição da visão de sua condição agônica. “Uma existência murada, tôda entregue às imagens dos Antigos e alheia ao que não fôsse a atenta refacção de uma vida remota”²⁹⁷.

O pai de Leopardi, Conde Monaldo Leopardi, demonstrava desde cedo sua destreza literária em alguns textos, mas a despeito dessa destreza, seus *Dialoghetti* seriam execrados pelo filho. Para Bosi, a inteligência de Leopardi retrata uma “triste precocidade”, ressaltada, aliás, por quase todos os estudiosos. Só para se ter ideia, Bosi cita que Leopardi lera Homero no original aos dez anos e verteu a *Ars poetica* de Horácio aos treze, dentre outras proezas mais. Esses anos serviram-lhe para estruturar certa percepção do “ser humano como queda, esvaziamento, perda”²⁹⁸. Esse notório lastro de sua infância irá se configurar no mito da “Idade de Ouro como infância irrecoverável”, multiplamente lida e reconhecida em sua própria condição vital. Bosi deixa muito claro que essas considerações contemporâneas não podem ser o arcabouço principal da análise, importa revelar como isso se exprime textualmente, em *pathos*.

Esse movimento de comportamento resignado irá acompanhá-lo inclusive na sua isenção em participar das lutas políticas de sua época, quando se insurgiam os burgueses “empenhados na luta liberal”. Esse absenteísmo pode ser lido nas páginas algo cínicas do *Zibaldone* e de suas últimas poesias. O progressivo movimento de luta política ficará por conta de seus amigos, mas não comparecerá em seus escritos, pois seu titanismo é de outra índole.

Bosi cita em rodapé o ensaio de Mauss sobre as técnicas do corpo, ponto que nos interessará de perto nas análises posteriores que faremos, sobretudo quando investigarmos *O ser e o tempo da poesia*. Parece que o ensaio “As técnicas do corpo”, de Marcel Mauss, publicado no Brasil em *Sociologia e antropologia* recentemente, e que Bosi conheceu no original francês, causou-lhe forte impressão, a ponto de, a partir daqui, remeter o estatuto da literatura em termos não mais somente *escriturais*, mas nos termos de uma *bio-escrita do corpo do sujeito*, cujos caracteres imprimem-se na

²⁹⁷ MP: 41.

²⁹⁸ MP: 43.

“Memória”, no “Corpo”, no “Olhar” e na “Imaginação”²⁹⁹, figurando como parte de seu programa crítico até hoje. É bom que se lembre que Vico já indicava a escrita como *inscrita* no corpo, da qual dá testemunho o próprio texto posterior de Bosi, sobre o autor da *Scienza nuova*: “a linguagem se formou, *ab initio*, no espaço da corporeidade”³⁰⁰, e está compreendida no espaço da afetividade.

Por um lado, Bosi nos alerta para o fato de que a ideia de progresso em Leopardi tende justamente para um lado mítico, rejeitando-a sempre que à ideia de progresso se associe um discurso racionalista. A passagem da poesia *ingênua* para *sentimental*, termos da estética de Schiller que Bosi usa com destaque, é negado por Leopardi. Por que Leopardi pessimista? Ele não assumiu a “alternativa liberal”; antes, apegou-se à vertente naturista que, *não dialetizada, vai desaguar no pessimismo radical dos seus anos maduros*³⁰¹. Bosi traça um paralelo entre Leopardi e Schopenhauer, na medida em que este último acaba ancorando-se em um “Kant cético”, pois que “tirou consequências de uma negatividade absoluta no que toca à vida em sociedade”³⁰².

Leopardi passaria parte de sua vida trabalhando traduções de autores clássicos no intento deliberado de encontrar sua própria voz e, ao mesmo tempo, achar uma imagem que fosse forte o suficiente para consubstancializar a visão que tinha da Natureza, “realidade central de Leopardi”³⁰³. A refacção dos mitos lidos na poética antiga serve de exercício para o filólogo que era, mas matiza fortemente sua prática poética de uma personalidade que os mesmos mitos lidos não possuíam.

²⁹⁹ Tão forte é sua filiação a um pensamento coeso a isso que estamos falando, que remeto o leitor interessado ao ensaio propriamente dito, no sentido de dirimir suas próprias dúvidas a respeito. Importa enunciar aqui que na tese o que é *apenas uma percepção ligeiramente desenvolvida*, portanto, incompleta e passível não só de crítica, mas de revisão, torna-se uma madura e bem construída teoria literária em *O ser e o tempo da poesia*. Longe de ser uma teoria fatalista, ou condicionada a qualquer tipo de isenção política, os termos que Bosi usa, antes, o possibilitam a enxergar melhor os eixos em que se move sua escritura. Confira também as páginas iniciais de *O enigma do olhar*, título por si só significativo disso que venho dizendo. Para nós convém deixar aberta a questão de até *quanto* essa dimensão bio-político-escriturística se porifica (de *póros*) no seu conceito de literatura e resistência. Os ensaios de Mauss, neste livro brilhantemente escrito, inserem-se em um verdadeiro programa antropológico da escritura em Bosi, basta pensar no ensaio sobre a noção de Eu, ou da Morfologia (do ser) Social. Cf. “As técnicas do corpo” in: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003, pp. 401-425.

³⁰⁰ “Uma leitura de Vico” in: STP: 239 (grifos meus).

³⁰¹ MP: 48 (grifos meus).

³⁰² MP: 49, nota 49.

³⁰³ MP: 51.

Bosi apreende de Leopardi também certo gosto pelo caminho da filologia, das perscrutações da palavra, no intuito de tentar acompanhar o esforço leopardiano no acúmulo de riquezas semânticas, arrastando consigo culturas e modos, ampliações da alma humana e reverberações de sua rica história. Compõe-se assim um quadro de nobreza da palavra que passaria também a seguir Bosi, quando dedica parte de seus estudos aos meandros da cultura literária brasileira. Essa técnica de análise foi e ainda é muito difundida na cultura europeia – ainda consta em sua base de formação universitária – e tem nomes poderosos na crítica literária no século XX, como Leo Spitzer, Erich Auerbach, Karl Vossler, Dámaso Alonso, Robert Ernst Curtius, entre seus praticantes na crítica recente³⁰⁴.

³⁰⁴ Figuras ligadas à Filologia, à Hermenêutica, à Ecdótica – que desta última são nossos mestres Segismundo Spina, e antes, Antônio Houaiss. Escolas que Bosi mencionaria posteriormente em alguns textos, cuja força de rememoração é grande, e parte da ideia de que a crítica literária é uma tarefa infinita, como infinitos são os textos a serem comentados. Cito apenas o capítulo introdutório de *Leitura de poesia*. Ali, o leitor encontrará menção a praticamente todos os autores que elenco aqui. Receio que a leitura desses autores significará todo um programa de leitura do texto literário, que porventura tem sido esquecido nos tempos extremos, como Bosi se refere parafraseando Hobsbawm. O tema seria também desenvolvido em outro texto, “Os estudos literários na era dos extremos”, publicado em *Literatura e resistência*. Seria leviano resumir as contribuições desses autores a meras aplicações filológicas, sem perceber seu matiz mais amplo de análise. Leo Spitzer terá de Bosi mais atenção no sentido de ver nele um representante da hermenêutica literária, tanto que abrirá seu ensaio sobre a leitura de poesia mencionando-o positivamente. Para Spitzer, a Etimologia é quase uma arte, ela indica “una armonía preestablecida entre la expresión verbal y el *todo* de la obra, una misteriosa correspondencia entre ambos. *Nuestro sistema de investigación se basa entero en ese axioma*” in: “La interpretación lingüística de las obras literarias” in: *Introducción a la estilística romance*. Buenos Aires: Instituto de filología, 1942, p. 104 (grifos meus). Seria, portanto, uma busca pelo que há de último e único, àquilo que permanece até que se modifique de novo *na palavra*, e sua contribuição atribuirá ao círculo filológico, que Bosi chama círculo hermenêutico, um alcance ainda maior na medida em que não perde de vista a riqueza de matizes que as palavras comportam: seu método, nesse sentido, pode ser resumido pela análise de certa “estabilización de lo psíquico en lo verbal; ampliación de lo verbal por lo psíquico”, como se lê no mesmo texto citado, p. 92. De algum modo Spitzer foi muito estudado pelos estruturalistas franceses que o tinham como exemplo, mas seu legado acabou mesmo sendo absorvido pela Escola de Genebra, cujos maiores representantes são Georges Poulet, Jean Starobinski e Jean-Pierre Richard. Antes que termine não poderia deixar de mencionar o livro *Figura* de Erich Auerbach, que também apresenta uma contribuição no mesmo sentido que leio aqui, dado que este autor é apresentado comumente como expoente da escola histórica. Voltaremos a este assunto nas páginas seguintes quando nos referirmos aos ensaios que citamos de nosso Autor. Starobinski é o que melhor exemplifica essa busca por uma genética da palavra, estruturando sua crítica tanto nos moldes da filologia quanto em um historicismo que se poderia chamar genético. Comparem-se seus títulos mais recentes, como *Ação e reação*, a tentativa de conquista do lugar dessas duas palavras ao longo da história, passando pela ciência da Física, e *As máscaras da civilização*, que põe a palavra “civilização” em uma inquirição histórica tão próxima o quanto possível de sua gênese

Como exemplo desse uso filológico de análise, mencionem-se as páginas iniciais de *Dialética da colonização*. A palavra *colo* é raiz comum para os termos culto, colônia e cultura. Bosi constroi um grande cabedal arqueológico dessas palavras, fazendo desse cabedal o sumo de toda a ideia que governa o capítulo (e o livro como um todo), tornando-se mesmo seu norte, e base de toda a longa argumentação que se segue. O elemento filológico advoga “um *lado da história*, ou melhor, *uma camada do elemento histórico* para o qual pode-se construir conceitos lógico-elementares, na verdade regulativos, metódicos, assim como constitutivos”, como diria Walter Benjamin³⁰⁵.

Partindo da natureza, Leopardi centraria suas forças na ctônica Natureza, espelhada na sua feição sensível, embora as forças clássicas ainda o seduzissem pelo modelo de perfeição e completude, próprias de suas características. “A Natureza, espelhada pelos olhos dos poetas antigos, será a realidade central de Leopardi”³⁰⁶. O *Ensaio* já havia sido escrito e reescrito inúmeras vezes por Leopardi, o que indica seu repensamento dessas questões já há algum tempo, e se fazia acompanhar por numerosas traduções de poetas clássicos latinos e gregos. “Já com a consciência de estar substituindo a mera filologia pela obra poética”, como diz Bosi.

O esmero extremado na busca por sua própria voz teria arruinado Leopardi, como se faz perceber pelos seus termos, expressos em cartas de uma sinceridade e intimidade comoventes. No entanto, seu entusiasmo é enorme e continua a produzir versões traduzidas de seus poetas gregos preferidos, chegando inclusive a discordar de um artigo de Madame de Stäel, em janeiro de 1816, cujo conteúdo dirigia sua total aversão a uma possível romantização da cultura italiana, ele que estava cômico, ao contrário, da sua tarefa de reclassificá-la.

Leopardi, na visão de Bosi, recusa-se a seguir os dogmas ainda recentes do Romantismo, pelo fato mesmo de tentar secularizar a dicção dos poetas nobres da Grécia, mantendo, segundo o Autor, a nobreza da palavra na sua inteireza absoluta: “haverá aqui traços de um modo de pensar da fidalguia provinciana, um resíduo de

sensível. Ainda sobre a palavra arcaica, Cf., o epílogo esclarecedor de Starobinski que consta em *As máscaras da civilização*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, pp. 261-286. No seu discurso na Cerimônia de Entrega do Título de Professor Emérito, Bosi diria: “não me esquecerei então que eu fora aluno, em Florença, de um extraordinário filólogo indo-europeu, Giacomo Devoto, que me ensinara a importância da história das palavras”, p. 31 (grifos meus).

³⁰⁵ Benjamin, Apud, Seligmann-Silva, *Ler o livro do mundo*. Op. Cit., p. 179 (grifos meus).

³⁰⁶ MP: 51.

ideologia aristocrática que se esforça para nimbar o legado clássico de uma perfeita atemporalidade”³⁰⁷.

Bosi acompanha de perto as escolhas lexicais de Leopardi, cuja erudição lhe impressiona, e que trará a Bosi, segundo ele mesmo havia confessado, muitos problemas que enquadravam a teoria e a prática da crítica literária. O exemplo da autoria é bastante eloquente nesse sentido e não é o único. A concatenação dos mitos na cultura, também uma conquista das buscas estruturalistas, seria lida ali de modo diverso, pois o que interessava a Bosi naquele momento era uma “*correlação de mitos*”. Bosi tinha essa consciência, como depois pudemos saber dele mesmo. Depois, a frequência com que estuda a poesia de Leopardi indica também a busca tenaz por uma ideia que ainda seria teorizada com eficácia sete anos depois, em deferência à ideia de que a poesia seria uma mote de resistência ao jovem Leopardi.

É interessante indicar a nota leopardiana que sugere uma tentativa intuitiva de *renovar*, pela *conservação*, a poesia italiana, cujos arcanos seriam justamente os poetas antigos, da antiga Itália, arcádicos, e que Leopardi tencionava reconduzir ou “*recuperar* aquela *nobreza*”³⁰⁸. Têm intensa força as traduções de Leopardi. Elas se pronunciam favoráveis à ótica do poeta italiano, segundo Bosi.

Com a versão do Canto II da Eneida pronta, por exemplo, Leopardi cumpre a passagem do filólogo ao artista e toma consciência de que só o poeta pode entender a beleza antiga e transcrevê-la para outro registro, o do presente. O que o poeta acreditava tocar com a sua leitura-escritura era um estrato *metafísico* e *atemporal* da arte antiga: algo que participava, ao mesmo tempo, do natural e do mítico³⁰⁹.

Bosi deixa claro o que pretendia Leopardi quando de sua aproximação dos clássicos, eles seriam mais próximos, segundo o poeta italiano, da Natureza. Nela, os românticos almejavam apenas “a liberação dos sentimentos”. Nesse sentido, ficam claros em Bosi os fundamentos de sua inquirição, já que Leopardi de algum modo vem resistindo ao discurso de seu tempo, apropriando-se do que é comum a ele e aos românticos, mas armando-se de suas próprias “descobertas” e jungindo isso às conclusões que pôde, àquele momento, dar a si próprio. Assim, ele nega, no *Discorso*, “as molas da reação anticlássica: o medievismo e o sentimentalismo”. Segundo Bosi,

³⁰⁷ MP: 55.

³⁰⁸ MP: 58 (grifos de Bosi).

³⁰⁹ MP: 59 (grifos meus).

ele “mostra não ter nenhum ponto de contato com a arte gótico-feudal, portanto ‘bárbara’, que as novas modas querem reviver. *Sensista*, o seu pólo estético e a Natureza em si, não o *ego*; a pura imagem, não o sentimento”³¹⁰.

Tanto o *Discorso* quanto os poemas desta fase, tais como “All’Italia” e “Sopra il monumento di Dante”, sustentam as “marchas e contramarchas do discurso leopardiano”, especialmente quando o nacionalismo na Europa é premente. Seu pensamento acha-se agora “fundado nas lembranças de Atenas, de Esparta e de Roma, que, por sua vez, são figurações míticas do homem natural, não viciado pela razão”³¹¹. As estéticas que assomam a alma do poeta voltam-se precisamente *contra* seu “mundo-de-vida” (anti-Eu) que se vê “apoucado”, na expressão tão brasileira de Bosi. Daí que o “tom patriótico” secular, característico de seu tempo, mas também “alheio aos estratos mais pessoais de Leopardi [,] vai cedendo às motivações estéticas: à defesa da poesia natural contra a poesia “psicológica”: “à proposta de uma doutrina mimética da palavra contra toda intrusão da análise sentimental no tecido do poema”³¹², e não podemos deixar de mencionar, junto a Bosi, a retomada dos princípios iluministas, em sua vertente empirista.

Retomando o “espírito” e a “letra” “da poética empirista”, o argumento de Leopardi, dá-se em torno de uma crítica a Di Breme, sob a ideia de que “a poesia deve entreter com os sentidos”, é “para os quais ela nasceu e viverá enquanto *fôr poesia*”³¹³. Leopardi estaria alheio aos floreios sentimentais do romantismo, portanto, fora de toda a concreção que sua poesia pretende responder. O retorno aos medievos pelos poetas românticos seria também uma postura polêmica, e Bosi adverte que essa postura seria também incauta; não haveria distanciamento para que esse juízo pudesse ser considerado mais razoável que “sua própria postura neoclássica”³¹⁴. Segundo Bosi, “os sentidos captam a Natureza; a fantasia persegue a verossímil; a memória coleta as imagens exemplares dos antigos: até aí vai o poeta leopardiano”.

Ora, temos aqui dois termos muito caros ao Autor, aplicados ao poeta, que serão fulcrais no desenvolvimento de sua estética: *fantasia* e *memória* serão lidos em muitos outros de seus escritos, e a possibilidade de imersão na memória e na fantasia recupera

³¹⁰ MP: 61.

³¹¹ MP: 62.

³¹² MP: 63.

³¹³ *Id., Ibid.* (grifos do autor).

³¹⁴ MP: 64.

não uma análise abstrata da arte, que uma leitura outra vez incauta poderia dimensionar. Bosi argúi essa razão através da ideia de que esses “universais”, digamos assim com muito cuidado, são capazes de encontrar na natureza a realidade da verossimilhança e do fato de que *corpo, memória e olhar* são índices reais no encontro com o objeto que se desentranha da arte, daí a real importância que nessa perspectiva assume a crítica de arte.

Esse aspecto, de fato fundamental, ainda não encontrará no Autor um desenvolvimento à altura do que a afirmação promete, e sua originalidade aponta, ou pressupõe as marcas do que estaria por vir.

Bosi acaba por associar o *Discurso* à própria mítica do jovem Leopardi. Não deixa, porém, de mencionar sua ética maniqueia, na rejeição dos mitos românticos, afins, segundo Bosi, de uma racionalidade pouco afeita ao real, *imutável* condição humana. Daí que Bosi reclame no poeta a falta de dialetização a essas categorias e fontes, na superação dessa condição pessimista e sem saída. O pensamento poético para este então jovem poeta formado no ideal neoclássico seria “a-histórico, imutável, coextensivo à Natureza”³¹⁵.

A opinião de Bosi em relação à autonomia da arte, professada por Leopardi, não se daria do mesmo modo em vista de ele adicionar a essa dimensão a realidade histórica como constituinte de sua medida, sem a qual a própria análise seria impensável e, no limite, factualmente errada; por isso, ele não adere tão entusiasticamente aos modelos estruturalistas, que são dialetizados na sua análise. Os modelos leopardianos são mitos enregelados na sua constituição, por isso, sua poética apontaria para uma crise de origem: ela é “arcaica (...) singularmente passadista (...) *recusa a afirmação da psique individual na gênese do poeta*”³¹⁶. Interessante notar, nessa análise, que Bosi adiciona a esse conhecimento sua base moderna, isto é, demonstra sua paridade com os modelos existentes de análise, estruturalistas, diga-se. Assim:

Hoje, mudados os contextos, e integradas as operações da consciência no processo do fazer poético, a exigência de Leopardi parece moderníssima. Também *hoje* se busca uma atividade estruturadora do poema (do romance, do drama) que transcenda os limites de subjetividade de um só indivíduo.

³¹⁵ MP: 64-65.

³¹⁶ MP: 67 (grifos meus).

Bosi reconhece isso e adiciona a ela a condição de aceitação do mito, reconhecendo nele, como bem se pode ler no Lévi-Strauss de *O pensamento selvagem*, sua gama de *narratividade* e de uma *lógica* que atravessa o concreto, que não “é [apenas] apanágio da mente *primitiva*, mas subsiste no sonho e na arte”. O processo de recusa *autoral* da construção dessas narrativas também é lido por Bosi, não sem um tom irônico, como “arcana ingenuidade do fabulador [,] ou é mais um *mito do homem ‘civilizado’*, ou, caso tenha existido, não é mais recuperável no contexto de uma civilização industrial”³¹⁷.

Leopardi não reconhece nos novos tempos a mudança que a própria literatura vinha sofrendo, reconhecendo nela apenas um “expressionismo patético”; enquanto a poesia antiga, clássica, seria “nobreza” e “contenção”. “Dualismos radicais” são os modos como reage o poeta em face da nova poesia. Breve momento dos instantes 1815-18, ponte para a nova fase de Leopardi.

Segundo Bosi, Leopardi não recusa à sua poesia as nuances que os sentimentos em oposição cantam, por isso, seria anacrônica uma análise “que abstraia estilemas de contextos radicalmente diversos”. O Autor pretende indicar que essa medida é sentida como crise, uma crise que Leopardi sente de modo muito particular.

Bosi analisa alguns poemas célebres, outros menos talvez, para esclarecer essa crise. A leitura da poesia se dá em torno da recusa de alguns aspectos encarecidos por alguma crítica, descontextualizada em alguns momentos, segundo Bosi. Ele aplica algumas categorias estéticas que Roman Jakobson cultivava em seus textos, mostrando sua pertinência e acuidade. Os vícios sintáticos e semânticos que a configuração do texto assume, o andamento das frases e o emprego vocabular que Leopardi dirige, são perseguidos por Bosi no sentido de veicular sua ossatura mais precisa. Como parêntese, há que se lembrar de algumas análises de poesia feitas por Jakobson nesse tempo, dando o tom das propostas seguidas por muitos intérpretes brasileiros. Nesse sentido, é fato que Jakobson possuía uma rara acuidade linguístico-gramatical na análise de poemas, como demonstram alguns de seus livros publicados no Brasil. Isso sem mencionar a antológica análise de “Le char”, de Baudelaire, feita com Claude Lévi-Strauss. Mas a leitura dessas análises indica um desacerto fortíssimo entre a máquina despersonalizante da poética jakobsoniana e o *pathos* expresso pelos poemas analisados. A análise de “Le

³¹⁷ Já havia proposto no começo de minha análise a essa tese que Bosi recusa essa postulação que o estruturalismo tinha como pedra de toque. Citação, na tese, à página 67, (grifos meus).

char” é paradigmática nesse sentido. Nesse caso, pergunta-se qual a lição e o instante propriamente filosóficos ou humanos, bem como a experiência que o texto resultante norteia? Em um texto anterior em poucos anos, Bosi já diria que o horizonte das obras literárias tem variadas origens, sejam elas “psicanalíticas”, “sociológicas”, ou “amplamente filosóficas”, mas que só seriam férteis caso ensejassem a forma estética e permitissem “*a intuição dos valores humanos que, em última análise, justificam a presença da literatura no mundo*”³¹⁸.

Veja-se o seguinte trecho em que Bosi aporta esse veio interpretativo:

A ambiguidade do discurso em uma canção que se deseja mítica desde o título (‘o delle favole antiche’...) leva a duas constatações de níveis diferentes:

a) no *plano histórico-literário*, a precariedade de uma poética figurativa em pleno Romantismo e, em particular, nas *condições existenciais* vividas por Leopardi;

b) no plano estético, a convergência de dois tipos de atividade poética no mesmo texto: a *estrutura*, própria do *pensamento concreto* (...); a *reflexiva*, ou de segundo grau, que trabalha, em termos psicológicos, aquêles dados da mensagem. (...)

A *dualidade de processos* ajuda a entender melhor a *condição literária do poeta* Leopardi e, sob um ângulo mais lato, a *condição do escritor* nesse momento central da poética romântica³¹⁹.

Queremos chamar a atenção para o vocabulário de Bosi no texto, imediatamente coeso à poética do estruturalismo no que concerne à infusão das imagens como sombras de uma mitopoética “primordial”, de ressoos Levi-Straussianos. Isso tudo, porém, quer dizer muito pouco, se não os dialetizarmos nos termos que Bosi se propõe. A história – individual, mas também social – aparece aí como fator dinamizador da poética de Leopardi. Bosi acompanha as mudanças graduais no esquema do poeta italiano, ressaltando sua impossibilidade de permanecer alheio aos ventos fortes do Romantismo.

Os “Idílios” marcam, nesse sentido, essa inflexão em sua percepção poética. O raciocínio que se segue é que “seria ingênuo supor que um poeta (...) possa *produzir absolutamente fora de seu tempo* pelo fato de declarar-se *contra o seu tempo*”, diz Bosi, citando na mesma marca Adorno³²⁰ – donde a leitura das condições materiais que Bosi

³¹⁸ BOSI, Alfredo. “Literatura e Sociedade” in: *O Estado de São Paulo*, 19 de março de 1966, p. 6 (grifo meus). Eis um programa forte de crítica literária de que nunca se apartou.

³¹⁹ MP: 77 (grifos meus).

³²⁰ MP: 79 (grifos meus). Para Bosi, como para alguns leitores historicistas da obra de arte literária, Adorno, Benjamin, e alguns outros poucos autores materialistas propiciam uma leitura menos dogmática, mais rica e matizada da coisa literária, que Bosi, em textos arguidos com muita tenacidade, admitiria no futuro, como é o caso de Machado de Assis.

almeja ainda compreender, a despeito das condições desse seu tempo. É o que se pode intuir pela perspectiva de Adorno, quando lê em Bach uma *corrente transversal* iluminista.

O texto de Adorno aqui é mencionado por aludir à consciência de Bach, pietista, segundo o expoente alemão, e que “tra[r]ia em si mesmo as forças da Ilustração a que se opunha”³²¹. Texto que pode ser lido em medida semelhante ao pensamento da transversalidade do tempo, já constante no texto de Bosi. Bosi identifica em Leopardi uma nova consciência dos fatores sociais e históricos de seu tempo, e afere disso uma percepção outra de sua estética, ou seja, uma nova *intencionalidade* marca essa fase.

Das análises surgem alguns dos primeiros movimentos de Bosi no sentido de configurar uma poética da memória e, conseqüentemente, do corpo, em Leopardi, então apenas pronunciada: “a ênfase na memória poética faz refluir a beleza do universo para o mundo do sujeito onde vêm a coexistir presente e passado”. Mas seria um pouco mais que isso: se daria em prol de uma intervenção particular de acesso à fantasia e à memória, entes, de algum modo, coletivos, mas singularizantes: quer dizer, *literatura é experiência*.

Para Bosi, a aplicação do método estrutural neste ponto da análise só se torna relevante se “submetida a um exame de distribuição” e “nos limites estreitos de uma variável, verifica-se a passagem estrutural de uma poética de sensações descontínuas para uma poética afetada de duração *subjetiva, imaginária*”³²². Em outras palavras, o ser da poesia. Daí que sua dimensão *temporal* seja posta em relevo no seu livro posterior: *a interpretação lida com todos os materiais da obra*.

Bosi associa, com a ajuda de Max Bense, que o caráter sígnico e semântico da poesia moderna, coloca-se em contraposição ao caráter “ôntico” da poesia clássica. O espírito romântico, infere Bosi, é de natureza *histórica* e *individual*: aberturas cujo horizonte aprofunda ainda mais as constatações feitas a partir de Bense. De onde também Bosi perceberia no romantismo a solidão do “eu”, entregue à finitude, “sem raízes”.

O problema de Leopardi, segundo Gramsci, e ainda também, segundo Bosi, seria a passagem para o moderno que o poeta sente ao longe, mas cujos sentimentos não consegue mediar; vive a “crise de transição (...) sem que ainda se tenha achado um ‘ubi

³²¹ Adorno, Apud, Bosi, p. 79.

³²² MP: 88 (grifos meus).

consistam' moral e intelectual nôvo, que dê a mesma certeza do que se abandonou"³²³. Trata-se de encontrar na análise diacrônica os veios interpretativos que podem explicar as razões da convicção tão arraigada em torno desse Romantismo nascente: “o desenvolvimento de fôrças e lutas materiais e políticas peculiar aos países em que o sensismo era forma cultural orgânica”³²⁴ não era acompanhado ao mesmo tempo pela sociedade italiana.

O passo seguinte dá-se, para Bosi, em torno da redação do *Zibaldone* e das *Operette morali*. A redação está totalmente identificada com os pressupostos de Bosi no início de sua tese, ele segue as sinuosidades de Leopardi, agora mais afeito à resignação de um mundo apossado pela decadência, do limite do conhecimento, pela degeneração, enfim, pela *queda*, um dos mitos frequentes que tenta estudar. As escritas, agora, de Leopardi, dão-se no sentido de remeter o leitor a esse estado de decaimento. Bosi dirá a esse respeito que “aos estilemas arcaicos fazem contraponto os *modos negativos de expressão*”³²⁵.

Enfim, toda a gama de significação disposta em Leopardi parte no caso do texto bosiano para uma discussão sobre seu teor poético, não prosaico, de que as discussões na época muito se ressentiam. Por trás disso estava a questão, formalista por excelência, da *poeticidade*. Porém, o fulcro que Bosi persegue é reclamado justamente aqui: “*a análise estrutural não é ainda a interpretação da obra. Nem, de resto, pretende sê-lo. A hermenêutica do todo simbólico ou mítico é operação que requer, mas transcende, o registro das suas estruturas*”³²⁶. Ou seja, as questões que são discutidas no estruturalismo, como um todo, podem se constituir em um passo necessário para a consecução da “análise”, tanto é verdade, que Bosi se vale de muitas delas. Não deixam, contudo, de ser ainda uma operação “*transitiva*”, ou mesmo, uma “*plataforma*”, todas expressões de Bosi. “O recorte das estruturas dá-lhe uma plataforma, isto é, ministra o dado de base, precisamente aquilo que se busca situar e interpretar”³²⁷. Esse traço já havia sido pensado por Bosi desde pelo menos 1961, em um texto denominado “Motivo e tema”, publicado em *O Estado de São Paulo* de 21 de julho daquele ano, já citado. Diria Bosi: “o *problema real* [da interpretação] *surge quando do inventário das*

³²³ Gramsci, Apud, Bosi, p. 96.

³²⁴ MP: 97.

³²⁵ MP: 110 (grifos do autor).

³²⁶ MP: 116 (grifos meus).

³²⁷ *Id., Ibid.*

características estruturais se deva ascender à interpretação e ao juízo de valor” (grifos nossos). “Mais uma vez Leopardi aceita como sinal dos tempos um gênero de escritura, isto é, um código, *menos poético*, menos ousado (...) que o preferido pelos antigos. A êstes convinha uma prosa de alta nobreza, a que não faltava um não sei quê de indefinido, uma ‘mezza tinta’ de poético”³²⁸. Há, segundo essa ótica, uma mudança de percepção em Leopardi, uma conflagração de que os novos tempos o alcançaram. Levaria duas décadas para ele compreender isso.

Seu “sensismo inflecte-se românticamente em pessimismo cósmico e histórico, mas guarda de seu a mitização da imagem”³²⁹. Em um registro “diacrônico”, Bosi afere nos dois autores, Leopardi e Schopenhauer, este último fazendo parte do *paideuma* leopardiano, um parentesco real, cujas bases são de mesmo teor histórico. Ambos partem do “sensismo do século XVIII e dêle aceitam a teoria do prazer e da dor como pólos da vida espiritual”; “recusam-se intransigentemente à dialética (...) [bem como] à ideia de progresso”; ambos os autores “cristalizam os males sociais em uma ontologia nihilista”³³⁰, são todas afinidades que não passaram despercebidas de nenhum estudioso do poeta e do filósofo, e que Bosi marca como pólo de atração entre eles. Não deixa, nesse sentido, de demarcar o mesmo movimento a-dialético em Sartre e Heidegger, aliás, este último com marcas nítidas de imagens leopardianas. Apostos lado a lado, como se vê, à alternativa mais positiva, titânica “o salto existencial de quem, apesar de tudo, enfrenta com desesperada coragem o absurdo do Destino”³³¹.

Gênese da resistência.

O último mito que será estudado, portanto, em Leopardi, resolve-se em torno da resistência. Há que se lembrar, então, o retorno do poeta à poesia, aos “grandes idílios”, dos quais tanto a crítica estima. Muitas características assomam os últimos escritos de Leopardi, com os quais Bosi ressalta “*a radicalização dos traços negativos herdados à mitologia da queda*”; “*a sátira social e política*”; e, por último, “*a afirmação prometeica*”³³². Bosi identifica em Leopardi justamente uma alteração nítida na sua escritura, cujos “extremos de renúncia às ficções do idílio ou se furtam de todo ao metro

³²⁸ MP: 117 (grifos meus).

³²⁹ *Id., Ibid.*

³³⁰ MP: 118.

³³¹ MP: 119.

³³² MP: 121-122.

e viram prosa (...) ou requerem um andamento cortado (...) ou, enfim, buscam na poética do prosaico o seu melhor código”³³³. Esse o índice de uma “crise ideo-expressiva”.

O olhar do poeta volta-se para a constelação do homem caído, e sua percepção já é de hostilidade à Natureza. A saída parece ser mesmo a apologia ao suicídio, bem como, certa “renúncia ao desejo”, traços que não passam despercebidos ao analista, que vê um leque de possibilidades no poeta. Seu canto, agora, dirige-se aos homens de forma mais direta, via sátira política. Quer dizer “sátira e apêlo constituem, em última análise, modos de inserção na teia inter-pessoal e renúncia àquele radicalismo gélido que endurecia a prosa da queda”³³⁴. Leopardi não poupa ninguém, e sua sátira atingirá tanto progressistas quanto reacionários. São de vivo interesse as últimas páginas da tese, que reacendem as alegorias proferidas pelo jovem Leopardi a uma corte de desafetos.

Por isso Bosi levantar os modos como essa prosa e poesia final almejam erodir o edifício político italiano: ora como “mistura de erudição cerebrina e germanismo delirante”; ora como “grosseria levedada por séculos de servilismo”; ora como “ódio à democracia”; ora como “aceitação obtusa do ofício de reprimir os povos”³³⁵. Leopardi ancora-se como herói, em um diálogo entre Tristão e um amigo que, na opinião de Bosi, “apenas condensa uma imagem mítica e, por certo, projetiva, do *eu* ideal que o escritor vinha cultivando nesses anos de afrontamento”³³⁶.

O “tom heroico” e de “desolada negatividade” é o aspecto ressaltado por Bosi em muitas de suas entrevistas, indicando o apelo que essa poesia, resistente sem dúvida, tem diante da condição histórica, da messe social em que vive o poeta. Por isso, Bosi ressalta nesses textos o uso do verbo no tempo *futuro*, “homólogo”, segundo sua leitura, “às conotações modais do *imperativo* e à semântica do *vocativo*, constante nessa fase”³³⁷.

Bosi encontra em “La ginestra”, um dos poemas mais citados de Leopardi, a constelação quase total dos rudimentos da força final desse poeta, a suma, diríamos, dessas características que o movem ao fim. Ressaltam-se nele: “a labilidade da sorte humana de que são símbolo as ruínas de Pompeia”; “a denúncia do idealismo fácil”; ainda “o ataque a certas faixas do pensamento romântico (idealismo, neocatolicismo)”;

³³³ MP: 125.

³³⁴ MP: 129.

³³⁵ MP: 131.

³³⁶ MP: 135.

³³⁷ MP: 136 (grifos do Autor).

a recorrência “ao processo das ilusões”, que faz, segundo o Autor, “contraponto a imagem simbólica da giesta que resiste”³³⁸.

Bosi diria que esse momento da tese, de algum, modo responde às afirmações de Walter Binni, seu antigo professor, quando de sua estada na Itália. Este autor, socialista, da esquerda italiana, queria, segundo Bosi, “a toda força encontrar saída no último Leopardi”³³⁹. O que Bosi encontra é, sem dúvida, o prometeísmo do poeta. Por isso, afirmaria que suas constatações se afigurariam em si mesmo a propósito dessas duas teses. A citação alude a outros aspectos que não o apenas literário. Para ele:

Primeiro, é possível fazer uma correlação entre mitos. Segundo, que a poesia pode resistir. [O motivo da resistência] vai aparecer como uma segunda natureza ética em mim. Em outros momentos... eu vivi todos os anos da ditadura, não se confinava à temática literária, era realmente uma atitude de vida, que coincidia com este último Leopardi. Ela foi defendida no período mais negro da ditadura, nos anos 70. Aqui, em São Paulo, vivia-se a tortura, a questão dos presos políticos, nós estávamos realmente nos anos de chumbo. Eu acredito que tudo isso concorreu para que a tese tivesse também esse final prometeico³⁴⁰.

A resistência não escapa às considerações finais do Autor, que ainda menciona os aspectos dissonantes do estruturalismo mais radical: “enfrentar” (...) “o conjunto de uma obra” significa estudar sua “realidade diacrônica”, ou seja, passa-se “da *análise estrutural*” à “história dos processos e, desta, ao objetivo da leitura integral, a *interpretação* do texto com todo o leque de códigos culturais que ela implica. *Interpretar uma obra supõe, mas ultrapassa a sua literaridade*”³⁴¹. Afere que “não há interpretação fora da totalidade” – cabe lembrar as considerações em rodapé no sentido de pronunciar constatação semelhante em Goldmann – por isso a obra deve ser lida como um todo amalgamado de *cultura*, de *pessoalidade*, de *história*, no seu limite, imersa no ímpeto da pessoa. A *diacronia*, termo ainda muitas vezes auscultado nos anos seguintes, prepara o terreno da interpretação, serve para “detectar processos básicos que recorrem nos códigos literários (...) [e] como tal, faz *abstração* dos sentidos que êsses esquemas assumem na fatura de uma obra particular”³⁴². Permanece aberta a questão da hermenêutica do texto literário, que colhe esses sentidos onde apenas então *pronunciados* por seus esquemas estruturais.

³³⁸ As citações estão esparsas às páginas 137, 138, 139.

³³⁹ Entrevista ao autor.

³⁴⁰ Entrevista ao autor.

³⁴¹ MP: 142 (grifos do autor).

³⁴² MP: 143.

A interpretação, quando resguardadas suas implicações totalizantes, que guarda certa relevância cultural, deve imiscuir tanto “o eixo diacrônico” quanto “o eixo sincrônico”, momentos em que “um ministra ao outro material para a inteligência do texto”. A conjugação dos dois fatores torna a obra *presente para mim*. Assim: “deter-se nesse foco vivo de relações é colhêr o nexos entre gênese e estrutura, *tempo* e *ser*: na verdade, a única relação concreta que nos dá um fenômeno simbólico, pois a *pura historicidade e a espacialidade da estrutura pertencem não à obra mas a esferas mais abrangentes de conceptualização*”³⁴³.

Fica clara na opção de análise do Autor, a abertura para um tempo dilatado de tensões culturais fincadas nas estâncias de configuração do homem no seu tempo. Projeto esse que se desdobra em *O ser e o tempo da poesia*. Há também, nessas considerações finais, a “perplexidade ante a radicalização dessa divergência que”, diz ele, “vejo ser hoje a praxe nas ciências humanas”. Enfim, trata-se de compreender a situação de seu próprio tempo, termo que recolhe de Espinosa. Essa é uma condição peculiar a este tempo em que fala o crítico: verdadeiras cisões no campo das temáticas operadas nas ciências ditas *humanas*. Duas instâncias resistentes podem ser lidas aqui: a dimensão do ser (a forma) e a do tempo: “o estudioso de literatura tem por objeto um dado *eminentemente simbólico*: o *texto*. O trânsito entre os códigos sincrônicos e diacrônicos que o constituem impõem-se, portanto, a todo aquele que se abeira de um poema, de um romance ou de um drama para saber, afinal, que sentido terão nesse *infinito discurso* que falamos e que fala por nós”.

Terminando, diríamos que, no espaço da esfera pública, Bosi nos advertiria que ele não se considerava um estruturalista: “tudo o que me rodeava na minha universidade, a USP, de teoria literária, literatura brasileira, e mesmo nas Ciências Sociais, *resistia* à moda estruturalista pura e dura”. A par dessa constatação, podemos verificar, por nós mesmos, a participação *resistente* de Bosi, e para além da tese, em torno, por exemplo, de bancas de doutorado e mestrado, dentro e fora da USP, especialmente quando o assunto das teses era de base *estritamente* estruturalista, ou no espaço do jornal, em artigos em que mobilizava modelos de interpretação literária, como se situa o artigo “Motivo e tema”, mais atrás citado.

³⁴³ MP: 143-144 (grifos meus)

Exemplo disso pode ser encontrado na arguição preparada para a defesa de doutorado de Moema de Castro e Silva Olival. Muito elegante o texto bosiano, mas que não deixa de registrar considerações contrárias sobre o que pensava, na sua tese, a autora. Leia-se com interesse suas palavras. Comparando Bernardo Élis (tema da autora), com Guimarães Rosa, Bosi tece comentários acerca do estilo de ambos os autores. Daí, ele chegar a termos ligeiramente constrangedores, como este: “é uma cruz esta, da análise estrutural: em um certo momento, é preciso entender o *porquê* de tais e tais motivos, de tais e tais temas, e tais e tais preferências de estilo. Nessa altura, deve-se ter o bom senso de entender a literatura como *um processo de significação que se engendra na organização social, com que o texto entretém relações de inclusão ou de oposição, mas sempre relações*”. Por isso, também fica claro que, em oposição aos aspectos puramente técnicos, lidos, por exemplo, em torno do uso de adjetivos e substantivos em Bernardo Élis, a arguição ressaltou ainda o caráter incompleto da tese: “não atino bem com a distinção, mesmo porque considero uma tentativa desesperada de determinar, *a priori*, a potência expressiva das classes de palavras, *que só nos seus contextos revelam o seu rendimento estilístico*”³⁴⁴ (grifos nossos). Pelo menos em torno do estruturalismo, o movimento de luta epistêmica persistiu ainda por alguns anos, como se vê, e essas palavras indicam a leitura do contexto e da história, que cingem a obra de significados que os aspectos técnicos, puramente, não conseguem traduzir.

Ato final (in)conclusivo.

É possível identificar linhas históricas de continuidade entre aquelas contribuições originais das tese e as que se seguem posteriormente. Desde logo algumas linhas de força em *comum* nas duas teses são importantes de ressaltar: ambas estão envoltas em apenas um autor da tradição literária. Nelas, há uma intenção de estudá-los vigorosamente toda a obra. No caso de Pirandello, Bosi vasculha os três momentos mais críticos que lhe atravessam a escrita, de tal modo que possa ter uma visão do particular para o geral. O mesmo passo foi dado em direção a Leopardi, quando, aprofundando a visão mítica extraída de seus poemas, e transitando, ainda, pelos cadernos e diários, sobretudo o *Zibaldone*, Bosi consubstanciou o modo como Leopardi plasmou as formas, indicativas da mudança de percepção por que passou sua poesia ao longo dos anos. Em

³⁴⁴ BOSI, Alfredo. “Prefácio 1” in: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *O processo sintagmático na obra literária*. Goiânia: Oriente, 1978, p. 24 e 26 (grifos do Autor).

vista dessas duas leituras motivadas e significativas, indica-se que Bosi aproveitou ideias retiradas do círculo hermenêutico para interpretar a obra desses autores. Partindo do *particular* para o *universal*, e do *universal* para o *particular*, termos caros a essa tradição filosófica, Bosi nucleia o entendimento da obra dos dois autores italianos.

Tal método de leitura apresenta-se, no caso da primeira tese, ainda algo incompleto. Há ali um forte apelo em demonstrar influências, mas instanda a necessidade que tem a obra do autor italiano por ser entendida na sua relação dialética com o que afixam os dados históricos disponíveis e, no caso do analista, com o que apresenta a crítica literária da época. Na entrevista “Céus, infernos”, Bosi mantém-se insatisfeito com o resultado, embora guarde desta tese um consórcio entre vida e literatura, dado que, segundo suas palavras, o que lhe atravessava naqueles instantes, era um desejo de entender como derivavam os conflitos entre *fôrma social e persona*, bem como os *momentos resistivos de uma poesia*, no caso da segunda.

Há que se notar ainda que são autores cujo conhecimento biográfico é relativamente extenso, fato este que abrange parte do entendimento do que Bosi aporta como constitutivo da compreensão da obra literária, mediada que é pelas circunstâncias da vida, até onde se conhece dela. Indica-se isso em Pirandello por seus diários, pelas menções às opiniões de seu filho, na sùmula literária ainda incompleta até aquele ano de 1936, quando falece. No *Zibaldone*, Leopardi anuncia projetos, traduções e fatos cotidianos, muitos deles aparentemente prosaicos, demonstrando certa evolução de um pensamento que se fazia. Esse lance de dados biográficos e autobiográficos ressent-se na vontade do Autor de compreender-lhes a obra mediante uma base segura do entendimento da intencionalidade por elas pronunciada. Tal se mostra caro em vista de Pirandello, ainda informe se pensada na *personalidade do autor*, e tal ainda se prova fulcral no caso de Leopardi. Interessante notar que, a despeito da dimensão fenomenológica que aqui se anuncia, Bosi quase se exime de apresentá-la com mais pormenores na primeira tese, que é quando mais se utiliza do conceito. Já em Leopardi, sua filiação a autor tão importante dessa vertente encontra em Paul Ricoeur, sobretudo, mas não só, uma firme sustentação.

Por isso, parece-me acertado identificar um primeiro foco da análise da intencionalidade do autor, e, também, o tom da obra, em um texto da década de 40, escrito por Carpeaux, chamado, “Poesia e ideologia”, quando diz: “[os leitores] confundem duas coisas que estão juntas em cada palavra falada ou escrita: a expressão e

a intenção. Consideram apenas o que o outro lhes diz, sem considerar como o diz e por que o diz. Confundem o *stateman*, a afirmação, e a *expression*. Confundem na noção vaga ‘sentido’ quatro coisas muito diferentes: o sentido propriamente dito, a afirmação; o acento sentimental da afirmação, sempre mais ou menos acompanhada de emoções; o tom, que depende da atitude do que fala em relação ao ouvinte; e a intenção, consciente ou inconsciente, com a qual o escritor quer influenciar o espírito do leitor³⁴⁵. Como se verá nas páginas seguintes, Bosi parece nunca ter-se apartado desse programa de leitura, não deixando de mencionar isso, em autores fundamentais de sua leitura.

Nota-se a presença, ainda difusa na primeira tese, e mais desenvolvida na segunda, e que completa o círculo em *O ser e o tempo da poesia*, que prima em ler as obras por um ângulo *dialético*. De fato, Hegel jamais deixou de prismaticar seus escritos, encejando, inclusive, certa negatividade que encapa *Ideologia e contraideologia*. Parte dessas considerações seria também combinada nas análises de *Reflexões sobre a arte*. Por exemplo, no final de *Itinerario della narrativa pirandelliana*, Bosi acusa algumas fissuras narrativas em *Ciascuno a suo modo*. Nas suas palavras: “nella novella, il *problema* soverchia l’andamento narrativo, riducendolo alla esposizione dello stato d’animo perplesso e irritato del personaggio centrale: soluzione priva d’ogni dialetticità, nuda e monótona, perché unilaterale³⁴⁶. Como se vê, o termo é aberto, apresenta uma dimensão muito ampla do que significa dialética; imprecisão que será mantida em alguns escritos dessa época, mas que se resguardará com mais precisão nos escritos futuros.

Mais ainda se pode dizer que as teses se consideram respostas aos momentos *pessoais*, atravessados pelo Autor na sua conformação de objeto estudado. De Pirandello já falamos. Leopardi, ao contrário, para além da interpretação, serviria para compreender a dimensão *resistente* que a poesia, como obra de arte, formativa, contamina-se com os dados do tempo, que são os fatores ora ideológicos, ora contraideológicos, que ali se anunciam. Observe-se o momento difícil por que passa a Universidade, e o Brasil como um todo, ou mesmo, o colapso de sistemas compreensivos totalizantes, fatores que poderiam originar no Autor um pessimismo

³⁴⁵ CARPEAUX, Otto Maria. “Poesia e ideologia” in: *Ensaio reunidos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, v. 1, p. 276.

³⁴⁶ INP: 111. “Na novela, o *problema* transpõe o andamento narrativo, reduzindo-o à exposição do estado de espírito perplexo e irritado do personagem central: solução desprovida de qualquer dialeticidade, nua e monótona, por ser unilateral” (grifo do Autor).

autocrático e desistente. Bosi, contudo, aponta para a poesia como uma resposta à negatividade do mundo. A ênfase, no livro posterior, *O ser e o tempo da poesia*, caminha no horizonte hermenêutico de Lukács, o que fica evidente na sua contundente negação em torno de alguns dados poéticos extraídos da perspectiva pós-moderna. Ele volta-se ainda para a dimensão propriamente política do itinerário desse tipo de leitura que se anuncia. Isso não indica, contudo, que se perca de vista a premência da *forma literária* na interpretação da obra literária. Entendimento a que Candido já chegara, quando travou conhecimento com o *New Criticism*, como nunca deixou de apontar em sua trajetória crítica. A forma, diria Bosi, apresenta-se como módulo expressivo (*moduli espressivi*). Não se pode deixar de apontar a influência de Croce nessa constatação.

A matéria resistente, lida no final da tese, aponta para um *insight* que Bosi leu no livro de seu antigo professor Valter Binni, cujo título chama-se *Leopardi progressivo*. Nele, Binni aposta que os últimos poemas de Leopardi apresentavam essa matéria resistente, vinculando-se como “saída possível”, termos de Bosi, que o professor Binni leu no poeta italiano, e que parece ter certa ascendência sobre Alfredo Bosi. Ademais, para além do literário, já o vimos, as teses, e, sobretudo, esta sobre Leopardi, são-lhe afiguradas como uma “segunda natureza ética”, de feição “prometeica”, dados os acontecimentos resultantes da Ditadura Militar.

Vistas assim no seu conjunto, ainda é possível verificar a vontade de teoria e história que norteiam as escolhas, seu edifício teórico também, que guiam a consumação das teses. Tanto isto é verdade que se mostram de forma bastante natural tanto em *História concisa*, quanto em *O ser e o tempo da poesia*. A seu respeito, pode-se aventar ainda o quanto a fatura posterior de Bosi deve, no seu conjunto e desenvolvimento, a esses dois livros, de fato, fundamentais.

Capítulo 2. *Exempla e contradicta*

Talvez nos acusem de empregar um processo de engrandecimento fácil e de inflar a voz em vez de dar simplesmente as nossas razões. Mas falta alguma coisa à psicologia do sonho quando se detém esse engrandecimento e esse inflar. Um sonho que não muda as dimensões do mundo será realmente sonho? Um sonho que não engrandece o mundo será o sonho de um poeta?

(Bachelard)

“(...) o todo pode ser resumido nesta direção: torna-se, para mim, cada vez mais claro que a situação do mundo contemporâneo não mostra senão o ardil da Providência que, por um caminho sangrento e doloroso, nos conduz à internacional da trivialidade e a uma cultura esperanto.

(Auerbach a Benjamin)

2.1 - Os críticos e a crise: Cisões no Campo Conceitual.

Mediações e contatos: formas de ler o texto.

Neste capítulo, analisamos os textos em que Bosi postula exercícios de conceituação: trata-se de avaliar o alcance das proposições que vão de encontro a suas escolhas analíticas, o que, de modo algum, impele a coerência e a disciplina. O exercício de conceituação permite pontuar como o método aguarda confirmação na concreção da leitura da obra literária, de modo que se vejam as nuances e as perspectivas sobre as quais Bosi almejou encetar sua leitura da coisa literária. O que permite também distinguir uma possível reapresentação do mundo, a partir de premissas definidoras de sua condição de ofício, o respaldo de outras teorias, a presença ou ausência de autores com os quais não apenas dialoga, mas também com quem diverge, exercício hígido na esfera pública. Bem como implica nocionar sua relação algo complexa com a tradição crítica até aqui marcada por suas leituras e o elogio ou negaceio de possibilidades hermenêuticas.

A esse propósito, esses textos de “contato”, como se poderia dizer, não são escassos no exercício da escrita de Bosi. Não seria difícil encontrá-los na margem que encampa os muitos momentos de um possível ideal hermenêutico, por isso, é a partir desse salto crítico que cremos ser possível postular algumas notas referentes ao percurso anunciado acima, a partir das recensões e construções fincadas por Bosi nesses textos, na tentativa de decifrar nexos de continuidade entre a sua obra e as obras com as quais dialogou criticamente.

Esse diálogo em espelho revela nuances de quem não prescinde de colocar-se no plano de outros observadores, muito embora a um terceiro observador as imagens especulares nem sempre sejam tão claras. É relativamente fácil pensar na obscuridade das imagens à distância já que, durante o percurso, muito de sua claridade se perde: os referentes não poucas vezes estão submersos e são opacos. Então não será também difícil imaginar o trabalho de caleidoscópio que o analista precisa trilhar em textos de tão amplas ressonâncias, buscando, para o seu exercício efetivo, sutis palavras ou frases que consigam restituir à ordem crítica seu valor mais proximamente exato e, tanto quanto possível, perfeito.

Como nem sempre os textos bosianos lançam mão de idênticas nuances conceituais – embora haja um “release” que nos leve a identificar suas características

mais evidentes quando o lemos – é importante começar a buscar os dados que constituem esses textos de contato. Lembro que em não menos que dois livros, a teorização, tanto da arte quanto da poesia, Bosi se confunde com os autores de sua dileção. Basta lembrar que em *O ser e o tempo da poesia* e em *Reflexões sobre a arte*, Bosi tangencia esses pontos de contato, anunciando considerações sobre o ato crítico e também sobre a teoria da arte, instâncias que captam e tornam o fazer crítico possível.

Vinculação da memória: a interpretação como lastro entre o eu e o outro.

Refletir o gesto crítico sob o signo da memória, especialmente a afetiva, como o faz Bosi, é valer-se de instâncias seguras que estabeleçam laços *ternos e cordiais* – no sentido de coração – entre a obra e o leitor, não deixando de observar que esses vértices se configuram não apenas na esfera pública, mas também na esfera íntima do leitor.

Pensando nas engrenagens desse processo, que passa pelo discurso científico e econômico, até encontrar as entranhas da crítica, Bosi margeia o sentido do termo ‘dialética’ a par das conjecturas propostas por Jacques Monod³⁴⁷. O projeto de Monod, segundo Bosi, algo posto entre Marx e Schopenhauer, avança na possível “convergência da objetividade científica com um ideário socialista mínimo”. Pensando nesse processo de convergências, as células seriam amontoados protéicos solidários que cambaleariam entre a entropia e esse pacto de união, visando à “telenomia”, palavra cujo significado indicia que “todos os sistemas vivos seriam dotados de um projeto”³⁴⁸. O fundo prático do discurso de Bosi é que a “dialética (...) desce pela mão do marxismo ao coração da matéria e aviva as raízes mesmas da Humanidade”³⁴⁹. O que não deixa de ser uma utopia.

O termo ‘dialética’ ganha, nesse aspecto, um matiz bastante singular dentro do espaço de sua própria concepção crítica, dado que, em suas palavras, “o discurso dialético, em vez de conceber-se magicamente, pode ser tomado como *um método de entender a realidade que pressupõe a existência de momentos diferenciais, não absolutiza a diferença*”³⁵⁰.

³⁴⁷ Em resenha ao livro *Le hasard et la nécessité*, de Jacques Monod in: *Discurso*, no 2. São Paulo: Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, 1971. Atualmente pode ser lido em CI: 449-61.

³⁴⁸ CI: 450.

³⁴⁹ CI: 451.

³⁵⁰ CI: 457 (grifos do autor).

Em outra citação se demonstra esse evento mais claramente: “o método dialético suporta e abraça o diferente, e pode fazê-lo na medida em que a sua prudência o leva a não ilhar para todo sempre a diversidade dos fenômenos e dos processos constatados empiricamente”³⁵¹.

Trata-se de acondicionar em seu interior o ‘eu’ e o ‘outro’: nomes que se enlaçam e se complementam. Por certo, é a existência de um, que se permite a existência do outro: ambos se possibilitam as fronteiras da definição. O texto de Benveniste, citado mais atrás, indiciava claramente que a instância denominada Eu pressupunha a existência de um *tu*.

Ao longo de todo o texto, embora isso ainda se estenderia por tantos outros, Bosi investe no conceito de que a literatura está organicamente ligada a seu todo histórico e social. O termo “dialética” é referência constante na prática crítica bosiana porque ele se reveste da possibilidade cada vez maior de integração entre um e outro, o igual e o diferente. Longe de querer julgar as observações de Monod, cuja competência nos escaparia para fazê-lo, melhor mesmo seria ver como Bosi amplia a noção e a remete para o fulcro da interpretação da obra literária. O que nos leva diretamente a outro texto publicado especialmente para *Céu, inferno*, que perfaz hoje seu último capítulo. Nesse texto, Bosi se detém precisamente no ato interpretativo.

O texto que lemos foi escrito em 1971 para uma revista especializada em filosofia, *Discurso*. Aqui, Bosi mostra interesses em, de algum modo, conciliar formas de eleição conceitual entre as letras e a filosofia. Por mais algumas vezes retornou à revista, como veremos, em textos também de teor filosófico, ou metateórico. Ele diria mais de uma vez que o aluno de letras que não interpõe um conhecimento filosófico à sua prática acaba perdendo uma dimensão importante do legado conceitual que a filosofia interpõe. Aliás, há que pensar que ambas trafegam por redes conceituais semelhantes. Como pode a crítica literária ganhar consistência se o arcabouço que a constitui não é conhecido de quem a pratica? Como entender o “caráter de acontecimento” proposto pela obra de arte, o “excedente” de comunicação que acrescenta ao mundo uma manifestação de sentido?³⁵².

³⁵¹ CI: 457-458

³⁵² ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*. São Paulo: 34, v. 1, p. 11.

Ao ler uma crítica literária, o leitor está interposto entre duas consciências, que tanto indicia os nortes de quem escreve, quanto de quem leu a obra, trata-se, assim: da messe de significado que a letra traz; do contato imediato com uma cultura e uma tradição outras; da evidente contextualização histórica que se encontra para além da palavra. Enfim, entra-se no texto munido de certas constantes que se traduzem num pacto. Pacto que é um todo significativo, um acordo possível e um encontro de consciências, precisamente o que o texto de Bosi tenta.

Por isso, “A interpretação da obra literária” pensa as redes absolutas que as palavras do título, em sinais abertos, levantam. Pensando nisso, chama-nos a atenção, nesses termos, a imagem da palavra, sobre a qual se almeja encontrar o sentido e a interpretação – cuja opaquidão salta às vistas, refreando, em seu percurso, o sentido auscultado.

Por este texto, somos remetidos ao interior dos nexos semânticos onde “enfrentam-se pulsões vitais profundas (que nomeamos com os termos aproximativos de *desejo e medo, princípio do prazer e princípio de morte*) e correntes culturais não menos ativas que orientam os valores ideológicos, os padrões de gosto e os modelos de desempenho formal”³⁵³. Palavras, como se vê, extraídas de algum vocabulário psicanalítico para exprimir os dados do jogo delicado que é o debate com o texto ficcional, bem como a consciência de que literatura é expressão, é mediação. Há desejos expressos e inexpressos; um ser pensante imprime-se, por meio da sintaxe, do tom, camadas semânticas interpostas à espera do olhar que o fira e o sinta em sua mediação mais forte, trazendo ao jogo da interpretação o movimento do corpo que se locupleta junto ao corpo da palavra.

Aqui, cabe um parêntese que diz da notável semelhança em tom e perspectiva desse texto com os capítulos iniciais de *Da interpretação: ensaio sobre Freud*, de Paul Ricoeur. As semelhanças alcançam seu nível mais formal, quer dizer, a ossatura do texto, o vocabulário, mas não se restringe a isto. Já dissemos antes como nosso desejo em relevar o quanto a visão interpretativa de Bosi, como é o caso aqui, deve a uma perspectiva fenomenológica e hermenêutica, de derivação husserliana e ricoeuriana. Como exemplo, Ricoeur usa o termo símbolo como “mediação universal do espírito entre nós e o real”, querendo expressar sua “não imediatidade de nossa apreensão da

³⁵³ CI: 461

realidade”³⁵⁴. No capítulo I da tese em 1970, endossando as palavras de Ricoeur, Bosi se pronuncia sobre as duas frentes pelas quais a interpretação se faz: a partir de uma “arqueologia do sujeito”, as ciências humanas levantariam pelo menos “dois estratos” simbólicos; aquele “vinculado à sua formação de base (inconsciente)”; o outro ligado ao “entendimento” da sua “intencionalidade”, congruentes com sua carga *consciente*, em vista de uma hermenêutica da “construção do real”³⁵⁵. Num primeiro momento, o signo opera uma necessidade espiritual, depois, como movimento de construção do real e aportação de valores, torna-se “escolha”.

Da mesma forma, quando Bosi se pronuncia a respeito do signo como realidade opaca, é o mesmo termo que Ricoeur usa para definir essa realidade simulada do signo, avessa às identificações restritivas, como diz em tempo: “ora, o símbolo, devido à sua textura analógica, é *opaco*, não *transparente*”³⁵⁶. Essas similitudes são de certo modo até necessárias como parte de uma reapropriação de termos usuais na hermenêutica, que sofreram e sofrem desgastes, ainda em vista da herança do estruturalismo, mas, no caso de Bosi, a preocupação também se dá pelo subdimensionamento – se permitem o termo – da condição do texto literário a plataformas *estritamente políticas*.

Interpretar é estar entre, *inter*: as vozes do texto e a nossa própria voz imanentizam empaticamente os jogos de palavras e, no limite, o mundo que se pretende mimetizar. Em outras palavras, e voltando ao texto de Paul Ricoeur, “a interpretação se refere a uma estrutura *intencional* de segundo grau que supõe que um primeiro sentido seja constituído onde algo é visado em primeiro lugar, mas onde esse algo remete a outra coisa visada apenas por ele”³⁵⁷.

Bosi colhe, na imagem do labirinto, o espéculo que satisfaça a urgência que a interpretação impõe no desatar dos fios, verdadeira Babel que significa “*o que quero dizer?*”³⁵⁸. Endossando as palavras de um filósofo relativamente desconhecido no Brasil, o italiano Carlo Diano, ele faz uma distinção que será capital no percurso posterior de suas escolhas analíticas. No aspecto formal, usualmente os críticos tomam como premissa imediata o sentido expresso nos termos *forma* e *conteúdo*. Bosi prefere a palavra *evento* a conteúdo já que, a partir das considerações de Diano, fica claro que

³⁵⁴ RICOEUR, Paul. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 20.

³⁵⁵ MP: 40.

³⁵⁶ CI: 44 (grifos meus).

³⁵⁷ RICOEUR, Paul. *Da interpretação*. Op. Cit., p. 21.

³⁵⁸ CI: 462 (grifos meus).

“para que haja um evento é necessário que esse acontecer *eu o sinta como um acontecer para mim*”³⁵⁹. Assim, Bosi pode *recompôr* uma fenomenologia que adere o intérprete – o ‘eu’ que lê – mediado pela consciência expressa nos signos. Estes não nos apõem um conteúdo imediatamente, pois que o evento é resultante da conexão das duas consciências para existir; o evento é intencional na sua conjugação e estrutura³⁶⁰. Daí a coerência entre seu projeto interpretativo e os aspectos valorativos sentidos na dimensão propriamente subjetiva de quem lê.

Além disso, vimos, nos textos anteriores, que Bosi remete imediatamente seu leitor para o fato de que os textos ali lidos seriam conduzidos pela conformação que irrompesse junto à interpretação, o fato de que se tratava de uma construção *subjetiva*, frontalmente avessa, como se viu, a alguns pressupostos do estruturalismo. O texto de Diano ajuda-o a construir melhor a perspectiva dessa leitura, corroborando-a à ideia de que o texto ficcional é pontuado, conduzido mesmo, pelo mecanismo da *intencionalidade*. É essa feição, segundo alguns filósofos da estética, como Roman Ingarden, e, na mesma linha interpretativa, Anatol Rosenfeld, que darão os amplos contornos da semântica aberta pela senda da obra de arte literária.

Observe-se que as palavras de Bosi podem ser remetidas ao instigante texto de Ingarden, no qual se lê que mesmo a formação linguística, e.g., a frase, a significação da palavra, é “portadora de intencionalidade a elas imanente, original ou apenas outorgada, tendo a essa objectividade a origem do seu ser e de todo o seu modo de ser nestas objectualidades mencionadas”³⁶¹. Sua amplitude se deve a estas “objectualidades” serem, segundo Ingarden, “‘transcendentes’ aos atos correspondentes e a quaisquer outros actos da consciência no sentido de nenhum elemento (ou momento) real do acto ser um elemento da objectualidade puramente intencional e vice-versa”³⁶². A obra de arte literária está dirigida aos atos de consciência, “neste permanecer-perfeitamente-na-esfera-de-poder-do-eu-consciente”³⁶³.

O problema que se coloca em torno da personagem, por exemplo, alvo de considerações no capítulo sobre Pirandello, não se esgota no assunto da obra, ou mesmo

³⁵⁹ CI: 463, a partir da tradução de Bosi (grifos meus).

³⁶⁰ Remeto o leitor para, em paralelo, relacionar as considerações de Bosi ao texto de George Steiner, *Depois de Babel*, especialmente o capítulo 5, quando trata da compreensão do texto.

³⁶¹ INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973, p. 138.

³⁶² *Id., Ibid.*, p. 139.

³⁶³ *Id., Ibid.*, p. 143.

no acontecer-para-mim, como exposto na cadência de Carlo Diano, de modo que ele, o herói, “é intencionalmente visado de tal modo que o âmbito das suas qualidades não se esgota naquilo que é explicitamente intencionado por qualquer acto”³⁶⁴. Pela definição que vimos em Bosi, o ato volitivo e resistente está condicionado ao acontecer da palavra; elas, as palavras, são “intersubjetivas”, e carregam conteúdos extra-ideais, ou seja, “impregnam-se” do mundo à volta, de tal forma que, “o acto intencional controí-se geralmente sobre diversos conteúdos intuitivos, une-se estreitamente com frequência a diversas tomadas de posição teóricas e práticas e ainda muitas vezes acompanhado de vários sentimentos e actos volitivos”, dirá Ingarden³⁶⁵, apontando justamente para a aferição dos valores condicionados pela tomada de posição do autor na construção de seu texto.

Ingarden e Diano se encontram na definição das unidades emocionais dispostas no signo, que é comum ao homem mesmo, recurso imediato que aponta para sua universalidade, isto é, “o objecto originário intencional correspondente obtém carácter intuitivo, plenitude e qualidades emocionais dos outros elementos da vivência total em que esse acto intencional *está integrado ou recebe as suas características intencionais, emocionais ou volitivas do fundo da vivência que rodeia o respectivo acto intencional*”³⁶⁶, sem isso, a troca de experiências seria impossível.

É bastante instrutivo que o que diferencia a proposta interpretativa de Diano seja mesmo a “subjetividade radical”³⁶⁷ que *evento* denota. Este termo caracteriza a relação entre sujeito e objeto – obra *x* leitor – que a palavra *conteúdo*, cuja *exterioridade* é sensível, pura e simplesmente não exprime. Por isso, Bosi afirma:

*O infinito suceder cósmico e histórico, que nos precede, nos envolve e nos habita, sempre, e em toda parte, do nascer ao morrer, só se torna um evento para o sujeito quando este o situa no seu aqui e o temporaliza no seu agora; enfim, quando o sujeito o concebe sob um certo ponto de vista e o acolhe dentro de uma certa tonalidade afetiva*³⁶⁸.

Neste caso, o leitor se abre para uma realidade outra “que a consciência poética só consegue penetrar quando lhe é dado sob as espécies do evento”. A questão é saber se não estaríamos incorrendo, ao pensar nesses termos, em uma experiência por demais

³⁶⁴ *Id., Ibid.*, p. 146.

³⁶⁵ *Id., Ibid.*, p. 147 (grifos meus).

³⁶⁶ *Id., Ibid.*, p. 148 (grifos meus).

³⁶⁷ CI: 463.

³⁶⁸ CI: 464 (grifos meus).

dependente do sujeito, quase solipsista, nesse sentido, e que seria evitada caso optássemos pela idéia mais geral do conteúdo. Acontece que Bosi responde a isso dizendo que a figura do leitor, ou do intérprete, situa-se na posição de mediador, daí que integre um processo formativo, que está ausente, ou distante, das letras. Ao reiterar a consistência da relação anteriormente citada, ela se torna mais abrangente, mas ainda não deixa de ser “um projeto cultural aberto”³⁶⁹, porque aberta a índole do verbo que o circunstancia. A leitura é ela mesma permeada pela intencionalidade.

Observe-se que em nenhum momento desapareceu da leitura bosiana o contexto em que aparece a obra. A leitura interpretativa passaria a tentar resgatar e “recompor” as veias de sentido que passaram pelo texto em seu tempo – não esqueçamos que a obra é um evento cultural *aberto*. Obviamente que a indeterminação permanece ao longo do projeto, pois, como saber que os veios que fechamos e os que abrimos são os únicos diante da rede verbal e sintática que acabou de ser fechada pelo ato de interpretar, ou seja, no universo de nossas *escolhas* interpretativas? Saber tudo de uma obra é impossível, mas isso não nos exime de entender determinada leitura como equivocada, ou, em hipótese mais amena, parcial. Bosi dirá que a *forma literária* permanece prismatizada e aberta, subjetivamente, pelo suceder do *evento*. Não seria demais aventar ainda que dentro do projeto bosiano, este processo está sempre por fazer. No transplante original das instâncias de sentido alçadas pelo crítico, instâncias estas “que atravess[aram] o discurso a ser lido”, Bosi consagra a esta mesma origem não uma “determinação absoluta”, dado que “o ato de interpretar, enquanto mediador entre a forma e o evento, não quer submeter a escrita a uma ‘explicação’ onipotente de sua gênese, pois essa atitude causalista acaba reduzindo e injustificando a dinâmica das conotações e das associações que o trabalho formal propicia ao poeta no momento inventivo do fazer literário”³⁷⁰.

De posse de todas essas informações, o intérprete precisa atentar para a origem do texto, isto é, “junto com a qualificação social e cultural da *ótica da escrita* (perspectiva aristocrática, ou burguesa, ou popular; perspectiva religiosa ou leiga)” sem perder de vista a “caracterização do seu *tom* dominante”³⁷¹. No limite mais extremo, longe do que Bosi diria ser a ideal, essa “perspectiva” é lida hoje dentro dos estudos

³⁶⁹ CI: 466

³⁷⁰ *Id., Ibid.*

³⁷¹ CI: 468

culturais como um de seus principais fundamentos: fixar-se na origem do texto para perceber a idéia do texto e tentar ler sob qual *perspectiva de classe/gênero* o texto literário focaliza seu movimento. Por isso mesmo, dirá uma vez mais Bosi: origem não é determinação.

A proposta de Bosi passa em paralelo a esse estado de coisas. Há duas formas “fortes” de se concretizar o “evento”, e não à toa ambas provieram de sistemas filosóficos totalizantes, segundo Bosi. De um lado, os “conceitos compreensivos de *perspectivas* (...) [de outro] o *tom* ou *motivo dominante*, capazes de construir pontes de dupla mão entre a estrutura textual e o processo formador”³⁷². Texto e contexto são redutos inseparáveis no mecanismo representativo pelo qual o crítico transita.

A esse respeito, apenas para clarificar um pouco melhor o que Bosi afirma, lembramos a resenha que Antônio Carlos Olivieri escreveu de *Céu, inferno*. Sobre os termos *perspectiva* e *tom*, diz ele: “é com o primeiro que se vai perceber que o sujeito que escreve se insere na sociedade e na História”, continua, “com o último [é] que se clarifica na classificação dos gêneros literários – *tom* patético, *tom* elegíaco, *tom* satírico etc. descobre-se o próprio sujeito que escreve, completando-se a dialética *temporalidade/subjetividade*, enunciada no conceito de evento”³⁷³. Para efeito de registro, perspectiva, aqui, é interpretação de ideias extraídas da obra de Ernst Cassirer, em *A filosofia das formas simbólicas*³⁷⁴, lida via *A perspectiva como forma simbólica*, de Erwin Panofsky (os dois perfazem escolas filosóficas semelhantes).

Vale a pena adentrar um pouco na messe do significado que Bosi dá a perspectiva, sobretudo a delineada por Erwin Panofsky. Na obra citada, Panofsky, passando pelos inúmeros estilos da arte até a Renascença, descreve de que modo o Ponto de Fuga torna-se, ele mesmo, uma *abertura ao sujeito-artista*. Dessa forma, este aspecto representa muito valorativamente, e ganha-se esteticamente já que se indica,

³⁷² CI: 470

³⁷³ OLIVIERI, Antônio Carlos. “Lições para um leitor crítico de Alfredo Bosi” in: Folha de São Paulo, 5/mar/1988, p. D-4.

³⁷⁴ CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, v. I, 2001, v. II, 2004. PANOFSKY, Erwin. *A perspectiva como forma simbólica*. Lisboa: edições 70, 1999. Panofsky define a perspectiva exatamente como uma criação renascentista, envolvendo justamente uma criação geométrica, a partir de um triângulo (formando uma pirâmide) cujo vértice seria o próprio olho humano – “é o olho o vértice dessa pirâmide”, p. 31 – a partir do qual se dariam as coordenadas da pintura ou da arquitetura. Bosi se apropria originalmente dessa coordenada no sentido dado por Olivieri, ou seja, na ideia de uma construção *subjetiva*, oriunda do olhar do intérprete.

nele, “um factor estilístico”, daí sendo, a partir disso, compreendido como uma forma simbólica³⁷⁵ (termo que é de Ernst Cassirer), como pronuncia Bosi.

Para Panofsky, o momento do encontro da visão subjetiva em direção à técnica, ali criada, alia uma forma inovadora de conceber o instante criador, de tal forma que “o significado espiritual se liga a um signo concreto, material e é, intrinsecamente, atribuído a esse signo”. É seguro perceber que, segundo o teórico, o primeiro estilo a agregar essa noção, substanciada em uma ampla referência ao corpo humano, foi a “Arte helenística”, quando mesclou “o valor do corpo sujeito a motivação interna, como encanto da sua superfície exterior”³⁷⁶. Por isso mesmo, a perspectiva encampa uma “totalidade”, mesmo que orientada ou não para um “único ponto de fuga”, como refere Panofsky acerca da pintura de Lorenzetti³⁷⁷. A maneira como a perspectiva alcançou o movimento da Arte, a partir do *quattrocento*, deve ser compreendida como uma nova forma de entendimento da filosofia do período, tal como se esboça nas novas concepções de “infinito” e de “espaço”, tanto em William de Ockam, Walter Burley, Albert de Saxonia, e ganha maior expressão ainda no próprio Giordano Bruno.

Panofsky expressa bem como essa noção, anteriormente própria e natural do sujeito-artista, passou a ser racionalizada e “purificada”, termo de Panofsky, de todo subjetivismo ativo, passando a ser mero artefato matemático, dentro do âmbito do que concebiam as filosofias de Descartes e da própria Teoria da Perspectiva, de Desargues. Por isso, o retorno às formas simbólicas deu-se no momento em que a “arte conquistou o direito de definir, por conta própria, em que é que deveriam consistir as direções ‘em cima’, ‘em baixo’, ‘em frente de’, ‘atrás de’, ‘à direita’, ‘à esquerda’, devolveu ao sujeito algo que, por direito, lhe pertencia, algo que a Antiguidade reclamara de forma tão natural”³⁷⁸. Este retorno ao sujeito é que parece ter comovido Alfredo Bosi no sentido de indicar nele alguma parcela intencional do encontro da técnica, ora o foco narrativo na prosa, ora a conformação do eu-lírico, na forma poética, para ficar aí em dois exemplos, que poderiam se estender indefinidamente. Isso indica o cruzamento de

³⁷⁵ PANOFSKY, Erwin. *A perspectiva como forma simbólica*. Op. Cit., p. 42. “Mas, se a perspectiva não constitui um factor valorativo, é, por certo, um factor estilístico. Poderá mesmo ser caracterizada como (e o termo de tão apropriado de Ernst Cassirer penetra na História da Arte) uma dessas ‘formas simbólicas em que o ‘significado espiritual se liga a um signo concreto, material e é, intrinsecamente, atribuído a esse signo’”.

³⁷⁶ *Id., Ibid.* (grifos meus).

³⁷⁷ *Id., Ibid.*, p. 55.

³⁷⁸ *Id., Ibid.*, p. 65.

visões de mundo que se espelham na forma artística, tal como lido na *Divina comédia*, por exemplo, daí que, nela, há a “presença ativa das instâncias religiosas, éticas e políticas no coração do texto [que] garante[m] a unidade de *perspectiva*” à obra de Dante³⁷⁹.

Por outro lado, essa conjugação estética confere ao foco narrativo, importância nas considerações de Bosi em vista da análise da prosa, também uma ideal capacidade de refletir a consciência artística, de modo que o intérprete mais consequente adira ao momento subjetivo-objetivo, conquanto intersecção da visão objetiva-subjetiva na obra:

Para que a interpretação diferencial avance é preciso caminhar até o centro vivo dos textos de um e de outro [Graciliano Ramos e Guimarães Rosa]: *enfrentar o problema crucial que é a determinação das perspectivas; e mostrar como estas desempenham o seu papel ativo de ‘formas simbólicas’*³⁸⁰.

Mais, e melhor, porque mais claramente, dirá ainda Bosi sobre a conciliação subjetiva vista na interpretação:

A perspectiva, que Erwin Panofsky (...) chamou de *forma simbólica*, nos dá o inteligível cultural da mensagem artística. Sim, porque o sujeito para o qual se abre o evento significativo, o sujeito que pensa e escreve, não é um *eu* abstrato, posto fora ou acima da história concreta dos seus semelhantes. Ele percebe e julga as situações e os objetos através de um prisma que foi construído e lapidado ao longo de anos e anos de experiência social, com todas as constantes e surpresas que esse processo veio manifestando³⁸¹.

Por isso, chamou a atenção Augusto Massi na clássica entrevista, “Céus, infernos”, que o método que se esboçava na análise de Guimarães Rosa e Graciliano Ramos seria um prenúncio de concepção *ideal* na crítica de Bosi. O leitor atento notará movimento semelhante em torno a Machado de Assis, para ficar em outro exemplo notável disso.

Tão grave é não perceber essas dimensões que Bosi não duvida que sua não percepção seria um caso grave de inconsequência ou mesmo de anacronismo histórico, já que esses índices, *tom* e *perspectiva*, são, dentre os outros fatores que citamos acima, conceitos fortes na têmpora da quadratura do círculo que é a identificação entre o sujeito que compõe a obra e o seu tempo. Identifica Bosi que: “fazer história da cultura abolindo expressões como visão do mundo, espírito do tempo, estilo de época,

³⁷⁹ STP: 154 (grifo do Autor).

³⁸⁰ CI: 34 (grifos meus).

³⁸¹ CI: 468.

perspectiva, tendência de gosto, escola literária, moda, seria o mesmo que fazer história social descartando os conceitos de aristocracia, campesinato, burguesia, classe média, operariado”³⁸². Ou seja, ainda os “riscos da indistinção”, aviso grave que circunda muitos dos textos do Autor.

Graças à importância que Bosi confere ao termo, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para o próximo trecho, em vista de Bosi pormenorizar um pouco mais o que entende por *tom* aqui, e vai um pouco além, aliás, do que Antônio Carlos Olivieri apontava. Fica claro, para o leitor de Bosi, que há leituras outras que são afins ao que no texto se delinea. Observemos como Bosi clarifica com proveito o conceito agora. Para ele:

Contexto expressivo e *tom* sempre andaram juntos. Sempre se falou em tom lírico, tom épico, tom trágico, tom cômico, tom dramático... Às vezes, é a fôrma social que modela a qualificação: há o ‘bom’ tom, o tom doutoral, o tom popular, o tom nobre, o tom rústico, o tom familiar, o tom burocrático... A socialização do tom levou a estender amplamente o significado do termo; sinal de que, na consciência linguística, o tom é sempre um modo geral de portar-se do falante³⁸³.

Claro que com essas considerações Bosi não esgota seu significado, perpassando por outras instâncias mais tudo o que propõe. Sua adesão ao conceito de tom, precisamente o que ficou ressaltado na resenha de Olivieri, se dá em razão de que essas outras instâncias, articuladas com o *gesto*, com o *corpo*, enfim, são coesos afetivamente, dão a medida da experiência subjetiva que envolve o processo: “o tom é, enquanto *pathos da voz*, colérico, tranquilo, apaixonado ou seco, terno ou ríspido, franco ou fingido...”³⁸⁴. Por isso, Bosi constela ao significado de tom uma ótica maior do que simplesmente aquela que a tradição frequenta. O tom está ligado às consoantes do corpo que coroam sua ativação pelos elementos do próprio corpo, elementos que são, eles mesmos, “juntas e ligaduras” da carne, nas palavras sublinhadas do livro de Salmos, endossadas pelo crítico.

Nesse sentido, “A entoação”, continua o Autor, “também compreenderia uma dualidade de base: sílabas altas e sílabas baixas, sílabas agudas e sílabas graves”, palavras denotativas do universo musical e poético subscritas na plataforma da prosa. A partir de uma constatação produtiva, diz ainda que há um “caráter mais *ativo e criador*

³⁸² *Id., Ibid.*, p. 404.

³⁸³ STP: 116 (grifo meu).

³⁸⁴ *Id., Ibid.*, p. 117 (grifos do autor).

da entoação quando comparada à estrutura fixa do acento”³⁸⁵. O tom ganha, assim, maior dinamicidade e dramaticidade; na verdade, ele garante que aquelas duas categorias sejam asseguradas pelo texto e permaneçam em constante tensão. Por isso, o tom assume um caráter “anímico”, cuja amplitude se mede em contraste com o *ritmo*, outra categoria que também está adida às unidades de sentido do texto. Como Bosi adere entusiasticamente a uma leitura em certa medida simbólica do texto literário, herança talvez de suas leituras de Paul Ricoeur e Carpeaux, sua conclusão é a de que “a entoação é suporte físico de atos simbólicos, e até mesmo lógicos, como o afirmar, o negar, o perguntar e o duvidar”³⁸⁶.

O leitor será empaticamente seduzido pelo texto também pelo caráter motivacional que o termo entoação traz, pois se trata de um movimento de *subjetivação* junto ao leitor. Vista assim, “a frase bem entoada nos dá, sinteticamente, o aspecto lógico da predicação e o *estado sensível do canto*”, como, aliás, ele mesmo semelha isso ao “andar, [a]o portar-se do *corpo*, [a]o aceno da cabeça, [à] mobilidade dos olhos”³⁸⁷. A entoação é francamente subjetiva e, de algum modo, intransitiva; ela está rente ao corpo, acena, portanto, a uma ligação que o possuidor daquele texto *é*. O texto é por ele mesmo, possuído, para usar uma imagem cara a Camões. O tom projeta uma “reação do sujeito ao interlocutor”.

Portanto, não apenas condiciona os suportes da locução subjetiva, ou afetiva, termo que depois Bosi usará também: o tom “opera uma transposição dos altos e baixos emotivos para a pauta de *significação*”³⁸⁸. Aqui, os constituintes lógicos são, eles mesmos, partes da cadeia afetiva e significativa do texto, no caso dessa análise em particular, do poema. A rede semântica do poema é atravessada por ela na medida em que ganha, também com ela, uma tonalidade que é afetiva e significativa.

Para Olivieri, a mudança de paradigma pronunciada por Bosi em torno de *evento* em detrimento de *conteúdo* é pioneira, opinião que seguimos, mas não sem antes completar que é essa mudança pronunciada nesse texto, não menos sentida em outros, é que vai determinar sua adesão a uma crítica *dialética* sem perder de vista o teor *pessoal* do construto literário. Nem poderia ser diferente, em vista de sua teoria ser toda ela

³⁸⁵ *Id., Ibid.*

³⁸⁶ *Id., Ibid.*, p. 118.

³⁸⁷ *Id., Ibid.*, p. 119 (grifos meus).

³⁸⁸ *Id., Ibid.*, p. 120 (grifos meus).

construída em torno da aliança entre os dados subjetivos e linguísticos, sem desvinculá-los de sua dimensão histórica e simbólica.

Por isso, o par texto-contexto é, por definição, inseparável. E encontra nesta definição “uma das poucas regras áureas que é razoável dizer à interpretação literária: *nenhum* elemento lingüístico traz, *em si mesmo*, um poder de inteligibilidade para a compreensão de um texto”³⁸⁹.

Os fortes elementos subjetivos imbricados na rede semântica do texto são “fenômenos salvos pela diferença entre ‘*explicar um fato*’ caro às ciências positivas e *compreender um fenômeno*”³⁹⁰. A “explicação causal”, própria à Física e à Química, por exemplo, é “reduzora” e “não tolera concorrência”³⁹¹: “o símbolo ao mesmo tempo exprime e supõe, revela e oculta; explicita, mas traz implícito um processo subjetivo e histórico que o funda e o ultrapassa”³⁹². Os termos são extraídos da filosofia de Wilhelm Dilthey. Dilthey, motivado pela constituição das ciências humanas no fim do século XIX, e em larga oposição ao Positivismo, separa os ângulos de totalização do fenômeno científico aos dos fenômenos humanos. O projeto diltheyano estava visceralmente ligado ao projeto kantiano, como lembra seu tradutor, Marco Antonio Casanova. Para ele, o mundo dos fenômenos científicos, *strictu sensu*, a Física, a Química, enfim, as ciências positivas estariam imbuídas epistemologicamente à “explicação” dos fenômenos da natureza, enquanto as chamadas Ciências do Espírito, como conhecemos hoje as Ciências Sociais, ou Históricas, ainda nascentes, se ocupariam da “compreensão” dos fenômenos. Isso porque “todo fenômeno possui uma ligação originária com a base material da vida”³⁹³. Crítica que Vico, antes, já vinha realizando ante o cartesianismo, como aferem Isaiah Berlin e Peter Burke³⁹⁴.

Bosi deixará mais expresso ainda sua adesão ao projeto de Vico, mas não nos deteremos nele agora. Concluindo, Bosi afirma que é preciso:

Depois, um olhar intenso, um olhar demorado, que procure discernir, dentro e no meio das frases e das palavras, a luta expressiva, isto é,

³⁸⁹ CI: 472 (grifo de Bosi).

³⁹⁰ CI: 473 (grifo de Bosi).

³⁹¹ CI: 474.

³⁹² CI: 475 (grifo de Bosi). Lembro aquele segundo teor *intencional* a que se refere Ricoeur, conforme citamos atrás.

³⁹³ CASANOVA, Marco Antonio. “Apresentação à edição brasileira” in: DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas*. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. IX.

³⁹⁴ BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Edunb, 1982, p. 26ss; BURKE, Peter. *Vico*. São Paulo: Edunesp, 1997, p. 41ss.

aqueles momentos diversos, mas coexistentes, de *motivação pessoal* e *convenção* suprapessoal (ideológica, literária) que fundam o texto com polissenso³⁹⁵.

A experiência da tradução-interpretação – e cremos que as duas se imbriquem – é um risco a que se coloca a pessoa do intérprete. O intérprete, nesse instante, mobiliza o diálogo com um “tu” que estava distante, mas que se aproxima à medida que o texto é lido. Enfim: “Refazer a experiência simbólica do *outro* cavando-a no cerne de um *pensamento que é teu e é meu, por isso universal*, eis a exigência mais rigorosa da interpretação”³⁹⁶.

Leitura da poesia.

O ensaio “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”, publicado como introdução ao volume *Leitura de poesia*, tem afinidade temática, além de certa proximidade de datas com o ensaio que foi lido – embora haja algumas diferenças que pretendo ressaltar. Salta aos olhos justamente a perspectiva da memória – que o preenche da vivência pessoal do autor, associado a um conhecimento que poderia, a olhos menos acostumados ao estilo escritural de Bosi, pensá-lo mais como texto *instintivo*, e, no limite, impressionista, com menor rigor analítico por essa condição. É o que o título sugere. Mas isso é rastreá-lo superficialmente, já que se trata de reflexões sobre os modos de se ler poesia, portanto subjaz nele a gama analítica que o sustém e que as notas condizem tão bem.

As palavras iniciais de Bosi, em paráfrase e citação direta a Croce, são esclarecedoras acerca de seu próprio método de apreensão e interpretação literária. Literatura é um complexo, isto é, ela amalgama inúmeros dados – *imagens, sentimentos e fantasias* – também é “humano sentimento de pungentes memórias”³⁹⁷, como se lê da *Estética in nuce*, que, como dado curioso, tem prefácio de Bosi e tradução de Rodolfo Ilari, (antigo amigo seu, que escreveu, em 1979, um livrinho, junto com Bosi, *Palavra e vida*, escrito para a 5ª série do Ensino Fundamental).

Pelo caráter do livro até agora esboçado, Bosi pode entremear, às análises, uma *verificação pessoal*, uma *autenticação* com base em sua experiência docente e crítica, endossando ou desfibrando os valores e o alcance epistemológicos das teorias, bem

³⁹⁵ CI: 478 (grifo meu).

³⁹⁶ CI: 479 (grifos meus).

³⁹⁷ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”. Op. Cit., p. 9.

como, os recursos que cada vertente analítica apresenta. Fica patente certa preferência por determinadas práticas críticas, algo bastante razoável, e do qual qualquer analista corre o risco do sectarismo. Isto quando a visada não se dá de forma equilibrada, um risco que Bosi não corre – todas as teorias são lidas por ele em um tom muito compreensivo e crítico, identificando, no texto, o seu valor hermenêutico, ao mesmo tempo em que relativiza também seu alcance explicativo.

Em resenha publicada pelo extinto Caderno de Resenhas do jornal *Folha de São Paulo*, em 14 de fevereiro de 1997, Leyla Perrone-Moisés explicita o contexto em que se insere o livro, mostrando nele seus valores históricos. Ela o vê como uma iniciativa que surge em um momento “de aparente carência crítica”³⁹⁸. No seu texto o que ela chama de “vale-tudo estético” refere-se às análises propriamente consideradas como pós-modernistas – fato tratado por ela em outros momentos³⁹⁹. Portanto, em sua recensão, Bosi repõe um estado de coisas no panorama das leituras de poesia *strictu sensu* e de literatura *lato sensu*, quer dizer, o livro se coloca em oposição a parte da crítica e da literatura, lida hoje pela pesquisadora como “mero[s] apêndice[s] dos ‘estudos culturais’”⁴⁰⁰.

Nos termos das análises propriamente ditas, a autora explica a pertinência de, nesse caso, não haver “uma linha teórica ou metodológica *privilegiada de antemão*, mas uma grande abertura de informação e de prática”⁴⁰¹. O livro abarca autores fundamentais da crítica nacional e internacional, em nome de uma prática *ecumênica*, louvada pela pesquisadora. Ela ressalta, ainda, a boa dose de cordialidade e isenção a práticas teóricas diversas, quer dizer, “tendências [outras] que [Bosi] não abraçou pessoalmente”⁴⁰². Seu ensaio introdutório “é ao mesmo tempo um precioso documento de história cultural e um deleite”.

Em que pesem os inúmeros elogios, a pesquisadora não se atém a eles, antes, ressalva certa inquietude em relação ao ensaio final de Bosi, leitura do poema “Anoitecer” de Raimundo Correia. Para ela, a presença do poeta parnasiano destoa

³⁹⁸ A resenha, intitulada “Leituras de poesia”, consta hoje de *Inútil poesia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 309.

³⁹⁹ No mesmo livro, por exemplo, o ensaio “Que fim levou a crítica?”, pp. 335-345 e “Pastiches críticos”, pp. 352-359. Cf. também, “Desconstruindo os ‘Estudos Culturais’” in: *Vira e mexe nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, pp. 166-174.

⁴⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 309.

⁴⁰¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 310 (grifos meus).

⁴⁰² *Id.*, *Ibid.*, p. 311.

exatamente pelo seu “convencionalismo” – que a leitura do poema “Bonzo”, por exemplo, de Mário de Andrade, citado no *corpus* do texto bosiano, acaba decretando, em vista de se localizar *formalmente* na mesma lide do poeta parnasiano, com outras perspectivas de leitura⁴⁰³.

Pode-se objetar a isso, que a leitura de poetas – considerados obsoletos ou não –, tão presente em alguns escritos do Autor, são parte da memória afetiva do analista e esse índice de obsolescência não justificaria, como não justificou, a ausência do poeta no livro. Suas imagens podem ser lidas com proveito, até mesmo como *contraponto* óbvio às ditas leituras e aos poemas já consagrados, que um poeta como Mário de Andrade conhece muito bem. Não seria vão repetir que, na entrevista a Augusto Massi, Bosi relembra a adolescência, quando transcrevia poemas parnasianos e simbolistas em caderno até hoje guardado; nesse sentido, a leitura de Raimundo Correia insere-se na conjunção de sua memória afetiva. Compare com o que dissera ele mesmo no discurso da Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito: “confesso que lia poesia. Conservo em meus guardados um caderno em que copiava poemas que me encantavam e comoviam (...) esse gosto era bem eclético. Não faltavam (...) a lua silente de Raimundo Correia”⁴⁰⁴. Em prol disso, dirá Bosi que “falar em cultura como tradição sem falar em memória é não tocar no nervo do assunto”⁴⁰⁵.

Descrevendo os movimentos dos críticos no livro, ela afere *en passant* a acuidade de cada leitura, e completa situando o livro historicamente na linha interpretativa que parte da USP – ela mesma professora da Instituição. Perrone-Moisés chega a mencionar que, nos últimos 40 anos antes, estudaram-se ali todas as correntes interpretativas de que se vale a teoria literária, daí a amplitude de seu pluralismo. Como temos visto, Bosi tece várias considerações acerca do ato crítico no seu diálogo com outras tradições culturais. As explanações que fizemos serviram para aproximar-mo-nos do ideário crítico de que Bosi participa, mostrando como ele se integra ao sistema literário. Notamos que o percurso feito pelo crítico Alfredo Bosi oferece possibilidades várias para a concretização do ato de eleger uma obra para que se achem nela as

⁴⁰³ “Por mais que Bosi se esforce por mostrar as belezas do poema, o leitor de poesia se lembrará, forçosamente, que existem coisas bem melhores, de Baudelaire a Pessoa”. *Id., Ibid.*, p. 310.

⁴⁰⁴ “Discurso de Cerimônia de Entrega do Título de Professor Emérito”. São Paulo: USP, p. 21.

⁴⁰⁵ “BOSI, Alfredo. “Cultura como tradição” in: NOVAES, Adauto. *Tradição e contradição*. Rio de Janeiro: JZE, 1987, p. 53.

possibilidades de diálogo. Este diálogo faz-se de diversas formas, e a obra, sobretudo a literária, abre-se a constelações que nem sempre o método – visto como uma plataforma *possível* de leitura – alcança.

Notamos também que esse mesmo percurso – lido em sua história e seu contexto – intersecciona períodos cruciais para o entendimento da crítica no Brasil. Esperamos que se entenda que esta plataforma sublinha uma tomada de posição do analista, termos *impressionistas*, como “eu gosto” entranham-se nessa tomada de posição. Há que se lembrar que o discurso sobre o método não é novo e, por outro lado, só recentemente é que ele ganhou as dimensões que tem. Do grupo dos formalistas (de 1916 em diante) até o *revival* marxista e o estruturalismo, passando pela Desconstrução, foram muitas as propostas e, evidentemente, muitas as contra-leituras esboçadas na esfera pública brasileira.

Para um breve panorama do que estamos falando, veja-se o indispensável *Crítica literária*, de William Wimsatt e Cleanth Brooks. Ambos os autores são *adeptos* do *New Criticism* e, portanto, *avessos* a “todos os ‘a priori’ *ideológicos, históricos* [e] *sociológicos*”⁴⁰⁶. Seu manual suscita, no leitor atento, certas reparações – evidentemente motivadas por ausências que uma “História da crítica” desta envergadura não deveria comportar – e que certamente poderiam soar como um surto de leviandade, antes que simplesmente certa incompatibilidade de visão interpretativa. É mais ou menos nesses termos que Eduardo Lourenço, tradutor da obra, se expressa:

Da península ibérica, sempre parente pobre nestes domínios, podíamos estranhar a ausência de um Lopez Pinciano, de um Leão Hebreu, ou de Dámaso Alonso entre os modernos. Mas talvez o que mais suscitará reparos seja a pouca atenção prestada à moderna crítica alemã ou de expressão alemã, em especial à crítica de origem fenomenológica. Leo Spitzer comparece numa nota, e inútil buscar nomes tão consideráveis como os de Wolfgang Kayser, Roman Ingarden, Emil Staiger ou Johannes Pfeiffer (...) mas como compreender a ausência de um Chlovsky e de um Roman Jakobson? (*sic*)⁴⁰⁷.

Deliberações à parte, como se pensa um livro que historia a crítica literária e a deixa ausente de nomes tão fundamentais como os citados? À lista ainda faltou mencionar Erich Auerbach e *todos* os críticos brasileiros e hispano-americanos; tal seria um contrassenso *deliberado*? Seria porventura crer tão tautologicamente na suficiência

⁴⁰⁶ WINSATT, William et BROOKS, Cleanth. *Crítica literária – breve história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, s/d, p. VIII, (grifos meus).

⁴⁰⁷ *Id.*, *Ibid.*, pp. X

do método defendido pelos autores, ou por uma visão algo estreita da obra literária? E mais se poderia opor a isso, já que os autores pensam o ato crítico no seu contexto mundial, desde Platão e Aristóteles até nossos dias. Penso que há aqui uma interação dessas duas idéias. Por um lado, *não apenas* o *New Criticism* é insuficiente por si só como método, e, por outro, a obra de arte literária vê-se diminuída de uma de suas dimensões fundamentais, os aspectos contextuais e culturais *motivadores* de sua existência. Desnecessário dizer ainda que Bosi entende isso como um empobrecimento da própria obra literária, já que o contexto existe. A propósito, a crítica que aqui se faz não é nada original, em vista de ter sido objeto de reclamações de Luiz Costa Lima no ano de 1973, em *Estruturalismo e Teoria da Literatura*, quando, lendo a *Estética* de Hegel, dizia ser o filósofo alemão o principal expositor do método histórico em literatura, daí sua imponderada asseveração: “o *Literary criticism. A short history* de Wimsatt e Brooks reserva meia página à estética hegeliana, em tratamento desproporcional a figuras menores”⁴⁰⁸.

O texto de Bosi que nos propomos a ler agora é marcado por aquela característica que vimos se pronunciando desde antes, ou seja, a estrita pessoalidade, já que, a uma introdução normal onde compareceriam os métodos de análise e interpretação correntes, ou os usados pelos autores dos capítulos, Bosi prefere considerar o espaço da memória, a própria fusão entre a voga dos sistemas interpretativos conectados à sua trajetória pessoal. Essa mudança de “tom” numa obra acadêmica pode ser lida como aderência a uma postura ética. Projeta no leitor um sentimento de proximidade, de compatibilidade e de gosto, a formatividade desde sempre pronunciada por Bosi.

É inegável que Bosi nutre certa predileção por alguns autores italianos. É assim com Gramsci, com Vico e com Croce, de quem extrai o trecho que abre sua preleção. Ao citar esse trecho, que apresenta uma visão do que é a poesia, Bosi atesta que os outros enfoques – críticos, analíticos, filosóficos – de algum modo se compatibilizam com a poesia em uma relação congruente a essa definição proposta. Quer dizer, o método origina-se a partir de um entendimento do que é a obra⁴⁰⁹. Assim: “se nos

⁴⁰⁸ LIMA, Luiz Costa. *Estruturalismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973, p. 35.

⁴⁰⁹ ARRUDA, Maria Arminda. *Metrópole e cultura*. Op. Cit., p.23. Herdeira da confluência desses fatores, a USP não deixa de refletir o cosmopolitismo da sociedade de então. O quadro é por demais amplo e caracterizado por várias obras. Cf. ARRUDA, juntamente com ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar*, e, para o período imediatamente anterior a

dispormos a considerar qualquer poema para determinar o que nos faça julgá-lo como tal, discernimos ao primeiro olhar, constantes e necessários, dois elementos: um complexo de imagens e um sentimento que o anima”. Nessa época, idos de 50-60, Bosi era aluno de Letras na USP e vivia, como não poderia ser diferente, as transformações por que passava aquela Universidade, já então, a maior do país e, talvez, a única cidade brasileira que reunisse condições materiais objetivas para dar suportes de base à sua dinâmica cultural.

Partidário que era da poesia como intuição e imaginação, Croce dissolvia no todo da obra os aspectos que, segundo ele, não lhe eram *inerentes*, já que para ele, segundo Carpeaux, “o único objeto de estudo literário é a obra de arte; devemos estudá-la abstraindo dos acessórios históricos e psicológicos que acompanham o processo poético e dos quais se encontram ainda vestígios na obra”⁴¹⁰. Bosi identifica em Croce um admirado leitor de poesia, que considera o “prazer estético” e sua “análise crítica” como sendo resultados “de intuições”⁴¹¹ ou “expressões de um conhecimento intuitivo”⁴¹². O sentido dos dados da criação artística se dá em torno das marcas de um “pensamento coeso [que] ordene e aclare as riquezas do fluxo verbal”⁴¹³.

Esse *insight*, um dos motivadores da força e da originalidade da crítica crociana, foi renegado por parte da crítica nascente no século XX, e acabou sendo absorvido pelos adeptos do *New Criticism*. Para eles, prevalecia “a existência de uma aliança tensa de fantasia artística e rigor de pensamento”⁴¹⁴. A passagem demonstra de que forma, por esses críticos, o *conceito* passa a ser reconsiderado como construto da obra literária. Segundo Bosi, foi essa percepção que “permitiu à crítica anglo-americana absorver elementos de análise simbólica e lógica da linguagem”⁴¹⁵. A própria constituição de parte da poesia do século XX, *grosso modo*, “autorreflexiva”, parecia, segundo Bosi, dar razão aos novos críticos. Pensado o dualismo entre poesia-imagem (Croce) e poesia-conceito – dois pontos defendidos pelo *New Criticism* – Bosi se reporta a esse problema

esse, também, SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole* (Cf. referências completas na Bibliografia).

⁴¹⁰ CARPEUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Brasília, Senado Federal, 2008, v. 1, p. 26.

⁴¹¹ *Id.*, *Ibid.*

⁴¹² BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: reflexões e memórias”. Op. Cit., p. 9

⁴¹³ *Id.*, *Ibid.*, p. 10

⁴¹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 10-11

⁴¹⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 11

desde sua origem quando, no ensaio *Poesia ingênua e sentimental*, Schiller desperta para a crise que se anunciava já na *modernidade*. Em seu tempo, o temor, tanto de Schiller quanto de Leopardi, era que a nova prática poética terminasse por desenraizar o homem de seu passado.

O contato com tantas teorias e o lastro familiar o levou a estudar, entre os anos de 1961 e 1962, Estética e Filosofia da Renascença em Florença. O contato com um autor “coeso, forte e provocante, como Croce”, que seu professor Italo Bettarello o instava a ler, significava para Bosi, “um antídoto contra os *ismos* fatais em um curso de Letras: o impressionismo que amolece e dispersa, o formalismo que enrijece”⁴¹⁶. Muito provavelmente é esse o fundo motivador de Bosi ao eleger a forma do ensaio como plataforma para a maioria de seus textos, como ainda veremos a seu tempo. O ensaio pode ser concebido como plataforma dessa plethora plástica que acondiciona melhor seu objeto, sem aprisioná-lo definitivamente, conjugando-o, antes, a seu caráter livre e forte.

Longe do enrijecimento das formas fechadas, o ensaio intermedia melhor a fluidez do objeto, elenca de forma mais livre a própria atitude de ler a obra de arte e, conquanto todos esses elementos, amplia as possibilidades de diálogo entre a arte, a cultura e a história, presentes, desde os primeiros escritos, na crítica de Bosi.

Demonstrando historicamente a ascensão das teorias interpretativas desde os anos 60 e sua opção pela abordagem em “auscultar na própria forma da obra de arte o seu teor de verdade social”, como se lê na contracapa de *Notas de Literatura I*, de Theodor Adorno, Bosi re-atualiza o debate entre literatura e sociedade. Não é outro o significado expresso por Bosi na entrevista citada:

Quem acredita que se possa recortar, empiricamente, uma “função poética” específica e autônoma em face do movimento expressivo-representativo de toda linguagem, enreda-se nas malhas de um formalismo oco e perene de inanição cultural. O resultado, nós o vimos, foi terem-se multiplicado leituras trocadilhescas (ditas ‘anagramáticas’) de grandes textos que sofriam ao ser tratados como variantes da fórmula-base, ‘I like-ike’, que eu acho ruim tanto metodológica quanto politicamente⁴¹⁷.

A opção de leitura proferida pela estética “literatura e sociedade” é de tal que o crítico não trafegue pelos mares do conceito pelo conceito, além da evidente vantagem de conduzi-lo a um tipo de experiência nova para ele, em vista das obras passadas. A

⁴¹⁶ “Céus, infernos”, entrevista citada, p. 103.

⁴¹⁷ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: reflexões e memórias”. Op. Cit., p. 103 (provavelmente a palavra quando deveria ser substituída por “quanto”).

história concretiza o solo por onde a arte finca seus pés e é dessa simbiose, desse amálgama, que se instaura a realidade da crítica de arte. O “histórico” tem sua parte de consanguinidade com os elementos formais da arte, resultado de operações racionais e inconscientes por parte do artista. Como disse a esse respeito José Guilherme Merquior, em texto datado de março-dezembro de 1964:

A filosofia das formas simbólicas reconhece plenamente que a natureza do homem se define para seu trabalho, e que é através da concreta dialética de seu esforço no mundo que o homem faz da cultura, historicamente desdobrada, um processo de autodeliberação. A indicação de funções atemporais na arte não deve obliterar o fato de que, em toda verdadeira obra artística, a *fidelidade ao momento histórico*, a *sensibilidade epocal*, a *apreensão das pulsações do tecido da sociedade* estão igualmente presentes e são igualmente determinantes⁴¹⁸.

Quando de sua volta da Itália, causou estranheza a Bosi o retorno às teorias formalizantes, a “virada neo-formalista” de que trata o texto, o que era uma manifestação, outra vez, da hegemonia francesa nos estertores da cultura mundial. Seria uma busca totalizante em “identificar o caráter próprio da literariedade da literatura, por oposição aos outros modos e usos da linguagem”⁴¹⁹. Correlato a esse tempo, Bosi conhece uma Florença que, àquela altura, abandonara o pensamento crociano, “hegemônico durante meio século”, pelo “pensamento marxista de Gramsci e pelos vários existencialismos”⁴²⁰.

Foram essas duas últimas forças que modularam sua estratégia ao abordar a obra de Pirandello, o nexos entre “contexto ideológico e [o] ethos peculiar ou entre *análise existencial e história cultural*”⁴²¹. Marcas que seriam inconcebíveis no paradigma estruturalista, anti-humanista e anti-historicista, nas palavras de Merquior⁴²².

Quando fala em virada *neoforalista*, Bosi não emprega meros recursos retóricos, já que na esteira do estruturalismo vinha o formalismo russo, novo por estas paragens, e pioneiro de algum modo na obra de Haroldo de Campos e outros⁴²³.

⁴¹⁸ MERQUIOR, José Guilherme. “Estética e antropologia – esquema para uma fundamentação antropológica da universalidade da arte” in: *A razão do poema*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 285.

⁴¹⁹ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: reflexões e memórias”. Op. Cit., p. 24

⁴²⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 23-24

⁴²¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 24

⁴²² MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 15.

⁴²³ Por exemplo, no livro *Morfologia do Macunaíma*.

Bosi encontra em Candido um espírito aberto às novas propostas vindas dos EUA e Europa. A *Formação da literatura brasileira* assinala a condição de analisar as obras literárias a partir do ponto em que estas se fizeram no sistema literário brasileiro – e não custa repetir, na vigência entre público x obra x autor – portanto parte da condição histórica e da produção simbólica. No fundo da obra há o dado motivador, de raiz lukacsiana, na idéia de que se encontra fincada à forma os elementos endógenos e exógenos à obra literária⁴²⁴. Porém, isso não exime Antonio Candido de, no exame das obras singulares e precisamente pela sua autonomia, contemplar também nexos necessários pela via do *New Criticism*.

Outra referência importante, tanto política quanto metodológica para Bosi, nesses tempos, foi a obra vigorosa de Florestan Fernandes. Na força dos movimentos críticos, a USP se comporta como baluarte do historicismo, como ele mesmo dirá, a Universidade de São Paulo tinha uma tradição historicista muito forte, sociológica, dada a escola sociológica de São Paulo, via Florestan Fernandes. Antonio Candido já era uma pessoa com prestígio, que cresceu mais ainda depois disso.

A esses elementos, caberia ainda elencar um outro tipo de crítica, anti-hegemônica em certo sentido, de críticos de matizes completamente diferentes daquela voga francesa tão forte no Brasil dos anos 60/70, isto é, aqueles críticos emigrados da Europa, como Otto Maria Carpeaux, Anatol Rosenfeld e Paulo Rónai, como dissemos. Para Bosi, esses intelectuais desprovincianizaram o mercado de letras no Brasil, eles acabaram tornando-se referências especulares em um meio tão repetitivo das vogas francesas como foi nosso caso. Em depoimento a uma reportagem em memória desses homens de cultura na Revista *Veja*, intitulada “Heróis civilizadores”, em 9 de dezembro de 1992, Bosi diria: “éramos francófilos e a partir da chegada desses três intelectuais houve uma abertura do Brasil para o pensamento da Europa Central”⁴²⁵, esse descentramento, uma espécie de internacionalização do gosto, a partir da experiência brasileira, permitiu que a cultura brasileira acessasse as pesquisas e os modos de conceber tanto da crítica literária quanto da literatura de modos diversos dos centros da moda, o caso de Paris é paradigmático nesse sentido.

⁴²⁴ LIMA, Luiz Costa. “Concepção de história literária na *Formação*” in: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: 1991, p. 153

⁴²⁵ Revista *Veja*, sem identificação de autor, ed. 1265, 09/12/1992, p. 118. O tema da reportagem era a morte de Paulo Rónai, o nosso “último intelectual da diápora centro-europeia”, como dizia a chamada da reportagem.

A USP era, segundo Bosi, àquela altura, em oposição à PUC-SP, por exemplo, um “centro irradiador da teoria literária”⁴²⁶, era o local da precaução, ou da resistência, contra a virada neoforalista. Candido seria o mestre dessa geração, cujas análises seriam modelos, sua crítica era entendida como uma “aventura da personalidade”⁴²⁷. Bosi ainda entenderia ser parte de sua perspectiva analítica a luta em aprofundar “Palavra e História, Palavra e Sujeito”⁴²⁸. De fato, visto de longe, como fazemos, os termos soam algo beligerantes, mas, de fato, era uma disputa, no campo intelectual, é verdade, ainda assim, uma disputa.

Embora houvesse por parte da Universidade de São Paulo certa procura por uma teoria que vinculasse eficazmente indivíduo e sociedade, fulcro da pesquisa de Bosi nesta época, a perspectiva hegeliano-marxista, forte ali, vai, pelos idos dos anos 70, perdendo vigor e sendo gradativamente repensada em termos “pós-modernos”, como foi conflagrada por Derrida, Lyotard, Foucault, ídolos de muita gente desde então, e adotado por diversas universidades brasileiras. Há alguns fatores históricos que podem explicar também a permanência de Bosi nos âmbitos do hegelianismo-marxismo: eram os tempos de ferina resistência política à ditadura. Basta lembrar que ainda em 1968 a USP sofreria ataques violentíssimos, bombardeada que foi em 3 de outubro daquele ano: “com sua destruição, foi preciso contemplar o desmoronamento de um conjunto de idéias, encarnadas numa instituição de ensino e pesquisa”⁴²⁹ conta, não sem pesar, Walnice Nogueira Galvão. Pouco tempo depois – três meses para ser exato – o AI-5 seria instituído, causando perplexidade na comunidade intelectual do país. Um “instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução”⁴³⁰, como a ele se refere o historiador Boris Fausto.

Nesse sentido, tratava-se também de um ato político permanecer fiel àquelas diretrizes já vistas como “força resistente” dentro da teoria literária. Mas o clima cultural ajudava. É o que conta também Roberto Schwarz: “a presença da esquerda não foi liquidada naquela data [1964], e mais, de lá para cá não parou de crescer,”. Ele dirá ainda no mesmo texto que as livrarias e a produção intelectual da época eram ocupadas em boa parte, pelas idéias da esquerda, “cheias de marxismo”, apostava-se nas

⁴²⁶ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: reflexões e memórias”. Op. Cit., p. 32.

⁴²⁷ Citado por Luiz Costa Lima in: “Concepção de história literária na *Formação*”. Op. Cit., p. 154.

⁴²⁸ BOSI, Alfredo. Op. Cit., p. 32

⁴²⁹ GALVÃO, Walnice, *As musas sob assédio*. São Paulo: Senac Nacional, 2005, p. 25.

⁴³⁰ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, p. 265

“proclamações do clero avançado”⁴³¹. Luis Mir em *Partido de Deus: fé, poder e política*, livro de 2007, traça um perfil bastante contundente e preciso desse período, e menciona os caminhos perfilados por alguns daqueles intelectuais no rumo de uma ação política mais efetiva e incisiva. Em torno do Cebrap, prolífico centro interdisciplinar de estudos, criado em 1969, parte dessa intelectualidade passa a agir, encaminhando o debate no país.

Tudo isso não impedia que existissem interesses outros no campo da teoria literária, como descreveu o mesmo Schwarz, “sem alarde e com resultados admiráveis, cada um a seu modo, Augusto Meyer, Anatol Rosenfeld e Antonio Candido praticavam o *close reading* havia algum tempo. Na mesma época, Afrânio Coutinho *fazia* uma ruidosa campanha pelo *New Criticism*, ao passo que os concretistas proclamavam a sua ‘responsabilidade integral perante a linguagem’”⁴³². Bosi nunca perdeu essa dimensão das coisas, a dimensão que a literatura possui, ou, com mais contundência, ela vige “esse aspecto transitivo” em que “ela vai para a sociedade”, como Bosi dirá no clássico programa televisivo *Roda Viva*. O hegeliano-marxismo que Bosi vê resgatado no texto, nos idos de sua formação, de base gramsciana, indicava já o seu tráfego pela literatura italiana, que o faz compreender o incessante movimento da subjetividade que vê a sociedade de uma “perspectiva individual”, e, “por isso é que os estilos são tão diferentes”.

Dentro do “pluralismo de visadas, que o vale-tudo do consumo cultural favorece e multiplica”⁴³³, o crítico colhe os dados que melhor lhe convier, mas a condição ideal é que não se exima de relacionar dialeticamente os dois parâmetros componentes da criação literária, o pessoal e o social. Na parte final do texto, ressoa certo desapontamento do crítico quando pensa a literatura (e a crítica) “pós-modernos”. Isso fica claro quando, segundo ele, “descarta-se com uma penada a função semi-universalizante e mediadora, da palavra literária e das redes culturais, tudo em favor da gestualidade selvagem da voz ou da letra”⁴³⁴. Diluída neste conceito, a literatura perde

⁴³¹ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política 1964-1969” in: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 62.

⁴³² SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx” in: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 91-92.

⁴³³ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: reflexões e memórias”. *Op. Cit.*, p. 39.

⁴³⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 40.

sua eficácia social e histórica e fica submetida a uma proposta de “minimização” e a uma redução de sua função à de tão somente fazer parte da “memória coletiva”⁴³⁵.

Segundo a maioria desses autores, o “especificamente literário” é, de certa forma, esquecido pelo “culturalismo”, que passa a tratar como “*expressão, reflexo, sintoma*, e perde sua função de crítica do real e proposta indireta [porque estética e mediadora] de alternativa para o mesmo”⁴³⁶. O foco de Bosi está exatamente na tentação a-histórica a que os estudos pós-modernos interpretam o tempo presente, por uma perda de perspectiva histórica e pelo fato de que a crítica literária pudesse cair em um “imprudente biografismo e auto-complacência sem medida”⁴³⁷. Perrone-Moisés vê, além disso, um índice de rebaixamento da formação intelectual do aluno de letras: da “especialidade”, os pesquisadores passariam a um “ecletismo destituído de qualquer rigor na formação (...) e na formulação de conceitos e juízos”⁴³⁸. Os riscos: a “dispensa de qualquer competência ou formação” e ainda o “desprezo pela tradição e pela alta cultura”⁴³⁹. Perrone-Moisés afere, algo violentamente, que há, por essa perspectiva analítica, certo “ecletismo cínico”, o “qualquer coisa”, o “relaxamento”, o “multiculturalismo como mercadoria turística e cultural”⁴⁴⁰. Os termos beligerantes se multiplicam.

Para Bosi, dado o caos contemporâneo, há que se perguntar pelo sentido de tudo isso. Daí seu convite, algo irônico para, junto com Espinosa, “não rir, nem chorar, mas compreender”⁴⁴¹. Cabem aqui ainda, mais alguns pontos referentes ao que estamos

⁴³⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Inútil poesia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 336.

⁴³⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 337 (grifos meus).

⁴³⁷ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: reflexões e memórias”. Op. Cit., p. 40

⁴³⁸ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Inútil poesia*. Op. Cit., p. 337.

⁴³⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 342.

⁴⁴⁰ Citado por Perrone-Moisés, *Id.*, *Ibid.*, p. 342-343. Em texto recente, em que avalia a literatura contemporânea no Brasil, Walnice Nogueira Galvão adverte que a literatura moderna brasileira, a par dessas formulações de mercado, acabou engendrando uma ficção que aderiu em parte a essas formulações: “qualquer olhar sobre a ficção contemporânea é logo de saída atravancado pela avalanche da produção e pela lógica de mercado, que finalmente impôs o modelo de best seller” in: *O Estado de São Paulo*, (Sabático), p. S4. O diagnóstico é sombrio, mas a pesquisadora aponta gestos de resistência em Francisco Dantas, João Ubaldo Ribeiro e Antonio Torres, por exemplo. Bosi me prognosticava que Francisco Dantas seria, provavelmente, autor cuja ficção se sobressairia das demais, tendo já publicado três romances que poderiam ser colocados entre os clássicos mais recentes em nosso idioma. Um dos modos de ler parte dessa literatura, repisado pela pesquisadora, e desde a década de 70 já expressa igualmente pelo texto de Bosi (Cf. “Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo”), diz respeito ao modo de conceber a ficção a partir de pólos violentos de expressão.

⁴⁴¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 42

discutindo. Deixo, porém, suas considerações mais pormenorizadas a esse respeito no capítulo final da tese.

A prática da teoria historicista.

Ao longo do texto anterior, discutimos o modo como Alfredo Bosi desenvolve seu projeto hermenêutico. Ao focar insistentemente no conceito de uma literatura viva e atuante no mundo da cultura – ente posto entre o homem e sua memória, homem e sociedade – Bosi reelabora uma dinâmica hermenêutica que possibilita por em evidência as capacidades “miméticas ou fortemente expressivas” das palavras “densas até o limite da opacidade”⁴⁴².

Repiso que a visada aí instituída vai de encontro às principais preocupações de um crítico dialético, ou seja: sua estrita relação com o campo propriamente estético e sua configuração ancorada no solo histórico. Isso Bosi já indica em muitos textos, mas em “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões” isso se evidenciou mais claramente.

Em que pesem as atuantes críticas dialéticas no Brasil, vivas desde as experiências de Carpeaux e Antonio Candido, a retomada neoformalista, a que se referiu, constituía-se numa versão bem desenvolvida da linguística, que encontrou em especialistas de outras áreas um vasto campo de aplicação. “A teoria literária do ecúmeno ficou literalmente tomada pela obsessão de descobrir, recortar e classificar as estruturas linguísticas e retóricas de todos os textos jamais produzidos pelo *homo loquens*”⁴⁴³. A ambição totalizante do estruturalismo levou teóricos de várias comarcas a elaborar suas respectivas disciplinas a partir do exemplo da linguística. É a pregnância universalizante que observa Merquior: “as estruturas do estruturalismo são geralmente classificadas de acordo com um modelo, uma estrutura mestra básica, vigente em qualquer área da vida social”⁴⁴⁴.

Logo se vê que essa perspectiva teórico-metodológica apaga de suas instâncias o que considera como *vício*, como a preocupação de contextualizar, típica do historicismo, na medida em que a componente “estrutura” é pensada desde o início como trans-histórica. Ela deve comportar, segundo o mesmo Merquior, duas condições mínimas:

⁴⁴² CI: 461.

⁴⁴³ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões” in: Op. Cit., p. 24.

⁴⁴⁴ MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris*. Op. Cit., p. 19.

“a) Deve ser formal e transformacional, em vez de apenas uma metáfora empírica de construção ou organismos”. E, completa o estudioso, “b) deve estar localizad[a] no nível ‘adequado’ do conjunto social”⁴⁴⁵.

Segundo Bosi, essas medidas parecem insuficientes para a caracterização mais exata do todo cultural contido na obra de arte literária. *Grosso modo*, a literatura do final da década de 60 e ao longo da de 70, exprimia-se sob dois pólos: de um lado, mediada pelo “processo modernizador do capitalismo”, afirma Bosi em “Situações e formas do conto brasileiro contemporâneo”, texto de setembro de 1974; assim, “tende[se] a pôr de parte o puro regional, e faz estalarem as sínteses acabadas (...) do neo-realismo, que vão sendo substituídas por modos fragmentários e violentos de expressão”⁴⁴⁶. O outro pólo configura-se pela “ficção introspectiva, cujos arrimos foram sempre a memória e a auto-análise”⁴⁴⁷.

Bosi está mencionando a situação do conto, que, com as devidas cautelas, pode ser generalizada para o romance. Como então a crítica da época, impactada que estava pelo viés cientificista do estruturalismo, responde a essa literatura que dava, a seu modo, uma resposta contingente ao veio brutalizante do capital? Ainda mais se pensada no ponto de convergência com a fortíssima repressão da época, desde 1968, intensificada

⁴⁴⁵ *Id., Ibid.*, p. 22.

⁴⁴⁶ BOSI, Alfredo. “Formas e Situações do Conto Brasileiro Contemporâneo” in: ____ (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 21. Estudando justamente esse período, Walnice Nogueira Galvão explica a mudança de foque com base na expressão “pós-modernismo”. Diz ela: “O pós-modernismo, decretando que vale tudo, deu ênfase à intertextualidade, à paródia, ao pastiche e à citação, além de exaltar o fragmentado e o inconcluso, o abandono da voz autoral e a tão propalada morte do sujeito” in: *As musas sob assédio*. Op. Cit., p. 9. Pensada como espécie de “síndrome da prisão”, Flora Süssekind assim se posiciona: “E o que caracteriza essa síndrome? Como é frequente nas celas das prisões, ora gritos de rebeldia, como os da ‘arte de protesto’; ora sussurros medrosos, como nas alusões e parábolas. Ora a tentativa quase sempre difícil de estabelecer contato com o maior número possível de ‘prisioneiros’, mesmo que para isso se tivessem que ressuscitar naturalismos e dicções oratórias; ora o auto-centramento, que nem sempre é sinônimo de qualidade literária, a ‘solitária’, uma literatura de mão única cujo trajeto obrigatório é pelo próprio ego. Estas as duas trilhas que, de certa maneira, aprisionam a literatura brasileira dos anos 70 e do início de 80: de um lado o naturalismo evidente nos romances-reportagem ou disfarçado das parábolas e narrativas fantásticas; de outro, a ‘literatura do eu’ dos depoimentos, das mentiras, da poesia biográfico-geracional” in: *Literatura e vida social – polêmicas, diários e retratos*. Belo Horizonte: Edufm, 2004, p. 71-72. São, todas elas, visões que exprimem o conceito de negatividade, não no sentido hegeliano do termo, mas nos termos de uma literatura já datada, que perdeu interesse e força.

⁴⁴⁷ *Id., Ibid.*, p. 22.

ao ponto do limite. A crítica dialética segue seu rumo, ora lidando com os impasses da ficção, ora teorizando sobre sua validade em relação aos demais modelos críticos⁴⁴⁸.

⁴⁴⁸ Cf. Martins, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, v. 2, p. 786-791.

2.2 - Dos autores lidos pela crítica de Bosi.

Introdução.

Feitas essas considerações, analisamos a crítica bosiana, desta vez, tomando como referência alguns autores lidos por Bosi em diferentes momentos. Excluídos os autores italianos, que, como vimos, constituem o tema de suas duas teses, Bosi deter-se-á em um número expressivo de autores brasileiros. Para efeito de pura contagem, consulte-se o índice de autores que foram objeto de sua pena e logo se perceberá que a gama é ampla. Por isso, lendo alguns poucos, poderemos perceber como o autor se movimenta: *do método para a obra*, objeto do texto anterior, e das *obras para o método*, estudado aqui.

Há alguns autores de sua predileção cuja leitura Bosi retomará sintomaticamente algumas vezes, como por exemplo, Machado de Assis e Graciliano Ramos – aos quais, junto a outros pesquisadores, Bosi produzirá duas amplas antologias e estudos –, bem como o Pe. Antonio Vieira e Cruz e Sousa, ambos, enfim, paradigmáticos de seu modo de leitura.

Como disse Leyla Perrone-Moisés, como função mediadora, de algum modo, portanto, universalizadora, a etimologia da palavra “crítica” implica julgamento⁴⁴⁹. Por isso, o crítico, na perspectiva que lemos em Bosi, não se exime de emitir juízo e perceber na obra as contradições que enformam a escrita e os desvãos que ela incorpora (é próprio, aliás, que a obra contemple ideologias e contraideologias). Isto só pode ser sentido se o crítico tem em mente o imperativo da tradição e da história, se tem em medida as produções já feitas e, a partir delas, puder conferir seus valores como aderentes da *espécie singularizada que a obra é*.

Hoje em dia, em muitos casos, o jornalista, ou o crítico, ao resenhar uma obra, apreciando-a, informa ao leitor tão somente que ele, de algum modo, gostou dela. O *bom* crítico avaliaria o resultado à luz de uma tradição que existe, que comparece na história daquela *forma poética*, no sentido lato do termo, de modo que, radicalizando essa premissa, consegue enxergar na obra as ideias em conflito, vê seu conceito por dentro. A chave, portanto, não está na ordem do “gosto” ou do “não gosto”, mas de dizer quais procedimentos técnicos implicam uma renovação naquela obra, de modo a mostrar quais conquistas foram, ali, apresentadas no modo de horizontalizar uma

⁴⁴⁹ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 9.

história. A forma poética, dirá Bosi, é uma conquista que passa pela tradição, pela imaginação do autor, contamina-se, singularmente, dos golpes do mundo e da consciência; no termo de Bakhtin, ela é “impura”. A *forma* é expressiva, plural e é também trabalho *consciente* e *pathos*, e só faz algum sentido falar em inovação, em literatura, se o parâmetro é funcional dentro de uma *história* que se faz presente na raiz do lido. Em vista também de uma *radicalidade* que o autor poderá empregar na sua obra. A arte *conhece, forma e exprime*, dirá Bosi na mesma chave interpretativa. Embora tenhamos nos adiantado, esse diálogo se fazia necessário agora, em vista de uma tomada de posição igualmente importante, e de algumas consequências que se sentirão à frente.

Alguns textos seus já aludem ao que será seu próprio processo de escolha. É o que lemos na entrevista de Bosi em 1988. Bosi dirá que na adolescência “tinha certas preferências por obras que aprofundavam temas existenciais à luz de uma perspectiva religiosa”⁴⁵⁰. Mas essa preferência não pode ser, obviamente, radicalizada, pois muitos autores que ele analisa não têm esse pendor, e de certa forma até ignoram essa preferência do crítico (dos quais destacamos três exemplos). Para evitar erros, basta que se vá aos autores mesmos.

Quando organizou *Leitura de poesia*, Bosi, em nota, explicara os critérios que guiaram o projeto do livro. Aos autores da antologia crítica, pediu que “escolhessem livremente tanto os poemas a serem estudados, quanto os métodos de análise literária”⁴⁵¹. A proposta, simples, segundo o organizador, era dar uma amostra do que se vinha fazendo na universidade. Observe-se que a maioria dos autores é oriunda ou teve seu centro formador na USP. Os outros dois critérios (crítico-valorativos e pedagógicos) vão de encontro às necessidades do ensino de análise literária.

Portanto, o critério valorativo preside a escolha, na medida em que, à luz do que disse Wellek, “o próprio material da história literária deve ser escolhido com base em valores (...) a história não pode divorciar-se da crítica e crítica significa uma referência constante a um sistema de valores, que é necessariamente a do historiador”⁴⁵².

Obviamente, ao privilegiar alguns autores e preterir outros, o crítico já está postulando uma tabela imaginária onde as obras se situam umas com relação às outras.

⁴⁵⁰ CI: 102.

⁴⁵¹ CI: 49.

⁴⁵² Wellek, Apud, Leyla Perrone-Moisés em *Altas literaturas*. Op. Cit., p. 20.

Dentre nossos simbolistas, por exemplo, é consenso ser Cruz e Sousa, tanto histórica quanto esteticamente, o mais importante. Quem analisa a obra de Bosi não poderá prescindir desse critério, mais fortemente lido, é verdade, na sua historiografia. Trafegamos por terreno pantanoso, que pode gerar inúmeras digressões, do politicamente correto a outras mais. Mas nos eximiremos agora de mais detalhes. Passemos aos autores. Antes disso, porém, carece nuclear as propostas de Bosi em torno da presença que o ensaio tem em sua formulação crítica e o lugar que propõe, na sua transitividade.

O espaço do ensaio.

Para empenhar-se no lance da escrita, Bosi serve-se do ensaio de forma a nuclear suas perspectivas e ideias em um todo coerente e preciso naquilo a que se propõe expor. O lugar do ensaio, nesse sentido, é o espaço da participação e da resistência, é o lugar da movimentação dialética e de uma esquivia, mas motivada, contundência criativa, que correlaciona os dados imersos na personalidade analisada, engendrando-a em um todo que persegue as ideias em uma cadeia sensual, afetiva e cordial de inteligibilidade.

A pensar em um dos textos seminais acerca do ensaio no Brasil, escrito por Alexandre Eulálio e publicado em 1989, certamente o ensaio bosiano poderá ser entendido dentro de certa tradição *moderna* brasileira que entende o ensaio como renovação e entendimento da prosa sobre literatura, que encampa, nesse aspecto, um grande movimento de entendimento do literário como cultura. A tradição desse tipo de ensaísmo advém desde Hipólito da Costa, quando enfatizava o valor totalizante da cultura, e transitava por “diversas áreas do conhecimento”. É sabido, no entanto, que pouca escola fez esse ensaísmo até a entrada da modernidade, quando, havidas inúmeras “denúncias” de beletismo, o ensaio foi encarado como parcela de contribuição entre os *fait divers* da cultura e a escrita inteligente, lógica, da ciência. Assim, Alexandre Eulálio destaca que o ensaísmo moderno, saído dessa ceara *aproximativa*, desde o Modernismo, “encerra a maioria das obras fundamentais da nossa cultura”⁴⁵³. No mesmo sentido aponta Célia Pedrosa: “articulando as tendências à polêmica e à análise, o ensaio não só caracterizou a geração que precedeu e influenciou diretamente a de Candido, mas também serviu como elo de continuidade e atualização das anteriores, desde Sílvio

⁴⁵³ EULÁLIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil” in: *Escritos*. São Paulo: Edunicamp / Edunesp, 1992, p. 67.

Romero⁴⁵⁴. A escolha do ensaio como forma de expressão dessa intelectualidade, portanto, ainda segundo Pedrosa, dá-se no sentido de ele acumular “diferentes tipos de reflexão”.

O aporte moderno da literatura, sobretudo, impõe ao intérprete que se conecte com a realidade imposta por outro tipo de visão literária, onde haja a comutação não apenas do fato literário em si mesmo, mas da cultura, pensando-se aí em um amálgama horizontal onde circula a vida toda. Comenta Dirce Côrtes Riedel: “as grandes obras questionam os problemas universais, a unidade nuclear da sua composição é a garantia da sua permanência, nos limites da perspectiva cultural e histórica que ela impõe ao intérprete”⁴⁵⁵. É interessante perceber que os objetos escolhidos sejam referenciados, em sua maioria, pela forma ensaio, justamente porque ele condiciona o nexos entre expressão e conceito, entre subjetividade e abstração.

O ideal de Bosi é atingir o resultado proferido por um raciocínio límpido, desde que venha associado ao tom de uma conversa coloquial em profundidade. Há, portanto, na escolha da forma “ensaio” uma alternativa interpretativa que perspectiva o Eu leitor ao Objeto distante, por isso, ambos recaem em um abismo insofismável de unidade. Essa via simbólica, por assim dizer, indica o húmus fecundo do objeto, para dizer com Adorno: “a pletora de significados encapsulada em cada fenômeno espiritual exige de seu receptor, para se desvelar, justamente aquela espontaneidade da fantasia subjetiva que é condenada em nome da disciplina objetiva”⁴⁵⁶. Enquanto forma, o ensaio dirige-se à consciência de modo disciplinar, dirigido, como o olhar, de que tanto Bosi costuma indagar seus leitores, mediando tal como um “correlato objetivo” *da* poesia, isto é, paralelo a ela, ao invés de *na* poesia, dentro dela.

O ensaio de Bosi transita entre conceito e subjetividade, entre ciência e poesia. Essas instâncias estão, na sociedade administrada, deslocadas e insidiosamente separadas umas das outras, mas se encontram *aqui* para que a crítica da ideologia seja suficiente. O mesmo Adorno diria que o ensaio “reflete o que é amado e odiado, em vez de conceber o espírito como uma criação a partir do nada, segundo o modelo de uma

⁴⁵⁴ PEDROSA, Célia. No capítulo “O pensamento que se ensaia” in: *A palavra empenhada*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 163.

⁴⁵⁵ RIEDEL, Dirce Côrtes. “Interpretação de interpretações e outras interpretações” in: _____. (Org.). *A interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 188.

⁴⁵⁶ ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma” in: *Notas de literatura I*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2003, p. 17-18.

irrestrita moral do trabalho”⁴⁵⁷. Porque se coloca, Bosi sabe que o “ensaio é crítica da ideologia”, “pois quem critica precisa necessariamente experimentar, precisa criar condições sob as quais um objeto pode tornar-se novamente visível, de um modo diferente do que é pensado por um autor”⁴⁵⁸. Esta forma é “a realidade nos escritos do crítico, ela é a voz com a qual ele faz suas perguntas à vida”⁴⁵⁹, dirá ainda Lukács com quem Adorno disputa intelectualmente acerca deste tema.

Quem lhe frequenta o ensaio arrisca-se a enredar-se nesse movimento que acompanha um fluxo de consciência perseguindo outro fluxo, em um trânsito de afeição e memória. Precisamente por razão de seus objetos eleitos é que Bosi move as frases do texto como estrangidos a medrar a carreira dessa busca por consciências, daí que procure conciliá-las mediante o dispositivo da compreensão e da aderência a pontos de vista, que distam ora proximamente, ora distanciadamente, em um movimento real de perspectiva que move o olhar em deferência e respeito pelo objeto amado.

O olhar, tema constante em muitos de seus textos, ora como embasando e movendo os nexos aflitivos da resposta auscultada, ora como texto teórico em particular profusão e contentamento intencional, será objeto de uma resenha do Autor, na *Folha de São Paulo*, publicada em 12 de dezembro de 1998, que contempla justamente a disciplina do olhar, *por contágio*, em dois grandes poetas na história da arte. Um deles, Leonardo da Vinci, deu continuidade à ruptura com as tradições pictóricas anteriores, concebendo a pintura como a mais sublime arte dentre todas as outras, e que se assume, no âmbito do pensamento bosiano, como *ciência da visão*⁴⁶⁰. Para outro artista da visão da mente – agora da poesia, Paul Valéry, mais afeito às formas plásticas, mas não como manejo pictórico, e sim, como contemplação e poesia – esse movimento de tensão criativa torna, mutuamente, amador e objeto amado, em um verdadeiro amálgama.

É de um olhar que se trata, trata-se também de “uma totalidade [que] é dada, originária: cab[endo] ao fenomenólogo descrever os seus perfis em uma prosa dúctil feita de imagens e sentimento e, nesse sentido, afim ao trabalho estético”⁴⁶¹. São

⁴⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 16-17.

⁴⁵⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 38.

⁴⁵⁹ LUKÁCS, Georg. “Sobre a essência e a forma do ensaio, uma carta a Leo Popper”, in: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2008/Textos/essenciaFormaEnsaio.htm (consulta: 05/12/2012).

⁴⁶⁰ RA: 35.

⁴⁶¹ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar” in: NOVAES, Adauto (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 82.

precisamente quatro vetores resultantes da obra de Simone Weil que Bosi detalhará nesse texto, indicando o trabalho da paciente construção do conceito, que, se devidamente observados, podem servir de preparação e trabalho para a compreensão de sua própria prosa ensaística: a *perseverança*, o *despojamento*, o *trabalho* e a *contradição*. Esses expressivos meios são elevados à categoria de método na construção do texto, explorando o objeto amado no seu sentido, tal que é conduzido pela empatia.

O texto de Valéry, *Introdução ao método de Leonardo da Vinci*, analisado por Bosi, foi publicado pelas edições Gallimard em 1919. Todos conhecem a preferência pelo rigor com que Valéry cingiu sua poesia, dando a ela uma austeridade quase geométrica, à semelhança do que faria, depois dele, o geômetra João Cabral de Melo Neto. Este livro conta então participação nessa confluência premonitória dos leitores de Valéry, e funciona como verdadeiro programa de leitura da própria concepção de poesia, torna-se, por isso mesmo, uma *poética*, termo, talvez, em desuso na modernidade.

Nesse aspecto, espreado-se as concepções ali esboçadas, a resenha funciona como simulacro (no sentido de representação e semelhança) de experiências tanto para Valéry, quanto para Bosi, que condiciona a narrativa em um fundo muito preciso de *impressões*, de *admirações* e de *entusiasmos* frente ao objeto analisado. Daí o título nem um pouco obscuro de “A disciplina do olhar”, deduzido das considerações que se faziam ali na messe do texto. Lendo Valéry, Bosi se entremostra, demonstrando – pelo objeto da sedução, que são os textos de Da Vinci-Valéry, de Valéry-Da Vinci, como se poderia deduzir – seu próprio método e geometria.

O aspecto que primeiro flui dessa confluência de visadas é que, pelo contágio, “é o ensaísta que constroi o objeto do seu ensaio”⁴⁶². Fazendo-se, o ensaísta enxerga e carrega o seu objeto de afeição e corralidade, em um todo que é parte do próprio mundo por onde enxerga as coisas. O objeto construído, fulcro do que se vai escrever, adere a um lance de perspectivas que, ora retrai o olhar, para melhor compreender o todo que se vai ver; ora, aproxima-o dele, para melhor precisar os aspectos que se vão nuançar na leitura.

A História participa como parte dessa visada larga, *perspectivada*, sem a qual, os passos se dão em falso. A história é uma garantia a mais de que o olhar se encaminhará

⁴⁶² BOSI, Alfredo. “Uma disciplina do olhar” in: *Folha de São Paulo*, Jornal de resenhas, 12 de dezembro de 1998, p. 10.

na proporção das coisas. A história antecipa os anúncios, a “polifonia do tempo social”, “do tempo *corporal*, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos”, como dela disse o mesmo Bosi, em 1992⁴⁶³. O tempo é a matéria do conceito, desprovincializa o olhar do horizonte especular, dimensionando a posição dos objetos, a sua superfície e a sua porosidade, sua corporeidade também, que só uma visada larga é capaz de captar.

O movimento de aproximação se dá na confluência radical de uma atenção particular a aspectos identificados nessa messe diversa que se controla na vida desse objeto. A superfície ampla, mas particularizada pela visão, agora delineada pela história, pouco a pouco se configura ao olhar como um interesse próprio, subjetivo e substantivo do ensaísta. É ele quem constroi seu objeto, é ele quem objetiva os aspectos anunciados pela visão e pela razoabilidade que a perspectiva almeja alcançar.

Dando vazão ao alvo de Valéry, Bosi diria que o objeto almejado não deve ser nuançado senão pela visão do analista, posto o momento horizontal de visão inicial abarcado pelo observador. Trata-se de um movimento feito no clarão do dia, quando o sol deita-se nas lombadas dos livros da biblioteca, e nas lides da escuridão dela. Diz-se que a luz do sol é o melhor momento para se enxergar as coisas na sua real e verdadeira dimensão, pois que luz horizontal, “natural”, no sentido fotográfico aqui auscultado, ela “coloca[] o espectador em um ‘estado que se assemelha’ ao de sua experiência primordial das cores e da luz”⁴⁶⁴. Mais diria o mesmo Bosi, ainda mesmo em 1992: “livremo-nos do pesadelo e, *em plena vigília da manhã*, vamos eleger o que nos interessa da história”⁴⁶⁵.

A esse respeito e ainda acerca do percurso de Valéry, diria Bosi que ele “já se revelava, nestes seus primeiros escritos, refratário àquele hábito intelectual que o nosso irreverente José Paulo Paes chamava ‘obnubilação bibliográfica’, que o vezo tedioso de só enxergar o seu objeto através das lentes de outros leitores”⁴⁶⁶. Afinal de contas, o objeto deve ser erigido a partir da visada do próprio intérprete, ainda que assente em lides perspectivadas de outros olhos.

⁴⁶³ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos” in: NOVAES, Adalto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 19.

⁴⁶⁴ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. São Paulo: Papirus, 1996, p. 100.

⁴⁶⁵ DOSSIÊ “Universidade e culturas brasileiras”, *O Estado de São Paulo*, 26 de dezembro de 1992, p. 1 (grifos meus).

⁴⁶⁶ BOSI, “Uma disciplina do olhar”. Op. Cit., p. 10.

Contrariamente a isso, porém, o cotejo de fontes, a nuançada questão que se pronuncia no fundamento da criação do estilo, bem como na *performance* propriamente ditas, são, cada um deles, momentos decisivos em que o ensaísta pronuncia sua verdade. O que se anuncia com essa grandeza de perspectiva é, junto com o artista, certo “elogio vibrante que o artista fazia da imagem e, portanto, da visão como caminho por excelência do conhecimento”⁴⁶⁷. Daí que essa condição se resvale no caldo por onde haja um esforço contemplador de descoberta, de efusão, de domínio e de renovo que dali se depreende radicalmente. Tal é o sentido pronunciado pelo ensaísmo de Bosi que poderíamos sublinhar as palavras de João Alexandre Barbosa, afetuosamente dedicadas a Antonio Candido. O ensaio sabe “*ler a contradição por sob afirmações mais evidentes*”, “valoriza[] elementos aparentemente dispersos, configura[] numa página o sentido oculto de uma descoberta”. O ensaio ainda representa o movimento e o “empenho de uma personalidade que se esboça através do ato de escrever”. precisamente o sentido de serem evidenciados uma subjetividade empenhada na leitura da obra de arte literária. Por isso, adverte ainda Barbosa, “*não se escreve ensaio sobre aquilo que não preocupa sob a forma de matéria viva, operante, capaz de germinar ideias, exigir elucidações*”⁴⁶⁸.

O leitor de Bosi certamente há de reconhecer, no seu esforço, como dissemos, a perseguição pelo que é real, e pelo que está por trás desse real, tanto que seu método, ao iniciar alguns textos já famosos, em muito semelha ao proferido pelos mestres da estilística, como Leo Spitzer ou Curtius. Por isso, ausculta na sua *axis*, o sentido das palavras, *radicalmente*, na suma de enquadrá-las pelo sentido primaz ou histórico, compreendendo sua participação e contaminação posterior no instante da análise.

O estado dos problemas, tal como expressado pela perspectiva que se anuncia, em muitos casos, amolece o rígido edifício pelo qual aquela questão até ali se compõe, já que está medrada por inúmeras leituras, de modo que a luz dali advinda vise a solucionar e dar uma noção de totalização e completude para o que se lê. O ocaso não se anuncia antes que o olhar admire a solução sofrida, conjuntamente, pelo arrebatamento e também pelo desvelo. “Uma obra de arte deveria sempre nos ensinar que nós não tínhamos visto o que vemos”, afirma Bosi à altura final da resenha, mostrando que o

⁴⁶⁷ *Id., Ibid.*

⁴⁶⁸ BARBOSA, João Alexandre. “Convite à controvérsia” in: *Opus 60*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 95 (grifos meus).

exercício se nuança vivazmente, firmemente, pois “trata-se de uma *renovada disciplina do olhar e pelo olhar*”. Parece que Bosi trafega, no ensaio, pela antítese do que própria e tradicionalmente se convencionou ensaio, ou seja, aquela perspectiva *fragmentária e aberta e condutora* das respostas propostas. Estaria pouco afeito, por isso mesmo, a uma perspectiva totalizante, em que os horizontes captaneados pelo discurso sobrevoam os lemes da conciliação e do diálogo, justamente aquilo que prefere o norte de Bosi.

O regresso à forma inicial dos problemas, em uma tentativa de imersão no objeto, como dissemos, atrai uma outra expectativa, *eventual*, como se pode ler, em outro ensaio em que cita o filósofo Carlo Diano, denunciando contágio daquilo que dizia com muita pertinácia, aliás, um dos mestres de Bosi, Erwin Panofsky:

Se certos problemas artísticos foram já de tal modo aprofundados que continuar a trabalhá-los, *imprimindo a mesma orientação* à acção e partindo das mesmas premissas, *pode revelar-se estéril*, então, é possível que se verifique um intenso *movimento de recuo*, melhor dito talvez, uma *mudança de direcção*. Essas mudanças, frequentemente associadas à passagem da ‘chefia’ em Arte para um outro país ou para um novo gênero, possibilitam a *criação de um edifício novo* surgido dos destroços do velho. Consegue-se isto através do abandono do que foi já realizado, ou seja, do retomar de modos de representação na aparência mais ‘primitivos’. As mudanças referidas preparam as bases de uma *ligação renovada a problemas mais antigos*, e isto, exactamente, *através do distanciamento em relação a esses problemas*⁴⁶⁹.

Em muitos ensaios, o movimento de ruína e construção é observado pelo olhar do leitor de Bosi, que acaba confluindo, junto com ele, na ruptura e concessão a valores entendidos na história. Por isso, o leitor se dará conta de que a História sempre será um leme para o qual vale a pena retornar, para o qual a nuance daquilo que se anuncia objetualmente, seja, de fato, percebido na sua concretude e atualidade. Para também, apreendendo o que no objeto se consubstanciou em um sentido de experiência, horizonte-se, de novo, no olhar atual do observador, em um espectro novo também de experiência. Nesse sentido, se o leitor acha que nossas palavras se esbarram por demais nos desvãos da abstração, uma consulta ao ensaio inicial do livro *Dialética da colonização* talvez realce melhor o que aqui se fala. Mas há outros que podem, igualmente, ser enquadrados nesse mesmo intento, tais como, “Narrativa e resistência”, ou “O enigma do olhar”, dentre muitos outros, que retornam ao movimento de empatia condutora da leitura, e, algumas vezes, da releitura.

⁴⁶⁹ PANOFSKY, Erwin. *A perspectiva como forma simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 47 (grifos meus).

A releitura se dá como parte daquela messe totalizante que o ensaio tenta perquirir e enquadrar. O objeto, pelas dimensões, sobeja ao olhar, mesmo que seja grande ou extensa a visada anterior. Há sentido em identificar um ponto fulcral que demande outras leituras, em outro dia, em que a retina não esteja cansada e premida pela força daquele momento inicial. Por isso, o retorno ao objeto de honra, na conflagração daquilo que se constitui, de novo, um objeto de predileção e de empatia. Em torno do que falamos, Bosi dirá que o retorno à História pronuncia adesões, ou demissões, voluntárias ou não, mas essas marcas não poderão deixar de iluminar os aspectos sentidos na messe interpretativa, recursiva e cíclica, tal o movimento do hermeneuta, para que deixe, justamente, as ilusões com que o objeto pôde se apresentar:

No entanto, o olhar cético não se impressionará com a riqueza do processo [Bosi refere-se ao processo histórico da colonização da América], pois é próprio do ceticismo desprezar solenemente as chamadas lições da História; e se deterá, de preferência, no jogo das ilusões com que a memória se enganaria ao exaltar um fato que não se teria dado sem o concurso de paixões de alguns poucos indivíduos⁴⁷⁰.

O ensaio é o espaço da erudição e da arte, não apenas da opinião. A erudição é bem-vinda quando embasada pela fortuna da história. Esse espaço de erudição, próprio do historiador, segundo as lições de Jacques Le Goff, é tal que, assim, seja “*necessário* ao historiador [que] revele essa outra forma de imaginação, a imaginação científica, que, pelo contrário, se manifesta pelo poder de *abstração*”. Ele conclui, a partir disso, seu comprometimento com uma tomada de posição filosófica, dado que, para ele, não há distinção entre “História” e “Filosofia da História”⁴⁷¹. O tempo, portanto, sempre se anuncia como novo tempo, ele está-se sempre perfazendo, em um eterno porvir de formas, não é estático, estará sempre em devir. Esse tempo, diz ainda Le Goff, sempre se “indaga”, sempre “se testemunha”. Dirá Bosi, em acerto com esta concepção: “*o diálogo com o passado torna-o presente. O pretérito passa a existir, de novo. Ouvir a voz do outro é caminhar para a constituição de uma subjetividade própria*”⁴⁷².

Sendo o espaço ideal para o exercício da erudição, aqueles mais afeitos à parcela de erudição do Autor poderão concretizar melhor a compreensão do movimento dialético lido pela pletora de citações e dedicação singular na apresentação dos argumentos. As citações são o espaço também de confronto com perspectivas opostas às

⁴⁷⁰ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 23 (grifos meus).

⁴⁷¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Edunicamp, 2003, p. 40ss (grifos do autor).

⁴⁷² BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 29 (grifos meus).

ali expostas. Dado que muitas vezes, puramente por uma questão de clareza expositiva, Bosi poupe seu leitor de possíveis efeitos deletérios na massa do texto *mesmo* de argumentos que não os seus, encontrará nas notas ao final do texto, ou ao pé da página, a paciência do conceito que se anuncia no tempo dedicado a compreender o fenômeno estudado, o olhar atento e a corralidade com as consciências lidas.

O movimento de imaginação não se rompe com a exatidão, nem muito menos com o rigor da leitura, é a perfeição do encontro do corpo percorrido pelo olhar. “A história é uma visão-pensamento do que aconteceu”, diz, lembrando como concebiam os gregos a visão⁴⁷³. O ensaio é, ele mesmo, “ato de in-tencionalidade”, completa ainda, lembrando com isso as formulações de Husserl, muitas das quais não se apartou sua crítica. O ensaio é forma, é expressão de um pensamento que se quer dialético e dialogal; é também método. Por ser método, recorta seu objeto da subjetividade que aclara as escolhas, percebendo-se, nesse vínculo, sua ligadura com a corporalidade, o olhar não está sozinho na produção do conhecimento: “o vínculo da percepção visual com os estímulos captados pelos outros sentidos *é um dos temas fundantes de uma fenomenologia do corpo*. O olhar não está isolado, *o olhar está enraizado na corporeidade, enquanto sensibilidade e enquanto motricidade*”⁴⁷⁴.

Quem quer que possa compreender a radicalidade dessa proposta verá que ela está intrinsecamente ligada às concepções de poesia e cultura que se esboçam inúmeras vezes em seus textos. Mesmo um livro como *Reflexões sobre a arte*, didático na sua concepção editorial, um tanto avesso a teorizações tão particulares como esta, insiste-se na ideia de que a arte se enfrenta na necessidade *corporal*, na necessidade *espiritual*, na necessidade da *matéria da memória*. A arte *faz*, mas também *conhece* e *exprime*⁴⁷⁵. Em outra leitura, mais atenta aos meandros consequentes da leitura paciente de que falamos, Bosi dirá: “*a verdade da arte é uma verdade de corpo e alma*”⁴⁷⁶. De fato, esta é uma das propostas mais radicais e, ao menos em potência, mais difíceis de contestar dentro da estética bosiana.

Oriunda de bases as mais diversas, esse construto filosófico aponta a inescapabilidade do corpo como matéria permanente na perspectiva do Autor, de tal forma, o localiza nas lides daquilo que é fundamental no fazer humano, do qual nada

⁴⁷³ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar”, Op. Cit., p. 65.

⁴⁷⁴ *Id., Ibid.*, p. 66 (grifos meus).

⁴⁷⁵ RA: 8.

⁴⁷⁶ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar”. Op. Cit., p. 75 (grifos meus).

escapa, muito menos a arte, que é uma *necessidade*, antes de tudo, como se viu. Sob o sintoma do corpo que sente, mas que pensa também, como se pôde ler em Maurice Merleau-Ponty, o corpo é cognitivo e sensitivo. Na citação acima lemos que a perspectiva do olhar não difere daquela lida no corpóreo; ambos, perspectiva e olhar e corpo, são, assim, lidos como possuindo igualmente teor *cognoscens*. O ensaio abre-se janelas para essa percepção que força o conhecimento para junto daquela intencionalidade pronunciada pela vontade. Sem querer ser matemático, mas apelando assim mesmo a uma vontade subjetiva de quantificação, diríamos que pelo menos 70% do que Bosi escreveu está confinado à forma do ensaio. Essa conta não se pretende, como ficou claro, algo mais do que apenas indicar a necessidade pronunciada pela forma com que Bosi dedica o anseio do saber na lide do que, na sua concepção, melhor exprime isso, que é o ensaio mesmo.

Para Bosi, trata-se de, via olhar, via perspectiva, objetivar o mundo do sujeito. É uma “dialética da lembrança” perquirida pela mente e pela vontade. “A doutrina da anamnese funda-se na possibilidade de uma visão mental que alcança os reinos do pretérito, vencendo, neste seu ato, os limites do presente, que é finito e mortal como todo tempo corpóreo”⁴⁷⁷. O registro da memória atinge os dados do ensaio de modo a contaminá-lo previamente de uma consciência fundante e intencionalizante, que pretende encontrar outra consciência na fluidez de sua palavra cordada, impressa ou não, *concreta*, nem por isso, menos *volúvel*. Sua dialética se pronuncia aqui de modo feliz.

Bosi mostra um aparente descarte de perspectiva em torno do olhar clássico, dado que não perceberia, na sua ilusória capacidade matemática de conhecer abstratamente o mundo, o sujeito por trás das coisas anunciadas. Por isso, também, o olho

do racionalismo clássico examina, compara, esquadrinha, mede, analisa, separa... mas nunca *exprime*.

É um olho só capaz de perceber, no objeto, a sua objetualidade; logo, tudo tratar como objeto, não-sujeito.

O contexto que rodeia é um conjunto de coisas; não é uma situação em que um sujeito reconhece outro sujeito, ou reconhece – no outro – um sujeito⁴⁷⁸.

⁴⁷⁷ *Id., Ibid.*, p. 70.

⁴⁷⁸ *Id., Ibid.*, p. 77 (grifos meus).

Não à toa, a afeição de que se nutre o pensamento de Bosi pela filosofia da história de Giambattista Vico, cujo teor indica o que, dentro dos critérios cartesianos, justamente aqueles critérios não poderiam ser aplicados “proveitosamente fora do campo da matemática e das ciências naturais”. Movido por um genuíno interesse por Vico, diria Isaiah Berlin dessa compleição fundamental no pensamento do filósofo napolitano, opinião que aponta diretamente para aquilo que Bosi entende os atos fundados humanamente:

A noção do *caráter individual de cada sociedade*, época e cultura é constituída por fatores e elementos que podem ser iguais aos de outras épocas e civilizações, mas cujos modelos específicos são diferenciáveis de todos os demais e, por conseguinte, *o conceito de anacronismo denota falta de conhecimento da ordem inteligível e necessária a que essas civilizações obedecem*. Duvido que, nesse sentido, ninguém antes de Vico tivesse uma noção clara da cultura e da mudança histórica (...) (o que *constitui efetivamente um novo tipo de estética*) que as *obras de arte devem ser entendidas, interpretadas e avaliadas, não em termos de padrões e princípios eternos, válidos para todos os homens em qualquer parte, mas através da compreensão adequada do propósito e, conseqüentemente, do uso peculiar dos símbolos* (especialmente da linguagem) exclusivamente pertencentes ao seu próprio tempo e lugar⁴⁷⁹.

Obviamente, Vico levanta questões outras, fundamentais, com as quais Bosi se debaterá ao longo de seu percurso, de tal modo é a pregnância da ossatura do que pensa o filósofo e a coincidência a que Bosi é levado a espelhar-se nele. Trata-se, nessa confluência, de entender o amplo ressoo de liberdade que faz a *existência do outro algo própria para mim*. Reatualizando Sartre, pensador que nunca teve muita evidência nos escritos de Bosi, o Autor dirá:

Olhar e ser olhado, atividade e passividade, exercem-se em um campo de forças onde o poder e o conhecer se fundam mutuamente.
Sei que o outro existe *porque sofro a ação da sua liberdade* (grifos do Autor), a qual, por sua vez, quando exercida por mim, é o único critério válido para que eu aceda à certeza da minha própria existência.
O outro é uma liberdade que pode invadir a minha; logo, o outro existe. O olhar é a expressão mesma desse poder.
Esta é a linguagem da finitude e da angústia⁴⁸⁰.

Que Bosi, aceitando em parte suas conseqüências, abriga melhor a acepção de Merleau-Ponty, identificando nele aquele teor de positividade que em Sartre torna-se um largo movimento agônico:

⁴⁷⁹ BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Edunb, 1982, p. 9-10 (grifos meus).

⁴⁸⁰ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar”. Op. Cit., p. 80 (grifos meus).

Merleau-Ponty começa por abrir-se ao olhar do outro, que, como o meu olhar, vive mergulhado no espaço fluido e aberto da visibilidade. Assim, o primeiro passo é *estético* (esfera onde o sensível já tem um sentido imanente), e não ‘abstrativo’, na acepção de ‘objetualista’. O olhar fenomenológico vai descobrindo, perfil a perfil, os aspectos coextensivos ao olho e ao corpo, ao corpo e ao mundo vivido⁴⁸¹.

Claro que o ensaio, nesta perspectiva, conecta a liberdade do olhar à ortodoxia do historiador. O ensaio não é unicamente o espaço da liberdade da ideia; sem dúvida, ela está confinada à intuição do corpo, do olhar, da vida vivida, mas também se estabelece em *oposição* ao “*impressionismo* que amolece e dispersa, [a]o formalismo que enrijece”⁴⁸², como disse certa vez Bosi acerca de seu ânimo de leitura. Trata-se de uma ortodoxia fluida, aberta ao que franqueia o outro; *aberta ao que o olhar do outro aprofunda naquilo que não sei*. Há uma atenção à forma do ensaio que se liga fortemente ao denso limite da subjetividade pronunciada pela presença do outro; esse contágio, posto que os olhares se dão em correspondência epistêmica, são mensurados e definidos pelo:

Olhar do outro para mim [que] não me abarca inteiramente, porque nem a sua visão nem a minha nos constituem como objetos definidos: tanto a perspectiva do outro desliza espontaneamente na minha quanto ‘a minha perspectiva desliza espontaneamente na do outro e, juntas, são recolhidas em um único mundo onde todos participamos como sujeitos anônimos da percepção’⁴⁸³.

Unindo e conjugando os universos que se espelham no olhar, Bosi constroi o ensaio na base do diálogo, *intramentes*, de forma que essa conjugação, reflexiva, *aprende*. O ensaio está posto *em tensão*, inaugura o gesto e o trabalho das mãos. O trabalho do ensaio é um gesto das mãos, um gesto que condensa os conceitos *afetivos* aprendidos no tráfego da subjetividade e do olhar.

É a realização da verdade mais pessoal e insistente, daí seu arquétipo mais pronunciado em torno de algumas premissas sempre repisadas. São exemplos disso, a negação de que as ideias liberais no Brasil novecentista estão “fora de lugar”, ou da contradição inevitável do padre Vieira, ou mesmo, em outros termos, do lugar da história no espaço da estética. Essas, dentre outras, são questões candentes na sua perspectiva. Ele não poderia abandoná-las, sem mais, que seria claramente desistência dessa verdade por si mesmo aceita e balizada historicamente.

⁴⁸¹ *Id., Ibid.*, p. 81 (grifo do Autor).

⁴⁸² “Céus, infernos”, entrevista citada, p. 103.

⁴⁸³ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar”. Op. Cit., p. 82.

Impressiona que a obra de Alfredo Bosi, conjugada em uma perspectiva aparentemente tão semelhante ao impressionismo, porque jungida pela suma subjetiva, que reclama amolecer a leitura, seja tão eficaz, dentro de seus parâmetros, e seja, também, tão arraigadamente consistente e coesa.

E impressiona também a maneira como escreve, sempre tentando conciliar fundamentos poéticos, como a sonoridade exata da frase, a limpidez e a clareza sem as quais os impulsos seriam sentidos como falsidade e mentira (“*Os nomes são imagens, estas são ícones, objetos sacralizados* ou, na mesma dimensão sonora, *Nome, numen*”. “A poesia, corrente de ‘alumbramentos’, para lembrar a confissão de Manuel Bandeira”, “desloca-se de *um fundo sem fundo da memória consciente ou do inconsciente*”, são, todas elas, frases suas retiradas a esmo dos muitos ensaios).

A intertextualidade é coincidente na pulsão das ideias, de tal modo, o texto de outrem acaba congregado, pois já se fez corpo, como parece ser o caso dos muitos versículos bíblicos citados e os autores de predileção; estes persistem arrebatados na lide textual (*o Logos se fez carne e habitou entre nós*). Outra vez, a cisão da frase, que censura para a importância que medeia a concepção esposada nela mesma. Quando quer, Bosi faz a escrita apresentar-se como cediça ao aforismo penetrante, que parece apontar para a dispersão de pontos de vista, quando, pelo contrário, seu núcleo expressa-se em uma rede tesa e tensa de unidade e singularidade; este impulso é sentido, sobretudo, quando no início dos períodos na intenção de sujeitar o leitor aos rumos do conceito, visível também nas frases-conceito isoladas (*A fantasia e o devaneio são a imaginação movida pelos afetos; leia-se mais: Nessa cultura, o homem é átomo voltado para si, cortado da comunidade; e, átomo, concebe os outros homens e as coisas como outras tantas mônadas*).

São, todos, exemplos extraídos de *O ser e o tempo da poesia*, não à toa, livro para o qual move-se a axis da obra bosiana. Outro tanto poderia ser lido em muitos de seus textos e transcrições de palestras. Interessante notar que, conversando com Bosi, ou ouvindo algumas de suas palestras, se notará casos de recorrência semelhantes, extraídas de um fundo irônico de quem alcançou um certame de experiência e também de lucidez, visto também na voz e na síntese de sua singularizadora verdade. Uma verdade que é exigente.

No final de seu texto acerca da crítica literária latino-americana, Guilherme Sucre afirma que, talvez, o futuro desta estivesse em “não discernir judiciosamente os

valores de uma obra, mas *encará-los no duplo plano da análise e da participação*”⁴⁸⁴. Confesso que não sei em que medida haja uma substituição em termos estritos, não creio na verdade que haja, mas creio efetivamente que o plano da participação é, de fato, uma realidade cada vez mais consolidada em muitos intelectuais latino-americanos. O risco de não perceber os valores de uma obra é cair em uma abnegada abstração do teor da literatura. O futuro da obra de Bosi poderá ser medido pelo coeficiente de participação, e essa participação nunca deixou de intervir na construção de sentido e de conceito, que são, salvo engano, pronunciados pela via dos valores movediços na obra.

Margem da utopia e encontro com o Outro.

A importância de Graciliano Ramos no contexto da crítica de Alfredo Bosi é evidente. Para além do texto crítico propriamente dito que preparou – junto a José Carlos Garbúglio e Valentim Facioli, para a coleção *Escritores Brasileiros* – Bosi também tem como ponto de inflexão, além deste autor, uma série de outros mais daqueles participantes do Romance de 30. É o que se pode verificar em *História concisa*, quando Bosi, utiliza-se da Teoria da Tensão Máxima e da Tensão Mínima, de Lucien Goldmann, considerada por ele como contraideológica. Ele mesmo deixará seu desejo de participação nos termos da teoria, que se pode ver no pequeno excerto de seu livro, abaixo recortado:

Para apanhar essas diferenças [de estilo, de perspectiva, de tom] talvez dê melhor fruto, como hipótese de trabalho, a formulação que Lucien Goldmann propôs para a gênese da obra narrativa no seu *Pour une sociologie du roman* (...) o pensador francês tentou uma abordagem genético-estrutural do romance moderno. Pressupõe Goldmann – e com ele toda a crítica dialética – a existência de homologias entre a estrutura da obra literária e a estrutura social, e, mesmo, grupal, em que se insere o seu autor. (...) [lido assim] o romancista tende a engendrar a figura do ‘herói problemático’, em tensão com as estruturas ‘degradadas’ vigentes, isto é, estruturas incapazes de atuar os valores que a mesma sociedade prega (...) Há, portanto, uma oposição *ego/sociedade* que funda a forma romanesca e a mantém enquanto tal⁴⁸⁵.

Chamo a atenção para este trecho, pois é dos poucos, nesta obra, sobretudo, em que Bosi teoriza seu *parti pris* crítico. Note-se também a ascendência em torno da figura

⁴⁸⁴ SUCRE, Guilherme. “A nova crítica” in: MORENO, César Fernandes (Org.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 278.

⁴⁸⁵ HC: 390-391 (grifos do Autor).

do “herói problemático”, de Georg Lukács e René Girard, que se sabe, teve forte influência tanto em Goldmann, quanto em Bosi nas décadas de 60/70.

Naquela mesma antologia que citamos acima há uma sessão intitulada “Mesa Redonda”, onde os colaboradores se juntam aos antologistas para comentar, ao sabor do tempo, a obra do escritor alagoano. Bosi contribui com um texto curto, “Céu, Inferno”, originalmente publicado em abril de 1982 na Revista *Novos Estudos*. Este texto fez parte de um dossiê, organizado por Roberto Schwarz, discutindo o binômio “literatura” e “pobreza”, pólos dispostos no discurso fulcrado na lide “literatura e sociedade”⁴⁸⁶.

A primeira versão deste artigo tinha apenas duas páginas com três subtítulos e com título “Sobre Vidas Secas”. Posteriormente, já na referida coletânea da Ática, já um ensaio, o título passaria a ser “Céu, Inferno”, homônimo da própria coletânea de ensaios do Autor, publicada em 1988.

“Céu, Inferno”, título de ressonância dialética, analisa detidamente o romance *Vidas Secas* em um diálogo com *Grande Sertão: Veredas*, textos paradigmáticos dentre os muitos escritos pelos dois autores. Esses textos consolidam, digamos assim, a maneira lacunar, sombria e crua de escrever de um, e a maneira verbosa e dotada de uma concepção antropológicamente animista do literário, de outro.

Analisamos a versão final publicada no livro *Céu, Inferno*. É notável perceber, por exemplo, que Rosa conduz seu olhar por olhos possuídos de um aparato antropológico, diferente daquele proposto por Ramos. Bosi diria mesmo desse confronto:

tentei compreender textos de Graciliano Ramos e de Guimarães Rosa que entram fundo no universo da pobreza do sertão nordestino e mineiro (...) descrevi essas mediações [narrativas] contrastantes em termos de *valores*; o que, em última análise, remete a modos de ver o cotidiano do povo e a sua cultura de carência. Está claro que o ‘marxismo ilustrado’ (mas desconfiado de todo discurso burguês), próprio de Graciliano Ramos, é um lugar crítico oposto ao ‘materialismo animista’, arcaico-popular e religioso através do qual Rosa enxergava as criaturas⁴⁸⁷.

É o que conduz a constatação de Bosi ao dizer que o capital não tem uma pátria. O dinheiro é marcado pelo signo da “ambiguidade”, porque “serve àqueles que media”, “ele significa ao mesmo tempo o caráter impessoal que domina tudo o que se faz através dele e, por outro lado, [significa] uma ‘crescente autonomia e independência da

⁴⁸⁶ Texto constante ainda em SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴⁸⁷ “Céus, infernos”, Entrevista a Augusto Massi, citada, p. 112.

peessoa”⁴⁸⁸. Essa universalidade abstrata marca a total despersonalização e objetividade desse objeto, dessa “coisa”, bem como seu caráter (ideológico por certo) anistórico. Na sociedade atual isso é patente, e o dinheiro, produto da mundialização e do fluxo de capitais virtuais, indica que estamos falando da engrenagem mais básica do capitalismo. Sua “altivez” e “radiância”, adjetivos encontrados no texto pelo Autor, são qualidades que conferem ao dinheiro (ou ao capital, que denota mais despersonalização ainda) seu caráter fetichista.

O capital explora, porém, a pessoa que “tem mãe, tem pai, tem mulher e filhos (...) tem uma fisionomia humana que dura enquanto pode”⁴⁸⁹. É sob estes dois pólos, homem *x* capital, que se vai configurar a análise. Como dissemos no capítulo anterior, alguns textos de Bosi deixam marcas que denotam sua adesão a uma crítica que convive disposta lado a lado entre a amabilidade do objeto analisado, enlaçada à memória afetiva que o contém, dado que materializados pela perspectiva do *evento*. Nesse sentido particular, a epígrafe do texto, uma cantiga de roda que Bosi *cantou e dançou* nos idos de 44, 45, é paradigmático: sai dali o título e converge para lá o fim do texto.

Fica bastante bem sublinhado que *Vidas secas* caracteriza “o imigrante nordestino sob as espécies da necessidade”⁴⁹⁰. Confundem-se no livro a economia da narração à falta, *pura negatividade*, a que estão submetidos tanto Fabiano quanto sua família, cuja “modéstia”, inclusive na “vida simbólica”⁴⁹¹, salta aos olhos. Bosi estabeleceu uma relação entre os meios objetivos de posse e sustento, governados pela ausência, e a esfera do imaginário das personagens, mediados que estão pela ausência, e preenchidos no seu todo pela revolta e pelas “vagarosas fantasias”⁴⁹².

⁴⁸⁸ WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: 34, 2000, p. 149. Neste capítulo do livro, “O dinheiro”, Waizbort levanta o dado que indica o romance de Robert Musil, *O homem sem qualidades*, como uma resposta do encontro de ambos, Musil e Simmel, donde “o homem sem atributos é concomitante com a coisa sem atributos, isto é, sem dinheiro”, nota 35, p. 150. Nossa pergunta, a partir disso, é se o homem que Bosi analisa não seria uma variante desse homem sem atributos a que se refere Waizbort? *Vidas secas* e *O homem sem qualidades* foram publicados quase ao mesmo tempo, 1938 o primeiro, em três partes, desde 1927 até 1952, o segundo. Questiona-se, aqui, como poderíamos descrever visões aparentemente tão próximas, oriundas dessas obras, tendo-se em conta as convulsões econômicas da Europa e Estados Unidos e seus ecos no Brasil?

⁴⁸⁹ CI: 19.

⁴⁹⁰ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁹¹ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁹² *Id.*, *Ibid.*, p. 20.

Por conta desse paraíso ressequido, cujo oásis na visão das personagens é cada dia mais distante, a não ser nos sonhos de preá da cachorra Baleia, a narrativa opera sob a veemência da distância, em que “a expressão verbal desse paraíso, que há de vir um dia, se faz na condicional, modo da dependência no regime do discurso indireto”⁴⁹³. Ao sublinhar isso, Bosi afirma que a narrativa arma-se de dois recursos: primeiro, ressaltando, através de um tucho do romance, a “aproximação” com a mente de Fabiano, através de seus “desejos”; e, segundo, enfatizando a distância que o tempo verbal indica, limites que se impõem e se distendem até mesmo ao sonho. Por isso, o tempo da utopia e do sonho será cada vez menos espesso e mais rarefeito. Não seria isso, talvez, complementar ao que dissera Álvaro Lins, autor de certa predileção de Bosi, ao observar a abstração do tempo em Graciliano Ramos?⁴⁹⁴

O espaço e o tempo – caracterizadores da paisagem – tornam-se, eles mesmos, refuncionalizadores do ambiente, sua própria desregionalização. Isso justificaria a presença sempre militante da paisagem exterior, da *cor local*, que se manifesta em ausência e presença *fracas* no romance, como diria Álvaro Lins no artigo citado: “a ambiência é um acidente; o personagem é que é a vida romanesca”⁴⁹⁵. E eles são “personagens-instrumento”, como chamou o mesmo Álvaro Lins, se assemelham mais a animais que a homens, distantes que estão da cultura e dos valores mais básicos da civilidade, não por ignorância apenas, e também, mas porque a cultura é uma das cifras da dominação. Pode-se chamá-la *superestrutural*, nesse aspecto, e por isso mesmo está *incifrada* e, também por isso, para ele, o sertanejo, a “palavra escrita” é “causa de angústia”⁴⁹⁶. Isso é tão verdade que as “estréias literárias” ou “o caráter safado das palavras pedantes” são comparadas a prostitutas exibidas na rua, demarcando o *interdito* para quem rastejam esses homens⁴⁹⁷. O narrador “olha de cima, da História brasileira já conhecida”⁴⁹⁸, que Bosi cifra com maiúscula para que fique claro que não se está lidando com a história *particular* de Fabiano, mas de um ciclo, cada vez mais repetitivo, de sofrimento e miséria: a *má infinitude* dentro de uma coletividade histórica, a que tanto referencia o velho Hegel.

⁴⁹³ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁹⁴ Cf. LINS, Álvaro. “Valores e misérias das *Vidas secas*” in: BOSI, Alfredo [et. al.], p. 261.

⁴⁹⁵ *Id.*, *ibid.* p. 262.

⁴⁹⁶ CI: 22.

⁴⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*

⁴⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*

Os sonhos profusos tornam-se, à luz do capital, apenas itinerários perdidos daqueles que não poderão, consumindo, participar dele; “angústia e expectativa são parentes”⁴⁹⁹. Bosi arremata com nota amarga a possível chegada ao Eldorado do Sul: “o sonho decifrado como ilusão, acorda na história meridiana do novo proletariado e revela a sua ausência de cativo: chegariam a uma terra civilizada, mas ficariam presos nela”⁵⁰⁰.

É certa condição de estrangeiridade que o narrador trata por demonstrar; pendularmente os personagens vagueiam entre céu, instância utópica e, por isso mesmo, intangível, e inferno, cotidiano palpável da existência mesma, atual. O inferno *hic et nunc* de existências que passam. O céu, uma promessa de felicidade sem feição, é, nos estertores com que se exprime Fabiano (porque se trata de movimento agônico), um não-lugar, um desvão: “não sabia como ela [a terra da promessa] era nem onde era”⁵⁰¹.

A partir daqui o que irá margear o texto “Céu, inferno” é a relação pessoal de Graciliano Ramos com o desenvolvimento de *Vidas secas*, escrito por volta de 1937, tempo de fluxos intensos de migrantes em busca de salário no sul, e já tempo de repensar as heranças de um passado tão próximo dele, como é o caso do movimento modernista. Bosi dirá que Graciliano Ramos simpatiza com este homem explorado e cuja realidade lhe é conhecida (nascido em Alagoas em 1882, Graciliano Ramos foi prefeito em Palmeira do Norte). A proximidade e simpatia, contudo, não pareceu lhe dar mais dedos além dos que já tinha. A própria narrativa, segundo Bosi, é cifrada nitidamente entre narrador e personagem. Para Bosi: “o corte é nítido. De um lado, a mente do vaqueiro, que se contenta com formas de medicina vicária; de outro, a mente do escritor, que timbra em manter o seu lugar, pois sabe que a cultura do pobre *não é a sua*”⁵⁰².

Aqui, talvez, a separação radical entre Graciliano e Guimarães Rosa, este último, que, para Bosi, trafega na escritura sob o impacto mesmo da “empatia” e da identificação com o sertanejo, da descoberta de um mundo de maravilhosa beleza e constantes perigos. A aproximação parece procedente, já que constantemente Rosa é lido como exemplo de romance universal, embora, situado no sertão também, longe, de algum modo, do neorrealismo de 30, a que Graciliano tem sido situado. Em ambos,

⁴⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*

⁵⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 23.

⁵⁰¹ Citado por BOSI, grifos seus.

⁵⁰² *Id.*, *Ibid.*, p. 24 (grifos de Bosi).

Bosi estuda os modos de articulação e re(a)apresentação do homem sertanejo, problema premente no espaço do ensaio bosiano. Por isso, interessa a Bosi medir, na comparação, como os poucos anos de tradição do romance sertanejo autorizou Rosa a investir em outro tipo de perspectiva romanesca. Por isso, duas armas munem o realismo crítico de Graciliano, uma delas, é a “tática de aproximação com a mente do sertanejo”, outra, “o modo condicional” que registra a “dúvida com que a visão do narrador vai trabalhando o pensamento do vaqueiro”⁵⁰³.

Este problema foi bem traduzido por Luís Bueno em *Uma história do Romance de 30*. Para Bueno, há alguns romancistas, neste período, que exprimem o problema da representação, mas nem sempre alcançam as melhores soluções estéticas. Um deles é Jorge Amado, para quem, “sendo revolucionário, como se autodefiniria, sente-se um representante legítimo do povo e, sem problema nenhum, fala em seu nome. Identifica-se com ele e nem questiona muito a legitimidade de sua adesão aos valores populares”⁵⁰⁴, fato que seria descrito da seguinte forma por Bosi na *História concisa*: “o populismo literário deu uma mistura de equívocos, e o maior deles será por certo o de passar por arte revolucionária”⁵⁰⁵. O desenvolvimento da obra de Jorge Amado, porém, pode ser desdobrado em vários dividendos estilísticos, dentro dos quais, se poderia encontrar aquele mais conhecido como Romance Proletário⁵⁰⁶. Bueno conclui semelhantemente a Bosi, e dirá que, para Graciliano, trata-se de um impasse essa distância entre o autor e seus personagens. Para ele, “é flagrante a diferença em relação ao Graciliano Ramos, para quem o roceiro pobre é um *outro*, enigmático, impermeável”⁵⁰⁷.

Na construção de *Vidas secas*, Graciliano Ramos passa a elaborar “uma linguagem, uma estrutura romanesca, uma constituição de narrador, um recorte de tempo, enfim, um *verdadeiro gênero* a se esgotar num único romance”⁵⁰⁸. Absolutamente legítimo. Cindida a sociedade brasileira como estava, entre a iminência

⁵⁰³ *Id., Ibid.*, p. 21.

⁵⁰⁴ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp/Edunicamp, 2006, p. 24 (grifos meus).

⁵⁰⁵ HC: 406.

⁵⁰⁶ Tais como, os de colorido “épico”; os que evocam as “águas-fortes da vida baiana”; os de “pregação partidária”; bem como as “crônicas amaneiradas de costumes provincianos” etc., *Id., Ibid.*

⁵⁰⁷ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. Op. Cit., p. 24 (grifo meu).

⁵⁰⁸ *Id., Ibid.*, (grifo meu).

de um comunismo e ao mesmo tempo de um fascismo à brasileira, para o intelectual da época, “o pobre, a despeito de aparecer idealizado em certos aspectos, ainda é visto com um *ser humano meio de segunda categoria*, simples demais, incapaz de ter pensamentos *complexos* demasiadamente complexos”⁵⁰⁹. Fato que se reflete, segundo Bueno, no próprio juízo da crítica da época que “achou inverossímil que Paulo Honório fosse o sofisticado narrador de São Bernardo”⁵¹⁰.

Para Bosi e para Luís Bueno, as soluções oferecidas por Guimarães Rosa e Graciliano Ramos, aproximam-se de um ideal (um bom ideal, digamos, fazendo eco ao texto de Bueno), que será assim expresso por Bosi:

O que dá alcance revolucionário à sua visão, que poderia passar por ilustrada e progressista apenas, é a desconfiança alerta que alimenta também em relação ao discurso do ‘civilizado’. Se a voz do iletrado é pobre e partida, a do letrado é oca, se não perigosa. O olhar crítico, asceticamente despregado da sua matéria-prima, não favorece nem a linguagem do dominado, cuja carência (atribuída) descreve, nem a linguagem dos dominantes, que denuncia⁵¹¹.

Note-se que termos semelhantes cingem o texto de Luís Bueno, focando agora, dentre outras coisas, o poder de mudança dessa solução formal:

A solução genial de Graciliano Ramos é, portanto, a de não negar a incompatibilidade entre o intelectual e o proletário, mas trabalhar com ela e distanciar-se ao máximo para poder aproximar-se. *Assumir o outro como outro para entendê-lo*⁵¹².

Acentuando essa relação, Bosi, em nota pessoal, se coloca como intelectual a partir de um olhar confidencial e participativo, no próprio texto: “o vaqueiro Fabiano sabia, *como eu*, o escritor inconformado, [que] também *sei*”.

Voltando a Graciliano e a Guimarães. Qual a solução proposta por Guimarães Rosa a respeito da possível representação do jagunço e da gente do sertão? O olhar da ficção de Guimarães Rosa distancia-se em pelo menos 10 a 20 anos em relação a *Vidas secas* (este publicado em 1937, *Sagarana* em 1946 e *Grande Sertão: Veredas*, em 1956). Há em Guimarães Rosa um nítido esforço de síntese que busca conciliar o vasto conhecimento de literaturas e línguas com uma particularização histórica do povo brasileiro expressa pelo jagunço, ou pelo povo do interior do país, de tal sorte que esses

⁵⁰⁹ *Id., Ibid.*, (grifos meus).

⁵¹⁰ *Id., Ibid.*

⁵¹¹ CI: 25.

⁵¹² *Id., Ibid.*, p. 24.

personagens são mediados por sua própria linguagem arcaizante; porque viva, essa linguagem mesma, talvez, seja personagem do drama dos jagunços.

Segundo Luís Bueno, toda a obra de Guimarães Rosa pode ser vista como uma solução privilegiada para esse impasse dos anos 30, então apenas prenunciado, em termos estilísticos, por *Vidas secas*. “Para um intelectual como Guimarães Rosa, que, ao contrário de Graciliano Ramos, via com *suspeita a racionalidade*, sentindo falta de uma ligação mais forte do homem com a terra, sua própria natureza, o pobre, o sertanejo, o menino, o violeiro, o maluco, o jagunço *não se diminuem* em seu alheamento do mundo da intelectualidade”⁵¹³. Traço crítico que, de resto, informa basicamente o mesmo que Bosi. A empatia pelo pobre, ou pelo outro sertanejo é sedimentada por força da ligação que este tem com a terra, um verdadeiro Cosmo que pode ser pensado, dentro da ficção rosiana, como espaço de totalidade, onde linguagem e vivência se indistinguem. Posto isto, Bueno conclui: “a língua do pobre pode ser tomada com liberdade e reinventada no contato com uma tradição intelectual da em princípio mais arrogante alta cultura”⁵¹⁴.

Para Bosi, o narrador e Fabiano compartilham uma mesma certeza, a de que as palavras poderiam representar perigo e inutilidade, e isto é, portanto, identificado a “uma verdade política que ambos conquistaram”⁵¹⁵. Já que, motivados pelo texto de Bosi, discutimos as opções estabelecidas tanto por Guimarães Rosa quanto por Graciliano Ramos, relembremos o texto “A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere” onde Bosi, tomando o texto mais político e memorial de Graciliano Ramos, elucida os pontos de partida da *forma mentis* do autor. Importante movimento de esclarecimento, já que, por esta via, lida em Bosi na confluência de “narrador x autor”, afere com mais acuidade e complexidade os valores aferidos na leitura:

Alguma coisa sempre se sabe das crenças e descrenças do narrador. Que ele [Graciliano Ramos] é refratário ao capitalismo. Que não tem religião nenhuma. Que sente uma antipatia visceral pelo Estado prepotente, pela polícia brutal, pelo submundo da política nordestina, pela estupidez burocrática⁵¹⁶.

Embora convivendo com esses pesadelos da constituição histórica brasileira, Graciliano Ramos cria uma ficção que não é decalque puro de sua experiência, de suas crenças, antes se esforça para poder, à força de distintas plataformas de “apresentação”

⁵¹³ BUENO, Luis. *Uma história do romance de 30*. Op. Cit., p. 24.

⁵¹⁴ *Id., Ibid.*, p 25

⁵¹⁵ *Id., Ibid.*

⁵¹⁶ BOSI, Alfredo. “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*” in: LR: 223.

e “representação”, situar o sertanejo no seu espaço de exclusão e miséria que o capital (ou sua ausência) não cessa de mostrar. Fabiano fala alto que é um bicho, e antes já se repisava no texto que “pensando bem, ele não era um homem”⁵¹⁷. Bosi destaca a ambivalência dessa frase, construída para ser lida de forma que não sobressaia nem o narrador, nem o personagem, pois estão *neutralizados ambos*, dado que ela se constitui como um dos momentos *tensos* do romance; consoante a isso, somos nós que falamos. Bosi nos recorda que essa ambivalência indica a tentativa de “participação” do autor, melhor dizendo, sua inserção e de alguma “identificação” não-mecânica entre *autor, narrador e personagem*. Recolha-se toda a citação, que se constitui em um momento de alta densidade semântica da medida resistiva do Autor:

Pergunto agora [diz Bosi] de quem é o comentário – ‘*pensando bem, ele não era um homem*’? Da personagem? Do narrador? Graciliano recolhe aqui a palavra e a verdade do seu vaqueiro e reforça-as com o aval do narrador que tudo sabe.

Assim, o que parece faltar na hora da empatia (por franco respeito às diferenças existenciais) resgata-se no acorde da simpatia intelectual.

O historiador só se encontra à vontade com a mente do pobre no nível de um saber que é, afinal, a consciência comum àqueles que perceberam o caráter incontornável de classe da sociedade onde vivem⁵¹⁸.

Aqui, talvez, o fulcro do que Bosi vem discutindo ao longo de todo o texto, isto é, o narrador deixa radicalizar perspectivas que não são apenas suas, vistas em uma perspectiva puramente literária, o ponto de vista do autor está entranhadamente ligado à do narrador através do foco narrativo. Uma conclusão, que já víamos em *Itinerario della narrativa pirandelliana*, segundo Bosi, é que o foco narrativo, que permite essa cruzada de vistas, enlaça pontos de contato que demarcarão, no sumo geral da obra, uma dialética resistiva. Benedito Nunes em *No tempo do niilismo e outros ensaios*, afirmara que a Fenomenologia ganhou fortes desenvolvimentos dentro da teoria da literatura, esta, ganha em Bosi uma resposta original e congruente com o que a Fenomenologia vinha e vem desenvolvendo na sua errante trajetória, aproximando crítica literária de filosofia. Dizia ele:

é com a Fenomenologia que a relação entre Filosofia e Literatura, ou entre Filosofia e Arte, tende à mais estreita vizinhança, graças à *intencionalidade da consciência*, que está para essa posição de Husserl como a *vida* está para a Hermenêutica de Dilthey e a *função simbólica* para o pensamento de Cassirer (...) pode-se dizer que a *intencionalidade*,

⁵¹⁷ CI: 25.

⁵¹⁸ CI: 26.

que levou a Filosofia para o âmbito da existência individual, também a levou para o da experiência literária e artística⁵¹⁹.

Não seria outra a caracterização de Bosi na expressão daquilo que ele mesmo mais apreciava em uma crítica literária. Dentre outras *experiências* que ela pudesse auscultar, a filosófica estaria na ponta de lança das experiências *viáveis*; é este um dos motivos de sua louvação em torno de algumas considerações sobre a crítica, por exemplo, parte da esposada por Claude Lévi-Strauss, juntamente com a questão antropológica que os escritos do antropólogo suscitam. Por esta via, portanto, Bosi condiciona a análise que faz do ponto de vista de autor e narrador a um movimento que se imporia pela congruência de pontos de vista e de *consciências*, via valores, em vista de elas serem sentidas pela ambiguidade que o texto aporta. Não custa lembrar, o que é uma instância curiosa, diga-se de passagem, que em um movimento semelhante, Barthes aponta, segundo sua opinião, a morte do autor, precisamente onde Bosi veria o texto cingido da participação de autor e narrador como *partes condicionantes do texto*⁵²⁰.

Na descrição que dá à obra de Graciliano Ramos no último capítulo de seu livro, Luís Bueno caracteriza-a a partir de um conceito psico-sociológico: a noção de *outro*. Considera o lugar de cada um dos livros do romance de 30 em relação a essa noção. Muito engenhosa a construção de Bueno porque flagra aquela *forma mentis* descrita por Bosi em constante relação à emergência ideológica e histórica daquele tempo – a polarização esquerda-direita, comunismo-catolicismo – com a figura de mediador que Graciliano Ramos representava. Por essa análise, Bueno constata, os livros de Graciliano Ramos estão postos em relação ao seu outro de classe: *Caetés* está acima do outro, enquanto *São Bernardo* vê a erupção do outro, onde este é mais bem construído em relação a *Caetés*. *Angústia* se põe *diante* do outro, mas em *Vidas secas* opera-se uma total mudança de perspectiva, como peça mais bem acabada do jogo, na concepção de Bueno, ele é o romance *do outro*⁵²¹. É neste ponto que Graciliano Ramos aclara as coisas, possibilitando perceber que, na mediação artística do livro, há sopros de

⁵¹⁹ NUNES, Benedito. *No tempo do niilismo e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1993, p. 195 (grifos do autor).

⁵²⁰ Cf. BARTHES, Roland. “A morte do autor” in: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 57-64. Coeso com a análise que faz de certo trecho de *Sarrasine*, de Balzac.

⁵²¹ Cf. BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 30*. Op. Cit., pp. 597-664.

denúncia e de *libertação*, fatores todos próprios da resistividade e tensividade, características caras à obra do escritor alagoano, sublinhadas por Bosi.

O ‘comportamento’ do romance de Graciliano Ramos se explica, portanto, com base não apenas naquela alusão que Bosi faz à *forma mentis* do autor. Os tempos são de polarizações. Como se verá também na década de 60; a década de 30 percebe um turbilhão de ventos doutrinários vindos da Europa tanto quanto dos EUA, onde se vivia o intenso clamor de ideologias de direita e esquerda. 1930 marca aquilo que o historiador Francisco Iglésias chamou de “tentativa de ‘republicanizar a República’”⁵²². Com a crise de 29 há o descrédito da doutrina liberal, e no Brasil, a partir das experiências de Vargas, vê-se claramente o fortalecimento do Estado, já com presença marcante desde antes, quando o café passou a ser o produto mais importante de nossa economia junto ao mercado externo⁵²³.

Iglésias menciona a participação de Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes na polarização ideológica da época. O primeiro deles participa inclusive da Semana de Arte Moderna, mas suas obras obliteram a influência de qualquer modernismo, fato que ele mesmo não nega, e que ele “lucidamente percebia, denunciando os *perigos* da pregação dos expoentes da Semana”⁵²⁴. O Partido Comunista, instalado desde 1922, passou tempos tentando se erguer, mas, continuou alheio aos problemas brasileiros. “O partido era tão alienado que chegava a imprimir um jornal informativo ou doutrinário que não podia circular, só para ser apresentado aos órgãos superiores do comunismo na Europa”⁵²⁵.

Por essas e outras razões, o proletariado, ou o *outro de classe*, como Luís Bueno prefere falar a respeito de Graciliano Ramos, será, a partir de 30, objeto de tematização e opção, por parte de quase todos os ficcionistas da época, no sentido de colocá-lo no centro da narrativa. Por conta dessas razões sente-se também o descompasso histórico do Brasil em relação ao Ocidente. Enquanto lá, segundo seus próprios pressupostos, o século XIX já produzira uma civilização liberal que tenderia a *evoluir* indefinidamente, daí, inclusive o desespero do europeu ao ver essa bancada de valores ruir no início do século XX. Aqui, porém, dado nosso estrutural atraso econômico, os valores liberais vinham sendo propagados desde o fim do século XIX, e são esses valores liberais “que

⁵²² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 231.

⁵²³ *Id.*, *Ibid.*, p. 250.

⁵²⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 239.

⁵²⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 241.

despontam como o novo e [que] promovem a revolução de 1930”⁵²⁶. O escritor brasileiro dessa época prefere o romance como arma de expressão mais que a poesia, sentida como uma voga passadista pelos ecos de preciosismo parnasiano e simbolista ainda bastante recentes, dado o sucesso de poetas de renome daquela ceara, e ainda a voga do ensino de literatura nas escolas brasileiras.

Essas considerações históricas estão latentes no ensaio de Bosi, embora não as desenvolva, mas que serão retomadas, por exemplo, em *História concisa*, e, em outra chave interpretativa também em “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*”. Sua preocupação, nesse sentido, foi tornar paralelo o movimento do capital que afetava a vida das personagens, por isso mesmo, elas o sentiam como *negatividade* e *ausência*, e indicar como a visão de romancista e narrador se compatibilizavam no todo romanesco.

A partir daí, Bosi passará diretamente à análise de dois capítulos de *Vidas Secas* de modo mais detido, fulcro de seu texto, que são eles “O menino mais novo” e “O menino mais velho”, que é feita com base no *analogon*.

Perceberá aí que o movimento de experienciação no mundo dos dois meninos é diferente por conta das respostas que o mundo dá à presença de cada um deles, por isso os elos de reciprocidade entre os infernos de lá e os de cá. Enquanto o mais novo se plenifica num “tecido de sonhos e desejos impotentes”, o outro, mais velho, ao tentar da mãe a explicação de um símbolo (o inferno), leva dela um cocorote e se esconde no meio do mato, sem consolo e sem resposta. “A socialização da criança sertaneja, diz Bosi, é dolorosa tanto na hora de imitar como na hora de perguntar”⁵²⁷. Esse dilacerar de consciências segue os meninos e já se encontra amalgamada na vida e na experiência do homem grande, formado, sertanejo, que tem em Fabiano, exemplo vivo.

Pari passu, Bosi acompanha os dois meninos e percebe neles esse percurso doloroso de formação que reproduz ecos da ideologia que estamentam a família sertaneja ao lugar de subalternidade *infernal*, como vimos a propósito da má infinitude hegeliana. O menino mais novo, como que por instinto, certamente guiado pelos recursos egóicos de identificação ao pai, tenta seguir-lhe as pegadas. O pai é um ideal da idade adulta, donde o dissenso advindo da “desproporção entre a fantasia e os

⁵²⁶ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. Op. Cit., p. 34.

⁵²⁷ CI: 27

próprios recursos da criança”⁵²⁸ serão diluídos e plenamente realizados. Entretanto, ainda estamos no plano do “se” e do “quando”, instâncias sentidas por Bosi como ideadas pelo pai em fantasia, e é nela, de fato, que ele se realiza.

Seguramente o mais velho ainda tem o imaginário permeado pela fantasia, mas o tempo é outro e outras suas contingências. Aquela identificação egoica ainda existe, mas ela é mediada por nuances bem menos matizadas, ela está imersa de brumas e dúvidas. Agora, trata-se de saber, adentrar no mundo da cultura, que se avoluma em sua cabeça, por certo cheia de um “ouvir falar” das coisas sem nunca delas ter uma experiência real, o que não é, evidentemente, o caso da palavra que o narrador cita, que não está ali despropositada. Esse tempo pede da criança sentidos outros, a serem preenchidos ou excitados pela concretude da cultura que o rodeia. O narrador encontra em Sinhá Vitória o superego do garoto, a interdição a um saber que se coloca entre os dois. Contudo, segundo Bosi, nem isso é o mais importante. Trata-se mesmo é de “fixar o instante de curto-circuito, o processo da incomunicação, a conversa truncada na origem, o diálogo possível”⁵²⁹.

A partir do texto, sabemos que esse motivo se torna “*analogon* de toda a relação intersubjetiva de base”⁵³⁰. “Inferno é não poder perguntar o que é inferno. Infernal é expor-se, de chofre e sem defesa, ao arbítrio que só o mais forte pode exercer”⁵³¹: círculo do inferno, má infinitude. Bosi, cremos, permanece rente ao universo da ideologia e, embora não explicita, não lhe escapa que inferno são as relações de poder (o “cocorote”, o “arbítrio”, ambas expressões do texto) e *mais além*, passa pelo trauma, pela subjetividade escaldada, a alma chorosa de resposta⁵³². Todos estes são fatos corroborados pela insistência de Baleia em querer alegrá-lo⁵³³.

Depois de inventado o céu pelo menino (alimentado pela alegria da cachoeira e pelo tempo úmido de inverno), o menino é novamente reconduzido ao seu lugar, o inferno *cotidiano*, quando de seu retorno ao universo de relações impessoais que lhe habitavam diuturnamente. Outra vez, Bosi lança mão do paralelo com Guimarães Rosa,

⁵²⁸ *Id., Ibid.*

⁵²⁹ CI: 28

⁵³⁰ *Id., Ibid.*

⁵³¹ *Id., Ibid.*

⁵³² CI: 30

⁵³³ *Vidas secas*, p. 55

nuançando, neste, uma ficção onde “o trançado de sonho, desejo e realidade”⁵³⁴ é concreto, enquanto em Graciliano Ramos se destaca, paradoxalmente, o excesso de nada, que pode ser lido como pessimismo, mas também como realidade, uma realidade das vidas secas.

O olhar de Bosi é instigante ao relacionar as duas perspectivas narrativas. Graciliano criticaria em Guimarães Rosa exatamente sua “dissipação naturalista”⁵³⁵ identificada pelo crítico como uma impressão deixada por “um prosador virtuosista”, cuja necessidade está em “espalha[r]-se a si mesmo”⁵³⁶. Se a matéria de poesia de ambos é a mesma e o horizonte de possíveis experiências também (em outras palavras, podemos igualar por aproximação os sertões de ambos), onde então eles se tocam? Cheia de significados é a resposta: “a hipótese que me parece mais razoável é esta: *separando* Graciliano da matéria sertaneja está a mediação ideológica do determinismo; *aproximando* Guimarães Rosa do seu mundo mineiro está a mediação da religiosidade popular”⁵³⁷.

Assim, Graciliano dá-se conta de que seus personagens se nutrem de certas contingências, mas estão longe, porém, de qualquer *determinação de cunho naturalista*. Graciliano opera o movimento de aproximação e distância, como disse Luís Bueno, mas sabe, como sabe seu Fabiano, que se deve desconfiar sempre da “palavra dos poderosos”. O romance não deve se confundir com esse discurso, ele é instância mediadora, afinal; mas, o narrador, assumindo-o como discurso ou contra-discurso, pode denunciar e resistir.

Absorvendo e expandindo uma linguagem fundamentalmente arcaica, segundo Bosi, Guimarães Rosa executa o movimento de resistência de outra forma. Compreendendo todo o universo telúrico das palavras, Rosa reatualiza o poder delas antes perdido na sua História (por certo secreta) – operando “uma nova tradução do pensamento arcaico popular”⁵³⁸. Este pode, por isso mesmo, resgatar na identidade axial arcaica do Brasil a imagem de um brasileiro também resistente, também forte. Não é à toa que Willi Bolle considera *Grande Sertão: Veredas* o romance de formação do Brasil. Assim, diz ele, “o que é certo é que Guimarães Rosa desenvolveu um projeto

⁵³⁴ CI: 32

⁵³⁵ Ramos, Apud, Bosi., p. 35

⁵³⁶ CI: 35

⁵³⁷ CI: 36 (grifos do autor).

⁵³⁸ CI: p. 37.

que ultrapassa o horizonte da ‘obra literária’: a utopia de uma língua *emancipada*, fazendo entrever amplas *possibilidades históricas de transformação*”⁵³⁹. Guimarães Rosa farta sua ficção desse universo arcaico popular, extraindo dali respostas que nos possam situar além da reificação:

No contexto de uma cultura fechada, onde o pobre já conhece de antemão o pouco que lhe é dado obter com o próprio esforço, e o muito que vem das forças naturais e do arbítrio dos poderosos, fica sempre aberta a possibilidade de sonhar com um tempo de libertação, que, se Deus quiser, um dia chegará⁵⁴⁰.

Participação e mudança, com paragem em *Memórias do cárcere*.

Acentuando “o desejo dessa reversão no livro *Memórias do cárcere*”, Bosi desde logo descarta a possibilidade de analisá-lo sob o estigma de uma escrita cujo conteúdo estaria ausente da forma, que, diga-se, o gênero “memória” se abre como possibilidade. Seu testemunho está preso a uma maneira de contar os fatos, observando os processos narrativos *modernos* que informam a visão a partir da ruptura dos gêneros. A “memória” de fatos históricos é chamada literatura de testemunho exatamente por ela trafegar “na intersecção de memórias e engajamento”⁵⁴¹. Visto assim, nas memórias repousaria virtualmente uma maior margem de liberdade que o romance, pois o conteúdo da subjetividade, empenhado na opinião, estaria livremente expresso por sua forma híbrida, de entremeio, que o romance somente muito perigosamente se reserva. Se podemos identificar nele os ecos do narrador resistente, se depreendemos corretamente o conceito de Bosi, a partir do narrador de Graciliano Ramos, então, fica aberta a senda.

Em *Memórias do cárcere* Graciliano está livre, ou *mais* livre, já que pode unir seu ponto de vista singular da História a partir de uma subjetividade que se quer empenhada – para usar termo caro a Antonio Candido – de reconstruir o que inventa no curso da história brasileira, da qual foi vítima e espectador. Tamaña liberdade não o impede de trazer à página quaisquer assuntos, no entanto, ele não o faz. Bosi atribui isso ao simples fato de que ele, dentro do que se propõe, não procurar “avaliar os seus companheiros enquanto sujeitos de um *drama político*.”⁵⁴². Contrário a essa opção,

⁵³⁹ BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: 34, 2004, p. 45 (grifos meus).

⁵⁴⁰ CI: 39-40.

⁵⁴¹ BOSI, Alfredo. “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*” in: LR: 221

⁵⁴² *Id.*, *Ibid.*, p. 222 (grifos meus).

Ramos vai-se deter no drama existencial das pessoas ali presas, nas suas condições, nas suas íntimas e ali tão públicas razões.

Mais atrás mencionávamos a *forma mentis* do autor, descrita em muitas e dispersas notas que compõem o painel do revolucionário que observa as coisas, não sem se surpreender com a tolice e precariedade da alma do homem, ora nem sempre humana.

Na mesa redonda que consta do livro organizado por Bosi, Frankin de Oliveira menciona o polêmico artigo escrito por Graciliano Ramos em 1946, onde fazia um balanço do romance nordestino de 30, em que afirmava, dentre outras coisas, a recensão a que foram submetidos os principais autores do período a partir de 1935. O artigo ficou esquecido anos a fio porque não foi incluído em *Linhas Tortas*. Segundo ele, Graciliano faz um balanço do nosso romance e começa *negando a existência* da literatura brasileira⁵⁴³, que Antonio Candido pondera como sendo um juízo severo e injusto, sobretudo por desconsiderar toda a história da literatura brasileira, envolvendo os assuntos motivados pela ficção, a tradição do romance brasileiro e sua própria obra nesse conjunto.

Um dos pontos importantes, a nosso ver, está no fato, levantado por Silviano Santiago, de a obra de Graciliano Ramos, dentre as modernas, ser a única, segundo ele, não “comprometid[a] com o projeto de modernização do Brasil”⁵⁴⁴. Ele estaria fora do projeto desenvolvimentista de que o Modernismo se revestiu, o que fica evidente, ainda segundo ele, na ausência de fala de Fabiano; quer dizer, a partir dessa perspectiva, “ele não incute nos retirantes uma determinada forma de pensamento que fosse compatível com a maneira como ele pensava a marcha da História”⁵⁴⁵, disposição notada em Jorge Amado, por exemplo. O autor não teria controle sobre o sociopolítico, que poderia impor uma superação a esse processo de alienação, que envolveria a própria modernização social, ausente no plano de sua fatura estilística. Santiago pondera, inclusive, que dar fala a Fabiano seria uma intervenção autoritária, como, aliás, vigia dentro das políticas intelectuais propugnadas pelo CPC, em tempos ainda recentes para os da mesa. Alguns dos integrantes do CPC chegaram a censurar o conteúdo de cordéis, por exemplo, considerado por eles como reacionário; nesta concepção, a forma deveria ser mantida, mas seu conteúdo deveria ser suprimido por outro que fosse

⁵⁴³ BOSI, Alfredo [et. al.]. *Graciliano Ramos*, p. 419 (grifos meus).

⁵⁴⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 423

⁵⁴⁵ *Id.*, *Ibid.*

revolucionário. Trata-se, enfim, dos perigos tão evidenciados por tantos críticos do engajamento da arte⁵⁴⁶. Fica claro nessa sugestão quão distantes os integrantes do CPC estavam, nesse sentido, do verdadeiro engajamento, aquele, por exemplo, propugnado por Adorno, que a nota resume bem.

Não menos efetiva é a participação de Candido, que relativiza o discurso de Santiago. A experiência de Candido é a de quem acompanhava o lançamento das obras quando publicadas, obras essas que sinalizavam, segundo ele, um outro mundo, desconhecido por alguém nascido no interior em inícios do século passado, de “um país que nós ainda não sentíamos existir como desejaríamos que ele existisse”⁵⁴⁷. Candido aponta que exatamente o que Santiago objeta como ausência, ele vê como complementação “pelo simples fato de [Graciliano] ser um homem que nos trazia uma imagem dura da realidade *segundo um padrão formal duradouro*”. Consoante a Bosi, diz-se: “narrar a necessidade é perfazer o ciclo. Entre a *consciência narradora*, que sustém a história, e a *matéria narrável*, opera um pensamento desencantado, que figura o cotidiano do pobre em um ritmo pendular: da chuva à seca, da folga à carência, do bem-estar à depressão, voltando sempre do último estado ao primeiro”⁵⁴⁸. Graciliano Ramos foi dos autores de nosso país que conhecia essa *dialética* que a escrita comporta, oscilando entre potência e impotência, de que fala Adorno. Essa a consciência de quem não está alheio às formas mais objetivas de luta, como o partido comunista da época⁵⁴⁹. Já aqui estão evidenciados alguns dos recursos pronunciados por Bosi em “Narrativa e

⁵⁴⁶ As referências a Santiago, pp. 423-424. Como Adorno, que dirá “pois a teoria da obra de *arte engajada*, (...) passa por cima do fato que domina de modo irrevogável a sociedade de troca: a alienação entre os homens e também entre o espírito objetivo e a sociedade que ele exprime e julga. Essa teoria deseja que a arte fale *imediatamente* aos homens, como se o imediato, em um mundo de mediação universal, pudesse ser realizado imediatamente. (...) ela [essa teoria] degrada a palavra e a forma a *mero meio*, a elemento do nexo geral de efeitos, a manipulação ideológica, esvaziando assim a coerência e a lógica da obra de arte”. ADORNO, Theodor. “O artista como representante” in: *Notas de Literatura I*, p. 158, grifos meus. A virtude de Graciliano Ramos, para Santiago, está em não trazer a Fabiano um discurso que ele não conhecia (p. 424).

⁵⁴⁷ BOSI, Alfredo [et. al.]. *Graciliano Ramos*. p. 424.

⁵⁴⁸ CI: 20.

⁵⁴⁹ BOSI, Alfredo. “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*”. Op. Cit., p. 225, mas não da matéria humana que faz suas palavras, fogo. Ele denuncia a reificação e o desatino entre as condições econômicas do Brasil e a literatura que as expressa. Segundo Santiago, Graciliano Ramos “é o único que se dá conta de que a história social brasileira é falsa, e dessa conclusão ele cria personagens a-históricos, a “anacrônica sobrevivência” de que fala Hegel (ARANTES, Paulo. *Hegel: A ordem do tempo* p. 187-188).

resistência”, texto que será nosso objeto à frente, cujos índices estão parametrizados pela ideia de recursividade da consciência fundante e *intencionalizante* do autor.

Bosi, chamando as coisas para o lado da história da inteligência, intervém no debate para tentar situá-lo no seu tempo histórico e no tempo do modernismo. Chamando-o “solitário”, sua figura, segundo ele, é desconcertante; no ponto situado entre 1925 e 1928, começa a redação de *Caetés*, que de certo modo romperá com a prosa do século XIX. Bosi põe este livro entre um período e outro, mas é a figura isolada de Graciliano Ramos que lhe chama atenção. “Nada menos... assim, arlequinal, nada menos antropofágico, nada menos macunaímico, do que... o projeto de Graciliano Ramos. Eu acho muito difícil estabelecer uma ligação, a não ser assim em termos de modernidade muito geral, entre Graciliano Ramos e o Modernismo”⁵⁵⁰. Bosi o situa na confluência da complexidade dos eventos ligados à Revolução de 30; em suas palavras, Graciliano Ramos é “radical” e “revolucionário”. Seu tempo histórico não é o do Modernismo, é o da Revolução de 30. Essa questão ainda seria desdobrada em vários livros, mas seus termos principais, cremos, estão no debate, e que não caberia repetir aqui.

Para terminar, deve-se mencionar apenas que, segundo Bosi, o conhecimento da literatura da época sem uma compreensão funda da participação de Graciliano Ramos é defeituosa, para não dizer, impossível. A força de sua prosa, sua dialética “participativa”, o integra num grande painel histórico que lança as bases sociais do Brasil efetivamente moderno, lido a partir de 30, com a derrocada da República Velha. “Quem viveu, diz Candido, nos anos 30 sabe (...) que houve um ‘antes’ diferente e um ‘depois’”⁵⁵¹. Talvez seja esse o momento de que Ramos se aposse com mais talento e vigor, contemplando um mundo de ausências e de desatinos, de que suas personagens são marcas da cultura brasileira.

⁵⁵⁰ Fala de José Carlos Garbúglio na “Mesa redonda”, BOSI, Alfredo [et. al.]. *Graciliano Ramos*. Op. Cit., p. 439.

⁵⁵¹ CANDIDO, Antonio. “A revolução de 30 e a cultura” in: *A educação para noite*. São Paulo: Ática, 1987, p. 181. De 20 a 45, de acordo com Candido, a função do intelectual e, conseqüentemente, a do literato, passa a ser mais orgânica e efetiva, até porque é nessa década que são criadas as universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, as mais influentes, sobretudo a última, até hoje. Cf. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920- 1945)*, republicado recentemente em *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, pp. 69-292.

Sob o sutil signo de Vieira.

Compreendida a literatura como um *todo orgânico que se conjuga à cultura do tempo*, conforme as reflexões de Bosi pensadas ao longo de toda a sua obra, passamos agora a nos deter em um autor de difícil conceituação dentro desse esquema parcial do que seria a “literatura brasileira”. De “horizonte largo”, como definiu Bosi, o Padre Antonio Vieira seria seu objeto de análise em artigos de profundidade por pelo menos quatro vezes. O primeiro deles, em outubro de 1989, “Vieira ou a cruz da desigualdade”, foi republicado em *Dialética da colonização*. O segundo, nove anos depois, foi escrito e pensado para a edição de *Profecia e Inquisição*, e lhe serviu de prefácio. O terceiro, mais recente, foi publicado em 2006 na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nos números 64 e 65. E, por último, a longa introdução que produziu para *Padre Antônio Vieira essencial*, publicado em fins de 2011.

O primeiro artigo encontra-se hoje no grande quadro das letras coloniais que é *Dialética da colonização*, livro cujo título nos remete às raízes de nossa ambiguidade *geracional*. Neste livro, Bosi trafega por momentos singulares da história cultural do país – como apontam o primeiro e último capítulos – e literária, como atesta o restante deles. Quando mencionamos *singular* referimo-nos, sobretudo, ao caráter isolado dos personalidades analisadas pelo autor, que ocupa boa parte do livro.

“Descoberto” em 1500 e só habitado a partir de sua segunda metade, talvez a situação não pudesse ser diferente. O caráter fortemente historiográfico da obra circunda todos os autores, instados e lidos a partir do centro mesmo de sua participação na teia da história.

Temos a impressão, ao ler alguns capítulos do livro, que Bosi retoma a análise desses autores no livro *contra* certa leitura já feita, ou imediatamente suposta. O lugar dessa revisitação é trazê-los de novo a seu contexto e, a partir dele, encontrar uma *possível melhor* hermenêutica que os interprete. Temos essa sensação muito forte em relação, por exemplo, à leitura que João Adolfo Hansen faz de Gregório⁵⁵². Partiria daí o caráter polêmico e construtivo da obra, mas há um outro fator que causou certo escândalo⁵⁵³, que seria exatamente sua *participação religiosa, imersa em sua escrita*, ou sua opção por um catolicismo militante de esquerda, que levou mais de um crítico a

⁵⁵² Especificamente sua leitura no consagrado *A Sátira e o Engenho*.

⁵⁵³ Cf. a análise de Roberto Schwarz, “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit.

apontar-lhe essa característica, presente em boa parte de suas análises, lidas sob o espectro da perspectiva moral.

O tom afetivo e memorial outra vez distingue o artigo sobre Vieira, partindo de quem *lê* e *ama* o padre barroco “há pelo menos 30 anos”⁵⁵⁴. Bem dito, essa característica imprime um senso aparentemente, mas só aparentemente, contraditório por mesclar os juízos próprios (*objetivantes*) da crítica, postulados mediante relações lógicas, associados a uma subjetividade que se coloca em primeira pessoa.

Não sem precaução o autor se aproxima do leitor. Sua dimensão pública exige que, somente no limite, a personalidade do crítico, pouco usual para o caráter formalizante desse discurso, se apresente e modele o autor analisado aparentemente a partir de um impressionismo limitador. Só aparentemente, reafirmamos, porque Vieira é um autor que, para Bosi, redimensiona o lugar do Brasil na ordem do discurso jesuítico e, dentro da literatura brasileira, guarda ressonâncias em vista do caráter *empenhado* do padre inaciano. Como se verá, isso não ameniza o tom do artigo, instanciado pela “contradição entre consciência poética” e “pressão psicológica”⁵⁵⁵ que vigora na *forma mentis* do jesuíta, bases lapidares que perpassam todos os ensaios de Bosi.

Sua leitura baseia-se no confronto entre a ordem do tempo e a forte presença de uma mentalidade impregnada pela palavra *ação*, típicas da ordem jesuítica e dentro dela, a partir do conflito criado pela Contra-Reforma, a partir do conhecido Concílio de Trento⁵⁵⁶. Até mesmo o título remete a uma consciência cristã especialmente *moderna* que recolhe um símbolo do cristianismo à palavra “desigualdade”, entrando no vocabulário progressista *católico* na segunda metade do século XX. Não é sem contemplar essa face de um discurso passado no século XVII – especialmente moderno à época, para Bosi – sob a sombra de outro discurso, igualmente moderno para o crítico, o catolicismo daqueles seus anos de militância juvenil.

A leitura que Bosi faz do inaciano barroco seiscentista tornou-se um emblema das reavaliações de caráter epistemológico, condição a que seus sermões, em particular, e sua obra, em geral, têm sido objeto. Alguns autores suscitaram recentemente novos paradigmas que situam essa obra no seu tempo; buscam, nesse movimento, condições de superação de ideias tidas como anacrônicas. Dentro dessas ideias, incluir-se-iam não

⁵⁵⁴ BOSI, Alfredo. “Vieira, ou a cruz da desigualdade” in: DC: 119.

⁵⁵⁵ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”. Op. Cit., p. 35.

⁵⁵⁶ JÚNIOR, Guilherme Simões Gomes. *Palavra Peregrina*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 90.

apenas a leitura de Bosi, mas também a que, por exemplo, Haroldo de Campos faz do poeta seiscentista, Gregório de Matos, e se resvalariam para além deles, pelo mesmo motivo, chegando até os poetas de nosso neoclassicismo, do qual um autor aparentemente distante dessa ceara, como Basílio da Gama, é exemplo similar, pois se torna, ele mesmo, paradigma de outras leituras igualmente retóricas.

O expediente para o (re) pensamento dessa demanda teórica, suscitada por esses estudos, é matéria ligeiramente recente, e, aqui, não cabe senão um panorama breve da questão. Tome-se o artigo de Marcelo Paiva de Souza intitulado “Letras & outros: a América Portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII”, publicado na revista *Espéculo*. Nesse artigo, Paiva mapeia as tentativas – nesse caso específico, sempre muito diversas – de ler essa literatura, tentando identificar os incrementos de pesquisa que já se fizeram sentir em torno das questões que assombram os estudiosos de nossa literatura e *condição* colonial, a saber, o valor, *na História*, dessa produção. Paiva assevera que esse campo de estudos tem em Alcir Pécora, João Adolfo Hansen e Ivan Teixeira, a trinca de autores que renovaram, por assim dizer, o modo como se encarou até então parte dessa literatura. Para ele, portanto, parte dessa massa de estudos suporta “um retorno contemporâneo da retórica” que não soa nem como algo diversamente “reacionário” ou “nostálgico”, nem como “anacrônico”, perspectiva que esses autores estão tentando justamente evitar. Essas medidas analíticas “reclama[m], em medidas idênticas e complementares, tanto a [perspectiva] ‘historicista’ quanto [a] ‘nominalista’”⁵⁵⁷, guardada certa ressalva quanto a essas duas denominações ainda pouco esclarecedoras. Por certo, Bosi se insurge contra algumas dessas perspectivas de leitura, pelos motivos que logo veremos à frente, e que terá, em seu momento, a resposta de seus interlocutores. Note-se que o artigo de Paiva desvela o horizonte das pesquisas ainda em curso no sentido de rever a presença da pletora retórica no amplo espectro da cultura dos séculos XVI a XVIII, que contemplaria tanto o padre inaciano quanto autores mais diversos entre si como Gregório de Matos e Basílio da Gama – este último, objeto da erudita pesquisa feita por Ivan Teixeira, e que se estenderia a outros autores neoclássicos, como fica claro. Seria essa também a intenção da tese de João Adolfo Hansen, *A sátira e o Engenho*, defendida em 1988 na USP, e que contava, inclusive, com Bosi como membro da banca avaliadora. Hansen, na segunda edição do

⁵⁵⁷ *Espéculo. Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid em 2009 in: www.ucm.es/info/especulo/numero42/brascolo.html (consulta em 30/01/2011).

livro, publicada em 2004, chega a suprimir o vocábulo “barroco” de quase todas as páginas, dado o paradigma, radical, pronunciado por sua assertiva. Sobre Vieira, Pécora vai tão longe quanto Hansen: “falando especificamente sobre esses anacronismos, o mais grave deles, porque o mais frequente, é o da ‘estetização da experiência estética como esfera autônoma’, uma vez que, reposto o contexto histórico em que se inscreve e constitui a produção discursiva de Antonio Vieira, a ideia dessa autonomia colide violentamente com a concepção que preside o uso que faz da linguagem”⁵⁵⁸.

O que se aponta em todos esses livros, é exatamente a voz chamando a um despertar para este novo paradigma interpretativo em torno desse período histórico, do qual o seguinte trecho, extraído de outro livro de Alcir Pécora, é bastante sintomático do novo *status questionis* em vista da literatura seiscentista: “se o primeiro movimento, aqui proposto, promove o irreduzível do texto face ao ‘contexto’, ao ‘ambiente’, e o segundo refere a irreduzibilidade do próprio ‘contexto’ a algo exterior aos textos ou aos *constructos* históricos, há ainda um terceiro a observar, para não dar à ideia de texto ou de *constructo* uma indeterminação radical, que seja fruto menos de uma operação terrena, impura, histórica, do que emanação de uma deidade absolutamente livre, que nada tenha a ver com o tempo ou a morte”⁵⁵⁹. Ora, não é noutra *tom* que se exprime Hansen, embora recuando um pouco mais na sua rejeição a outro paradigma que não este que vimos citando, agora em vista de Gregório de Mattos: “categorias como ‘plágio’, ‘ressentimento’, ‘imoralidade’ (...) não dão conta historicamente, contudo, do seu funcionamento como prática discursiva de uma época que o século XX constitui como ‘barroca’: *como categorias analíticas, são apropriadas antes para o desejo e o interesse do lugar institucional da interpretação que propriamente para o objeto dela*”⁵⁶⁰. Ainda mais uma citação apenas para sobrepor a visão de um estudioso de período distinto do aqui visto, estampado no livro de Ivan Teixeira: “adotou-se essa perspectiva como uma modalidade de crítica intrínseca, que amplia sensivelmente o conceito de estrutura literária, levando em conta não só o texto em si, mas também o *ato de emissão, sua circunstância e o efeito provocado*”⁵⁶¹, isto é, a repercussão demandada pelo universo retórico que também condicionaria a produção

⁵⁵⁸ PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 40-41.

⁵⁵⁹ PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 15.

⁵⁶⁰ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. São Paulo: Ateliê, 2004, p. 16 (grifos meus).

⁵⁶¹ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 536 (grifos meus).

textual anterior ao romantismo. Se citamos o texto de Teixeira, aparentemente disperso do tema por nós pronunciado, é porque ele pode refletir-se em outro texto de Bosi, notadamente um, “As sombras das luzes na condição colonial”, que se refere justamente ao discurso *dúplice* de Basílio da Gama, pensando, talvez, na “dupla fidelidade” a que Antonio Candido se refere, perspectiva lida por ele como aderente a uma perspectiva teleológica, inaceitável, para a compreensão desse poeta. É bem por aí que se deve compreender a postura desencadeada pela nova forma de encarar o texto seminal desses autores: “ao contrário da hermenêutica romântica, o método retórico-poético enfrenta o sentido artístico de um texto como contingência histórica, entendendo-o como resultado de operações lógicas de sistemas convencionais, cujo funcionamento pretende conhecer e classificar”⁵⁶². Toda a perspectiva até agora lida resulta em um entendimento da unidade e historicidade do discurso vieiriano. Uma grande estudiosa do fenômeno Vieira, Adma Muhana, diria, contrariamente a essa perspectiva, que Vieira teria, sim, uma obra multivária, acidentada, enfim, que ela “não existe como unidade”⁵⁶³.

Notemos antes de prosseguir que os referidos textos, mais notadamente o de Pécora e o de Hansen, estão condicionados ao sentido de que o Estado Português incorporava a noção de “Corpo Místico”, resultado da leitura profunda que Santo Tomás de Aquino fez de Aristóteles, e mais ainda se se pensar no amplo repertório da retórica que *regia* e também *condicionava* a produção das letras em todos os âmbitos a que ela se circunscrevia. Segundo Hansen, “Santo Tomás afirma que a unidade do corpo pressupõe a pluralidade dos membros e a diversidade das funções em uma integração definida como ‘ordem’” (...) “Vieira”, e também Gregório de Matos, “repete[m] essa doutrina”⁵⁶⁴. Sobre o segundo tópico levantado, o retórico, dirá Hansen: “a sátira não é realista, pois não imita supostos ‘fatos’ da empiria, *mas encontra a realidade de seu tempo como prática discursiva de verossimilhanças e decoros partilhados assimetricamente pelos sujeitos de enunciação, destinatários e públicos empíricos*”⁵⁶⁵. Conceções estas de algum modo relidas a partir do livro de Quentin Skinner, As

⁵⁶² TEIXEIRA, Ivan. “Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa” in: Revista USP, n. 57, mar/maio de 2003, p. 153.

⁵⁶³ MUHANA, Adma. “A geração da Clavis Prophetarum” in: VVAA. *Gênese e memória*. IV Encontro Internacional de pesquisadores do Manuscrito e Edições. São Paulo: Annablume, 1994, p. 131.

⁵⁶⁴ HANSEN, João Adolfo, “Sermões” in: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Banquete nos trópicos*. São Paulo: São Paulo: SENAC, 1999, p. 29.

⁵⁶⁵ HANSEN, *A sátira e o engenho*. Op. Cit., p. 25 (grifos meus).

fundações do pensamento político moderno, e *Os dois corpos do rei*, de Ernst Kantorowicz, onde se delinea a retomada pelos constitucionalistas *neotomistas* da junção de Estado com Igreja⁵⁶⁶, daí o recorte: “neste trabalho, a obra de Quentin Skinner, tal um Virgílio-guia nos meandros neo-escolásticos do Boca do Inferno, serve de roteiro para um sumário dos principais pontos das doutrinas teológico-políticas encenadas na sátira”⁵⁶⁷, obra esta que se torna “paradigma avaliativo da sátira”. Na mesma ponta interpretativa, Marilena Chauí discorre da seguinte maneira o mesmo tema: “o governante terreno, pessoa régia, é proprietário de seu *patrimonium*, o reino (é marido da terra, filho da justiça e pai da lei). Imagem de Deus, mas humano, é *imago Christi* e portanto, como Cristo, pessoa dupla dotada de duas naturezas ou de dois corpos: seu corpo natural, finito e mortal, e seu corpo político, místico e imortal. O Estado, encarnado no governante, dirão os teólogos medievais modernos, é *Persona Mystica*”⁵⁶⁸.

Dos estudiosos mencionados provavelmente quem mais radicaliza essas premissas é Hansen, tendo em vista realizar uma inquirição tão rigorosa quanto possível, até mesmo em torno do conceito de *Barroco*, advindo de uma nominalização posterior de sua nuclear condição histórica, extraída dos escritos de Heinrich Wölfflin, aspecto que será mediado pelo livro de João Simões Gomes Júnior, *Palavra peregrina*, quando historia o termo nas mais diversas orientações interpretativas – conceito que ainda persiste, diga-se – como se lê em Sérgio Buarque de Holanda, Otto M. Carpeaux, Candido, Lourival G. Machado, dentre outros.

Fica ocioso dizer que a perspectiva de Bosi, tanto no que se refere a Gregório de Matos, quanto a Antonio Vieira, é distinta de todas elas, embora ele não as negue de todo, isto é, principalmente na sua reconstituição histórica. Ainda do quadro, pode-se dizer que indicamos a possibilidade de que Pécora, Hansen e Teixeira tenham à sua maneira, razão, mas somente diríamos isto se antes matizássemos as categorias através do conceito de *sujeito* e de *tempo histórico resultante*, categorias em alguma medida redefinidoras dessa retórica resolvida por Pécora e Hansen, pouco afins a um determinismo irrestrito e restritivo, cuja amplitude, ainda de acordo com Bosi, pode e

⁵⁶⁶ Cf., PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. Op. Cit., p. 72ss; HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*. Op. Cit., p. 71ss.

⁵⁶⁷ HANSEN, *A sátira e o engenho*. Op. Cit., p. 271-272.

⁵⁶⁸ CHAUI, Marilena. *A nervura do real*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 97. Cf. KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 48ss.

em certa medida *deve* ser mediada por sua condição *resistente*. Enfim, como ele diz no texto “*Poesia versus racismo*”: “a *filtragem ideológica e estética é tema recorrente da dialética da colonização: as ideias e as palavras difundem-se com maior ou menor pertinência*”, ou, em outro texto, em que considera a literatura também parte da matéria corrente da ideologia, em que é um pouco mais incisivo: “nesse processo de passagem o ideológico se diferencia do teórico. A ideologia enquanto tática defensiva de grupos sociais tem de ser amoldável a contextos díspares. *Não há traduções fieis e integrais de uma ideologia quando esta passa do centro para a periferia*. Há adaptações, ajustes, filtragens”⁵⁶⁹. A validade desta tese está posta à prova por qualquer leitor.

Segundo Bosi, a condição colonial, portanto, da literatura brasileira, se presta a digitar nas obras sua peculiar característica *histórica* adversa de sua congênere europeia e, por isso, aplicar aqui, segundo Bosi, *ipsis litteris*, recursos *únicos* de leitura dessa mesma literatura, seria anacronismo, perda da herança histórica que é afinal, segundo ele, a própria *condição da colônia*. Para finalizar esse pequeno interlúdio, cremos que a pergunta mais apropriada a se fazer nesse caso a respeito das teses aqui tratadas, estaria envolta no conceito de tempo e recepção, condensada na seguinte indagação: *o tempo e a percepção*, bem como a *recepção pública e composição* que esses estudiosos admitem nos seus textos terão sido tão homogêneos quanto se supõe?

A enorme obra de Vieira seria, para Bosi, dosada pela mediação de *contradições* inextrincáveis, que se repercutiriam em toda ela de modo indelével. A própria condição histórica de Vieira corroboraria essa visão. Portanto, sua interpretação só teria “a ganhar se fo[sse] nortead[a] por um empenho interpretativo que con[seguisse] extrair dela a riqueza das suas contradições”⁵⁷⁰. Norteadado pela “fidalguia da ação”, Vieira comporia a corte de outros inacianos, vistos por uns como possuídos por um discurso perigoso, por isso, “prega em clima hostil ou suspeito”, quando, por exemplo, está em presença de “d. João IV, [d]os nobres, [d]os teólogos, [d]os letrados de Coimbra, [d]o Santo Ofício”, em torno das questões de “licitude de um empreendimento a ser financiado em boa parte por banqueiros e mercadores de extração cristã-nova”⁵⁷¹. Vieira insistiria nessa tentativa, pois conhecia a condição das terras brasileiras cuja capital, Bahia, já havia sido invadida pelos holandeses. Os protestantes conheciam os veios burgueses dos

⁵⁶⁹ BOSI, Alfredo. “Formações ideológicas da cultura brasileira” in: *Estudos Avançados* 9(25), 1995, p. 284.

⁵⁷⁰ BOSI, Alfredo. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. Op. Cit., p. 119.

⁵⁷¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 120.

novos tempos, segundo Bosi, por isso, seus empreendimentos estavam amplamente bem amparados pelo capital daqueles países, então recentes na adesão às teses luteranas, capital este que tanto faltava a Portugal.

Note-se que aquela configuração contraditória seria a tônica do texto do historiador do Brasil Colônia, Ronaldo Vainfas, quando, no livro *Ideologia e escravidão*, estudando o sermão XXVII do Rosário, pregado em 1680, acaba estabelecendo conclusão semelhante à de Bosi, certificando o autor de que Vieira postula uma clara dicotomia entre o corpo dominado e o corpo livre: o escravo teria o corpo cativo, mas a alma seria livre, desde que não se ausentasse da Graça pelo pecado. Os termos de Vainfas dão-se em torno da ideia de que a pregação do inaciano estaria submetida a uma intenção ideológica. Na sua interpretação histórica: “no mundo barroco de Vieira aparecem tipos varados de consciência social”. Por isso, em torno à prédica que dizíamos atrás:

A pregação se inicia com duas mensagens sucessivas, a primeira dirigida aos senhores, e a segunda aos escravos. Ambas visam preparar a consciência dos ouvintes para o entendimento do tema central. A primeira contém uma crítica contundente à escravidão: o tráfico é a ‘transmigração’ desumana e diabólica que reduz os negros ao cativo, e a escravidão é o teatro das desigualdades. Felizes, ricos, rompendo galas, banqueteados – assim vivem os senhores do Brasil. E ainda tratam os escravos como brutos, a ferros e açoites. As imagens dos escravos são inversas: miseráveis, despidos, agrilhoados, famintos, maltratados. No fundo, a exortação denunciava as condições de vida dos escravos e construía a imagem de um *senhor tirano*, a quem cabia reformar⁵⁷².

Os escravos teriam, portanto, de submeter-se aos seus senhores, tema caro ao Apóstolo Paulo quando distingue os poderes *temporais* dos *supra-temporais*, constante e perfeitamente coeso à reinterpretação contrarreformista, e seguidas de perto por Vieira, mas que seria relida de forma diferente pela Reforma Protestante, sobretudo a de extração luterana. É o que Quentin Skinner afirma: “as objeções formuladas por Lutero à posição social e aos poderes da Igreja também o levaram a repelir toda e qualquer pretensão das autoridades eclesiásticas a exercer jurisdição sobre os assuntos temporais”⁵⁷³. Essa a primeira parte da reação protestante. A segunda diria respeito ao

⁵⁷² VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986, p. 126 (grifos do autor).

⁵⁷³ Cf. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, p. 296. Neste caso, as sérias convicções de Lutero trariam para o debate teológico pelo menos duas consequências políticas, de acordo com o texto de Skinner: “primeir[a], [Lutero] assume um claro compromisso de repudiar a ideia segundo a qual a Igreja possui poderes de jurisdição, e por isso detém autoridade para dirigir e regular a vida cristã”. E a segunda delas, a “doutrina

modo de compreender uma possível intromissão, que vem da Europa, já sentida fortemente em parte do Continente, porque a Igreja Católica já vinha apresentando um caráter mais ou menos bélico, sobretudo naqueles reinos em que a presença protestante crescia a olhos vistos⁵⁷⁴.

Vieira vira-se empenhado na resolução de um grave problema que envolvia as categorias de particularidade e universalidade de um discurso que se propunha mediar e minorar esses conflitos que se sentiam no Reino – de Deus, de Portugal: a questão de como conciliar as perspectivas terrena e supranatural; em outras palavras, “como compor um discurso persuasivo, isto é, suficientemente *universal* nos argumentos para mover *particularmente* a fidalguia e o clero a colaborar na reconstrução do Reino, até então escorada sobretudo pela burguesia e pelos cristãos-novos?”⁵⁷⁵.

Não é por acaso a construção de inúmeros sermões, tal qual o *Sermão da Primeira Domingo do Advento*, cujo tom de defesa girava em torno do “*novo nascimento de cada homem*”, como sublinha Bosi, que assumiria termos medievais e barrocos *ressemantizados*, como “fidalguia”, “nobreza” e “honra”, trazendo-os, segundo Bosi, para o convívio do tempo presente, “liberando-os portanto da pura sujeição à herança familiar e estamental”. Por isso, para o Autor, o “valor positivo chama-se *ação*; e o contravalor mais funesto, *omissão*”⁵⁷⁶. Passando o ensaio a verificar justificadamente a concepção de tempo em Vieira, “*kairós*”, isto é, “Tempo da Graça”, nos termos de Bosi, “grávido de ação”. De fato, o veio pelo qual Bosi enfeixa a teologia do padre, bem como por certa perspectiva cristã, universalista; o sermão asseguraria que o “que define o homem é o predicado, não a substância calada da coisa”⁵⁷⁷, que irriga o conceito de resistência pronunciado por Bosi em seus escritos, ecoado aqui no sermonário vieiriano.

de que está em mãos da Igreja capacitar um pecador a alcançar a salvação, por meio de sua autoridade e sacramentos”, p. 294.

⁵⁷⁴ Cujo exemplo mais marcante pode ser dado em torno de alguns Países Nórdicos. Por exemplo, na reação que esses países apresentam ao ideário católico. Ou seja: “na Dinamarca, atingiu-se o nível de perigo sob o reinado de Cristiano II, que em 1521-22 promulgou o Código Civil e Eclesiástico de Byretten. Esse propunha por termo a todos os apelos a Roma, abolir os poderes dos tribunais eclesiásticos em todos os assuntos que envolvessem propriedade e estabelecer um novo tribunal régio, com autoridade para decidir em última instância todas as causas, quer eclesiásticas, quer cíveis”, SKINNER, Quantin. *As fundações do pensamento político moderno*. Op. Cit., p. 341.

⁵⁷⁵ BOSI, Alfredo. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. Op. Cit., p. 123 (grifos do autor).

⁵⁷⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 124 e 125 (grifos meus).

⁵⁷⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 126.

Portanto, o que une a perspectiva bosiana na interpretação de Vieira, é o fulcro da pregação inaciana, radicada no seu “voluntarismo” que se “constitui [em] essência da alma racional e livre”⁵⁷⁸. A pregação de Vieira recorre, naquele caso, para o livro de Tiago, contraponto dialético à pregação paulina, cuja essência é a pregação da fé *com* obras, da ajuda aos órfãos e às viúvas, fé que, sem este contraponto, *é morta*, segundo as escrituras. Na outra ponta encontra-se a “hipocrisia protestante”, a “Bíblia e Calvino”, no sermônário, a busca da “pureza do lucro e a santidade do industrialismo liberal”, premissa que se segue à constatação, censurável, segundo Pécora, de que “o discurso de Vieira parece, nessa ordem de razões, *avançado e moralmente impecável*”⁵⁷⁹, ou mesmo que tal discurso, o de Bosi, sofreria de inverossimilhança por seu “evolucionismo histórico” ou mesmo por seu “idealismo”⁵⁸⁰. Outra também não seria a posição de Bosi quando lê o projeto de Vieira como “*progressista*, quando comparado com o vetor reacionário da Inquisição e de boa parte da nobreza”⁵⁸¹. Ao contrário, diz Pécora: “não há meio sequer de aplicar o termo ‘progressista’ a ele: nem é ‘avançado’ em relação a seu tempo, nem busca qualquer finalidade subversiva em relação à instituição eclesial”⁵⁸².

Mas Bosi não se detém apenas neste ponto, importante sem dúvida, pois agora passa a encarar o modo ambíguo como Vieira lida com índios e negros, verdadeiro ponto nevrálgico da pregação do inaciano. Para Bosi, “o pregador acha-se dividido entre uma lógica maior, de raiz *universalista*, tendencialmente *igualitária*, e uma retórica menor, que trabalha *ad hoc*, particularista e interesseira”⁵⁸³. De fato, confirma Bosi, Vieira estava “respaldado por vários documentos de papas favoráveis à liberdade dos índios”, exemplo disso é a “bula *Sublimis Deus* emitida por Paulo III”. A igreja é lida como contraditória por Bosi, e o próprio Vieira está imerso nessa contradição, espelhada pela *vontade dentro da ortodoxia*, que “o pungia como um remorso”, como se vê no texto. Obviamente que dentro desta mesma ortodoxia, fica muito difícil imaginar os inacianos “desenvolver[em] um projeto social coeso [e, mesmo,] à revelia das forças

⁵⁷⁸ *Id., Ibid.*, p. 127.

⁵⁷⁹ *Id., Ibid.*, p. 128.

⁵⁸⁰ PÉCORA, Alcir. “Vieira, o índio e o corpo místico” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 440.

⁵⁸¹ BOSI, Alfredo. p. 134. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. Op. Cit.,

⁵⁸² PÉCORA, Alcir. Op. Cit., p. 430.

⁵⁸³ BOSI, Alfredo. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. Op. Cit., *Id., Ibid.* (grifos meus).

que dominavam esse mesmo sistema”⁵⁸⁴, que Bosi aventa como coesas à ética católica, esta lida como fraternal e evangélica. Para o estudioso, resta aos inacianos “o compromisso, ou a resistência”, sugestão coesa à sua própria escolha paradigmática em Vieira.

Voltando ao discurso do padre Vieira, Bosi questiona-se como seria ainda possível casar seu discurso entre as instâncias particular e universal com que lida o evangelho por ele pregado, cuja exigência devia-se a uma *ação atual*: Vieira passa rente ao discurso dominante memorando “pactos antigos fundados em uma distinção cavilosa: cativo lícito, cativo ilícito”, transitando, portanto, entre o “*kerygma* cristão” e os imperativos dos “interesses”.

Por certo, para Bosi, ainda mais capcioso é o tema da escravidão em Vieira. Sobressalta aos olhos do leitor o gesto de profunda melancolia por parte do crítico, quando constata no Pe. Vieira, sobretudo nos sermões XIV, XVI, XX e XXVII do Rosário, dentre outros, uma ambígua dualidade, para concluir que, em alguns desses sermões, via a *tópica* do símile, Vieira transita “da imanência subjetiva à transcendência”, onde se aciona “um presente vivido e sofrido”⁵⁸⁵. Por isso, Vieira “fere” com insistência “a divisão social que está na raiz do trabalho compulsório”⁵⁸⁶. Resultado dessas inquirições perturbadoras, à luz do Evangelho, questiona-se essas contradições com a mesma vigência da conciliação entre lei natural e lei da razão, momento alto do texto bosiano:

Aquele mesmo embaraço causado pelo absurdo da escravidão desfaz-se mediante uma outra teoria da História, radicalmente oposta à que se esboçava linhas atrás: Vieira apela agora para a noção do sacrifício compensador. E a opressão, que, naqueles textos, fôra julgada um grave pecado dos homens, acha, neste, meios de justificar-se na esteira de um discurso providencialista⁵⁸⁷.

Mais atrás, Bosi faria um paralelo entre Vieira e Marx, quando da disposição *similar* entre o pregador, falando em seu sermão, do doce inferno dos escravos, e o trabalho livre humano, já na ordem da crítica pós-Iluminista do pensador alemão. Esse paralelo aponta inúmeros questionamentos mais gerais em torno da obra de Vieira, como fazemos agora. Notamos apenas que a obra multifacetada e cosmopolita de

⁵⁸⁴ *Id., Ibid.*, p. 137.

⁵⁸⁵ *Id., Ibid.*, p. 143.

⁵⁸⁶ *Id., Ibid.*, p. 144.

⁵⁸⁷ *Id., Ibid.*, p. 146.

Vieira, como não poderia deixar de ser, sugere, a qualquer leitor, um turbilhão de implicações hermenêuticas, e é por estas implicações que o padre, consorte sua enorme fortuna crítica, receba tratamento valoroso de muitos estudiosos. Para que se compreenda melhor a objeção de Pécora, citamos as linhas da analogia ou paralelismo de Bosi. Mencionando Vieira primeiro, Marx depois, lê-se:

Eles mandam e vós servis; eles dormem e vós velais; eles descansam, e vós trabalhais; eles gozam o fruto de vossos trabalhos, e o que vós colheis deles é um trabalho sobre outro. Não há trabalhos mais doces que o das vossas oficinas; mas toda essa doçura para quem é? Sois como abelhas, de quem disse o poeta. *Sic vos non vobis mellificatis apes*. O mesmo passa nas vossas colmeias. As abelhas fabricam o mel, sim; mas não para si.

Daí a passagem, extraída dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, paralela a ela, que provocará a reação respeitosa, mas negativa, de Alcir Pécora:

Marx diria dois séculos depois: ‘Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, mas choupanas é o que toca o trabalhador. Ele produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade⁵⁸⁸’.

É este *veio progressista* da leitura que irá provocar, em Alcir Pécora, o seguinte comentário, em nota a seu texto “Vieira, o índio e o corpo místico”. Gostaríamos de dizer antes de citá-lo, que o arrazoado de Pécora alude antes a um *gesto* e a pressupostos epistemológicos que remetem antes a uma concepção que parece distinta, porque mais geral, de sua obra sobre Vieira. Isto, não apenas neste texto, como apontamos mais à frente. Veja-se então que, para o estudioso da Unicamp:

O tema [do índio em Vieira] aturde quando se topa com o emaranhado de equívocos que alguma fortuna crítica acumulou sobre ele [Vieira]. (...) o primeiro equívoco é do tipo que quer ver em Vieira um ‘progressista’, ou quase (...) Vieira antevê e adota, [segundo essa crítica] quanto pode, a perspectiva de uma Razão universal que se opõe ao atraso da escravidão (...). É assim uma espécie de Vieira afrancesado e setecentista – pré-ilustrado – que surge daí, quando não um Vieira pré-marxista⁵⁸⁹.

⁵⁸⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 144. Bosi permanecerá com o paralelo, quase *ipsis litteris*, no último grande texto que publicou sobre Vieira. Cf., “Antonio Vieira: Vida e Obra. Um esboço” in: BOSI, Alfredo. (Org.). *Padre Antonio Vieira essencial*. São Paulo: Cia das Letras, 2011, pp. 73ss.

⁵⁸⁹ PÉCORA, Alcir. “Vieira, o índio e o corpo místico”. Op Cit., pp. 423-424. A premissa de Alcir Pécora é a de que o sermonário e a obra de Vieira, como um todo, encerram uma unidade *formal, política e teológica*, que demarcam perspectivas mais amplas de leitura em torno do padre inaciano. Diz ele em *Teatro do sacramento*, p. 61: “no trajeto de minhas leituras de Vieira, e do esforço de retomar as referências originais colocadas por ele em um certo conjunto histórico, pareceu-me, entretanto, cada vez com maior nitidez, haver uma forte *unidade de perspectiva* em

Esta a perspectiva que abre o texto de Pécora, indicando ao leitor que ele perscruta a obra de Vieira como sendo conduzido pelo signo da *identidade e da unidade* que a obra do inaciano comporta. Portanto, seu eixo de leitura encampa não apenas este texto, mas todos os outros do professor da Unicamp, que é a unidade *teológico-retórico e política* dos sermões vieirianos. Este preâmbulo deve ser esclarecido antes de tudo⁵⁹⁰.

Feito isto, o texto de Pécora passa a pensar as relações entre os termos da síntese acima referida nos artigos de Bosi, encarecida de uma tentativa de compreensão do sermonário no seu contexto retórico, imerso, segundo sua mesma perspectiva, na política do Reino de Portugal e dos países católicos, cuja urdidura política ressentia-se muito da interpretação feita pelos escolásticos da filosofia medieval, principalmente de Santo Tomás de Aquino, como dissemos. Somente isso pensado é que se torna mais frutífero estabelecer o fio condutor de Pécora. Dentro de nossa perspectiva, o autor passa a responder diretamente ao capítulo do livro de Bosi com o comentário em nota a que aludimos acima, e que incide justamente *contra a convicção* do texto bosiano. A citação aborda o paralelo do mesmo texto que lemos:

É o caso da impressão que deixa o artigo do professor Alfredo Bosi (...) que justapõe, a meu ver, e salvo o respeito que me merece o eminente estudioso, *de maneira inteiramente equivocada e anacrônica* as palavras de Vieira sobre os negros de um engenho, que não gozam do mel de suas oficinas, e as de Marx, em que o trabalhador é privado das maravilhas que produz. Ora, se neste a afirmação remete à crítica radical do sistema injusto de exploração do trabalho pelo capital, em Vieira, muito ao contrário (...), *a exclusão do gozo do bem material produzido pelo escravo é motivo de encarecimento de sua imitação desinteressada da Paixão de Cristo*, que, senão lhe dá de provar o mel do engenho, dá-lhe o gozoso da Bem-aventurança (...) muito melhor⁵⁹¹.

seus textos". Note que o autor aponta desde já sua real desavença contra aqueles que vêm nas contradições de Vieira um mote de leitura. Para ele, a linha que Bosi aventa aponta uma vez mais para o horizonte daqueles que encarecem na fortuna crítica de Vieira, a presença e o "coroamento" "de críticos que falam em 'contradições' e 'incoerências' do Padre Antonio Vieira" (idem), contradições estas que o teórico não vê senão como pequenos desvios dentro de um discurso coerente, e *unificado* pelas perspectivas teológica, política e retórica.

⁵⁹⁰ Não tomo apenas este texto particular como horizonte hermenêutico para a compreensão do texto bosiano. Há que mencionar a obra mais desenvolvida de Pécora. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. Op. Cit. Bem como todos os artigos citados na bibliografia. Note-se que Ivan Teixeira considera um verdadeiro "extremo teológico" sobrepor "o pregador jesuíta a Karl Marx". TEIXEIRA, Ivan. "Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América portuguesa" in: *USP*, n.57, p. 143.

⁵⁹¹ PÉCORA, Alcir. "Vieira, o índio e o corpo místico". Op. Cit., p. 457, Nota 3 ao texto (grifos meus). Note que Ivan Teixeira retoma os mesmos termos da leitura de Pécora, anunciando sua discordância em relação à perspectiva bosiana e temperando-a com as reticências que ainda

Todo o artigo de Pécora parece ser uma resposta a duas injunções interpretativas a respeito do sentido de “ação” em sua prática religiosa e no sermônário de Vieira, tal como lida por Alfredo Bosi: a primeira delas é que Bosi representa justamente esse veio interpretativo que poderia ser tido como uma leitura dita ‘progressista’ de Vieira. A segunda delas, por outro lado, estaria relacionada a um tipo de revisionismo histórico “que não desconfia haver outra ‘lógica’ a não ser a do dogma evolucionista que adota e revisa a história primitiva anterior a ele”, como é o caso, segundo Pécora, de Luís Palacin, autor de *Vieira e a visão trágica do barroco*⁵⁹². O artigo de Pécora defende um Vieira “nem ilustrado, nem ideólogo; nem libertário, nem retrógrado”⁵⁹³. Para chegar a semelhante conclusão, Pécora estuda os movimentos históricos, epistêmicos e teológicos de que Vieira fez uso em sua longuíssima trajetória, indicando, na sua obra, que seu sermônário enquadra-se em uma *unidade* inteligente.

Pécora adianta que já antes do padre Vieira, as questões tratadas pela empresa inaciana eram de conhecimento dos “tratadistas espanhóis da Segunda Escolástica”⁵⁹⁴. Modelados pelo princípio de ir a todas as nações a pregar as Boas Novas, lido no último capítulo do Evangelho de São Mateus, os pregadores não poderiam renunciar a esse mandamento que se constituía “inalienável”. Assim, o indígena, compreendido como o “outro” a ser atingido pelas missões estava “incluído na lei natural da potência humana análoga a Deus”⁵⁹⁵. O evangelismo seria feito, segundo Vieira, mediante não o uso da força, mas de modo “suave”, que, nas palavras de Pécora, surtiriam melhor efeito.

O sentido hierárquico entre os aspectos terrenos e os de natureza espiritual, sem dúvida alguma ligados entre si, tem em Vieira uma coerência forte. Esse sentido se espraiaria, por exemplo, na relação entre o “cativeiro” e a “conversão”, em que o último teria maior valor⁵⁹⁶. A crítica de Pécora ao artigo de Bosi se firma no paradoxo da “ação”, esta se enraíza entre as potestades da História (portanto, *contingente*) e do Reino dos Céus (logo, *transcendente*), perspectiva tida por Pécora como tendenciosa e anacrônica. Todo o fim do artigo de Bosi já seria, segundo Pécora, um notável esforço

prevalecem na disjunção da leitura que Bosi defende, segundo este interlocutor. Cf. de Ivan Teixeira, “Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América portuguesa”. Op. Cit.

⁵⁹² *Id., Ibid.*, p. 457, nota 4.

⁵⁹³ *Id., Ibid.*, p. 424.

⁵⁹⁴ *Id., Ibid.*

⁵⁹⁵ *Id., Ibid.*, p. 435.

⁵⁹⁶ *Id., Ibid.*, p. 431.

por um *revisionismo* e pelo esforço de conciliação entre dois paradigmas que são absolutamente estranhos a Vieira e a seu tempo: o *catolicismo liberal e a sociologia marxista*. De acordo com Pécora, o que não é conciliável entre ambas as propostas interpretativas, e deles com a mentalidade barroca e contra-reformista, a única que a verossimilhança textual e histórica dá a Vieira, vai endereçado à conta de sua ‘contradição’, para ser salva de tomar um caráter definitivamente oportunista, traço que o artigo de Bosi assinaria sem maiores esforços. Para Pécora, “a sua [de Bosi] explicação [é de] de tom materialista”. Por isso, nos seus termos:

Toda esta explicação bem poderia não ser mais que manifesto revisionismo explicitado pelo esforço, *anacrônico*, de conciliação entre dois paradigmas, absolutamente estranhos a Vieira e seu tempo: o católico liberal e o marxista. O que não é conciliável entre ambos, e de ambos com a mentalidade barroca e contra-reformista que é a única que a verossimilhança textual e histórica dá a Vieira, vai tudo à conta de sua ‘contradição’, que apenas se salva de tomar um caráter definitivamente oportunista, senão velhaco, pelo pungente da *mea culpa*⁵⁹⁷.

Não se trata, para Pécora, de pensar Vieira como contraditório “em que a perspectiva supostamente progressista de origem vê-se obrigada a concessões que a acabam contrariando.”⁵⁹⁸. Para ele “esta interpretação é inverossímil já não fora seu ‘progressismo’, vale dizer, pelo evolucionismo histórico em que se apóia e p[elo] seu idealismo, uma vez que supõe a origem autônoma de uma razão de ‘intenção’”⁵⁹⁹, lidas igualmente como anacrônicas. O mesmo subscreve Ivan Teixeira no artigo citado em que diz ser “epistemologicamente” pouco “sustentável supor que a agudeza da alegoria de Vieira pudesse vincular, retrospectivamente, a Companhia de Jesus à secular tradição católica de justificar certos momentos de violência do cristianismo em nome da propagação das ‘verdades’ do Evangelho”⁶⁰⁰.

No debate que se fez pouco depois do lançamento de *Dialética da colonização*, no jornal *O Estado de São Paulo*, Bosi diria que sua hermenêutica seria mesmo conduzida por uma perspectiva iluminista e universalista cristã. Não estaria Bosi incorrendo naquela particularidade crítica que ele mesmo denuncia em “A interpretação da obra literária”, ou seja, em não deixar “que o texto nos possua e turve a nossa

⁵⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 459, nota 80 (grifo meu).

⁵⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 440.

⁵⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 440.

⁶⁰⁰ TEIXEIRA, Ivan, “Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América portuguesa”. Op. Cit, p. 143.

consciência histórica”⁶⁰¹. Pensada em termos históricos, a posição de Vieira é realmente paradoxal, “lutou pela liberdade dos mesmos índios, mas admitiu e até recomendou a escravização dos africanos”⁶⁰², na objeção de Schwarz ao livro de Bosi. O ensaio de Bosi não tem essa intenção revisionista, como sugere o texto de Pécora. Antes de entrar nos méritos dos muitos textos de Vieira, Bosi mostra-se bastante cômico do papel da história na conformação de seu sermão, bem como de sua *facie* contraditória e polêmica, por ele mesmo admitida no debate do jornal a que referimos. O que mais chama a atenção no ensaio, salvo melhor juízo, é a identificação da fidalguia vieiriana à perspectiva do cristianismo, tal como lido nos evangelhos, e o veio materialista parece ser mínimo dentro dessa ótica, embora o teor da analogia sugira isso. É à luz da teologia cristã que parece ser condicionada a leitura, concordando com a habilidade de historiar o tempo do iniciano, em suas notórias contradições.

Parece, na verdade, aqui também, que os olhares de ambos os pesquisadores, Bosi e Pécora, não estão dirigidos a uma mesma perspectiva analítica. Eles parecem ser conduzidos por planos não congruentes, embora lidem com as mesmas obras. Não à toa, nossa análise incorpora no corpo do trabalho o paradigma estabelecido por Pécora, o mais forte, a nosso ver e, salvo engano, mais amplo paradigma de leitura em torno a Vieira de que se tem notícia atualmente⁶⁰³. Por isso mesmo, Bosi responde a esse paradigma em tom ameno, pedindo antes cautela, objetando que as contradições apontadas por seus ensaios são de ordem hermenêutica e podem ser produtivas no rescaldo das respostas a que seus leitores lhe endereçam:

Identificar a matriz ideológica de Vieira como homem do século XVII, patriota e jesuíta, nacional e supranacional, leva ao pressuposto historicista *strictu sensu* da *uniformidade e coerência* (grifos meus) do *espírito de época*, sem dúvida grato ao nosso entendimento, que outra coisa não pede senão repousar no conforto de um conceito-síntese. Mas a história, que é feita também de meandros, pede ao pesquisador atentas vigílias antes do descanso reparador⁶⁰⁴.

Portanto, a advertência de Bosi vai dirigida no sentido de notar na história de Vieira, assunto que é tão vasto, mais ainda ele que viveu tanto tempo, seus aspectos

⁶⁰¹ CI: 479.

⁶⁰² SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 85.

⁶⁰³ Em não só ele, aliás. Basta que lidemos com a perspectiva que assume João Adolfo Hansen para verificarmos que é da mesma escola que Pécora. Como dissemos em nota extensa mais acima, essa perspectiva vem sendo assumida com mais vigor nas duas últimas décadas.

⁶⁰⁴ BOSI, Alfredo. “Antonio Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição” in: *Estudos Avançados* 22(64), 2008, p. 245.

contraditórios, dado que sua história acidentada dever ser acompanhada de perspectivas abertas e nuançadas. A própria História, no caso de Vieira, exposta por vários de seus biógrafos, não cansa de repetir, e também de nos convencer que a obra de Vieira, produzida nos seus quase cem anos de vida, pode ser, sim, lida à luz de sua real contradição. É o que sugere o termo *pseudomorfose*⁶⁰⁵. Quer-se dizer que Bosi está em busca de sutis signos que estariam submersos no texto vieiriano. Portanto, atualizando o debate: onde os textos de Pécora enxergam identidade, os de Bosi vêm descontinuidade. Os grifos que fizemos indiciam mais ainda: querem dizer que a assunção dessa perspectiva pode resvalar-se em uma idealização do momento histórico como possuindo uma carga *irreal* de homogeneidade, fato que já deixamos expresso em nota.

O progressismo de Vieira vai ser novamente notado por Bosi quando pensa nele sua concepção de tempo, a propósito da polêmica *História do futuro*. Para Bosi:

A concepção de tempo que sai dos escritos de Vieira é mais do que simplesmente linear. Diria que é *cumulativa* e *ascensional* (grifos do autor), pois nela o presente traz no bojo todo o passado, enriquecendo-o com os achamentos do novo, este, por seu turno, espera outros e melhores acréscimos com o advento do futuro. Concepção sem dúvida progressiva e (arriscaria dizer) *progressista*⁶⁰⁶.

Toda a reflexão que Bosi fez acerca das profecias de Vieira segue, como não poderia ser diferente, dado seu *parti pris* hermenêutico, pelo conceito de tempo. O próprio sentimento de profecia presentifica a “unificação” dos tempos onde o conhecimento onisciente de Deus torna o futuro presente. Esse sentido, diretamente extraído dos escritos proféticos do Velho Testamento, embora não fosse incomum à época de Vieira, já estava sendo visto com cautela, ainda mais quando se pensa a presença da Inquisição, vigilante sobre movimentos milenares suspeitosos. Por que profecia? Bosi *dixit*:

Diria que o pressuposto de toda visão profética é a crença de que o processo histórico não se faz por um mero agregado de eventos casuais. No horizonte do profeta, a história seria dotada de um *telos*, uma direção, um sentido final, que, por sua vez, tende a ser totalizante.

⁶⁰⁵ Termo, como se pode ver, igualmente criticável, segundo Pécora, pois que subsumido ao mesmo paradigma criticado. Cf., “Uma exegese do Capital” in: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 40, n. 1, (Summer 2003), pp. 59-65.

⁶⁰⁶ BOSI, Alfredo. “Vieira e o reino deste mundo” in: LR: 67 (grifo meu).

Verifica-se no discurso profético uma combinação singular de contingências aparentes e finalismo sistemático⁶⁰⁷.

Já sabemos qual era o propósito de Vieira ao encarecer o novo, isto é, os profetas e os comentadores recentes: fazer a apologia do Bandarra e de si próprio, testemunhos dos feitos portugueses e de uma pátria gloriosa, depois decaída e sujeita ao estrangeiro, enfim, restaurada e prestes a sediar o quinto, último e maior de todos os impérios deste mundo⁶⁰⁸.

Esse assunto, algo obsessivo para Bosi, será retomado oito anos depois em um texto cujo título remete exatamente a essa vertente “escandalosa” de Vieira⁶⁰⁹. Nesse texto, Bosi dirá que Vieira é “homem de ação” e que, dada sua envergadura, merece (re)leituras constantes a fim de que não se caia em “sínteses precoces”, ou em uma “imersão precipitada das trajetórias pessoais em grandes complexos histórico-literários” que desfigurariam, na sanha de planificação, uma vida cheia de acidentes. Segundo essa leitura, Vieira apresentaria uma concepção dualista no que se refere à relação algo paradoxal entre Igreja e Estado (“meu reino não é deste mundo”, disse Cristo), mas que ganha relevo exatamente pelo empenho de Vieira em relação a Portugal e sua colônia. Vieira “não tinha dúvida alguma a respeito do *caráter dual mas convergente do Reino*”⁶¹⁰.

⁶⁰⁷ *Id., Ibid.*, p. 57.

⁶⁰⁸ *Id., Ibid.*, p. 69.

⁶⁰⁹ “Antonio Vieira; profeta e missionário. Um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição”. O termo pseudomorfose ou “falsa forma” é referência a “uma figura pela qual a camada superficial do texto não corresponderia à sua mensagem profunda: baseado em profecias bíblicas e nas trovas do Bandarra, Vieira cria a imagem de um Quinto Império universal e cristão sob a qual, porém, se pode detectar o projeto de um vasto império português”, como esclarece dele Alfredo Bosi no ensaio, *Estudos Avançados* 22(64), 2008. O ensaio tem claras reminiscências de alguns artigos de Otto Maria Carpeaux, citado no *corpus* do texto. Foi publicado nos números 64 e 65 da revista. O texto é revisão da palestra dada pelo autor na USP no Seminário Internacional comemorativo dos 400 anos de Vieira. Sobre o termo de Carpeaux, Bosi dirá, à página 250: “Carpeaux propõe a vigência de um *procedimento ideológico e estilístico peculiar* a certos momentos altamente conflitivos, em que o antigo e o moderno entram em aliança *contraditória, tensa*, pela qual uma linguagem antiga ou antiquada veicula (e ao mesmo tempo, encobre) uma mensagem moderna; ou, vice-versa, uma linguagem moderna veicula (ou oculta) um pensamento conservador se não reacionário” (grifo meu). De algum modo, Bosi está tentando aqui *salvar o fenômeno*, como se diz em Epistemologia, endossando a leitura que se aproxima da sua própria hermenêutica.

⁶¹⁰ BOSI, “Antonio Vieira: profeta e missionário. Um estudo em pseudomorfose e a contradição”. *Op. Cit.*, p. 243 (grifos do autor).

Creemos que a melhor resposta a Pécora, no sentido em que vinha descrevendo, está nesse texto citado, em que Bosi, justamente por encontrar em Vieira uma subjetividade paradoxal, como, aliás, paradoxal é seu tempo, acaba sustentando sua vocação acidentada, mobilizada pelas lutas não apenas suas, mas dos jesuítas como um todo nas colônias.

Relembramos, em texto de 2005, sua discordância em relação a leituras diversas que não percebiam essa dimensão contraditória e acidentada de Vieira, texto que corrobora sua meticulosa reconstituição do tempo e da teologia do Padre, lembrando, para isso, as lutas incruentas em que esteve envolvido na trajetória de sua longa vida. Bosi dirá:

Que forças sociais levaram os colonos do Pará e do Maranhão a expulsar o padre Vieira dessas terras de missão, e que forças sociais e culturais levaram a Inquisição portuguesa a encarcerá-lo por dois anos movendo-lhe longo processo que resultou em proibir-lhe o ministério da pregação em sua pátria?

Mas se a obra de Vieira fosse mero espelho da ideologia colonial ou da ortodoxia do Santo Ofício, de que nos valeria a sua eloquência? Teria virado apenas pasto e repasto de gramáticos puristas⁶¹¹.

Bosi pede que se encontrem os “meandros” ora históricos, ora biográficos, para que se desvelem com maior clareza sua obra, como sugere o ensaio, porque sua postura e respostas no tempo também podem ser questionadas na medida em que seus contemporâneos eram “também portugueses, também católicos e também interessad[o]s em exercer misteres de dominação”⁶¹².

É muito possível encontrar nas profecias do Bandarra, segundo a leitura de Vieira, a assunção de Portugal – e, conseqüentemente, do Catolicismo – ao caráter de potência global. Daí Vieira não deixar de considerar os dois reinos, o do Céu e o de Portugal, mas reservar àquele a supremacia da eternidade, condicionada à vinda do Messias, condição que não deixaria de suscitar enorme desconfiança, sobretudo da Inquisição, fato que não deixaria de ser percebido pela pena de Bosi⁶¹³; e a este reino

⁶¹¹ BOSI, Alfredo. “Caminhos entre a literatura e a história” in: *Estudos Avançados* 19(22), 2005, p. 327.

⁶¹² *Id.*, *Ibid.*, p. 244.

⁶¹³ Vieira tinha uma notória simpatia pelos judeus, era, inclusive, amigo de rabinos na Europa, que talvez o teriam ajudado na interpretação de alguns textos de teor cabalístico. “Vieira, de todo modo, não tinha dúvida alguma a respeito do caráter dual mas convergente do Reino, chamando-o Império Consumado de Cristo e atribuindo-lhe tanto a dimensão espiritual como a temporal. A temporal seria gerida por um monarca português; a espiritual, por um angélico

ainda o caráter transacional dos mil anos anteriores a essa vinda. Segundo Bosi, pode ser encontrada na “mente de Vieira: estranha mescla de fantasias míticas e planos políticos bem concretos afim ao projeto de aliança estrutural do Estado com o mercantilismo burguês em ascensão”⁶¹⁴.

Para terminar, digo que o que move Bosi em todos esses longos artigos é tentar restabelecer a multivária “atitude textual” da escritura de Vieira, sem descuidar do cabedal histórico que a compõe. O último ensaio de Bosi é até mais claro nesse sentido. Atentar para esse significado é tentar perceber sua dimensão de homem de seu tempo, imerso que estava na contradição de suas convicções, não há dúvida que fortes, na tentativa algo malograda de conciliar doutrina teológica e prática política.

Preferi confrontar os ensaios de Bosi com fontes atuais dos estudos vieirianos (o que se deu também com os demais autores estudados), bastante contemporâneas e muito aceita atualmente, dentre as inúmeras interpretações possíveis que há em torno de Vieira. O confronto tornou-se necessário porque procurei reavivar a polêmica que houve no tempo, bem como colocar em confronto o *status questionis* que envolve tanto os escritos de Vieira, quanto a sua fortuna crítica, que, diga-se, nunca foi unânime nas respostas que trouxe em torno do inaciano.

Bosi faz parte de um desses paradigmas interpretativos; sua escrita evoca uma parcela viva e atuante de um historiador que vê no movimento dessa mesma história, a verve da *contradição imersa na pessoa*, movida também pela expressão de um homem movido pela paixão inegável que lhe impelia a alma. Essa paixão o conduziu, ao longo da vida, a enfrentar enormes desavenças e a contemplar o (des)louvor de seu tempo. Por isso, tão importante assinalar a perspectiva de Bosi sobre a obra de Vieira, em vista do cenário mundial, bem como pela epistemologia empregada por Bosi. É um furor semelhante pela verdade, sua ortodoxa verdade, que Vieira sentia como *dínamos* de sua vida. Não foi outra a tentativa de Bosi senão a de compreender nele essa verdade.

pastor e pontífice. O reino teria corpo e alma, matéria política e sentido místico” (p. 244). Para depois arrematar: “o fato é que o tribunal reprovou em termos drásticos as proposições proféticas de Vieira” (p. 250).

⁶¹⁴ *Id., Ibid.*, p. 248.

A estrada pedregosa de Drummond.

Bosi reconhece que desde a infância “a leitura de poesia está no campo do que poderia chamar minha vocação para o estudo e para o ensino da Literatura”⁶¹⁵. No contexto desta tese, correríamos o risco de perder uma dimensão importante do que Bosi entende por leitura de poesia se negássemos uma análise atenta das leituras “concretas” que fez de poemas. Reservamos para esta sessão a análise que Bosi faz do poema “A máquina do mundo”, de Drummond, que, como se sabe, compõe um dos livros responsáveis pela guinada de Drummond no início da década de 50 que é este seu *Claro enigma*.

O livro, como também já se sabe, foi alvo de uma grande polêmica à época de sua publicação. Vale a pena discorrer, ainda que brevemente, sobre o período, tomando como referência o livro de Wagner Camilo, *Drummond da rosa do povo à rosa das trevas*. Configurado ao ano de sua publicação, 1951, *Claro enigma* poderia ser enquadrado entre aqueles livros que se colocam em uma fatura posterior aos espectros do modernismo, a chamada “segunda geração modernista”. Acontece que este livro e, segundo Merquior, três outros mais, pertencem a uma espécie de “virada”, tão diferente quanto possível da obra inicial drummondiana. A retomada classicizante, como foi chamada pelos pósteros e por alguns contemporâneos, pertence a dois momentos distintos. O primeiro deles envolve a “crescente especialização do trabalho artístico” no Brasil, bem como a uma ligeira mudança de perspectiva no quadro de suas produções simbólicas, que também foram objeto da pesquisa de Camilo. E, segundo: “a frustração do projeto lírico-participante dos anos 40 e [d]o pessimismo social” advindos, ambos, do “radicalismo ideológico do PC no pós-guerra”⁶¹⁶.

Esses momentos acabaram contribuindo para a constituição de um dos livros mais obscuros, melancólicos, belos e, aparentemente, também, *demissionário* dos acontecimentos que agora entediam o poeta. O livro já esboça essa suposta “apatia” pelo cotidiano desde sua epígrafe, extraída de *Mauvaise pensées et autres*, livro de 1941 de Paul Valéry. Camilo aponta que antes de qualquer apatia, trata-se “de uma percepção mais ampla e *distanciada* da História, que [a] abarca [para] além do ‘estreito rio

⁶¹⁵ “Céus, infernos”, entrevista a Augusto Massi. Op. Cit., p. 101.

⁶¹⁶ CAMILO, Wagner. *Drummond; da rosa do povo à rosa das trevas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 18.

presente”⁶¹⁷. Camilo rebate um a um os equívocos da crítica da época, ainda indecisa quanto ao verdadeiro sentido da fórmula “forma-conteúdo”, ainda também incipiente sobre o significado dessa nova decisão do poeta de Itabira. Drummond passa a ser, assim, admirado, mas também incompreendido; até mesmo taxado⁶¹⁸.

Bosi faz aqui uma leitura cerrada do poema, “A Máquina do Mundo”, que é, para ele, o mais enigmático, performático e, de algum modo, mais simbólico do livro e, na obra de Drummond, um dos mais herméticos. O autor não o *historia diretamente*, não entra, portanto, na conformação mais imediata da história do livro ou da poética de Drummond, antes vai direto ao núcleo do texto. À época do ensaio, em 1988, Drummond já contava com uma das maiores fortunas críticas de nossa literatura. De algum modo, portanto, Bosi já nos pressupõe de posse de dados históricos suficientes sobre o poema, e não precisa, outra vez, mencioná-los. Isso não quer dizer que o crítico se tenha elidido do tempo histórico. Ao contrário, veremos na análise que essa possível elisão é erodida desde dentro, e a entropia dos acontecimentos em poema tão sintomático no livro como um todo, torna-se o apanágio do despertamento do eu-lírico com seu presente admirável e reflexivo.

Bosi aprecia, no cerne mesmo do poema, o fato de que a conformação, o entreabrir-se da “máquina do mundo”, já em si mesmo clamar por uma leitura universal, ou metafísica, pela perspectiva do título, o que prepararia o terreno para uma abordagem desde o primeiro instante personalista pela participação que os versos iniciais denunciam. Esse tipo de abordagem do literário não tem a condenação de Bosi. Ele a considera até mesmo possível. Em texto de 2011, publicado na revista *Teresa*, em homenagem a Benedito Nunes, logo após sua morte, Bosi diria que a abordagem filosófica direta na análise de poesia pode ser positiva, se observados, claro, os espectros mobilizados na tessitura estilística e na rede de imagens do poema, porque em muitos casos trata-se mesmo de apreender qual a massa disposta no eixo da poesia. A abordagem de Nunes, grande analista da poesia de João Cabral de Melo Neto,

⁶¹⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

⁶¹⁸ Leda Tenório da Motta estuda este mesmo livro sob o estigma dos críticos contemporâneos de Drummond no capítulo “Drummond ‘engomado’” in: *Sobre a crítica literária no último meio século*. Op Cit., pp. 147-161.

reconhecidamente fenomenológica, nesse sentido, valorizaria essa conformação estética⁶¹⁹.

Não seria um tipo de leitura desmotivada, em vista de o próprio Drummond endereçar o apelo metafísico na sua antologia pessoal, explicitando, conscientemente, uma busca, uma tentativa de interpretação e explicação do mundo. Não seria desmotivada, de fato, mas ainda assim perigosa, em vista de Drummond, em sua obra, voltar-se eminentemente para o social. Daí Bosi dizer: “essa abordagem, porém, correria o risco de colher um tanto precocemente as essências a-históricas latentes no discurso poético (o Ser, o Tempo), sem pôr em relevo os modos peculiares de formar, que a mensagem foi encontrando para dizer, passo a passo, o seu sentido”⁶²⁰. Em outras palavras, o discurso poético, sobretudo o lírico, de fato apresenta motivações fortes para que a leitura se encaminhe diretamente nos instantes movediços do poema. Entanto, como veremos, esse não é o caso.

A epígrafe usada pelo crítico, extraída de *Le spleen de Paris*, dos *Pequenos poemas em prosa* de Baudelaire, já trabalha em prol de seu texto, mencionando a luta entre o EU, desejoso, fraco e dormente, e a Natureza, tentacular e penetrante desde o cair das tardes de outono. Uma solidão incontornável do Eu com o ermo infinito. Natureza esta que é o belo também, não mitigando a distinção feita na *Estética* de Hegel entre o belo natural e o belo artístico⁶²¹. Note-se que Bosi não perde de vista o fio histórico que compartilha o poema, porém deixa isso em latência ou pouco explicitado.

Por isso, fica patente o horizonte de que se nutre o texto bosiano, que se mostra a partir do

tema do *desencontro entre o sujeito e o Universo* (grifos meus) [que] não é tratado liricamente, sob as espécies de uma linguagem sintética, centrada tão-só na aparição e na nomeação das suas figuras. *Ao contrário, o que temos é uma cadeia de situações existenciais* (grifos meus). Uma *sequência* no tempo e no espaço, que é necessário pontuar e palmilhar⁶²².

Antes, porém, de entrarmos nessas arquetípias – quais sejam, Ser e Tempo – trata-se de perceber como o Eu de Drummond se configura em eu-lírico, tão forte nesse poema desde o primeiro verso. Dentro das possibilidades irmanadas de leitura, Bosi, em

⁶¹⁹ BOSI, Alfredo. “Bendito Nunes: Professor, filósofo e crítico literário” in: *Teresa*. São Paulo: 10[11], 350-353.

⁶²⁰ BOSI, Alfredo. “‘A máquina do mundo’ entre o símbolo e a alegoria” in: CI: 100.

⁶²¹ HEGEL diria na sua *Estética*: “julgamos nós poder afirmar que o belo artístico é superior ao belo natural”. *O belo na arte*. São Paulo: Martins Fontes, p. 3.

⁶²² *Id., Ibid.*, (grifos do autor).

texto recente, afirma que é imperioso não cair em um “emperrado maniqueísmo”, observando na ótica do poema e suas possíveis contradições, seus desencontros com a obra como um todo. A motivação de leitura, contudo, diz ele, é optar por um “caminho” que é:

o da análise e da interpretação de poemas cuja força e beleza se impunham à minha sensibilidade, buscando neles as duas relações fundamentais que podiam entreter com a ideologia dominante no seu contexto. *A relação de espelhamento e a relação de resistência*⁶²³.

Por isso mesmo, como busca interpretativa de Bosi, nada melhor do que este poema, aparentemente dissidente da história, e, também, no seu conteúdo, eco aparentemente distante da ideologia do tempo. Pensando nas leituras pontuais do livro e da obra de Drummond, lembramos que esse poema já tinha sido objeto de análise de José Guilherme Merquior em janeiro de 1966, bem como de Silviano Santiago, no mesmo ano; pouco depois, por Affonso Romano de Sant’anna; e, mais recentemente, também, por José Miguel Wisnik e Betina Bischof⁶²⁴. Interessante conjugar as leituras porque Merquior, que faz uma análise de cunho racionalista do poema (poder-se-ia dizer, de ressoos pós-lukacsianos, e pré-heideggerianos), e também pela sua assunção liberal, diferente de nosso crítico de esquerda, mas que chega a conclusões um tanto similares. Embora sua leitura não seja detalhada, e se configure mais como “apenas uma insinuação para a leitura mais atenta do terceiro Drummond”, o paralelo é inevitável⁶²⁵. De fato, a proposta de Bosi é dissecá-lo nos seus temas, mas também em suas inferências e (re)leituras, nos diálogos que o poema trava com a tradição, que se conformam nela desde a métrica e a forma, chegando até seu tema.

Para Bosi, trata-se de achar um *approach* que vá além de um índice que mapeie o poema nas suas condicionantes, vendo, nelas, as marcas da resistência – sem cair no maniqueísmo, portanto, nem se desligando de uma dialética que exclua de ver

⁶²³ BOSI, Alfredo. “Caminhos entre a Literatura e a História” in: Revista *Estudos Avançados* 19 (55), 2005 p. 326 (grifos do autor).

⁶²⁴ Nosso esforço bibliográfico não é exaustivo. CF., SANTIAGO, Silviano. “Camões e Drummond: A Máquina do Mundo” in: *Hispania*, Vol. 49, n. 3 (Sep., 1966), pp. 389-394; SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Drummond: O Gauche do tempo*. Rio de Janeiro: Lia/MEC, 1972, pp. 245-255; WISNIK, José Miguel. “Drummond e o Mundo” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, pp. 52-59; BISCHOF, Betina. *Razão da recusa*. Um estudo da poesia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Nankin, 2005, pp. 103-146.

⁶²⁵ MERQUIOR, José Guilherme. “‘A máquina do mundo’ de Drummond” in: *Razão do poema*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 102.

contradições e uma virtual ligadura no seio do texto com o social. Segundo a ótica de leitura de Bosi, quando o EU do poema se depara com a máquina, ela se põe em funcionamento e se revela a esse Eu de modo devastador. Por isso, nada mais diferente daquilo que conforma a *persona* real, se assim se pode dizer, de Drummond, ele mesmo, avesso a essas conformações *metafísicas*: despreza o bom mocismo católico desde muito cedo, como se vê em suas cartas, alguns poemas irônicos e em crônicas de jornal.

Para descrever o poema, Bosi dirá que ele pode ser repisado em um linha narrativa, portanto, segue uma descrição maciça e racional da descoberta, cujo *tom* constroi-se liricamente. Daí um importante contraponto objetado por sua leitura: Drummond descreve essa descoberta juntando os nexos de “tempo” e “espaço”. Sem diálogo algum, senão com um possível interlocutor distante, o poeta vai ladrilhando a estrada da máquina e seu “ser enganado”. Opera-se um segredo, ou um enigma, que será confiado a ele, (procura já inquirida, segundo o Eu-lírico, mas que foi malograda). Há o movimento de um outro eu, interior nele mesmo, operando uma espécie de suspensão da descrença, que anseia para descobrir os índices desse mundo descortinado, por ele mesmo transigido em ceticismo. Finalmente, vence-se o desânimo e a noite fecha-se, e com ela, a máquina do mundo. O recurso narrativo é bem empregado, envolve uma construção “no tempo” da máquina, em que a voz narrativa, lentamente, se apresenta.

O título não engana. A leitura de Bosi entende esse poema como estando *in media res* do símbolo e da alegoria. Ambos com repertórios semânticos já sedimentados. O símbolo opõe-se à alegoria, e isto se faz sentir, na Teoria Estética, sobretudo dentro do Idealismo e Romantismo alemães. Segundo Hansen, o “símbolo é, com Goethe, expressão do geral ou universal *no* particular”. Pensando-se nas distinções feitas por Hegel, ele diria que a alegoria seria inferior ao símbolo. Diz Hansen: “romanticamente o símbolo é o universal *no* particular; a alegoria, o particular *para* o universal. É essa espécie de lapso entre a designação figurada *b* e a significação própria *a* que foi objeto privilegiado da crítica romântica”⁶²⁶.

O poema se pretende simbólico, na medida em que se reveste do caráter universalizante, como o texto declara. Por isso, os subtítulos do texto de Bosi, já que, pela leitura proposta, vai-se do encontro entre o caminhante e o fechamento do mundo na sua visão. Bosi anuncia, pelo segundo subtítulo, a mediação intertextual que

⁶²⁶ HANSEN, João Adolfo. *Alegoria*. São Paulo: Atual, 1986, p. 6 (grifos do autor).

Drummond estabelece com Dante, no primeiro verso da *Divina comédia*, “nel mezzo del cammin”. Bosi chama a atenção para a construção clássica, movida por tenso equilíbrio. Distingue-se sintaticamente a drástica oposição entre a situação do caminhante, *moto perpetuo*, em “travessia” continuada, enquanto a máquina, “evento isolado”, se anuncia perfeitamente às suas vistas.

Quando Merquior escreve seu texto em 1966, havia 15 anos que Drummond publicara seu livro. Importava àquele tempo de denunciar as atitudes “negativas” da crítica, que vieram de toda parte – dada a bipolaridade política a que o mundo estava submetido – o que Merquior, no texto aludido, aponta já no início do texto. Falando das características da poesia, de modo geral, nos assegura que a qualidade da poesia *que nos diz* apresenta “um valor de experiência reconhecível e estimável por nós”, que Bosi reconhece como sendo o contato entre o símbolo e a alegoria no mesmo sintoma: “o que o *eu* narrativo descobre, nesta primeira passagem, é a *inerência ao seu mundo próprio*, enquanto universo familiar”⁶²⁷: aqui, está aberto o caminho para o acorde *social* que o leitor de Bosi reconhece como uma de suas principais características, muito embora se denuncie aqui claramente um tipo muito especial de historicidade, condicionada a um *eu* presente no poema, reconhecendo, portanto, ali, similaridades talvez pouco evidentes na sua familiaridade com o *real* propriamente dito. Por isso, o mundo comparece no poema por meio de um índice de negatividade. Em tempo, *Minas*, a terra de Drummond, como sabemos, está lá representada, daí, cremos, a postura alegórica. Essa “cor local” é lapidar no próprio percurso poético de Drummond, como o poema “Confidência de itabirano”, lembrado por Bosi no texto.

A presença de Dante no poema, que se mostrará mais forte ainda em Haroldo de Campos, cuja releitura pode ser lida em *A máquina do mundo repensada*, virá talhada à presença de Camões, quando, “Tetis descortina [a] Vasco da Gama a visão do Universo”⁶²⁸, lida no Canto X de *Os Lusíadas*. Parece que, de um lado, há a visão *empírica real* para o eu-lírico; de outro, a visão do *sublime e transcendente*, evocada por Bosi ao mencionar a Máquina do mundo camoniana. Drummond trafega por um “mundo desencantado”, apelando aí para uma nomenclatura weberiana, pela forte dor da desistência e do sintoma de um mundo que é fadiga e renúncia, de resto, já

⁶²⁷ *Id., Ibid.*, p. 107 (grifo meu).

⁶²⁸ *Id., Ibid.*, p. 109.

anunciadas na epígrafe do poema. O símbolo encontra a alegoria: “a máquina era a figura metonímica da sociedade”⁶²⁹.

Claro que está pressuposta na leitura de Bosi a compreensão histórica de que o próprio termo *máquina do mundo* não está posto à toa no título. Drummond bem o sabia. Como ensina Ivan Teixeira, em livro erudito, “uma das funções da epopeia era causar maravilha, espanto e admiração. Tais propriedades de suspensão da alma decorriam sobretudo da condição excepcional dos heróis, iluminados ou contrariados pelos *deuses* (grifo meu) greco-romanos, cuja presença nos poemas se chamava *máquina*”. Não foi à toa também que, segundo o mesmo texto, “Camões foi duramente censurado por retores setecentistas como Garcês Ferreira, Verney, Francisco José Freire, Jerônimo Soares Barbosa, dentre outros”, porque “a poética neoclássica proibiu o uso da máquina em composições católicas”⁶³⁰. Segundo essa leitura, Drummond poderia alojar-se em uma perspectiva, assinalada pelo tom e pelo referencial do poema, não católica, o que de fato parece ser o caso.

Betina Bischaf em *Razão da recusa*, livro de 2005, nos adverte que, neste mesmo poema, o olhar drummondiano “termina por toldar a si mesmo, afastando-se do objeto buscado”⁶³¹. A recusa a que se refere aparece de forma paradoxal não obstante o “sublime” e o “augusto”, fatores relevantes na leitura de Bosi, que, aliás, fala em “sermo humilis”⁶³² ao intertextualizar o canto X dos *Lusíadas* de Camões. Na chave interpretativa de Auerbach, isso “recorda-nos toda uma tradição cristã”⁶³³. Não será por acaso que Bosi se esforce por demonstrar que, dada a abertura da máquina, “nada resta da transparência luminosa do cosmos renascentista”⁶³⁴. O *desencanto*, um tema-mor do poeta português, é retraduzida e lida como recusa e fechamento.

Convivem, pois, no texto de Drummond, várias tradições, “traições”, para alguns críticos da época, elencando simultaneamente todo esse cabedal de referências que disputam agora a atenção do poeta, que reivindicam no texto uma existência, antes

⁶²⁹ *Id., Ibid.*, p. 110.

⁶³⁰ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 514.

⁶³¹ BISCHAF, Betina. *Razão da recusa*. São Paulo: Nankin, 2005, p. 103. Por certo acoando as palavras de Bosi quando diz “ele [um caminhante], porém, retrai-se, hesita em responder, enquanto um outro ente interior o domina e o compele a recusar-se àquele dom tardio. E *eu* baixa enfim os olhos como quem já desistiu de penetrar o sentido das coisas”, p. 100 do ensaio.

⁶³² *Id., Ibid.*, p. 109.

⁶³³ AUERBACH, Erich. “*Sacrae scripturae sermo humilis*” in: *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2007, p. 15.

⁶³⁴ *CI*: 110.

apenas latente, como o tema da presença de Deus, por exemplo, evocada como lembrança *negativa* – veja-se o poema “Igreja” em *Alguma poesia*. O poeta volta agora à tradição que vê na intervenção solene de seres cujo teor metafísico escapa ao Eu-lírico, nas referências à Máquina. “*Toda uma realidade que transcende/ a própria imagem sua debuxada/ no rosto do mistério, nos abismos*”, como se lê na sétima estrofe. Não apenas estilos, mas também um *tom* solene e grave, confluem na travessia do poeta entediado.

Bosi fala em termos de “*sermo sublimis*”, demonstrado pela expressão erudita, pela “figuração cósmica”, opostos ao sentido proposto por Auerbach no texto de abertura de seus *Ensaaios de literatura ocidental*. Faria sentido aqui apontar como próprio da trajetória e ao sentido da “formação” do poeta itabirano, voltado a uma dicção simples da poesia, ao cotidiano, pensados como dignos de serem cantados, denunciando a herança moderna de certo Bandeira e Mário de Andrade. No caso-limite deste poema, embora a vista que se horizontaliza seja por demais *mítica, formidável*, mas *hermética* e, no entanto, em algum sentido, aparentemente *transcendente*, os vocábulos encontradiços no *corpus* do poema apresentam uma continuidade com outras tradições poéticas, palpável no transcurso de leituras que pareciam esquecidas pelo Drummond inicial.

Não é novo o fato de Drummond se entreter apenas com os acontecimentos mas também estabelecendo uma relação objectual com as coisas, pensada nos termos da *coisa-em-si* kantiana, para Bosi, a busca incansável do fulcro nominável das coisas. Por isso, também, a insistência em nomear seu objeto, em encontrar o vocábulo raro que vincule a experiência da Máquina a um mundo ausente de transcendência.

Entretanto, por um ato de absoluta gratuidade, que reafirma o arbítrio onipotente do outro em vez de resgatá-lo, a máquina do mundo chama ‘os sentidos’ e as ‘intuições’ do viajante a “se aplicarem sobre posto inédito da natureza mítica das coisas”⁶³⁵.

O eu taciturno de Baudelaire se une ao eu noturno de Drummond, ambos adensando sua relação – já não tão fácil – com a Natureza, demovendo de sua práxis esse aspecto transcendente, a “natureza *mística*”, já “que só o silêncio pode significá-la”⁶³⁶ (o “*sobre o que não se pode falar, deve-se calar*”, de Wittgenstein). O mundo da alegoria torna-se alegoria no ponto exato do silêncio que separa viajor e máquina. Os

⁶³⁵ CI: 111

⁶³⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 112

aspectos particulares nos quais a vida universal se prisma são recalçados e reduzidos, enfim, suprimidos, em favor de uma designação algo genérica.

O assunto será retomado mais à frente, mas já se pode advertir que a dialética bosiana imprime a possibilidade de que a leitura seja dinamizada tanto pela prosa quanto da poesia, relacionando, dinamicamente, “literatura e sociedade” no estudo do texto. Visto assim, Bosi pode explicar as razões de recusa da explicação transcendente que Drummond propõe no poema, já que, em sua poesia, “a consciência sempre reclamou, em face do mundo, os seus direitos”⁶³⁷. Mas isso foi associado a um sentido de *negatividade*. Assim, trata-se de “um modo de resistir, este, todo seu, oblíquo e pertinaz”: não se deixar seduzir, mas fincar pé no chão diante de tantos vieses: eis a forma de luta dessa poesia⁶³⁸. O poema não nega existência à Máquina. No começo, a máquina “reage” à cena, entreabrindo-se, para, depois, ser suplantada pela recusa do eu que “baixa os olhos” como se os fechasse para poder não ver⁶³⁹. À dimensão da pura negatividade, da dissídia, do homem compreendido “como gratuidade ou pura indiferença”⁶⁴⁰, Bosi opõe uma outra, daí uma leitura dialética que compreenda os movimentos do texto singularmente. Para ele,

a indecisão do viajor em aceitar o dom tardio do mundo é um indício de que seu *não* final veio sendo curtido no tempo (...) há, portanto, um *itinerarium mentis* que malogrou, um movimento de procura, ardor, frustração, insistência, enleio, enfim, rejeição; o que dá às mudanças de desejo em recusa um significado de desengano viril, e não apenas um tom de fastio⁶⁴¹.

⁶³⁷ *Id., Ibid.*, p. 115

⁶³⁸ Esse princípio de resistência é lido por Luiz Costa Lima como uma forma não de “derrotismo ou absentismo. [Mas] ao contrário, no contexto drummondiano ela aparece como a maneira de assumir a História, de se por com ela em relação aberta. É deste modo que a vida não aparece para o poeta mineiro como jogo fortuito, passível de prazeres desligados do acúmulo dos outros instantes. Ela não é tampouco cinza compacta, chão de chumbo (...) a corrosão que a cada instante a vida contrai há de ser tratada *ou como escavação ou como cega destinação para um fim ignorado*”. LIMA, Luiz Costa. *Lira e antilira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 131 (grifo do autor). O “fim ignorado” é que não seria pensado do mesmo modo por Bosi, pois da via da resistência infere-se uma situação apontada pelo crítico como *intencional*, embora o crítico esteja à distância do autor do texto ficcional, podendo ressaltar da leitura essa dimensão, mesmo que ela esteja, inclusive, *latente*, no texto. Não é uma travessia gratuita, não pelo menos, para o crítico. Cf. o trecho anterior em que se estuda o Padre Antonio Vieira.

⁶³⁹ *Id., Ibid.*, p. 116

⁶⁴⁰ *Id., Ibid.*, p. 117

⁶⁴¹ *Id., Ibid.*, p. 118

Ao final do ensaio pronuncia-se a presença de Dante no poema, quando demonstra o pacto formal de Drummond em modelar seu poema à maneira das *terzas rimas* do bardo italiano, muito embora as rimas sejam apresentadas apenas na sua dinâmica interna. A visão de Drummond entende o mundo de modo complexo, em que a “ciência” é “infinitamente mais árdua”. Assim ele pode, como pode o crítico, terminar suas considerações da forma como começou – não seria isso uma das formas de má infinitude, como concretizou, no conceito, Hegel?⁶⁴² – ainda “palmilhando” os sentidos, medindo o mesmo tom de perplexidade que une um e outro.

Para terminar, esperamos ter deixado claro que a profusão do *sermo sublimis* evocada por Bosi no texto de Drummond, deixa patente a carga reflexiva que ressoa no texto, bem como sua afinidade para o tema, candente e altivo na lírica drummondiana, especialmente se se pensa na sua defesa da dicção simples, desde o Modernismo. Fez-se referência aos termos de Auerbach nesses textos tão elucidativos que abrem os *Ensaio de literatura ocidental*. Tal não se explica por outra coisa senão à própria afinidade dialogal esboçada no poema. A característica do texto exigia uma conformação, segundo Betina Bischof, algo “tensa” e ao mesmo tempo “contrastiva”⁶⁴³. Ademais, já lembrada por Merquior, Bischof lê no poema uma contiguidade entre subjetividade e mundo:

A ênfase na subjetividade – a descrição desse eu, a exemplificação do seu percurso tortuoso, o seu caráter escurecido, a desilusão, o cansaço – parecem remeter, na construção do poema, a um universo que lhe é em tudo *equivalente*, e que o poema fundamenta, ao estabelecer o *estrito paralelo* entre mundo e sujeito⁶⁴⁴.

Que outra vez Bosi dialetize o poema e nos remeta, outra vez de novo, à poderosa força reflexiva de seus termos, é coisa que vemos com olhos sempre novos.

⁶⁴² Nota Merquior: “Ao contrário de Dante, nosso triste andarilho não aspira à visão mística. Para ele, a vida do espírito na interioridade, no cálido refúgio do sentimento, não lhe satisfaz os desejos. A contemplação mística é uma das formas de *infelicidade da consciência*. Drummond poetiza o tema hegeliano da consciência em desgraça (*Fenomenologia do espírito*, IV, b, 3), do espírito insciente de sua própria autonomia, projetando todo valor num além a que não se liga pelo pensamento e sim pela devoção – consciência ‘culpada’, remordida pela alienação, em meio à insuportável dor de existir fora de si”. MERQUIOR, José Guilherme. “A ‘máquina do mundo’ de Drummond”. Op. Cit., p. 111.

⁶⁴³ Embora não tenha dito, todo o último capítulo de seu livro, já citado, é uma leitura também densa e longa do mesmo poema analisado por Merquior e Bosi.

⁶⁴⁴ BISCHOF, Betina. *Razão da recusa*. Op. Cit., p. 111.

No encaço da consciência pensante de Cruz e Sousa.

Partimos agora para uma leitura que Bosi faz do poeta simbolista Cruz e Sousa. Também este poeta foi objeto de várias leituras, pelo crítico paulista, e lembramos aqui a feliz síntese proposta por sua *História concisa* que lhe destaca as linhas de força com bastante propriedade. Lembramos também as duas vezes em que se debruça sobre o poeta de forma um pouco mais detida; no primeiro delas, “Poesia *versus* racismo”, de forma mais pormenorizada; na segunda, “Sob o signo de Cam”, Bosi destaca a *forma mentis* constante no Brasil de fim e início de século XIX e XX⁶⁴⁵.

É do veio positivista *fin-de-siècle* que Cruz e Sousa extrai suas imagens, e delas faz uma leitura bastante singular do simbolismo. Observamos que Andrade Muricy no seu *Panorama do movimento simbolista* reclamava a superficialidade da atenção dada pela crítica ao poeta, segundo ele, “pela falta de exame e de pesquisa do *pormenor característico*”⁶⁴⁶. Hoje, seria difícil endossar-lhe as palavras, dado o número expressivo de estudos e teses, as inúmeras leituras que um poeta como ele recebe frequentemente. Ninguém hoje assinalaria o Simbolismo como “excrescência exótica” também, ou mesmo como um possível “corpo estranho”⁶⁴⁷ em uma literatura vária como é a brasileira, termos que só distanciam o leitor de uma efetiva compreensão tanto de uma literatura rica em imagens, como de um país cuja mentalidade refletia, em boa medida, a cultura francófila. Especialmente Cruz e Sousa cuja presença de Baudelaire, dentre outros poetas franceses, é discutida até hoje⁶⁴⁸.

Sem querer ser diletante ou ufanista, isso que disse significa apenas que o Brasil, apesar das injunções estéticas próprias do tempo brasileiro, teve “seu” Simbolismo, bastante marcado, aliás, por distinções de caráter temático, e cuja imagética o distingue dentre os demais, fato bastante bem explorado pelo pioneiro estudo de Roger Bastide.

As construções poéticas, no caso particular de Cruz e Sousa, recebem tratamento pouco convencional, se pensadas em termos de Europa, e mesmo em termos de literatura brasileira. Dentro da dialética bosiana, isso se explica melhor pelo modo como se vão adequar as aspirações do jovem Cruz e Sousa, militante pró-abolicionista, ao Sousa maduro: os textos de Bosi perfazem esse movimento de forma a poder

⁶⁴⁵ “Poesia *versus* racismo”, de LR. Op. Cit., e “Sob o signo de Cam”, de DC. Op. Cit.

⁶⁴⁶ MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista*. São Paulo: Perspectiva, 1987, v. 1, p. 16 (grifo meu).

⁶⁴⁷ Como diz ainda Muricy acerca dos críticos do tempo. Op. Cit., p. 20.

⁶⁴⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 23-26.

demonstrar a força desse poeta, sua luta e constante tensão. Sua obra, nesse sentido, diagnostica a cumplicidade dessa sociedade positivista e exclusivista, na marginalização de um contingente enorme de pessoas que são descritas, a partir da experiência *peçoal* de Cruz e Sousa, como “emparedadas”. Segundo Bosi, o rasgo da história não poderia produzir síntese estética mais feliz⁶⁴⁹. Uma comparação, a esse respeito, com um dos autores diletos de Cruz e Sousa, Charles Baudelaire, poderia produzir visão interessante nessa perspectiva comparativa⁶⁵⁰.

Essas considerações foram necessárias, primeiro, porque, ao lidar com a crítica bosiana, uma das coisas que mais chamam a atenção em seus textos é o caráter da obra de arte lida como *presentificação do ausente*, cujas características, seriamente pensadas, nos termos de sua dialética, aqui tantas vezes mencionada, conferem a seus escritos não apenas univocidade, mas força “resistiva” próprias. Segundo, a literatura de Cruz e

⁶⁴⁹ Leia a esse respeito com grande proveito para a atualidade da literatura da época “O positivismo no Brasil, uma ideologia de longa duração” in: *Revista brasileira*, pp. 157-181

⁶⁵⁰ Já que se está falando de uma das referências de Cruz e Sousa, evoco aqui a recensão feita à obra de Baudelaire por Dolf Oehler no sentido de vê-la como um “documento em prol dos desvalidos, aí incluídas as mulheres”, como nota Leda Tenório da Motta, a propósito do livro *Quadros parisienses – estética anti-burguesa*, que, por sinal, teve indicação editorial de Roberto Schwarz, e é quem assina a “orelha” do livro. Motta refaz a pequena polêmica a respeito da resenha assinada por Leyla Perrone-Moisés, no dossiê Situações Críticas de 11 de maio de 1997 do caderno Mais! Da Folha de São Paulo. O raciocínio de Perrone-Moisés vai contra aquilo que ela chama de “politicamente correto que inclui o neomarxismo”. A leitura de Oehler é vista como “anacrônica” embora lhe chame a atenção sua atualidade, atesta Motta, como se vê à página 25 do texto, por encontrar nele “ecos” demasiados do social, em uma combatividade radical demais, segundo ela, fato reconhecido pelo próprio Oehler, fazendo-o jungir próximo de uma crítica devedora da teoria reflexo, tão condenada por Bosi, fato aqui-conhecido de seus leitores. Perrone-Moisés aponta o desajuste entre a tolerância pelas prostitutas, tão caras a Baudelaire, e sua misoginia inveterada. O ponto principal não é esse, porém, pois que, por outra ótica, a militância política não garante boa literatura a ninguém – estão aí textos os mais diversos de autores que corroboram isso de modo patente, como os de Adorno e de Sartre. A instância da imaginação, Bosi disse alhures, caminha pelos ventos do espírito, que sopram onde quer. Motta arremata: “assim como a suposta arregimentação política não o [a Baudelaire] deveria enaltecer, a admitir que as coisas se jogam em *outro campo de valores* quando se trata de literatura. E, mais que isso, *não há como assumir um programa ideológico em literatura* (nem em arte nenhuma), quando se desconfia de que as palavras podem nos levar para lugares inesperados, a literatura sendo a tentativa sempre vã de controlar esse caso”. MOTTA, Leda Tenório. *Sobre a crítica literária brasileira no último meio século*. Op. Cit., p. 25-26. Trata-se da velha questão do engajamento do crítico ou do artista, denunciada como “falsificação” por Adorno – filósofo que orientou a tese de Oehler, por sinal, nos idos dos anos 70. Em termos da dialética bosiana, essa teoria-reflexo acaba por sobrepor os aspectos e valores propriamente sociais em desfavor dos efetivamente estéticos. Aqui, se perderia uma dimensão fundamental da obra de arte, que, no caso de Cruz e Sousa, pode ser remediada pelo trabalho que comove e pelo sentido apelado a uma humanidade esquecida e ultrajada. Será isso combater o bom combate em arte?

Sousa sempre trafegou na contracorrente de seu tempo, já que é tido como pária numa sociedade escravocrata, e, portanto, não deixa de resistir à sua maneira. É essa sua cosmovisão tão preta de significados.

O ensaio de Bosi, que trata diretamente da poética de Cruz e Sousa, como dissemos, está hoje publicado em *Literatura e resistência*. É a partir dele que traçamos os nexos significativos entre ideologia e literatura no âmbito da crítica, que Bosi, como veremos, não deixa de historiar. A importância desse autor vem crescendo em importância, e na medida mesmo em que sua obra completa (em sucessivas edições, pela editora Nova Aguilar) seja divulgada, tanto mais nossa compreensão dela torna a leitura mais meticulosa.

Atente-se o leitor para o título significativo do ensaio “Poesia *versus* racismo” que diz muito a propósito do que se vai ler. Não seria demais dizer que os termos são, de algum modo, antitéticos, se se pensar em uma perspectiva que lê a estética como *dissociada* da ética, caso que não é o do Autor. Bosi começa sua análise citando a recepção que o livro do médico Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, escrito entre 1890 e 1905, teve por parte de alguns contemporâneos do início do século, tais como Gilberto Freyre e Mário de Andrade. Ambos lhe reprovam a tese central, mas fazem referência à sua erudição e ao fato de ele ter estabelecido critérios mais sérios na avaliação de um *tema* antes esquecido, ou, no mínimo, escamoteado no tempo.

Se a poesia pode combater o racismo é um quesito difícil de quantificar; porém, se partirmos de uma noção que vê na poesia uma entidade *formativa*, talvez fique mais fácil responder a essa instigante pergunta. Precisamente por isso, cabe aqui um parêntese no sentido de indicar um controvertido pensamento, sobretudo em torno da convergência entre ética e estética, uma imagem perturbadora, na verdade, extraída do livro *No castelo do Barba Azul*, de George Steiner. Como se sabe, muito da obra desse crítico francês “tem-se ocupado direta ou indiretamente, com a tentativa de entender, de articular, os aspectos causais e teleológicos do Holocausto”⁶⁵¹. Steiner esteve no centro de muitos debates no que concerne à crítica literária nos últimos anos e toda a sua obra pode ser lida como um grito pela ética, pelo entendimento da alteridade e sua condição contemporânea. Ele diz que: “as bibliotecas, museus, teatros, universidades e centros de

⁶⁵¹ STEINER, George. *No castelo do Barba Azul*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 43.

pesquisa, nos quais, e mediante os quais, transmite-se a maior parte das humanidades e das ciências, podem prosperar ao lado dos campos de concentração”⁶⁵².

Que se entenda, pois tratamos este assunto com muito cuidado: o que dizemos aqui é que no pensamento de Steiner pode-se inferir que a cultura, tomada no seu sentido mais específico das literaturas, pode não assegurar nenhum *parti pris* ético para quem a lê. Trataremos da relação entre Ética e Estética em um dos textos que se seguem. Adiantamos este assunto porque o título do ensaio, paradoxal, mas muito atual, e, em boa medida, um índice forte para a apreciação do conceito de “literatura e resistência” do texto de Bosi, reclama considerações que o definam. Trata-se de saber se essa relação tem pertinência, ou seja, se racismo *versus* poesia é um tema viável no sentido de elucidar o autor lido e ao mesmo tempo apresentar uma resposta ao sentido da poesia, mesmo se pensada no âmbito do século XIX.

O texto de Steiner serve para nos advertir sobre os critérios que medem a eficácia da crítica literária, sendo mais exato dizer, de seu efeito *profilático*, cujo interesse vem desde Aristóteles, quando falava da *Catharsis*. É bom lembrar que no início do texto, adverti para o que seria um dos desdobramentos do termo, qual seja, crítica e resistência. Não é outro o espírito de Bosi quando menciona o poeta simbolista francês, Arthur Rimbaud, na procura de “comprar escravos na região de Ogaden, ao sul da Etiópia”, fato este “que não impediu a Sociedade Geográfica Francesa de louvar os seus relatos de viagem pela África Oriental”, para concluir, agora, em um tom melancólico, de que são índices suficientes as reticências: “não houve, pois, modernidade literária e culto da liberdade suficientes para deter os interesses do imperialismo nessa fase aguda...”⁶⁵³.

O fato de discutirmos o assunto à frente, não nos exime de identificar, aqui, o pormenor característico e prático da escrita de Bosi. Obviamente que Bosi não cai em um simplismo de dizer um *sim* fácil, mas *o como*, na história de Cruz e Sousa, torna o assunto todo bastante menos rarefeito, menos teórico, e rico em modulações que encampam tanto o estado da questão do negro Cruz e Sousa, quanto da sociedade escravocrata brasileira.

O liberalismo brasileiro, no mesmo vagão do liberalismo ocidental, apresentava o “histórico de admitir um valor que tendia a generalizar-se na cultura ocidental do fim

⁶⁵² *Id., Ibid.*, p. 87.

⁶⁵³ BOSI, Alfredo. “*Poesia versus racismo*” in: LR: 165.

do século: a liberdade dos povos”, precisamente, afere Bosi, “o que, porém, inibia o aprofundamento da consciência desse direito era o ‘critério científico’ supostamente objetivo”⁶⁵⁴ dessas instâncias. Aqui no Brasil, esse ideário liberal foi defendido por inúmeros intelectuais, dentre os quais, Joaquim Nabuco e Luiz Gama. Mas esse direito foi negado, por exemplo, por um outro literato, José de Alencar, de quem Bosi diz:

Na sessão legislativa de 1871, o conselheiro José Martiniano de Alencar combateria o Projeto de Lei da Lei do Ventre Livre com os argumentos de liberal ortodoxo, cioso da autonomia do *pater* famílias perante o Estado Imperial que estaria intervindo no círculo familiar a que, por direito de compra, pertencia o escravo⁶⁵⁵.

Não foi, portanto, um processo político fácil, e a literatura brasileira da época já denuncia isso de modo patente. Historicamente, o Brasil seria o último país do mundo a ter definitivamente livres seus escravos. Combatem dentro da poesia de Cruz e Sousa todo esse ideário de luta que o marca no tempo, ainda mais se esse ideário é pensado nos termos de luta efetivamente *política*, como a travada pelo poeta. Para se ter ideia de como o enredo de “O emparedado” é sintomático, Cruz e Sousa havia sido nomeado promotor em Laguna, pouco tempo antes da Lei Áurea, em 1884, porém, “foi impedido de assumir o posto, mas prosseguiu no bom combate, dentro e fora da província, em conferências, artigos e crônicas literárias”⁶⁵⁶.

Esses episódios, dentre outros, “bastariam para desfazer a lenda de um Cruz e Sousa alheio aos dramas da raça”⁶⁵⁷, que também margeava, segundo alguns críticos, a obra de Machado de Assis, até que inúmeras pesquisas finalmente indicassem precisamente o contrário. Após a fase de militância, porém, quando da abolição da escravatura e da dissolução do Império, um ano depois, “alarga-se o hiato entre práxis e a atividade artística”⁶⁵⁸. Talvez seja essa a vertente mais comentada, a mais estudada, quando o estetismo estrito do movimento supostamente torna a literatura mais impermeável à História e, conseqüentemente, aos dramas mais pessoais. Entanto, o drama está lá, como precisa o ensaio aqui estudado, que se volta para a análise do Emparedado.

⁶⁵⁴ *Id.*, *Ibid.*

⁶⁵⁵ BOSI, Alfredo. “Sob o signo de Cam” in: DC: 248.

⁶⁵⁶ HC: 268.

⁶⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*

⁶⁵⁸ HC: 268-269.

Baseando-se em Georg Simmel, especialmente na coletânea de ensaios *On individuality on social forms*, Bosi arrazoa a ideologia do discurso científico, supostamente objetivo, e “dotado de validade universal”⁶⁵⁹, contra a subjetividade individual, a “cultura subjetiva”. A partir desse pressuposto, a prosa de “O emparedado” pode ser lida como uma “consciência inconformada que se faz discurso”⁶⁶⁰.

No tempo, o que se tem? Uma sociedade ciente do direito de liberdade de todos, mas nela circundava outro discurso que diz da inferioridade dos “de cor”. Cioso desse conhecimento, Cruz e Sousa passará a duvidar do caráter rigoroso e da duplicidade da ciência da época. Bosi conclui que, para Cruz e Sousa, o que se via de fato era uma mistificação da condição negra, bem como a inevitável inclinação *negativa* de ver sua vida como que atrelada a uma *individualidade inexistente*:

[a ciência] é um saber ‘de hipóteses’, incapaz de pensar o teor relativo e falível de suas proposições: por isso, crê-se no direito de transitar da conjectura para uma escala de valores, forjando uma lei evolutiva que hierarquiza raças, povos e grupos e os coloca ‘no seu devido lugar’. Além do que, é uma ciência despótica, pois submete a si a opinião dos bem pensantes tornando impotente a voz singular da realidade⁶⁶¹.

Bosi nega ao historicismo *tout court* condições suficientes de analisar o fulcro da questão sousiana, na medida em que pouco dialetiza as matrizes ideológicas presentes no tempo, tal é que “se o *historicismo fechado* em si mesmo não consegue divisar as contradições ou sequer as alternativas existentes no âmbito de cada período, decretando a sua maciça uniformidade ideológica, o exame atento de certas obras poéticas e ficcionais revela divergências internas de pontos de vista”⁶⁶². Por isso o apelo, vez mais remetido a Simmel, para quem a mediação da sociedade com o indivíduo ganharia contornos mais matizados do que o prospectado pelo historicismo. Para Bosi, o texto de Simmel se constitui em uma chamada a uma “fenomenologia daqueles movimentos subjetivos de nossa ‘história pessoal e fluída’, que não pertenciam ao quadro público da cultura formada de padrões de comportamento transmitidos pela escola, pela profissão, pelos meios de comunicação etc. e mediados por estruturas econômicas”⁶⁶³. Não apenas aqui, mas note-se também que em sua leitura de Machado de Assis, Bosi cita o mesmo texto, circunstanciando sua capacidade de acolher os fenômenos de modo mais

⁶⁵⁹ BOSI, Alfredo. “Poesia *versus* poesia” in: LR: 168.

⁶⁶⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 168

⁶⁶¹ *Id.*, *Ibid.*

⁶⁶² *Id.*, *Ibid.*, p. 167.

⁶⁶³ *Id.*, *Ibid.*, p. 169.

matizado. Para Bosi, a condição que permite uma leitura hermeneuticamente viável passa pelo ângulo desse matiz, sem o qual, estaríamos no solo da cultura “puro espelhamento”, inaceitável, para o Autor, como vimos, criticado insistentemente por Leyla Perrone-Moisés no texto sobre Dolf Öhler, por nós comentado em nota. Nesse aspecto:

não entra em causa, aqui, a gênese do pensamento de Simmel (...) o que importa é acompanhá-lo na sua fina percepção das diferenças qualitativas reais entre a *cultura como sistema*, indissociável do poder e do dinheiro, e os movimentos *internos* ou ‘internamente orientados’ *que não reproduzem simplesmente os modelos estabelecidos pela cultura dominante*. Simmel chega a afirmar que essa diferença pode aguçar-se até assumir formas de *tensa divergência*⁶⁶⁴.

Simmel, segundo a leitura que dele faz Bosi, faz além, pois presentifica as formas de compreensão do tempo histórico de modo a tornar relevante no processo de compreensão de sua dinâmica, o horizonte da “instituição pública e a vivência individual”. Assim, “a cultura objetiva desenvolve-se em um contínuo processo de interação entre a rede socioeconômica e cada indivíduo que dela faz parte ou nela procura o seu lugar” (...) “a cultura subjetiva pressupõe a cultura objetiva”, são correlatas, portanto. Não é preciso dizer que a relevância e o lugar de Simmel na percepção social de Bosi, vai guiá-lo em inúmeras entradas em vários autores, como o próprio Machado de Assis, como dissemos, e seria um de seus apoios intelectuais na sua negativa do horizonte estrito e dogmático do historicismo.

Consoante à leitura da sociologia de Simmel, não se trata, portanto, de pensar a relação de Cruz e Sousa com seu tempo no sentido estritamente subjetivo, pois essa leitura se resvalaria “para uma visão radicalmente intimista da sua obra”⁶⁶⁵. Por isso, Bosi remete o leitor a uma leitura que construa as frentes da cultura nos dois modos de lê-la, a objetiva, visível no tempo histórico mais imediato, e a subjetiva, substrato menos visível, subterrâneo, e apontada nas obras da cultura. Essa feição sublinha, segundo Bosi, as “*contradições da cultura objetiva do final do século XIX no Brasil*”⁶⁶⁶. Não é preciso identificar horizonte mais resistente nesse sentido, pois que Cruz e Sousa inverte a lógica da dominação, expondo ao limite da razoabilidade esse discurso falsificável por sua própria condição subjetiva: com Cruz e Sousa, portanto, *negava-se*

⁶⁶⁴ *Id., Ibid.*, p. 169-170 (grifos meus).

⁶⁶⁵ *Id., Ibid.*, p. 171.

⁶⁶⁶ *Id., Ibid.*

assim a cultura objetiva. Fica claro, na leitura, o critério pouco usual da crítica literária brasileira em ver habitar no poeta uma contradição entre *forma mentis* e a ideologia da sociedade.

Ivone Daré Rabello, em alentado estudo da poesia de Cruz e Sousa, demonstra de modo inequívoco as contradições da crítica literária nesse aspecto, ressaltado o papel de Alfredo Bosi, como um dos críticos que repõem a questão em óticas inteiramente novas, abertas tanto para a forma literária, quanto para a sociedade da época. Para a estudiosa, “a obra de Cruz e Sousa vem sendo retomada sob *outros* critérios e perspectivas metodológicas (...) Alfredo Bosi discute o esforço contra-ideológico de certas páginas do poeta (...) como resposta às teorias deterministas e evolucionistas em voga nas elites de finais do século XIX”. Por isso, completa ela, “na cifra da lírica simbólica e da subjetividade visionária que deseja o sublime e fala o nefasto, na violência emblemático-alegórica, no refinamento dos procedimentos, Cruz e Sousa leu e respondeu a seu tempo, a *seus dilemas pessoais* e a sua *exclusão do mundo dos notáveis*”⁶⁶⁷.

Cruz e Sousa poderia absorver da cultura de seu tempo o fato de o poeta ser visto como um “vate da humanidade e demiurgo da forma”, uma espécie de profeta, herança clara do romantismo, cultura vivíssima no tempo. Cruz e Sousa trafegaria por dois caminhos distintos: “primeiro, o da sua libertação *pessoal enquanto negro injustiçado que protesta contra a ‘ditadora ciência d’hipóteses*”. E, segundo, quando diz que “havia um segundo caminho, decerto mais promissor” que seria mesmo ver-se como este poeta incompreendido, vate do tempo salvífico, mas pouco ouvido por seus contemporâneos. Por isso, trata-se de “reconhecer uma cultura objetiva da subjetividade, isto é, uma corrente poética que, *fluindo em sentido contrário ao causalismo impessoal das ciências da matéria, postulasse a liberdade interior do artista e os poderes da imaginação criadora*”⁶⁶⁸. Nos dois casos, Sousa lidaria com a cultura do seu tempo, daí que Bosi aponte no poeta a dissidência e a resistência em vista da cultura do seu tempo.

⁶⁶⁷ Cf. sua leitura em RABELLO, Ivone Daré. *Um canto à margem: uma leitura de Cruz e Sousa*. São Paulo: Nankin/Edusp, 2006, p. 20 (grifos meus). Lembro apenas que este livro não contempla o texto de *Literatura e resistência*, publicado pouco tempo depois e lido até aqui, mas apenas o que está incluído em *Dialética da colonização* e na *História concisa*.

⁶⁶⁸ BOSI, Alfredo. “Sob o signo de Cam”. Op. Cit., p.174.

As matrizes do pensamento ideológico *resistente* do poeta simbolista podem ser identificadas no “misticismo cósmico, sem divindade pessoal, antes búdico do que cristão, pois aspirava ao nirvana, ao nada que tudo dissolve, à pureza infinita das estrelas”. A África era sentida como “terra do instinto, da luxúria, da cega inconsciência”⁶⁶⁹. E, conclui Bosi, refletindo neste amálgama pensado por Cruz e Sousa: “pode-se conjecturar a formação de uma simbiose da consciência revoltada e infeliz do poeta com a retórica do *poeta maldito* já plenamente assimilada pelo leitor de Baudelaire e de Verlaine”. O poeta é remetido a Cam, personagem citado em *Evocações*, a figura bíblica que desponta errante por conta da maldição “por um ato de despudor e condenado à perpétua escravidão”⁶⁷⁰.

O texto de Cruz e Sousa estaria lacerado de “dor” e “indignação”, *espírito* e *tom* muito diversos dos escrevinhadores de prancheta, os satanistas de costume e de cátedra, pois estaria resolvido na percepção da vida que se viveu e se sentiu. Todo o aproveitamento imagético feito por Cruz e Sousa corrobora a ideia inicial de Bosi a respeito da dialética condição da cultura brasileira, atravessada pela absorção e readaptação de temas da cultura ocidental. Palavras e ideias que “difundem-se com maior ou menor pertinência, *mas na boa literatura fica o que significa*”⁶⁷¹. Assim:

O aproveitamento que Cruz e Sousa faz do imaginário romântico-simbolista é, às vezes, uma transposição enfática dos seus traços estéticos antiburgueses, patentes na matriz europeia; mas, outras vezes, é uma escolha drástica das expressões negativas desse repertório combinadas com o jargão naturalista e acionadas para significar a danação africana (...) a *figura do artista é prometeica*⁶⁷².

Todo o texto lido até aqui pode ser remetido a outro, que dialoga com ele praticamente nos mesmos termos, e que tem o sugestivo título “Sob o signo de Cam”. Obviamente que os pontos históricos de contato são semelhantes. Bosi historia ali o ponto onde a dissídia ou o conflito entre as visões coletivas da sociedade, pois não havia apenas uma só, e a visão *íntima* da história, começa. No poema “Ao romper d’alva”, de Castro Alves, Bosi identifica que nele é a “primeira vez em nossa literatura romântico-nacional [que se] seguiam linhas conflitantes de valor, o sentimento da natureza e a

⁶⁶⁹ *Id., Ibid.*, p. 175.

⁶⁷⁰ *Id., Ibid.*, p. 176 (grifo do autor).

⁶⁷¹ *Id., Ibid.*, p. 176 (grifos meus).

⁶⁷² *Id., Ibid.*, p. 180 (grifos meus).

visão da pátria”⁶⁷³. Bem como trazem à literatura, a partir de Castro Alves, as sementes da revolta e o que se constituiria numa malha que agregaria histórica e tematicamente desde Rui Barbosa e Joaquim Nabuco até Euclides da Cunha e Luiz Gama.

Cruz e Sousa, por sua vez, “herda” essa rede social e, a partir disso, imanentiza suas poesias dos índices que temos analisado. Se for difícil extrair consequências sociais delas, sobretudo em relação às suas características mais sinestésicas, é em “O Emparedado” que essa relação pode ser sentida com mais facilidade. Os recursos da prosa facilitam essa compreensão porque transpõem mais diretamente a mensagem pessoal do poeta, embora ele não prescindia de recursos *poéticos* tão caros e sumamente característicos.

Ivone Daré Rabello indica que:

Cruz e Sousa, escravo e depois homem livre e pobre, mas com memória do solar dos brancos onde fora educado, também iniciara suas atividades aplicando-se em adquirir técnicas e formas. Desde muito jovem, porém, buscou distinguir-se sem seguir a lógica da ordem. E o fez como poeta, num cenário acanhadíssimo (...) a dupla experiência – de familiarizar-se, pela cultura, com o universo da classe dirigente, e de permanecer vinculado à sua origem negra e escrava – resolvia-se, nesse momento, como esperança de tornar-se ‘homem esclarecido’ e ‘aceito’.⁶⁷⁴

O Emparedado encontra Castro Alves aqui no ponto mesmo em que o “existir” se condensa em pura dor, expressa no primeiro como pergunta de desamparo, muito embora, “inutilmente”, diz Bosi, pois dirigida a um *deus absconditus*⁶⁷⁵. A identificação aos filhos de Cam não é gratuita porque se junta à figura do artista “prometeica”, como vimos, portanto, “mas em atitude de serena resistência, entre estóica e búdica [que] o sustentará por todo esse dantesco itinerário”⁶⁷⁶.

O caráter resistente de Cruz e Sousa como autor se configura também, segundo Bosi, em encontrar nos aspectos da ideologia do tempo e na própria biografia de filho de escravos, substratos para uma literatura que aproveitasse todos esses recursos em nome de sua própria luta. Em meio às contradições do fim do século XIX, Sousa soube oferecer saídas, a partir de sua arte, carregadas de sua subjetividade. Tomando o eixo de sua narração, quer dizer, a partir do ponto de vista da primeira pessoa, Cruz e Sousa dramatiza a condição, não apenas sob a perspectiva de filho de um ex-escravo, mas

⁶⁷³ BOSI, Alfredo. “Sob o signo de Cam” in: DC. Op. Cit., p. 247.

⁶⁷⁴ RABELLO, Ivone Daré. *Um canto à margem*. Op. Cit., p. 90 (nota).

⁶⁷⁵ HC: 178.

⁶⁷⁶ *Id., Ibid.*, p.180.

também mobiliza uma crítica ao país cuja “abertura democrática” tanto ele, quanto outros, tiveram acesso negado.

Em virtude da participação subjetiva mais densa, o Tu e o Eu, não se opõem, já que ambos subsumem no texto uma participação efetiva de si mesmo, ou seja, parece claro que as duas únicas vozes presentes ali são as do próprio Emparedado, circunscrito entre a ciência do tempo e a dilaceração causada pela consciência de quem sabe o que é, mas ao mesmo tempo, compreende que aquele discurso – pior ainda por ser *oficial*, e que não escaparia incólume da pena destruidora e corrosiva de Machado de Assis – lhe era completamente extemporâneo.

Não é preciso dizer que o que se fazia em termos políticos, no final daquele século, era a exclusão pura e simples, o alijamento do processo de constituição de uma nação por parte de suas elites, a cujo discurso científico acorriam como forma simples de legitimação de sua postura e decisões.

O *espelhamento* dessas marcas aparece em Cruz e Sousa como contradição, e tanto mais contraditório, tanto maior seu grito. Tão dura a sua condição que o demonstram o paralelo mais rente a ela, ou seja, são as figuras, já amplamente discutidas por Bosi, dos emblemas bíblicos de extrema significância para a obra de Cruz e Sousa – o grito de Cristo no Gólgota e a filiação a Cam – que são, ambos, paralelos *extremamente consequentes* no Brasil, marcado por um forte catolicismo, anunciado desde sua vinculação ao Estado, e também como índice *fundacional* da nação, que lhe servem de medida e apoio também, ehm como legitimador de ideologias. E tanto mais consequente por que figuras de conhecimento público.

Tomando como base o grande painel do fim do século XIX, especialmente no contexto de Machado de Assis, Kátia Muricy pôde estudar o quanto a questão da modernidade brasileira esteve condicionada à medicina, e as consequências desse discurso, tão grande que inúmeros autores escreveram sobre isso, dentre os quais, Machado. A medicina poderia ser considerada “entre nós o veículo da modernização”⁶⁷⁷. Pensada nesses termos, toda a força da propaganda racista se instaura nos mais diversos mecanismos expressivos do tempo, marcando certa profilática das relações humanas, que teve em Gilberto Freyre um combatador no início do século XX, com *Casa Grande e senzala*:

⁶⁷⁷ MURICY, Kátia. *A razão cética*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 14.

Aqui, novas formulações científicas, filosóficas, libertárias e políticas juntaram-se a práticas de incipiente mas nítido conteúdo *normalizador*. O exemplo mais distinto dessa nova confinação é a política higienista da medicina⁶⁷⁸.

O termo medicina social interessa de perto porque é a partir de seus pressupostos que se vão incorporando mecanismos específicos de manipulação e controle dos *indesejados*, culminando, salvo engano, na Revolta da Vacina. Devemos notar que a crítica às “estruturas do presente” não é exclusiva de Cruz e Sousa que, de certo modo, pode ser lida como ‘tímida’, em vista de outros autores como o próprio Machado de Assis e, noutro tempo, o Lima Barreto de *Os bruzundangas* e do Policarpo Quaresma.

Antes da travessia aos escritos do poeta, Bosi percebe a mudança significativa na forma como a natureza era sentida; de paraíso idílico, ela começa a ser lida como espaço, ou como “pano de fundo de cenas que a mancham”⁶⁷⁹. Algo muito diferente, portanto, da condição alencariana, representada na sua “inclusão do selvagem” indígena em uma “esfera de nobreza”⁶⁸⁰.

Sobre Cruz e Sousa, cabe ainda um pequeno excuro acerca da cultura romântica de que se cinge sua obra: “há *momentos-limite* (grifos meus) na cultura romântica em que a relação do *eu* com a História parece perder a sua dimensão mais abertamente social”, mas esse prisma *determinista* precisa ser suavizado, matizado, dialetizado, como prefere Bosi, pela “redução de motivos e imagens à *ótica preferencial do sujeito*”⁶⁸¹. Por isso, o recurso a uma sociologia que saiba conciliar e matizar os espectros consoantes à ótica pessoal e social.

As primeiras palavras do texto bosiano são dirigidas preferentemente na busca por imagens que o romantismo criou e que, depois, pelo gosto repetitivo, redesenhou, ou seja, a feição mais cristalizada e resistente em óbices mais críticos. Castro Alves compreende a poesia como índice que não escanteia a sua conformação social, apela, para tanto, a imagens conscientes de desespero e dor: das almas náufragas, das vozes cujo sonido escapa às lacerações dos filhos de Cam, pontos nos quais o Emparedado e a figura bíblica se estreitam, assomados pelas vozes d’África, tão bem explicitadas no poema de Castro Alves.

⁶⁷⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 21.

⁶⁷⁹ BOSI, Alfredo. “Sob o signo de Cam” in: DC: 247.

⁶⁸⁰ BOSI, Alfredo. “Imagens do romantismo no Brasil” in: GUINSBURG, J. (Org.). *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 241.

⁶⁸¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 243 (grifos meus).

Pela mesma ótica, e sob aspectos *formais* diversos, Cruz e Sousa permite leituras coesas de resistência. Por isso, as feições que se sucedem no texto bosiano repontam a uma dor e a uma voz muito próprias que escapam à condição de espelho ideológico da nação. Elas se assomam ao *parti pris* de um *amalgama cultural resultante*, buscado, na medida do possível, na interioridade desses sujeitos que pensaram sua condição, macerados por uma sociedade que os alijou do processo de cidadania, isto, para dizer o mínimo. Por isso sua obra reponta à via da resistência como única saída possível.

2.3 - Uma filosofia de vida: o caso Machado de Assis.

Universalismo tímido: O Machado de Bosi.

Machado de Assis foi, e ainda é, sem dúvida, uma presença importante e definidora, e dista, como um referente, em toda a obra de Alfredo Bosi. Diria até que o autor de *Dom casmurro* participa como uma de suas leituras de predileção e de inteligência. Seguramente esta presença “intoxicante”, como definiu Antonio Callado, pode ser sentida em seus escritos, daí que, junto aos objetos de suas duas teses iniciais, – Luigi Pirandello e Giacomo Leopardi – figure como o autor que por mais vezes retornou à sua pena⁶⁸². A partir dele, Bosi erigiu uma interpretação muito pessoal e historicamente situada desse que se constitui nosso principal autor, ou pelo menos, aquele mais paradigmático, junto a outros não menos fundamentais da literatura brasileira.

Por que insistir, depois de um século de interpretações, em escrever sobre o autor de *Dom Casmurro*? Essa a pergunta que abre e fecha o livro *O enigma do olhar*, e que perpassa um Bosi entre perplexo e fascinado frente a pletora de leituras – as mais diversas, desde as estéticas, as filosóficas, as psicanalistas, as sociológicas etc. – que sondam o Bruxo de Cosme Velho. Não é também sem perplexidade que lemos esses textos bosianos, que confluem em um respeito e reverência que nunca deixaram de ser críticos nem tampouco perderam de vista a dimensão humana e histórica deste seu

⁶⁸² Além de *O enigma do olhar*, várias vezes Machado foi objeto de análise de Bosi. Veja-se tão somente como índice dessa busca, os mais recentes livros *Machado de Assis*, da coleção Publifolha, e *Brás Cubas em três dimensões*, o volume dedicado a ele pela editora Ática, na década de 80, que lançou outro, como vimos, sobre Graciliano Ramos. O último livro de Bosi, *Ideologia e contraideologia*, articula seu último capítulo em conclusão à sua enorme viagem pelos meandros das ideologias e contraideologias, com Machado de Assis, cf., pp. 398-421. Para uma verdadeira apreciação de tudo o que direi, listo agora os principais textos com que Bosi lida diretamente com o autor: como organizador BOSI, Alfredo [et. al.]. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982; *Machado de Assis: O enigma do olhar; Machado de Assis*. São Paulo: Publifolha, 2002; “O Realismo na Obra de Machado de Assis”, conferência publicada em JUNQUEIRA, Ivan (Org.). *Escolas literárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, v. 2, pp. 375-403; *Brás Cubas em três dimensões*. São Paulo: Companhia das letras, 2006; “Figuras do Narrador Machadiano”, capítulo do número dos *Cadernos de literatura brasileira* dedicado a Machado. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2008 e *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011, Col. Essenciais. Todos os ensaios de Bosi sobre Machado estão compendiados nestes livros. Noto que as palavras que se seguem serão capazes apenas de indicar a amplitude dos *insights* aportados nas análises de Bosi. Neste caso, bom mesmo é ir aos textos e conferir-lhe a amplitude dos ensaios. Teço, aqui, tão somente um comentário que sugere os pontos principais da defesa de Bosi.

Machado de Assis. É por reunir a *condição* da própria escritura bosiana, isto é, por trazer ao rol de sua sala disciplinar seus temas mais caros, como a ética da crítica, as questões candentes da interpretação do texto literário, enfim, um sentido que contempla o domínio dessa mesma crítica na esfera pública brasileira, isto é, por reunir todas essas condicionantes, que encaramos esses textos, tentando, para isto, confluir essas dimensões em um texto que possa, ao menos *in limine*, encerrar a visão que o Autor tem a respeito de Machado.

Sobre isso, é interessante notar que, em 1982, Bosi diria que pensar, o mais das vezes repensar, o lugar de Machado de Assis seria exigir, do crítico, “respostas cujo teor vai ser, muitas vezes, uma *confissão de nossa filosofia de vida*”, o que, convenhamos, está bem longe de uma perspectiva evolucionista da literatura. Por isso, assevera ainda que seria “muito difícil conviver longamente com Machado sem ter que responder em termos de uma posição ideológica, e termos de uma crítica do que é arte, do que não é arte”⁶⁸³. Machado seria um *leme eletivo* muito forte para a literatura brasileira, um fundamento que pluralizou seu matiz. Ele introduz na crítica literária uma fratura real, recoloca assim de novo a responsabilidade e o papel do crítico literário que o lê. Cabe ao intérprete a cota de localização desse autor no nosso panorama literário do fim do século XIX, que escancara certamente as portas para o futuro imediato no século XX brasileiro.

Não obstante tudo isso, há que relemos o itinerário do leitor de Machado que Bosi foi e é, verificando seus nortes, privilegiando, para isto, *O enigma do olhar*, por se constituir em uma súpula daquilo que Bosi pensa acerca de Machado. Trata-se de um leme que conduz a discussão de sua preocupação com Machado, e que participa de modo central dentro desse horizonte, espraiando-se por todos os seus escritos pósteros. Este livro requer, portanto, que seja posto em situação com os demais. É porque se pode ler nele todas as grandes questões que circundam seus textos, que poderemos dar nome a essas questões. Arriscaríamos dizer que o texto assume *todas* as posições que Bosi ostenta.

Como já deve ser de conhecimento do leitor, *O enigma do olhar* reúne textos que remontam à década de 70, constituindo-se em ensaios escritos para as mais diversas publicações. Basta lembrar, para isto, o 2º capítulo do livro, muito citado e talvez o mais conhecido, “A máscara e a fenda”, que integrou originalmente a coletânea de contos

⁶⁸³ BOSI, Alfredo. [et. al.]. “Mesa redonda” in: *Machado de Assis*. São Paulo, Ática, 1982, p. 322.

machadianos, encomendada a Alfredo Bosi pelo importante crítico uruguaio, Ángel Rama, para a *Biblioteca Ayacucho*, em 1976. Um livro, portanto, montado, mas cuja dinamicidade, coerência e unidade são resguardadas notavelmente. Lido a um só fôlego, impressiona justamente pela coerência de pensamento que o guia e o conforma. Aqui, percebemos claramente a disposição ao diálogo, tanto com os textos machadianos como um todo, quanto com a fortuna crítica e histórica que cerca Machado de Assis.

Das características mencionadas, um aspecto ressalta o texto bosiano, que é a capacidade de mobilizar os olhos do leitor a aspectos já sublinhados, mas pouco desenvolvidos pela fortuna crítica machadiana, mediados por uma escritura límpida e sedutora. Em muitos desses textos, Bosi passa em revista a plêiade de leitores dessa verdadeira escritura tentacular que é a machadiana, para nos situar em relação a seu próprio parâmetro estético. Antonio Candido diz de Machado que com ele o romance brasileiro alcança “um auge precoce”⁶⁸⁴, perspectiva, em alguma medida, como se vê, *evolucionista*, de nossa tradição literária. Segundo o crítico, esse auge está condicionado a um maior trabalho de reflexão por parte do artista, que atinge também sua “linguagem [e] que procura dar conta dos problemas que são de todos os homens, em todos os quadrantes”⁶⁸⁵. Talvez esse o diferencial que melhor responda pelo ponto de inflexão que é a escrita machadiana.

Paulo Eduardo Arantes, também leitor de Machado, diz que ele acerta um sentido de Brasil inexistente nos autores de seu tempo⁶⁸⁶, fato bastante bem explorado nos textos de Roberto Schwarz. Machado de Assis, pensado sob uma perspectiva evolucionista, como estamos harmonizando, talvez signifique que passamos à idade adulta de nossa literatura – de que é exemplar o paradigma proposto ao final da *Formação da literatura brasileira*, desdobrado pela crítica de Roberto Schwarz; isso também consuma uma leitura em Machado que se pronuncia como crítica, tal a ironia/alegoria do sentido de Brasil no século XIX, lido por esses críticos.

⁶⁸⁴ CANDIDO, Antonio. “A nova narrativa” in: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 203.

⁶⁸⁵ *Id.*, *Ibid.*

⁶⁸⁶ Na compreensão de José Antônio Pasta, professor da USP, e ex-orientando de Bosi, Machado está no centro de uma espécie de desajuste que contamina todo o restante da produção do *fin-de-siècle*: “Ao estudar *O Ateneu*, de Raul Pompeia, para um doutorado em Literatura Brasileira, fui percebendo e identificando desproporções formais, sinais estranhos que acompanhavam o ponto de vista, contradições insolúveis, perturbações de ordem temporal etc. – ou seja, esquisitices interessantes, que tendiam a sugerir algo como um pequeno ‘sistema de impasses’”. Entrevista à revista *Sinal de Menos*. São Paulo: Ano 2, número 4, 2010, p. 5.

Bosi tem consciência disso, mas desenvolve outro paradigma que tenta, à luz de sua própria dialética, expressa nos termos *tipo* e *anti-tipo*, e em categorias outras, apor uma questão que sobrepuja a mediação da força do olhar, e de uma combinação que uma combatividade *resistiva* dentro de uma perspectiva moral. A eficácia das idéias extraídas da obra de Machado estaria fincada na conjunção que possibilitou que algumas de suas personagens saíssem da galeria do *tipo* para a de *personagens-indivíduos*⁶⁸⁷. Bosi tem consciente os projetos em torno à figura de Machado de Assis desenvolvidos tanto por Candido quanto por Schwarz, John Gledson, Silviano Santiago, dentre outros – tanto que os revisita, a eles e à maioria da principal crítica machadiana – porém, sua linha de compreensão passa por uma outra fonte de dialetização dessas vertentes da crítica brasileira, erigindo diferentes paradigmas analíticos. Não é outra a nossa intenção quando mencionamos esses autores, pois que se constituem em verdadeiro lugar-tenente nas atuais releituras de Machado de Assis, que não são poucas.

Antes de prosseguir, cabe aventar a gênese da proposta de leitura do *tipo* e do *anti-tipo*, lidas nas considerações sobre Pirandello, perspectiva coesa à nossa tese. Bosi diria antes que o autor italiano seria um antípoda dialético do nosso Machado, a ponto de dizer:

Comecei minha carreira acadêmica (em 1964) com uma tese sobre a narrativa de Pirandello; reencontrei depois em Machado o tema, tão moderno, do conflito entre vida interior e forma social, expresso com a mesma agudeza, mas com sinal contrário. Em Pirandello, o sujeito sofre porque não quer assumir o papel convencional que a sociedade lhe impõe. Em Machado, a aspiração maior do sujeito consiste em alcançar o *status* mais alto e desfrutar dos prazeres e dos prestígios que essa posição lhe propiciaria. O ‘social’ é a fonte daquela autenticidade que em Pirandello, gênio romântico e anárquico, reside na liberdade e na espontaneidade⁶⁸⁸.

Muitos críticos próximos a Machado, prontos, em um número cada vez maior, a se sujeitarem ao paradigma historicista, portanto, *representativo da nação*, do texto literário⁶⁸⁹, se depararam com este esquivo objeto que é a ficção machadiana, capaz de pôr à mesa critérios outros que não apenas os de expressão romântica, ou

⁶⁸⁷ Remeto o leitor para a gênese deste conceito no 1º capítulo desta tese que analisa a tese de Bosi sobre Luigi Pirandello.

⁶⁸⁸ Na entrevista “Decifração do tempo”, publicada na *Folha de São Paulo*, que perde o mordaz e machadiano título quando de sua republicação em livro, o qual uso, in: SCHWARTZ, Adriano (Org.). *Memórias do presente: 100 entrevistas do Mais!*. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 307.

⁶⁸⁹ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado”, in: LR: 10.

neorromântica, como parece ser o caso de muitas leituras até aqui pronunciadas. Sílvio Romero, por exemplo, dados os seus conhecidos pressupostos deterministas e sua admiração tácita a Tobias Barreto⁶⁹⁰, não pôde ou não quis compreendê-lo para além de sua resignação. José Veríssimo, por seu turno, dedica a ele toda a parte final de sua *História da literatura brasileira*, visando um conhecimento estético e formal dessa obra. Vale a pena subscrever a parte final do capítulo XIX de seu livro, que se abre assim: “chegamos agora ao escritor que é a *mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura de nossa literatura*”⁶⁹¹, uma constatação que Romero não cansou de sufocar, e que não deixa de ser significativo de um tipo de crítica que se abre para outros horizontes interpretativos, como é o caso do século XX.

A postura histórica requerida por críticos de estrita observação romântica, na atenção à *cor local* – e seus consequentes desdobramentos – subsídio suficiente a nortear a ficção brasileira, parece rechaçada por Machado, no seu “Instinto de Nacionalidade”, escrito em 1873. Embora as leituras deste texto nem sempre coincidam – nesse sentido, veja-se, por exemplo, a leitura que dele faz Schwarz, que contrasta com a de João Hernesto Weber, que contrasta com a de Abel Barros Baptista, enfim, a querela está longe de se resolver⁶⁹². Eu os cito para que sirvam de paralelo às considerações feitas à frente, em torno à querela do nacionalismo, da *representatividade ou alegórica do texto ficcional*, em que os textos de Bosi darão o seu parecer. Embora aparentemente longe disso, mas não tanto que não possa ser visto, Machado é homem de seu tempo⁶⁹³, o que não quer dizer que não nos signifique de perto e ainda nos seja

⁶⁹⁰ Cf., a esse respeito, MONTELLO, Josué. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁶⁹¹ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 277 (grifos meus).

⁶⁹² SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo, Cia das Letras, 1987. “Acumulação literária e nação periférica” in: *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000, pp. 219-243; WEBER, João Hernesto. “Tradição literária e tradição crítica” in: *Tradição literária e tradição crítica*. Porto Alegre: Movimento, 2009, pp. 34-62. “Entre dois tempos e dois lugares: Machado de Assis e o Instinto de nacionalidade” in: *A nação e o paraíso*. Op. Cit., p. 53-69; BAPTISTA, Abel Barros. “Parte um” in: *A formação do nome*. São Paulo: Edunicamp, pp. 21-115. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido” in: *O livro agreste*. São Paulo: Edunicamp, 2005, pp. 41-83. MATA, Anderson Luiz Nunes da. *As fraturas no projeto de uma literatura nacional* (tese doutorado inédita). UnB, 2010.

⁶⁹³ Leia com proveito as imbricações dessa realidade no tempo histórico de Machado no texto *O altar e o trono*, de Ivan Teixeira (São Paulo: Edunicamp/Ateliê, 2010), recém publicado, abordando a novela *O alienista*.

contemporâneo; portanto, que exprima sua universalidade dentro do século XX brasileiro.

Importa mencionar que esta questão surge em um momento em que a nação brasileira *toma consciência de si*, no estrito sentido romântico que o termo assume – e diríamos que o termo é relativamente inadequado, mas suas ressonâncias hegelianas até que servem a seus fins. Quer dizer, aparentemente, no caso de Machado, essa consciência surge simultaneamente no mesmo passo em que a compreensão da literatura expressa certo desvelo. O conteúdo programático dos românticos se circunscreve ao tema da nação e seus correlatos, tais como, a nacionalidade, a existência de antepassados genéticos etc., tão caros ao *parti pris* ideológico dos românticos que encampavam a chamada literatura indigenista. Nas palavras de Célia N. Galvão Quirino:

Os temas românticos e a maneira de tratá-los pareciam, com alguma criação, servir como uma luva para fazer nascer um espírito nacional e encontrar uma identidade que juntasse todos os brasileiros. Todos, mesmo os de origem europeia e os aqui bem-nascidos, com direito ou não à cidadania, poderiam se sentir igualmente privilegiados ou igualmente desgraçados de pertencer a esta grande pátria. Os escritores românticos brasileiros, após a independência, como se estivessem empreendendo uma cruzada, realizaram uma *intervenção deliberada*, utilizando-se da literatura, para criar e difundir uma ideia de nação⁶⁹⁴.

Pensados nesses termos, os intelectuais românticos brasileiros e latino-americanos como um todo destoam de seus colegas europeus, já que vêem “com simpatia esse modo de produção [capitalista], que mal existe na região”. Ou seja, “o romantismo *aqui* não compartilha dos objetivos que têm [os escritores] na Europa”⁶⁹⁵, distante que estava de suas instâncias por absoluta surdez aos predicados que se viam lá.

⁶⁹⁴ QUIRINO, Célia N. Galvão. “Prefácio” in: RICÚPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, p. IX-X. Interessante notar, junto a Benedict Anderson, que o Brasil estava desidentificado *romanticamente* mesmo dos países da América Latina. “Para explicar a descontinuidade e a inter-relação entre as línguas impressas, a consciência nacional e os Estados nacionais, cumpre observar o grande conjunto de novas entidades políticas que surgiram no hemisfério ocidental entre 1776 e 1838, todas definindo-se de modo autoconsciente como nações e, com a interessante exceção do Brasil, como repúblicas”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 83ss. Ainda segundo o pesquisador inglês, quando todos os países pensavam a questão da nação em virtude do surgimento do jornal e da imprensa, aqui, pelo contrário, durante três séculos não houve imprensa, e os homens com curso superior no Brasil, em sua maioria, era formada em Portugal.

⁶⁹⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. XXVII.

Dito de outro modo, seu empenho é notadamente liberal, a cujo ideário a nação brasileira conhecia desde certo tempo.

Por isso mesmo, nosso romantismo tem uma feição política, e Machado sabe disso, mas não deixa de pensar nas consequências estéticas que essa “deliberação” propagandista pode ter na fatura das obras propriamente ditas. Ele pensa, por exemplo, nos poetas científicistas – que hoje seriam acertadamente chamados de “engajados” –, e algo melancólico, escreve que “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”⁶⁹⁶.

Na análise que faz desse texto, Abel Barros Baptista esclarece que aqui Machado atribui responsabilidades pactuais com o leitor, note-se: “o ‘sentimento íntimo’ não é o que o escritor exprime nas suas obras, mas o que se *exige* dele, não é um traço substancial, mas um efeito de leitura, como tal caindo por inteiro no âmbito da responsabilidade do leitor”⁶⁹⁷. Por sua vez, Ivan Teixeira expõe que Machado quer dizer com “sentimento íntimo” exatamente: “1) abandono estratégico da cor local, entendida como índice de Romantismo tardio; 2) incorporação da “análise das paixões e caracteres”⁶⁹⁸. Não sendo contrárias entre si, mas complementares no seu rendimento estratégico de leitura, cremos que esses índices estão coerentes quanto àquilo que Bosi lê em Machado. Contrariamente, Leopoldo Waizbort, em diálogo com Candido, indica neste ensaio machadiano, a “falta de crítica” na literatura romântica, que, em Candido, dados seus pressupostos de uma literatura “acumulativa”, exibidos em *Formação da literatura brasileira*, resvala-se como falta de uma “dimensão auto-reflexiva”⁶⁹⁹.

Pesa bem pensar essas considerações porque se trata de um problema ainda debatido, cujo consenso está longe de ser alcançado. Como dissemos atrás, John Gledson e Roberto Schwarz – para citar dois dos mais importantes autores na fortuna do Bruxo – não concordariam com muitas das colocações feitas pelo próprio Abel Barros Baptista, nem tampouco com as de Alfredo Bosi. É o português Abel Barros Baptista, aliás, que aponta uma estagnação crítica que se segue na esteira de Schwarz e de Bosi,

⁶⁹⁶ Machado de Assis. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, v. 3, p. 804.

⁶⁹⁷ BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome*. Op Cit., p. 17. Leitura diametralmente oposta encontra-se em Schwarz, embora isso fique aqui apenas indicado.

⁶⁹⁸ TEIXEIRA, Ivan. “Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa”. Op. Cit., p. 149.

⁶⁹⁹ WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosacnaify, 2007, p. 141.

daí haver uma dificuldade de renovação no entendimento da obra de Machado. Para ele “há um paradigma que se repete nos novos trabalhos, que ainda giram em torno das interpretações de Roberto Schwarz e Alfredo Bosi”⁷⁰⁰. Essa discussão não envolve simplesmente a menção a um possível nacionalismo de Machado, envolve pressupostos hermenêuticos e epistemológicos diferentes. A questão das “idéias fora de lugar”, que merece em Schwarz, por exemplo, um lugar de relativa extensão e recepção, pode ser lida na obra de Bosi como ocupando um lugar diferente de seu distinto colega de Campinas. A isso se pode dizer que esse entendimento traz algumas disparidades na interpretação do texto machadiano.

Pois bem, Bosi conhece o debate de muito perto. No texto “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”, ele aponta alguns momentos do processo da constituição de nossa crítica literária, pensada a partir do binômio Literatura x Sociedade. Sua tônica inicial é a de evidenciar, desde logo, o caráter unívoco da obra de arte, seu predicado de feito ‘infinito’ e ‘indefinido’. Nas palavras de Gustave Lanson, citadas por Bosi, “não se devem perder de vista duas coisas: a história literária tem por objeto a descrição das individualidades; e tem por base intuições individuais”⁷⁰¹.

Na esteira, portanto, do que se lê em Candido e Carpeaux, Bosi explora essa predicação para, por “petição de princípio”, alertar sobre outra definição que pense a obra literária como objeto de mediação e de singularização. Faz isso demonstrando precisamente as idéias literárias dentro de um *continuum* temporal no fluxo da História, quer dizer, isso significa que ora a obra literária trafega pelas idéias, que cabe ao historiador do Campo Literário no Brasil novecentista apontar-lhes a pertinência: a historicidade que penetra os processos simbólicos é mais aberta e complexa do que o tempo do relógio, que só mede a conjuntura relativa à contingência biográfica do autor”. “A visão do mundo do romancista” pode, dirá ele, ora coincidir com a ideologia dominante no seu meio, ora afastar-se dela e julgá-la”. Desnecessário dizer que esta citação indica o tipo de *mimesis* que convence a satisfaz mais a Bosi. Sua insatisfação cognitiva vem exatamente daí, em vista de que os limites da pura *mimesis* devem ser dialetizados porquanto significa, neste caso, uma tendência simplificadora porque

⁷⁰⁰ Abel Barros Baptista apud MORAES, Alexandre et STRECKER, Marcos. “Começa o ano Machado de Assis” in: *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2008, p. 4.

⁷⁰¹ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária” in: LR: 8.

“sincronizadora”⁷⁰². A literatura pensada por essa ótica seria, de qualquer modo, indicativa de uma circunstância anunciadora de seu momento histórico. Devemos, no entanto, avolumar a reflexão para identificar como Bosi resolve essa aparente aporia.

Em seu ensaio, Bosi dirá que a tônica da leitura romântica recairá na força política – *representativa* da nação – do texto literário. Assim: “no Brasil o projeto de integração da literatura na história nacional abrangente foi vitorioso e fecundo”⁷⁰³. A substituição do “critério formal” por seu “valor histórico” teve longa duração – para lembrar aí a tradição histórica da Escola dos Annales, de que se vale em muitos momentos Bosi – alcançando os conhecidos textos de Afrânio Coutinho, tais como *A tradição afortunada*, *Conceito de literatura brasileira*, bem como *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido⁷⁰⁴. Resta perceber que esse caráter “empenhado” de nossos intelectuais românticos – os “modernos” mencionados por Machado – tornou-se, por assim dizer, quase que inevitável dentro de nossa conjuntura histórica, se é que, com isso, não nos resvalamos em algum tipo de determinismo histórico. Risco que não corremos, caso pensemos na seguinte conclusão de Bosi:

Convenha-se: o surgimento dos novos Estados em toda a América Latina ao longo do processo de desmonte do Antigo Regime e dos impérios ibéricos foi um processo político tão imponente e grávido de efeitos institucionais que dificilmente a crítica literária das novas nações poderia ter-se subtraído à hipótese da vigência de correlações fechadas entre literatura e formação nacional⁷⁰⁵.

Não à toa, os critérios de *nacionalismo* e *raça*, para ficar em apenas dois índices fortes desse tempo, ambos de grande amplitude histórica, alcançaram as marcas do político *no* literário, igualmente *na* música e *na* pintura. Bosi pondera que esses critérios, lidos unicamente na sua própria dimensão, são “parcia[ais]” e ao mesmo tempo “impertinente[s]”⁷⁰⁶, pois excluíam uma série de autores – como é o caso de

⁷⁰² EO: 12.

⁷⁰³ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado”, Op. Cit., p. 10.

⁷⁰⁴ Ressalta isto Abel Barros Baptista em “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido” in: *O livro agreste*, São Paulo: Edunicamp, 2005, pp. 41-83. Assim também, Paulo Eduardo Arantes in: “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo” in: D’INCAO, Maria Angela e SCARABÓTOLO, Eloísa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*, São Paulo: Companhia das letras, 1992. pp. 229-262. O texto de Bosi também demonstra essa relação aferida no texto de Afrânio Coutinho, cf., pp. 27-28 do ensaio.

⁷⁰⁵ BOSI, “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 13.

⁷⁰⁶ É o que diz nosso Autor a propósito de Sílvio Romero e da ideologia romântica.

alguns árcades – e do próprio Gregório de Matos, fulcro, aliás, da polêmica de Haroldo de Campos com Antonio Candido.

O lugar do realismo.

Antes de prosseguir, faremos algumas considerações acerca do debate, mais amplo e internacional, em que Bosi se insere. Em primeiro lugar, os textos de Bosi colocam-se como resposta a um estado de questões que se impuseram na crítica literária no início do século XX, em torno do Realismo como Forma. As premissas em que se assentou o assunto dão-se em torno das perspectivas de Lukács, principalmente, que foi quem perscrutou profundamente o assunto, sobretudo em vista da literatura do século XIX, como percebeu o romance histórico, tema de um de seus grandes livros, e do século XX, quando, “curiosamente”, opera um grande “distanciamento” que o conduzia de volta ao século XIX⁷⁰⁷. Essa negação em torno da época moderna, e dos experimentalismos conduzidos por Joyce, Musil, Becket ou Kafka, dentre outros, fá-lo pensar a “arte moderna como um prolongamento do *naturalismo* [em alguma medida, condenável por isso mesmo] e não do *realismo*”⁷⁰⁸.

Esse raciocínio vai-se sentir claramente na oposição feita a Lukács por Bertold Brecht, ou seja, a medida do realismo do autor húngaro, na perspectiva de Brecht, é simplificadora da obra literária. Compartilha dessa mesma opinião outro avatar da crítica dialética da época, Theodor Adorno, acusando-o precisamente de esposar uma teoria *adialética* e, no limite, idealista.

Perceba-se que é esse o tema que incomodará também a Pirandello, como vimos no primeiro capítulo, em torno das personagens e da autoridade dos preceitos do realismo-verismo, nesse tempo, que tem a ver com as controvérsias que envolvem nomes como Giovanni Verga e Luigi Capuana⁷⁰⁹. O processo de maturação desse repensamento de questões, na qual os escritos de Bosi se posicionam, levará pelo menos vinte anos, e afluem em torno da pertinência ou não da categoria realista como premissa

⁷⁰⁷ SILVA, Arlenice Almeida da. “A história e as formas” in: LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 17.

⁷⁰⁸ *Id., Ibid.*, p. 24 (grifos meus).

⁷⁰⁹ Há uma discussão igualmente interessante em torno disso, e que não envolve o nome de Pirandello diretamente, em ANDRADE, Ana Paula Freitas de. “Giovanni Verga e a construção do Verismo” in: *Revista Literatura e Sociedade*, n. 14, 2010, pp. 46-65. Na revista anterior, bem como neste número o leitor encontra uma ampla discussão intitulada “O realismo como forma”, dos rumos desse debate no século XX, dos quais nos baseamos *in limine*.

analítica suficiente no pensamento da literatura. A negativa de Bosi é enfática, ou, ao menos, relativiza esses pontos, demonstrando que o realismo de Machado dá-se em outra dimensão. A disciplina do olhar exige, na codificação de Bosi, uma pluralidade de vistas, contrária, portanto, a todo monismo⁷¹⁰.

Para Lukács, a literatura do século XX se ressentia de uma identificação com a totalidade da vida, noção classificada por ele de “desabrigo transcendental”, como se vê na *Teoria do romance*. Essa noção explica em parte a feição decadente e excêntrica da arte lida naqueles autores citados, pelo menos em sua perspectiva, daí a acolhida algo eufórica às obras de Thomas Mann, já que elas “criticava[m] o dado imediato, situando o fenômeno no conjunto, ou seja, configurando-o artística e organicamente como totalidade”⁷¹¹. Tal a medida de seu realismo.

A discussão de Bosi se refere mais propriamente ao espelho que se quer dar a esta ficção. Muito embora Machado explore os dados locais, ele o faz apoderando-se de categorias universais. Bosi ainda nega valor heurístico aos índices *prescritivos* da categoria buscada por Lukács, que acomete inúmeros outros críticos, na mesma índole da Crítica Sociológica. Kant, na *Crítica da faculdade do juízo*, delimitava o alcance da estética, visto que seus juízos seriam eles mesmos aporias intransponíveis, e visto o objeto móvel que é a consciência estetizante⁷¹². A premissa de Lukács contaminaria todo o seu raciocínio sobre a literatura sua contemporânea, a partir da qual, a condenação das obras literárias nascentes naquele início de século. No caso de Lukács, aponta-se sua inconsistência em torno também do conceito de Tipo, ademais, porque “implica que as personagens e as circunstâncias sejam *representativas* da sociedade figurada na obra; contudo, é preciso notar a diferença em relação ao sentido corriqueiro: enquanto o tipo tradicional remete, por exemplo, a grupos ou classes sociais alegorizados em figuras fixas e imutáveis, o típico, para Lukács, corresponde antes a tendências e forças históricas que se concretizam em personagens e em suas ações, sem

⁷¹⁰ Cf. BOSI, Alfredo. “O realismo na obra de Machado de Assis” in: JUNQUEIRA, Ivan (Org.). *As escolas literárias no Brasil*. Rio de Janeiro: ABL, 2004, pp. 375-403.

⁷¹¹ SILVA, Arlenice Almeida da. “A história e as formas”. Op. Cit., p. 25.

⁷¹² Northrop Frye expressa que os valores da crítica, longe de se condicionarem a qualquer “dever ser”, devem ser lidos como “ser”, após o que já a obra abriga em sua forma; serão sempre juízos de segundo grau, cf., FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 35ss.

que eles deixem de ser individualizados”⁷¹³. O Tipo almeja ser representativo, e, ao contrário do que postula Otsuka, Bosi infere dos escritos de Lukács justamente a significativa *prefiguração* e, portanto, a *simbiose*, de que se ressentem seus textos; ainda e também, ronda nesses escritos um caráter alegórico e *dogmático*, termo que Bosi usa quando afere a viabilidade deste método em vista da resposta dada por Bertold Brecht à questão da maior ou menor abertura desse realismo⁷¹⁴.

Para Bosi, o romance de Machado de Assis estaria mais “próximo de uma atitude *sociável* e *mediadora*, que é anterior e, no contexto do Brasil Império, ainda alheia à explosão do capitalismo avançado, para o qual o egoísmo não deve ser moderado, mas excitado sem limites pelas seduções da mercadoria”⁷¹⁵. Essa perspectiva atinge outra, igualmente importante e sintomática, de um tipo de leitura recente em torno a Machado, que vê nele um *progressista* em vista de assumir uma postura que desvelaria o contorno da modernização *falhada* que se dava no Brasil *fin-de-siècle*. Esse tom de denúncia desaguaria, segundo esse ponto de vista, em um narrador volúvel denunciador do *ethos* brasileiro, como é o caso de Brás Cubas.

Schwarz, em tempos recentes, vem defendendo sua leitura em oposição a outras, demonstrando a *internacionalização* das etapas do realismo brasileiro em Machado. Há uma aposta em um Machado mais internacional. Um de seus ensaios mais recentes chama-se, inclusive, “Um avanço literário”, publicado na revista *Literatura e Sociedade*, que mencionamos. Roberto Schwarz marca a distinção de modo a dialetizar o modo de compreender Machado, a partir de uma concepção abrangente do conceito de realismo. Diz ele:

Seja como for, o campo estético e social que estamos considerando aqui é internacional, com relações muito desequilibradas, que afetam a posição das formas artísticas. Estas parecem sensíveis às circunstâncias, mesmo às de natureza não estética, embora não de modo previsível⁷¹⁶.

De qualquer modo, para Bosi, a condição de leitura, que anunciamos, aferra-se a uma percepção menos indicativa dessa realidade, embora, como se verá, tendo-a como *parti pris*, que são os romances europeus do tempo. No entanto, seus elementos estéticos não são pensados como exógenos à realidade brasileira.

⁷¹³ OTSUKA, Edu Teruki. “Lukács, realismo, experiência periférica (anotações de leitura)” in: *Literatura e Sociedade*, n. 13, 2010, p. 39 (grifo meu).

⁷¹⁴ EO: nota 15 ao texto, p. 54.

⁷¹⁵ *Id.*, *Ibid.*, nota 7 ao texto, p. 29 (grifos meus).

⁷¹⁶ SCHWARZ, Roberto. “Um avanço literário” in: *Literatura e Sociedade*, n. 13, 2010, p. 235.

Bosi defende uma configuração estética que é em seus termos, *ampla e generosa*, aberta ao tempo e às confluências do criador. Isso apresenta doses de aceitação talvez pouco compatíveis com as premissas de Schwarz, bastante bem conhecidas, daí que nos eximimos de rerepresentá-las. Mais à frente, tornaremos ao assunto focando na concepção de tempo que Bosi esposa, rerepresentando o problema sob olhos novos, esperando que a questão se clarifique no decorrer da exposição. Sem querer nos adiantar aos fatos, cabe dizer, com Bosi, que

Uma visão historicista pontual, só atenta aos episódios extraficcionais mencionados ou superpostos na obra de Machado, tende a superpor e fundir as duas instâncias: o objeto da percepção do autor e a perspectiva do narrador; o tempo do relógio e o tempo da mente. Com isso, a crônica miúda dos eventos contemporâneos da escrita faz as vezes da gênese das ideias e dos valores que formaram a cultura e, mais precisamente, o olhar do escritor⁷¹⁷.

Evocação do universalismo.

Como dissemos acima, fica patente nos escritos de Bosi a ainda permanente dívida da crítica brasileira e mundial em relação a Machado de Assis. Os ângulos adotados por alguns dos críticos se resvalam no foco unidirecional, segundo Bosi, de que se poderia depreender um acanhamento crítico, dada a estatura da obra machadiana, ou mesmo, denunciando-se os “limites mesmos das tendências simplificadoras”⁷¹⁸. Seria necessário um norte que abrangesse “o *olhar machadiano*, o que é um modo existencial ou fenomenológico de lidar com a perspectiva, a *visão do narrador*, o ponto vista, ou mais tecnicamente, com o foco narrativo”⁷¹⁹. Bosi dirá que o olhar flexível tem a vantagem de lidar tanto com as paixões – o riso, o choro, o amor, o ódio – quanto com a inteligência.

Analisada essa crítica, que hoje ocupa a maior parte do debate nacional em torno a Machado, resvala em Bosi ainda “um resíduo de insatisfação cognitiva e desconforto moral”⁷²⁰. Esse pesado juízo advém, segundo sua orientação, da incapacidade por parte da crítica, notadamente a brasileira⁷²¹, em entender o espaço da singularidade de suas

⁷¹⁷ BOSI, Alfredo. “Materiais para uma genealogia do olhar machadiano” in: EO: 167.

⁷¹⁸ EO: 12.

⁷¹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 10.

⁷²⁰ *Id.*, *Ibid.*

⁷²¹ Cabe destacar que, pela análise de Bosi, há alguns críticos que podem ser evocados como antecessores seus, por adotarem perspectivas parecidas ou receberem desenvolvimentos a temas ao gosto deles, como é o caso de Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer, além de Raymundo Faoro, que recebe bem mais que simples referências nos textos bosianos, merecendo

criações, ponto a partir do qual Bosi discutirá a fortuna sobre Machado tanto quanto lhe servir de mediador e de paradigma sobre o qual dirigirá seu foco. Machado cria personagens que vão além da caracterização do *tipo* – embora os tipos ainda vigorem em sua ficção – já que pode, por meio daquela conjunção localizada acima, mobilizar as *subjetividades em permanente contradição consigo mesmas*. Fato que este conceito – o *tipo* – nega.

Tal como a existência pura e o isolamento conceptual, também a *concreção artística não é aquela mediação pelo universal, que evoca a idéia do tipo*. Segundo os termos de Bosi, *nenhuma obra de arte autêntica é típica*. Lukács pensa de um modo estranho à arte ao opor obras típicas ‘normais’ a obras atípicas e, portanto, aberrantes⁷²², (pensamos isso a respeito do repertório da filosofia estética de Adorno, e consoantes à extensa polêmica que Adorno desenvolve com Lukács).

Embora Bosi opere o conceito indicando o horizonte do narrador e das personagens, a estética de Adorno sugere direção semelhante, definindo a obra de arte autêntica – se *individuum est ineffabile*, definição que Bosi não cansa de repetir em seu texto, ecoando a filosofia escolástica medieval, via Croce. Nesse sentido, cumpre diminuir o intervalo “entre os conceitos da crítica e as figuras do texto-fonte (...) até os limites do possível e procurar responder à questão crucial do sentido, que está no horizonte de toda interpretação literária”⁷²³.

No caso de Machado e se somos fieis ao percurso bosiano, o círculo hermenêutico proposto aqui só se resolve mediante o manejo do “objeto do olhar e [do] modo de ver porque somente essa flexibilidade revela o típico, mas também a diferença e a singularidade”⁷²⁴. Vai já largo o caminho que separa a leitura bosiana da leitura sociológica, dado também que, segundo sua leitura, “o principal objeto de Machado é mesmo o comportamento humano: “o que a interpretação *moraliste* universalisa, a sociológica localiza”⁷²⁵. No caso de Machado: “toda interpretação que pretenda absolutizar uma das abordagens em detrimento das demais desserve o conhecimento

texto mais longo, dado o lastro “cultural” de que se cinge sua perspectiva. Cf. BOSI, Alfredo. “Raymundo Faoro leitor de Machado” in: BCTD: 104-130.

⁷²² Como se lê na *Teoria estética* de Theodor Adorno, Op. Cit., p. 150 (grifos do autor).

⁷²³ EO: 10.

⁷²⁴ *Id., Ibid.*, p. 12.

⁷²⁵ MAE: 23 (grifo de Bosi).

concreto, multiplamente determinado, da escrita machadiana”⁷²⁶. Ainda sobre o desdobramento da *mimesis* nas interpretações realistas:

a referência local e histórica não é de somenos; e para a crítica sociológica é quase-tudo. De todo modo, pulsa neste *quase* uma força de universalização que faz Machado inteligível em línguas, culturas e tempos bem diversos so seu vernáculo luso-carioca e do seu repertório de pessoas e situações do nosso restrito Oitocentos fluminense burguês⁷²⁷.

O quadro histórico, portanto, não é suficiente para explicar os valores e os ideais de Machado. Bosi chega a perguntar que, na complexidade desta obra, por que “só poderia ter juízos e valor e ideais derivados *imediatamente* do regime paternalista”, sendo mais acertado registrar o relógio a passos dos processos simbólicos, mais abertos.

O problema dá-se quando a interpretação torna-se, ela mesma, ideologia. Aliás, esse preceito vinha sendo combatido já há muito tempo em sala de aula por Bosi, quem o diz é um de seus ex-alunos, hoje professor na USP, que pronunciou-lhe o discurso de saudação na cerimônia de outorga de Professor Emérito, José Miguel Wisnik: “Bosi parecia saber orquestrar os pressupostos envolvidos nas diferentes posições, vendo-as de modo a apontar o perigo da conversão dos seus pontos-de-vista em ideologias”⁷²⁸. Nesse caso, o papel ideal é o de *integrador*. Contrariamente a isso, a principal crítica de Machado, a de Schwarz, aponta justamente para uma espécie de *monismo interpretativo*, já demonstrado por Bento Prado Jr., aliás⁷²⁹.

Pode-se argumentar que aquele critério de historicidade extrapola o imediatamente posto como contexto “atual ou positivo de (Machado de Assis) – (ou seja) o regime paternalista dos meados do século XIX na cidade do Rio de Janeiro”⁷³⁰. A análise imanente é apenas o princípio da análise que agrega um todo, é “tão-somente o momento em que se iniciam os desafios para o intérprete confrontado com a pluralidade de sentidos da obra literária, com as forças inconscientes e as influências

⁷²⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 25.

⁷²⁷ EO: 11-12.

⁷²⁸ WISNIK, José Miguel. “Discurso de saudação” in: *Outorga do Título de Professor Emérito a Alfredo Bosi*. São Paulo: FFLCH, 2009, p. 16.

⁷²⁹ Cf. “A sereia desmistificada” in: *Alguns ensaios. Filosofia, Literatura e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 206. Cf. também MOTTA, Leda Tenório da. *Sobre a crítica literária brasileira no último meio século*, pp. 67ss. Se se levar em conta os últimos ensaios de Schwarz isso se reafirma veementemente. Cf., como exemplo geral disso, o ensaio “Leituras em competição” in: *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, pp. 9-44.

⁷³⁰ EO: 12.

culturais que constituem sua complexa estrutura”⁷³¹, diz Marcus Vinícius Mazzari, em resenha a *Brás Cubas em três dimensões*.

Bosi dirá exatamente que o *olhar*⁷³² largo de Machado se deve à conjunção de leituras que acolhem os autores dos séculos anteriores em busca de sua verdade moral – e seu longo painel de leituras machadianas, como apêndice de *O enigma do olhar*, privilegia isso e deixa também claro este aspecto da sua obra. Em outros termos: “a percepção da coexistência do local com o universal (...) servirá também para advertir (...) as dimensões quando o nosso objeto for a narrativa madura do escritor”⁷³³. O Autor argumenta que a “historicidade em que se inscreve uma obra de ficção traz em si dimensões da imaginação, da memória e do próprio juízo crítico”⁷³⁴. Essa conjunção é difícil de não ser enxergada no próprio seio do texto do Bruxo de Cosme Velho, de que tanto as citações e as alusões, quanto os nomes, caudalosos em seu texto, são exemplos infáveis disso. Consoante a isso, em alguns casos, a própria forma literária traz essa marca para o centro da discussão – como é o caso de *Memórias póstumas* – derivação de leituras inglesas (sobretudo Tristram Shandy), francesas (Xavier de Maistre, Pascal, Vauvenargues), portuguesas (Garret), da Bíblia e outras mais. Por este índice, ou seja, por este último verbo, podemos perceber qual a gama mais forte de interesse na análise bosiana, qual seja:

Constitui-se também (...) numa heurística para o esboço de uma visão própria do romance como texto *multiplamente determinado*, o que impõe a necessidade de *evitar a confluência do discurso crítico para um ‘único fator explicativo, causa das causas, em prejuízo de uma abordagem compreensiva’*. (...) o autor irá procurar surpreender na trama romanesca a interação viva dos vetores *formais, existenciais e miméticos, sem*

⁷³¹ MAZZARI, Marcos Vinícius. “Os múltiplos perfis da obra machadiana” in: *Estudos Avançados* 21 (59), 2007, p. 371.

⁷³² Metáfora onipresente nos textos bosianos já desde sua tese de doutoramento, e que será desdobrada em seus textos sobre Machado de Assis, cujo livro, *O enigma do olhar*, privilegia, desde o título, o contato com essa imagem e a subsequente cadeia de interesses que o texto comporta, tais como as máscaras e os modelos de comportamento nas personagens machadianas. Note-se que esta metáfora será desenvolvida plenamente no ensaio “Fenomenologia do olhar”, in: *O olhar*. Cf. NOVAES, Adauto (Org.). São Paulo: Cia das letras, 1988, pp. 65-89. Marilena Chuí dirá: “Se *perspectiva* nos ensina o motivo que nos leva, cotidianamente a designar o próprio ponto de vista – o nosso e o alheio – também nos ensina onde se efetua aquela visão altiva da *skopiá*: o olho do observador”. “Espelho da alma, janela do mundo” in: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 37 (grifos da autora).

⁷³³ MAE: 14.

⁷³⁴ EO: 12.

*atribuir a nenhum deles o papel de instância última, isto é, monocausal e sobredeterminante*⁷³⁵.

O conceito que margeia todas as considerações a respeito do texto machadiano é o de *tipo* e *anti-tipo*, revelando a historicidade que ora afirma, ora nega a realidade do presente, sendo o texto ficcional prenhe de imaginação e de juízo analítico – cujos índices de leitura são aparentemente *infinitos*, pois comportam todos os leitores imaginários do texto, bem como suas várias ambiguidades, das quais Machado é mestre – acaba desdobrado em suas margens de entendimento. O olhar machadiano recorta de seu meio alguns caracteres, seja apontando personagens que não se detêm neles mesmos; seja configurando-os na opinião larga que têm sobre os outros homens, apontando fissuras na índole humana. Tal é o percurso lido nos moralistas dos *Setecentos* e dos *Oitocentos*, como Bosi aponta. Daí sua presença universal, daí também seu *ethos* humano.

Para Bosi, o “tipo” é uma recorrência presente nos ficcionistas contemporâneos a Machado, e nem sua própria ficção escaparia a esse apelo, afinal, há personagens que, pela sondagem e montagem do trabalho do ficcionista, sobrepujam o viés caricato, por isso, Machado acaba encetando neles uma perspectiva em “segundo grau”, personagens planos na nomenclatura proposta por E. M. Forster. Logo, essas personagens carregam os sintomas da *simplificação*, são pouco problematizadoras, sujeitas que estão à sua mediação histórica linear, redutora e classificatória. Não são essas personagens que interessam a Bosi no fundo de sua crítica, embora enxergue *mesmo nelas* diferenças que avultam; antes, ele pensa e desenvolve aquelas que melhor encarnam as contradições humanas como um todo, sobretudo quando sob o imperativo do *desejo* e da *necessidade*, eixos que moviam boa parte da ficção contemporânea à de Machado. Se desejo e interesse estão conjugados na mesma lide, se elas não têm apenas interesses mas “os interesses dos seus desejos”, se a primeira natureza em alguma medida é tão legítima quanto a segunda, se, ainda, “o que é natural e fatal se dá a quem do juízo ético”, tão logo gera-se, na perspectiva do narrador, a consciência do “mal necessário” que atenua a condenação peremptória, chegando mesmo à “complacência de um olhar ambivalente”. “A condenação que o puro *ethos* romântico fizera recair sobre os tipos sociais escarrados (...) alivia-se, embora não de todo, quando Machado lhes concede a

⁷³⁵ MAZZARI, Marcos Vinícius. “Os múltiplos perfis da obra machadiana”. Op. Cit., p. 371 (grifos meus).

escusa da necessidade”⁷³⁶. Intimamente conjugado a isso está o fato de algumas personagens serem melhor caracterizadas como “pessoas”, porque estão sob o estímulo da “autodeterminação”, daí uma “dialética interna de tipo e pessoa” que atenua a veemência da sátira moral lida sob seu ceticismo.

Machado, em certos casos, expõe suas personagens a esse forno, daí que se perceba o movimento da desilusão que o comportamento delas gera. Embora o narrador não apresente *virtuoses* morais, ele não cairá “no naturalismo grotesco das caricaturas (...) tampouco retomará o estereótipo ultra-romântico da donzela frágil e assexuada”. Em alguns casos as narrativas compreendem alguns seres, cuja síntese moral repousa no reprovável, ou na fagulha em que esse limite se apresenta como liame do comportamento. Por isso, o leitor se pergunta se não agiria como eles, como se lê em contos que trafegam pelo signo da ambiguidade – na falta de melhores adjetivos – como no jocoso “A carteira”, no terrível “Pai contra mãe”, no fortíssimo “O caso da vara”, dentre tantos outros.

Nesses e em outros contos, Machado opera uma síntese moral, de forma que identifiquemos, como Bosi expõe, pelo menos duas características principais: por um lado, essa síntese pode ser uma forma de mascarar o texto, por meio de uma aproximação sedutora, que nos leva a concordar com o narrador, já que por ele estamos enlaçados. Essa percepção parece participar de uma primeira ordem de leitura, ou mesmo de uma leitura rasa do texto. Há algo ali que se conforma imediatamente a um senso comum que ainda desconhece o verdadeiro senso das proporções, de resto, ainda não revelado. Isso é percebido quando se confronta o teor textual ao seu contexto, em que se subsumiria em seu lugar, uma dialética toda própria envolvendo *indivíduo* x *sociedade*. Esse seria o traço mimético da ação humana em sua forma mais objetiva, depositária dessa leitura.

Por outro lado, o segundo grau de entendimento volta-se para o que não se diz ali diretamente, ou para aquilo que só se diz nas suas entrelinhas – a *performance* da ironia – que no caso de Machado é tão difícil de auscultar. Isso indica precisamente a presença do ausente, ou seja, toda forma estética é articulada ainda pela organização do narrador e de sua presença, sendo um modo de ser que implode essa síntese moral nos seus alicerces, o que, como vimos antes, seria sustentado pelo juízo algo simplório do

⁷³⁶ EO: 18.

senso comum. Estamos, portanto, circundados por uma articulação que une *mimesis* e *poiesis*.

De certa forma, a síntese moral, que denota o processo do real, portanto *positivo*, é, ele mesmo, amoral e *negativo*, pois ele se circunscreve no âmbito da ironia propriamente dita. A autorreferencialidade, um dos signos da modernidade, está presente tanto no trabalho do real, tome-se “O caso da vara” como exemplo, quanto no trabalho utópico, ou na confecção do texto literário, vide *Memórias póstumas*.

As falhas sociais são erodidas e as máscaras evidenciam a cisão das consciências, via desejo e interesse. Eis o momento em que a máquina da perversão é posta em um movimento que desarma o leitor, antes *certo* de sua postura diante da situação assentada pelo texto. Mostram-se verso e reverso de uma moeda cujos signos são opacos, não translúcidos, corroídos que estão pelo movimento pendular, continuado, de naturalização e de estranhamento: dois pólos pelos quais circula a ironia.

Creemos que este último tópico merece desenvolvimento. O processo literário propõe um horizonte utópico na composição de sua *forma*. A *forma* seria um “conteúdo sedimentado”⁷³⁷, tópico elucidado por Adorno na sua *Teoria estética*. É por negar a sociedade, contendo-a, que a “utopia permanece [justamente como] algo de negativo contra o que existe, embora lhe continue a pertencer”⁷³⁸. Pode-se ler esta frase na díade *indivíduo e sociedade*, contidos também na instância da máscara que indicia as marcas da pertença e do lugar da *persona*, que são os índices manejados por Bosi. Assim, a forma é essa matéria utópica, vertiginosamente dada, sustentada no horizonte das *simetrias e assimetrias sociais*, mas que sempre se constituem socialmente. O binômio deixa claro que há pólos em que a obra se move de uma extremidade a outra.

Esse binômio pode eliminar elementos de continuidade que são historicamente dados – sua matéria positiva, onde está posta. A proposta de Bosi, nesse sentido, matiza esses elementos positivos e expressos também na composição do texto literário. Por isso, e em consonância com Adorno ainda, esses elementos estão contíguos, seu “conteúdo de verdade (...) funde-se com seu conteúdo crítico”⁷³⁹. Nas palavras de Bosi, isso pode ser lido, por exemplo, na instância fenomenológica do olhar machadiano, que

⁷³⁷ ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Op. Cit., p. 17.

⁷³⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 58.

⁷³⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 62.

combina um horizonte ora “cognitivo”, ora “emotivo ou passional”⁷⁴⁰; pode, ainda, ser mediado jocosamente por “um olhar que morde e assopra”⁷⁴¹. A atitude machadiana coloca-se como “negação e atenuação. Gesto crítico e tom concessivo”, atitude pendular que equilibra o homem civilizado, animado pelo signo da necessidade, “por conter o universal animalesco em nós”⁷⁴², daí a “justificação do cálculo”⁷⁴³. Como dissemos, o comportamento humano é, na definição de Bosi, o objeto principal da ficção machadiana.

Nota-se que o *ethos* machadiano, pensando exatamente nesta relação de necessidade a que seus personagens estão submetidos, “traz em si mesmo um limite à denúncia”⁷⁴⁴. Ficção que destoa da tônica tanto de românticos, embora saída dela, quanto de naturalistas, descolada da extemporânea categoria de espelho das condições sociais, conforme o paradigma de Bosi, que explora, portanto, instâncias de tempos passados, na rememoração dos autores da predileção machadiana, como os moralistas franceses, de que Pascal e Vauvenargues são bons exemplos.

Bosi pondera as recensões críticas movidas no tempo do próprio Machado no sentido de comparar as perspectivas. Assim, tanto a perspectiva romântica quanto a naturalista, de algum modo, possuem um sentido que é, no primeiro caso, teleológico, quer dizer “um grande escritor, mas menos brasileiro do que seria de desejar”⁷⁴⁵, avaliação que vem de Sílvio Romero; ou, no segundo caso, em relação aos naturalistas, será este o juízo de Bosi: “a originalidade de Machado está em ver por dentro o que o naturalismo veria por fora”⁷⁴⁶. Essas seriam as duas estéticas que a ficção machadiana “excederia”, se assim podemos dizer.

O texto bosiano, seguindo a tradição crítica advinda de Lúcia Miguel Pereira e Augusto Meyer, isto é, resgatando suas premissas, embora, desdobrando-as, permite avaliar as redes de significação que teriam, nessa linha hermenêutica, maior perspicácia analítica, ao aproximar a visão do autor da do narrador. Imerso em uma perspectiva mais próxima de uma interpretação que visse na ficção machadiana o drama das

⁷⁴⁰ EO: 11.

⁷⁴¹ *Id.*, *Ibid.*

⁷⁴² *Id.*, *Ibid.*, p. 17.

⁷⁴³ *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

⁷⁴⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 18.

⁷⁴⁵ Citado por Alfredo Bosi in: MA: 8.

⁷⁴⁶ EO: 18.

influências próximo a um “culturalismo aberto e livre”⁷⁴⁷, é a indicação precisa do que Bosi percebe no estudo de Raymundo Faoro de *A pirâmide e o trapézio*. É o que preside a empreitada de Bosi ao analisar Machado sob a dimensão espiritual do olhar em consonância com a cultura do século XIX, onde aparecem, em Machado, as legendas em que incidem os pensadores moralistas. Schwarz, ao analisar essa crítica, apontará seu próprio desalinho com a visão bosiana, pois ela engendraria, segundo ele, uma afinidade metafísica de que sua própria crítica não disputa, premissa *psicologista*, segundo nossa visão: “quando Bosi discute o ateu Machado de Assis e os seus intérpretes materialistas, ele sente necessidade de algo mais, digamos, imaterial. São as contradições sintomáticas de um católico de esquerda que eu admiro”⁷⁴⁸.

Contrariamente a isso, essa percepção calha com o fundo daquilo que o próprio Schwarz acaba se valendo em relação ao tema do “Delírio” de Brás Cubas. Em torno de seus próprios pressupostos, materialistas, Schwarz desafia o bom senso negando, se não negando, pelo menos rebaixando o episódio do delírio de seu valor heurístico dentro do romance machadiano. Em resposta a Sônia Brayner exatamente sobre esse trecho do romance, que será fundamental na perspectiva de leitura de Bosi, Schwarz dirá sua desistência em encontrar nela não menos que um *desatino estilístico*. Como o registro recupera o tom coloquial da mesa redonda, a citação aparece lacunosa: “bom, primeiro, eu não sou fã do capítulo do delírio... Eu acho um pouco espetacular demais, e um pouco do mundo, digamos assim, de fantasia exótica; há uma espécie de...”⁷⁴⁹.

Precisamente essa parte do romance anuncia um ponto de inflexão na narrativa, importantíssima para a consecução da visão cética de Machado. Nas palavras de Bosi, tratava-se de contrapor à visão dos poetas cientificistas de seu tempo, tal a especulação anti-prometeica, tal a paisagem toda feita de neve, até mesmo o sol. Ao encontrar a Natureza-mãe, desfaz-se sintomaticamente o *topos* construído por Rousseau, e pode-se denotar, como parece o caso, o ceticismo pessimista de Machado. É uma natureza indiferente, que deixa seus filhos à sorte do acaso. Duas palavras assomam a fala dela: Egoísmo e Conservação. Na concepção de Bosi, esse fato serve para explicitar como é problemático tomar como pressuposto apenas um paradigma interpretativo em autor complexo como Machado de Assis, denúncia constante que o próprio Bosi vem fazendo

⁷⁴⁷ EO: 15.

⁷⁴⁸ Entrevista de Roberto Schwarz a Fernando de Barros e Silva a respeito do lançamento do livro *Sequências brasileiras*. São Paulo: Folha de São Paulo, 7 de Agosto de 1999, p. 4.

⁷⁴⁹ BOSI [et. al.] “Mesa redonda” in: *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982, p. 320.

desde pelo menos a década de 70. Isso foi notado pelos presentes na mesa redonda, e não foi contida a surpresa de Antonio Callado, afirmando que o “capítulo do delírio (...) está logo no pórtico das grandes obras de Machado”⁷⁵⁰.

Sérgio Paulo Rouanet conclui semelhantemente a Bosi em torno da perspectiva de Schwarz, quando alude a seu método *sociológico*, substantivo na dialética da volubilidade, dizendo dele que “o método sociológico não explica tudo”. Mas, pergunta ele, se o método criado não o faz, “o que fica de fora, quando aplicamos a Machado de Assis uma rede exclusivamente sociológica?” é precisamente “a dimensão psicológica”⁷⁵¹. Rouanet ainda defenderá que o ranço do historicismo, propugnado por algumas leituras machadianas pela esquerda, refletira-se na concretude das análises, chegando às voltas de dizer, muito gravemente:

Nossa esquerda deixou-se impregnar de tal modo por essa coisa ultraconservadora chamada historicismo, que rosna e eriça o pêlo cada vez que ouve a palavra ‘universal’. Essa fobia ao universal, que desde Herder, passando pelo pensamento ultralegitimista francês, pela escola histórica alemã, pelo nacional-socialismo e pelo autoritarismo militar latino-americano, tem sido uma doença senil da direita, no Brasil transformou-se em bandeira da esquerda⁷⁵².

O tom pouco concessivo de Rouanet deve ser mediado para que não se incorra no erro de incorporar *toda a crítica de esquerda* no mesmo patamar ao que ele concebe na sua recensão (Schwarz e Bosi são de esquerda). Por isso, é claro que parte dessa esquerda esquece a mediação da obra literária (e não é este o caso nem de um, nem de outro, diga-se), opondo a historicidade da obra literária a um mecanismo linear de a-historicidade, fulcro do que Rouanet critica. A bandeira que Rouanet destaca, portanto, não é partilhada por toda a esquerda, e o eminente diplomata aposta na mudança desse paradigma pouco feliz. O tom do texto, cremos de novo, é cingido de muita polêmica e um pouco de excentricidade.

É, semelhantemente a Rouanet, que Leda Tenório da Motta constata, escalando autor por autor, radicalmente, por assim dizer, desde a gênese das leituras que assim se pronunciam:

⁷⁵⁰ *Id., Ibid.*, p. 321. Tão fundamental é para Bosi este episódio da narrativa de Machado que ela se torna o pórtico de entrada da pequena antologia ao final de *Machado de Assis Essencial*.

⁷⁵¹ ROUANET, Sérgio Paulo. “Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade” in: *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 325.

⁷⁵² *Id., Ibid.*

E já há quem pense – é o caso de Alexandre Eulálio – que, se há realismo em Machado, é o psicológico, o realismo de sondagem moral. (...) É o que pensa também Silviano Santiago quando nos diz que se há algum estudo em *Dom Casmurro*, esse estudo é o do ciúme – e só dele – e que o romance, assim, é de reflexão moral (...) E é porque também pensa assim que Alfredo Bosi nos acena, na mesma linha das máscaras mundanas que acabam pregadas ao rosto, com aquela alentada galeria de retratistas da alma humana – Maquiavel, Pascal, La Rochefoucauld, La Bruyère, Vauvenargues, Helvetius, Schopenhauer – que encontramos na última parte do seu *O enigma do olhar*⁷⁵³.

Antes, a pesquisadora já havia apontado para a posição singular de Machado, bem como para a possibilidade de suas narrativas poderem ser embaçadas singularmente pelas violências, bem como pelas paixões, e serem “apreciáveis em si e por si”. Seria este o lugar do universalismo, isto é, do elo fundamental que garante à ficção machadiana uma feição singular dentro do esquema do romance do século XIX, abarcando o deslocamento humano provocado por essa ficção? Fica ainda a pergunta: qual o lugar do realismo machadiano?

Mesmo oferecendo outro paradigma de leitura, Abel Barros Baptista defenderia a perspectiva bosiana em torno da ideia de universalidade de Machado. Encarecendo o debate em torno a *Dom Casmurro*, ele adota como ponto de partida, o seu chamado “paradigma do pé atrás”, entendendo-o assim: “fica por saber se a referida incompreensão [Baptista refere-se ao não entendimento do recurso à primeira pessoa com intenção denunciadora no romance, segundo Schwarz, “para não se defrontar com a crítica feroz a um dos ‘tipos de elite mais queridos da ideologia brasileira’”] se esgota no contexto histórico da composição e leitura de *Dom Casmurro*, ou se uma análise deste tipo não atribui ao contexto o que constitui antes uma possibilidade estrutural do romance”⁷⁵⁴. Aventando o seu “paradigma”, Baptista aponta para a solução pouco eficaz, hermeneuticamente falando, das leituras que têm como substrato o nacionalismo encampado na crítica, como parece ser o caso das leituras de Schwarz e Silviano Santiago, contra-argumentados pelo texto de Baptista, e para quem “o conteúdo ideológico particular dos discursos críticos gerados no quadro do paradigma do pé atrás não é muito relevante”. Ainda: “mas tal concepção [requerida pelo paradigma] é incompatível com a ficção romanesca e com a ficção romanesca do livro –

⁷⁵³ MOTTA, Leda Tenório da. *Sobre a crítica literária brasileira no último meio século*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 32.

⁷⁵⁴ BAPTISTA, Abel Barros. *Autobiografias*. São Paulo: Edunicamp, 2003, p. 386 e 387.

incompatível, numa palavra, com a responsabilidade da não-resposta que define o romancista. Por isso mesmo, é inútil se Machado era ou não um escritor empenhado, lúcido, crítico das instituições e das ideias do seu tempo: ele era, antes de tudo, se não apenas, um romancista, e por isso toda a sua obra se foi erguendo contra aquela ideia de livro, de romance e de literatura”⁷⁵⁵.

Bosi não iria tão longe na afirmação de que o quadro histórico e as perspectivas delineadas pelo romance, bem como as perspectivas ideológicas geradas em seu interior, são infrutíferas ou inúteis. Antes, persevera na ideia de que é justamente no quadro, mas também na perspectiva do olhar machadiano, conjuntamente, que se podem efetuar a razoabilidade da (boa) leitura, latente do gosto amargo do pessimismo machadiano. Ainda sobrepuja no argumento bosiano a deriva de pensar seu argumento de um Machado “universal”, porque, segundo ainda isso que discutimos, o Autor apontar, perguntando, “por que acho importante essa universalização? Porque a tendência dos estudos sociológicos, *strictu sensu*, deriva dos embates ideológicos contemporâneos: para tal sociedade, tal ponto de vista”⁷⁵⁶. Mais: “*opor Machado brasileiro e Machado universal é separar arbitrariamente o quadro e a perspectiva, a imagem especular e a autoconsciência (...) cada posição-limite, ao descartar o seu oposto complementar, emperra o discurso da compreensão e alimenta polêmicas equivocadas*”⁷⁵⁷.

As balizas universais com que se moverá Machado dizem respeito à assunção de uma perspectiva de longa duração, termo de Bosi, sobretudo na configuração de suas mulheres, em quem se vêem claramente um “vigor espontâneo” e uma índole “indomável”. Este sentimento “se afina com certos veios culturais de longa duração no complexo da literatura ocidental”. São, ainda em suas palavras, “vertentes literárias não-sublimadoras da representação da mulher”⁷⁵⁸. Estão neste quadro Capitu, Guiomar, e mesmo Helena.

Essas linhas críticas fundamentam o fato de que as leituras machadianas comportam diques *para além* daqueles que a crítica sociológica estuda. O caso de Bosi é singular nesse sentido, já que não perde de vista o fundo analógico de onde emergem

⁷⁵⁵ *Id., Ibid.*, p. 400.

⁷⁵⁶ “Decifração do tempo” in: *Folha de São Paulo*, 28/03/1999, republicado em: SCHWARTZ, Adriano (Org.). *Memórias do presente: 100 entrevistas do Mais!*. São Paulo: Publifolha, 2003, p. 304.

⁷⁵⁷ BCTD: 9 (grifos meus).

⁷⁵⁸ EO: 21-22.

as convenções e a malha textual de Machado. Basta frequentar seus ensaios para verificar que o quadro histórico como um todo está lá; Bosi matiza as convenções usadas no romance por Machado, mas mostra, além disso, que o fundo histórico e social de onde emerge a posição igualmente política e estética do autor de *Dom Casmurro* se ressentem de um enorme mote de conflito, outra vez, as paixões. É o que ele diz: “contrariamente ao que eu mesmo esperava, mais do que conflitos de interesses econômicos imediatos, que, em geral, constituem o estímulo das situações machadianas, acabei encontrando conflitos profundos, sobretudo conflito de gerações”⁷⁵⁹.

Bosi assinala que nossa crítica, a partir das recensões românticas, tende a ver Machado como autor *posto em relação* a outros autores que lhe são contemporâneos, o que lhe motiva, a ele, Bosi, um contrariado ponto de vista frente à ficção *singular* que é a de Machado. Essa leitura é por ele identificada com o capítulo final da *História da literatura brasileira*, publicada por José Veríssimo no início do século XX. Bosi argumenta que nesta *História*, Veríssimo opta por não historiar as gerações finais que vinham surgindo ainda em seu tempo:

Veríssimo could have easily closed his history of Brazilian literature with the literary movement of his own day, but he chose to do a monographic study on Machado de Assis. Veríssimo felt the impact of the difference between Machado and the other writers. In our parochial Brazilian literary history, Veríssimo was therefore *one of the writers most responsible for the realization one has when reading Machado, in comparison with other writers of the same or of earlier periods*⁷⁶⁰.

Posteriormente, Bosi identificará movimento semelhante no sentido de a crítica localizar em Machado um ponto de inflexão em relação aos seus contemporâneos, como se o sentido de sua ficção pudesse ser deduzida de uma plataforma comparativa ou complementar aos autores que lhe foram contemporâneos, perspectiva que Bosi não aceita. “Only much later – and I feel that the idea of a ‘formation of Brazilian literature’, extrapolation assertions by Antonio Candido, was responsible for this focus – scholars began to see Machado de Assis as a complement to Alencar, *but this thesis seems partial to me (...)* I think that the differences are so basic that the similarities are limited to a *superficial level*”⁷⁶¹. A unicidade e a singularidade da obra machadiana é que devem

⁷⁵⁹ *Id., Ibid.*, p. 299.

⁷⁶⁰ “Interview with Alfredo Bosi”, cedida a Pedro Meira Monteiro e publicada na *Revista Ellipsis: Journal of the American Portuguese Association*, v. 4, New Jersey, News Brunswick, Rutgers University, p. 152 (grifos meus).

⁷⁶¹ *Id., Ibid.*, p. 154.

ser, do ponto de vista de Bosi, realmente compreendidas, já que, a comparação com a ficção de Alencar é um quesito parcial. Mais ainda, é a *descontinuidade* que deve ser explorada em sua ficção, descontinuidade que por certo já pode ser sentida em *Casa velha*, como Bosi deixa claro. Talvez mesmo seja identificando essa descontinuidade que Bosi aponte para a universalidade de Machado: “*discontinuity in Machado is very strong and has been seen as universality*”⁷⁶².

A leitura bosiana refere-se a esse estado de coisas a que a crítica de Machado foi conduzida nos últimos anos. Ciente da busca que se faz em torno do Machado que consiga matizar melhor sua feição estética por meio de uma hermenêutica eficaz, capaz de intuir ou descrever as conquistas no tempo de um autor que conseguiu – a despeito de todos os tumultos de sua vida, consciente de sua força – remanejá-los em prol de um romance que julgue, *moralmente* e na sua *universalidade*, as máscaras que circundam o homem.

De fato, pensando nesses termos, leve-se em conta que Ivan Teixeira, comentando o forte veio nacionalista em nossa crítica, dispensa comentários semelhantes aos de Rouanet à fortuna crítica de Schwarz, dando uma ideia bastante ponderada do continuísmo prevalecente na sua leitura machadiana. Ele indica uma outra valência para o ensaio “instinto de nacionalidade”. Segundo seu texto, o ensaio de Machado pode ser lido em uma perspectiva não nacionalista, e esse programa consistiria na “renovação do romance, nos anos 70 (...) [cuja feição viria de] substituir a descrição da paisagem externa pela construção da interioridade do indivíduo (...) com todas suas implicações de legitimação artística da poética cultural do Segundo Reinado: monarquia, escravismo, dignidade aparente, incorporação de certos aspectos da língua do povo, *sem jamais desrespeitar o decoro da linguagem e das cenas sancionadas pelas classes dominantes*”. Já dissemos do abandono estratégico da *cor local* bem como da

⁷⁶² *Id., Ibid.*, p. 155 (grifos meus). Embora ele ainda admita outras fontes de universalismo que o Bruxo conteria a partir de outras fontes, tais como Augusto Meyer, que via afinidades dialogais entre Dostoiévski, Pirandello, Shakespeare e Machado, “these imaginary dialogues that, the more imaginary they are, the more they show the need to universalize Machado. Meyer perceived what there was of the Pirandellian conflict between life and form, and the masks people need to survive”, p. 156. Fica clara a afinidade entre esta perspectiva e a de Bosi, tema que trabalhou com pormenor em sua tese de doutorado, como vimos. Em outra chave interpretativa, Bosi indicará que a leitura do comportamento esconde também sua universalidade, que se viu e se verá ainda nesta tese.

análise das paixões, veios perfeitamente coerentes com aquilo que insiste Bosi em sua leitura.

O historicismo que se apreende nos escritos de Bosi seria a interação de um amplo complexo dialético resultado da interação entre Memória Individual e Memória Coletiva, *calculada* a variável tempo⁷⁶³. Segundo o filósofo francês Paul Ricoeur, há um intervalo que “separa a memória viva e o depósito morto”⁷⁶⁴; é esse depósito de referências que permite a Machado trafegar pelo espaço da sua afetividade – os autores de sua predileção, autores que “medem”, por assim dizer, a cota da índole e do caráter humanos, em seu caso, em termos pessimistas. Por isso, a transposição em seu livro, de passagens clássicas desses autores, identificando amostras de *afinidades eletivas*, termo caro a Michael Löwy em *Redenção e utopia*, que calha bem no contexto da parte final do livro de Bosi. Antes dela, Bosi esclarece a distinção feita ao longo do volume “entre a matéria observada e a lógica imanente no olhar do observador”, porquanto:

Uma visão historicista pontual, só atenta aos episódios extraficcionais mencionados ou *supostos* na obra de Machado, tende a superpor e fundir as duas instâncias: o objeto da percepção do autor e a perspectiva do narrador; o tempo do relógio e o tempo da mente⁷⁶⁵.

Paul Ricoeur exprime a construção do espaço habitado como configurado em um “mesmo nível” àquele em torno da “composição do enredo”⁷⁶⁶. O filósofo francês relembra Bachelard na exploração do espaço em *A poética do espaço* – mesmo porque ambos extrapolam o “histórico imediato” por um “histórico vivido” – de base epistemológica, como parece ser o caso do texto bosiano. O fundo histórico por onde se move o texto relaciona-se a essa experiência que pontifica critérios de *trabalho, estilo e juízo*⁷⁶⁷, vigentes na concepção e no desenvolvimento dos enredos, mas também como parte da crítica à estrutura assimétrica e injusta do século XIX.

Para Bosi, a reconstituição do olhar machadiano desvela-se nos “encontros e desencontros do moralismo clássico jansenista (...) e a concepção liberal-capitalista da

⁷⁶³ Como propõe Paul Ricoeur em seu *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Edunicamp, pp. 105-134 e 151-188.

⁷⁶⁴ *Id., Ibid.*, p. 153.

⁷⁶⁵ EO: 167.

⁷⁶⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Op. Cit., p. 159.

⁷⁶⁷ EO: 168.

natureza humana”⁷⁶⁸. Essas as formas ciliares de encarar a natureza humana. Isso dará a Machado o tônus crítico que seus congêneres ficcionistas não igualaram.

Resta inferir, quanto ao olhar machadiano que Bosi deslinda, que a mudança de perspectiva trazida pelos ventos do capitalismo não deixará de ser percebida por Machado, mas a leitura grave de Bosi, propugna uma “história especulativa multissecular”⁷⁶⁹ integrada “a seu universo simbólico”⁷⁷⁰, como quer Paul Ricoeur, que o texto bosiano é movido na direção do realismo dito machadiano, em direção à sua “lucidez (...) inconformada”⁷⁷¹. Bosi concorda com Schwarz quando diz que parte da força estética de Machado ainda pode ser entendida pelo fato de que sua peculiar variante ético-política – sua forma literária – “tem para nós brasileiros, a força peculiaríssima de revelar um passado que o nosso presente está longe de ter sepultado”⁷⁷².

O cálculo, o tipo e a pessoa.

A “dialética interna de *tipo e pessoa*”⁷⁷³ postulada por Bosi merece certo detalhamento que ainda não pudemos fazer. Bosi assevera que a interpretação da obra literária localmente lida na obra de Machado deve respeitar certas condicionantes, de tal forma que essas condicionantes dariam maior relevo aos aspectos mais importantes no texto machadiano, portanto, o leitor atento deve não apenas localizar-se no espaço da vida pública por onde as personagens trafegam. São fatos necessários, obviamente, como portas de entrada ao texto e, por assim dizer, momentos da leitura, mas esta não é a porta definitiva. Por isso, é uma questão de consciência dos limites que este texto impõe, importando nomear sua parcela hermenêutica para além da sua significância temporal.

Baseando-se em Goethe, filiando-se, portanto, a um tipo de leitura simbólica e anti-alegórica do material estético, Bosi dirá: “na imagem, diz Goethe, a ideia se faz inexaurível. À medida que a personagem supera a tipificação, mediante o escavamento das suas peculiaridades, são as imagens e as metáforas que servem melhor ao processo

⁷⁶⁸ *Id., Ibid.*, p. 168. Não carece aqui pontuar a influência de Lucien Goldmann na fatura dessa leitura, que já vimos no capítulo sobre o Luigi Pirandello.

⁷⁶⁹ EO: 168.

⁷⁷⁰ RICOEUR, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*. Op. Cit., p. 170.

⁷⁷¹ EO: 169.

⁷⁷² *Id., Ibid.*

⁷⁷³ *Id., Ibid.*, p. 19, grifo meu.

da representação liberando-a do risco da fôrma alegorizante”⁷⁷⁴. Na nota 9 ao texto, afirma ainda “a *forma viva* [] é um princípio ativo, uma potência de exprimir sentimentos e valores que não se confunde com a redução da experiência a ideias gerais ou alegorizantes”⁷⁷⁵. É portanto contra a leitura alegorizante que se move o esquema interpretativo pulsado pela pena de Bosi.

Na esteira disso, algumas personagens são trabalhadas, como vimos em algum aspecto, em Pirandello, em face de sua “autodeterminação”, como “pessoas”, visto o olhar de quem ama, e a narrativa que nada afirma peremptoriamente, nem de quem é dogmático e niilista. Não é dentro de uma ótica completamente destruidora do humano que opera a narrativa, no que isso suporia um vetor completamente alheio à vivência humana propriamente dita, superior à realidade real, se assim pudermos dizer. Essas personagens são excessão, expressa Bosi, como não poderia ser diferente, dada a galeria de tipos que ainda vige nas tramas. Mesmo pensando-se nos agregados, “há agregados e agregados”. Assim: “neste movimento de atenção para o que não é esquema do social ossificado, Machado acabou inventando figuras de resistência”⁷⁷⁶. Ainda em vista de uma de suas primeiras heroínas românticas, Helena, Bosi dirá que seu comportamento inábil frente ao escândalo de se fazer passar por herdeira legítima, ela morrerá de “pundonor”. Escrito depois de *A mão e a luva*, Bosi dirá que esse *ethos* romântico ainda se configuraria possível dentro na mente de Machado. O trecho é exemplar da ótica bosiana:

O olhar do primeiro Machado já era móvel, subindo do interesse para o desinteresse e, em seguida, na construção complexa de *Iaiá Garcia*, contemplando as organizações opostas de Iaiá e Estela, a competição solerte e a estoica isenção, ambas operantes no mesmo meio familiar, o contexto burguês-paternalista fluminense, *é a diferença que move a história*⁷⁷⁷.

Segundo Bosi, são os modelos *ideais* de comportamento que radiam a mente e a fantasia do autor, dando a essa conformação um modo de superar a fôrma social média. No caso de Helena, então, Machado poderia conciliá-la, dentro da melhor tradição romântica, com Estácio, dentro do paternalismo brasileiro. A ótica do narrador investe na consciência moral da personagem, e esta costuma, segundo Bosi, “ceder logo às

⁷⁷⁴ EO: 24.

⁷⁷⁵ EO: 30.

⁷⁷⁶ EO: 44.

⁷⁷⁷ EO: 45.

pressões da utilidade e racionaliza com prestância as suas concessões”⁷⁷⁸. O comportamento de Helena não imita a vida comesinha do ambiente carioca que Machado costuma repensar.

É dentro disso que Bosi infere que as personagens melhor construídas por Machado caminham no desvão entre o comportamento típico e o atípico, denotando um processo de sublimação das convenções, “o sujeito”, diz Bosi, “como que se retesa inteiro e coloca-se acima da sua circunstância, não mais recitando papéis batidos, mas forjando o próprio destino”. No entanto, a diferenciação ocorre “dentro do mesmo regime de dependências”, o que indica desde logo não a vigência da autonomia do indivíduo e da livre escolha. A diferença é que, para Bosi, eles introjectariam valores de “nobreza”. O que fica consignado aqui é que o narrador da obra “produziu perfis singularizantes e já não meramente *remissivos*, o que teria feito se houvesse obedecido à regra pela qual a forma narrativa nada mais é do que forma estratificada da convenção social”, por isso, nesse mesmo trecho, Bosi cita Gramsci combatendo os “ultra-materialistas”⁷⁷⁹, que seriam mais idealistas abstratos do que propriamente dialéticos. A memória e a imaginação são “heurísticas”, isto é, criam “virtualidades” e não entregam à forma ficcional um modo único de leitura do mundo, mas vários, e é esse poder que caracteriza profundamente o efeito dessa ficção, lida de muitos modos ainda hoje, como se vê na profusão de livros sobre ela⁷⁸⁰.

Estudando os modelos de escrita das personagens na história, em *O ser e o tempo da poesia*, Bosi aposta em uma mudança de concepção na história da Estética, aferindo a passagem mais poética desta mudança e passagem:

Como efeito desse novo movimento, o tipo é ultrapassado pela pessoa; a alegoria pelo símbolo; o símbolo pelo nome próprio; e todo o esquema de compor de fora para dentro é superado pela expressão lírica ou dramática.

⁷⁷⁸ EO: 47.

⁷⁷⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 31. A nota está apenas ao texto principal (grifo do autor).

⁷⁸⁰ Luiz Costa Lima, comentando aspectos dessa ficção, aponta para este fato quando menciona parte da crítica literária, especialmente a de feição sociológica, identificada pelo autor mesmo à perspectiva de Schwarz, que a pensa como reflexo da sociedade carioca, brasileira. Diz ele: “Pense-se por exemplo no seguinte: se entendo que o romance machadiano ‘reflete’ – mesmo que se entenda que esse reflexo não é automático, mecânico, porém refinado, apreendendo em sua forma o que a estrutura social apresentava de modo disperso e misturado – a estrutura da sociedade do império brasileiro, como se explicaria que hoje, quando a estrutura da sociedade brasileira já não é a mesma, reconhecamos a qualidade de machado?”. Embora a perspectiva da resposta bosiana à pergunta seja inteiramente outra, ela afina-se estritamente à perspectiva de Lima. Cf. BASTOS, Dau (Org.). *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 101 (grifos meus).

Esta, que é concretíssima, produz-se em último lugar. ‘Quanto mais verdadeiro, mais poético’⁷⁸¹.

Sobre Brás Cubas, dirá ainda: “a auconsciência é cunha que dialetiza o tipo, conservando-o e superando-o. O fato de a autoconsciência do ridículo exprimir-se na voz do protagonista *ainda vivo* reforça a hipótese de que o narrador se constitua dentro do autor”⁷⁸². Ainda no mesmo romance, por exemplo, Bosi mencionará que “o que avulta no romance é uma dialética da memória e distanciamento cético do narrador *em relação a si próprio*”. Por isso, “a derradeira confissão é o capítulo radical das negativas, que soaria inverossímil se posto na boca frívola de um personagem oco, ou apenas preenchido pelas suas características de proprietário e herdeiro”⁷⁸³. Também se vê que o Autor racionaliza esses índices tendo presente que *autor e narrador* em alguma medida se permitem atravessar longitudinalmente, o que indicaria mais de um revés na leitura da narrativa. Esse é mais um conceito dialetizado pelo texto, como se confere no que citamos agora a respeito de *Dom Casmurro*:

O narrador lembra-se de que, embora possuído pela comoção da cena vivida um minuto antes, notara palidez no rosto da mulher. Mas o tempo passou e o *controle que a escrita presente tem sobre a memória* exige certa cautela cognitiva; por isso é com atenuações de dúvida que Bento descreve a reação de Capitu⁷⁸⁴.

A hipótese da dissociação de narrador e de autor, presente nas vigorosas análises de Schwarz, Gledson e Silviano Santiago, por exemplo, tem em Bosi um opositor discreto, embora firme. Memória e ficção permeiam-se vigorosamente no caso machadiano e isso pode ser lido na conjugação forte de *narrador* e *artista*, relativizada pela fração construtiva e engenhosa dada por Machado a algumas de suas principais personagens e também a seus narradores. Para Bosi, *a fantasia se universaliza na perspectiva de Machado, à medida que seu narrador exprime um limite estilizado de seu ceticismo*. Isso se lê de modos diversos na ficção madura machadiana. Em *Brás Cubas*, outra vez mais, “não se tratava de um jogo de exclusões, de preto e branco, de mentira e verdade, de *narrador vs. autor*, mas de um *movimento de inclusão de Brás Cubas em Machado de Assis*”⁷⁸⁵.

⁷⁸¹ STP: 162.

⁷⁸² BCTD: 20.

⁷⁸³ BCTD: 44 (grifos do Autor).

⁷⁸⁴ EO: 34.

⁷⁸⁵ EO: 39-40 (grifos meus).

A essa *hipótese* Bosi adere uma conjugação interpretativa mais favorável à tese correntemente aceita da dissociação de autor e narrador. Ainda sobre essa dissociação, e pensando-se no tom dos textos machadianos, Bosi vê um vício de origem nesta proposta. Em vista disso, cumpre ler em Machado:

Em face de um determinado passo do romance, as percepções e os sentimentos declarados do narrador são confiáveis e colam às do autor? Ou, ao contrário, o autor malicioso teria aqui engendrado uma voz narrativa que daria pistas falsas das quais o romancista, no segredo da sua consciência, divergiria eticamente? O narrador mente, de propósito, e só o autor e *alguns leitores mais avisados conhecem a verdade verdadeira e historicamente irrefutável?* Mas onde essa duplicidade é inconteste? E onde ela não teria cabimento? Como e o quê escolher no interior do romance? Quem engana não o faz sistematicamente, caso em que bastaria pensar o inverso do que está dito para conhecer o certo⁷⁸⁶.

Não é outra a constatação quando levanta a dificuldade ainda epistemológica que se ancora nessa perspectiva que ele nega, quando diz em um contexto semelhante que:

Atribuir embustes ao narrador suscita um impasse epistemológico difícil de ser superado: se o crítico desconfia de *todas* as afirmações do narrador, é sinal de que ele está na posse da versão verdadeira dos fatos e das intenções das personagens, pois a verdade seria simplesmente o oposto dos enunciados explícitos; mas, se o crítico desconfia da veracidade de apenas *algumas* afirmações do narrador, incumbe-lhe embaraçosa de escolher caso a caso: o que é verdadeiro? O que é falso? Pode o crítico arrogar-se o direito de uma discriminação infalível?⁷⁸⁷.

Tanto o regime paternalista brasileiro quanto o liberalismo europeu serão insuficientes para entender a riqueza das personagens machadianas. O liberalismo seria inevitavelmente, pelo menos por algum tempo, um “argumento de rico”, e seria ainda uma “ideologia da boa consciência”, muito funcional “para os herdeiros das oligarquias vitoriosas com a Independência e consolidadas pela preservação da escravatura”⁷⁸⁸.

Bosi, portanto, opera a conjugação entre memória e texto ficcional, mas em que ponto ele estabelece esta figuração e em que medida isto interfere na conjugação interpretativa a que é filiado? Para Bosi, *a memória das personagens é sua autodeterminação*. Sendo, portanto, parte da matéria e sua constituição mesma, a memória é também categoria analítica de construção da ficção. Esse índice está impresso na fórmula que Bosi assegura ser o mote da mediação literária, isto é, parte

⁷⁸⁶ EO: 38-39.

⁷⁸⁷ BOSI, Alfredo. “Figuras do narrador machadiano” in: *Cadernos de literatura brasileira: Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, n. 23-24, 2008, nota 19, p. 162 (grifos do Autor).

⁷⁸⁸ EO: 60.

também de sua construção estética. Não é à toa que ela será a consciência da *forma*, sobretudo da construção das personagens anti-tipológicas.

Compreende-se, por isso, o movimento disposto em *Memórias póstumas*, em torno de uma das personagens mais representativas da literatura brasileira, Brás Cubas, e sua honesta constatação. Na sua relação com Eugênia, Brás revela o quanto errou, e, repreendido pelo seu próprio superego, chamando-o “cínico”. Assim, “o ato foi narrado, a culpa é apontada com veemência pelo interlocutor virtual, mas depois é atenuada pelo discurso universalizante: ‘E eu fui homem’. Mas o que é ‘ser homem’ para o defunto autor? Uma mistura incongruente – um pandemônio”⁷⁸⁹.

Para Bosi, narrador e autor se motivam e se interpõem na mesma condição cética de visão de mundo. Sabemos em que medida esse uso “dissociativo” encarece a leitura de Helen Caldwell e de John Gledson, por exemplo, todos eles, em alguma medida, estariam imbuídos dessa constatação interpretativa, posta em relevo por Bosi. Para o Autor, não se trata de um “autor idealista” colocado em lado oposto ao de um “narrador realista”, mas de ambos *imbricando-se*, originando uma visão “desenganada” da espécie humana, de que Machado seria um de nossos mais contumazes críticos. Em alguns casos, pode-se ver isto pelo tom do texto, recuperando nele sua verdade, como é o caso de *Dom casmurro* que se rege pela melancolia, em nomenclatura moralista barroca e medieval, especialmente relacionada à figura do *eros frustrado*, e que resvalaria no tom melancólico. Tais aspectos tingiriam suas opiniões, e dariam cor à sua conduta: estamos no istmo do “homem subterrâneo”, evocando aqui Augusto Meyer, que a leitura machadiana de Bosi se diz continuadora⁷⁹⁰.

A confrontação que a memória reflexiva opera na construção do imaginário das personagens está inteiramente afixada à condição da ficção *anti-tipológica* que Machado compreende. Quer dizer, para Bosi, “a autoconsciência é a cunha que dialetiza o tipo, *conservando-o* e *superando-o*”⁷⁹¹. O tipo, como se pode observar da crítica mais aguerrida ao marxismo dogmático, indicaria a alegorização, presente na índole das personagens características. Por isso, o tipo, visto pela ótica de Bosi, ressurte-se de

⁷⁸⁹ BCTD: 13.

⁷⁹⁰ Confira, por exemplo, os ensaios “O homem subterrâneo”, “O delírio de Brás Cubas”, “O espelho”, “A sensualidade na obra de Machado”, ou “Capitu”, constantes hoje em *Augusto Meyer, textos críticos*, sob organização de João Alexandre Barbosa (São Paulo: Perspectiva/INL, 1986, pp. 195-225).

⁷⁹¹ EO: 48.

diminuir, senão de ruir por inteiro, a estrutura de um edifício ficcional erigido em torno da personagem que supera a igualdade, e encontra a diferença. Sendo assim, o narrador procura aferir ou “discernir as riquezas da diferença individual, o que é justamente o que o tipo *nega ao outro*”⁷⁹². Querendo optar por um historicismo e também por um culturalismo lato, Bosi também dirá, na mesma página, que “a fantasia do artista explora zonas de existência que passam despercebidas pelas malhas largas da rede tipológica”.

Bosi caracteriza muito especificamente seu conceito de *tipo* em “Uma hipótese sobre Machado de Assis na literatura brasileira”, capítulo final de *O enigma do olhar*. Transcrevo-o quase na íntegra:

Trabalhando a fundo a sua visão universalista da espécie e do destino e postando-se em um *distanciamento estratégico* em face das convenções culturais do seu tempo, é compreensível que Machado *não tenha reduzido as suas personagens àquela galeria de tipos locais* (grifos meus) que os realistas e naturalistas da época tantas vezes desenharam com o traço da *mimesis* convencional (...) construir tipos é exemplo do que o marxismo ortodoxo defende como função da própria literatura: transpor para o texto formas da particularidade social (...) a sociologia, quer durkheimiana, quer weberiana, quer lukacsiana, precisa absolutamente do tipo, pois o universal lhe parece demasiado abstrato (...) Machado (...) construiu livremente ora rasgos *individuais*, ora *tipos* (grifos meus) (...) o indivíduo é o momento do ser humano avulso que se dá ao leitor como impulso atomizado (...) o tipo é a negação dialética (...) o tipo tira o indivíduo da sua dispersão existencial e lhe dá coesão, estabilidade e solidez social a troco da sua ordenação e submissão (...) *a pessoa é a negação dialética do tipo ossificado e preso às suas determinações* (grifos meus) (...) a sua [do tipo] margem de liberdade e escolha parece então mínima ou nula (...) tipo e pessoa entretêm, na síntese viva da escrita ficcional, relações de inerência e de passagem de que não dá conta do discurso classificador⁷⁹³.

O que tem proximidade com a confluência da constituição do sujeito lida e relida na tese sobre Pirandello, como vimos no primeiro capítulo. Os tipos estão disseminados em vários romances, são os “Vianas”, os “Batistas”, os “Antunes”, os “Camargos”, isto é, o *parasita*, o *bajulador* confesso, o *hipócrita* profissional, o *calculista*, o *cínico*, enfim, a plêiade de personagens que permeiam os textos e que denunciam o “cadinho familiar” que Brás Cubas caracterizaria com prazer de “vulgaridades de caracteres”⁷⁹⁴. Mas são as personagens anti-tipológicas, melhor diria, junto a Bosi, “pessoas”, que ganham gravidade e sobriedade, que adensam e enlarguem os limites da ficção

⁷⁹² EO: 32.

⁷⁹³ EO: 158-161.

⁷⁹⁴ EO: 16-17.

machadiana. Aqueles são os personagens de 1º grau, estes de 2º grau, tomando-se a nomenclatura proposta por E. M. Forster.

João Hernesto Weber não adere a essa classificação e nega que ela exista. Para ele, a leitura de Bosi ancora-se em um pressuposto equivocado, isto é, Machado, segundo ele, dotaria as personagens de uma característica *necessariamente* tipológica, caráter que essas personagens assumem na sua confluência narrativa. Como o texto de Bosi move-se sob a sombra do “desconforto moral” e de um “resíduo de insatisfação cognitiva”, o texto seria passionalmente erigido. Essa leitura parece indicar, antes, uma inversão na análise; para Bosi, o desconforto moral envolve o texto de Machado, quando as categorias de análise não contemplam, como temos visto em inúmeros exemplos, os aspectos centrais da interpretação da obra machadiana, destacadas por Bosi, e, por isso mesmo, subentenderia sua insatisfação cognitiva e moral em ver essas categorias usadas de forma menos plausível. Quanto ao tipo, Weber dirá: “para mim, enfim, as personagens são, sim, tipos sociais, sendo de se questionar, inclusive, a possibilidade de existência do *indivíduo*, como tal, numa sociedade escravocrata”⁷⁹⁵. Não é necessário ir tão longe em desacreditar o movimento do leitor Bosi em torno de Machado, e sublevá-lo é direito de todos, mas convém responder antes às colocações de cunho epistemológico esboçadas por ele, fato incontestavelmente ausente das colocações de Weber.

Ainda pensando por esta ótica, se de fato as colocações de Bosi homogeneizam a crítica de tipo mais ortodoxa, como faz em relação a Schwarz e Astrojildo Pereira, não é por outra coisa senão por entendê-la como *parti pris* ideológicos convergentes, não como críticas idênticas. Senão, veja o que diz Bosi da crítica de Schwarz: “igualmente sistemática, mas *rente às modulações de cada fala, de cada situação narrada e de cada intervenção do narrador*, é a obra crítica notável de Roberto Schwarz”⁷⁹⁶. Weber também não pode ignorar que os personagens machadianos apresentam modulações diferentes e perspectivas diversas quanto à natureza do narrado. As definições que se viu, como as colocadas por Brás Cubas, “fui homem”, ou Capitu, “Capitu era Capitu”, são elas mesmas singularizadoras em sua perspectiva, diferem em cada plano narrativo, e agem diferentemente no contexto lido. Portanto, aderem de modo rente aos interesses

⁷⁹⁵ WEBER, João Hernesto. “Algum desconforto crítico” in: *Tradição literária & tradição crítica*. Florianópolis: Movimento, 2009, p. 73.

⁷⁹⁶ EO: 15 (grifos meus).

e intuitos, aos movimentos de paixão que conformam sua dialética, que o tipo apenas *uniformiza*. Interessante notar que, comparando Luísa, personagem de Eça de Queirós, a Eugênia, de Balzac, Machado diria: “na Eugênia, há uma personalidade acentuada, uma figura moral que, por isso mesmo nos interessa e prende; a Luísa, – fôrça é dizê-lo – a Luísa é um caráter negativo, e salvo no meio da ação ideada pelo autor, é antes um títere do que uma pessoa moral (...) repito, é um títere; não quero dizer que não tenha nervos e músculos; não tem mesmo outra coisa; não lhe peçam paixões nem remorsos; menos ainda consciência”⁷⁹⁷. Essa citação reforça o próprio ideal de composição de Machado, em oposição ao Naturalismo, seu contemporâneo, fulcro, aliás, do que Bosi argüi. Difícil é não perceber como essa contraditória definição norteia as próprias escolhas machadianas.

A sociedade escravocrata seria incompatível com o indivíduo de que fala o texto de Bosi, na expressão de Weber. Ora, o crítico não pode dizer que não havia na sociedade brasileira “indivíduos” e “indivíduos”. Seria, portanto, ler o texto munido de uma conceptualização no mínimo estranha, para inferir que essas personagens citadas, as quais se poderia somar, igualmente, Guiomar, Helena, alguns agregados – mesmo situados sob o “interesse” e o “desejo”, são tratados diferentemente no plano das respostas às situações propostas pela narrativa. Bentinho seria outro na mesma posição, e indica o quanto a argumentação de Weber se ressentia de dialetização. Podemos dizer, junto a Weber, que essas personagens não são singularizadas por suas características e que estas destoam das personagens mais convencionais? Mesmo alguns escravos não são tratados da mesma forma na narrativa, como o escravo de Brás, que tem posição semelhante a seu cinismo, fazendo outro escravo, quando pôde fazer isso, já que havia sido liberto.

Outro questionamento que passa pelo texto de Weber é a possibilidade de ascensão pela qual o narrador machadiano submeteria suas personagens na ossatura textual, lida na perspectiva da sociedade escravista. Daí Weber perguntar se isso “é legítimo, e ético, que aqueles, com mérito, vindos de baixo, o aproveitem? Ou, no contraponto, cabe a renúncia?” Machado mesmo responderia: a possibilidade de renúncia, se existe, é mitigada pela necessidade e pelo desejo ou “pelos interesses dos seus desejos”, e o contraponto ético não seria um problema que perpassaria sua

⁷⁹⁷ MACHADO DE ASSIS. “Eça de Queirós: O primo Basílio” in: *Obra completa*, v. 3, p. 905 (grifos meus).

conformação social, é “homem” quem assim se comporta, diria, talvez, Machado, parafrazeando os moralistas de que tanto gostava; o homem vem do mesmo barro, diria Bosi, sombreando-os a todos.

Ademais, Weber afere que o conceito de *tipo* é incerto, em que Bosi não conferiria exatidão no termo, aderindo antes a uma classificação mais livre, menos rigorosa. De certa forma Weber nem está errado, mas pode-se lembrar o texto de *O enigma do olhar* em que Bosi conceitua com mais clareza e precisão, destacando a presença em sua análise tanto de Max Weber, de Émile Durkheim, quanto de Lukács, o que pelo menos impede que *qualquer* leitura seja feita.

Sobre isso, encontramos uma discussão interessante em *Aspectos do romance*, de E. M. Forster, que distingue as personagens em esféricas e planas. Embora não seja nossa intenção nos aferrarmos ao conceito como Forster propõe, cabem aqui algumas poucas considerações. Não encontramos nenhuma citação que nos convença que Bosi adira a essa distinção. A distinção pronunciada pela ótica bosiana faz pensar em um concerto entre a visão machadiana, tal qual ele concebe essas personagens, e o modo de convergir essa mesma concepção em torno da congruência de narrador e autor. Sobre a constituição social das personagens, já que sobre isso difere também João Hernesto Weber, não seria desacertado acordar uma prevalência da ideia de que as personagens machadianas, à luz de Raymundo Faoro, possuem um caráter liminar, “não são mais pertencentes ao estamento (...) elas estão a caminho de se constituírem como pertencentes a classes sociais no sentido moderno do termo”⁷⁹⁸. Por isso, deambula em Bosi uma concepção que faz pensar mesmo é na ideia de pessoa, e menos na de personagem, modelo similar ao proposto por Michel Zérafra, no seu importantíssimo *Pessoa e personagem*. Não há ligação alguma entre este livro e os de Bosi, ressalvo apenas que a distinção de Zérafra abrange maior espectro de individuações que o conceito de personagem. O termo *pessoa* é de origem tardia, subscrito desde a tese de doutorado de Bosi, defendida em 1964, quando o livro de Zérafra é de 1971.

Bosi dirá então: “o tipo tende sempre a classificar o outro como tipo; mas quem ama cria para o ser amado imagens novas, únicas, incomparáveis. A intuição do caráter singular da pessoa amada resiste até mesmo à conversão do amor em ódio que a

⁷⁹⁸ LAGES, Susana Kampff. “Diabolias dialéticas. Literatura e sociedade no país do espelho” in: *USP*, n. 49, mar/mai 2001, p. 129.

suspeita da traição instilou no parceiro que se crê amado”⁷⁹⁹, como é o caso de Capitu e Bentinho.

É por considerar a ficção machadiana como singular, mesmo entre os românticos, é que Bosi não aceita o historicismo de feição estrita ou dogmática, que é trelida no conceito, ora mais ora menos, ortodoxo, de realismo, tal o caso de Schwarz, e até mesmo de Candido, como é o caso da leitura que faz de *Memórias de um sargento de milícias*⁸⁰⁰. Para Bosi, a convergência de todos esses fatores sombreia o fulcro da própria dialética machadiana, afeita aos domínios da aceitação de mais de um fator além daquele imediatamente social, além mesmo de uma presença que não contemple o tom do texto. Vale lembrar a citação que Bosi reproduz em *O enigma do olhar* extraída de Bertolt Brecht, quando de seu enfrentamento com Lukács: “Não é a ideia de estreiteza, mas a de amplitude que convém ao realismo. A própria realidade é ampla, vária, cheia de contradições; a história cria e rejeita modelos”⁸⁰¹. Candido estaria cioso dessa condição quando não percebera na sua leitura, como comentamos na nota, que “muitas e variadas vozes tem o povo, e muitas e variadas faces, e cada escritor colhe seu bem onde o encontra”⁸⁰². Por isso mesmo a leitura de Bosi pode ser associada a um culturalismo abrangente, e negador da hipótese *puramente economicista*, como atestam as inúmeras referências persistentes na sua escritura que vimos tentando esboçar aqui,

⁷⁹⁹ EO: 33.

⁸⁰⁰ Bosi não aceita certa hipótese aventada por Candido em “Dialética da malandragem”, ensaio que analisa *Memórias de um sargento de milícias*. Para Bosi, trata-se de encarar o romance como participando de um “realismo *tout court*”, desvelando sua principal discordância em relação a essa leitura que indicia uma alegorização da nação brasileira, segundo os termos de Bosi, justamente porque sua conformação estética é *especificamente seletiva*, não pode ser generalizada. Portanto, para ele, “a fonte documental, embora considerável, não seria aqui determinante”. Faltaria a Candido deslindar o “princípio unificador do romance, que é o ponto de vista do seu orquestrador”. A aproximação do romance com o “mundo sem culpa”, “feliz”, “alheio ao *ethos* das classes dominantes” e ainda “conatural à ‘amoralidade popular’” deveria render, segundo Bosi, “uma forte dialetização”. Extraídos de “Por um historicismo renovado” in: LR: 51-52.

⁸⁰¹ LR: 54.

⁸⁰² Nota 31 a “Por um Historicismo renovado”. Op. Cit., p. 286. De novo, volto ao ensaio de Ivan Teixeira que corrobora a leitura de Bosi na sua especificidade de leitor não romântico desse texto: “em rigor, o escritor, muito consciente do que fazia, produziu apenas a versão pessoal de um discurso, existente em seu tempo, sobre o passado da cidade, processo de que dá conta explicitamente em seu relato. A crítica pós-romântica, mais nacionalista que o próprio Romantismo, é que se incumbiu de atribuir pretensões de retrato fiel da realidade ao texto de Manuel Antonio de Almeida, esquecendo que entre aquele romance e os componentes da realidade empírica da paisagem urbana do Rio joanino havia uma enorme e visível mediação discursiva”, “Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa”. Op. Cit., p. 144.

daí que autores diversos da vulgata marxista compareçam no texto com frequência, por exemplo, Simmel e Weber, dentre outros.

Sobre isso, dirá ainda Bosi: “receio apenas que esta leitura pareça demasiado economicista, coisa que o autor destas linhas professa não ser, bastando-lhe um realismo aberto que não decrete *a priori* a exclusão de qualquer aspecto do real”⁸⁰³. Permita-me explicitar um pouco melhor o que Bosi entende por culturalismo aberto. No texto “O realismo na obra de Machado de Assis” o elogio da obra de Raymundo Faoro se dá no sentido de que o historiador pronuncia um *veio diferenciador de índole cultural*, mesclando tanto ideias marxistas e weberianas, quanto as do culturalismo alemão. Faoro orienta-se em sua leitura pelo teor dos “valores para os quais se orientariam os comportamentos”⁸⁰⁴. Bosi realça sua hermenêutica em não “confundir aquilo que o historicismo vulgar confunde”⁸⁰⁵. Por isso, a farta galeria de “cínicos”, “hipócritas”, isto é, “pessoas que não podiam tirar a máscara”, a índole das pessoas era mediada pelas máscaras, pela assunção de uma *persona*, ou seja, trata-se, no caso específico de Machado, de “caminhar pelas assimetrias e verificar as ressonâncias internas que as assimetrias produzem nas personagens”⁸⁰⁶. Ainda nessa visão, Bosi considera mais importante eleger como guia não o “espelho”, mas a “lâmpada”, já que “aqui”, diz Bosi, “me parece que a crítica realista ortodoxa é deficiente”⁸⁰⁷. Talvez seja esta a expressão mais eficaz da defesa de Bosi, a de que a perspectiva do crítico deve ater-se ao *tom*, ao “momento da criação, que é um momento expressivo e um momento construtivo”. Enfim, para dizer ainda: “*consciência e objeto não se espelhariam mas se enfrentariam*”

Bosi rejeita igualmente a hipótese de um Machado *progressista*, presentificada na negação da sociedade como um todo. Por isso, perscruta no narrador machadiano a forma como sua conduta não é afetada pelo “resíduo de atraso colonial”. Para ele, Machado colheria “da ilustração europeia (...) menos a crença no progresso da razão do que a suspeita bem voltairiana de que os homens de todas as épocas foram vítimas complacentes das suas ilusões e de toda sorte de paixões cristalizadas em um conceito

⁸⁰³ EO: 26.

⁸⁰⁴ BOSI, Alfredo. “O realismo na obra de Machado de Assis” in: JUNQUEIRA, Ivan (Org.). *Escolas literárias no Brasil*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras: 2004, p. 380 (grifos meus).

⁸⁰⁵ *Id., Ibid.*, p. 382.

⁸⁰⁶ *Id., Ibid.*, p. 386.

⁸⁰⁷ *Id., Ibid.*, p. 388.

que é, ao mesmo tempo, natural e social”⁸⁰⁸. Pensando por esta via, o texto acusa que Machado nem de perto acolhe bem as ideias de Romero, já que, para ele, subsistia a intenção maior de representar os simulacros de poder, afins ao “teatro político” do tempo.

Sônia Brayner deixa clara a sua concordância com Bosi nesse sentido, quando afirma que Machado “é altamente moderno, embora sem violentar e romper totalmente com certas atitudes anteriores, pois tocou fundo a própria estrutura do pensar, e com um ar risonho e cético de quem falava em nível geral de *fábula moralizante*”⁸⁰⁹. Eis nuançada a complexa “lógica do paradoxo” de Machado.

Gostaríamos de nos deter com mais pormenor na questão do narrador machadiano, compreendendo que fomos por demais sumários, finalizando nossa apresentação do pensamento bosiano de forma menos lacunar. Tomamos para isto, as considerações anteriores que fizemos, e as associamos ao texto “Figuras do narrador machadiano”. Cremos que esse texto, por ser o último na cronologia e em extensão dos textos de Bosi dedicados a Machado, esclarecerá melhor os pontos até aqui desenvolvidos, e tornará também mais contemporâneo os termos do debate.

Bosi propõe inicialmente a partir de uma distinção entre os narradores oniscientes de um lado, e, de outro, pelos narradores ditos subjetivos, que, como sabemos, se constituem na massa mais comum dos tipos de narradores usados por Machado, e pelo romantismo em geral, no seu itinerário como romancista. A partir de um fragmento de *Quincas Borba*, Bosi reconstrói o itinerário da certeza que o narrador se confere, certeza exatamente porque sabe pormenores que seria impossível a outro que não o próprio sujeito saber. Por isso, no texto, há um realce demarcando a certeza que se resvala na narrativa. Machado acrescenta ao espaço do narrador “*outro observador*”, que certifica essa certeza no espaço curto onde as projeções de Rubião se debelam na sua conformação; o que poderia antes ser uma “desgraça” mostra-se plenitude – e, agora, acentuada pelas reticências.

Desse o capítulo inicial do romance, Bosi acentua que há um espaço de subjetividade que é “tridimensional”. Por isso, argumentará haver “um narrador que se supõe exato e confiável; um observador hipotético que se engana nos seus juízos de

⁸⁰⁸ EO: 28-29.

⁸⁰⁹ BOSI, Alfredo [et. al.], “Mesa redonda”. Op. Cit., p. 314.

realidade; um leitor virtual que serve como interlocutor”⁸¹⁰. Essas múltiplas vozes se encampam no discurso machadiano e se espraiam até mesmo na labilidade de narradores em primeira pessoa, privilegiando o contato entre um sujeito que se configura ora ausente, ora presente.

Pensado nessa ótica, até mesmo um narrador como Brás Cubas, porta de entrada do *segundo* Machado – *convenção* mais ou menos necessária – apresenta-se como uma instrumentação usada pelo artista, denomina esta configuração por Bosi de “parassubjetividade”. Isso pode ser lido na “mudança pronominal”, quando, por exemplo, o narrador opõe um *nós* quando antes havia um *tu*. Para Bosi: “essa mobilidade, que é comum aos dois romances [*Quincas Borba* e *Memórias póstumas*], não obstante a diferença de foco narrativo, não será gratuita no sentido de uma *flânerie* irresponsável do narrador que mudaria de direção pelo mero prazer de mudar”⁸¹¹. Por isso, não há na consciência desse narrador, veleidade que não possa ser expressa: se o romance *Quincas Borba* aventura-se no caminho da “irrisão”, da “velhice” e da “morte”, da “solidão fatal do protagonista”, Bosi dirá que houve uma espécie de refluxo desse “*scriptor* que não se furta a entrar na rede arriscada da intersubjetividade”⁸¹².

O leitor menos acostumado logo se emaranha em um fluxo quase ininterrupto de vozes postas pela mão versátil do artista, conferindo mais e mais “*o direito e o avesso de cada lance*”, como Bosi sublinha na mesma página. Esse expediente expõe um modo de lidar com nossa própria opinião de leitor “crente” – ou antes, tendo o juízo “suspensionado”, na acepção de Coleridge – modelar nas palavras do narrador, que não se furtará em reverter, *desabusar*, como quer Bosi, esta crença que o leitor inadvertido tem no fato narrado.

Não é à toa que Bosi entrecorta a missão desse narrador como sendo atrelada à consciência do autor, indicando a impossibilidade de desvinculação entre um e outro, como já ficara ancorado, embora *in limine*, nos outros textos que estudamos. Em *Esaú e Jacó*, essa tensão narrativa parece indicar isso mais intensamente, quando, no início do romance, denominado sintomaticamente como “Advertência”, há uma inversão notável de pessoas do discurso, e quando, no lance em que Natividade consulta a cabocla, o “foco narrativo” que parecia entrever apenas o *Eu memorialista*, como habilmente se

⁸¹⁰ BOSI, Alfredo. “Figuras do narrador machadiano” in: *Cadernos de literatura brasileira*. Op. Cit., p. 131.

⁸¹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 134.

⁸¹² *Id.*, *Ibid.*, p. 135.

via no começo do romance, “transmuta[-se] em um olho *anônimo* e ubíquo a que nada escapa”. Na sentença mais assertiva de Bosi: “estamos diante de um jogo insólito, em que narrador e personagem, foco narrativo e objeto enfocado trocam alternativamente de lugar, desafiando o leitor a captar a ‘verdadeira’ identidade de cada um”⁸¹³.

Em um romance tão analisado como é *Dom Casmurro*, pode-se ler nele a tentativa hábil de um advogado em descrever não apenas *fatos* idos, mas sua própria *essência*, o “bem e o mal”, tudo o que viera à luz na sua vida. A aproximação entre a alma e o sujeito desses escritos, se dá na medida em que houve uma conjunção de *memória* e *autoanálise*, crucial para se compreender o projeto do livro. Essa constatação: “é também o romance em que o narrador afirma que só o exercício da memória permite a reconstrução do próprio *eu*, ou, em outras palavras, a sua essência”⁸¹⁴.

A “bivalência moral” que o narrador sabe inteiramente é índice de sua identificação não negaceada “a reconstituir, mediante a memória e a autoconsciência, o que ele chama ‘eu mesmo’”. Bosi entrevê nessa dicção a presença de Montaigne, abertura da literatura ocidental para a compreensão da subjetividade. Essa subordinação existencial não pode ser subestimada pelo analista, ainda que se veja ali uma forja maior de conjunção entre *expressão literária* e *classe social*. Essa leitura “engessaria” a dinâmica psicológica, segundo Bosi, “em um esquema maniqueísta pelo qual a dramática relação com a mulher amada desde a adolescência é arbitrariamente descartada em nome de uma suposta conduta moral”⁸¹⁵. Vê-se por aqui que Bosi, outra vez mais, descarta o veio interpretativo mais economicista que pretende ver em Bentinho uma alegoria da aristocracia brasileira. Também vê como a concepção machadiana indica a composição alternada entre tipo e pessoa, o “protagonista-narrador não é um mero tipo, é uma pessoa”.

Em nossa leitura, inferimos que um dos conceitos mais importantes desse texto reside na ideia de *sobredeterminação*, nesse caso, focado exatamente na leitura que se faz acerca da pertinência ou não do veio “categórico e redutor” da linha interpretativa mimética, que é, no limite, economicista. Para Bosi “ *sobredeterminação é o nome do*

⁸¹³ *Id., Ibid.*, p. 136 (grifo meu).

⁸¹⁴ *Id., Ibid.*, p. 137.

⁸¹⁵ *Id., Ibid.*, p. 138-139.

processo objetivo cuja face subjetiva se pode chamar motivação”⁸¹⁶. Associado a esse conceito, Bosi ainda apõe outro, de índole igualmente pragmática, quando afiança a essa categoria interpretativa um forçoso veio “hiperideológico”. À própria leitura igualmente pragmática que Bosi faz de *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas*, associando os passos amargos do narrador, encarece de ser, segundo seus pontos de vista, matizado, e Bosi o faz, situando-o na conjunção *Eu-Outro*. Neste caso, sem essa medição “*esse eu terminal não teria como constituir-se*”⁸¹⁷.

Há que ver nessa leitura prova de que a identidade fluída e memorial do narrador é arrefecida na “dura contração da consciência atual, que isola, recorta, e julga cada gesto e cada palavra”. Vê-se que o narrador caminha em uma linha tênue que o aproxima tanto da memória quanto de sua identidade atual. O juízo *moraliste* “se quer objetivo e universalizante”⁸¹⁸. Interessado pela ética própria dos romances machadianos, sobretudo em seu *ethos*, Bosi inclui na sua assertiva o conceito kierkegaardiano para quem parece não haver ética sem escolha.

Seria viável e fiável pensar os dois últimos romances de Machado como optando pela natureza como *fatum*, como destino? Essa a hipótese que Bosi avança, pensando, no caso do escritor fluminense, seu cada vez maior distanciamento da estética naturalista, de sua discordância em relação a Eça de Queirós, ao “estilo fisiológico” de um Aluísio Azevedo e Adolfo Caminha. Trata-se, enfim, de uma plêiade de autores dos quais Machado conservava respeito, mas discreto distanciamento. A natureza e o destino poderiam figurar aqui como entes a partir dos quais o narrador entraria em desatino existencial. A natureza, ou mais especificamente sua alegoria, estaria conciliada com uma história mais densa, sobretudo pensando em romances como *Memórias póstumas*, *Dom Casmurro* e *Memorial de Aires*, do que “encerrada nos limites da mente progressista do último quartel do século XIX, tempo da maturidade do romancista”⁸¹⁹. Poderíamos ler o emblema da Natureza terrível que aparece em Leopardi como índice dessa conjugação? É hipótese por provar.

O afastamento mais gradual desse narrador machadiano deveu-se pelo aproveitamento constante de um discurso mais aproximado do sujeito constitutivo que emerge da escrita e se presentifica no texto. Por isso, “ora objetivando criticamente o

⁸¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 140.

⁸¹⁷ *Id., Ibid.*, p. 141.

⁸¹⁸ *Id., Ibid.*, p. 142.

⁸¹⁹ *Id., Ibid.*, p. 146.

sujeito, ora subjetivando o discurso do foco narrativo, Machado de Assis afastava-se das convenções que regulavam o lugar do narrador no romance que lhe era contemporâneo”⁸²⁰. Obviamente que isso daria ainda muito tecido para muitos construtores, como ele, do texto ficcional. Bosi menciona no texto a “polifonia”, termo bakhtiniano, na tentativa de “escuta das vozes ideológicas”, do romance machadiano. No caso específico da ressonância das “relações sociais”, infere que há diferenças entre narrador de terceira e primeira pessoa. Contudo, é a presença da história *dentro* dos romances que dará uma linha forte de divergência, cujo efeito o bom intérprete deve auscultar com ouvido de músico, por isso, o “cuidado de contextualização não é ocioso”.

Em vista disso, é preciso cautela quando alguns críticos colocam nas personagens machadianas um tom profundo de indignação moral ante o estatuto da escravidão. No caso de *Memórias póstumas*, é costume citar a presença do escravo como denúncia, onde Bosi vê apenas um registro histórico comum. Este é o veio talvez mais polêmico deste texto bosiano. Senão, vejamos: “diante dessa franca expressão da ideologia marcantil-escravista dos tempos regenciais, qual a posição de Brás Cubas, rentista ocioso e não engajado diretamente na exploração do braço negro? *Convém lembrar que todos os comentários de Brás são póstumos, e que sua morte ocorreu em 1869, às vésperas da batalha pela Lei do Ventre Livre. Machado de Assis escreveu as Memórias póstumas entre 1879 e 1880*”. Em outro passo da argumentação, dirá: “se o narrador apresenta com nitidez o tipo de negociante escravista Cotrim, não há no romance inteiro sombra sequer de uma personagem que se revolte *contra a persistência da escravidão no Brasil imperial*. A lógica do liberalismo econômico puro e duro era a realidade nua e crua desse regime”⁸²¹.

Não se pode esquecer, contudo, a presença de um filão crítico *universalizante* de denúncia do homem, dispostos em multidão dos textos machadianos, como é o caso de “Pai contra mãe”, conto repetido por Bosi como regido pela convergência entre *ordem social e humana*. O tom do texto machadiano seria intuído, portanto, pelo seu “cético realismo”, cujo “limite da sátira seria o muro da descrença”⁸²². O teor da crítica machadiana, visto assim, estaria conjugado a esse nexos moralista que impõe ao homem

⁸²⁰ *Id., Ibid.*, p. 147.

⁸²¹ *Id., Ibid.*, p. 150 e 151.

⁸²² *Id., Ibid.*, p. 153.

a urgência em admitir sua feição grotesca, sua conduta mesquinha e assimétrica: “nesse universo de assimetrias, Machado de Assis movia-se com a lucidez amarga de quem já tinha visto o mundo de baixo para cima”⁸²³.

Por esta via de descortinamento do horizonte do narrador, pergunta-se qual o limite da desconfiança em relação a esse narrador – como se depreende da recusa em aceitá-lo na sua conformação, de que o texto schwarziano é prova cabal, um dos fulcros contra o qual se move a argumentação bosiana. Deve haver um limite para essa desconfiança, salutar, ressalta Bosi, em vista de um autor como Machado. Remetemos o leitor para as considerações acima, já que esperamos ter deixado claro quanto aos índices de razoabilidade epistemológica que essa leitura pode gerar.

Caminham lado a lado, na expressão de Bosi, o perfil do foco narrativo, “somando duas instâncias do *eu* que podem ser tratadas como distintas mas interpenetráveis: a dimensão psicológica e a dimensão ideológica”⁸²⁴. Convergem a *máscara social* e a individuação, movidas pela pressão social, então, claramente expressas na figura do Conselheiro Aires. “Primeira” e “segunda” naturezas são operadores fortes nessa leitura.

O nó da política e o nexó do interesse machadiano.

Perseguindo o nó ideológico que atinge os escritos de Machado, sobretudo aqueles de sua obra madura, Bosi perscruta o quanto o interesse de Machado pela vida política do país cingiu sua ficção, por vezes, fazendo resvalar um “ceticismo” à beira do “derrotismo”. Por certo, as manchas que tingem o itinerário de Machado dão a ver tanto um quanto outro movimento. Para compreender essa dimensão fundamental, Bosi aprofunda a visão histórica e matiza ainda mais sua análise em torno de Brás Cubas. Seria inoportuno aqui descrever toda essa formulação mais recente, para a qual remeto o leitor mais interessado. Cumpre, porém, avaliar alguns pormenores atuantes, lateralmente, ainda na concepção de Bosi.

Caminham juntas, como já se disse, a perspectiva da reflexão moral e o espelho do tempo – a história e a política. Parece mais próxima daquela perspectiva final que vimos Bosi descrever, quer dizer, da leitura que agora se faz do enlace de Brás Cubas com os índices de seu tempo histórico. A visada do foco narrativo esclarece a tomada de

⁸²³ *Id., Ibid.*, p. 155.

⁸²⁴ *Id., Ibid.*, p. 159.

posição de Machado: juízo moral e perspicácia analítica derivam, ambos, sua posição de uma contrafacção *negativa*, que o foco narrativo não faz senão matizar e, com isso, pregar a posição do autor. Em uma passagem do livro, Brás Cubas avalia sua vida à luz de sua velhice, concluindo que não passava de um homem sem a mínima responsabilidade, era uma “rapazelho estroina”. “E aí tem o intérprete em mãos o segundo fio [o primeiro seria o liberalismo excludente que Machado vinha criticando]: quem fala do rapazelho estroina de 1822 e o julga imoral é o defunto autor que saiu da vida em 1869, ou, se ainda não suprimimos o autor, é Machado de Assis, que escreve em 1880. *Essa distância temporal considerável tem consequências na malha ideológica do livro*”⁸²⁵.

Note-se que Bosi, no texto acima citado, aprofunda essa interpretação, sob o fluxo das considerações em torno da ideologia e da contraideologia, ponderando, para tanto, os motivos de uma possível desistência cética em sua leitura de Machado. Dado que se poderia apontar certo absentismo em ver em Machado um dissidente de perspectivas mais ou menos progressistas. Bosi diria em torno de sua leitura do “homem subterrâneo” que esse capítulo final “talvez seja a formulação que mais me satisfaz em relação a esse problema tão espinhoso”⁸²⁶.

Continuando o que vínhamos ponderando, pode-se ler, principalmente na ficção madura, que a mirada do autor se enlaça à perspectiva do narrador, está impregnada na sua melancolia e no seu agora “*liberalismo idealista e ético* dos anos de 1860”, o qual podia se sentir em parte de sua geração. Para Bosi, essa mudança de tom na perspectiva é um fator contraideológico, movimento que parte da geração de Machado compartilhava com ele. A perspectiva de Brás aure-se de reflexões que são feitas à distância no tempo e, por isso mesmo, carece compreender “*a experiência vivida e o que será depois meditado e julgado*” por ele. Esses pensamentos refletidos são a ponta do fio que enlaça o terceiro lance de visão de Brás e suas experiências, isto é, ele as tecerá

ora para satirizá-las à luz de um critério progressista; ora, enfim, [para] modelar a mesma matéria na frase sentenciosa que explora a fragilidade do ser humano na melhor tradição de análise moral seis-setecentista, que são elas mesmas dimensões que não excluem na medida em que se interpenetram no andamento narrativo (...) aqui o fio da autoanálise existencial é a linha forte da narrativa, deixando temporariamente na

⁸²⁵ BOSI, Alfredo. “Um nó ideológico – sobre o enlace de perspectivas em Machado de Assis” in: IC: 403 (grifos do Autor).

⁸²⁶ Entrevista ao autor.

sombra as instâncias ideológicas para trazer ao primeiro plano a fenomenologia do homem subterrâneo⁸²⁷.

Na confluência dessa leitura, portanto, estão pregnadas ao menos dois momentos fortes da leitura bosiana, esclarecidos por ele mesmo no texto. No primeiro deles, vê-se “a vigência ostensiva da mentalidade predatória, conservadora e excludente”; no segundo, “o narrador introduz a reação suposta de um leitor, ‘alma sensível’, que, já vivendo uma mentalidade progressista, liberal-democrática, chama o narrador de ‘cínico’”⁸²⁸. Não é à toa que, para Bosi, personagens como Brás Cubas estão ausentes da conjunção do *tipo*, pois encerram contradições notáveis em sua constituição, tais personagens são “refratária[s] à imagem identitária”, que a perspectiva de um Stendhal ou Zola, dão bem a conhecer. No romance, vê-se isso de modo marcante quando Bosi aponta justamente essa confluência na fala de Brás: “fui homem”, momento máximo do diálogo com leitor: “temos variantes do mesmo topos da *concordia concors*, invertido em *discordia concors*”; ou seja, diz Bosi, “o reconhecimento das contradições extremas que convergem e habitam em um mesmo ser, o homem”.

A construção do *theatrum mundi* por Bosi se faz na percepção das metáforas que o próprio Brás erige, por isso, constata ele: o “*eu* de Brás era um tablado onde se representavam, confundidos, gêneros diversos regidos pelo arbítrio de uma vida à qual a riqueza fácil se permitia o desfrute de mil experiências de irresponsáveis”⁸²⁹. É no palco por ele mesmo erigido que sua conduta e a dos outros são avaliadas pela mão *universalizante* de Machado. Duas filosofias convergem nessa linha interpretativa: uma delas diz respeito a uma salutar crítica democrática, de semântica semelhante ao liberalismo democratizante que Bosi já apontou. A segunda delas repuxa para um ceticismo, diríamos, estrutural dentro da perspectiva machadiana, em “regime textual com a tradição moralista da literatura ocidental”.

Fica claro, para Bosi, naquilo que conhecemos da biografia de Machado, e por meio dos desvarios de Quincas Borba, por exemplo, que reaparece no fim do romance louco e sabedor de sua condição,

uma franca relutância em admitir um sentido imanente no tempo histórico. Rejeitava, portanto, a razão mesma do progressismo do século, quer no sistema positivista, quer na concepção evolucionista de tipo spenceriano; esta, louvando-se no darwinismo, aplicava à história da

⁸²⁷ *Id., Ibid.*, p. 407.

⁸²⁸ *Id., Ibid.*, p. 408-9.

⁸²⁹ *Id., Ibid.*, p. 411.

humanidade o critério naturalista pelo qual cada geração premia a vitória dos mais fortes e dos mais aptos, ou seja, dos melhores concorrentes na luta pela sobrevivência⁸³⁰.

O progressismo que muitas leituras propõem é erodido pela crítica de Bosi. Comprova-se isso pelo *tom* do texto de Machado, cingido de “estoica, quando não melancólica constatação”. Na mesma linha interpretativa é lido o fatídico e antiprometeico episódio do delírio de Brás Cubas. Mas há outro dado a se considerar caso ainda permaneça a dúvida de sua aderência em pensar o homem como participante dessa “visão da História e sentimento da precariedade do sujeito”: sua profunda, porém, discreta discordância em torno à poesia cientificista da geração de 1870, bem pouco estimada pelo crítico literário Machado de Assis, que atrairia a iracunda reação de Sílvio Romero.

Para fechar um pouco melhor a malha de sua argumentação, Bosi lembrará o texto de Carpeaux, a partir do qual o encontro entre o viajor e as visões do passado são repensados. Ali, o narrador mostrará não um “Éden bíblico”, mas um nada que atinge inclusive o sol, feito, ele mesmo, de neve. Extraída da obra leopardiana, a visão seria mais de uma vez lida por Bosi como fato a ser mencionado no ceticismo que atinge Machado na sua fase final.

Interessante notar que a conclusão de Bosi em torno a Machado agora é tingida de uma perspectiva melancólica. Lida no delírio reponta a palavra “conservação”, caminhante em muitos textos do Bruxo. Deambula uma dialética do pessimismo em Machado que desapontaria intérpretes mais propensos em vê-lo sob um fluxo eminentemente progressista, contra o qual os escritos machadianos parecem dar as costas. Bosi, baseando-se agora em Lukács, não aceita denominar o legado de Machado como sendo ideológico, já que esse legado torna-se “arma desmistificadora do otimismo interesseiro da burguesia ou do Estado, o *seu papel tenderia a ser resistente e contraideológico*”⁸³¹. Bosi não nega que o veio de sua leitura, quando percebida somente pela condição *pessimista* puramente, toca os meandros do absentismo, isto é,

a *pars destruens* da tendência cética pode ser mais poderosa que a *pars contruens*, em outras palavras, a descrença no ser humano, quando se faz abstrata e radical, impede qualquer projeto de regeneração, quer universal, quer local. O ceticismo, gerado no momento da negação, torna-se paralisante na hora da proposta, que implica sempre um mínimo de

⁸³⁰ *Id., Ibid.*, p. 415.

⁸³¹ *Id., Ibid.*, p. 420 (grifos meus).

esperança. No limite, a contraideologia do pessimismo decai em direção à ideologia do derrotismo, favorecendo, ainda que involuntariamente, a permanência do esquema de forças dominantes⁸³².

Para Bosi, fica claro que a percepção do olhar de Machado atinge dois nexos em torno dessa perspectiva: há um momento de denúncia da “ideologia excludente”, momento crítico por excelência. O segundo momento estaria envolto na universalização do olhar em direção aos moralistas da literatura ocidental, estendendo-a ao “gênero humano”. “Moralismo pessimista” e “liberalismo democrático” estão na mesma confluência ideológica, das quais sua visão é devedora.

É seguro concluir junto a Bosi então, dado o olhar para onde mira Machado, que o romancista propunha uma visão desistente ou absenteísta da História e da Política. Para Bosi, “tudo indica [...] que Machado não acreditava em nada (ou quase nada) nem da Política nem da História”⁸³³. O altar da História seria preenchido não pelos acontecimentos gerais que sua pena pudesse contabilizar, cuja mímese traria um retrato fiel desse ângulo, nem por alguma teleologia, para a qual a História fosse conduzida, muito embora haja uma insistência não pequena com que mobilizava, em suas crônicas, o cabedal político, assunto dos palácios e dos auditórios dos homens bem-nascidos. “Interessava-lhe, artista que era, o estilo dos atores políticos; atraíam-no as suas aparições efêmeras, ora risíveis, ora patéticas, mas não algum sentido da Política e da História”⁸³⁴.

Sendo assim, está condenado, na visão de Bosi, o sentido teleológico a que porventura se guiasse a pena que avaliasse as desventuras do escritor ansioso da desforra de vencedores e vencidos. Deambula pela melancolia machadiana um *tom* solene, mas absolutamente irônico, de observador que pinta a cena com traços mais impressionistas que expressionistas, pois que se tratava antes de movimentar-se na crista dos “gestos, [d]os ritos, [d]os gritos, [d]as palmas, [d]os silêncios, [d]a vida, paixão e morte dos indivíduos, o ciclo mesmo da existência pelo qual uns vão, outros voltam, e todos partem definitivamente”⁸³⁵. Machado observava o drama à distância, entendendo que o “*entrar na história*, caminho forçoso de todos, liberais, conservadores e republicanos, vencidos e vencedores, tende a zerar o drama político real, esvaziando-o

⁸³² *Id.*, *Ibid.*,

⁸³³ BOSI, Alfredo. “O teatro político nas crônicas de Machado de Assis” in: BCTD: 53.

⁸³⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 55.

⁸³⁵ *Id.*, *Ibid.*

sob a ação do tempo, que todos sabem veículo da morte, ‘cúmplice dos atentados’⁸³⁶. O poder é uma força cega que guia os homens ao horizonte da irrisão, mas também do oblívio. Esta é sua essência.

Partindo de considerações como estas, Bosi pôde demonstrar como ainda tem vivo interesse, para além da medida do historiador, suas crônicas, em vista de apresentarem sempre o “material humano”, feia expressão com que a Contabilidade Moderna designa a força de trabalho disponível. Esses textos retomam, a seu modo, parcelas significativas de conclusões humanas e existenciais de que Machado vinha se ocupando ao longo da vida. “O que impressiona no texto machadiano é o movimento passageiro das aparências, que é vivo e tem a sua verdade na medida em que os mecanismos políticos não dispensam o teatro”⁸³⁷.

Seguindo a longa teia por onde os escritos de Machado destilaram sua ironia, Bosi retoma a questão da perspectiva machadiana, através da qual lhe era possibilitado aferir a cota de húmus da condição humana, “o animal político fascinava o analista das paixões. Mas o puro *homo oeconomicus*, que a orgia financeira multiplicava, só causava tédio ao cronista de 1892”⁸³⁸. Embora a leitura seja superficial, mas atenta, das crônicas, Bosi sublinha a noção prevalecente nelas: o substrato que se desvela em “consciência reflexiva”, cuja mobilização deveria ater-se no movimento hermenêutico, sem o qual, todo empirismo se mostraria “simplista”. De tal modo, que

o que está perto dos olhos é mediado pelo intervalo moral e estilístico, de tal maneira que o historiador que recolha da escrita machadiana só o puro documento de época arrisca-se a perder a dimensão mesma do seu sentido encurtando o alcance da interpretação. Sem o trabalho hermenêutico, o empirismo revela-se simplista⁸³⁹.

O momento forte do texto deve-se a uma chancela que envolve os outros textos de Machado, onde se destila o movimento de ida e vinda a uma concepção pessimista da História. Aqui, Bosi traça as linhas do círculo que demove a interpretação de qualquer intenção outra que não o alinhar-se na direção que converge para a vida, a obra e a perspectiva *de* Machado, algo ancorada na perspectiva de seu narrador.

Interessante observar assim o vocabulário pronunciado por Bosi que remete à retórica do século XVII e XVIII, de onde se lê “desconcertos do mundo”, por exemplo,

⁸³⁶ *Id., Ibid.*, p. 57 (grifos do autor).

⁸³⁷ *Id., Ibid.*, p. 59.

⁸³⁸ *Id., Ibid.*, p. 61.

⁸³⁹ *Id., Ibid.*, p. 63.

“barro humano”, nesse caso, expressão do próprio Machado, bíblico na sua origem. Para Machado, o “mundo varia muito pouco e isso é motivo para não nos desanimarmos”⁸⁴⁰. Daí que a História seja “feita de paixões e interesses”, mas o Bruxo guarda “lucidez extrema e extremo distanciamento”, daí as expressões desdenhosas extraídas das crônicas, tais como “que tenho eu com esse sangue?”, “que me importa?”⁸⁴¹. Dentro dos textos bosianos, estas guardam especial relevância porque congruem para uma ordem de fechamento sobre aspectos pouco explorados, como a política. Lida nos textos em que Machado se expõe e desvenda claramente a história da Corte, dimensiona-se até que ponto seu pessimismo é índole ou filosofia existencial.

Bosi deixa entrever esse movimento de modo tal que se compreenda por que Machado origina os tipos sociais dentro de uma concepção que envolve antes sua própria “reação moral”, envolta na “força”, termo caro à filosofia de Pascal, que contaminaria tanto suas crônicas, quanto sua ficção: “na verdade, a sobrevida da arte não se acha, em Bosi, dependurada no puro arbítrio do leitor apaixonado. O que sustenta o valor da obra de ficção é o seu firme nexos com a *força*, a verdadeira rainha do mundo, na palavra grave de Pascal; a força, que tem por sinônimos natureza e vida”⁸⁴². Os tipos seriam consequência da “reação moral e estética do escritor Machado de Assis [que] alimentava-se da tradicional antipatia ao burguês filisteu, ao homem do livro e do negócio, que se chamaria Procópio, Cotrim ou Palha no universo de sua ficção”⁸⁴³.

O romance transpõe e estiliza o jogo do destino, dado que o homem é um ser preso a seu “instinto de conservação”, “só a força, causa primeira, não passa”⁸⁴⁴. Dizíamos mais atrás que Machado condiciona a existência de suas personagens a um lance de perspectiva que objetiva a motivação por trás das aparências, mas lhe interessa “o que o cientista tem por inefável: o indivíduo”⁸⁴⁵. Por isso, a lente de Machado é ora incisiva, ora atenuadora, e pontifica a intersecção entre crônica e romance. Bosi tece um paralelo entre Raul Pompeia e Machado, acentuando como o segundo descrê da política e, por isso, a política que “transforma” ou “inova”, lhe serve apenas para apontar as suas

⁸⁴⁰ *Id., Ibid.*, p. 65.

⁸⁴¹ *Id., Ibid.*, p. 67.

⁸⁴² *Id., Ibid.*, p. 75-6.

⁸⁴³ *Id., Ibid.*, p. 74.

⁸⁴⁴ *Id., Ibid.*, p. 76.

⁸⁴⁵ *Id., Ibid.*, p. 82.

reservas quanto às possibilidades reais de eficácia desses “homens... políticos”⁸⁴⁶, reticência que é de Machado e de Bosi. É sabido que Pompeia, nacionalista e abolicionista ferrenho, tem atitude diametralmente oposta à de Machado.

Bosi pontifica que, para que sua hermenêutica seja eficaz, o “leitor dialético” deve se ater à riqueza da perspectiva machadiana. É dentro *da perspectiva de onde emergem as crônicas*. Vale muito a citação:

O trabalho do intérprete de Machado hoje é também da ordem da reflexão. Basta saber se o leitor dialético, que acaso tenha sobrevivido ao século XX, fará passiva e incondicionalmente sua a imagem do Brasil tal como aparece espelhada, pensada e interpretada pelo cronista. Imagem de um país condicionado por um ‘estado mental’ mal saído dos tempos coloniais. Imagem de uma sociedade presa a hábitos ‘inelutáveis’, o que exprime um estilo de pensar diferente do protesto encrespado, feito de amor e ódio, revolta e esperança (...) o que são textos que falam de política se não deciframos a sua perspectiva e não ouvirmos o tom da voz que o ditou?”⁸⁴⁷.

Machado é *local*, sim, mas, cinge-se de uma perspectiva moral ampla, que é *universal*. Compreendê-lo é imergir-se na teia que o conduz ao “nexo íntimo de sátira pontual e [de] moralismo cético [que] nos faz respeitar o espírito e a letra das crônicas; e talvez resistamos à tentação de *ver somente um Machado que nos interessa*, para entrever o Machado real, isto é, concreto e complexo, local e universal. Ou será demasiada ambição?”⁸⁴⁸. Não seria demais, então, para finalmente, fecharmos nosso texto, apreciar como Bosi sugere que as crônicas sejam lidas, isto é, elas deveriam cingir-se de “sondagens que identifiquem o seu ponto de vista, o húmus do seu pensamento, os seus *valores* e *antivalores*, o seu *pathos*, o seu estilo de narrar, os seus procedimentos retóricos. É uma tarefa ainda por fazer e constitui o limiar da interpretação, abaixo do qual tudo se dissipa no anedótico ou se presta ao desnorte de *arbitrárias alegorias*”⁸⁴⁹.

⁸⁴⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 92.

⁸⁴⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 99 (grifos meus).

⁸⁴⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 102 (grifos do autor).

⁸⁴⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 103 (grifos meus).

Capítulo 3. Conceitos e Sistema

Por que escrevo contos?

Eu não acredito na sua capacidade de corrigir o homem. A experiência da literatura humanista russa resultou, diante dos meus olhos, nas sangrentas execuções do século XX.

Eu não acredito na possibilidade de evitar algo, de anular a sua repetição. A história se repete. E qualquer fuzilamento de 1937 pode ser repetido.

Por que então escrevo?

Escrevo para que alguém, apoiando-se em minha prosa alheia a qualquer mentira, possa contar sua própria vida, num outro plano. Afinal, um homem tem de fazer algo.

(Soljenítzin)

Basta o capítulo de Os irmãos Karamazov sobre as crianças supliciadas (com dados da imprensa cotidiana), no qual Ivã Karamazov propõe a Aliocha aquele dilema terrível para um cristão: como perdoar o senhor de terras que manda os seus cães dilacerarem uma criancinha em presença da mãe? Pode-se esperar que a mãe da criança se abraçe com o algoz? “Não é Deus que eu não aceito, Aliocha, eu apenas lhe devolvo respeitosamente o meu bilhete de ingresso”.

(Boris Schnaiderman)

3.1 - Um modo de compreender a Sociedade Brasileira: o lastro da cultura.

O lastro da cultura. O intelectual.

Sartre, em texto de 1972, define o intelectual como um ser em contradição. Para chegar a essa conclusão, por certo, os valores e o momento histórico de seu tempo contribuíram fortemente para isto. De forma drástica, Sartre descreve o intelectual como “*alguém que se mete no que não é de sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade*”⁸⁵⁰. Partindo diretamente de suas bases existencialistas, Sartre dirá que o homem se constitui em *projeto*, que ele é, por assim dizer, lançado ao mundo e a partir de suas atitudes responsivas, força-se a participar do mundo já que sem isso não conseguirá se realizar.

Essa descrição ainda não contém tudo o que ele pensa sobre esta nobre figura que figura, com o perdão do trocadilho, a contradição de seu tempo. O intelectual é fruto de um tempo histórico, que recolhe suas palavras do testemunho das sociedades estilhaçadas – o tradutor usa o termo *despedaçada*⁸⁵¹ – daí seu enlace consequente, ou inconsequente, como o caso do físico que Sartre aventa no texto. O físico arquiteta um artefato invencível de destruição, uma bomba, por exemplo, mas se *cala*: como alguém que encarnasse o conflito isentando-se de dele falar, de opinar para além daquele movimento contraditório: matar milhões de seus iguais em prol de uma política, de uma visão histórica, equivocada ou não.

Ele apresenta uma condição ambígua, quer dizer, Sartre admira-se de ele ser alguém *crente* e *descrente* ao mesmo tempo, porém, isso lhe possibilita transitar por entre-caminhos, permeado que está pela força da reflexão. Sua crítica, então, acaba recaindo no *acaso universal* da lei que o constitui, quer dizer, na condição de classe, em virtude de assumi-la como condicionante universal do tempo. Saber técnico e saber filosófico, dissociados que estão por uma mediação que não mais existe desde pelo menos a Revolução newtoniana, se subsumem burocraticamente como instâncias de saber locais, que não mais dialogam. Efeito do tempo burguês, dirá Sartre, que confere à sua própria classe um tipo *universal*.

⁸⁵⁰ SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, p. 14-15 (grifos do autor).

⁸⁵¹ *Id., Ibid.*, p. 31.

Porém, se pensarmos naquilo que Sartre entende por intelectual, isto é, um homem que não tem mandato de ninguém para exercer sua função⁸⁵², conclui-se que é também, e paradoxalmente, por saber que é esta margem que lhe rende a distância necessária para julgar. Caso contrário, seria impossível o próprio livro de Sartre.

Isso não indica, porém, que o intelectual não possa colocar-se em uma posição lateral àquilo que ele mesmo descreve, interessadamente. Aliás, talvez seja essa a condição ideal. Mostrar suas convicções, nesse caso, indicaria, nessa perspectiva, maturidade e honestidade. Talvez, a maior crítica que se pode fazer a Sartre aqui diz respeito ao caráter culpado do intelectual que ele erige. Sua postura é marcadamente denunciadora por referir o intelectual como alguém cujas palavras seriam atravessadas pelo pecado, pela culpa e pela interdição.

Sérgio Paulo Rouanet identifica na questão do intelectual, hoje, uma *crise* em torno dos *universais* que atinge o homem do pensamento, em vista de ser a adesão aos universais, a condição que lhe marca a existência. Embora saibamos que essa condição seja uma idealidade, hoje, em vista dos paradigmas aceitos e rejeitados pela filosofia, Rouanet caracteriza-a como uma condição necessária, embora insuficiente, de seu instrumental. Por isso, marca o nascimento do intelectual moderno em uma data e situação precisas: 13 de janeiro de 1898, cujo objeto seria a carta de Zola, intitulada *J'accuse*, enviada ao presidente da República da França, “exigindo a revisão do processo que havia condenado o oficial judeu Alfred Dreyfus por crime de alta traição”⁸⁵³.

É com vista nessa plêiade notável de interventores da cultura, cuja teorização passa tanto pelos textos clássicos do assunto – como os que citamos, e outros, como *Ideologia e utopia*, de Karl Mannheim, ou *A traição dos intelectuais*, de Julien Benda – é que passamos a tratar agora o nome de Alfredo Bosi como crítico da cultura brasileira.

Não é vão notar que esse processo *interventor* foi bastante comum no meio brasileiro desde o final do século XIX, mas se intensifica no século XX; dada a importância que as letras têm para a sociedade brasileira, que ressoa no crítico – caso especial dos homens de letras, tipo *intelectual* generalizado, por ainda guardar marcas da definição mais comum no Brasil – uma participação tão importante na esfera pública

⁸⁵² *Id., Ibid.*, p. 32.

⁸⁵³ ROUANET, Sérgio Paulo. “A crise dos universais” in: NOVAIS, Aduino (Org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 71.

brasileira, que procuramos situar alguns textos do Autor, especialmente quando lida com a cultura brasileira de modo específico.

Dentro dessa ressalva imposta aos homens de pensamento no Brasil, pensamos o caso dos intelectuais brasileiros, especialmente no caso do século XX, é que surge grande prodigalidade em interpretações do Brasil. Paulo Eduardo Arantes fala mesmo do *boom* intelectual que sua geração e a anterior, viveu justamente na perspectiva de ver o país compreendido. É flagrante a “ausência de linhas evolutivas mais ou menos contínuas a que se costuma dar o nome de *formação*”⁸⁵⁴, diz ele. Precisamente o sentido de *continuidade*, quer dizer, a História que a guia, é esse sentido que nos falta, diria Arantes, completando o raciocínio de Candido da *Formação da literatura brasileira*.

O processo sob o qual o país foi erigido, suas marcas descontínuas, suas forças interrompidas, sucessiva e erosivamente, são o motor de inúmeras visões que essa formação aventa. Marca de indefinição a que intelectuais brasileiros, motivados em entendê-la, se viram como que obrigados a responder, subscrita no interior de todo o pensamento social brasileiro. Arantes nos isenta de citar de cabeça os exemplos:

Que se trata de verdadeira obsessão nacional dá testemunho a insistente recorrência do termo nos principais títulos da ensaística de explicação do caso brasileiro: *Formação do Brasil contemporâneo*, *Formação política do Brasil*, *Formação econômica do Brasil*, *Formação do patronato político do Brasil* etc. – sem contar que a mesma palavra emblemática designa igualmente o assunto real dos clássicos que não a trazem enfatizada no título, como *Casa-grande e senzala* e *Raízes do Brasil*⁸⁵⁵.

Esta “cifra” exprime uma “experiência intelectual básica”, brasileira, como encara Arantes, de uma sociedade preocupada em *se* interpretar, em *se* conhecer, decifração da enigmática em torno daquilo que nos *constitui* e que nos *forma*. Não apenas isto, mas há também nessa perspectiva compreensiva do caso brasileiro, uma virtual possibilidade de solucionar os problemas do país. Incomodados com o estado de coisas, alguns desses intelectuais acabaram não se contentando somente à vida acadêmica, e expandiram seu campo de ação para a vida política na medida mesma em que a simples compreensão desses problemas, paradoxalmente, demonstra de algum

⁸⁵⁴ “Providências de um crítico na periferia do capitalismo” in: D’INCAO, Maria Ângela et Scarabôtolo, Eloísa Faria (orgs.) *Dentro do texto, dentro da vida*. São Paulo: Cia das Letras, p. 229 (grifo do autor).

⁸⁵⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 229.

modo sua incapacidade de mudar o que quer que seja. O caso de Florestan Fernandes é paradigmático nesse sentido: da práxis *intelectual* ele passa à práxis *política* efetiva.

E por isso, a geração que cresceu lendo *Casa grande & senzala*, *Raízes do Brasil* ou *Formação do Brasil contemporâneo*, acostumou-se a pensar o Brasil sob pontos de vista completamente renovados, e aproveitaram esse mesmo aporte no afã de conduzir a discussão com os olhos voltados para o país. Assim foi com o grupo da revista *Clima*, ou, sob outro prisma, o grupo *Noigandres*. Foi assim com a geração seguinte, que viu rebentarem forças de entendimento de questões cruciais, sobretudo no campo estético. Heloísa Pontes aponta que aqueles homens “forneceram a matriz intelectual necessária para um balanço sem complacência do nosso passado, que a geração de Antonio Candido tratou de implementar a partir dos anos 40”⁸⁵⁶. E a crítica foi um dos modos utilizados tanto por eles, quanto pela geração de Bosi para repensar essas questões; “fizeram da crítica a modalidade privilegiada para expressarem a mentalidade universitária da época, construíram suas trajetórias profissionais na interseção do jornalismo cultural com a universidade, revelaram-se expressões maiores da intelectualidade brasileira”⁸⁵⁷.

O caso da literatura é bastante coerente e explicativo desse estado de questões. Antonio Candido dirá que no Brasil “tudo se banhou de literatura, desde o formalismo jurídico até o humanitário e a expressão familiar dos sentimentos”⁸⁵⁸, e não seria difícil perceber que por essas relações teóricas estarem tão amalgamadas ao literário é que a ideia de nação dela decorrente foi tão forte, tão presente nos laços históricos que enfaixam o país, como de fato parece acontecer. Por isso, a imbricação com o romantismo brasileiro é, talvez, apenas uma consequência disso aqui auscultado⁸⁵⁹.

⁸⁵⁶ PONTES, Heloísa. *Destinos mistos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 213.

⁸⁵⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 214.

⁸⁵⁸ CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes” in: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, p. 180. Ainda nesse contexto, Candido dirá: “lembro também de um artigo de Plínio Barreto, de 1937 ou 1938, no qual dizia que na geração anterior todo jovem sonhava entrar na vida intelectual com um livro de poesias. Mas depois de 1930 o sonho era publicar um livro de sociologia” in: *Revista brasileira de ciências sociais*, Vol. 16 No. 47, p. 6. Fica claro que o movimento da chamada Revolução de 1930 foi definidor de uma nova época no (re)pensamento do Brasil, tempo de onde emerge a maioria dos textos que costumamos considerar como partidários dessa vertente interpretativa, de que Gilberto Freyre, Sérgio B. de Holanda e Caio Prado Jr. são representativos.

⁸⁵⁹ Cf. BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. São Paulo: Polis, 1979; RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de

Resvala-se contundentemente com o Modernismo paulista, de que dá testemunho o livro de Heloísa Pontes.

Assim, passa pelo literário o aporte também dessa visada interpretativa, cujos caracteres estão inscritos na posição de nossos intelectuais, ou seja, em como se deu sua resposta aos dados do mundo que os cercava, o horizonte da presença histórica que, por assim dizer, os delimitava. Candido dá inúmeros exemplos, desde a colonização até os modernos paulistas, ora denunciando sua dupla fidelidade, como é o caso dos árcades, até uma consciência mais crítica, mais reflexiva, que resulta num Mário de Andrade, cujo texto “O movimento modernista”, nos impele a uma consciência complexa, por que compreensiva, de suas contradições.

Acredito que é isso que alguns críticos literários – possuídos dessa ideia básica que diz de nossa constituição cultural eminentemente literária, como vimos – pensam quando partem dos problemas literários *strictu sensu* para reflexões de âmbito mais generalizantes acerca da História Brasileira.

Para recuperarmos o “espírito do tempo” de onde Bosi instaura suas ideias mais radicais, e em que os ensaios de *Dialética da colonização*, tendo em vista que seu aporte intelectual é gerado nessa época, e se mostram com maior vigor, torna-se necessário mobilizar nosso olhar para essa confluência de ideias que se vinham maturando desde antes dos anos 70 e 80, e que servem de parâmetros locais de análise.

Entram nessa lista dois ensaios paradigmáticos de Roberto Schwarz. O primeiro deles, “Cultura e política, 1964-69”, relata um estado de coisas no Brasil em um dos períodos mais ásperos no que tange à censura, ao cerceamento dos direitos humanos, naqueles cinco anos que o artigo descreve. O outro ensaio, “As ideias fora de lugar”⁸⁶⁰, repensa o ambiente cultural e ideológico no Brasil de meados do século XIX. Segundo Schwarz, o Brasil vivia sob a sombra de uma defasagem ideológica, ou seja, havia um abismo entre aquilo que parte das oligarquias professava – as ideias liberais européias, cuja concreção se daria em um país de ordem *livre* – e a situação real na sua palpável configuração histórica, em um ambiente escravista, seu lugar social e sua difusão no país. Não é preciso dizer que ambos os textos são respostas inteligentes para questões

Janeiro: Tinta Negra Bazar, 2010; SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

⁸⁶⁰ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-69” in: *O pai de família e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 61-93, e “As ideias fora de lugar” in: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000, pp. 11-31.

salutares brasileiras. O próprio Bosi, em um dos momentos em que discutirá com Schwarz, versará precisamente sobre essa questão, defendendo o oposto dela, mas não deixando de perceber, por isso mesmo, seu valor.

Outro caso parece contribuir para o estado dessas questões aqui levantadas. Analisando o período romântico e pós-romântico, Luiz Costa Lima estuda o complexo campo literário brasileiro. Dando continuidade aos estudos de Antonio Candido, prospectando um campo de estudo não totalmente exaurido, Lima denuncia o sistema intelectual falhado brasileiro, creditando isso a seu caráter eminentemente *auditivo*. Isso impediria, dessa forma, certo rigor responsivo, como ocorre em outras culturas, menos dependentes do sistema midiático; “que isso teria a ver com a dependência cultural?”, pergunta Lima,

Seu enlace não é menos que imediato: se, no interior de uma discussão, os meios persuasivos não de ser os dominantes, então o único êxito possível se dará em relação a sistemas já constituídos, pois só estes já possibilitam a ressonância indispensável à persuasão, aliada à eliminação das demonstrações mais árduas, que o ouvinte presumirá já haver sido feita e aceita nos centros competentes⁸⁶¹.

Daí se segue outra constatação, de natureza sociológica, que atinge as possibilidades de crescimento espiritual da nação: esse sistema cultural cultua a *improvisação*. Aliada à nossa falta de especulação, Lima perguntará: “será acidental que o caminho mais direto de reconhecimento do intelectual brasileiro passe de alguma forma de batismo por alguma instituição metropolitana?”⁸⁶².

Outro texto do mesmo autor, mais antigo em dez anos àquele, diz respeito à existência precária de nosso sistema intelectual, e chama-se precisamente “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”⁸⁶³. O ensaio anteriormente lido, aliás, retoma questões que já haviam sido expostas por ele. De qualquer forma, ambos estão ligados pela perspectiva de que o sistema intelectual brasileiro engatinha ainda sob a égide da(s) metrópole(s), sob os auspícios de certa cultura que se embasa em modas, cópias monótonas do que se vê fora daqui, ou ainda, desconsiderando a condição histórica do país, sua memória e tradição cultural.

⁸⁶¹ LIMA, Luiz Costa. “Dependência cultural e Estudos literários” in: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro, 1991, p. 272.

⁸⁶² *Id.*, *Ibid.*, p. 274.

⁸⁶³ LIMA, Luiz Costa. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil” in: *Dispersa demanda: ensaios de literatura e crítica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981. O texto é de 1978, pp. 3-30.

Posteriormente, mas ainda sob o mesmo espírito, mencionamos Silviano Santiago, que assume uma visada igualmente ampla no seu escopo – unindo um projeto bastante coerente com sua trajetória. Analisa espectros de reciprocidade, influência e emancipação da América Latina como um todo, antes desdobrados em dois livros paradigmáticos, que são *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Laberintos de la soledad*, de Octavio Paz. Referimo-nos ao livro de sua autoria que alude, já no título, precisamente aos dois livros analisados a que se referem, *As raízes e o labirinto da América Latina*⁸⁶⁴. Estão conjugados em projetos semelhantes os livros *O espelho de Próspero*, de Richard Morse, *A cidade das letras*, de Ángel Rama, *Viajantes do Maravilhoso*, de Guillermo Gucci, *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo*, de Patricia Seed. Enfim, os livros são inumeráveis e seria trabalho vão citar mais. O que se queria era apenas indicar que o assunto nem de longe foi resolvido.

Em muitos momentos, não se trata de dar cabo de uma análise tão ampla no seu escopo, como os até aqui citados, trata-se de constatar uma dimensão que serve à crítica como complemento dialético, dada a formação peculiar da sociedade brasileira e da América Latina, durante tanto tempo tão dependentes da literatura como forma de instituto cultural. Isso, seja pelo fato de que aquela resposta poder nortear outro grau de consideração estético-política, até então não considerado; ou como fundamento de uma análise posterior, cujo alcance só poderia mesmo ser dado mediante uma contemporização ali esboçada.

O viés interpretativo na intervenção cultural: histórico.

Por isso mesmo, é pela via da *intervenção* que intentamos ler parte do livro *Dialética da colonização*. Na medida em que este livro procura dar respostas também aos nossos inúmeros dilemas históricos, ele não deixa de mostrar, pela via do *literário*, os problemas que a colonização enraizou. O título já é uma prévia do que espera o leitor: trata-se de uma colonização que foi submetida a um processo histórico lento, cheio de ambivalências, e dialético.

Creemos que já mencionamos o fato de este ser o livro mais bem recebido pela crítica e, talvez, o mais lido, de Bosí. Teve ampla ressonância na imprensa da época, chegando a ser, segundo a Revista *Veja*, um dos livros mais vendidos do ano de 1993.

⁸⁶⁴ SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

Foi esta revista, aliás, que resenhou, de forma muito elogiosa e crítica, o livro, historiando o engajamento do Autor, e o período de 1981, pouquíssimo conhecido na trajetória de Bosi, diga-se de passagem, quando esteve em Cuba.

Bosi afirmara que não havia um projeto prévio para que este livro fosse publicado. Sua tônica deu-se por intermédio de cursos proferidos na USP desde 1970, como se lê no prólogo do livro. Qual a tônica que o permeia? A fatura histórica *x* a conformação ideológica da nação brasileira. Note-se que desde esse texto – e diríamos bem antes disso – Bosi já se preocupa com as relações sempre difíceis entre ideologia e literatura, entre poder constituído e representação artística. Mas não se trata apenas disso. Embora o título encare a força com que o processo ideológico forjou o Brasil, o Autor procura saber como as condicionantes da nação recém-constituída contaminaram o homem recém chegado, alimentando um modo de ver, que é europeu, mediado por uma nova perspectiva, que emerge com o Novo Mundo. Por isso, Fernando Paixão assenta certa continuidade entre o projeto constitutivo deste livro a *Ideologia e contraideologia*, que aproveita, inclusive, vários de seus assuntos, para desdobrá-los.

Mas não nos adiantemos ao livro sem antes vê-lo como foi constituído. Em primeiro lugar, ele foi composto a partir de alguns textos já publicados e de algumas reflexões que se vinham maturando desde muito antes. O texto sobre cultura, primeiro capítulo da obra, é desenvolvimento de um curso livre dado na Funarte, sob coordenação de Adauto Novaes, em 1987. A maioria, contudo, achava-se inédita.

A obra apresenta uma evidente coerência que o inspira. Todas as leituras e resenhas concordam que o livro cairia bem na mesma estante de *Casa-grande & senzala* ou *Raízes do Brasil*, ou seja, naquele nexos inspirado pelo termo *formação*, a que alude Paulo Arantes, ou, no mesmo cabedal formativo dos grandes ensaístas da década de 30, como quer Roberto Schwarz⁸⁶⁵. Sua estrutura literária, porém, não tem parentesco tão fácil com aquelas obras. De seus dez capítulos, seis tratam diretamente de problemas e autores de “literatura”, e não – como é o caso daquelas obras, de temas relativos ao arcabouço urbanístico, antropológico ou etnológico que lhe dão o tom – de que versam os demais capítulos.

⁸⁶⁵ Dirá Schwarz em “Discutindo com Alfredo Bosi”: “a *Dialética da colonização* se filia ao ensaísmo de 30, comprometido com a experiência nacional, animado de liberdade modernista diante dos gêneros, e anterior à especialização universitária”, p. 73.

Ademais, o contexto atual enquanto escrevo reclama um repensamento das questões neo-coloniais, onde autores como Raymond Williams, Ana Pizarro, Edward Said, Homi Bhabha, Angel Rama, Silviano Santiago, e mesmo outros que não estão entre os estudiosos da literatura como Benedict Anderson, dentre outros, pervadem as questões nacionais na América Latina, sobretudo no seu nexos da Teoria da Representação do texto literário. O livro de Bosi tem sido em alguma medida lido assim nos EUA e parte da América Latina, bem como na França. Há tradução completa tanto para o espanhol, quanto para o francês de *Dialética*; o 1º capítulo do livro foi publicado recentemente para o inglês e há projeto para a tradução integral do livro. Será um novo capítulo na história da recepção da obra bosiana, sobretudo fora do contexto brasileiro⁸⁶⁶. Há que se lembrar que Bosi contribuiu com o grande projeto das letras latino americanas, coordenado por Ana Pizarro, *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, em 3 volumes, um ano depois de publicado *Dialética*, esforço no sentido de situar o lugar atual dessa literatura no contexto mundial, nesse sentido, em continuação evidente com *Dialética da colonização*. Note, antes de mais nada, que Bosi reimprime seu ensaio sobre Vieira no 1º volume. Só para que se tenha uma boa ideia dessa recepção, e terminando meu excuro, Newcomb distinguirá as perspectivas, de Bosi e de Bhabha, outro estudioso das questões das literaturas *out siders*, do seguinte modo:

Bhabha looks to Fanon in seeking to comprehend that “zone of occult instability where the people dwell,” which from a postcolonial (and, to be exact, postmodern) perspective points to the ephemeral temporality of all discourses. It is here, I believe, that both the meeting point and the point of divergence with respect to Bosi's analysis of culture are to be found. After all, the performative space of the popular is for the Brazilian writer less ephemeral in nature than it would appear from Bhabha's perspective. Where contemporary theory, produced by a largely Anglophone academy, might see the imminent dissolution of all identities, Bosi's contemporaneous reflections seek out the daily re-composition of something that, while not constituting a fixed or stable identity, establishes itself as a strong environment for the reaffirmation of the repressed – a “repressed” that in both theoretical visions invokes memory, ritual, and myth in composing the performative space of its own

⁸⁶⁶ Assim expressa a questão Robert P. Newcomb, tradutor da obra para o inglês: “Though Bosi's text was born under the sign of a critical constellation somewhat removed from contemporary theoretical debates in North America and Great Britain, it shares with them an astonishment before the complexity and richness of a world constructed against the tide of hegemonic discourses and that ultimately establishes itself in a symbolic space crisscrossed by the violent forces of colonization or, more recently, littered with the ruins of colonial power”, “The dialectic of resistance: Alfredo Bosi, *Literary Critic*”, Prefácio a *Colony, Cult, Culture*. Massachusetts, Dartmouth, p. 7-8.

resistance. In this book, this is referred to as the “dialectic of colonization”⁸⁶⁷.

É um longo programa crítico que merece toda a atenção dos intelectuais hoje.

Voltando. Por certo alguns autores abordados já haviam sido objeto de estudos detidos de suas obras. Outros terão um pouco mais de visibilidade a partir dela. É o caso de Castro Alves, ou Antonil, secretário de Antonio Vieira. Deixou uma obra pouco extensa, mas forte do ponto de vista descritivo das riquezas do Brasil, de suas “opulências”, como consta do título de seu livro mais famoso. Antonil tem aqui uma vasta análise deste seu livro, as suas relações com Vieira são lidas em uma lente que, pelo contexto, o aparta do mestre mais do que dele o aproxima, já que é “quase um traidor”, como diz Bosi⁸⁶⁸. A análise particular e detida de políticas do Estado Brasileiro ganha dois longos capítulos que perfazem a análise do positivismo, formador de sua base sistêmica, “A arqueologia do Estado-providência”; e outro, que estuda sua base ideológica liberal, “A escravidão entre dois liberalismos”. É neste capítulo que Bosi investe contra o esquema das “ideias fora de lugar” de Schwarz. O livro ainda traz um posfácio e um *post-scriptum*, que dão, ambos, uma visão presente do estado de coisas do Brasil pós-92.

É um livro de um intelectual empenhado, para usar as palavras de Candido, portanto, atento, nesse sentido, aos matizes da História, da Ideologia e da ação de outros intelectuais no Brasil. Devemos, pois, antes de tudo, situá-lo dentro de duas perspectivas que parecem constituir a direção de Bosi em torno do debate crítico de sua época, ou seja, das questões que estão esboçadas na esfera pública e que se fazem, sobretudo, na década de 80, que é o momento imediatamente anterior ao livro. Em primeiro lugar, a índole da própria crítica bosiana até ali constituída, isto é, seu fluxo intelectual mais imediato. Em segundo lugar, aquilo que atravessa o discurso crítico no Brasil até aquele momento, de que dão mostras inúmeras obras de colegas seus, com quem dialoga.

Quanto à primeira questão. No que tange à crítica bosiana uma preocupação temática parece dominante naqueles anos em seus textos, que é a ficção de Machado de Assis, como já vimos.

⁸⁶⁷ *Id., Ibid.*, p. 8.

⁸⁶⁸ BOSI, Alfredo. “Antonil ou as marcas da mercadoria” in: DC: 150.

Outras questões podem se somar à perspectiva que vimos estudando, lidas no livro *Céu, inferno*, cuja primeira edição é de 1988. Podem-se ler ali com muito proveito os grandes temas que Bosi desenvolveu ao longo de sua carreira, de que o livro é o melhor exemplo. Há também os textos *em homenagem*, que são representativos do método e da visada bosiana, em uma mescla de tentativa de *aproximação* a outras dinâmicas intelectuais. Como exemplo, encontramos no livro os textos dedicados à memória de Sérgio Buarque de Holanda e de Otto Maria Carpeaux. Ainda consta do volume o importante “Mário de Andrade crítico do modernismo”, transcrição de conferência na Academia Brasileira de Letras. Estes são, de modo geral, os textos que antecedem o livro, e que lhe servem de fundo a partir do qual Bosi tornará a escrever.

A segunda questão merece detalhamento um pouco maior. No texto “Dependente porém (truncada e) múltipla: a literatura brasileira vista pela teoria literária da década de 80”, o professor da Universidade de Pittsburgh, Bobby J. Chamberlain mapeia as linhas de força da crítica brasileira dos anos 80. Bem informado e simpático às temáticas abordadas, estranhamente ele não cita nenhum dos livros nem textos de Bosi, no que pensamos ser a maior falha do artigo.

Ele começa analisando o ensaio de Roberto Schwarz “Nacional por subtração”. O pesquisador menciona três aspectos importantes do ensaio. Diz ele:

Dentre as várias afirmações importantes aqui contidas, destacam-se três: a da *impossibilidade de se chegar ao autenticamente nacional* pela simples eliminação das supostas influências estrangeiras; a da *falta*, na literatura brasileira, *de um desenvolvimento orgânico* dos vários movimentos e conceitos importados devido à tradicional preferência pela novidade – pelas “coqueluches culturais”, por assim dizer – resultando-se, portanto, numa série de movimentos “truncados” numa repetida volta à estaca zero no âmbito literário e cultural; e, finalmente, a de que *a cópia não é inferior (sic) nem superior ao original*, sendo a literatura brasileira apenas imprópria e anacrônica na sua invocação, na periferia, de conceitos exógenos, oriundos do centro, da metrópole⁸⁶⁹.

A citação é longa porque prenuncia um programa teórico muito forte naquela década. Basta lembrar o contexto histórico de nosso país, recém-saído, àquele tempo, da ditadura militar. Por certo as questões que o Brasil vivia são propícias àquele tipo de pensamento, ou seja, colocar em dúvidas os lemas nacionalistas, as supostas originalidades brasileiras, as ordens de país do futuro, as questões relacionadas à

⁸⁶⁹ *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 23, No. 46 (1997), p. 255 (grifos meus).

suposta índole de povo otimista, e *tutti quanti* perfaz o folclore ideológico brasileiro da época.

Chamberlain menciona o estudo de Flora Süssekind, ainda sob forma de dissertação de mestrado, intitulado *Tal Brasil, qual romance*, em que a questão do naturalismo é avaliada em termos de *recorrência* ou *permanência* desse tipo de discurso literário em que ele se prefigurou, ou seja, no seu início finissecular; nos anos 30; finalmente, nos anos 70, na chamada literatura-reportagem. São essas duas as questões que, ainda segundo Chamberlain, matriciam a teoria literária desta década.

Estudando outros autores como Silviano Santiago, Antonio Candido e Haroldo de Campos, ele verá o desenvolvimento de seus escritos como prolongamentos dessas duas temáticas. Assim, Haroldo de Campos verá a literatura brasileira como cingida pelo discurso rasteiro, “marginal”, como ele gostava de dizer, que ampliava o relevo da carnavalização, seguindo de perto a lógica bakhtiniana. Essa tradição viria de longe, desde pelo menos Gregório de Matos, passando por Sousândrade, Mário e Oswald de Andrade, e claro, culminando nos poetas concretos. Está aqui a fonte do que seria sua crítica mais contundente ao livro *Formação da literatura brasileira*, livro que combate o nacionalismo de Antonio Candido, obsedado, segundo ele, pela ideia de um nacionalismo ontológico, que busca uma origem fundadora, o seu *telos*. Diferentemente do nacionalismo modal ou diferencial, que valoriza, como o nome indica, a “diferença”, “evitando a procura de essências ou *telo*”⁸⁷⁰.

Silviano Santiago, que já havia produzido um artigo que serve a toda uma noção do seu conceito acerca do discurso crítico latino-americano, em 1971, chamado “O entre-lugar do discurso latino-americano”, é estudado sob ótica semelhante. Para Chamberlain, Santiago “será, antes, um admirador do conceito, favorável mas um tanto cético” à ideia rarefeita, segundo ele, de que o Brasil tenha um pensamento autóctone, sem contato estrangeiro; tal seria um “devaneio verde-amarelo”, dirá⁸⁷¹. Santiago aventará a hipótese de que a Antropofagia surja como um dos “antídotos” a três casos do “enciclopedismo eurocêntrico endêmico no pensamento colonizado brasileiro”⁸⁷², os

⁸⁷⁰ *Id., Ibid.*, p. 258. Estas questões originam o livro *O sequestro do Barroco na Formação da literatura brasileira*.

⁸⁷¹ *Id., Ibid.*, p. 259.

⁸⁷² *Id., Ibid.*

outros dois seriam a noção de “traição à memória, proposta por Mário de Andrade” e a “d[e] corte radical”⁸⁷³. Assim:

Existem, pois, duas espécies de universalidade (...) uma *colonizadora e etnocêntrica*, que ‘consegue pouco a pouco a uniformização ocidental do mundo, a sua totalização, através da imposição da história europeia como História universal’ (...) e outra, *diferencial*, ‘em que as culturas, mesmo as em situação econômica inferior, se exercitam dentro de um espaço maior, para que se acentuem os choques das ações de dominação e das reações de dominados’⁸⁷⁴.

Este o programa que seria desdobrado em livros como *As raízes e o labirinto da América Latina* e *O cosmopolitismo do pobre*. No pensamento de Silviano Santiago, a literatura brasileira não é independente, ela é parte da literatura latino-americana e parte também da literatura ocidental, o que a distingue é precisamente seu *início* se dever àquelas injunções especiais que dão sentido à nossa *condição colonial*. Parte de seu pensamento provém da tentativa de compreender, porém, os elementos de *transgressão* direcionados à matriz. Esse pensamento, portanto, se situa em uma posição de permanente crítica, e pelo laço que estreita, pela mediação da liberdade, o sentido que essa literatura propõe. Por isso, coloca-se contra o nacionalismo estreito e acachapante de alguns intelectuais: a literatura, nesse sentido, se faz para *dentro* e para *fora*, à medida que se transgride o cânone colonizador.

Antonio Candido, acompanhado de Fábio Lucas, dirão do grau de dependência da América Latina. Para Candido, a América Latina é “continente sob intervenção”⁸⁷⁵, e, por isso, deve resistir à indústria da cultura de massas, que impõe padrões que o homem culto não busca, e que o povo, inculto, ainda não dispõe de critérios críticos suficientes para escolher: “incutir nos brasileiros e nos outros latino-americanos os valores e interesses dos países metropolitanos dos quais emanam (...) filmes, programas de televisão e outras formas da cultura de massa alienígena” trata-se de uma violência, não xenofobia.

O discurso de Fábio Lucas, ainda ecoando ideias de Candido, bem como também de parte das esquerdas na época, movimenta-se em torno das questões que a crítica literária esposa, seu efeito valoroso de resistência, de “consciência da literatura”,

⁸⁷³ *Id., Ibid.*, p. 265, nota.

⁸⁷⁴ Santiago, Apud, Chamberlain, p. 259

⁸⁷⁵ Candido, Apud, Chamberlain, p. 260.

operado em um país em que tudo gira, a seu jeito, em torno do literário, como é o caso do Brasil.

Outra questão salutar no Brasil da época é a da “periodização” ou da canonização da literatura brasileira. Para tanto, Chamberlain evoca dois textos, ainda de Santiago: “Fechado para balanço: sessenta anos de modernismo” e “A permanência do discurso da tradição do modernismo”, ambos publicados em *Nas malhas da letra*, de 1989. Santiago veria o discurso dos *modernos* dos anos 20/30 como autoritário e retrógrado. Por esta ótica, trata-se de reavaliar o legado modernista a fim de “desmentir a opinião predominante do modernismo como uma estética de ruptura e descontinuidade”⁸⁷⁶. Afora o teor não apenas polêmico, Santiago tem razão ao mencionar a aliança entre esses intelectuais e o poder no Brasil, representado, sobretudo, pelo Estado Novo⁸⁷⁷.

Roberto Reis é o último crítico que Chamberlain estuda. Os conceitos que ele opera, outra vez, são as noções de “centro/periferia e núcleo/nebulosa”. Para este crítico, o discurso historiográfico deve ser balizado por outro critério que não o de “estilos de época”, mas no de hierarquia e no de níveis de poder. Reis, revendo todo o discurso literário dos últimos 150 anos, conclui que só assim se poderia “desenhar movimentos de força que nos ensejariam um conhecimento mais consequente do discurso literário e cultural brasileiro”⁸⁷⁸.

Chamberlain conclui sua avaliação da teoria literária brasileira, questionando-se qual seria a melhor defesa em relação ao caso tão debatido na década de 80 por ela. Para o estudioso, todos os textos lidos na sua recensão devem-se à “situação política e cultural do Brasil perante o mundo atual e assim [por] tocarem profundas e duradouras questões de *nacionalidade* que ainda ficam pendentes”⁸⁷⁹. Por certo, o Brasil já vinha

⁸⁷⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 263.

⁸⁷⁷ Cabe aqui um parêntese. Se se lembrar da obra dos integralistas, da obra contraditória e excêntrica de um Elísio de Carvalho, por exemplo, por certo o discurso de Santiago é *completamente* correto. Por outro lado, mencione-se Mário de Andrade, cuja contradição está em tocar um projeto não sem muitas “paixões e angústias”, como diz dele Alfredo Bosi, talvez por isso mesmo, movido por intensas contradições. Nesse sentido, de fato, a cristalização do legado modernista não é ponto pacífico, mas a generalização não convém, todos *éramos* contraditórios. Cf. PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerários de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: 34, 2010.

⁸⁷⁸ Reis, Apud, Chamberlain, p. 263.

⁸⁷⁹ Chamberlain, p. 265 (grifos meus).

ganhando posição de relevo no contexto mundial, mas ainda vivia crises políticas internas violentas.

Este processo que estamos vendo emergir da teoria da literatura, no retrospecto histórico, deve ser discutido, segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, também através dos pactos sociais feitos no Brasil nessa época, principalmente no que respeita à abertura política. Em outras palavras, trata-se de um “grande pacto político que uniu praticamente todos os setores modernos da sociedade civil brasileira”⁸⁸⁰. Bresser-Pereira afirma que a abertura política, outro tópico bastante discutido na época, deveria ser “segura”, controlada, mas prevalece a “‘redemocratização’ controlada pela sociedade civil, que deveria manter o Brasil, sem dúvida, nos quadros do capitalismo, mas [a sociedade civil] o queria *social e nacional*”⁸⁸¹.

Mesmo com toda a perspectiva salutar em torno do pacto civil, cuja origem está no Pacto Popular-Democrático de 1977, este “perde força”. Daí, é por uma ironia da história, que

estávamos de volta ao capital mercantil. O capital mercantil, que dominou o Brasil durante séculos, voltava ao poder, reassumindo em meio à crise o comando político e econômico do país. Este retrocesso, porém, não tinha base na realidade econômica e social do país. Era um fenômeno fora do tempo. Era a história repetindo-se como farsa. O capital mercantil significava agora um capitalismo parasitário, patrimonialista, arcaico, dependente do Estado (que por sua vez, se encontrava em profunda crise). E um sistema de dominação política dessa natureza só poderia levar o país à estagnação econômica e à desorganização social⁸⁸².

Cabe lembrar que o fundo de todas essas questões não é alheio ao ensaio bosiano. Seu texto “Cultura como tradição” foi lido no mesmo local e data em que Schwarz pronuncia seu “Nacional por subtração”. Portanto, o fundo histórico sobre o qual Bosi e toda a crítica literária brasileira trafegam, é um momento de compreensão desse discurso, reavaliando as bases da nação desde sua constituição, mensurando a cortina de fumaça que escamoteia os nortes *atuais* do país. Não à toa, percebendo esses fatos como constitutivos de nossa sociedade, aliaram-se inúmeros intelectuais no afã de

⁸⁸⁰ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política, de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: 34, 2003, p. 225.

⁸⁸¹ *Id.*, *Ibid.*, grifos meus.

⁸⁸² *Id.*, *Ibid.*, p. 226-7.

formar o PT nos anos 80, dentre estes intelectuais estava Alfredo Bosi⁸⁸³, no intento de tornar mais factível uma intervenção incisiva nos rumos da sociedade brasileira. O PT tem suas bases no sindicalismo paulista, que vinha reclamando espaço desde a década de 70, e que assumiria uma postura progressivamente agressiva dentro do pouco espaço que lhe era reservado na esfera política brasileira.

Não se pode esquecer o papel que a USP exerce nesse tempo histórico, contribuindo para a construção de um pensamento cujo ideário movia-se em torno da Revolução. É desta universidade que sairá um grande número de futuros representantes da sociedade civil, futuros líderes políticos, como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, para ficar em apenas dois deles. Pensada a Universidade no seu contexto histórico, vide o sintomático episódio de violência na Rua Maria Antonia, que sediava a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por exemplo, diz Irene Cardoso:

O confronto com o regime militar, no pós-68, consegue uma grande *unanimidade nas esquerdas, na universidade*, contra as cassações e prisões, contra a presença de representantes dos órgãos de segurança nas reitorias interferindo nas contratações de professores, contra o modelo de exclusão cultural construído a partir do AI-5⁸⁸⁴.

Como a cultura brasileira se situa nesse momento de grande clamor social, cuja esfera pública se vira invadida como que por uma nuvem de desagregação das consciências, nos anos de escuridão que ainda se seguiriam no tempo, para só amenizar no fim dos anos 70? Sobre isso, o testemunho de Carlos Guilherme Mota é notável. Mota atravessou esse momento turbulento observando criticamente os fatos, e pôde constatar a destreza com que os conceitos eram manipulados no sabor do tempo,

⁸⁸³ Sobre a discussão em torno à Revolução Brasileira e a criação dos partidos políticos de esquerda, de onde Bosi parte, especialmente, e que se avoluma à época, Luís Mir afirma: “temos [nela] as matrizes acadêmicas e ativos ideológicos do PSDB e do PT. O primeiro é o projeto social democrata acadêmico puro; o segundo, o partido nacional de novo tipo (também social e democrático ideologicamente), que acabaria se fundindo com o projeto reformista cristão da CNBB”, in: MIR, Luís. *Partido de Deus: fé, poder e política*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2007, p. 530. Citando Bosi dentro das fileiras da criação do partido, ele continua: “todos eram revolucionários mas, sem sabê-lo ou não o querendo saber revolucionários social democráticos. Seu líder: Francisco Weffort”, idem, p. 537. A respeito dessa liderança weffortiana, Mir dirá que posteriormente Weffort rompe com Fernando Henrique Cardoso, outro líder na época, e com o CEBRAP, idem, p. 535-6. Ainda segundo Mir, “a matriz da proposta *cebrapalina* (originalmente gramsciana) no combate à ditadura” seria “a sociedade civil mobilizada, autônoma e em confronto com o Estado”, *Id., Ibid.*, p. 536.

⁸⁸⁴ CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: 34, 2001, p. 42, (grifos meus).

sobretudo, como é nosso interesse, no campo cultural. Ele diz que em todo o país, vivia-se uma forte euforia que visava a festejar a cultura “oficial” brasileira cujo resultado mais vistoso foi a ascensão de uma classe burguesa “grosseira e mal educada”, dos “presídios lotados” – cujo contraste com a cordialidade brasileira é flagrante – da eterna ideia do Brasil como potência do futuro, tudo isso mediado pela falta de um “projeto histórico denso e moderno”⁸⁸⁵.

O momento brasileiro lido hoje, segundo Mota, se faz e refaz ao sabor das reiteraões de uma ideologia que insiste em mostrar-se cada vez mais sugestiva, aparentemente imóvel, como sói às ideologias, “aprofundando suas raízes pela ação compacta da cultura do marketing nesta sociedade do espetáculo”⁸⁸⁶. Note-se que o primeiro capítulo de *Dialética* promete responder justamente a essa injunção, bem como a outras questões salutares e auspiciosas, enregeladas pelo discurso oficial, como disse Mota. Não à toa o prefácio do próprio Bosi ao livro de Mota, que historia o período e que demonstra, muito delicadamente, as respostas que viriam a seu tempo, como de fato vieram, questões que envolviam o contexto de lutas da USP e os eventos em torno da cultura democrática, dos quais Bosi e Mota são contemporâneos. Bosi não apenas encorajou o livro “seja fiel a este seu momento”, dissera ele num tempo pouco esperançoso, como produziu uma análise carregada de perguntas e respostas, inevitáveis, aos opositores das idéias progressistas do autor. Respostas, segundo Mota, “que aliás vieram com vigor inusitado das searas gilbertianas, da direita empedernida e da velha esquerda ‘marxista’ dogmática”⁸⁸⁷.

O panorama cultural nessas décadas sofria bastantes mudanças. Os projetos governamentais na área cultural cresceram e o capital privado havia difundido o capital, e alguma cultura na sua esteira, claro, isso especialmente no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, metrópoles vistosas desde o fim do século XIX. Esse projeto seria, no entender de Roberto Schwarz, “um processo cultural novo, de extraordinária vitalidade, popular pelo seu alcance e antipopular pelos interesses a que presta contas, um processo cheio de implicações políticas e outras”⁸⁸⁸.

⁸⁸⁵ MOTA, Carlos Guilherme. “Apresentação” in: *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: 34, 2008, p. 8.

⁸⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 9.

⁸⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 14.

⁸⁸⁸ SCHWARZ, Roberto. “Política e cultura (subsídios para uma plataforma do PT em 82)” in: *Que horas são?*. Op. Cit., p. 83.

No Estado de São Paulo, essa configuração se verifica mais fortemente que em qualquer outro Estado brasileiro, por conta de fatores que poderíamos mencionar como condicionantes econômicos disso, tal como a Revolução de 30, mas já vem marcada desde os fins do século anterior, com o surto de industrialização, fatores diretamente responsáveis por isso. Mas não apenas, tendo em vista que o processo de retomada do pensamento da cultura dos anos 50 em São Paulo acelerou ainda mais a união do capital privado e estatal no desenvolvimento de espaços da cultura, como museus e teatros, cinema e literatura.

Nesse processo, pode-se citar igualmente os intelectuais do ISEB, na década de 50 e 60, inspirados em leituras filosóficas as mais diversas, que “retomam a temática da cultura brasileira, mas vão imprimir novos rumos à discussão”. Dentre os tópicos repensados por esses intelectuais, está a substituição do termo *raça* por *cultura*⁸⁸⁹. O ponto de partida de Roland Corbisier, famoso filósofo à época, era justamente pensar o Brasil. Corbisier chegara a afirmar que antes da Semana de Arte Moderna, o que tínhamos aqui era apenas uma *pré-história*. Este pensamento, de matriz nitidamente neorromântica e hegeliana, indica que a década de 20 seria tomada como referência sintomática de um pensamento que seria quase dominante nesse período. Como mostra o trabalho de Renato Ortiz, “na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda”, e essa influência será distribuída de forma desigual, mas será sentida claramente em dois movimentos culturais importantes na época: o CPC da UNE e o Movimento de Cultura Popular no Recife⁸⁹⁰. Não é nosso intuito descrever com mais pormenor as questões que envolviam o ISEB, tão somente demonstrar qual o fundo histórico pelo qual o Brasil trafega⁸⁹¹.

Nesse contexto todo, chama a atenção um texto relativamente antigo, publicado na *Folha de São Paulo* em 18/05/1981, chamado “Nacional, artigo indefinido”, em que Bosi faz uma análise do fenômeno do nacional na cultura brasileira a partir da ideia de mestiçagem, tendo como ponto de partida algumas ideias desenvolvidas pelo antropólogo Darcy Ribeiro. O artigo, que se coloca nas questões do tempo de forma ímpar no contexto dos artigos de jornal que o autor vinha publicando desde a década de

⁸⁸⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 45. A 1ª edição é de 1986.

⁸⁹⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 47-48.

⁸⁹¹ Remeto o leitor mais interessado ao livro de Caio Navarro de Toledo *ISEB: fábrica de ideologias*, São Paulo: Ática, 1982, bem como o livro citado de Renato Ortiz.

60, parece destoar justamente pelo tom ácido, quando geralmente o tom era bastante cordado. Bosi recoloca as questões da mestiçagem sob o signo do consumo e da alienação causadas pelo capitalismo e a difusão da cultura de massas. O autor lembra o nosso indianismo romântico, “tudo menos espelho de um movimento real de resistência”, e também a cultura mais recente, expressa tanto no modernismo de 22, quanto no tropicalismo, que desconhece “lutas externas” e é “ausente”, segundo ele, de “contradições”. Nos termos de Bosi, o nacional é *proteiforme* e *indefinido*. Essa visão será matizada pelo próprio Bosi em outros textos posteriores, inclusive o que estudaremos.

Maria Arminda de Arruda, que historiou o período, considera o caráter anunciador e moderno dos novos tempos no início do século, o começo desta nova era que o país como um todo viveu. Como demonstra a pesquisadora, esse processo ganha tónus, sobretudo em São Paulo, já a partir da década de 50, no âmbito das comemorações de seu IV centenário. A socióloga mostra a identificação com a vida norte-americana, o otimismo latente que as comemorações pronunciavam, secundadas, é verdade, pelo movimento modernista, apeado como índice desses novos tempos; daí, palavras como Moderno, Modernismo, Modernista, que ela grifa com maiúscula, serem tão correntes no espírito da época⁸⁹².

Vimos o *background* através do qual Bosi se movimenta. Analisemos os antecedentes do capítulo 1 do livro, constante na palestra até aqui anunciada.

Em “Cultura como tradição”, Bosi começa por reverter os termos do tempo, pois, como vimos em Mota e Schwarz, a cultura oficial festejada servia para muitos propósitos, dentre os quais, a justificação de um estado de coisas no País, então submisso ao autoritarismo peculiar de nossa sociedade. A constatação fácil de que somos uma cultura submissa, auto-indulgente, alia-se ao fato de que nem toda cultura é por si só democrática. Ela também pode ser mercadoria, um bem, diria Bosi, daí sua índole potencialmente reificadora.

Na leitura de Bosi importa conferir aos termos “democracia” e “cultura” uma conjugação de base que tornem essas palavras aliadas de uma consciência crítica forte, e

⁸⁹² ARRUDA, Maria Arminda N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século*. Bauru, SP, Edusc, 2001, pp. 18ss.

não merecê-las exclusivas, mas complementares⁸⁹³. Reificação é termo que se opõe claramente, na visão de Bosi, ao que sustenta uma cultura democrática. Daí ele correlacioná-la à fruição de um objeto como o quadro de arte que, visto por si só, é “um objeto fora de mim e fora de meu convívio”⁸⁹⁴. Um traço distintivo do ensaio de Bosi, segundo nota Sérgio Paulo Rouanet, é justamente sua possibilidade de conciliação entre a cultura *externa* e a cultura *interna*. “Nisso Alfredo Bosi inova”, falando já do ensaio maior originado a partir dessa palestra e hoje 1º capítulo de *Dialética*, “para ele, as ideias externas podem ser modificadas em seu funcionamento dentro do Brasil, como ocorreu com o cristianismo durante o período colonial. E o Brasil pode sofrer o impacto efetivo dessas ideias, como ocorreu com o liberalismo e o positivismo”⁸⁹⁵.

“Cultura é vida pensada”, é um processo de reflexão, mas também é trabalho. Bosi passa diretamente a uma qualificação desse conceito de cultura que seja em 1º lugar, fruto de um “processo produtivo”, e não seu consumo; em 2º lugar, trata-se de pensar e produzir obras e não, de novo, (e apenas) consumi-la. A práxis aparece como meio de se alcançar a arte. Cabe aqui uma breve citação que encarece o valor da cultura, tanto como autodeterminação do sujeito, instância propriamente subjetiva da empreitada social de que se reveste a vivência humana, quanto seu valor imerso na tradição cultural do país. Diz Reinaldo Marques:

Se a memória é o núcleo vital e ativo da tradição, ela é também o pressuposto da cultura. Então, conforme propõe Alfredo Bosi, a cultura deve ser vista como tradição. Para tanto, ele postula a superação de uma ideia reificada e estática da cultura, deslocando-se o seu conceito: não se trata a cultura de um conjunto de objetos e coisas de consumo, mas de uma ação e um trabalho. Dentro dessa concepção ergótica, a cultura é um processo, que importa mais que seus resultados. E a cultura popular seria aquela que o povo faz no seu cotidiano e dentro daquelas condições que ele pode fazer⁸⁹⁶.

⁸⁹³ BOSI, Alfredo. “Cultura como tradição” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: JZE/Funarte, 1987, p. 36. Veja-se também, a entrevista que o Autor cedeu à Revista *Veja* em 1975, sob título “Pelo pensamento selvagem” em 19/nov/1975, pp. 4-6.

⁸⁹⁴ *Id.*, *ibid*, p. 37.

⁸⁹⁵ ROUANET, Sérgio Paulo. “Elogio do incesto” in: *Mal estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 343. Não é a mesma perspectiva ativada pelo interesse de Roberto Schwarz, pronunciada inclusive pelo texto de Rouanet, contrário a essa dialética *conciliatória*, por assim dizer.

⁸⁹⁶ MARQUES, Reinaldo. “Entre o global e o local: cultura popular do Vale do Jequitinhonha e reciclagens culturais” in: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2000, n. 5, p. 130.

O problema da cultura colonial: resistividade e enraizamento.

Aqueles são os índices que conformam os problemas da nação no momento. Diretamente Bosi acaba relativizando o senso comum no que diz respeito à cultura popular. Para Bosi, sombreando os conceitos de Oswaldo Elias Xidieh, a “cultura popular não morre”, ela é um processo continuado de absorção e rejeição de entes culturais *pelo* povo. O folclore não pode ser absolutizado – resposta direta à “cultura oficial” do tempo – nem se pode absolutizar a dita alta cultura. Por isso, torna-se emblemático o relato da missa que Bosi participa e sua descrição do latim macarrônico proferido pelo capelão leigo – acompanhado dos fieis – este havia recebido de seu pai a tarefa, que, por sua vez, havia recebido de seu avô no século XIX: uma corrente cultural familiar e solidária. Cultura, portanto, refere-se a um *valor*. “A cultura popular não é fetichista, ela não lida com coisas, mas com significados, e os significados estão dentro do espírito”.

Roberto Schwarz, reconhecendo o apelo dos argumentos de Bosi, aponta que a cultura popular não poderia ser deduzida, como parece ser o caso de *Dialética da colonização*, do sumo incontaminado do passado colonial. Esse sumo, salvo engano, não existiria mais, depois da década de 30, momento das grandes sínteses historiográficas e sociológicas da condição *brasileira*, em que Schwarz localiza o livro de Bosi. Esforçando-se por demonstrar a carreira do conceito de cultura popular, Bosi aproveita para ratificar a contribuição de Oswaldo Xidieh, pronunciando, também, a força da história das mentalidades na construção de seu argumento, ao mesmo tempo em que nega o teor “apriorístico” do argumento da pureza dos pobres: “a minha leitura – e a do professor Xidieh –, mostra como há sobrevivências numerosíssimas, e quando as sobrevivências são muito numerosas a gente tem que pensar que há algo estrutural por baixo”⁸⁹⁷.

Não é estranho que Bosi enfatize o caráter *profano*⁸⁹⁸ que atos de consumo e formas de concepção manipulativa pró-mercado poderiam acarretar a quem se voltasse a esses ritos sem uma consideração no mínimo respeitosa da liberdade desses homens:

⁸⁹⁷ DOSSIÊ “Universidade e cultura brasileiras”. Op. Cit., p. 3.

⁸⁹⁸ Diria que Bosi apresenta um vocabulário no mínimo bastante afeito às palavras do evangelho ou dos místicos que por certo congrega certa afinidade no *tom* de denúncia, próximo também dos profetas do Velho Testamento, dentre os quais podemos citar Isaías, Ezequiel, Jeremias e Daniel, daí também a identificação apocalíptica, que marca, inclusive, a geração de judeus pensadores da Europa Central, tão bem descritos por Michael LÖWY, Cf. Bibliografia: *Romantismo e Messianismo e Redenção e utopia*.

“eu acho que seria realmente, no mínimo, uma profanação, ou um ato de consumo, a gente ver aquelas coisas, não ia significar nada. Porque a cultura se constrói fazendo; para eles, a festa era cheia de sentido”⁸⁹⁹.

Gostaria de chamar a atenção justamente pelo teor cristão da fala de Bosi. O termo preciso une-se na sua base mesma ao termo consumo. Para arrebatá-lo, contrariamente, Bosi dirá: cultura é processo, é trabalho, é *ato-no-tempo*⁹⁰⁰. O nervo do assunto, para ele, refere-se à *memória*, instância que impede a rarefação da cultura na vida das formas simbólicas. Bosi relembra os textos de Platão para quem a “república perfeita é constituída de homens que têm memória, homens que procuraram a verdade lembrando”⁹⁰¹. O acesso à democracia pela cultura se dá por uma sensibilidade que se diz *participante* e a memória constrói a verdade de que o homem participa, impedindo, como se disse, sua dispersão.

O texto dá uma dimensão não tão exata do que Bosi queria dizer, isto só será feito no texto “Colônia, culto e cultura”. Porém, antes de o analisarmos diretamente, será útil verificar como o livro como um todo foi lido. De fato, aqui Bosi teve boa acolhida, na medida em que é, como dissemos, seu livro mais resenhado.

Começamos com o texto aparecido na revista *Veja*, de 11 de novembro de 1992, que apanha o livro no seu lançamento. Paulo Moreira Leite destaca no texto precisamente os lados mais fortes do engajamento de Bosi: seu catolicismo e sua militância socialista. De fato, o catolicismo do livro não poderia passar em branco em qualquer resenha, já que pelo lado da fatura histórica, foi a principal religião praticada no Brasil e fez parte do projeto histórico-ideológico da colonização propriamente dita, de que o livro objeta e estuda; seria, portanto, uma dicção *a partir da qual* os problemas seriam repensados. Precisamente o que chamaria a atenção de Schwarz, para quem o debate acadêmico é “normalmente agnóstico”⁹⁰². Por outro lado, o marxismo da obra também não passaria despercebido; ele é muito forte no sentido de denunciar o estado de coisas no país, de que, aliás, já vínhamos falando desde o começo do texto. Nenhuma destas dimensões pode ser subtraída, sob risco de a leitura tornar-se redutora. O traço

⁸⁹⁹ BOSI, Alfredo. “Cultura como tradição”. Op. Cit., p. 47. Seriam ecos dos escritos de Walter Benjamin?

⁹⁰⁰ *Id., Ibid.*, p. 52.

⁹⁰¹ *Id., Ibid.*, p. 54 (grifo meu).

⁹⁰² SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi” in: *Sequências brasileiras*. Op. Cit., p. 61.

mais ressaltado por Leite é que, para Bosi, o maior problema brasileiro seria alguns aspectos da colônia ainda se manterem: “o Brasil de Bosi não é um país nem melhor nem pior do que os outros, mas guarda um traço diferente em comparação com as nações desenvolvidas – *não* perdeu o caráter de colônia”⁹⁰³.

O caráter engajado de Bosi, nesta época, foi reconhecido como um período ligeiramente contraditório de sua trajetória. Rachel Esteves, que estudou o período sob a ótica da crítica literária na universidade brasileira, reconhece isso. Ela ancora-se em Célia Pedrosa, quando alega que Bosi assume uma via da “negação culpógena de sua própria formação”, bem como por aderir a uma obsessão pelas origens da cultura popular “erigida”, segundo Esteves, “em padrão de autenticidade”⁹⁰⁴. Essas intelectuais estão falando de “Um testemunho do presente”, o prefácio ao livro mencionado de Carlos Guilherme Mota. Célia Pedrosa afere:

já Alfredo Bosi se inspira na vontade, também legítima, de resgatar as formas alternativas e populares de produção e veiculação cultural, normalmente esquecidas pela visão institucional. Mas é por ela levado à negação improdutiva das forças e valores burgueses, humanistas e eruditos que, inequivocamente, condicionaram o processo de formação de nossa sociedade. Parecendo não querer ou não poder perceber que tal condicionamento interfere, ainda hoje, na definição do papel social e das diretrizes epistemológicas de nossos intelectuais, inclusive os mais progressistas, Bosi pretende colocar-se acima disso e acusar Candido de neoiluminista e elitista, porque ainda preso àqueles valores⁹⁰⁵.

Segundo Esteves, Bosi reagiria de modo “culpógeno” porque sua formação seria mediada por sua “filiação ao pensamento gramscista, que, articulando marxismo e dialética hegeliana, considera que a única via para se atingir uma sociedade socialista aberta (...) passa por um projeto nacional-popular, que recupere a cultura das classes oprimidas, considerada como a mais genuína”⁹⁰⁶. Não deixam de ter razão as autoras, cremos, e vê-se isso nas considerações e em alguns pressupostos elencados pelo Autor na sua exposição do que entende por cultura brasileira, mas as bases mesmas em que esse entendimento se origina difere um pouco do que as autoras consideram como sua formação.

Disposição semelhante cerca o texto de Paulo Eduardo Arantes:

⁹⁰³ LEITE, Paulo Moreira. “Na contracorrente” in: Revista *Veja*, 11 de novembro de 1992, p. 103 (grifo meu).

⁹⁰⁴ LIMA, Rachel Esteves. *A crítica na Universidade brasileira* (Tese inédita). Belo Horizonte: UFMG, p. 95.

⁹⁰⁵ PEDROSA, Célia. *A palavra empenhada*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 30.

⁹⁰⁶ LIMA, Rachel Esteves, *A crítica na Universidade brasileira*. Op. Cit., p. 95.

aquele ideário antiiluminista corria o mundo em várias versões, da contracultura americana ao pós-estruturalismo francês. Nenhuma delas parece ter comovido o crítico Alfredo Bosi, que, no entanto, partilhava o mesmo clima de opinião, alinhando com as assim chamadas culturas de resistência, animadas pelos novos movimentos sociais e demais ‘vanguardas espirituais’, geralmente propensas a encarar a modernização capitalista antes de tudo como um fenômeno cultural de caráter predatório. Bosi apoiou-se então numa grande referência da época, Gramsci, relido intensamente na Itália, redescoberto na França quando caducou a censura althusseriana, e por tabela, para variar, no Brasil, onde cientistas políticos de antiga formação marxista, por exemplo, procuravam encaixar a crise do regime e a revisão do período compreendido entre a Revolução de 30 e o colapso do populismo em 64⁹⁰⁷.

Vale a pena abrir aqui um pequeno parêntese no sentido de ler este texto que teve a merecida atenção dos estudiosos. É um texto situado no *front*, como se poderia dizer, em um meio algo turbulento, já que tanto no meio acadêmico quanto na sociedade – há que se lembrar que vivíamos a ditadura e as tensões crescentes que reverberavam pelos departamentos, sobretudo das Ciências Humanas. Carlos Guilherme Mota aponta os dissabores que seu livro teve logo após a publicação, e sua tumultuada sessão de defesa de tese (até a composição da banca teria sido escolhida para a bancarrota da tese). Mesmo aspectos pouco caros ao texto em si mesmo, como as fotos, foram consideradas provocadoras e pouco sérias. Quem iria fazer-lhe a resenha seria Vladimir Herzog, o mesmo que a ditadura ceifara há pouco: a tese sobre a qual se publicaria o livro aparecia na mesa de trabalho de Vlado, como era conhecido. Situação nitidamente constrangedora para todos quantos viveram os dissabores desse momento.

Assim, Bosi encontra uma situação pouquíssimo amena para descrever⁹⁰⁸. Tudo parecia contribuir para que o livro não desse certo, e o cerco ditatorial parecia influir no sentido mesmo de desqualificar a então tese, antes mesmo que virasse livro: tanto na configuração da banca de defesa quanto dos nomes escolhidos, e ainda do clima algo sufocante. Enfim, tempos mais que difíceis.

Refazendo os passos. Quando da sua fala sobre Antonio Candido, no prefácio aludido, Bosi menciona o apelo neo-ilustrado que os escritos do autor de *Formação da*

⁹⁰⁷ ARANTES, Paulo Eduardo. “Providências de um crítico na periferia do capitalismo” in: D’INCAO, Maria Angela (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida. Ensaios sobre Antonio Candido*. Op. Cit., p. 251.

⁹⁰⁸ Cf., a apresentação da 3ª edição do livro, a cargo do próprio Carlos Guilherme Mota, publicada em 2008 é fundamental, onde ele mostra os pormenores desse entrecho realmente dramático da vida intelectual brasileira nos anos 60-70.

literatura brasileira induziam, “trata-se de uma concepção neo-ilustrada cujo limite é a ideia de que a modernização age como fator de democratização. O progresso adviria do exercício livre, mas escrupuloso, de uma cultura sem fronteira, sem cores nacionalistas nem sombras folclorizantes”⁹⁰⁹. Até aqui não parece haver problema, pois o teor é meramente descritivo. Bosi parece concordar com essa assertiva, justificando sua adesão no que ela é perfeitamente aplicável ao caso da Universidade, mas resolve relativizá-la justamente quando o argumento espraia-se para o restante da nação: “fora dessa condição” – condição *quase estritamente universitária* e de uma “produção literária fortemente personalizada”, como dissemos, daí a alusão problemática – “isto é, no meio de uma sociedade de classes desequilibrada, como a brasileira, os códigos dominantes, que regem a indústria da massificação e a linguagem universal do poder, traduzem mal, ou não traduzem o cotidiano popular”⁹¹⁰. Seria difícil não perceber que essa linguagem está perfeitamente ancorada na ordem das coisas que *Dialética da colonização* propõe. Repisando o argumento, para Bosi trata-se de um campo onde o acontecimento cultural se *daria de cima*, sem envolver os atores na sua base orgânica.

Ambas as respostas, tanto de Arantes quanto de Pedrosa e Lima, parecem ter localizado bem o problema disposto na voz de Bosi. Podemos adicionar a eles outro termo que parece sugerir uma indefinição do *telos* que dispõe a premissa de Candido. Para Bosi, não parece que os argumentos arrolados previam ou discriminavam a existência de *culturas* brasileiras, antes cultura, daí a perguntar, junto a João César de Castro Rocha e a Bosi: “*educar, sim, mas para qual cultura?*”⁹¹¹.

Para Bosi, as relações tal qual dispostas só podem ser simétricas se o primeiro pólo da equação, isto é, as classes populares, “dispõe[m] de liberdade e condições espirituais para dialetizar o segundo” – isto é, a cultura ilustrada, coesa aos grandes centros metropolitanos. Parece que a obra de Guimarães Rosa seria um bom exemplo dessa interação entre os códigos letrados e não letrados no país. É preciso enfatizar que os tempos atuais, com sua dinâmica e rapidez, trouxeram ventos a favor do povo, mas também contra ele na mesma dimensão.

⁹⁰⁹ BOSI, Alfredo. “Um testemunho do presente”, prefácio a *Ideologia da cultura brasileira*. Op. Cit., p. 48.

⁹¹⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 49.

⁹¹¹ Bosi, Apud, Rocha in: *Literatura e cordialidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 19 (grifos de Rocha).

Um exemplo salutar seria pensar como a distribuição da cultura acontece nas lides do mercado, se a definirmos apenas como mais um produto dentre outros. Esse é um dos lados do problema.

O outro lado refere-se à questão colocada por Bosi no sentido de pensar qual a relação que essa *alta* cultura entretém com os códigos mentais do povo, com sua vida concreta. Até aquele momento, Bosi não via uma saída coerente para esse impasse. Argumenta, inclusive, que a tese de Mota teria condições de aventar soluções satisfatórias para ele. Para Bosi, a “área de interseção” entre essas culturas “é reduzida”. Em outros termos:

Lidando com um repertório feito de objetos que, por sua própria natureza, já ultrapassaram o limiar que separa o pobre iletrado do homem de letras, a sua perspectiva não vai além da literatura. Essa vive a sua própria temporalidade na qual assumem caráter muito específico os contatos com as formas artísticas supranacionais. O mesmo, repito, não acontece com a cultura do povo, que não tem na escrita o seu fulcro⁹¹².

A incursão de Bosi nos terrenos das CEB's, como disse antes, talvez o tenha motivado a pensar com olhos diversos dos de Antonio Candido. Particularmente, não vejo isso como uma alternativa “culpógena”, termo este que parece pouco esclarecer, se não referido à dinâmica histórica do Autor. Trata-se de um aspecto que ainda seria relido no mesmo *Dialética da colonização*, como temos visto. Por isso, pode-se constatar uma relativização dessa tese nos escritos posteriores do Autor.

Acompanhando o pensamento do Autor, há que se repensar os nexos de sua ação sob os auspícios de sua militância ecológica em Cotia, bairro onde mora até hoje. Nesta época, Bosi fez parte da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, quando sua militância já perfazia duas décadas. Trata-se de ver a coerência que une “pensamento e ação, cultura e História, não pela harmonia, mas pela contradição e pela diferença, pelo contraste e pela resistência”⁹¹³, como afere Paulo Moreira Leite na resenha citada.

Na sua composição, um dos métodos de análise fortes no livro segue de perto o método hermenêutico e filológico, que se reflete na compreensão das palavras, na busca por uma origem que inicie o círculo a partir do qual parte e todo se interligam na interpretação. O leitor acostumado com o estilo do Autor não perderá a chance de

⁹¹² BOSI, Alfredo. Op. Cit., p. 49.

⁹¹³ LEITE, Paulo Moreira. “Na contracorrente”. Op. Cit.

asseverar sua erudição, mas tudo isso vem destilado num fluído textual límpido. O texto nos dimensiona como o processo colonizador pode ser lido, já que desde sua entrada filológica e hermenêutica, *colo* serve de raiz para “cultura”, para “colônia” e para “culto”, índices historicamente complementares no processo contraditório que constituiu e representa o País. Não é outra constatação lida no texto de apresentação à entrevista que concedeu a Augusto Massi, quando o entrevistador postula: “o pensamento de Alfredo Bosi poderia ser definido, segundo uma linguagem metafórica, como uma construção arbórea. Todas as suas reflexões estão enraizadas no solo comum da linguagem: parte sempre da raiz das palavras. Procedê de modo especulativo, sondando as formações históricas do Verbo, fiel à pesquisa filológica”⁹¹⁴.

Importante não perder de vista os diversos modos que se fazem acompanhar à Colonização, compreendendo as justaposições de poder que se sentem nas frentes de domínio: o colonizador se apropria de terras e de valores que só lhe podem ser assegurados pelo exercício do poder. O poder em muitos casos, para não dizer em todos, “sobredetermina” as “diversas formas de colonizar”⁹¹⁵.

Bosi ainda assevera que culto traz consigo a dimensão da memória associada à luta entre sujeito e objeto, daí que este sujeito perceberia immanentemente valores associados à sua percepção de vida. O passado estaria associado já aqui aos valores da experiência simbólica, da reatualização “das origens”, mostrando-se como “um outro universal”, como demonstra Bosi. *Grosso modo*, os românticos viam-se imersos em tentativas tenazes no afã de encontrar seus antecedentes literários, sob risco de permanecerem atrelados aos laços do colonizador português, de quem esses intelectuais queriam se ver livres à época. Esse era o pensamento e o dilema dos românticos.

Colonização é um processo *totalizador*, veemente, encerra-se em todas as dimensões da existência humana, como deixam claros os esforços portugueses de, desde o primeiro instante, consolidar sua preeminência instaurando-se em todos os domínios da sociedade nascente. Tal é a Colônia: dimensão política; tal o Culto: dimensão religiosa; tal a Cultura: dimensão simbólica.

Por conta dessa busca, que encampa a luta com os textos analisados, Bosi procura reencontrar, na messe das consciências, ora contraditórias ou ora atreladas às linhas tenazes da ortodoxia da cultura ibérica, a ação do verbo, impingindo no

⁹¹⁴ “Céus, Infernos”, Entrevista citada, p. 100.

⁹¹⁵ DC: 12.

movimento das ideias uma ação eficazmente responsável, que punha as articulações decisivas na luta pelo sentido do novo que o Novo Mundo trazia consigo. É o que Sérgio Paulo Rouanet afirma:

Bosi (...) procura na imanência de uma obra as ambiguidades de uma consciência. Descobre, nos textos, uma contradição de fundo, representada pelo conflito entre as exigências materiais do presente e motivos ideológicos que vão numa direção oposta, e que servindo de contraponto a esse presente mobilizam temas da tradição ou voltam-se para um futuro utópico⁹¹⁶.

Segundo a opinião de Rouanet, que compartilho, Bosi maneja dois modos de articular os argumentos que partem de uma esfera individual, qual seja, a dos textos propriamente ditos, para o social, ou seja, de como as ideias marcaram o campo social e coletivo, de que são essenciais as leituras dos capítulos sobre José de Anchieta, Vieira e Gregório de Matos, e os capítulos que auscultam o Liberalismo brasileiro, o Positivismo, e a ideia de Estado-providência.

Fica aberto o entendimento para se perceber o porquê de Bosi negar injunção às ideias no liberalismo brasileiro sob a ordem escravocrata, ou seja, para o fato de elas estarem “fora de lugar”, como alega nas considerações que faz acerca de Marx: quer dizer, para Marx, há uma norma legalizadora na ordem do capital, pressupondo sua vigência e condição nas colônias e nas metrópoles. É indiscutível que Marx se refere a um conceito, tanto quanto a um fundo histórico do capital de onde as ideias se originam. Para Bosi, trata-se de conhecer “a situação interna e peculiar às formações colonizadoras, sua verdade nua” – prossegue o Autor – “por isso é que tal *anomia* durou longamente e venceu fundo nossa existência social e psicológica”⁹¹⁷.

De fato há um *continuum* existencial que envolve essa constituição enquanto nação, quer dizer, os laços que circunstanciam todos esses anos a que a sociedade brasileira se viu submetida à escravidão, por exemplo, e que deixou marcas profundas na nação, tanto que ainda hoje se debate seu alcance histórico.

O século XX que se inicia, a esse respeito, é prenunciador de um reescalonamento de valores em torno da perspectiva de raça, pronunciado principalmente por Gilberto Freyre, dentre outros, que, partindo dos mais diversos pontos de vista, vincado em um antropólogo como Franz Boas, articula seus argumentos e pressupostos negaceando a

⁹¹⁶ ROUANET, Sérgio Paulo. “As ideias viajantes” in: *A razão nômade*. Rio de Janeiro: Edurfrj, 1993b, p. 150.

⁹¹⁷ DC: 23.

hierarquia entre elas (entendido o conceito de raça como ainda adotado na sua perspectiva, conceito desaparecido hoje), e parte para a conclusão, espantosa para a época, anos 30, de que o Brasil é um povo miscigenado, e que isso não o inferioriza.

Bosi dirá que a enxertia entre trabalho escravo e livre “ao mesmo tempo moderna e retrógrada”, foi o lugar onde “se gestaram as práticas políticas do povo brasileiro”⁹¹⁸. Essa sociedade equilibrou-se no “predomínio de uma camada de latifundiários”, cuja força de trabalho era a escravidão na sua quase totalidade. Como não havia possibilidades outras de ascensão na sociedade, e como o regime era de extrema desigualdade, os escravos fugiam para os quilombos, daí a forte associação entre “Lei, trabalho e opressão”. Os proprietários exercem o comando político e administrativo, ação política ela mesma de braço curto, não havendo praticamente espaço para a cidadania, limitado que está tanto pelo “Estado absolutista” quanto pelo imobilidade causada pelas forças internas; não há representação política, situação que só melhoraria em fins do século XIX, a partir de nossa independência política.

O Clero, nessa linha de argumentação, vivia claramente no entre-mundo, no meio de senhores de terra e da Coroa. Os Jesuítas progridem em seu trabalho, no entanto, não poucas vezes sucumbem “sob a pressão dos bandeirantes e à força do Exército colonial”. A mobilidade vertical era quase impossível, sendo a regra o apadrinhamento, dando origem àquelas personagens de caráter dúbio, tão caros a Machado de Assis, os “homens de favor”, cultura que se prolonga cegamente no Brasil ao longo de muitos séculos. Não seria necessário mobilizar aqui a ideia de que tudo isso se dava à sombra da escrita, agigantando ainda mais o analfabetismo institucional que atinge ainda hoje a sociedade.

O ponto de inflexão do ensaio⁹¹⁹ dá-se quando Bosi discute a *criação popular*, ou seja, a sua análise de como o povo *reinstaura* os movimentos da cultura a partir de suas necessidades existenciais e históricas, índices que o texto vinha preparando já desde o começo: essa criação se mostra, primeiro, em ilhas isoladas, “arcaizantes ou rústic[a]s”, bem como “na fronteira com certos códigos eruditos ou semi-eruditos da arte europeia: na música, nas festas e na imaginária sacra”. Cita-se o exemplo dos romances de Cordel, cujos vínculos mais evidentes são encontrados bem antes do teatro

⁹¹⁸ DC: 23.

⁹¹⁹ Que coincide com a opinião de Schwarz, cf. “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 67.

de Gil Vicente, na Idade Média, e que se constituem, para ele, em um “caso de fronteira”, “tardio”, por ser *lido*, depois de ser *contado*.

À sombra de um discreto escândalo.

De todos os leitores de Bosi, Roberto Schwarz é o interlocutor mais preparado e o que mais tempo dispensou na leitura de *Dialética da colonização*. A presença pública do autor no debate promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo*, debate que foi publicado em 26 de dezembro de 1992, pouco depois do lançamento do livro, é prova da relevância pronunciada pelo tema do livro, que, aliás, percorre parte dos escritos do próprio ex-professor da Unicamp, pelo viés da relação de dependência que horizontaliza parte da crítica brasileira e latino-americana. Uma versão do ensaio de Schwarz foi lido no mesmo debate que o jornal noticiou naquela data.

Há muito de desacerto entre a visão de ambos os intelectuais sobre objetos de disputa teórica, como Anchieta, Vieira, Gregório de Matos, ou o chamado Estado-Providência, forma com que Bosi denomina o Estado em relação ao seu nascimento com os positivistas do Sul, cujo paradigma é Getúlio Vargas. O desatino intelectual acompanha-se de uma fina ironia, mas de respeito pela categorias elencadas, norteadas pela beleza do ensaio de Bosi, sem dúvida estilisticamente impecável, e o crescente interesse ainda pela disposição em mover o país na compreensão de saídas político-econômicas saudáveis. A perspectiva bosiana move-se pela via do caráter universal do cristianismo, que pode também ser lido via kantismo, ou, como veremos, via Croce, endossado pelo conhecimento de Bosi da obra de ambos. Por mais de uma vez, Schwarz reflete sobre o (possível) anacronismo que o entendimento de *Dialética* possa conduzir, principalmente pensando-se em ordens fenomênicas diversas, como parece ser o caso das ferramentas usadas na interpretação de Vieira, ou a discordância em torno das “ideias fora de lugar” no século XIX, que tem lugar privilegiado no espaço do ensaísmo de Schwarz, e também no de Bosi.

A chamada do jornal, no Dossiê que mencionei, indicava o tom sólido da inquirição feita por Schwarz, sobretudo em torno do catolicismo de Bosi. Aliás, é assim que começa o texto: “com efeito, o crítico não é apenas católico para uso apenas particular, mas também nas concepções e na escrita, o que traz uma nota inesperada ao

debate”⁹²⁰. Nos termos do que me propus aqui, há uma crível coincidência entre o pensamento iluminista de Marx e o pensamento católico de Bosi, que lhe permeia o compasso de luta política e ideológica, e também sua ação efetiva. Essa crível coincidência leva a pensar no vetor resultante de tal conjugação, já que o marxismo, embora haja esperanças de muitos lados contra isso, é ateu. Daí a particular acepção particular dada ao debate. Bem verdade, minha percepção envolve uma compreensão diferente da esposada por Schwarz, que pensa os elementos em uma acepção que separa radicalmente catolicismo e marxismo. Pensando no caso dos intelectuais da Europa, como Lukács, Benjamin, Martin Buber, Leo Löwenthal, Gershon Scholem, envoltos nos termos de judaísmo libertário do início do século XX, como analisar o caso Alfredo Bosi? Em outros termos, para que ausentar-se, também no estilo, o intelectual que se coloca em posição de leitura da ordem do país? Colocar-se já não seria uma perspectiva diferenciadora em si mesmo?

Penso que uma forma possível de equalizá-los, marxismo e catolicismo, seria mesmo lê-los como possuindo uma raiz comum de utopia e crédito no humanismo. É sabido, por exemplo, que boa parte do que Marx e Engels denunciam no *Manifesto do Partido Comunista*, pode ser encontrado, sob outras elaborações, obviamente, no catolicismo social anterior aos autores. Esse catolicismo já havia formulado o mecanismo da Mais Valia, que encontra na dialética marxista sua elaboração atual. Por certo seria desviar o olhar para o que já está expresso no seio da Igreja nascente, como quando Jesus avisa que sempre teríamos os pobres conosco, ou que eles é que seriam bem-aventurados, (Mt 5: 3; Mc 14:7) ou quando Tiago, irmão de Jesus indica a visitação aos órfãos e às viúvas (Tg 1: 27) como única forma de atingir uma religiosidade verdadeira. Esse, o Universalismo cristão defendido por Bosi. Assim, o segundo termo, humanismo, ainda estaria destoado de sentido, se se pensasse no que o humanismo representou para a Igreja no século XVI e XVII. Mas Bosi herda, de alguma forma, uma Igreja que faz uma opção preferencial, na década de 60, pelos pobres, tal a conclusão do Concílio Vaticano. Assim, houve, a meu ver, uma *afinidade eletiva*, usando aí uma terminologia afim à perspectiva de Michael Löwy, em *Redenção e utopia*, título, aliás, congruente ao que dispomos no parágrafo anterior, entre utopia e humanismo. Agora, sim, nada inconciliável, dadas as novas premissas acrescidas ao debate. O pronunciamento de Löwy a esse respeito indica, positivamente, a não-

⁹²⁰ *Id., Ibid.*, p. 61.

conciliação, já que é uma relação dialética, salvo engano, sem síntese. Afinidade eletiva é um “tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à influência”⁹²¹. Por essa ênfase entre a possibilidade de futuro e a dinâmica *atual* do passado é que se pode entender o nexos entre uma perspectiva e outra no texto bosiano. Bosi mesmo esclarece que *seu* marxismo tem um alcance muito particular no entendimento do social, das relações capitalistas, o que indica o seu certame em levantar categorias de análise que envolvem autores que não podem ser lidos apenas na lide religiosa, parte dos muitos textos de *Dialética*. Assim, trata-se, na visão de Löwy, em acomodar formas específicas de religiosidade, ao mesmo tempo em que se define “o vínculo entre interesses de classe e visões do mundo (*Weltanschauungen*)”⁹²². A pergunta que cinge o texto de Löwy é justamente por que não acondicionar, no mesmo termo, realidades distintas, que, no entanto, apresentam e representam personas singulares. É o próprio Schwarz, na mesma página, lembrando “quem somos”, que pondera que talvez “fosse mais inteligente pensar que o estranhável, no caso”, ou o “indício de alheamento [] sejam os próprios escandalizados”.

Bosi porém, não tem nenhum pendor messiânico, como é o caso dos homens analisados por Löwy. Tanto quanto se saiba, seu catolicismo milita em frentes sociais e resvala-se, neste caso, à escritura do livro, o que acaba por reescalonar o pensamento, dando, também, um novo *tônus* a ele. Como Schwarz ressalta, este catolicismo não é oficial, antes, está reatualizado pela demanda das forças sociais, principalmente aquelas sentidas nos anos 60, como disse. Schwarz destaca que o papel da nova frente de debate que rerepresenta uma parcela significativa da experiência brasileira só se ausenta da esfera pública por um descuido, porque, segundo ele, desde a década de 60 tem-se visto, especialmente no Brasil, setores católicos – e em menor escala, talvez, protestantes e judeus – reivindicarem justiça, e partirem para a ação propriamente dita. O caso dos católicos é bastante claro, nesse sentido. Seria, portanto, espantoso que Bosi, atuante nesta frente desde a juventude, não respondesse de algum modo às solicitações do tempo. Diz Schwarz: “as novas afinidades, a nova química entre religião e justiça social, bem consubstanciadas na experiência brasileira dos últimos decênios, não se impuseram, nem sequer como problema, no âmbito das construções intelectuais mais

⁹²¹ LÖWY, Michael. *Redenção e utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 13.

⁹²² *Id.*, *Ibid.*, p. 15.

exigentes – com prejuízo para estas, que ficaram aquém do que ocorre de fato”⁹²³. O catolicismo de base será mais forte em outros pontos do texto, quando Bosi discute as respostas dadas pelos protagonistas que escolhe, como Anchieta, Vieira e Gregório de Matos.

Até agora, a análise mais aprofundada do texto de Bosi vem desse texto de Roberto Schwarz. Por isso, faz-se importante lermos o ex-professor da Unicamp um pouco mais de perto, especialmente no que se refere a esse tópico. Schwarz destaca que esse catolicismo “concentra-se na identificação, aprovação ou reprovação de atitudes, mais que na aventura objetiva a que estas se arriscam no interior da configuração artística”. Parece ser mesmo um traço peculiar do ensaio sua característica e forte *tonus moral*, denunciador de um *telos* da sociedade brasileira, imbricada tanto na sua produção artística, quanto na sua configuração política.

Embora este pareça ser o traço caracterizador das constelações elencadas por Bosi, para Schwarz mesmo essa configuração não se faz com a imparcialidade requerida nos juízos do livro. No teatro de Anchieta, por exemplo, ele lhe censura a falta de distância no julgamento que Bosi faz. Em alguns casos, haveria certo espírito anistórico na reativação do catolicismo e das mensagens fundadoras do cristianismo, que seriam fruto, dirá Schwarz, de categorias anteriores [das quais Schwarz menciona o “liberalismo”, a pregação “jesuítica”, a “modernização varguista” e mais] tão mais plausíveis sociologicamente⁹²⁴. Assim também: “a desativação da consciência histórica choca o espírito laico, ao qual a alternativa entre manipulação e respeito da pessoa humana parecerá pouco real no âmbito de conquista, expansão da fé e colonização a que pertence a catequese”⁹²⁵.

Há, inclusive, uma preferência heterodoxa pelos oprimidos ou “à religião com selo oficial pela religiosidade dos oprimidos”, seja ela “cristã ou não”⁹²⁶.

⁹²³ *Id., Ibid.*, p. 62.

⁹²⁴ *Id., Ibid.*, p. 66.

⁹²⁵ *Id., Ibid.*, p. 63. O dissídio do autor em relação à religiosidade de Bosi deve ser entendido nesta medida, porque o tom peculiarmente religioso de sua escrita não pode ser motivo de desabono por si mesmo. Por exemplo: Schwarz conhece (e em certa medida aprova) os escritos de Walter Benjamin – para citar apenas um exemplo dentre as muitas referências que constituem vasto cabedal de autores de sua própria preferência – cuja mistura de messianismo e marxismo é notória, nem por isso mesmo, desabonadora. A esse respeito, cf. LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

⁹²⁶ *Id., Ibid.*, p. 65.

Note-se que Schwarz afere que esse tom dominante espraia-se no contato direto com os autores estudados, que seriam lidos mais na perspectiva de sua ética que de sua estética, “mais que na aventura objetiva a que estas [atitudes] se arriscam no interior da figuração artística”. Para ele, portanto, “a arte tende a ser tomada como manifestação direta, fora da refração estética”⁹²⁷. Aqui, nossas opiniões divergem, tendo o texto de ser um pouco matizado porque o que conduz as análises de Bosi é exatamente a compreensão dessa dimensão estética no contexto de “contato”; leia-se o capítulo sobre Vieira, ou Anchieta, bem como o de Gregório de Matos, embora essa dimensão não seja, dado seu objeto, sentida tanto quanto nos outros livros do Autor. Importa ler aqui sua conformação resistente, sua aclimatação e qual fruto disso no momento de sua mediação com a nova terra.

Por isso mesmo, e afim ao que afirmara antes, Schwarz notará ainda que o momento mais marcadamente estético do livro se dará precisamente naquele momento em que Bosi narra a respeito da procissão, os “encharcados de pinga”, nas palavras de Schwarz, que entoam o cântico da Salve Rainha em latim macarrônico, mesma história descrita quatro anos antes, quando do seminário “Tradição/Contradição”. Para ele, este é talvez o *único* momento em que “a experiência estética dá as cartas”⁹²⁸. Há uma imbricação ético-estética no texto de Bosi, que talvez Schwarz não o tenha compreendido.

Um dos capítulos que mais captam a atenção, e sentido *negativo*, de Schwarz, é justamente aquele que é conduzido pela ideia de “cultura brasileira”. “Digamos que não só ele [Bosi] recusa a hierarquia entre alta cultura e cultura popular, como sugere a superioridade da segunda”⁹²⁹. Dado que “a cultura popular é concebida como resistência”, ele continua sua análise apontando:

a fibra e as respostas provadas na luta pela sobrevivência teriam composto, no campo dos esmagados, um complexo cultural de valor humano melhor que o seu correlato no outro polo, este ligado – mesmo que criticamente – à liberdade de vistas (impiedade?) facultada pela

⁹²⁷ SCHWARZ, Roberto. Op. Cit., p. 62-63 (grifos meus). Seria mesmo um “pecado” grave de Bosi conduzir toda a sua análise pelo viés *unicamente ético*, considerando que há obras de arte envolvidas no jogo político e cultural de seu desenho. Como o livro de Bosi guarda características outras em relação à sua produção anterior – trata-se de uma tese a ser provada – fica a opinião de Schwarz por ser ainda analisada com mais pormenor.

⁹²⁸ SCHWARZ, Roberto. Op. Cit., p. 67.

⁹²⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 74.

dominação. *Mas a cultura popular, tomada no seu processo efetivo, será mesmo isso?*⁹³⁰

Pensadas as condicionantes do pensamento de Schwarz, aferida na sua radicalidade, dentro de algumas premissas marxistas e frankfurtianas, não seria difícil compreender sua postura antagônica em relação a essa premissa de Bosi. Veja-se que no mesmo seminário que ambos, Bosi e Schwarz, participaram, Schwarz diria já “do caráter *posticho*, *inautêntico*, *imitado*, da vida brasileira”. De tal modo que, essa peculiaridade sobressaltada pela presença inebriante da cultura estrangeira geraria, no intelectual Roberto Schwarz, uma busca, compreensível, é verdade, daquilo que nos constitui em nosso caráter autêntico, verdadeiro e não imitativo, ou seja, “a busca de um fundo nacional genuíno, isto é, *não-adulterado*: como seria a cultura popular se fosse possível preservá-la do comércio e, sobretudo, da comunicação de massa? O que seria uma cultura nacional *sem mistura?*”⁹³¹. Estamos falando, em outras palavras, de uma espécie de *purismo*, ou de um tipo muito especial de *essencialismo*, que toca fundo nas proposições de Schwarz, não apenas neste, mas em muitos de seus textos, de que não teríamos condições de desenvolver aqui. Mas essa cobrança poderia ser dirigida a essa premissa, ressaltada por seu essencialismo.

Nesse aspecto, são muito ilustrativos os termos sublinhados porque fazem compreender a índole de algum modo idealista da busca almejada pelo professor da Unicamp, bem como também demarca a mescla de rejeição e espírito pouco afeito às realizações *reais* daquilo que Bosi nomeia como cultura brasileira, de que a experiência na missa e dos encharcados de pinga seria um exemplo. São ilustrativas também as palavras de Renato Ortiz em *A tradição brasileira*, livro muito afim ao que vimos discutindo, quando aponta que “em última instância, falar em cultura brasileira é discutir os destinos políticos de um país”⁹³². Todos estão de acordo quanto a essa real percepção de que a cultura brasileira, quando posta em situação, aponta para esse fulcro notável entre nação e literatura ou cultura, sobretudo como é o caso da nação brasileira. A discussão em torno da cultura popular *x* cultura erudita também vinha sendo reavaliada pelos pensadores desse tempo, marcando assim a díade de *integrados* e *apocalípticos*, conferida aí na conhecida distinção feita por Umberto Eco. Cremos que

⁹³⁰ *Id.*, *Ibid.* (grifos meus).

⁹³¹ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: JZE/Funarte, 1987, p. 93 e 95.

⁹³² ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 13.

uma citação de Ortiz conduz ao desfecho *compreensivo* desse aspecto aqui discutido: “é sintomático percebermos que é nos anos 70 que o instrumental gramsciano se populariza como suporte para as análises sobre a cultura no Brasil (...) [por isso mesmo] onde o pessimismo frankfurtiano fechava as portas, as análises gramscianas deixavam-nas abertas”⁹³³. Compreende-se, cremos, a inflexão de ambos, Bosi e Schwarz, nesse sentido intelectual que os separa, dando a medida gramsciana de um, Bosi, em oposição à postura do outro, Schwarz, via Escola de Frankfurt, ou pela via do marxismo mais renitente.

Note-se que Bosi, no texto “Cultura como tradição”, opõe, à noção purista de cultura, uma outra, como sendo uma *práxis* atrelada ao que o povo faz, na sua lide cotidiana, nas suas necessidades, como se pode ler igualmente em *Dialética da colonização*: “cultura popular é a cultura que o povo faz no seu cotidiano e nas condições em que ele a pode fazer (...) não faz sentido querer absolutizar o folclore, como também pouco é salutar absolutizar os objetos da chamada ‘alta cultura’”⁹³⁴. Ainda sob o limiar da produção colonial da cultura, Bosi afiguraria que o cotidiano colonial “engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravista ou dependente entre os subalternos”. Arrematando: “a cultura do povo é localista por fatalidade ecológica, mas na sua dialética humilde é virtualmente universal: nada refuga por princípio, tudo assimila e refaz por necessidade”⁹³⁵.

Contudo, duas oposições permanecem ainda irrespondidas no âmbito da análise de Schwarz. A primeira delas revela a parcela notável do empenho da crítica do próprio Schwarz no sentido de sua posição e de seu comprometimento com a *esquerda*. O crítico aponta no livro de Bosi justamente a falta de radicalidade transformacional; em suas palavras: “se o arcabouço de passado colonial e presente nacional não mudou, o ânimo da construção é outro, pois falta o ponto de fuga da transformação efetiva”⁹³⁶. Bosi responderia desta forma ao crítico:

a memória histórica revive o passado, como propunha Michelet, mas não ignora que essa refacção exige o trabalho da interpretação, que pressupõe a diferença entre o momento passado e a ação da consciência no presente. O presente é assim percebido como futuro do passado. Foi o passado (longe de nós) que preparou o presente, o aqui e agora, assim, como é o

⁹³³ *Id., Ibid.*, p. 16.

⁹³⁴ BOSI, Alfredo. “Cultura como tradição” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Cultura brasileira: Tradição/contradição*. Op. Cit., p. 44 (grifos meus).

⁹³⁵ DC: 25 e 55 (segunda citação, grifos meus).

⁹³⁶ SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 66 (grifos meus).

presente (perto de nós) que pode preparar o futuro. Daí, a dimensão política de uma cultura histórica. Só pode elaborar-se algum projeto de mudança das condições desumanas da existência, isto é, só pode haver alguma construção do futuro a partir da nossa consciência atual. Essa consciência dos tempos torna possível a prospecção e a escolha (...) sem escolha não há política⁹³⁷.

Bosi esboça aqui uma clara preferência por uma teoria da história que aproxime história passada como parte da história contemporânea, de raiz crociana.

Outra objeção, ora mais, ora menos formal (em vista de a dialética poder ser considerada, ela mesma, uma forma de compreensão do mundo), encaminha-se no preâmbulo mesmo do que é o pensamento contemporâneo que seja dialético. Diria o crítico que a construção operada por Bosi, embora cravada de um cristianismo nada apologético, e marxismo, seu raciocínio redundaria em um desiderato, isto é, “Bosi como que nos ficou devendo a interpretação sintética da *sequência* que ele mesmo armou e cujos três tempos formariam a dialética da colonização”. Ou seja:

Digamos então que a obra se constroi sobre alternativas históricas explícitas, dispostas cronologicamente, que certa dose de terminologia e estilo expositivo marxistas fariam imaginar sob o signo da contradição em movimento, o qual entretanto não se aplica. O âmago dos conflitos é atemporal, e seus pólos são estranhos uns aos outros, não se engendrando reciprocamente. Os negócios são particularistas e não produzem universalidade, ao passo que a cultura só é particularista por pressão externa e concessão. Em lugar de dialética, com a sua parte de lógica interna, inconsciência, produtividade, inerência recíproca e interação dos âmbitos, assistimos a uma espécie de queda-de-braço entre o espírito e a economia⁹³⁸.

Na associação entre marxismo e cristianismo, o esquema apontado por Schwarz se ressentiria ainda de uma desistência particular de uma condenação moral, por isso, certo “alheamento – espiritualista? – entre as esferas”.

Vamos, então, tentar responder às objeções levantadas inteligentemente por Schwarz. Em primeiro lugar, o risco que uma obra como essa aporta é enorme, pois o corte epistemológico e a amplitude do tema são, eles mesmos, objetos grandes o

⁹³⁷ DOSSIÊ “Universidade e cultura brasileiras” in: *O Estado de São Paulo*, 26 de dezembro de 1992, p. 1. Chamo a atenção para este texto como momento importante da fortuna crítica de Bosi. Ao opor inúmeros intelectuais sob o escrutínio de debater os rumos da Universidade brasileira, *O Estado de São Paulo* tornou possível um debate aprofundado de *Dialética da colonização*, então recém lançado. Infelizmente, a transcrição do debate careceria de uma revisão, já que, de tão mal feita, torna, às vezes, as considerações dos autores ambíguas. Compareceram ao debate, além de Bosi, Roberto Schwarz e o historiador Luiz Felipe de Alencastro.

⁹³⁸ SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 77-78.

suficiente para desnortear até mesmo um crítico como Bosi. No entanto, trata-se de um risco calculado. É notável, nesse sentido, o acúmulo de leituras, que se instauram em torno da nossa “condição”, termo de Bosi, *dualista*, isto é, que refletem, ora mais, ora menos, a posição da nação brasileira como partícipe da ordem internacional burguesa, típica das nações do Novo Mundo. Assim, a escolha recai antes em Anchieta que em Bento Teixeira, antes em Gregório de Matos que em Manoel Botelho de Oliveira, autores em que o contraste entre a ideologia dominante e a resistência a ela seria mais flagrante; assim também pode ser visto o restante da produção colonial como momentos particulares dessa ordem social anunciada como dialética. Essa constatação será sentida com mais clareza nas palavras de Bosi para a edição espanhola do livro: “*el término dialéctica*, que da título al conjunto de los ensayos, asume un significado preciso: *denota coexistencia o alternancia de posiciones diferenciados y, al cabo, contradictorias*”. Bosi fala ainda, no mesmo texto de termos opostos, como “*atracción y repulsión*”⁹³⁹. Fica claro que os intelectuais metidos nessa condição seriam como o deus Janus, cujas faces bifrontes e simétricas mediarão instâncias errantes e opostas. Aliás, a imagem de Janus vem bem a calhar: embora havendo já uma história indígena antepassada à chegada dos portugueses, trata-se, para estes, do começo por esse lado do Atlântico. Janus: janeiro: faces que apontam tanto o começo quanto o ausente futuro.

Ora, se o risco anunciado demonstra parcialmente fulcros de resistência, ou seja, vislumbram momentos de alguma consciência pensante, alheia aos esquemas sociais reflexivos e vinculados à ortodoxia ideológica dominante, de fato, cabe pensar para onde o poder transformativo dessa consciência aponta. Esse é o primeiro ponto, anunciado como próprio da teoria da resistência descrita por Bosi. E seria oportuno, agora, objetar que a concepção de poesia, ou de *poiesis*, aventada por Bosi em *O ser e o tempo da poesia*, já previa que os objetos anunciados pelo literário, não são, por si sós, passíveis de transformação efetiva do mundo. Se não lemos errado o livro de Bosi, ele diria, que “a resistência tem muitas faces. Ora propõe a recuperação do sentido comunitário perdido (...) ora a melodia dos afetos em plena defensiva (...) ora a crítica direta ou velada da desordem estabelecida”⁹⁴⁰. A poesia *nomeia*, dirá ele ainda, mas não *revoluciona*, pois que seria objeto claro de ideologia, e “morte da poesia”, diria Bosi

⁹³⁹ “Prefacio a la edición española” in: BOSI, Alfredo. *La cultura brasileira: una dialéctica de la colonización*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, p. 13.

⁹⁴⁰ STP: 167.

tempos depois. Esse o conceito que atravessa as concepções de Bosi desde pelo menos antes de 1977, e que não seria demais entendê-las no contexto das leituras pronunciadas em *Dialética*. Igualmente, a concatenação entre as leituras concretas de textos ficcionais e o levantamento sociológico de momentos congruentes com ideologias relativamente igualitárias, segundo Bosi, tais como o “Estado Providência”, ou o “Positivismo” (que vinga no século XIX e instaura, via Vargas, O Estado Moderno no Brasil), bem como parte do liberalismo brasileiro. Dessa forma, Bosi, apontando os nexos formativos desse estado de coisas da nação, assinalava, quem sabe não ainda suficientemente, para uma perspectiva reformadora, e não revolucionária, como talvez queira Schwarz. A esse respeito, Bosi diria a Schwarz, no Dossiê de *O Estado de São Paulo*, que teria uma “convicção subjetiva de que as leis trabalhistas de 30 melhoraram a qualidade de vida em muitos lugares, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro”⁹⁴¹, mas pondera ainda, que se poderiam ler estudos refutando isso, o que seria um exemplo de honestidade intelectual do Autor, aberto ao matiz daquilo que sua própria teoria propugnava.

Cabe pensar isso no âmbito de seu socialismo cristão. Relembrando o ensaio de Croce “Por que nós não podemos não dizer-nos cristãos”, Bosi pondera que suas considerações atuais fundamentadas em um cristianismo progressista, estariam fincadas em uma fusão de Iluminismo e Cristianismo, pervagando, segundo o próprio Bosi, entre Kant, Hegel e Croce. Ele diria, portanto, que “o que ele [Croce] queria dizer [neste ensaio] é que a mensagem do cristianismo se diluiu e se perpetuou na luta pelos Direitos Humanos, pela solidariedade, pela justiça (...) acredito que haja uma porosidade dos valores Cristãos, pode-se falar amplamente nos valores judaico-cristãos (...)”⁹⁴². Esse valores foram reatualizados, segundo o mesmo Schwarz, pelo discurso de Bosi.

Apostando em uma visada que valoriza as ideologias do Iluminismo e do Cristianismo pós-kantianos, Bosi confere sentido ao discurso defendido por ele no livro; essas perspectivas seriam, por assim dizer, não apenas um *topos* do pensamento moderno, que valeria a pena retomar, mas um *topos* muito consequente dentro do processo argumentativo e existencial de Bosi. Por isso, talvez, a pessoalidade de *Dialética*, o tom quase apaixonado da escrita.

O outro ponto diz respeito ao termo dialética aposta ao título do livro, que não se resolve filosoficamente, segundo Schwarz. Diríamos que o termo, associado à

⁹⁴¹ DOSSIÊ “Universidade e culturas brasileiras”. Op. Cit., p. 3.

⁹⁴² *Id.*, *Ibid.*, p. 3.

perspectiva de vida do livro, isto é, afinado à sua conformação estética e ética no âmbito da literatura brasileira colonial, abriga uma certeza quanto ao país que somos. Os ensaios são costurados, diz Bosi no final do livro, pela ideia de que a colonização se processa pela via material e simbólica. O econômico é apenas uma dimensão dessa condição. Ela, a dialética, se desenvolve, portanto, “*de trabalhos, de cultos, de ideologias e de culturas*”. A falta a que se refere Schwarz em torno do econômico desconsidera, se não o lemos errado, essas duas outras dimensões fundamentais da perspectiva bosiana. Elas receberão, contudo, uma resposta mais positiva em *Ideologia e contraideologia*.

Concluindo. De algum modo, as objeções colocadas por Schwarz são fundamentais para se compreender claramente as posições tanto de Bosi quanto as do próprio Schwarz. Em alguma medida, Schwarz força a mão, opondo uma “enfiada de ideologemas”⁹⁴³, salvo engano, com leve destempero, sobretudo na parte final do ensaio. Demonstra também diferenças de perspectiva acerca do pensamento *dialético*, da qual, no Brasil, a crítica de ambos é representativa, e, nesse sentido, as mais proeminentes junto à de Antonio Candido. Não teríamos tempo nem espaço para afinarmos essas diferenças, a promessa de uma perspectiva comparativa, contudo, é boa.

O norte da aclimação dos entes culturais.

Pensada a análise de Schwarz, uma coisa se afigurava claro a Bosi, quando parte para a definição de *sistema colonial*, já que demarca as diferenças em relação às descrições anteriores, correlatas em entender o Brasil também, como vemos em Fernando Novais e Jacob Gorender, por exemplo – este último, bem próximo da conceituação de Bosi – e também Celso Furtado e outros mais, que Bosi cita como *antepassados* de seu livro. Para ele, o *sistema* é uma “totalidade articulada objetivamente”, não é um fruto de acaso. Por isso, sua definição articula-se em ressaltar valores que fizeram *oposição* à *condição colonial*. Por isso também, a preparação político-econômica objetiva que acompanha os colonizadores portugueses, isto é, o tráfico, o monopólio, a monocultura, como momentos dessa bagagem. “Sistema” e “Condição” são paralelos no enlace conceitual de Bosi.

⁹⁴³ Como subscreveria, não nós, mas Leda Tenório da Motta, sobre a crítica de Schwarz acerca do poema “Pós-Tudo” de Augusto de Campos, cf., da autora, *Sobre a crítica literária brasileira no último meio século*. Op. Cit., p. 85.

O termo *condição* resvala-se no propriamente humano, “toca em modos ou estilos de viver e sobreviver”⁹⁴⁴. É aqui que a subjetividade e a interpessoalidade aproximam-se mais de *colo* como cultura, como culto também, e menos na sua dimensão econômica. Embora o foco se dê em torno da economia, mas não majoritariamente, Bosi acabará desenhando com mais precisão os meandros dessa outra grandeza, e é onde ele mais se aproxima de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Paradoxalmente, é onde também deles mais se afasta. Para Bosi, a reiterância do termo *cultus* “sempre conota a força do passado: quem cultua está fazendo pela memória a força do passado, tornando-a presente”⁹⁴⁵. Acontece que a discussão desses autores tão importantes desse processo – dos quais, Bosi destaca os termos *assimilação*, de Gilberto Freyre e *processo de feliz aclimatação e solidariedade cultural*, de Sérgio Buarque de Holanda –, parece em alguns pontos insistir na dimensão *democrática* das práticas sociais, que Bosi retruca considerando-as como antes *falocráticas*, cujas características nefastas seriam sentidas de modo vigoroso ainda tempos depois, conclusão que gera no texto um trocadilho com a raiz *gen*: “as atividades genésicas intensas não têm conexão necessária com a generosidade social”⁹⁴⁶. Para finalmente arrematar:

Foi a colonização um processo de fusões e *positividades* no qual tudo se acabou ajustando, carências materiais e formas simbólicas, precisões imediatas e imaginário; ou, ao lado de uma engrenagem de peças entrosadas, se teria produzido uma dialética de rupturas, diferenças, contrastes?⁹⁴⁷

Por esse viés, talvez, melhor se compreenda o ensaio. Bosi demarca com cores nítidas sua discordância em relação a esses autores com os quais dialoga, ao mesmo tempo em que finca uma nota que se destacará do conjunto para se ajustar aos autores lidos com certa ênfase nos capítulos seguintes (o processo é dialético).

Interessa a Bosi entender como a nova terra *descoberta afetou* os símiles culturais trazidos pelos colonizadores e como isto se revelará, enfim, na nova cultura aqui fincada – pensados estes termos, o leitor mais apressado pode correr até o ensaio sobre Gregório de Matos e conferir as conclusões a que chega o Autor. Aqui, podemos

⁹⁴⁴ DC: 27.

⁹⁴⁵ Entrevista a Augusto Massi a propósito do lançamento de *Dialética da colonização*. Folha de São Paulo, 18/out/1992 p. 8.

⁹⁴⁶ DC: 29.

⁹⁴⁷ DC: 29-30 (grifo do autor).

concordar inteiramente com Augusto Massi, na entrevista citada, quando menciona a familiaridade do livro de Bosi com a ensaística de Erich Auerbach. Diz Massi: “à primeira vista, o corte transversal, realizado pelo autor, encontra paralelo em *Mimesis*, de Auerbach, pois se seguem análises de Anchieta, Gregório, Vieira, Antonil, Alencar, Castro Alves”⁹⁴⁸. Talvez o espaço do jornal não tenha sido suficiente para indicar a que propósito essas análises assemelham-se às de Auerbach, na medida em que o texto permanece ambíguo a esse respeito. Por um lado, isso se dá pelo fato de haver uma leitura cerrada desses e de outros autores; de que se segue, por outro, que Bosi meça o alcance dessa leitura na sua premente configuração histórica, lastro a que esses autores estão submetidos na sua conflagração estética; como a obra deles acata os novos impulsos, em uma consistência clara de sua *mimetização* e *contaminação* estética – não se devendo ler aí qualquer forma de determinismo – que Bosi acaba vendo como um movimento contraditório, porque dialeticamente erigido.

Por isso, na constituição e na argumentação, nossa opinião é que a influência mais forte, nesse sentido, se dê mesmo na direção de Giambattista Vico, na acepção de que explora e interpreta as culturas toldadas na messe da sua teoria da história. O texto de Bosi sobre Vico demonstra um pouco essa posição de escol na rica doutrina do filósofo italiano. Veja-se, como exemplo, o que dele diria Isaiah Berlin:

onde mais pode ser achada a doutrina da existência de uma diversidade de culturas autônomas, de modos de vida completos, cada um com seus próprios valores e perspectivas mutuamente decorrentes, mas sem representarem uma simples sucessão de esforços, ajudados por diversas ocorrências, na consecução dos mesmos objetivos universais – na realidade, da verdadeira noção de uma cultura como o estilo central dos modos de viver – de toda a gama de sentimentos e ações das comunidades humanas?⁹⁴⁹.

Contradição e crise do homem novo são os termos usados para expressar essa dissonância que se quer histórica, cultural e econômica, já que teria dado “resultados díspares”. Bosi exemplifica em Anchieta, cujo poema à Virgem Maria, composto em latim, demonstra sua alteração com os idiomas aprendidos no uso da evangelização, nas “urgências da missão”, como prefere Bosi. Mais forte ainda é o uso que Anchieta faz da cultura aprendida forjando um novo “imaginário”, “estranho” e “sincrético” “nem

⁹⁴⁸ MASSI, Augusto. “Colonização, culto, cultura”, in: *Folha de São Paulo*, 18/out/1992.

⁹⁴⁹ BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder*. Brasília: Edunb, 1982, p. 112.

só católico, nem puramente tupi-guarani”, ou seja, “de mãos dadas caminhavam a cultura-reflexo e a cultura-criação”⁹⁵⁰.

Isto orienta-nos para o eixo do ensaio, envolto na ideia de cultura popular. Como dissemos acima, o Brasil como um todo passava por um período nada simples na sua cadeia histórica. O ano de lançamento do livro, referência também para o ensaio, leva Schwarz a algumas considerações acerca do tempo em que é escrito:

Bosi publica o seu livro em 1992, quando as novas formas de internacionalização do capital parecem ter alterado a perspectiva, ou, ainda, quando o nacionalismo desenvolvimentista, e, com ele, a miragem de uma integração nacional em patamar mais alto, humanamente defensável, parece ter perdido a credibilidade. A dialética entre Nação e Colônia – um tópico clássico do ensaísmo brasileiro – é retomada agora, no momento em que perde a voltagem⁹⁵¹.

Na sua síntese, o texto de Schwarz menciona tanto o plano mundial da economia, quanto as políticas notoriamente atreladas ainda ao fundo das questões advindas da conjuntura do governo militar, como um todo, e já antes também com Juscelino Kubitschek. O país, recém-saído da hiperinflação, nas palavras de Bresser-Pereira, somente abrirá os olhos para a crise nesse momento. É a partir do governo Collor que as “reformas econômicas e o ajuste fiscal ganham impulso”⁹⁵², e que o país passa a ser mais abertamente dirigido *pró*-mercado. De fato, as questões que o atravessam foram debatidas ao longo de toda a década de 70 e 80, como dissemos, rarefazendo-se ao seu final, o que não significa que tenha sido esgotado.

Por isso, o longo capítulo de entrada voltar-se para a questão que o atravessa de ponta a ponta – conforme as palavras de Augusto Massi. O ponto enviesado que as análises de modo geral concordam se dá em torno do papel da religião em todo o movimento de transplante cultural. Bosi menciona o famoso e arquivado texto de Marx em que se diz que a religião é “a alma de um mundo sem alma, espírito das situações sem espírito”⁹⁵³. O espírito do homem transplantado seria, nesta perspectiva, atravessado por uma condição “anelada”, ou “reflexa e contraditória”. Por isso, a citação de T. S. Eliot do texto *Notas para uma definição de cultura*, que margeia a concepção evocada no termo *assimilação*. Não desenvolveremos todos os termos

⁹⁵⁰ DC: 31.

⁹⁵¹ SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 66.

⁹⁵² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Op. Cit., p. 323.

⁹⁵³ Marx, Apud, Bosi, Op. Cit., p. 30.

envoltos à crítica de Gregório de Matos e Anchieta, por exemplo, mas aqui já temos uma ideia bastante razoável do que se pode ler em seu texto:

A transposição para o Novo Mundo de padrões de comportamento e linguagem deu resultados díspares. À primeira vista, a cultura letrada parece repetir, sem alternativa, o modelo europeu; mas, *posta em situação*, em face do índio, ela é estimulada, para não dizer constrangida, a inventar⁹⁵⁴.

Por isso, quando aborda o folclore, Bosi é bastante incisivo nos termos de sua crítica. Na perspectiva do senso comum, ou mesmo lida em algumas análises contemporâneas, o tom é de denúncia a que o folclore, sob exigências de “mercado”, acostumando-se à “moda” estaria, por isso mesmo, definhando, tanto que precisaria ser protegido; mais, sem essa proteção, ele não mais existiria. Bosi, muito tempo antes desse texto, quando ainda ministrava aulas de literatura colonial na graduação e pós-graduação, como tivemos oportunidade de ouvir dele na entrevista que nos cedeu, repetiria, quase nos mesmos termos, o que já em 1975 dissera em *Veja*:

Existe uma resistência das forças naturais e das forças da cultura popular, dos dominados, que sempre encontram modos de resistir. O folclore, por exemplo, não precisa ser ‘protegido’, porque a vitalidade de *suas forças simbólicas corresponde a necessidades profundas, materiais e espirituais, do povo*. Essa energia existe e se auto-reproduz tanto no nível popular (o folclore) como no da imaginação dos escritores que vivem num mundo urbanizado em desenvolvimento. Portanto, existem necessidades humanas constantes como a de imaginar, de transcender o cotidiano público, resultantes das formas religiosas, poéticas, musicais, icônicas, simbolizando, mediante a forma, uma resistência, quer nostálgica, quer utópica. *O grande escritor não é e jamais será o espelho prosaico da ideologia dominante*⁹⁵⁵.

Em relação ao sujeito dito pós-colonial, Homi Bhabha explicita princípio semelhante ao proposto por Bosi: “o sujeito da diferença cultural torna-se um problema (...) *o elemento de resistência* no processo de transformação, ‘aquele elemento em uma tradução que não se deixa traduzir (...) a cultura migrante do ‘entre-lugar’, a posição minoritária, dramatiza a atividade da intraduzibilidade da cultura; ao fazê-lo, desloca a questão da apropriação da cultura para além do sonho assimilacionista, ou do pesadelo racista, de uma ‘transmissão total de conteúdo’, em direção a um encontro com o

⁹⁵⁴ DC: 31.

⁹⁵⁵ Entrevista a João Marcos Coelho in: Revista *Veja*, 19 de novembro de 1975, p. 6 (grifos meus).

processo ambivalente de cisão e hibridização que marca a identificação com a diferença da cultura”⁹⁵⁶.

Esse aspecto de fato é parte do que Bosi entende como a cultura transplantada se comportou. Mais acima, pudemos notar que os índices de dominância de Anchieta se revestiam da ambiguidade para responder a seu público, tão heteróclito quanto possível. Bosi afirmaria que o padre se apossou de “uma linguagem que não pode ser absolutamente a do colonizador”⁹⁵⁷. Logo se vê que o problema não pode se dar apenas em torno do que se escreve, mas de para quem se escreve, sob risco de cair em alguma contradição, cuja palavra mais apropriada seria anacronismo. Outro dado é o que Anchieta menciona com muita contumácia acerca da resistência do português em converter o indígena, indicando os frequentes embates que a igreja travava, “o poder eclesiástico entra em litígio frequente com os interesses e a jurisdição civil”⁹⁵⁸, dirá Bosi. Parte do texto em que já se ouvem as vozes de um Vieira no Maranhão ou no Grão Pará, pregando para um público ora composto de escravos ora de senhores, mas cujas palavras espinhosas respingavam em todos.

Luta política, dirá vez mais Bosi, sem esquecer as categorias levantadas pelo Autor, com olhos em Gramsci, que tem seu foco nas mensagens em torno do intelectual – orgânico ou tradicional – que os agentes proferem. Concordamos com Schwarz quando percebe no texto bosiano a força de um Cristianismo de exegese bastante particular, límpido em relação à sua impregnação histórica na Colônia:

A Bíblia defende os judeus pela boca messiânica de Vieira, a Bíblia defende o mesmo Vieira dos inquisidores, que alegam a escritura sagrada para abonar a sua acusação... e afinal são todos, rabis, jesuítas e dominicanos, peritos na exegese dos Livros⁹⁵⁹.

Essa dupla fidelidade vai permear toda a produção da época, em uns autores, mais ligados aos elementos da terra, em outros, mais afinados com os da Colônia. Por isso, a menção a Gramsci na sua bipartição dos discursos. E a menção a Giambattista Vico também. As duas culturas – da terra e da Colônia – caminham juntas, *memória dilatada* ou *composta*, nos termos de Vico. Por isso mesmo, a leitura correlata dos

⁹⁵⁶ Babha, Apud, LAGES, Susana K. *Tradução e melancolia*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 81-82, (grifos meus). Ao mesmo tempo em que o sujeito, na teoria de Bosi, responde por essa resistência enquanto condição *existencial, ontológica*.

⁹⁵⁷ *Id., Ibid.*

⁹⁵⁸ DC: 33.

⁹⁵⁹ DC: 35.

românticos em busca de antepassados *nacionalistas* parece a Bosi um equívoco de interpretação, já que “o *epos* setecentista ainda não se despregara da situação colonial sem prejuízo dos seus louvores à paisagem e às tradições da crônica provinciana”⁹⁶⁰.

O certo é que, enraizados no país, tanto os que chegam quanto os já aqui fincados, vão criando e recriando expressões, sejam elas primitivas ou arcaicas, bem como as chamadas expressões de fronteira, criadas em contato, tudo conforme o imperativo da necessidade. Bosi outra vez mais deixará clara a sua discordância em torno da questão da *origem como determinação*. O homem pobre é o “portador, quando não, agente direto dessas expressões”, que Bosi rememora nas palavras do Velho do Restelo do poema de Camões.

Bosi retoma essa história – cuja fortuna interpretativa é grande justamente pelos termos *aflitivos* que se estabelecem naquela fala, em vista do programa grandioso que são as navegações – bem como a “litania cabocla” em São Paulo, presente na recensão de Schwarz, como exemplo de resistência de um discurso que se quer popular. Essa litania é lembrada por Bosi a respeito da força com que se constitui a *Vox populi* em oposição à própria Igreja Católica, a sua autonomia de “*culto popular em face da hierarquia oficial*”⁹⁶¹. O resistente aqui é lido como parte de um amálgama radical arraigado na mente e no corpo do homem que convive entre aqueles discursos de massa, próprios do capital, e seu modo de ver as coisas, enraizados nos modos de viver “antigos”, e, por isso mesmo, “resistentes”, dado que o homem percebe as necessidades do homem na sua conformação histórico-espiritual mais básica. Recorremos àquele conceito de Bosi visto em uma nota mais acima, em que dizia do termo *transversal* para designar essa territorialidade do histórico que atravessa gerações, nos termos do Autor que “interrompe ou desagrega o antigo e o primitivo”.

Bosi segue de perto Oswaldo Elias Xidieh e Simone Weil para indicar a “espontaneidade”, a “coerência” e o “sentimento”, “se não [a] consciência, da identidade” do homem aclimatado. A transvalorização dos símbolos se dá em *contato*, que o Autor lembra, como exemplo, o vaqueiro Fabiano, cujo símile, a rigor, não foi “inventado” por Graciliano Ramos, mas antes tem sua expressão na vida mesma de um povo que segue aguerrido aos seus valores, incorpora outros, revive alguns, mais antigos, em um existencial revivescer de formas. Não seria difícil, agora, enxergar com

⁹⁶⁰ DC: 37.

⁹⁶¹ DC: 50.

Bosi esse sentido da resistência das apropriações culturais do povo, cuja *recorrência* é índice e “princípio da redundância [que] parece conatural à arte do povo”⁹⁶².

Segismundo Spina já dizia ser encontrável em todos os fenômenos poéticos de todas as épocas certos índices notáveis de repetição – invocando a esse respeito a figura do *ritmo*, da *pausa* e da *melodia* – reiteração mesmo de suas ocorrências, ressaltando a bela especulação da teoria de Bastian sobre as “ideias elementares” (*Elementargedanken*)⁹⁶³, teoria que tem sido retomada, com resultados bastante diversos entre si, por vários autores no século XX (vide Jung, Freud, Eliade, dentre outros).

Para Bosi “o fundamento social da repetição pode ser o desejo de manter um acorde *comunitário* em torno de *afetos* e de *ideias* que se partilham; neste caso, um lastro psicológico [que] vem da memória, que grava melhor tudo quanto se dispõe de modo simétrico ou, pelo menos, recorrente”⁹⁶⁴. Já Aristóteles dizia ser o *ritmo inerente ao homem*⁹⁶⁵, codificação que Bosi remete à identidade desse mesmo homem, determinante, em sua visão, do movimento de reiteração; implantes que se altercam continuamente no *corpo* e na *memória* do homem, termos de Bosi. Permanecem aqui “*abstração* arcaica *versus* figurativismo antes ontológica do que psicológica”⁹⁶⁶. Esse o caráter duplo das formas que a arte colonial retém forçosamente de um imaginário que atravessa essa mente e virtualmente o corpo desse homem: “o que volta, significa, e só volta *porque* significa”⁹⁶⁷. Em outros termos:

Mantendo inalterados alguns esquemas tradicionais, a arte que vive sob o limiar da escrita parece sobreviver *fora da História* ou, pelo menos, fora do ritmo da história ideológica da Europa Ocidental que, por sua vez, se reflete com nitidez na vida mental das classes dominantes da Colônia⁹⁶⁸.

A ideia que vínhamos falando da transversalidade da história defendida por Bosi, advinda de sua tese de livre docência, fica bem expressa aqui: “se procurarmos extrair um significado comum e mais geral dos desencontros apontados, surpreenderemos a dialética de um complexo formado de *tempos sociais distintos*, cuja simultaneidade é estrutural, pois estrutural é a compresença de dominantes e

⁹⁶² DC: 52.

⁹⁶³ SPINA, Segismundo. *Na madrugada das formas poéticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 14.

⁹⁶⁴ DC: 53-54.

⁹⁶⁵ SPINA, Segismundo. *Na madrugada das formas poéticas*. Op. Cit., p. 23.

⁹⁶⁶ DC: 55.

⁹⁶⁷ DC: 55 (grifo meu).

⁹⁶⁸ DC: 57.

dominados, e estrutural é sua contradição”⁹⁶⁹. Existe uma “sincronia ampla e sagaz”, diz Bosi, que condiz de sua capacidade de absorver os elementos à sua volta, que geraria uma situação de luta, não aceita, muitas vezes, pela cultura oficial, representada pelas palavras do narrador de Bernardo Guimarães no romance *O seminarista*, exemplo citado no texto que lemos. Para Bosi “a cisão cultural que acompanha o processo de modernização das elites conheceu outras formas, aparentemente mais duras, no interior da situação colonial”⁹⁷⁰.

⁹⁶⁹ DC: 62 (grifos meus).

⁹⁷⁰ DC: 60.

3.2 - A pregnância de significado e evento na Forma Literária: *O ser da poesia.*

Desde antes.

Bosi pontuou sua tese final no início dos anos 70 de inúmeras reticências quanto à pertinência e alcance do método estruturalista para a análise da obra literária como um todo. Para ele, esta teoria tem sua validade circunstanciada por sua transitividade, que existe motivada na existência do método, já que ali, o Autor está determinado a historiar a diferença entre interpretar e analisar um texto.

As teses serviram como parâmetro e norte para a compreensão de aspectos ligados à semântica do texto literário e a percepção de que lidamos com um objeto esquivo – *opaco*, termo dele. Bosi diria que os métodos são apoios epistemológicos, referências *possíveis*, mas que não se pode absolutizar o objeto, nem muito menos, o método, que precisa ser contextualizado, sob pena da perda de um referencial fundamental, localizado em sua história.

Assim, Bosi vai redesenhar essa base epistemológica outra vez – pois já o fez nas teses – tentando detalhar e matizar melhor suas opiniões acerca do assunto. É bom notar que fica claro que Bosi acerca-se daquele mesmo item observado quanto à resistência com que se movia naqueles tempos, anos 70, em relação à Ditadura então em curso, agora munido de conhecimentos mais precisos que se tinha da tortura de companheiros, dos duros enfrentamentos que se desenvolviam na universidade, todos, aspectos hoje amplamente documentados, lembrados pelo Autor na entrevista a nós cedida.

A resistência ao formalismo mais renhido, que referenciamos, já que avesso à história, se fazia sentir em vários outros nomes, dentro e fora da universidade. Basta pensar no livro que Merquior escrevera sob o sugestivo título de *Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura*, de 1974, portanto distanciado em apenas três anos do livro que Bosi vinha já elaborando desde 1970. Seu capítulo inicial parte da constatação de que a arte, submetida aos fogos da etiqueta *kitsch*, cujos efeitos se faziam sentir nos domínios não apenas de matrizes pictóricas, mas, inclusive, e principalmente, nos da arte literária, vinha dando mostras de perda de rigor, de imersão naquele aspecto que não se explica senão pelo formalismo menos exigente, cujo exemplo mais contundente, talvez, seria mesmo a Geração Mimeógrafo. Merquior também partia da constatação de que era preciso um melhor paradigma em relação

àquele então em consideração, sobretudo o paradigma estruturalista, o mais enfatizado por alguns desses intelectuais.

Para Merquior, “a fonte fundamental da crítica literária moderna é conhecida: é a tendência a perscrutar o texto em vez de privilegiar as fontes psicológicas e sociais, a prioridade dada aos métodos de interpretação *imane*nte do poema (ou narrativa, ou drama), por oposição aos enfoques *ab extra*”. Essa a primeira das constatações, já adiantadas por outros estudiosos do tempo. Em vista disso, Merquior cita a força de críticas como a dos “formalistas eslavos”, do “ensaísmo de Valéry, Pound e Eliot”, a “estilística dos grandes romanistas”, a “semântica literária”, o “neoaristotelismo da escola de Chicago”, a “hermenêutica ‘existencial’”, da qual é adepto, segundo Merquior, Gaston Bachelard⁹⁷¹. Note-se que são todas correntes de recensão recente na crítica brasileira de então, e com as quais a universidade brasileira ainda não havia dado uma sistematização suficiente.

Sem querer nos estender demais nesse argumento, espero ter deixado claro que o problema da persistência do formalismo na tradição moderna, para ficar com o título de Merquior, era candente. Bosi conhecia esse interesse, mas o que o move é o aspecto ainda pouco explorado da lide histórica na formação da crítica então contemporânea, preocupação também do autor de *A razão do poema*.

Para Bosi, tratava-se de reconceitualizar um campo de pesquisa suficientemente desenvolvido, a seu ver, na Itália, onde, como vimos, Bosi fora estudar Estética do Renascimento. Acontece que, de volta ao Brasil, Bosi diria perceber que o estado da questão se inflectia de modo totalmente oposto ao que ele vira na Itália:

Uma estada em Florença no ano letivo de 1961-62 me fizera conhecer de perto uma cultura histórica e estética muito densa que estava substituindo o idealismo de Croce, hegemônico durante meio século, pelo pensamento marxista de Gramsci e pelos vários existencialismos de pós-guerra. Em vez de Espírito as categorias supremas passaram a ser História, Sociedade, Cultura, Existência, Pessoa. No terreno da crítica literária, essas correntes entre si díspares, postulavam uma integração do texto na historicidade concreta dos seus valores ou na subjetividade criadora que lhe dera origem⁹⁷².

⁹⁷¹ MERQUIOR, José Guilherme. “Do signo ao sintoma” in: *Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura*. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Edusp, 1974, p. 117. O ensaio citado é de 1972.

⁹⁷² BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”. Op. Cit., p. 23-24.

É certo que esse contato com a “outridade” da cultura brasileira – para usar um termo caro a Octavio Paz – daria a Bosi a oportunidade de conferir outra face dos estudos literários brasileiros, por via de um distanciamento que reflete. Resulta daí uma parametrização “sui gêneris” da cultura brasileira, cujas bases Bosi não deixaria de mencionar: seriam mesmo os autores de origem italiana seu norte desde antes, e que se tornariam cada vez mais substanciais em seu itinerário.

A consubstanciação em um modo de ver histórico e dialético processou-se de modo não muito confortável, segundo ele mesmo exprimiria. Quer dizer:

Era um combate interior, pois toda a minha história pessoal me fazia resgatar instâncias idealistas (Croce, Spitzer, os estilistas espanhóis), intuicionistas ou existencialistas, herdeiras as duas últimas de um olhar subjetivista e, quase sempre, religioso, da condição humana: Kierkegaard, Bergson, Scheler, Marcel Lavelle, Pereyson... Esse combate, que não renego (pois às vezes se reacende), só conhece apaziguamento na leitura de Hegel⁹⁷³.

Não percamos de vista que Bosi está-se encaminhando para seu objeto de predileção, a poesia, mas não sem antes mediar esse próximo estudo pelo que nunca deixou de ser uma idealidade do crítico: “eu diria que o meu ideal crítico é fazer uma leitura fenomenológica, que não perca de vista o horizonte dialético”. O que seria, na verdade, “um ideal”⁹⁷⁴. É possível acompanhar os passos de sua fenomenologia do olhar poético dentro dessa perspectiva histórica, conforme lemos em seu itinerário, expresso em vários textos seus e de seus intérpretes. Já encontrávamos *in limine* essas conformações estéticas no ensaio sobre Leopardi, em que direciona seu olhar à poesia, mas não sem antes encontrar um meio de correlacionar vida, poesia e história.

Lembramos ainda, na mesma tese, a análise que Bosi faz do poema de “La Giesta” e de “L’infinito”, análises conduzidas pela acuidade e pelo desvelo de intuições presentes nos poemas, na sua força melopeica e fanopeica, bem como no lastro histórico que permite lê-los no pólo da cultura de sua época, dimensões ressaltadas por Bosi, condizentes com sua linha argumentativa. Encontramos ali uma “vontade de teoria”, impossível de se fazer à época, dado o contexto e o escopo da tese, mas que Bosi não se

⁹⁷³ “Céus, infernos”, Entrevista Citada, p. 108.

⁹⁷⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 113. Usando ainda um vocabulário depois em parte abandonado, em parte ainda em uso, em 1961 Bosi diria: “se [na interpretação] introduzíssemos no âmago o fecundo germe dialético: a dialetização de um conceito-chave abriria janelas à interpretação estilística, integrando melhor o texto na personalidade do autor e este no momento cultural que [o autor] vive”.

ressentirá por muito tempo. Passarão ainda sete anos para que seu intento se realize de modo satisfatório. Por certo isso é apenas meia verdade, já que os textos que compõem *O ser e o tempo da poesia* foram gestados em tempos diferentes, como, aliás, Bosi faria em muitos de seus livros, espalhando-se, assim, desde aqueles anos iniciais da década de 70.

Por isso, é importante que se leia esse momento de forma perspectiva. A maioria dos ensaios do livro foi publicada na revista *Discurso*, especializada e dirigida ao público de filosofia. Não cremos que isso tenha sido alguma coincidência, nem em vão, pois Bosi viu ali uma maneira de aproximar-se de outros leitores e vincular diálogos com instâncias mais propriamente filosóficas ou teóricas, que parece ser mesmo a do livro. Ademais, os acontecimentos que se veriam na Faculdade de Filosofia seriam ainda motivadores de movimentos de resistência ainda mais duros. O texto de Miriam Lifchitz Moreira Leite, lido mais à frente, será esclarecedor a esse respeito.

Aliás, é a partir de seu caráter fragmentário que Zenir Campos Reis resenha o livro, em texto dedicado a um dos gurus de Bosi, Otto Maria Carpeaux, e publicado na revista *Remate de males*. Seu texto pretende “desfazer a linearidade do livro, para tentar recuperar uma dimensão que as páginas numeradas dissimulam: a do tempo da feitura”⁹⁷⁵. Note-se que este texto repõe a dimensão propriamente inicial e fragmentária do livro, e enfatiza sua contextura histórica, mas o faz retornando aos anos 50. O quadro é bastante sintético, mas válido. Para Reis, um dos divisores de águas desse momento seria o artigo “O estruturalismo é o ópio dos literatos”, paráfrase quase direta do livro de Raymond Aron, e um verdadeiro golpe no movimento, cuja estampa, para o mesmo Carpeaux, seria sua marca anti-historicista, rejeitada com veemência tanto por Carpeaux quanto por Bosi. Obviamente que o leitor paciente, que tem acompanhado nosso texto desde o começo, sabe que é no programa de sua segunda tese que Bosi se vê compelido a rever a questão tão candente do estruturalismo *teórico* no índice mesmo da prática analítica. Reis avança que o momento do nascimento do livro religa fatos que são comuns tanto ao momento de resistência, quanto ao tempo da reflexão, menos engajada, à primeira vista, como o citado texto sobre Jacques Monod. Como diria Bosi acerca desse tempo, foi a partir da Igreja e da Universidade, instâncias a que estava umbilicalmente ligado desde cedo, como se pode perceber no testemunho de muitos

⁹⁷⁵ REIS, Zenir Campos. “Poesia: a crítica da crítica” in *Remate de males*. São Paulo: Campinas, Unicamp, 1979, p. 139.

textos, é que seu engajamento pensava esse momento, e as páginas do livro, profeticamente escritas em um tempo que só clamava por resistência, explicita tão bem. A dimensão da Igreja em Bosi é mencionada por Reis também, aliás, e não custa reprisá-lo: “Importa assinalar que foi o setor mais combativo da Igreja que pôde sustentar, não sem duras penas, a resistência a estes obscuros tempos”⁹⁷⁶.

É necessário reconduzir o leitor que desconhece esse momento. O departamento de Filosofia desta universidade viu-se duramente atingido pela ditadura militar, e são conhecidos os graves problemas que atravessou ao longo da década de 70, sobretudo, quando os muros da faculdade se viram invadidos por certo comitê de caça aos comunistas. O que marcava a faculdade nessa época era justamente o espírito de corpo que percorria alunos e docentes. Nas palavras de Miriam Lifchitz Moreira Leite, “durante 20 anos, uma segunda geração de alunos lá [na então Faculdade de Filosofia] viveu em comunidade integrada que os marcou profundamente. Depoimentos, panfletos e livros assinalam a *formação*, o *fervor*, a *interdisciplinaridade*, a *politização* e o desenvolvimento de um *espírito corporativo* que tornavam os alunos e agregados responsáveis pela emancipação do povo brasileiro de suas mazelas sociais”⁹⁷⁷.

Essa interdisciplinaridade interessava ao Autor. A revista *Discurso* fincaria uma ponte entre a tão premente teoria da literatura e o estado atual dos estudos de filosofia, cuja área de interesse vertia-se no caldo cultural e resistente que os tempos fomentavam. O primeiro ensaio que Bosi publica – que não será enxertado no livro que analisamos – é uma resenha ao livro *O acaso e a necessidade*, de Jacques Monod, hoje reimpresso em *Céu, inferno*. De fato, é um diálogo interessante, mas há que se notar que este texto não está exatamente no foco do público de letras, desencadeia-se mais precisamente em um pensamento ético, que o Autor já vinha desenvolvendo junto aos operários, nas CEB’s, e na sua própria militância ecológica.

Dessa forma, o texto sobre Giambattista Vico também lembra esse diálogo resistente que o Autor almeja. Bem como a “vontade de teoria” que vimos atrás. A reposição de autor tão cerebrino causou estranheza em Zenir Campos Reis, que via no autor italiano “um pensador barroco, fantasista, que especulava sobre a história de um

⁹⁷⁶ *Id., Ibid.*, p. 142.

⁹⁷⁷ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. “Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)” in: *Estudos Avançados* 8(22), 1994, p. 173-174 (grifos meus).

modo que me parecia tão fantástico”⁹⁷⁸. Mas, o leitor mais familiarizado já sente, não apenas pelo livro de 1977, o quanto Vico é basilar em Bosi, o quanto este filósofo se insere nas especulações históricas do Autor também. Não só. Pois é pela via Vico, lembrando aí o texto de Antonio Risério, que Bosi também constroi parte de sua percepção acerca da memória, parte da qual vimos acima.

No número 5 da revista Bosi publica o miolo do livro, “Imagem, Discurso”, hoje conferindo seu capítulo inicial. Importa salientar o esforço monumental de Bosi em perseguir qual o fim da história dentro do discurso literário. A unidade do livro, diga-se, não se perdeu na intenção e na fragmentação inicial, antes, ele guarda uma mensagem justamente de vinculação umbilical dos temas mais proeminentes e desafiadores que Bosi não se escusa enfrentar.

Focar a história justificaria o assunto, mas não o momento, dados os tempos de distinções e perseguições que a academia vinha sofrendo. Dizíamos também do engajamento do Autor, do esquecimento que o estruturalismo trazia consigo da história, de seu *perverso anacronismo*.

Também não seria demasiado mencionar a convicção que atravessava o Autor de que seria a hora de concatenar os fios que atavam as práticas daquela universidade, bem como as perspectivas de um historicismo que a cercava, como dissemos, em pessoas tão importantes como Florestan Fernandes, em torno da sociologia, Antonio Candido, na teoria e na história literária, suscitando um amálgama de coesão em São Paulo. Quer dizer, um movimento não menos renovador que o que vivia a Faculdade de Filosofia à época.

Mas não creio também ser *apenas* isto que o tenha motivado a escrever sobre história, sobre o poema e suas figuras, sobre enfim, seu modo existencial. Além do que já falamos, é possível mencionar as inúmeras teorias da recepção que ainda não tinham a força que têm hoje em dia, mas que já apareciam no horizonte da universidade brasileira. Salvo engano, é por essa época que Luiz Costa Lima e outros professores resolvem divulgar autores destacados dessa estética, muitos deles em tradução direta do alemão onde sua principal escola. Criaram-se, inclusive, livros de divulgação e as traduções seriam a norma. Queremos demonstrar apenas, com base na própria concepção do livro, que Bosi já pensava o assunto e, note-se, claramente não é esse o enfoque que o Autor assume; antes, mergulha fundo na amostragem da história e dos

⁹⁷⁸ REIS, Zenir Campos, “Poesia: a crítica da crítica”. Op. Cit., p. 139-140.

sinais que o poema, não desassistido de sua *carnadura*, termo de Bosi, assume como semântica.

Não é à toa que o livro desenvolve aspectos pouco comuns no que se refere à recepção dos sons, dos ritmos e da materialidade do poema no leitor. Aparecem nas referências citadas, tais como, os elementos da teoria da *Gestalt*, aparelhado em Wolfgang Köhler, por exemplo, ou mesmo, os resultantes de textos da estética formalista russa. Ressaltamos que Bosi menciona de fato tudo isso, mas, advertimos que não adere a nenhuma teoria sem antes relativizá-la e, sem antes também, mediá-la e dialetizá-la, abrindo-se justamente para a capacidade que tem o poema: integrador e aberto a tudo o que lhe pode servir à existência.

Não é outra a conclusão a que chega Fernando J. B. Martinho, na época, professor da Escola Técnica de Évora. Em resenha a *O ser e o tempo da poesia*, publicada dois anos depois do livro, o pesquisador afirma primeiro que as fronteiras entre teoria e crítica propriamente ditas, no livro, são muito tênues, isto é, “the frontier between theory and practical criticism is not rigid in any of the groups”⁹⁷⁹. Como dissemos, outro aspecto posto em evidência pelo autor refere-se à pluralidade metodológica do livro, a convicção de que os modelos ali expostos são necessários, mas o objeto literário é esguio e, seguramente, avesso à ortodoxia: “another factor which makes the reading of the six essays a fascinating experience is Bosi’s rejection of any orthodox model for his critical praxis”⁹⁸⁰. A conclusão clara do autor é de que “for Bosi, are not watch mechanisms; *the nature of poetry is for him a living thing*, which he approaches cautiously, taking advantage of all tools of modern criticism without ever making the reader forget the point of departure of the analysis: the poem itself”⁹⁸¹. O autor não perde de vista que Bosi busca na sinfonia desse tempo uma tentativa formal e histórica que mereça uma conciliação entre a aparentemente (*apparently*) inconciliação que existe entre sincronia e diacronia (*synchrony and diachrony*), problema caro à sua pesquisa, se lembramos bem, em vista de Leopardi.

O aspecto mais relevante dessa discussão que outro autor, Assis Brasil, levanta, ainda em resenha ao livro de 1977, é o contraponto entre razão e fantasia. A primeira delas tão premente em Descartes, que não modestamente repulsa. Em Vico, Bosi

⁹⁷⁹ Resenha a *O ser e o tempo da poesia*, *World literature today*, Vol. 53, No. 2 (Spring, 1979), p. 269.

⁹⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*

⁹⁸¹ *Id.*, *Ibid.* (Grifos meus).

pensaria não apenas a matéria do poema e sua afinidade ao maravilhoso e à fantasia, já que o poema, na definição de Benedetto Croce “*complesso d’immagini e un sentimento che lo anima*”⁹⁸², tanto impregnara o Autor em suas lições iniciais na USP. A presença de Vico reacende a discussão que fica para trás com a mecânica da leitura estruturalista, e não só, já que, entre *ortodoxos marxistas*, também essa dimensão estava um tanto esquecida, segundo Bosi.

Nas palavras de Assis Brasil, a aderência de Bosi ao autor da *Ciência nova* deveu-se pelo fato de o pesquisador não se manter simplesmente no plano da abstração, do fulcro mais imediato da razão filosófica, em vista de Vico integrar-se ao “campo de ‘outros produtos’ culturais, como a literatura”, à valorização da “*fantasia poética e [d]o espírito platônico*”⁹⁸³. Dimensões perfeitamente afeitas à carreira do poema.

Imaginação. Fantasia. Corpo.

A leitura desse texto poderá explicitar melhor o que até aqui se vem dizendo. Dizíamos que Bosi aprecia as correntes críticas do tempo, mas ele as lê com os olhos postos no seu perfil de “verdade sistêmica”, não há dúvida, mas não deixa de apontar-lhes como sendo parte de matéria *relativa e parcial*. Acaba, inclusive, discutindo isso no prefácio publicado apenas na última edição do livro, quando infere que esse “espírito [de] sistema” aplicava-se a todas as formas de ler poesia, de tal forma ela se incrustava na Academia e na Mídia, tal ela se presentificava nas práticas de leitura do poema e da narrativa. Tamanha era a capacidade de fagocitose do estruturalismo, a essa altura, que nem mesmo o marxismo escapou a isso. “O estruturalismo linguístico aliado a seu parceiro, o estruturalismo antropológico, servia de modelo a uma corrente hiperdeterminista de marxismo representada por intelectuais prestigiosos como Althusser e Poulantzas”⁹⁸⁴. O problema originado por essa superfetação crítica é que

⁹⁸² Croce, Apud, BOSI “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”. Op. Cit., p. 7 (grifos meus).

⁹⁸³ Entrevista a Haroldo Cervolo Sereza in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 2000, p. D-4.

⁹⁸⁴ STP: 11. O mesmo, aliás, se pode dizer de Lucien Goldmann, autor que Bosi frequentara na tese sobre Leopardi, como se infere da leitura que George Steiner faz de seu *Le Dieu caché*. Para Steiner, Goldmann seria um “paramarxista”, como ele define aqueles que não se apresentam como leitores dogmáticos do texto literário. Para Steiner: “a obra de Lucien Goldmann oferece um exemplo mais puro e mais rigoroso da crítica dialética (...) *Goldmann insiste na radical complexidade da estrutura ideológica, no fato de que as relações e os sistemas filosóficos ou poéticos nunca são automáticas e lineares*” STEINER, George. “Marxismo e o crítico literário” in: *Linguagem e silêncio*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 274 (grifos meus). Bosi já nos advertira dessa

ela, como dissemos mais de uma vez, representa apenas a fase *transitiva do esquema analítico*, não sendo mais que um momento, necessário em muitos casos, mas que não totaliza a análise, no entanto, esses termos não deixam de ser absolutizados por seus adeptos.

Veja mais Bosi denuncia o “eclipse” do sujeito, vertido a peça dispensável no tabuleiro de sentido que a literatura, tal como lida por essa corrente teórica, mobiliza. Notemos que o sujeito – que é sua “memória, imaginação e consciência” *também* – representa uma grande dimensão, presente no ato interpretativo. Em verdade, diga-se que ele *faz-se* no próprio processo interpretativo, na medida em que aparece como agente desencadeador de significado. Há que se ver aqui justamente uma característica maciça da crítica bosiana: a mobilização do *corpo*⁹⁸⁵ e da *memória* como fatores

característica *flexível* de Goldmann, que lhe serviu para mediar tanto seu estruturalismo quanto a possibilidade de uma visada mais ortodoxa que um marxismo mais extremado poderia solicitar. Parte de seus escritos, como o leitor mais próximo de Bosi pode ver, é endereçada a uma mobilização menos áspera da leitura do texto literário. Cf. seus ensaios sobre Machado de Assis.

⁹⁸⁵ O estudo do corpo tem na sociologia um objeto tardio, e é interessante agora observar como Bosi atravessa as décadas de 60 e 70 e imerge nessa concepção inovadora e radical, definidora das estéticas das décadas seguintes, como se pode observar por qualquer leitura superficial do fenômeno na contemporaneidade (bem como o “corpo” se tornou parte de qualquer agenda de estudos em universidades do mundo inteiro). Se pudéssemos historiar esses estudos, seríamos remetidos já a Émile Durkheim que, em *As formas elementares da vida religiosa*, percebe no corpo um fator de individualidade, mas não vai muito além disso. Jacques Le Goff definia o estudo do corpo como o grande esquecimento da história, e muitas de suas reflexões seguintes serão fundadas na (re)descoberta do corpo. No artigo “‘imágenes momentáneas *sub specie aeternitatis*’ de la corporalidad. Una mirada sociológica sensible al orden sensible” (*Estudios sociológicos*, Vol. 26, No. 78 (Sep. - , Dec., 2008), a socióloga Olga Sabido Ramos aplica uma longa reflexão sobre esse olvido sofrido pelo corpo de modo a resgatar-lhe sua condição de *objeto privilegiado* de estudo das ciências sociais como um todo. Para ela, consoante a outro sociólogo, David Le Breton, há no mínimo três grandes problemas que ainda carecem solução nesse sentido: “el primero es el estudio de ‘las logicas sociales y culturales del cuerpo’”, p. 623-624. A segunda via estaria envolvida em torno da análise dos “imaginarios sociales del cuerpo, que aluden a representaciones y valores vinculados a la corporalidad”, p. 624. Por último seria “el cuerpo en el espejo de lo social”, p. 625. Bosi acaba exaurindo na sua análise partes tanto de uma linha de análise quanto de outras, pois o horizonte de onde parte é bastante amplo, e muito pouco comum no país, diga-se. A virada desse repensamento, segundo a autora, seria mesmo Georg Simmel, que já vimos Bosi pensá-lo como condutor de um pensamento original sobre a individualidade e o social acerca de Cruz e Sousa, Cf. o ensaio “Poesia vs racismo”, de *Literatura e resistência*. Simmel pensa essas relações do corpo de modo a perceber no “estudio de formas de relaciones sociales ‘efímeras, fugaces y trasitorias’” um elo preciso da ação do corpo na sociedade, ou seja, “Simmel dio cuenta de cómo la manera de *sentir* a los otros juega un papel ineludible em el devenir de lo social”, p. 629. O leitor já está percebendo o campo vasto de onde a inquirição de Bosi parte, e seria impossível, nesse sentido, esgotá-lo conceitualmente no

responsáveis pela manutenção e pelo desencadeamento de todo o processo interpretativo, fim a que se conduz todo o percurso de sua crítica posterior, e das vias interpretativas por ele almejadas anteriormente.

Desconfiar, como Bosi faz mais de uma vez, de teorias que sejam totalitárias, e não totalizadoras, significa repensar a força imaginativa, criativa, *fantasista*, para ficar com um termo caro a Vico; é respeitar o homem, não apenas vislumbrá-lo *in abstracto*, perdendo de vista sua axis humana. Assim, “toda ‘racionalidade’ pouco razoável, cega e surda à *dúvida*, à *diferença* e à *invenção* fecha-se em uma rigidez compulsiva que já é, em si mesma, violência”. Os esquemas, quando subtraídos ao sujeito, são “fantasmas, pseudoconceitos, que uma pretensa ciência da literatura converte em objetos reais e passíveis de serem tomados como verdadeiros conceitos”⁹⁸⁶.

Essa pronunciada vinculação antidogmática na verdade não se prende unicamente ao esquema estruturalista, mas a qualquer teoria que diminua o valor heurístico do sujeito, bem como enfraqueça o próprio teor da literatura, sua *historicidade* e valor epistemológico: “estou convencido de que é preciso repensar dialeticamente o conceito de historicidade da obra poética”. Desatam-se duas convicções que brotam dessa constatação. A primeira delas: “uma coisa é encerrar o texto na sua contingência imediata que, a rigor, a diversidade de testemunhas mostra ser bem menos fácil de apanhar do que pode parecer ao cronista curioso”. Isto pensado em uma notação de leitura puramente sincrônica da obra de arte literária. A segunda seria: “vazar os muros de um cronologismo apertado, e ler a obra do poeta à luz da *história da consciência humana, que não é estática nem homogênea*, pois traz em si os trabalhos da *memória* e as contradições do pensamento crítico”⁹⁸⁷. Clareiam-se aqui quais as cláusulas que a crítica bosiana instaura, quais os mecanismos mínimos de leitura do texto literário. Percebe-se desde já o valor e a primazia que o sujeito – obviamente, como vimos em Pirandello, mediado pela ideia da intencionalidade da obra literária – tem nessa perspectiva.

espaço de um capítulo. Como veremos, o ponto de vista do corpo não é origem de um pensamento, no caso de Bosi, voltado para o espelho do individualismo, narcisismo ou qualquer forma de solipsismo de que boa parte da produção recente se ressentiu muito francamente, e não o faz por apelar a uma ideia da relevância do *comunitário*, de origem cristã sem dúvida, cuja conclusão somos levados pelo movimento do texto, e não apenas *deste texto*, mas de vários outros de sua lavra. A essa conclusão remetemos o leitor ao capítulo final da tese.

⁹⁸⁶ STP: 11 e 10, respectivamente (grifos nossos).

⁹⁸⁷ STP: 13 (grifos meus).

E também já se começa a melhor conhecer, ainda que timidamente, seu conceito de literatura e resistência, já espargido ao longo de toda a sua obra, mas só agora tingido de e sistematizado pela forma objetiva. Por isso, quando Bosi fala de uma leitura crítica, utiliza-se de um substantivo que remete à violência instaurada, qual seja, o *confronto* que essa obra motiva no leitor e no resultado de sua análise. Nas suas palavras, o conceito é devedor de Vico e de Hegel: “a leitura assídua de Vico e de Hegel impedia-me de cercar o poema de uma aura *fantasmática, a-histórica*, mas ao mesmo tempo me fazia reconhecer nos grandes poetas de todos os tempos uma *dimensão transversal e resistente*”⁹⁸⁸. Esses excertos que lemos distanciam-se em pelo menos 25 anos do texto original, portanto, seria anacrônico de Bosi querer dizer o que o texto não comporta. Já vimos essa predisposição crítica antes, pronunciada em outros textos da época, não com tanta força, é verdade, pois, como dissemos, ela ainda é eivada de lampejos e *insights*, mas que ainda não se tinha formado em espírito de sistema, como diria o velho Hegel, na obra bosiana.

Bosi impressiona-se com a presença tornado acontecimento no texto poético, cujas cifras escoam-se na atualidade dada pelo leitor, ainda que distado séculos depois. De fato, o termo que mais impressiona o leitor atencioso da literatura é seu caráter profundamente *resistente*, duradouro, aristotelicamente *atual*. Marx, inclusive, já se perguntava da dificuldade em entender o porquê de as peças de Shakespeare ou os épicos de Homero “nos proporcionarem ainda hoje um prazer estético e de terem ainda para nós, em certos aspectos, o valor de normas e de modelos inacessíveis”⁹⁸⁹.

É o caráter *intencional* do texto literário que indica com precisão isso que Bosi vem dizendo. Isto indica que o texto assume camadas de representação e de “objectualidades”, como ponderou Anatol Rosenfeld, bem como é composto por “estratificaç[ões]” (Ingarden), de largo alcance epistemológico, em que subsidiaria seu

⁹⁸⁸ STP: 12 (grifos meus).

⁹⁸⁹ Marx, Apud, Bosi, STP: 183. Encontro aqui, além daqueles três textos ditos clássicos, junto aos quais Steiner remete o estudioso da ortodoxia marxista em crítica literária – vide, citação mais atrás –, mais uma motivação para não ler o texto de forma estritamente mecânica e unilateral. No início do texto, Marx diria: “Em relação à arte, sabe-se que certas épocas do florescimento artístico *não estão de modo algum em conformidade com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, por conseguinte, com o da sua base material*, que é, a bem dizer, a ossatura da sua organização”. (grifos meus).

caráter *indefinido e intencional*⁹⁹⁰. Isto estaria no nível do ser da poesia, não definiria seu tempo, como os índices do livro noticiam. Ademais, esta leitura fenomenológica de fato não é suficiente para dimensionar todo o caráter resistente e histórico da poesia pensada pela pena de Bosi.

Para Bosi, a produção literária, ou o sujeito que a faz, é atravessado por linhas de tempo nem sempre convergentes e, igualmente, nem sempre objetivadas pela estrutura *atual* do tempo. Em outras palavras, Bosi está dizendo que esse autor está submetido por um tempo cuja transversalidade às vezes ele mesmo não saberia indicar e cujo índice prevalece em uma centena de autores que conhecemos⁹⁹¹. Quando mais atrás nos referimos a isso, preparávamo-nos para este momento, mas ainda pedimos ao leitor um pouco mais de paciência, pois mais à frente veremos como Bosi pensa essa questão em outro texto grávido em conceitos.

Ponderado o estado de coisas que o texto de Bosi descreve, é relevante relembrar um texto bastante conhecido de Octavio Paz, *Os filhos do barro*, em que propõe a identificação entre o poema e a “máquina que produz anti-história”⁹⁹², indicando nisso que o poema detém-se antes em *contradizer* e *transfigurar* o tempo, menos que em detê-lo propriamente. Essa “máquina” resistente alterna percepções, condiciona visões de existência, inverte concepções, apalpa decisões, desfigura o mundo e o reconstrói.

Corpo. Desejo. Memória.

Passamos agora a historiar o modo como Bosi concebe as componentes do poético, mencionando, para isto, alguns textos importantes na sua filosofia. Isso se faz necessário porque Bosi instancia suas considerações em torno de palavras cuja acepção comum pode acarretar a alguns equívocos interpretativos, e cuja tradição seria melhor encarada dentro de um prisma cultural que pudesse reconduzir o seu significado a instâncias próprias de entendimento. Este é o caso de *corpo*, *desejo* e *memória*. Em

⁹⁹⁰ Cf. INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, a partir da 3ª edição alemã (esp. pp. 45ss) e ROSENFELD, Anatol. “Personagem e literatura” in: CANDIDO, Antonio (Org.). *A personagem de ficção*. São Paulo: perspectiva, 1995, pp. 9-50.

⁹⁹¹ Dante, por exemplo, pensa Bosi, ao construir sua *Divina comédia*, estava com os olhos voltados tanto para Santo Tomás de Aquino, quanto para Virgílio, não para Homero, partícipe das maiores epopeias literárias. Já citamos o caso de Guimarães Rosa mais acima, suficientes para ilustrar o que estamos dizendo.

⁹⁹² PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 11.

alguns casos esses vocábulos são usados um tanto livremente, e nossa intenção é dar a elas a consistência da teoria.

Marilena Chauí, em texto erudito, salienta o caráter subversivo e revolucionário da percepção na forma como o *desejo* foi lido por Espinosa⁹⁹³. Os termos do moderno são lidos sob a ótica do “desencantamento do mundo”, termo que é caro a Max Weber, imbricado “sob os imperativos da racionalização de todas as esferas do real determinada pela *Philosophia Naturalis*”⁹⁹⁴. O conhecimento encerra agora outras instâncias, mais específicas, que não aquelas dominadas pela conformação universal que o saber desejava. Esse traço estaria então munido da constatação de que “a realidade não encerra mistérios, que está prometida ao sujeito do conhecimento como inteligibilidade plena e ao sujeito da técnica operacionalidade plena”, o que seria a “vitória da razão contra o irracional que não cessa de rondá-lo e ameaçá-lo”, bastando a postura da inquirição de que a Filosofia é seu maior índice.

O desejo – visto assim como instância do conhecimento – prende-se àquilo que não pode ser conceptualizado positivamente, àquilo que é marcado justamente pelo seu caráter *negativo*: “afirmação abstrata de si pela negação imediata do que é outro”, “carência, privação, ausência e falta [é como] [] o desejo faz sua aparição na psicanálise”. Assim, “quando o corpo surge na percepção como corpo próprio e corpo cognoscente” é que “a afetividade profunda que chamamos sexualidade põe em cena uma potência significativa que é humana porque relação simbólica”⁹⁹⁵. Não será de outra forma, como nos adverte a mesma Chauí, que a psicanálise pensará o desejo, instância, segundo Freud, “nascid[a] de uma perda irreparável do objeto (...) perda que não deixa de ser presentificada”; instância atrelada ao corpo, busca “burlar a censura imposta ao desejante e ao desejado, poder de que dispõe graças à *potência significativa do corpo*”⁹⁹⁶.

Dessa forma, Chauí mostra como todas essas características assomam-se à memória e ao tempo, complemento necessário, também ressaltado por Freud:

⁹⁹³ Excluí da análise os períodos anteriores a Espinosa, na ordem da filosofia, bem como dentro dos parâmetros de nossa análise, porque nos pareceu desde o início que Bosi sempre esteve interessado pelas perspectivas mais envolvidas com filosofias que antes contemplavam pensadores ditos modernos, a começar de Vico.

⁹⁹⁴ CHAUI, Marilena. “Laços do desejo” in: NOVAES, Adalto (Org.). *O desejo*. São Paulo: Cia das Letras, p. 19.

⁹⁹⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 24.

⁹⁹⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 25 (grifos meus).

A relação com a memória é relação com o tempo e o desejo se constitui como temporalidade, aptidão do sujeito para protelar indefinidamente a satisfação, desligando-se do dado presente, encontrando mediações que o remetem ao ausente e abrindo-se para o que conhecemos como imaginário e simbólico⁹⁹⁷.

Por ser um objeto esguio, Chauí dirá que não haverá “ciência do desejo enquanto *pathos*”. O saber científico requer “estabilidade do objeto”; ele não é, portanto, compatível “com o movimento incessante das coisas e do pensamento”⁹⁹⁸. Séculos e mais séculos esperaram por seu Espinosa para que essa constatação fosse superada, não apenas superada, mas redimensionada.

Parte da doutrina cristã, para ficar com um exemplo, lerá o desejo como “doença que desnatura a natureza original do homem e contraria a vontade de Deus”. O desejo é “doença” e “vício”. Daí que a partir do cristianismo será difícil qualquer desenvolvimento mais rigoroso, fora do ordenamento do pecado, que a instância do desejo poderia operacionalizar.

Permaneceria igualmente difícil, ainda se pensássemos o caso dos modernos, sobretudo, Leibniz, Espinosa e Descartes, em vista de o corpo ser *res extensa*, ele movimenta-se, mas a alma, desejante, não. Cada um desses filósofos contribuiu de diversas formas para equalizar esse problema, mas foge ao escopo desta tese como isso se deu.

Espinosa, que é o que guarda maior proximidade com nossa argumentação, contudo, daria a melhor resposta ao problema. Não obstante, quando Espinosa fala em não rir e não chorar, mas *compreender*, instaura-se ali uma ruptura do conceito de desejo, com seu passado imediato, desidealizando-o de sua carga pejorativa e negativa, de onde o centro do pensamento de Espinosa se move, isto é, “na descrição e interpretação da variabilidade incessante do desejo, determinad[as] pela maneira variável como somos afetados por outros corpos e como os afetamos”⁹⁹⁹. Ora, é por essa via que Espinosa relaciona alma e corpo, e também é dessa forma que “enlaça o desejo à imaginação e a relação entre julgar e agir o enlaça à razão ética, à *recta ratio*”¹⁰⁰⁰. E daí também a constatação mais forte que sua *Ética* expõe: “o desejo não nos põe contra a Natureza nem fora dela: simplesmente determina a maneira como nela nos inserimos

⁹⁹⁷ *Id.*, *Ibid.*

⁹⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 31.

⁹⁹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 56.

¹⁰⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 57.

para *sermos passivamente sua parte* ou para, *ativamente*, nela tomarmos parte”¹⁰⁰¹. Fica mais fácil compreender como esse movimento afetou a ordem da modernidade, porque é aí mesmo que outra instância se configura também como fundante dela na história:

Se o desejo é paradigmático dessa mutação é porque, com ele, vemos a passagem de um pensamento que começava lá nas coisas e terminava em nós a um pensamento que começa em nós e, através de nós, chega até as coisas. Em outras palavras, a interiorização do desejo, deixando de ser força cósmica, organizadora do mundo, para *fazer-se consciência do apetite humano, expõe o surgimento daquilo que, mais tarde, viria a chamar-se subjetividade*¹⁰⁰².

Como o movimento é incompleto para que consigamos entender bem o que Bosi pretende fazer, ainda precisamos retesar o arco em torno de Giambattista Vico, que critica na filosofia de Descartes sua participação *irrestritamente* racional nas coisas humanas, subtraindo de si mesma “aqueles traços de necessária redundância que tornam a Filosofia uma *conversação humana, inervada pela experiência poética e histórica*”¹⁰⁰³, atesta Bosi. Descartes estaria consagrando uma tradição que veria de bom grado todo o legado da racionalidade humana, mas cuja busca perderia de vista a humana razão do sensível¹⁰⁰⁴, ou, melhor, seu discurso seria “o triunfo da redução absoluta do sensível ao sentido, do corpo à mente”, como diz dele Bosi na mesma página.

Transitando entre os ditames de uma cultura que incidia na sensualidade, “da frondosa lírica italiana e espanhola da sua Nápole barroca, imerso na sonoridade *sensuosa* da ópera”, Vico, “católico praticante de uma liturgia toda ritos e cantos e cores, como a da Igreja romana sob o império da Contra-Reforma”, passa a contemplar ordens conceituais diversas, e, na sua conclusão algo estética do mundo que lhe atravessara os olhos,

¹⁰⁰¹ *Id., Ibid.*, p. 59 (grifos meus).

¹⁰⁰² *Id., Ibid.*, p. 64 (grifos meus).

¹⁰⁰³ STP: 229 (grifos meus).

¹⁰⁰⁴ Luiz Costa Lima diria mesmo de Descartes que sua obra absorveria o sujeito de sua subjetividade, no que se mostra “fraturado entre a capacidade *positiva* de alcançar representações matemáticas e geométricas exatas e a capacidade *negativa* de sofrer paixões e criar imagens” Apud, BASTOS, Dau. “Um livro necessário” in: *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 43 (grifos meus). Ainda nessa perspectiva, “a imaginação e o romance se mostram inicialmente desprestigiados, mas, à custa do enfrentamento dos mais diferentes reveses, conquistam espaço e influência”, já que, continua o pesquisador, desprezada pelo *Novum organum* de Bacon ainda pelo *Discurso do método*, “só ganhou dignidade filosófica na *Crítica do juízo* de Kant”, p. 44-45.

Vico sabia e sentia que a relação *assimétrica* entre o sensível e o conceitual se mantém viva, apesar do triunfo dos métodos cartesianos que ressecam (*inardiscono e steriliscono*) a mente dos jovens. E via que o corpo, embora mortificado, ou porque mortificado, pelo cilício das normas abstratas, acaba tomando fisionomia nova: aquele misto de vigor e maceração, de sensualidade e espanto que se esculpe nas imagens da arte sacra do século XVII¹⁰⁰⁵.

Sem apressar os fins a que Vico chega, Bosi majora as suas conclusões em um tempo relativamente obtuso, o século XVIII, e é espantoso que não tenha havido alguma perseguição por parte da Igreja, mas essas conclusões acabam, em parte, explicando seu olvido junto aos intelectuais da Europa, caso ligeiramente parecido com o de Espinosa, pela frente judaica. O *ethos* de Vico figurou-se, segundo Bosi, em soluções muito felizes de abertura ao subjetivo, à historicidade e à fantasia, chegando mesmo a propor, antes de Nietzsche, “um *ethos* sobre-humano, para além do bem e do mal, engendrado no calor das paixões que lhe dariam, por si mesmas, um estatuto próprio, sacral”¹⁰⁰⁶. Lendo o último capítulo do livro de Bosi, percebe-se o quanto sua estética deve a Vico, o quanto a paixão de Vico pelo que é *sensação e história*, e, como desdobramento desta, *memória*, impregna sua estética. Bosi inclusive nunca deixou de mencionar esta importância nos seus escritos¹⁰⁰⁷.

Vico defenderia processos menos abstratos na construção da arte, pensada como ludismo e brincadeira, um trabalho de exercício das paixões, revés do negativo, como vimos nota acima; ou: “o trabalho mais sublime da poesia é dar senso e paixão às coisas sem sentido”, mesmo princípio que moldaria as reflexões de Walter Benjamin a respeito da criança e do brinquedo, quase três séculos depois¹⁰⁰⁸. Incluiria ainda uma classificação entre os tipos de memória, *topos*, se o leitor nos permite a licença, clássico entre os autores desse tempo. Por isso, “o realismo epistemológico de Vico inclui o estágio da *mimese*, mas o prolonga até o momento *lúdico e formalizante*. Nas crianças é vigorosíssima a memória; portanto, vívida até o excesso a fantasia, que nada mais é do que memória ou dilatada ou composta”¹⁰⁰⁹. Note-se que esta citação apresenta mais do

¹⁰⁰⁵ STP: 237 (grifos do autor).

¹⁰⁰⁶ STP: 238.

¹⁰⁰⁷ A ponto de se valer de afirmações como esta: “Mas ainda falta dizer a *fonte principal*: a leitura assídua de Giambattista Vico”, “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”. Op. Cit., p. 37 (grifos meus).

¹⁰⁰⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 240, Cf. BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2002.

¹⁰⁰⁹ STP: 241 (grifos meus).

que parece: no seu bojo encontramos a defesa vigorosa que Bosi faz de um tipo de mimese artística. Acontece que a mimese propugnada por Vico amplia o vigor dessa episteme, abrindo-se à força da memória, além de dar vazão às imagens de modo a acondicioná-las a uma superfície mais maleável, menos enrijecida como seria o caso da pura cópia: “as imagens, vindas da experiência e guardadas pela memória, podem dilatar-se: é o que se diria hoje a ‘expansão do significante’; e podem também organizar-se, produzindo conjuntos, com a ‘articulação dos significantes’”. Na mesma linha de argumentação, Bosi dirá ainda: “a linguagem poética ‘mistura’ o mundo dos *gestos* e os *gritos* com o articulado do discurso analógico”¹⁰¹⁰. Em suma, poesia e mito se tocam, se pertencem.

Portanto, temos uma potencialização dos recursos imagéticos, frasais, da linguagem racional inclusive, no registro do poema. Assim,

os três processos – a) a imediação por gestos ou gritos, b) a articulação por universais fantásticos, ou narrativas (*favolette*), e c) o reagrupamento dos universais fantásticos em universais lógicos – são três sistemas, nascidos por necessidade, dominantes sucessivamente nas idades divina, heroica e civil, e recorrentes nos ciclos da História. A poesia (idealmente, o momento *b*) conserva, em qualquer tempo, o seu modo próprio de ser¹⁰¹¹.

Não custa dizer que há certa idealização nessa configuração. Mas ela comporta muitos dos modos de dizer da poesia, sua ambivalência e sua desenvoltura diante de sistemas os mais diversos de sorte a mediar, com louvor, diríamos, os processos de imaginação e desrealização do real, como uma vez dela disse Sartre, mas sem condicionar esse momento unicamente à sua mimese, embora seja participante do real, mas irresolvida na sua intempestiva fúria de, pelos *gestos* e pelos *gritos*, dizer-se em uma alma. Bosi colhe de Vico o apelo que a poesia tem, *enquanto linguagem*, em não cindir o filosófico e o poético em uma díade posta “em termos de absurdo-lógico, desordem-ordem, mentira-verdade. Nem a sua obra dá margem a leituras báquicas, pelas quais *o mito surgiria como única verdade revelada*, e *o saber racional como ideologia ou entropia*”¹⁰¹². (Vale dizer, esta concepção alia tanto uma teoria da poesia e de sua consistência, quanto uma crítica aos parâmetros instrumentais do estruturalismo).

¹⁰¹⁰ STP: 242.

¹⁰¹¹ STP: 243.

¹⁰¹² STP: 245.

Desta forma, e mais ainda agora, Bosi medeia sua intuição original embasada na tese sobre Leopardi, de que o mito condiciona superposições semânticas várias, engasta-se na experiência humana de forma a também ela mesma ter sua semântica enriquecida. “A ordem imanente” da poesia, dirá o mesmo Bosi, “se acolhe na unidade de *sentidos, memória e fantasia*”¹⁰¹³. *Corpo e poema* dizem-se do mesmo material: ora simbólico, ora imagético, ora corpóreo. Em outras palavras, “a poesia tenta unificar a ambiência física do homem através das categorias mais arcaicas, as categorias de *analogia e identidade, símile e metáfora*, que o poeta divide com o lunático e o apaixonado, e as quais são essencialmente categorias da magia”¹⁰¹⁴.

Aduzir do poema essa configuração e banhá-lo de aura histórica, como fez Vico, é de fato uma importante contribuição à estética e é essa concepção que vinha, para o Autor, àquele momento, contrapor-se à voga formalista, mas, isso abrangia, também, uma crítica ao marxismo ortodoxo, personificado em autores os mais distintos, amarrados a uma camisa de força do social que restringia a conotação *corpórea* do poema – como se o poema fosse apenas reflexo cultural, e não apresentasse uma dimensão singularizadora e existencial – magmatizada na sua conformação lúcida de carne e espírito da imaginação, que se expandiria em autoconsciência, agora sim, reflexiva. O poema “adelgaça a sua carne e deixa transparecer uma armação óssea”. A passagem que a metáfora argúi é não somente material e semântica, mas evidentemente *existencial*: “a função da metáfora é dar ‘sentido e paixão a corpos mortos’, realizando uma operação de transporte existencial e semântico”. Queríamos sublinhar os termos todos que temos lido até aqui, pois eles conformam-se a uma notação muito própria de Bosi na sua leitura não só da estética viquiana, mas do próprio poema e de sua rede de significados, submersos no corpo, prontos, porém, para ressurgir *dele e para ele*. Por isso, também, uma afirmação como esta, condizente totalmente com seu tempo, um verdadeiro clamor pelo sujeito:

O modo poético de comunicar sofre, nos tempos de cultura analítica e abstrata, a concorrência do falar por gêneros. A *tópica sensível*, que tanto deve à memória e à fantasia, matrizes da invenção, se vê preterida ou inibida por uma *tópica crítica*. Esta tem por método peculiar a redução (...) na redução, cala-se e perde-se o momento do *corpo subjetivo, o corpo de quem fala*, que ferve, que tem sangue, que tem coração¹⁰¹⁵.

¹⁰¹³ STP: 246 (grifos meus).

¹⁰¹⁴ FRYE, Northrop. *O caminho crítico*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 82 (grifos meus).

¹⁰¹⁵ STP: 254.

Vico, intuitivamente, marca o tempo do discernimento originário “da Ilustração italiana que ressalta os valores da *civiltà* e da *regionevolezza* mas não volta as costas para a herança que de Dante à Renascença situara Arte e Poesia no centro da vida humana em sociedade”¹⁰¹⁶. Característica propriamente ressaltada por Bosi quando o poeta comunica o poema à tribo, à sociedade, à comunidade, pressentida e alavancada por Vico à sua condição, original também, de “instituto da comunidade [quer dizer], a língua”¹⁰¹⁷.

Como esses índices levantados na questão são ainda insuficientes, faz-se necessário outro movimento em um filósofo próximo também de Bosi, já que Espinosa e Vico resolvem apenas parte do problema. Fica por resolver, ainda, a forma como o corpo é contemplado, como suas instâncias substantivam a percepção de Bosi em torno do poético. Esse movimento, em nosso entender, fecha-se consistentemente em Maurice Merleau-Ponty em sua tese, defendida e publicada em 1945: *Fenomenologia da percepção*. Seu pensamento põe em “questão o estatuto do sujeito e do objeto, da consciência e da representação, do fato e do conceito”¹⁰¹⁸; traz à cena, precisamente, o corpo, teorizado já na entrada da modernidade, mas pouco compreendido. Por isso Marilena Chauí aduzir que sua filosofia almeja “uma universalidade oblíqua, como aquela alcançada pelo pintor e pelo poeta”¹⁰¹⁹.

“Ato técnico, ato físico, ato mágico-religioso confundem-se para o agente”, diria Marcel Mauss, autor caro à perspectiva de Bosi, sobretudo se pensarmos na ascendência que sua tese sobre Leopardi dá ao antropólogo francês. “O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem”, dirá ainda, fundando, na conjunção bosiana, uma antropologia da poética, ou anuncia uma “técnica do corpo”, tal a definição de Mauss, na medida em que há transmissão e tradição, e tanto é técnica quanto educação dos sentidos, já que, segundo Mauss, essa técnica se difunde via “montagens”

¹⁰¹⁶ STP: 257 (grifos meus).

¹⁰¹⁷ STP: 253. No entendimento de Antônio Risério “o que interessa a Vico não é o objeto natural, mas o ser sociável”. Daí que “Vico ach[e] que podemos entender outros mundos culturais porque são obra humana”. Para ele, e para muitos outros, como Isaiah Berlin, Vico seria “o fundador da moderna consciência histórico-antropológica”. RISÉRIO, Antônio. “A via Vico” in: Revista USP, 23 set/nov 1994, respectivamente p. 39, 40 e 43. Pelas citações, cremos que fica mais claro o forte teor da localização *histórica* que marca a contribuição de Vico para as ciências humanas, que tão cedo atraiu Bosi.

¹⁰¹⁸ CHAUI, Marilena. *Experiência do pensamento*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 4.

¹⁰¹⁹ *Id., Ibid.*, p. 7.

simbólicas¹⁰²⁰. O corpo imanentiza os fatos simbólicos pronunciados pela vida do espírito, neste caso, a poesia; na verdade, trata-se de “um sistema de montagens simbólicas”, um “concurso do corpo e dos símbolos morais ou intelectuais”¹⁰²¹. A poesia, nessa lide, conjuga sons, silêncios, pausas longas e breves, enfim, conjuga os movimentos *intrínsecos ao corpo*. A análise que Bosi faz do poema “Maçã” parece indicar isso de modo eficaz: “o *silêncio* que entremeia os versos de Manuel Bandeira é um *silêncio vivo*. *Cresce junto com o discurso poético, marca o compasso da leitura, regula a vibração da voz, potencia o som e o sentido do verso findo, pressente o novo. Ou ainda, satura-se da dúvida lançada pelos caminhos que a significação vai abrindo*”¹⁰²². Expressões como estas, onde se conjuga o sentido da cultura e, por assim dizer, da natureza do corpo são abundantes no livro, e não escasseiam ao longo de sua obra posterior.

Seu projeto perpassa em deferência à Fenomenologia, já que ela não contempla o mundo como um dado a mais; “minha experiência”, afirma Merleau-Ponty, “não provém de meus antecedentes, de meu ambiente físico e social, *ela caminha em direção a eles e os sustenta*”¹⁰²³. Esse hiato entre as concepções clássicas do corpo e a concepção contemporânea, pronunciada pelo filósofo francês, deu-se pelo fato quase incontestável que indicia algum desacerto da filosofia com o *mundo* propriamente dito, e mais ainda com o *corpo*, ambos pensados como índices de conhecimento, dado que este “mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu *vivo*; eu estou aberto ao mundo, comunico-me com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável”¹⁰²⁴.

Há um elo indissociável entre mundo, corpo e experiência. Na medida mesma em que o “único Logos que preexiste é o próprio mundo”, “a verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”¹⁰²⁵, frase que move o pórtico da mudança de identificação entre mundo e corpo na modernidade. Para Merleau-Ponty, o “cogito” verdadeiro não deve ser desvinculado do mundo, “a percepção e a ciência foram conduzidas durante

¹⁰²⁰ MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo” in: *Antropolgia e Sociologia*. São Paulo: Cosacnaify, 2003, p. 407 e 408.

¹⁰²¹ *Id., Ibid.*, p. 408.

¹⁰²² STP: 127 (grifos meus).

¹⁰²³ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.3.

¹⁰²⁴ *Id., Ibid.*, p. 14.

¹⁰²⁵ *Id., Ibid.*, p. 19.

séculos pela fé originária da percepção. *A percepção abre-se sobre coisas*¹⁰²⁶. Essa idealização anterior, que é parte do *cogito* cartesiano, desrealizava o corpo vivo. Em consequência dessa idealização, Descartes tornava-o “um exterior sem interior”. É nesse sentido que “a subjetividade [também] tornava-se um interior sem exterior”¹⁰²⁷. Pelas páginas seguintes, Merleau-Ponty demonstra que isso se trata de uma aporia inconciliável com o real intento do pensar, que é a mediação entre o *cogito* e o *mundo*, pelo *corpo*.

Por meio de frases *insights*, que em alguns momentos beiram o hermetismo, Merleau-Ponty pondera essa relação com um misto de poesia, apreensão e desvelamento, dando a conhecer o caráter afetivo entre os homens e as coisas, desestabilizando a distância que os separa, para depois, reconciliá-los em um todo vivo, algo perfeitamente coeso entre a sensação, o vivido e a experiência, que são agora experiências não apenas cognoscentes, mas sensitivas, completando o ciclo que o pensamento apenas indicia. Por isso, os objetos ganham contornos mais definidos e reais, como nesse verdadeiro aforismo: “olhar um objeto é vir habitá-lo”, ou no lapidar: “cada objeto é o espelho de todos os outros”¹⁰²⁸. São absolutamente notáveis pela conformação sedutora que as coisas exercem sobre os homens, e que ganham ainda mais relevo depois dele. Não é por acaso que este livro, dentro de sua obra, busca operar outra revolução copernicana, que a modernidade ainda não havia compreendido – tal qual Espinosa no seu tempo desidealiza a subjetividade pelo primado do desejo, trabalho complementado por Vico.

Assim visto, o corpo induz-nos a pensar também nossos próprios constituintes psíquicos, nossa própria *historicidade*, *memória* e *afetividade*, categorias que estão atreladas à nossa condição de participantes *do* mundo, mais talvez do que simplesmente pensadores imersos *nele*. A temporalidade torna-se uma mescla de experiências que contornam o passado e o futuro, realizando-se no presente, cujo horizonte agora é “duplo”, porque envolve “retenção e protensão”¹⁰²⁹, movimento de ida e vinda.

“O corpo, retirando-se do mundo objetivo, arrastará os *fios intencionais* (grifos meus) que o ligam ao seu ambiente e finalmente nos *revelará o sujeito que percebe*

¹⁰²⁶ *Id., Ibid.*, p. 85 (grifos meus).

¹⁰²⁷ *Id., Ibid.*, p. 88.

¹⁰²⁸ *Id., Ibid.*, p. 105.

¹⁰²⁹ *Id., Ibid.*, p. 106.

assim como o *mundo percebido*¹⁰³⁰. O corpo agora assume claramente o fato de que é, ele mesmo, objeto cognoscente, vivo, por onde pervagam “regiões de silêncios”¹⁰³¹. Essas regiões são preenchidas pelas experiências que nos rodeiam: no mundo no qual estamos todos imersos, como condição inescapável dos vivos, em diálogo permanente com a memória dos mortos, parte também de nossa existência e contingência, daí que o tempo é a matéria que nos constitui. O mundo “humano que cada um de nós *se faz*”, torna-se, nessa perspectiva, reflexivo e inclusivo, torna nossa presença tanto mais responsável eticamente. Talvez seja esse o ponto por onde Bosi afiance sua teoria da poesia. É aqui que deixamos Merleau-Ponty, para adentrarmos no corpo do poema corpo-do-mundo, corpo-do-ser-perceptível em Alfredo Bosi.

Corpo do poema. Alma do poema.

Bosi invoca a passagem inicial de São João Evangelista, o evangelista místico: “no princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”, lê-se em Jo 1:1. Essa dimensão evoca o duplo corpo de Cristo como junto aos homens, ele mesmo carne perceptível de sua jornada agônica, visceral e inevitável. “A experiência da imagem, anterior à da palavra, vem enraizar-se no *corpo*”¹⁰³². Tal é a perspectiva que não atenua, antes, radicaliza a “revolução copernicana” operada pelo Autor. A metáfora do verbo inicial, auscultada pelo texto, imprime um conteúdo latente de *voz*, lida no conteúdo da palavra, mediação que aponta os índices menos evidentes, talvez, da condição analógica entre a ossatura residual, o texto *escrito*, e sua polimorfa condição *espiritual* e *intencional*, assente no contato dos dados brutos de seu conteúdo: do corpo e da alma que sente.

De fato, Bosi, nesse texto, almeja reencontrar-se com o corpo que faz e que sente o poema, com o corpo de júbilo que condensa, em imagens, sons, ritmos, tons, a experiência cotidiana, mas também busca captar o rutilo da experiência dos tempos transversais que asseguram ao poema a *presença ausente*, leitura que atravessa todo o pensamento de Pascal, e que Bosi cita como índice de descentramento que o poema é capaz de fazer. Há, nesse sentido, uma visível “*co-existência* de tempos que marca[m] a

¹⁰³⁰ *Id., Ibid.*, p. 110 (grifos do autor).

¹⁰³¹ *Id., Ibid.*, p. 122.

¹⁰³² STP: 19 (grifo meu).

ação da memória: o agora refaz o passado e convive com ele”, diz Bosi na mesma página.

O mundo confunde-se com o corpo porque é o corpo que o habita, que medeia as experiências sensíveis, e é ele que traz, para o corpo do poema, no seu limite e finitude, “nossa experiência”, mediada que está “pela finitude do corpo que olha”¹⁰³³. O imaginado aparece “enquanto forma para o sujeito”, por isso, a “imagem nunca é um ‘elemento’: tem um passado que a constituiu; e um presente que a mantém viva e que permite a sua recorrência”¹⁰³⁴. Por isso o apelo de Bosi, nessas páginas, a elementos de uma Teoria da *Gestalt*, pronta a subsidiar e mediar os elementos de sua conformação e de sua pregnância afetiva, mas também intelectual. Não obstante, ainda procura rever essas categorias sob os signos do *desejo*, do *sonho*, do *prazer*, da *vontade* e da *imaginação*, que são os itens que faltavam à sua costura. Assim, “que o imaginário decorra da coextensidade de corpo e natureza; que ele mergulhe no subsolo do Inconsciente, é hipótese central de um Gaston Bachelard, para quem é preciso descer aos modos da Substância – a terra, o ar, a água, o fogo –, para aferrar o eixo natural de um quadro ou de um símbolo poético”¹⁰³⁵.

Tão característico quanto sugestivo, neste caso, é pensar o olhar como vinculante a uma “fenomenologia do corpo”, corpo este não apenas pensado como motricidade, mas gerador de uma sensibilidade. O olhar é *intencionalidade*, por isso, sua presença se dá de forma receptiva e ativa¹⁰³⁶. O mais espiritual dos sentidos, como se lê em Santo Agostinho, reflete instâncias intencionais que se pautam pelo desejo, amplificadas pelo corpo que sente. O texto de Bosi infere disso uma dialética do olhar que denota a memória e o esquecimento, que são, elas, “duas dimensões da existência, dois olhares”¹⁰³⁷.

A imagem é “catarse das pulsões do Id”, que, segundo Bosi, nasce a partir da “*identidade*”, cujo *eco*, no termo sublinhado, não se dá por acaso. Bosi pensa, ainda, as pulsões, desejos e vontades como constituintes da “geometria da imagem”; esta, por sua

¹⁰³³ STP: 21.

¹⁰³⁴ STP: 22.

¹⁰³⁵ STP: 24-25.

¹⁰³⁶ BOSI, Alfredo. “Fenomenologia do olhar” in NOVAES, Aduino (Org.). *O olhar*. Op. Cit., p. 66.

¹⁰³⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 71.

vez, adere “ao trabalho da percepção, a sua dinâmica faz-se em termos de desejo”¹⁰³⁸. São todos componentes da pessoa, contributos indispensáveis da poesia, partícipes magmatizados do ser da poesia e da cadeia que a alimenta: o corpo. Sons, palavras, ritmos, tons, são todos eles entes fortes da evocação que o poema pode trazer à esfera da compreensão humana, dados *objetivos* de sua constituição *subjetiva*. A estaticidade que o poema evoca nas estéticas antigas refere-se, no pensamento de Bosi, a um “modo de dizer a experiência [que] renunciou, por certo, àquela fixidez, àquela simultaneidade, àquela forma-dada-imediatamente do modo figural de concebê-la”¹⁰³⁹.

De seu projeto de uma poesia mediada e inscrita pelas instâncias do corpóreo, originadores de um *genus*, de um ser poético singular, infere-se o caráter de *não espelhamento* da matéria poética, por isso, a matéria do sonho tão próprio a essa linguagem; por isso, também, “a imagem e o devaneio se formam aquém do juízo de verdade”¹⁰⁴⁰. É preciso, em outras palavras, que haja *mediação*, palavra importantíssima na estética bosiana, pois sem a mediação a literatura torna-se brutalização, torna-se uma aposta na configuração imediata de signos e sujeitos, que é quando ocorre uma “supressão do diferente”, daquilo que o discurso poético singulariza, por ser um conhecimento de *pessoa singular*, como vimos atrás Bosi referindo-se à perspectiva do olhar cristão, oposta à platônica e neoplatônica. A negativa em aceitar estéticas da leitura do poema como balizadas pela não mediação, como ocorre, segundo ele mesmo, em torno das poéticas de cunho pós-modernas, das quais se afirmaria justamente que elas “prov[ê]m, quem sabe, de um desejo intenso de eludir a mediatidade do discurso e gozar, sem demoras, da supressão do diferente”¹⁰⁴¹, é uma tópica lida com certa recorrência em seus textos, ainda atualmente. Ou seja, “ao poema, enquanto contínuo simbólico-verbal, não quadra a estrutura simples de uma natureza *tota simul* (...) puro espelhamento é tautologia”¹⁰⁴².

Para Bosi, trata-se de desencadear do sistema frásico a inteligência dos “retornos [a]o desejo de recuperar, através do signo, o que Husserl designava como a *camada pré-expressiva do vivido*”, de que o filósofo principia o conteúdo de sua filosofia. A arte,

¹⁰³⁸ STP: 25.

¹⁰³⁹ STP: 30.

¹⁰⁴⁰ STP: 33.

¹⁰⁴¹ STP: 33.

¹⁰⁴² STP: 34 e 35.

dirá Bosi em conclusão a essa confluência entre vivido e percebido, “é uma verdade de corpo e alma”¹⁰⁴³.

Há uma participação bilateral entre os signos do poema e o corpo: é este último que os emite e os profere, isto é, pervaga “entre os movimentos do aparelho vocal e as experiências a que se vem expondo o organismo há milhares e milhares de anos”. Participação milenar e histórica, sem dúvida, acolhida na comunidade de falantes, que Vico já predicara como característica notável do poema. Assim “os movimentos, de que os fonemas resultam, não são, acaso, vibrações de um *corpo em situação* (grifos meus), *ex-pressões* de um organismo que responde, com a palavra, a *pressões que o afetam desde dentro*” (grifos meus). A configuração do poema não é algo puramente cultural, é algo contingentemente condicionado, é um imperativo do ser em questão, é existencial, não custa dizer de novo. Por isso, também, essa produção remete “à incancelável presença do corpo na produção do signo poético”¹⁰⁴⁴.

A significação, para ser verdade e significado, antes ancorou-se na alma, atravessou peito e pulmão, sentiu as artérias no seu pulsionamento instintivo, guardou acentos fortes e fracos pela força e pela constância de suas batidas, reservou-se de *pathos* e valor, e, depois disso tudo, ancorou-se no signo: “quando o signo consegue vir à luz, plenamente articulado e audível, já se travou, nos antros e labirintos do corpo”. Dizendo melhor ainda: “o som do signo guarda, na sua área e ondulante matéria, o calor e o sabor de uma viagem noturna pelos corredores do corpo”¹⁰⁴⁵. Exemplo notável disso é o texto “Memórias de um poema”, de Paul Valéry, aportado por Bosi em corroboração à sua teoria da expressão poética, ou seja, do ritmo como pertencente, enquanto experiência, à anterioridade do sentido.

O célebre projeto sugerido e conduzido por Wolfgang Köhler¹⁰⁴⁶, redescrito por Bosi, em que este cientista expõe uma lista de palavras secularmente escolhidas para ilustrar a tese de analogia palavra-sentido, parecem induzir, talvez, para um possível *isomorfismo* entre som e significado, sentido que seria não-arbitrário, concepção com proximidade no Crátilo, de Platão¹⁰⁴⁷, ou seja, uma concepção esboçada nas

¹⁰⁴³ BOSI, “Fenomenologia do olhar”. Op. Cit., p. 75.

¹⁰⁴⁴ STP: 51 (grifos não assinalados de Bosi).

¹⁰⁴⁵ STP: 52.

¹⁰⁴⁶ Experimento proposto às páginas 53-55 da edição citada, para o qual remeto o leitor mais interessado.

¹⁰⁴⁷ Crátilo 383a.

similaridades, isto é, que no processo de racionalização haja contiguidades que o cérebro intui. Entretanto, esse isomorfismo não é total. Ele “não se dá”, diz Bosi, “de forma absoluta”¹⁰⁴⁸. O arbítrio do sujeito continua sua progressão na história. É contraproducente aderir entusiasticamente a essa relação de palavras, aderentes de um ponto de vista, em razão de, na mesma perspectiva, encontrarmos outras tantas que ressoem, no mesmo campo fônico, significados diametralmente opostos.

Claro está, que isso não impede que, subjetivamente, “a palavra respond[a], por natureza, aos estímulos que se recebem do objeto”. Em outros termos, é válida a relação entre signos e semânticas, mas ela tem de ser relativizada e matizada pela experiência do corpo e do intelecto, por meio de uma recriação de conceitos, pois é o “corpo-que-fala”, e é essa mediação que se sente no sujeito. Bosi exemplifica com a palavra *tumba*, isso que analisamos:

Estamos diante de um processo pelo qual se associam, no corpo-que-fala, dois movimentos: a) *a sensação* (e, às vezes, o sentimento) *que o objeto é capaz de provocar*; no caso, a escuridão e a angústia que a imagem de uma tumba produz, em geral, no ser humano; e b) *a sensação interna*, que o mesmo sujeito experimenta quando articula uma *vogal fechada, velar e escura*, principalmente quando em posição de força”¹⁰⁴⁹.

Trata-se de um “*acordo subjetivo entre as reações globais* (sensoriais e emotivas) e o modo de articulação de um determinado som”, diz Bosi na mesma página. A crítica literária do momento, não custa lembrar, sobretudo a de cunho estruturalista, profere essas instâncias no sentido de procurar na *tensão estritamente linguística*, os eixos de contiguidade entre significação e estrutura, sem se preocupar, como parece ser o caso aqui, com os aspectos subjetivos, o *pathos*, que arrancam da análise os vestígios mecânicos que a primeira articularia: o esquecimento do sujeito seria apenas a primeira fase desse esquecimento deliberado; esquece-se, assim, da vida propriamente dita e dos compromissos *existenciais* que a poesia cumula.

Note-se o tom veemente que movia o crítico Alfredo Bosi, na década de 70, quando refletia essas condicionantes: “já não me impaciente, como outrora, quando

¹⁰⁴⁸ STP: 55. À lista produzida por Bosi, movimentando as palavras para o assunto em torno da confluência entre um e outro, no entendimento desse sentido, ele mesmo apõe outra, com os mesmos sons, contradizendo-a no mesmo parâmetro esquemático. Somente como exemplo. Em um campo, lêem-se as palavras *bruma, gruta, lírido, negrume, profundo, crepúsculo, tumba, escuro, turvo*; estas poderiam constituir “o campo semântico da obscuridade”; em outro: *aljube, naiúca, cissura, canelura, cumbuca, cuca*, dentre outras que remeteriam ao campo semântico do fechamento. Para um exame mais atento, leiam-se as páginas 56-60.

¹⁰⁴⁹ STP: 61 (grifos meus).

ouviam dos críticos estruturalistas em coro hinos e hosanas à metalinguagem. Tudo tem sua hora: falar sobre ela mesma, poetar sobre poesia, medusar-se no signo, são tendências fortes do espírito moderno que, no limite, como ensinou Hegel, bloqueariam o discurso representativo e emotivo”. Por isso, Bosi expõe sua teoria como entranhada pela camada de significação que a dialética redescobre: “a dialética que pulsa na vida da poesia não é diferente da dialética social: como esta não supera sem conservar. *No seu momento sintético e resolutivo, o trabalho mitopoético também nega a negação. Se a metalinguagem apaga, por um átimo, o conteúdo vivido do signo, o processo total do poema apaga a mão que apagou; e deixa emergirem, filtradas mas potenciadas na sua essência, a figura do mundo e a música do sentimento*”¹⁰⁵⁰.

Há uma relação entre devaneio e imaginação, e ambas se guiam pela potência dos afetos, segundo Bosi, sendo o ritmo o modo que particulariza essa relação, singularizando a dicção poética. Bosi aponta para a existência de três formas aportadas aos ritmos que aparecem no poema: no caso do poema *primitivo*, ausculta-se a linguagem oral. No segundo caso, o do poema *clássico*, vai-se do desarticulado para uma área mais articulada de efeito. No terceiro caso, o do poema *moderno*, a abolição do verso não é ameaça, mas parte do processo configuracional do poema. Notação que, de algum modo, singulariza o movimento do espírito em Hegel, desde a *Estética* até a *Fenomenologia do espírito*. Essa constatação rápida em torno do poema ao longo do tempo é uma vontade de Bosi no intuito de experimentar, quanto possível, o plano do verso como representante dos modos como o homem vem sentindo os fluxos e refluxos de ideias, sentimentos e afetividades. A caracterização não se presta, portanto, a uma periodização estrita da poesia.

O poema *primitivo*, por exemplo, de que são exemplos, as “canções da gesta”, os “versículos bíblicos”, “os épicos” – ambos tomados aqui em um sentido peculiarmente anacrônico, pensando-se no conceito de “literatura” como pertencendo a caracteres anteriores ao século XVIII –, resultam de paralelismos e repetições que os metros homéricos, embora não sem alguma ressalva, exemplificam bem¹⁰⁵¹. No segundo caso,

¹⁰⁵⁰ STP: 76 (grifos meus).

¹⁰⁵¹ Fórmulas que a obra de Milman Parry detalha, segundo Steiner, aferem com precisão. Steiner aponta também que “a teoria de que os dois épicos foram memorizados e transmitidos perfeitamente por tradição oral, até serem escritos no século V, simplesmente não pode ser sustentada”. STEINER, George. “Homero e os especialistas” in: *Linguagem e silêncio*. Op. Cit., p. 211. Bosi nem entra nesse mérito de meticulosidade. O fato de que esses épicos tenham alguma

Bosi infere que o poema, nessa atual fase, acaba complicando o processo, dado o acúmulo de cultura e tradição propriamente literárias que esses poetas aproveitam no seu uso. A perspectiva de uso de intencionalidade parece ser maior, e, porque “técnica refletida”, diz, “exige a composição regular de um texto”. No caso final, temos aí um acúmulo de reflexão, levado aos extremos do poeta cultivador da tradição, e, como conhecedor dela, pode, agora, subverter essa mesma tradição, exponenciando as características da poética dita *aberta*, para usar um termo caro a Umberto Eco; caminho sem volta, como se vê hoje, pois que consegue, à sua maneira, resolver, com soluções razoáveis ou excepcionais, em muitos casos, o legado poético anterior; tem condições, por isso mesmo, de se exprimir de modo bastante competente o tempo. Este esquema repete, na sua essência, o defendido por Friedrich Schiller em *Poesia ingênua e sentimental*, esteticamente ligado a Kant. Não vamos detalhar esta relação, pois parece que o esquema de Bosi não anseia mais do que abrir a senda dos termos, sem mais precisão¹⁰⁵².

A modernidade não passa esse tempo sem antes reconhecer que a excepcionalidade do verso moderno, e toda a sua sustentação conceitual e cerebrina, desde os românticos até os parnasianos, esgota-se em fórmulas gastas, precisando de uma renovação especial: no instante mesmo em que inventa essas novas formas, o poeta reflete em sua produção, chegando ao ponto de ver nesse processo uma naturalização da produção do verso, como reconhece Bosi em um dos principais poetas modernos, Mallarmé. Bosi cita uma carta de Mallarmé a Morice, em que o poeta viceja que “o canto jorra de uma fonte *inata*, anterior ao conceito, tão puramente que reflete, de fora, mil ritmos de imagens”¹⁰⁵³. Esse é o instante em que a renovação propugnada por Walt Whitman esconjura todo mecanicismo produtivo, para dar lugar a uma *naturalização da forma*, como dizem os construtores do verso moderno como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Eliot, Laforgue e Rilke, Haroldo de Campos e Octavio Paz.

Nota-se mais uma vez a indisposição de Bosi com as teorias, mesmo as de conformação dialética, como no caso do marxismo ortodoxo, que não apreendam que o

reminiscência constitutiva de *oralidade* e de *paralelismo*, inevitáveis na configuração histórica da *Polis* à época, antes corrobora do que nega sua teoria, preocupada com o momento da configuração inicial e o resultado final dispensado à poesia antiga.

¹⁰⁵² Remeto o leitor à boa “Apresentação” de Márcio Suzuki à edição brasileira de *Poesia ingênua e sentimental*, São Paulo: Iluminuras, 1991, pp. 7-40.

¹⁰⁵³ Mallarmé, Apud, Bosi, STP: 99 (grifos meus).

efeito sonoro é derivado de um “*ser vivo, falante e situado*”¹⁰⁵⁴. O poema apresenta sua imagem verbal antes de chegar ao conceito, mas nasce e “renasce *corporeamente* nas inflexões da corrente verbal”. Arrisca ainda que o poema, para ser belo, é, de algum modo, “expressivo do seu sujeito”, alternando-se em um movimento “a) do mesmo para o outro (*passagem para a alteridade*), e b) do outro para o mesmo (*passagem para a repetição*)”¹⁰⁵⁵. Tão contíguo aos processos do corpo que “o ritmo não se limita a acompanhar simplesmente o significado dos poemas: arrasta-o para os esquemas do corpo”¹⁰⁵⁶.

Essa estética ainda se preocuparia com muitos outros aspectos técnicos do poema, mas aqui basta por já percebermos o quanto Bosi se situa na carne do problema, e onde se posiciona em torno à premência que é a *existência sui generis* da experiência poética, em um mundo que se solidifica em seus pormenores na negação da própria poesia. Como pondera Maurice Merleau-Ponty: “é mister nos igualarmos, pelo saber, a essa visão, tomar posse dela, dizer o que é *nós* e o que é *ver*, fazer, pois, como se nada soubéssemos, como se a esse respeito tivéssemos que aprender tudo”¹⁰⁵⁷.

É bom lembrar também que Bosi repõe o discurso literário no centro de uma confluência cujos meandros só podemos associar às lutas pelo reconhecimento da existência do sujeito e da subjetividade, que é o discurso propriamente moderno, de onde retiramos todo o excuro pelas diversas filosofias em que apostam nosso texto. Nesse sentido: esse equilíbrio é instável porque ainda é lido sob os auspícios da desconfiança e do medo, seja ele epistemológico, científico, psicanalítico ou filosófico.

Enfim, cremos que a contribuição de Bosi, com este livro, ultrapassa as cortinas da teoria literária, para alcançar um debate milenar de uma filosofia que encontra em Espinosa e em Merleau-Ponty, bem como em Vico, uma dimensão de liberdade. E definitivamente outra. Para encontrar também o Outro na sua alteridade.

Octavio Paz tenta recuperar essa realidade do corpo que *fala*, intuído no universo de sua poesia, e que, em alguns momentos, aparecem em seus ensaios. O exemplo mais claro disso está no seu *Conjunções e disjunções*, publicado quase à mesma época que o ensaio de Bosi, em que o eminente literato mexicano alterna o conhecimento que

¹⁰⁵⁴ STP: 106.

¹⁰⁵⁵ STP: 110.

¹⁰⁵⁶ STP: 112.

¹⁰⁵⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 16 (grifos do autor)

atravessa o sensual nas culturas cristã, sânscrita, no taoísmo e no confucionismo. Para Paz, o “corpo é imaginário”, “não por parecer carecer de realidade mas por ser *a realidade mais real*: imagem afinal palpável e, não obstante mutável e condenada ao desaparecimento. Dominar o corpo é suprimir as imagens que ele emite”¹⁰⁵⁸. Por isso há um desafio não tangente, mas central ao poeta, que é a concatenação do corpo imerso na sua representação poética, suficientemente encerrada, segundo Paz, no silêncio. A poesia pode ser pura positividade, mas também pode ser uma ponte para o negativo: tradução de imagens e corpo, como Bosi não cansou de apresentar no seu ensaio. Por isso, aventa-se ali a possibilidade de compreender o real sentido do corpo, que é poesia, em imagens, sentidos, sons e acentos, que se condensam em memória, em princípio de comunidade e de historicidade latente no seio de sua gestação, sem os quais, poder-se-ia cair em um redundante solipsismo, ou em um hedonismo típico da cultura sem sujeito: auto-ironia vazia.

¹⁰⁵⁸ PAZ, Octavio. *Conjunções e disjunções*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 21 (grifos meus).

3.3 - O istmo basilar do historicismo dilatado.

Tráfego de tempos e ideia de historicidade na cultura brasileira.

Bosi acerca-se de uma matriz de pensamento embasada no conceito de História, vaso comunicante dos conceitos aqui pronunciados. O conceito de história literária apresenta um problema não novo para a crítica literária brasileira; já vem expressa, por exemplo, nos escritos de Sílvio Romero, de José Veríssimo, de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, e também nos de Francisco Adolfo Varnhagen, todos no século XIX. Outros, que também se viram rentes ao problema, como Antonio Candido, Wilson Martins, e, em vertentes filosóficas outras, Haroldo de Campos, João Adolfo Hansen e Alcir Pécora, passando obviamente por Roberto Schwarz, trafegam também por ele.

Tem-se um campo vasto e de algum modo já estudado por diversos autores interessados no assunto. Alguns deles tocam o tema que estudamos apenas lateralmente, como a questão do nacionalismo, outros, as questões políticas e sociológicas, passando ainda pelas de cunho filosófico, lidas no campo da literatura. A vertente filosófica, ou metacrítica, é uma margem ligeiramente pouco explorada, diga-se de passagem, mas que tem ganhado consistência nos estudos literários recentemente.

Não surpreende o papel de proeminência de Antonio Candido dentro dessa questão. Primeiro, pelo fato de retornar, na década de 40, ao universo da crítica de Sílvio Romero, com seu livro *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*. Segundo, por trazer, como parte de seu discurso, a produção literária do *Setecentos* e do *Oitocentos*, ambos lidos como *momentos decisivos* no estabelecimento de um cânone literário, por isso mesmo, *fundante* de nossa literatura, constituída no conceito de nação brasileira, envolta na sua autonomia literária.

As histórias da literatura publicadas no *Novecentos*, pensa-se aqui, sobretudo, nas tentativas iniciais de historiar a literatura, ainda são pontuadas pelo signo do positivismo, como é o caso da *Pequena história da literatura brasileira*, de Ronald de Carvalho. O episódio desse livro pode ser ilustrativo. Sua fortuna crítica dividiu-se em pensá-lo como pertencendo a uma tradição, da qual ele seria dispensável, porque acrescentaria pouco aos textos de Romero e Veríssimo. Outra parte dela, porém, achou-o muito bem escrito e, a despeito da recepção negativa, esse livro, publicado em 1919, “foi utilizado como manual para o ensino de literatura brasileira nas escolas durante

pelo menos quatro décadas”¹⁰⁵⁹. Feitas as contas, chegamos a nada menos que os anos 60.

Bosi, quando convidado por José Paulo Paes para escrever sua *História concisa*¹⁰⁶⁰, em 1970, vê-se na busca de um método que fosse suficientemente justo com respeito à herança e à memória literária que o país já tinha, mas buscando avançar em outras direções um pouco menos exploradas. Um breve levantamento das histórias literárias havidas no Brasil por esse tempo dá conta de uma atividade solene e de já grande extensão. Há que se lembrar do painel amplo da literatura brasileira feito por Antonio Candido e José Aderaldo Castello no *Panorama da literatura brasileira* (1964), e, antes, o *Formação da literatura brasileira* (1954), de Antonio Candido, publicado ao mesmo tempo que a *História da literatura brasileira* (1954), de Antonio Soares Amora; há ainda a *História da literatura brasileira* (1969), de Néelson Werneck Sodré. Também o extenso projeto desencadeado por Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil* (1968-1971) concebido nos moldes do *New Criticism* americano, de que a *Literary Theory*, de Warren e Wellek, serve como modelo¹⁰⁶¹; e o projeto coletivo de professores da USP, *A literatura brasileira*, coleção em que Bosi contribui com *O pré-modernismo*, em 1966. Essas as mais importantes e as mais conhecidas. Fica claro que havia uma necessidade óbvia de demarcar e historiar a literatura brasileira. E a pensar no número de publicações, não é difícil concluir que os parâmetros por elas conduzidos foram repensados inúmeras vezes.

Dentro de tudo o que se vê até aqui, sói pensar quais vertentes foram acolhidas e repensadas por Bosi nessa hora, mas também não podemos nos furtar de expressar uma tentativa de totalização de sua parte na compreensão do fenômeno histórico, ampliada por ele em um texto escrito 22 anos depois, 1992 – quando dilata a noção de história e quando também expande o leque de concentração desse pensamento – texto importante

¹⁰⁵⁹ BOTELHO, André. “A pequena História da literatura: provocação ao modernismo” in: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 23, n. 2, p. 137.

¹⁰⁶⁰ “E foi justamente nesses anos [da década de 70] que, graças à indicação generosa do poeta e amigo José Paulo Paes, fui convidado a escrever uma história literária (...) que publiquei em 1970”, in: BOSI, Alfredo. “Caminhos entre a literatura e a história”. Op. Cit., p. 320.

¹⁰⁶¹ O leitor interessado em um mais pormenorizado balanço dessas vertentes historiográficas tem no livro *Introdução à historiografia da literatura brasileira*, de Roberto Acízelo de Souza, sobretudo no seu capítulo 9º, um panorama suscito, mas suficiente dos principais nomes e das perspectivas teóricas assumidas, bem como verá ali, algumas análises daquilo que estamos discutindo. Cf também FREITAS, Eduardo da Silva de. *A forma da história: o cânone da historiografia literária brasileira* (Dissertação de mestrado inédita). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

na sua configuração crítica porque está situado em um tempo em que todo o enfrentamento político daquele passado parecia esgotado, e o momento movia-se agora no repensamento da própria democracia e de um futuro anunciado em *neon*; os novos tempos e o enrijecimento do mercado, que então já se adensava e que seria decisivo, como se sabe, no destino da economia da nação brasileira na década de 90 e anos seguintes.

Esse importante texto foi publicado a partir de uma palestra que inaugurou o simpósio “Tempo e História”, no MASP, em São Paulo no dia 13 de abril daquele ano. Poderá abalizar melhor nosso entendimento da perspectiva atual com que Bosi maneja seu conceito de história; ele amplia a participação dessa categoria no modo de compreender a crítica literária, tal como é, material e simbolicamente fundada. É crucial inferirmos essa dimensão histórica de seus escritos, de modo a repensarmos o próprio escopo de uma crítica que se quer dialética¹⁰⁶².

A partir deste texto, Bosi delimita e amplia em moldes filosóficos o conceito de história, consegue jungir, dessa forma, os modos próprios de compreender sua crítica literária; repensa, porém e ainda, as questões tão abertas em torno da memória, da cultura e do corpo. No movimento de ampliação desse texto, pretendemos fechar aquela discussão iniciada na introdução, quando ainda revisávamos os problemas concernentes ao termo “literatura e sociedade”. Pretendemos, ainda, discutir os estudos que interpretaram a obra bosiana, seja restringindo o escopo de suas pesquisas, seja compactuando com elas. Será também o espaço para verificarmos melhor a produção propriamente historiográfica de Bosi, grande sem dúvida. Não poderia ser diferente, aliás, é a via, afinal, pela qual sua obra é mais conhecida.

Imaginamos que não é difícil transpor, para o âmbito do conceito de literatura e resistência, que concluiremos nas próximas páginas, o domínio do tempo histórico como categoria central que regula, por assim dizer, a dimensão desse conceito. Suas fontes podem ser alicerçadas em torno de filosofias ou concepções muito diversas, como o hegelianismo, o viquismo, o freudismo, o marxismo, a antropologia da religião, e finalmente, a Escola dos Anales. Por isso, esse capítulo guarda também uma intuição,

¹⁰⁶² Trata-se do texto “O tempo e os tempos” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 19-32. Tomando dados da Folha de São Paulo da época, sabe-se que esse texto abriu o Simpósio Tempo e História, sob coordenação de Adauto Novaes e José Jacinto de Amaral, pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, na gestão de Marilena Chauí.

mais até do que uma análise propriamente dita. Essa intuição refere-se à parte do pensamento de Bosi, que se pauta por uma abstração real, se nos permite o leitor o paradoxo, da noção de tempo histórico, válido dentro de um domínio que se quer cultural, ou seja, dentro de uma tradição. Dentro também de uma noção de comunidade, profundamente enraizada e até radicalizada em um *ethos* cristão.

Por isso, discutimos aqui as ideias envolvidas não apenas em sua obra historiográfica, como fica claro para os leitores de Bosi de mais data, mas tangenciamos outros aspectos dela, perscrutando parte também de conceitos políticos a ele caros. Pensado assim, o capítulo pauta-se nas considerações quase finais de um itinerário que começa na década de 60, atravessa a consolidação de professor e crítico respeitado, na década seguinte, quando também alia, à sua reputação, o vigor do historiador.

O momento basilar do historicismo dilatado.

Ficam claros os limites sobre o que se guiam as periodizações literárias na seguinte afirmação de Bosi, que, de resto, depreende claramente o momento de isolamento do criador literário, e do processo expressivo e cognitivo que seu objeto requer:

As classificações históricas são necessárias, mas têm um limite. Um grande poeta é um grande poeta, independente de sua época. Um crítico literário tem de ir além da classificação histórica¹⁰⁶³.

Mais uma vez: os conceitos de ‘fatores externos’ e ‘fatores internos’, assim como as noções de ‘série social’ e ‘série literária’, úteis didaticamente, são *muletas provisórias que devem ser abandonadas tão logo o intérprete perceba que o que vigora, sempre, é um processo expressivo e cognitivo dentro de cada frase, de cada escolha verbal*¹⁰⁶⁴.

Por isso, queremos neste capítulo fundamentalmente demonstrar como o conceito de história se erige em edifício teórico basilar de um discurso denso, que acondiciona tempos díspares, mas que, como toda dialética, procura resolver suas dissonâncias, emergindo, dessas às vezes pouco discerníveis teses e antíteses, o sustentáculo de uma síntese mobilizada no sujeito concreto, não na abstração que antes *dessubjetifica* o sujeito e que o diminua da posse dos lastros da voz e da autonomia. Em consonância a isso que estudamos, e como adendo perspectivo, Bakhtin diria, pouco antes de sua morte, quando vinha sendo redescoberto pelos pesquisadores soviéticos e

¹⁰⁶³ Entrevista a Haroldo Ceravolo Seraza. Op. Cit.

¹⁰⁶⁴ “Céus, infernos”, entrevista citada, p. 112-113 (grifos meus).

ocidentais, que o tempo da cultura seria *aberto*, daí que ele aponte que o literário não pode ser compreendido “fora do contexto pleno de toda a cultura de uma época”. Sincronicamente falando, o conceito proposto pelo célebre autor dos estudos sobre Rabelais e Dostoievski encontra-se com o de Bosi no sentido de refutar ainda o economicismo, já que este passa igualmente rente à cultura. Os fatores sócio-econômicos “*agem sobre a cultura no seu todo e só através dela e juntamente com ela influenciam a literatura*”¹⁰⁶⁵.

Bosi indicia sua cobertura do fenômeno por uma metáfora que sugere que as *datas* são pontas de *iceberg*. Elas denotam e acoplam, dentro de sua constituição menos imediata, acontecimentos outros, de tempos idos, que estão ausentes à primeira vista. O tempo remete a instâncias outras que *ressoam* mais do que *dizem* da memória das sociedades. Por isso, esse mesmo tempo opera uma “polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície”¹⁰⁶⁶. Compreender essa noção é primordial para entendermos os meandros de uma história ampla, que concilie *pessoa e sociedade, identidade e mundo, Cultura e Memória*, fulcros, todos eles, das incursões lidas até aqui, e a partir das quais tentaremos formalizar nosso tema melhor desde agora.

Isso é condizente com o fato de que as conformações *fundacionais* do presente deveriam ser avaliadas para que se compreendessem quais destinos marcariam o fulcro futuro dos acontecimentos: “em primeiro lugar não convém subestimar a força real das determinações de origem”, diz ele em um texto de fevereiro de 1982, a respeito da criação da USP, na década de 30. Mas, completa o Autor, emblematizando vigorosamente sua aposta em um tempo marcado por altercações e deslindamentos, pela leitura dialética: “origem não é determinação absoluta, ou então a História se repetiria *ad nauseam* as situações inaugurais”¹⁰⁶⁷.

Bosi considera que a simples enumeração presente nas *datas* indicia apenas o marca-passos da história. Com ela, deixamos de identificar melhor os descentramentos e descontinuidades captadas no tempo. “Entramos assim a falar do tempo histórico em

¹⁰⁶⁵ BAKHTIN, Mikhail. “O estudos literários hoje” in: *Estética da criação literária*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 361 (grifos meus).

¹⁰⁶⁶ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 19.

¹⁰⁶⁷ BOSI, Alfredo. “Uma crônica das origens” in: CARDOSO, Irene R. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982, p. 15.

uma linguagem de *irreversibilidade*”¹⁰⁶⁸. Por isso também, ele pensa essa relação primordialmente numérica, como parte de uma sintática que “dá suporte a duas opostas filosofias: uma, que é cumulativa e finalista; a outra, que é pontual e (...) contingencial”¹⁰⁶⁹. São, ambas, *serialidade e sucessão*.

Primeiramente, a teoria da história de Bosi não rejeita a visão *finalista* da história mundana, especialmente no que diz respeito à leitura da obra de arte – mas a encara no espectro que a palavra indicia no seu escopo *cordial e comunitário*. Em outros termos, embora ele se insurja contra as determinações e as forças causais, presentes ou ausentes nas “determinações de origem”, por isso mesmo ele acopla esse sentido em virtude de sua semântica ampla que duplica e relativiza (põe em posição relativa a), *palavra e homem*. É o que afirma em entrevista publicada em 2000:

Quando penso em tempo, penso numa vasta dimensão histórica, em que o presente não é o fim do passado, o passado é uma dimensão que prepara o futuro – e *esse percurso tem sentido, dentro da história humana* (...) considerar o tempo apenas como uma passagem fatal para a destruição individual (ou mesmo de uma civilização) impede que se construa uma ontologia da memória. É graças à memória que o tesouro das experiências humanas é conservado, dialetizado, levado à frente¹⁰⁷⁰.

Toca o sentido da poesia justamente aquela disposição de enfrentar homem e homem, de colocá-los frente a frente na sua atitude responsável e dialógica, que atravessa aquele contágio de consciências que vimos atrás. Em vista disso, o poema pode ser visto como o *aldeamento* do homem, sua condição de retorno gregário em vista do outro que se anuncia. É esse um dos sentidos da negatividade pronunciada pelo fragmento que diz: “*a poesia já não coincide com o rito e as palavras sagradas que abriam o mundo ao homem e o homem a si mesmo*”¹⁰⁷¹.

Parte dessa perspectiva pode ser lida no passado, sobretudo, pelos românticos alemães. Em “A tarefa do tradutor”, de Walter Benjamin, traduzido recentemente, parece esclarecer melhor o que digo. Note-se antes que esse conceito já havia sido

¹⁰⁶⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 20 (grifos meus).

¹⁰⁶⁹ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 20.

¹⁰⁷⁰ Entrevista a Haroldo Ceravolo Seraza, Op. Cit. Faz pensar, inclusive, na sua não adesão a uma estética baseada na fenomenologia heideggeriana. Na mesma entrevista Bosi diria: “no caso de Heidegger, ele instituiu uma metafísica do ser, opondo o ser à temporalidade. A existência autêntica seria aquela que sabe que vai morrer, a única verdade que o tempo nos dá. Nós somos o ser-aqui, o homem em face da finitude, e o tempo é a própria substância dessa finitude. *Que estética pode nascer de uma visão tão radicalmente ancorada na ideia de morte?* (grifos meus).

¹⁰⁷¹ STP: 164 (grifos meus).

discutido por sua tese de doutoramento, *O conceito de crítica no romantismo alemão*, escrita entre 1916 e 1919, em Berna, na Suíça, três anos antes desse texto. O trecho deixa entrever que o momento culminante de toda determinação de sentido pode ser buscada *para além de sua forma*, utilizando aqui uma terminologia muito particular, que participa de um modo peculiar de ver a obra literária, subscrita tanto por Benjamin quanto pelos românticos alemães. *Corpo e Palavra* indiciam não uma metáfora da condição criadora, são desdobramentos particulares da vida mesma:

Enquanto desdobramento de uma peculiar vida elevada esse desdobramento é determinado por uma finalidade [*Zweckmässigkeit*] peculiar e elevada. Vida e finalidade: seu nexos, aparentemente mais tangível, mas que praticamente se subtrai ao conhecimento, é descoberto apenas onde aquele fim, para o qual convergem todas as finalidades da vida, deixa de ser, por sua vez, buscado na esfera própria dessa vida, para ser procurado numa esfera mais elevada¹⁰⁷².

É por essa perspectiva que pode ser mencionada a certeza de que a obra de arte conduz a um deslindamento que seja ético e cognitivo. Isso não se confunde com uma perspectiva evolucionista. É o que indica a prevalência do senso gerado pela adesão de Bosi à hermenêutica, na confluência do que dissera uma vez Schleiermacher, para quem, em suas palavras, se “daria o nome de hermenêutica à arte de *decifrar os signos do passado sem enquadrá-los em um esquema evolucionista*”¹⁰⁷³.

Para um ato socialmente fundado como é o caso de historiar, a conduta do analista deve ser de cautela. Naquela equação instaurada, Bosi desconfia da segunda questão, a *sucessão*, pondo-a em suspensão, pois ela identifica-se a uma potência que cancelaria potência. A história seria “sequência também, mas sem plenitude e sem *telos*”¹⁰⁷⁴. O historiador não pode saber – mesmo que pela contemplação primária ou secundária, pela posse dos documentos, do decoro e dos eventos – que “a sequência dos tempos produz necessária e automaticamente uma evolução do inferior para o superior”.

Se Leopardi está correto, então, “*a história pública só é traduzível (...) em termos de motivações individuais*, o que não deixa de guardar algum liame com os motivos pseudo-rationais que a Economia liberal clássica alegava serem as razões últimas da produção e do consumo das mercadorias nas quais o ‘capital simbólico’ não

¹⁰⁷² BENJAMIN, Walter. “A tarefa do tradutor” in: *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2011, p. 105-106.

¹⁰⁷³ IC: 54 (grifos meus).

¹⁰⁷⁴ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 20.

é menor do que o real”¹⁰⁷⁵. O acerto de contas com uma possibilidade final do capital, visível em um dos avatares do liberalismo moderno, anunciador do fim da história, como é o caso do economista americano Francis Fukuyama, imediatamente também é rechaçado por Bosi. Por isso, valendo-se de Leopardi e ainda de Schopenhauer e, no nosso caso, apontando para o século XIX, quando analisa Machado de Assis – de algum modo *sombreado* pela figura de Dostoiévski¹⁰⁷⁶ – não à toa, autores afins uns dos outros, Bosi verifica que o “*que aparece na vida pública só se entende por dentro examinando as vaidades e as veleidades dos seus atores*”, mas ainda sustentando uma posição realista, já que apoia-se em noções moralistas de que tanto gostava e cuja percepção estaria associada por uma constatação pessimista: a criação é “luta contra a indiferença e a entropia”.

A memória evoca a subordinação do tempo a outro tempo que não é só paixão, nem apenas catalogação e resumo. A palavra “seriação” evoca uma maior tradição que estabelece, de algum modo, parâmetros balizadores para a compreensão do presente, e por isso mesmo, o tempo arranca dela, da tradição, “significados” e “valores”, envoltos na simbólica dos tempos, signos “que constituem o teor do culto e da cultura”¹⁰⁷⁷. Dentro da epistemologia de Vico, isso pode ser lido da seguinte forma, de acordo com a leitura de Croce, trelida por Bosi:

Em primeiro lugar, ‘Vico fizera valer os direitos da fantasia, do universal fantástico, do provável, do certo, da experiência, da autoridade, e portanto da poesia, da religião, da história, da observação naturalista, da erudição, da tradição’.

Em segundo lugar, Vico ‘tinha desenhado um esquema do desenvolvimento natural do espírito, tanto na história do gênero humano como na vida individual, colocada por ele em contínuo confronto com as fases da história’¹⁰⁷⁸.

Em outros termos, Vico não rejeita as *fabulações* que a história criou, ele não as sub-dimensiona: a fantasia é um modo de “pensamento rico” que os povos, antes

¹⁰⁷⁵ *Id., Ibid.*, p. 25 (grifos meus).

¹⁰⁷⁶ Correndo o risco de ser interpretado como anacrônico sugiro o ensaio de José Luis Jobim “História da Literatura” in: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 127-151, em que se lê que há autores que resgatam em seu tempo outros autores que acabam sendo lidos à luz de seu próprio paradigma – e nesse sentido, o crítico aprofunda uma questão que é nitidamente atravessada pelos textos de Jorge Luis Borges – que dizia que “cada escritor *cria* precursores”: “seu trabalho atravessa e modifica nossa concepção do passado, como há de modificar o futuro”, p. 138.

¹⁰⁷⁷ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 26.

¹⁰⁷⁸ IC: 53.

mesmo das inúmeras racionalizações a que seriam submetidos, deram exemplos contundentes de seu valor como matriz de experiência possível: contrariamente a Bacon, “[Vico] não desqualifica satiricamente como erros ou ídolos os modos de pensar e dizer dos Antigos ou do homem iletrado. *Tudo o que hoje englobamos com o termo ‘tradição’ tem sua lógica própria*, valendo como *forma mentis* de eras remotas mas ainda sobreviventes, de maneira *residual ou estrutural*, em nossa *memória* e em nossa *imaginação*”¹⁰⁷⁹. Lembremos que Bosi faz essa defesa da tradição cultural *pré-letrada*, se assim se pode dizer, em *Dialética da colonização*, sob os pressupostos de uma antropologia da cultura, inscrita a partir de Oswaldo Xidieh, e também de Giambattista Vico. Visto assim:

*A sabedoria, expressa espontaneamente no mito e na linguagem popular, é anterior às especulações e abstrações dos doutos. Não se trata, aliás, de sacralizá-la ou reeditá-la, tal e qual, misturando-a arbitrariamente com a mentalidade das ‘idades racionais’, mas de compreendê-la como parte integrante da história dos homens, os quais ‘primeiro sentem perceber, depois, percebem com o ânimo comovido; finalmente refletem com mente pura’*¹⁰⁸⁰.

Essas ressalvas que Bosi faz em torno da permanência de discursos culturais espraia-se por outras ações simbólicas, que vão dar em um Hegel, por exemplo. É o que Bosi lê na *Fenomenologia do Espírito*: “não se deve, portanto, ver no desenho hegeliano da História um *eterno retorno*: os povos diferem entre si nos seus fins e nas suas contingências. Nem é justo caracterizá-lo como uma *evolução linear*, pois a *rememoração conserva, superando o sentido das civilizações pretéritas* (grifos meus)¹⁰⁸¹. Relação semelhante é expressa em relação à ciência *x* mito, que o Autor lê dos escritos de Cassirer, “está claro que *toda a dialética da consciência mítica aprofunda a consciência, mas não anula o mito: despoja-o, sublima-o*”¹⁰⁸².

Dizíamos que Bosi apodera-se de um espectro que abrange na sua constituição as perspectivas da Memória e da Cultura, entendendo com isso, uma manifestação para além da palavra, pois que se constitui no *espírito* da comunidade. Indicava ali apenas uma confluência entre as expectativas do olhar da História e da Ficção, dois termos que assume. Margeando as considerações de Aristóteles, na *Poética*, Bosi identifica as margens que o termo ficção aponta além da história. É importante demarcar claramente

¹⁰⁷⁹ IC: 51 (grifos meus).

¹⁰⁸⁰ *Id., Ibid.*, (grifos meus).

¹⁰⁸¹ *Id., Ibid.*, p. 59.

¹⁰⁸² STP: nota 24 ao texto, p. 266 (grifos meus).

isso aqui, já que grávido de consequências nos escritos de Bosi, isto é, a história está marcada pelo acontecido, está dentro do domínio da experiência histórica a capacidade mimética objetiva do homem, esta é “*representação das ações humanas*”¹⁰⁸³.

Para confirmar isso, Bosi agrava a autoridade de Hegel e Croce, indicando “do lado da literatura” o “desejo de retomar uma relação muito forte com o real, uma relação que também ignorasse aqueles limites muito precisos que separavam o verificável e o não-verificável, o histórico propriamente dito e o ficcional”¹⁰⁸⁴. Até aqui, estamos no campo da separação plausível entre verossímil e verdadeiro, balizas que sustentam as considerações de Aristóteles. O que distinguiria o gradiente epistemológico de um e de outro, seria o movimento das sínteses expressivas, oriundas da *criação*, só perceptíveis na correlação existente entre *mímesis* e *poiesis*.

Vejo a *poiesis* como produção, como criação. Essa é uma palavra tão bonita porque, ao mesmo tempo, criação é criação do nada. Pela velha tradição bíblica, Deus criou o mundo do nada, e, no caso do poeta, esse ‘nada’ quer dizer algo em formação, não o nada nada, como um buraco vazio, mas o nada como algo que ainda não tem forma¹⁰⁸⁵.

As formações da imaginação, como é o caso da ficção, sugerem uma participação no ser que está em outra plataforma pactual, diferente da escritura da História, porque delineada pela “imaginação”, quiçá pelo corpo. Agora, mais que isso, é o segundo sentido conferido à palavra “criar”, aposto na fala de Bosi, que está semantizada em torno de criação como formação:

A palavra criação tem em português, e também certamente em espanhol, um segundo sentido, que é criar uma criança, educá-la ou socializá-la, criar no sentido da palavra criança mesmo. Esse é um segundo sentido, que é um segundo momento; depois, do ato amoroso, que cria, vêm muitos anos de criação¹⁰⁸⁶.

Por isso, faz-se necessário, dentro da perspectiva bosiana, relativizar as instâncias da Memória e da Cultura, convergentes entre si, como instrumentos do corpo, e espécies de “testemunhos do olhar”, como dirá outra vez na sua fala, uma “comunhão do eu com a comunidade, do eu com os deuses da comunidade [com o aquilo que] produz mitos, produz cantos, rituais, produz o transe, que é uma forma primeiríssima de

¹⁰⁸³ Citação da participação de Bosi em CHIAPINNI, Lígia et AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. Op. Cit., p. 141.

¹⁰⁸⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 136.

¹⁰⁸⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 140.

¹⁰⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*

poesia. Sem dúvida nenhuma, é a forma inicial da poesia, e essa linguagem auroral é aquela em que *não há distinção clara entre sujeito e objeto*¹⁰⁸⁷. Aqui há um amálgama muito interessante entre a *Ciência Nova*, de Vico, e a *Teoria do romance*, de Lukács, onde se lê, neste, parte da constante perquirição aventada pelo húngaro e resumida no conceito de “desabrigo transcendental” – *vínculo* entre ser e comunidade, *perdido*, segundo Bosi, nas formas modernas de sociabilidade – tão fortemente pronunciado pela estética do primeiro Lukács.

Foi importante retomar esse verdadeiro lugar comum da Teoria da Literatura da acepção algo abandonada da diferença entre história e ficção, evocada por Bosi, pois justamente um dos momentos-chave da discussão atual nas letras é positivamente o valor epistemológico da história, bem como seu caráter “construtivo” que infere ser ela mesma uma parcela questionável de parte da discussão que envolve o pós-modernismo, atualmente, de modo que, para muitos que se encontram sob a égide de certa perspectiva a ela circunscrita, alguns críticos acabam condicionando ambas, ficção e história, a “discursos” que se resumem a “sistemas de significação pelos quais damos o nome de passado”, ou mesmo que “não pode haver um conceito único, essencializado e transcendente de ‘historicidade autêntica’”. Na mesma medida em que se perdem de vista, no estágio atual de sustentação das teorias literárias, as “nostalgias” de que fazem parte tanto o marxismo quanto qualquer outro conceito “tradicionalista”¹⁰⁸⁸. Estritamente por essa ótica, as palavras ficção e história são parte do mesmo cabedal “mítico” ou “literário” de que se constroem as narrações humanas. Não é tão difícil pensar que Bosi rejeita essa concepção, pelo menos da forma como ela se esboça, e o peso da equação pende para o lado da narrativa “imaginativa”, como argúi na sua fala. Em outras palavras, embora o caráter desse discurso se sujeite a uma imperfeição, na sua constituição humana, Bosi não tergiversa em dizer que “a história *realmente é mimesis*”¹⁰⁸⁹.

Voltando. Claro que as “formações simbólicas”, como Bosi prefere grifar, sustentam-se em outro tempo, “existencialmente pleno”, rigoroso, que pode, de algum

¹⁰⁸⁷ *Id., Ibid.*, p. 141 (grifos meus).

¹⁰⁸⁸ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. História, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 122. Cf. também, WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário” in: *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 97-117.

¹⁰⁸⁹ CHIAPINNI, Lígia et AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. Op. Cit., p. 137 (grifos do Autor).

modo, ausentar-se das manifestações temporais presentes. Uma concepção artística pode mover-se tanto pela via do tempo presente, quanto por tempos pretéritos, como é o caso de Guimarães Rosa, citado em nota mais acima¹⁰⁹⁰. Joyce, que trafega por águas parecidas, quando reconstrói a saga de um personagem na Irlanda do século XX em um único dia 16, transmutado em homem comum (tal assim pensa Anthony Burgess). Joyce, dizíamos, constrói sua narrativa *moderna*, mas nela se compreende toda a tradição literária dita *clássica*, passando por Santo Tomás de Aquino, pela Bíblia, por Homero e por Aristóteles. Aliás, era mesmo o que inferíamos quando levantamos a questão na Introdução, com citação de Fredric Jameson, em que este se perguntava que sentido teria enquadrar *Ulisses* em 1922.

São dois autores apenas, mas poderíamos citar inúmeros mais que competiriam perfeitamente nessa sondagem. São exemplos que se extraem *consequentemente* da leitura do texto bosiano, mas há outro que flagra melhor isso que apomos aqui, e que não poderíamos prescindir de mencionar. Está em *O ser e o tempo da poesia*. Analisando o “Inferno” de Dante, Bosi tece o seguinte comentário, aduzindo, a partir dele, uma contrafação histórica:

A situação ideológica de Dante é bem conhecida: o poeta é um homem católico, gibelino dos princípios do *Trecento* florentino, forrado das artes liberais e da Escolástica que, meio século antes, Santo Tomás de Aquino ordenara apoiando-se em textos de Aristóteles. Sabe-se também que outra corrente do século XIII exerceu influência profunda no seu espírito: a mística de São Francisco de Assis interpretada pela doutrina de São Boaventura que o poeta canta no Paraíso. (...) quanto à concepção da História, é a pregação profética milenarista de Gioacchino da Fiore, anunciador do último Reino, o do Espírito Santo, que dirige as vistas messiânicas do poema. (...) Virgílio não acena de modo neutro, impessoal, à Ética do filósofo: segura-a com o possessivo, *la tua Etica*, como se Dante a tivesse feito sua pela preferência do estudo. (...) Quanto ao eixo narrativo, concebeu-a na tradição mítica das descidas ao reino dos mortos que o Orfeu grego e o Eneias troiano empreenderam antes de Cristo ter, pela mesma aceitação da morte e da viagem aos Infernos (...) Dante rege-a com a consciência da sua cultura teológica, aplicando-lhe sistematicamente um princípio ético bíblico: a *lei do contrapasso*¹⁰⁹¹.

¹⁰⁹⁰ De Guimarães Rosa Bosi diria: “considero-a [sua obra], aliás, como o grande paradoxo no Brasil desenvolvimentista. Em 1956, ano de publicação da obra-prima *Grande sertão: veredas*, acontece também o início da grande arrancada para o desenvolvimento, através de Juscelino Kubitschek. Ora, no instante em que a escalada da modernização está tomando conta de todos os setores da vida nacional, surge um romance que fala dos jagunços, não como de algo de nostálgico ou morto, mas como uma presença no interior da vida brasileira”. Já citada, in: Revista *Veja*, 19 de novembro de 1975, p. 4.

¹⁰⁹¹ STP: 146, 147, 148 e 149 (grifos do Autor).

Nota-se claramente, pela argumentação cerrada das “influências” de Dante, que seu poema acerca-se de uma plêiade fenomênica de tempos transversais que atravessam sua criação. O poeta florentino deposita essas referências em comunhão com a massa da Ética de Aristóteles e a Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino, distados um a séculos do outro, e este último quase contemporâneo seu.

É curioso notar que esse tempo assemelha-se com os “tempos hierofânicos” descritos por Mircea Eliade, quando este detalha os modos de pensá-los e hierarquizá-los na cadeia das comunidades religiosas primitivas. Categoria, como o próprio Eliade não cansa de repetir, que se desenvolve em planos *divergentes* do fundo de apreensão do tempo atual. Clarificando os termos nesta acepção fenomênica, que analisa o homem como cindido duplamente pelo conceito de sagrado e profano: pode-se dizer que há um tempo dito *normal*, e há um tempo que retoma outro tempo situado *in illo tempore*. Diz Eliade: “a dificuldade [de compreender essas duas concepções de tempo] não está apenas numa diferença de estrutura entre o tempo mágico-religioso e o tempo profano; ela reside ainda no fato de *a própria experiência do tempo* como tal nos povos primitivos não equivaler sempre à experiência do tempo de um ocidental moderno”¹⁰⁹². No caso de Bosi, a semelhança se dá no patamar de *reversibilidade* que o artista, no caso, plasticamente, pensa seu objeto, bem como na acepção antropológica que guia essa constatação. São tempos fincados na cultura humana, onde entram os tempos da formação do homem, de suas reminiscências mais íntimas, de suas projeções e incorporações culturais. Enfim, é um tempo lato, “pleno”, aristotelicamente *atual*, como a ele se refere Bosi, (aqui, ausente da mediação sagrado/profano, problema que não se coloca no texto, porque situado em torno da presença da Memória criadora, o que poderia ser desdobrado em mito). “*Contextualizar o poema não é simplesmente datá-lo: é inserir as suas imagens e pensamentos em uma trama já em si mesma multidimensional*”¹⁰⁹³. Na sua origem, inegavelmente, os termos se somam e se fundem, automatizando uma origem hierofânica indiscutivelmente comuns entre si. Por isso, ao analista da poesia primitiva, por exemplo, seria necessária uma vinculação antes etnológica que teórica com os dados que se lhe apresentam¹⁰⁹⁴.

¹⁰⁹² ELIADE, Mircea. *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 315 (grifos do autor).

¹⁰⁹³ STP: 13 (grifo meus).

¹⁰⁹⁴ Cf., SPINA, Segismundo. *Na madrugada das formas poéticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, bem como toda a tese sobre Leopardi, como vimos.

Essa tendência que a arte tem para o sagrado Bosi intui da seguinte forma: ela apresenta uma característica de recorrência e recomposição de suas formações:

O tempo em que se dizem os mitos e o tempo em que se cultuam os mortos também (grifos meus) se caracterizam por ser uma *com*-posição de recorrências e analogias. A sua nota principal é a *reversibilidade*. Reversibilidade que é estrutural, pois abraça retornos internos. E reversibilidade que é histórica, pois as suas formas voltam e se transmitem de geração em geração. É um movimento que parece reproduzir os *movimentos cíclicos do corpo e da natureza* (grifos meus). A reiteração dos movimentos, *feita dentro do sujeito*, faz com que este perceba que o que foi pode voltar: com essa percepção e com o sentimento da simultaneidade que a memória produz (recordo *agora* a imagem que vi *outrora*) nasce a ideia do tempo reversível (...) [que] é uma construção da percepção e da memória¹⁰⁹⁵.

Como a citação é longa, faz-se necessário separar os termos a fim de entendê-los. Veja-se que Bosi menciona a *reversibilidade* como dado necessário ao entendimento da criação literária e da compreensão dos mitos, propondo uma associação *não mecânica entre o tempo presente e o tempo pretérito*. O passado aparece não apenas como o dado inicial de uma reflexão do escritor, mas também como recurso à *tradição*, que aparece no texto bosiano como *memória cultural e cultural*, ambas ressoando, intercaladamente, no perímetro do ato criador e das concepções de inteligibilidade dos mitos.

A reversibilidade anuncia que a mente humana projeta seus *insights* na ponte que a liga aos instantes do presente ao passado tal que fenomenologicamente dados. Para dizer com Ricoeur a respeito de Husserl, “o ‘agora’ não se contrai em um instante pontual, mas comporta uma *intencionalidade longitudinal* (para opô-la à intencionalidade transcendente que, na percepção, opõe a ênfase na unidade do objeto)”¹⁰⁹⁶. O objeto esquivo que é percebido pela mente criadora trafega pelos tempos e amplia seu alcance em um novo horizonte de temporalidade: *atualizando* os dados do

¹⁰⁹⁵ BOSI, Alfredo. “O tempo e os tempos”. Op. Cit., p. 27. Em outro passo da argumentação, citaria outro texto em que fica patente e mais claro o que Bosi vem arguindo: “contar coisas que acontecem aqui-e-agora e avaliá-las com predicados antigos ou *dizê-las com imagens vivas na memória da cultura é procedimento comum* na grande literatura. Está em Dante, em Maquiavel, em Rabelais, em Montaigne, em Swift (...)”, enfim, essa a característica mais intensa no processo de criação que se pode ler nos autores maiores da literatura. A capacidade recidiva de capitanear os excessos de significações de autores com que o gosto lida. Cf. EO: 46 (grifos nossos).

¹⁰⁹⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, v. 3, p. 44 (grifos do autor).

passado, *presentificando* sua forte aporia temporal no tempo do hoje, que é o tempo da cultura, mas que é tempo individual também, posto que isolado ato criador.

Lida assim, essa aporia parece dizer respeito apenas ao tempo desse eu avulso, carecendo de uma socialização mais imediata com os mecanismos do mundo. Bosi não deixa de perceber isso, e por isso mesmo intercala à ação desse tempo, sua configuração histórica, dimensão fundamental dessa presença, agora sim, conciliadora. Destarte, é de “geração em geração”, como Bosi repete, que esses mecanismos aparecem e desaparecem das gerações de criadores, indicando os limites de certeza e incerteza que os governam.

Por isso, o tempo, tal como lemos no texto, aparece ainda como *mediado pelas instâncias do corpo*, suporte mesmo da compreensão dessa temporalidade, como já vimos expressado em texto anterior, pontualizado pelas pesquisas de Merleau-Ponty. Esse texto anuncia o corpo como instância cognoscente, antena pela qual o *cogito* se presentifica *singularmente*. O corpo se diz e se refaz ao dizer o tempo. Em outras palavras: “*um mundo percebido, certamente, não apareceria a um homem se não se dessem condições para isso em seu corpo*”¹⁰⁹⁷. Há uma fé perceptiva, na expressão do filósofo, entre o mundo e o corpo, fé esta adequada à presentificação dos entes do mundo, entes *culturais, intencionais, figurais*, gestados no corpo e temporalizados pela consciência que é “dentro do sujeito”, assegura Bosi.

É pela linguagem que todos os termos se singularizam e se concretizam: “a memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem (...) memória e palavra, no fundo inseparáveis, são a condição de possibilidade do tempo reversível”¹⁰⁹⁸. Ambos, linguagem e tempo, se dizem no mesmo direcionamento de reatualização de modo a reinvocar o mundo e sua significação. Por certo, o apelo a um “inconsciente linguístico”, antes de se endereçar a um mecanismo de irracionalidade, tem seu sentido especificado na *atualização* linguística, rememoração da palavra, no qual o contexto histórico imprime sua atualidade a um *eu* atual. A memória propicia essa reatualização, bem como cultiva os modos da tradição de forma a estender à sua rede semântica os significados e os valores, itens importantes na constituição da crítica bosiana. Do mesmo modo, aponta para a experiência deixada para trás no passado, e que pode, agora, ser reaccessada.

¹⁰⁹⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. Op. Cit., p. 32 (grifos meus).

¹⁰⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 28.

São esclarecedores, a esse respeito, alguns trechos de *O falecido Mattia Pascal*, de Pirandello, que tem análise substancial de Bosi na sua tese, como vimos. Quando assume sua segunda morte, isto é, assume como seu o suicídio a ele atribuído, pois havia fugido de casa, descoberto ao ler o jornal, Mattia Pascal passa a ostentar outra identidade, sob o nome de Adriano Meis. Ao saber da notícia do suicídio, exprime assim seu momento desolador: “e sentia-me, então, durante um momento, no *vazio*, como pouco antes, diante da visão dos trilhos desertos: sentia-me assustadoramente desligado da vida, sobrevivente de mim mesmo, perdido, à espera de viver para além da morte...”¹⁰⁹⁹. Havia perdido, por vontade, aquilo que o caracterizava, sua memória. Passa, assim, até por um movimento de necessidade existencial, a inventar memórias que não existiam, como a preencher os vínculos identitários prolongados pela corte dos fatos idos em sua vida *verdadeira*. Os lugares por onde não transitou ou o pai que não existia. Enfim, Mattia Pascal passou a integrá-las no âmbito de sua outra vida. Por isso, conclui Adriano Meis/Mattia Pascal:

*A fantasia o embeleza [o objeto da vida cotidiana que antes fazia parte da vida em si mesma], cingindo-o e quase que iluminando-o de imagens queridas. E, à nossa percepção, ele não mais se apresenta tal como é, mas como que animado pelas imagens que suscita em nós ou que os nossos hábitos lhe associam. No objeto, em suma, amamos o que nele pomos de nós mesmos, o acordo, a harmonia que estabelecemos entre ele e nós, a alma que ele adquire somente para nós e que é constituída das nossas lembranças*¹¹⁰⁰.

Há um “outro” que se diz também nessa interlocução primária com o passado: “o diálogo com o passado torna-o presente. O pretérito passa a existir de novo. Ouvir a voz *do outro* é caminhar para a constituição de uma *subjetividade* própria”¹¹⁰¹. No diálogo com essas outras vozes é que se escuta o outro no seu silêncio, potencializando uma interlocução que é ainda intuição *universalizadora e cosmopolita*.

A não homogeneidade do tempo impõe duas considerações acerca do *valor* inserido, via *pathos*, na substância literária: ela pode significar uma mera tautologia ideológica de seu tempo, valorativa no mau sentido do termo, isto é, a arte criada sob imperativos das regras de mercado, e que é “parente da moda”, portanto, *reverberando* a ideologia do seu tempo; ou, por outro lado, denota uma riqueza larga de visão e de criação em uma polifonia do tempo em que se diz o sentido, *negando* ou mesmo

¹⁰⁹⁹ PIRANDELLO, Luigi. *O falecido Mattia Pascal*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 102.

¹¹⁰⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 128.

¹¹⁰¹ MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. Op Cit., p. 29 (grifos meus).

resistindo a esses mesmos índices. Bosi pensa ainda os termos de uma *reducionista* sociologia da cultura, incapaz, segundo ele, de compreender a dimensão polifônica dessa ideia mesma, remetida nesse conceito. Segundo Bosi, essa perspectiva “pela qual o externo dos fatos sociais se converte no interno das criações da arte”, marxista na sua origem, não passa de uma redução do tempo rico de mediações por que sobrevém o ato criador.

A opção por uma historiografia que prima pela “diferença” e não pela identidade, ou pela descontinuidade, termos de Bosi pensados via Croce, é o que diferenciaria sua perspectiva histórica de outras, ainda que dialéticas também. Que se veja nesse texto a clara percepção de que o objeto estético refere-se a uma realidade singularizadora. Por isso, Bosi procura encontrar nas obras literárias certo lugar de diferenciação, um apelo ao que não é continuidade, e ao que assoma em sua virtude descontínua, isto é, em seu valor de irrepetibilidade. Esse é um problema que deve ser pensado com mais pormenor de nossa parte.

Quando Bosi fala em termos de continuidade ou diferença ele acaba estabelecendo pontos de contato entre, de um lado, o que está presente na história social, ou literária, e, de outro, aquilo que é individualizante e íntimo, transfigurado na obra literária. São, portanto, dois pólos de tensão, ou é o Campo Literário mesmo, que nem sempre são equalizados de modo convincente na carnadura dos textos. Tal seria expresso em termos de tensão entre Eu x Sociedade, ou Obra x Canção, Cânone local x Cânone mundial¹¹⁰², enfim, a *facies* do problema é diversa em sua origem mas não no seu aproveitamento estético, que deve convergir para a obra gerada. Isso não significa que a obra não possa ser lida dentro do escopo do que diz o seu tempo, por exemplo, uma obra *romântica*, ou *moderna*, o que geraria um contrassenso histórico; deve-se ler nela, contudo, seu valor perspectivo e tom, caso contrário, cai-se no desatino da hipótese evolucionista. Os aspectos modais do texto ficcional apresentam-se como referenciais da pessoa que escreve. Tal como lê a obra literária, a operação dos valores, via *pathos*, por definição, é uma resposta *singularizante e subjetiva* de quem escreve, muito embora a problemática enfrentada pelo autor possa ser encontrada no tempo histórico resultante, tal seria o exemplo de como se representa o negro nos romances de

¹¹⁰² Tal a perspectiva estudada por Pierre Bourdieu em *As regras da arte*, por Pascale Casanova em *República mundial das letras*, e, como desdobramento disso, Sérgio Miceli em *Nacional estrangeiro*, dentre outros livros.

Machado. Isto levanta a questão do necessário embate da personalidade do escritor em vista de seu tempo.

Diz Bosi:

I'm saying that the fact that literary history is *descontinous*, with interruptions and new beginnings, has to be faced. Traditional literary history, especially from the nineteenth and the early twentieth centuries, ignores, or reacts to, the idea of discontinuity. It's always trying to find the links, to see where one writer generates another and how one theme give rise to another. This is trivial and very risky historicism¹¹⁰³.

Em texto bastante contemporâneo, Bosi reafirma vez mais o valor da *diferença*, ora de perspectiva, ora de tom, ora de forma, dando contorno às obras literárias, de modo a impossibilitar, assim, uma leitura em linha “*reta*” distada entre uma e outra. “Contínua”, ou “ascendente” são termos que Bosi aporta. Sobre o romance e a poesia romântica, afere a mesma constatação a que havia chegado anos antes:

Assim, seria equivocado estabelecer entre Gonçalves de Guimarães e Gonçalves Dias uma *linha de evolução*, no sentido de uma *dependência* temática e estética, *a mesma hipótese não se ajustaria a uma reta contínua e ascendente percorrida pelo romance urbano, que começaria com Joaquim Manuel de Macedo (...) a história das obras ficcionais conhece descontinuidades de perspectiva e valor estético, não obstante a vigência de assuntos e traços ideológicos próprios de um determinado ciclo cultural.*

*Não se trata de traçar linhas temáticas nem de apontar nomes de precursores, pois a evidência da descontinuidade cultural e literária é, no caso, mais forte do que uma arriscada hipótese evolucionista*¹¹⁰⁴.

Ajuda a entender a defesa de Bosi em torno desse ideário hoje, lembrando o contexto da tese sobre Leopardi, fundamentada, em parte, em *Le Dieu caché*, de Lucien Goldmann. Analisando as faixas ideológicas do mesmo contexto social e histórico geral, na França de Luiz XIV, Goldmann discerniu a ideologia da nobreza de sangue, a da nobreza togada (*noblesse de robe*), a da burguesia vinculada ao Rei Sol, tal que a relação de ambas com o poder e o dinheiro teria reações diversas. Quer dizer, em vista do mesmo contexto, davam-se faixas de pensamento diversas e diversos os valores defendidos por cada um desses grupos. No caso da análise de obras singularizadas pelo sentimento e pela imaginação, as obras estéticas, expressões, elas mesmas, da subjetividade, deve-se, segundo Bosi, entender de quais valores e de quais os tons trata

¹¹⁰³ “Interview with Alfredo Bosi”. Op. Cit., p. 155 (grifo meu).

¹¹⁰⁴ BOSI, Alfredo. “Cultura” in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). *História do Brasil Nação*. São Paulo: Objetiva, 2012, pp. 241 e 246 (grifos meus).

a obra em questão. O uso da periodização literária e a conflagração individualizante são, atualmente, os caminhos trilhados por Bosi. Entre uma e outra concepção pode-se encontrar tanto Goldmann quanto Croce. Lembro de uma missiva de Antonio Gramsci a seu filho Delio, datada do verão de 1936, traduzida por Bosi, em que o filósofo italiano dizia a ele, Delio, que não se orgulhasse da descoberta de ser Tchekhov um autor social, Aristóteles já o havia feito, indicando que todos os homens são animais sociais. Logo, caberia ao intérprete, segundo Bosi, entender o que diferenciaria um autor dos demais, que estão situados na mesma época, já que estariam submetidos ao mesmo *Zeitgeist*, ao mesmo espaço histórico¹¹⁰⁵.

Semelhante coisa dizia João Alexandre Barbosa, indicando que as relações entre as obras literárias pode soar forçadas “desde que se queira, à força de se encontrar paralelos, reduzir toda uma obra a determinado traço, com a saliência do qual sejam estabelecidas relações, débitos ou créditos”. Diz ainda que, assim procedendo, o crítico termina “por destruir a unidade essencial da obra”¹¹⁰⁶. Na criação artística, a presença de correntes culturais favoráveis é fundamental e até necessária, afinal, são vínculos de tradição e de história que se trata (são argumentos usados na sua hermenêutica), mas isso só não é suficiente para a dimensionação da singular condição ontológica das grandes obras de arte. Em outro texto, Bosi aponta *Grande sertão: veredas* como parte desse argumento, já que é um evento *isolado*, segundo ele, singularizado pela perspectiva e pelo tom. Mas guardemos essa questão que só será devidamente analisada à frente, quando lido o texto “Por um historicismo renovado”.

Sobre isso, Roberto Schwarz afere que o contexto do romantismo pode ser pensado por esse elemento de contiguidade porque havia problemas estéticos comuns de representação literária que contavam com o pensamento de muitos intelectuais brasileiros – como é o caso de Alencar e Machado, e lembrando aí o início do romance brasileiro – assim, a palavra “progresso” caberia aqui porque as respostas seriam ora mais, ora menos equilibradas, sobretudo se sobrepostas à sua congênere francesa, principalmente. A forma balzaquiana, repensada por Alencar, teria um conteúdo torto, brasileiro, que, no caso machadiano, pôde ser repensado, daí a noção de er isso um

¹¹⁰⁵ Carta intitulada “Com o filho Delio” in: CI: 444-445.

¹¹⁰⁶ BARBOSA, João Alexandre. “Ensaio de historiografia literária brasileira” in: *Opus 60*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 26 (grifos meus).

“avanço” estético. Em Alencar a forma estaria, assim, *fora de lugar*, mas não em Machado.

Pela perspectiva crítica que acabamos de ler, Bosi confere à sua leitura do tempo, a dimensão da resistência, fulcro de sua escritura crítica. Para ele, no “tempo da criação”, comparecem no seu “bojo”, tanto o “imprevisível” quanto o “diferente” e o “resistente”. É notório que o Autor termine parte de suas considerações sublinhando as conotações que semantizam o tempo na sociedade brasileira, juntamente a outras sociedades como a peruana e a mexicana, no caso, as nações do Novo Mundo, co-habitadas pela sincronização de tempos; habitadas ainda pelo cruel entorpecimento do conhecimento de uma cultura *formativa*, de base também popular, que ainda não esgotou sua fortuna; mal deixou de reservar, no bojo de sua ação, os meandros de uma economia ainda desigual.

O modelo de história da literatura.

Como então entender a extensão do conceito “História Literária” ao longo de sua crítica, nos seus textos de cunho historiográfico, presente em certa medida na sua *História concisa*, no seu *O pré-modernismo*, e teorizado, vez mais, por uma noção de tradição literária?¹¹⁰⁷. Dessa concepção de tempo, associada a outras que ainda teremos

¹¹⁰⁷ Bosi aproveita de Eliot inúmeros conceitos relativos ao termo *tradição*, da qual a citação vale como exemplo: “a tradição implica um significado muito mais amplo. Ela não pode ser herdada, e se alguém a deseja, deve conquistá-la através de um grande esforço. Ela envolve, em primeiro lugar, o *sentido histórico*, que podemos considerar quase indispensável (...) o sentido histórico implica a percepção, não apenas da caducidade do passado, mas de sua presença; o sentido histórico leva um homem a *escrever não somente com a própria geração* a que pertence seus ossos, mas com um sentimento de que toda a literatura (...) tem uma existência simultânea e constitu[i] uma ordem simultânea”. Por isso, o homem de letras é “consciente de seu lugar no tempo, de sua própria contemporaneidade”. Esse último aspecto pode ser lido na perspectiva bosiana pela ideia de que a resistência lida nos autores é parte importante de mediação para o seu próprio tempo, construção esta que não pode ser dissociada do campo da historiografia, que *mede e avalia*, bem como *situa, o autor em seu tempo*, vindo, posteriormente, a leitura, pelos críticos, da forma como os homens no *hoje* lidam com essa mesma tradição, parte do processo da crítica propriamente dita, como disse, ou seja, como esses homens lêem *hoje* o passado. Citação extraída de ELIOT, T. S. “Tradição e talento individual” in: *Ensaios*. São Paulo: Art Editora, 1989, pp. 38-39 (grifos meus). René Wellek, a respeito da estética russa, já diria que seria impossível considerar uma obra de arte sem seu “contra-fato” social: “negar a relação de uma obra de arte com o seu contexto social e sua *dependência* do espírito do autor é um absurdo. Uma obra de arte – pelo menos no que diz respeito à literatura e à pintura “comunica” pensamentos, acontecimentos, emoções, etc., da mesma forma que qualquer outro modo de expressão (...) *somente depois de resolvidas essas questões de relacionamento externo podemos analisar uma obra de arte em sua função estética*” WELLEK, Rene. “A teoria da história literária” in:

oportunidade de estudar, Bosi define sua participação como interventor de cultura. É preciso apreciar isso à luz de outros textos que foram objeto de estudos mais aprofundados por outros autores, o que passamos a fazer agora.

João Hernesto Weber, em sua tese de doutorado, *A nação e o paraíso*, associa a *História concisa da literatura brasileira* a dois outros textos fundamentais para se entender o Brasil nos anos 70, em particular, e o contexto mais amplo de país colonizado, em geral, que são eles, “As ideias fora de lugar”, de Roberto Schwarz, e “Literatura e subdesenvolvimento”, de Antonio Candido, aos quais poderíamos citar “O entrelugar do discurso latino-americano”, de Silviano Santiago. Para o estudioso, “história literária, ‘estudos de caso’, sínteses abrangentes, tais análises tinham em comum tratarem da relação entre [a] superestrutura importada dos centros metropolitanos e a situação histórica do país”. Desse modo, acompanhando essas produções na substância mais à esquerda do pensamento crítico brasileiro, é que Weber pensa o texto de Bosi, compondo-se, assim, a par dessa discussão, “do ‘complexo colonial de vida e de pensamento’ vigente no Brasil dos três primeiros séculos, responsável por ‘certos descompassos’ entre os influxos recebidos da Europa e a realidade sócio-histórica do país”, que ele identifica, aliás, como “origem remota do livro *Dialética da colonização*”¹¹⁰⁸.

Para Bosi, o processo histórico literário brasileiro, longe mesmo de ter atingido qualquer autonomia econômica, deve ser pensado não em termos de Europa apenas, “mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, isto é, a partir de um *complexo colonial* de vida e de pensamento”. Por isso, “a colônia é objeto de uma cultura, o ‘outro’ em relação à Europa”¹¹⁰⁹. Weber associa o projeto de história literária de Bosi como vincado a outros projetos visíveis ao longo da década de 70, e cabe dizer que o que Bosi tenta fazer em termos de história literária vem associado a um conceito estético-histórico, não de todo explicitado no livro pelo estudioso, é verdade, e é, mesmo dentro do livro, algo muito difuso conceitualmente. Weber explicita que o

TOLEDO, Dionísio (Org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 281, (grifos meus). O mesmo problema que Bosi colocou na entrevista que nos cedeu: o contexto da obra existe, cabe ao analista relativizá-lo e matizá-lo a partir da perspectiva da obra literária.

¹¹⁰⁸ WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Edufsc, 1997, p. 129.

¹¹⁰⁹ HC: 11.

projeto de Bosi, aqui, teria de ser lido “descentradamente”, fato que a citação acima já deixava claro.

Bosi, nessa visão, está tentando construir sua história da literatura brasileira no apanhado de suas *contradições* e como *complexo ideológico*. “As contradições”, diz Weber, [Bosi] “busca revelá-las através da análise do complexo ideológico que se formava na colônia, que trilhará um caminho palmilhado de paralelismos em relação às ideologias europeias, sempre *afrentadas, no entanto, pelas peculiaridades locais*”¹¹¹⁰.

Por conta desse percalço inicial, Weber associa o livro de Bosi a um tipo muito específico de história das ideias. Outros autores, como Wilson Martins, viram-no associado a pressupostos norteados por perspectivas diferentes, talvez pouco explícitos na armação da argumentação do livro e de defesa de ideias, como dissemos. Bosi diria que o projeto de sua *História concisa* situava-se nos desvãos da resistência à ditadura militar¹¹¹¹, o que, de imediato, propugna um fator a mais, de risco talvez, que compreenderia uma sugestão algo modesta partindo de um livro em defesa de ideias literárias. Weber acentua ainda que seu projeto não acata, na consecução, os pressupostos imediatos, não conseguindo, nesse caso, demarcar, em alguns autores, a tão complexa teia de vida material e a herança colonial brasileira. Para Weber, portanto, trata-se de uma história da literatura *de tese*, algo conceitualmente estranho e novo até, que desafia o senso de pretensão historiográfica de *isenção*. Em tempo: tudo o que Bosi não queria àquela altura. Se, como Bosi tem dito mais recentemente, adotando a perspectiva de Benedetto Croce, para quem a história é sempre, de algum modo, a história contemporânea do historiador, é precisamente associado a essa constatação que Bosi esposa na realização de sua *História concisa*¹¹¹².

Em torno ainda da designação dada por Weber acerca do livro de Bosi, o teórico faz pensar que o livro aponta para um horizonte novo nessa perspectiva, pois justifica a

¹¹¹⁰ WEBER, João Hernesto. Op. Cit., p. 131 (grifos meus).

¹¹¹¹ No compasso da historiografia propugnada por Antonio Candido, Bosi revela que seu projeto diverge do dele por uma compatibilidade discursiva que associa “a resistência moral e cultural que marcara a mim e a minha geração ao longo dos anos de chumbo [e que] levavam-me a inserir decididamente o texto literário na trama da história ideológica em que fora concebido”, BOSI, Alfredo. “Caminhos entre a literatura e a história”, *Novos Estudos* 19(55), 2005, p. 322. Por esta via, que o próprio autor deixa claro, é que se pode pensar o texto como resultado de uma luta ideológica, de uma defesa de valores estimados no tempo, e, também, resultando em outras vias não tão diretas de semelhança, como é o caso de *Dialética da colonização*.

¹¹¹² Cf. “Apresentação” in: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: 34, 2012, p. 24.

participação *na tradição* de uma leitura *engagée* da obra literária, um problema bastante conflitivo, uma vez que o engajamento supõe certa adequação do objeto à tese ideológica inicial, o que nem sempre é viável, ou mesmo, possível, visto que quando se lida com a obra literária deve-se, como expressa muito bem Wilson Martins em resenha à obra, situá-la em seu horizonte *histórico*, menos no que os contemporâneos pensam a seu respeito; função, está claro, da crítica literária propriamente dita.

Wilson Martins chega, inclusive, a censurar-lhe o apelo aos “subentendidos” que “enformam não só a sua escrita, mas também a nossa leitura da história literária”¹¹¹³. Para ele, Bosi deixa aberto o caminho para uma consideração estética que se resvala *demais* no político, “tem-se a impressão de que ele [Bosi] estima a importância relativa dos autores, se não exclusivamente, pelo menos predominantemente por seu pensamento político e pelos reflexos que este último provoca nas respectivas obras”¹¹¹⁴. De algum modo, pode-se conferir junto à resenha, que Bosi de fato comete alguns equívocos, pontuais sem dúvida, e que se resvalam em textos importantes dentro do cenário da recepção dada no tempo a alguns autores de nossa literatura; Olavo Bilac e Jorge Amado são exemplos contundentes nesse sentido; o primeiro, lido como um importante poeta da escola dita parnasiana. O segundo, o romancista de maior expressão de vendas no Brasil ao longo de sua carreira, e, dado não menos importante, se pensarmos que isto se deu *em vida*, quando dividia parte da opinião da esquerda brasileira, por conta do engajamento comunista que seus livros aderiam com tanto entusiasmo.

Em torno do engajamento estrito de Jorge Amado, Luís Bueno tece alguns comentários negativos. Tais comentários parecem indicar posição semelhante à de Bosi. No entanto, apreciando melhor o clima de polarização ideológica coexistente ao fazer literário nos anos 30, acaba desautorizando o pouco que ficava dos comentários de Bosi na *História concisa*, (seu comentário, que se resvala na crítica universitária como um todo, aliás); por isso, segue dizendo: “a crítica universitária se empenhou bastante para cristalizar a visão de que o romance [de Jorge Amado] é ruim – lembrem-se de Luiz Costa Lima, em sua colaboração para a *Literatura no Brasil*, e Alfredo Bosi, na *História*

¹¹¹³ MARTINS, Wilson. “O livro impossível” in: *Pontos de vista*. São Paulo: T. A. Queirós, v. 9, p. 66.

¹¹¹⁴ *Id.*, *Ibid.*

concisa da literatura brasileira, que desautoriza a obra [de Jorge Amado], quase sem comentários”¹¹¹⁵.

É justamente aquela aptidão para o engajamento, sentida de algum modo como “desmedida”, pelo menos na opinião de Wilson Martins, que é lida como o principal defeito de fatura *histórica e estética* da *História concisa* de Bosi. Para citar apenas o caso de Jorge Amado, Bosi não lhe nega nem uma coisa nem outra, mas não deixa de ver nele um “cronista de tensão mínima”. Aqui é que encontramos o cerne do que gerou a aposta de Bosi em sua análise do romance contemporâneo, isto é, a partir de 1930, em pressupostos expostos pela “teoria das tensões”, lida no livro *Sociologia do romance*, de Lucien Goldmann. E carece esclarecê-las melhor. Segundo Bosi, quatro são as tendências que se instauram nesse tempo, parcelando a opção pela participação estética dos autores:

a) *romances de tensão mínima*. Há conflito, mas este configura-se em termos de oposição verbal, sentimental quando muito: as personagens não se destacam visceralmente da estrutura e da paisagem que as condicionam; (...) b) *romances de tensão crítica*. O herói opõe-se e resiste agonicamente às pressões da natureza e do meio social (...) c) *romances de tensão interiorizada*. O herói não se dispõe a enfrentar a antinomia eu/mundo pela ação: evade-se, subjetivando o conflito (...) d) *romances de tensão transfigurada*. O herói procura ultrapassar o conflito que o constitui existencialmente pela transmutação mítica ou metafísica da realidade¹¹¹⁶.

Estes os principais pressupostos de sua leitura, concebida a partir de reflexões em torno da obra de Lucien Goldmann, como dissemos, pensado o caso do romance, a partir de 1930. Vê-se que esses índices estéticos são recebidos na formulação do livro de Bosi na aceção de uma resistência à ditadura instaurada havia seis anos. Pode até ser arriscado, mas não deixa de ser uma bela hipótese, aliançar a conjugação de Bosi, no trecho exposto, com a terceira geração dos escritores, (de resto, o mesmo contexto histórico de que resvala o texto de Goldmann) mostrada em “Situação do escritor em 1947”, em que Sartre indica que parte deles estaria aliado a uma perspectiva “kierkegaardiana”; a outra, porém, seria devedora “da síntese aberrante entre a eternidade e o presente infinitesimal”¹¹¹⁷.

¹¹¹⁵ BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. Op. Cit., p. 176.

¹¹¹⁶ HC: 392 (grifos do Autor).

¹¹¹⁷ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*. São Paulo: Ática, 1999, p. 152. Na verdade, a citação é motivada pelo contexto exposto por Bosi em “Narrativa e resistência”.

Suas fontes conceituais, Bosi procuraria no século XIX. Ele dispunha de dois “modelos mutuamente exclusivos, e que marcavam a tradição da história literária brasileira desde os fins do século XIX: o modelo sociológico representado pela *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero e o modelo histórico-estético representado pela *História da literatura brasileira* de José Veríssimo”. Isso sem contar a força e a envergadura de Antonio Candido, cuja obra vinha “fecundando os estudos universitários de nossa literatura”¹¹¹⁸. Mas o que o marcaria profundamente, na concepção de sua *História concisa* seria o pensamento de Gramsci e de Croce. Em Gramsci ele encontra uma particular “resistência moral e cultural (...) [que] levavam-me a inserir decididamente o texto literário na trama da história ideológica em que fora concebido”¹¹¹⁹. Daí não deixarmos de perceber como Bosi transita pelo ideal que une estética e política.

Sobre os períodos literários, Bosi afirma que “a admissão dos estilos históricos mantinha, de todo modo, a sua coerência e validade, e não me furtei a ela ao ordenar minha história literária. Mas como disse, eu suspeitava que não bastavam as semelhanças nem muito menos a subordinação de experiências individuais a um fundo comum cultural ou ideológico”, daí ele precisar o fulcro de sua preocupação: “*como ressalvar, no discurso histórico-literário, o caráter singular da obra de arte?*”¹¹²⁰.

O que nos parece mais válido no caso do estudo de Weber é a tese que submete a *História concisa* ao então longínquo *Dialética da colonização* – de resto, hipótese aqui historiada – postura, aliás, que se identifica com os contornos do debate sobre *nação dependente* e *nação metropolitana*, muitíssimo afim ao consórcio que a dialética, como forma de pensamento, procura mediar com vigor na década de 70 e depois, conjunção que Bosi compreenderá como passível de uma solução nacional-popular, como se expressa em algumas de suas premissas gramscianas. E que preenchia uma demanda intelectual fortíssima em São Paulo, originando análises singulares, como as realizadas por José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz, Fernando Novaes, Carlos Guilherme Mota, dentre outros.

Aquela relação entre nação dependente e nação metropolitana, válida a nosso ver no geral, implica uma análise dos processos historiográficos dos anos 60 e 70, que, no

¹¹¹⁸ BOSI, Alfredo. “Caminhos entre a literatura e a história” in: *Estudos avançados* 19 (55), 2005, p. 321.

¹¹¹⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 322.

¹¹²⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 324 (grifos do autor).

Brasil, podem ser explicados pelo fato de o país viver uma resistência a mecanismos de coerção, ao mesmo tempo em que se repensava a nação brasileira. No caso específico de Bosi, que vive na USP o mesmo clima conturbado de seus colegas de outros departamentos, esse clima se faz refletir no ideário que rege sua historiografia de modo específico, isto é, sua *História concisa* e, também, seu *O pré-modernismo*. Esse ideário se faz sentir talvez algo menos empenhado no texto “As letras na primeira república”, parte da monumental *História da civilização brasileira*, coleção dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, dado que o tom é ligeiramente mais contido, prevalecendo como belo contraponto àqueles livros. No artigo “O paraíso perdido: descrição”, a professora Janice T. da Silva, da USP, explica que esses anos foram de fato “conturbados para a produção cultural brasileira”, em vista do golpe de 64, e que se resvalaria na visão de nosso atraso: “neste momento, a história da cultura ficou cativa, em meio a uma conjuntura de crise. As análises de natureza econômica ou sociológica foram valorizadas à medida que forneciam subsídios para o debate político”¹¹²¹, e que seria parte, talvez, daquela margem que se faria sentir no arrefecimento da própria ditadura, ou no domínio da cultura pela esquerda, conforme Roberto Schwarz lucidamente indica¹¹²².

Para Janice Silva, esse foi um momento particularmente feliz na divulgação do marxismo na historiografia brasileira, bem como houve, nesse ínterim, pelo próprio impasse da conjuntura política, “a exclusão de algumas correntes de pensamento”, [também] “valorizaram-se os estudos sobre dinâmicas de funcionamento do sistema colonial, teorias sobre o capitalismo dependente ou outras abordagens, onde estivesse presente a temática da *reforma* ou *revolução*. Portanto, alguns temas privilegiados ao mesmo tempo em que a história da cultura ganhava um lugar no purgatório. Defendê-la correspondia a partilhar de uma visão tida como conservadora”¹¹²³. Seria necessário um longo texto para desfazer ou matizar a visão da autora, muito radical por anular por inteiro atitudes como a de Bosi e outros, que vinham contribuindo de modo eficaz para esse repensamento da cultura brasileira, de que o ensaio de Schwarz tão bem revela. Talvez, o relato da professora advenha de sua experiência pessoal, da qual nada temos a

¹¹²¹ SILVA, Janice T. da. “O paraíso perdido: descrição” in: Revista USP, 12, dez/fev, 1992, pp. 16-27.

¹¹²² Cf. “Cultura e política, 1964-1969” in: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 61-93.

¹¹²³ SILVA, Janice T. da. “O paraíso perdido: descrição”. Op. Cit., p. 16-18.

acrescentar, mas que resvala um esquecimento dessas contribuições salutares de que a obra de Bosi goza certo relevo.

Bosi diria que os primeiros cursos de pós-graduação que ministrou na universidade foram exatamente sobre a dinâmica do sistema colonial, que podem se sentir no teor de resistência de sua escrita, e também no aproveitamento de hipóteses de trabalho outras, que mais veremos à frente, de que o contato com a obra de Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, foi marcante.

Por uma leitura singularizadora da obra de arte.

Em “Por um historicismo renovado: Reflexo e reflexão em história Literária”¹¹²⁴, originalmente publicado no número de abertura da revista *Teresa*, em 2000, Bosi abre sua análise com a epígrafe extraída do texto de introdução que Carpeaux preparou para sua ciclópica *História da literatura ocidental*. O espírito do texto é uma apaixonada defesa do lugar da História nas obras literárias, e seu caráter singular no conjunto humano da cultura.

Já no primeiro parágrafo, a partir das formulações de Gustave Lanson, Bosi endossa a conflagração entre sociedade e texto ficcional pensada pelo autor francês, que escreve quando o Positivismo francês está em alta. Qualquer leitor daquela *Histoire de la littérature française* poderia esperar os vínculos deterministas supostos nos caracteres do tempo, as relações de causa e efeito tão queridas e anunciadas pelos discípulos de Comte. Onde a literatura se situa na querela entre fins e meios?

Bosi afirma que a “curvada história” é que capta a posição de cada obra e que por fazer “parte de um sistema que a condiciona, a atravessa e a transcende”¹¹²⁵, os autores estariam sujeitos aos mesmos padrões que os fatores deterministas – psicologia racial, classe social, origem provincial e momento histórico – condicionam. Em vez

¹¹²⁴ Este ensaio poderia ser considerado uma continuação de outro, de João Alexandre BARBOSA, escrito entre 1961 e 1962, denominado “Ensaio de historiografia literária brasileira”, Cf., Bibliografia, mas agora sob sinal invertido, pois aqui convém agora contemporizar sob olhar não nacionalista, não apenas “brasileira”, como se vê do título de Barbosa (embora as conclusões a que chega Barbosa em hipótese alguma se evidenciem em uma linha ideológica nacionalista). Naquela época, tratava-se de entender o fenômeno literário, sob a vigência de linhas de pesquisa novas. Como o espaço dedicado a este tipo de análise poderia ser tido como *novo*, logo se perceberia a capacidade de síntese e esforço de posicionamento filosófico que a publicação gerou naquele tempo.

¹¹²⁵ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 9.

disso, Bosi sugere que encontremos o fulcro da mediação – *individualidade x história* – na “busca de um *historicismo aberto, largo e profundo*, que saiba fundar conceitualmente uma história literária como história das obras literárias”.

Sobretudo, o recorte operado por Bosi propõe-se em uma leitura das obras de Otto Maria Carpeaux e Antonio Cândido, tomando-as como precursoras ou modelos de um tipo de análise histórica ideal, do qual ele mesmo seria devedor. O desenvolvimento do texto, porém, não começa nesses dois autores. O liame histórico daquilo que Bosi almeja como “historicismo aberto” é desenhado desde antes, a partir de Araripe Jr. Cabe a pergunta, por que não José Veríssimo ou Silvio Romero? Embora esses dois críticos muito tenham contribuído para aquilo que se constitui hoje o cânone da historiografia brasileira, ambos não conseguiram se despojar de todo do nacionalismo e do determinismo a eles peculiar, de forma que este critério particular se rarefez nos juízos de um e outro. Ademais, é pelo vínculo entre análise e possibilidade de resistência ideológica, como Bosi leu no próprio Araripe Jr., que se pode tomar o autor novecentista como uma espécie de precursor da estética de Bosi. Daí que a não ortodoxia seja notada por seu contemporâneo Silvio Romero. Graças a essa “diferença”, o discurso de Araripe pôde matizar as idéias-chave de seu tempo e, a partir dessa constatação, suas observações finas e originais sobre Alencar, Pompéia, Euclides, Gregório de Matos e Ibsen, ainda guardam interesse¹¹²⁶.

Tomando o nacionalismo como referência, é sabido que alguns movimentos e autores não tiveram boa acolhida por parte dos críticos. Autores como Cruz e Sousa, por exemplo, no caso de José Veríssimo, e Machado de Assis, do mesmo modo em relação a Silvio Romero, tiveram a obra de cada um desvalorizada justamente por esse critério. É fácil ver por que, já que ambos, Silvio Romero e José Veríssimo, “louvam a abertura à ciência e à crítica europeia, mas rejeitam a *internacionalização* do gosto literário”¹¹²⁷.

É interessante notar que Bosi aposta cada vez mais em uma história da literatura que contemple as obras como partícipes de uma tradição, mas não se furta em encarecer que essa tradição repousa não em um sentido de continuidade, mas de descontinuidade. Por isso, reprova em Schwarz o pressuposto de que a obra de Machado seria uma

¹¹²⁶ BOSI, Alfredo “Introdução” in: *Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp / LTC, 1977, p. XI. Cf a análise de Luís Roberto Cairo, a esse respeito. CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da sombra*. São Paulo: Anablume, 1996, p. 30ss.

¹¹²⁷ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 15 (grifo meu).

continuação *esteticamente* aprimorada de seus antecessores românticos, fator imediatamente pensado pela ótica da *teleologia histórica*. Como já repisamos, para Bosi o teor de nossa história literária deve ser subsumido nas obras literárias em sua *individualidade*, em sua *unicidade*. Em outras palavras:

Uma história da literatura brasileira que pretendesse ser verdadeira, isto é, fiel a seu objeto, deveria admitir que os textos dispostos *no tempo do relógio não têm nem a continuidade nem a organicidade* dos fenômenos da natureza. *Os escritores de ficção*, objeto por excelência de uma história da literatura, *são individualizações descontínuas do processo cultural*. Enquanto individualizações, podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos) como variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes no seu tempo¹¹²⁸.

Motivos, tons, ritmos e imagens não vivem, nem estética nem historicamente em algum depósito literário, fora das obras singulares e irrepetíveis que lhes dão, afinal, coerência, significado e beleza, condições da sua permanência na memória de gerações de leitores¹¹²⁹.

Fica claro pela leitura desse texto que Bosi aproveita um problema da história da estética – isto é, “como valorar, dentro da História, um conjunto de obras que se constituem como *únicas*?” –, e renuncia condicioná-lo, ou valorá-lo, a outro fator que não o propriamente indicado pelas obras literárias na sua individualidade e singularidade; tal é o problema que atravessa toda a constituição das ditas ciências humanas, pois que estas lidam não apenas com *fenômenos*, como é o caso das ciências positivas, mas também com o universo da subjetividade. As ciências humanas lidam com *indivíduos*, por isso o rótulo de “ciência” em si mesmo ser já problemático. Nas palavras de Bosi: “é o que já dizia o realismo pré-crítico dos escolásticos na esteira de Aristóteles: não há ciência do indivíduo”¹¹³⁰.

Há, no entendimento de Bosi, certa desistência em torno do conceito de História nos estudos literários. A respeito dessa desistência atual do conceito de história literária, por Bosi tematizada, é interessante compreender a gênese disso, estudada por artigo escrito por Roberto Acízelo de Souza, denominado “A ideia de história da literatura: constituição e crises”. Segundo o estudioso, o primeiro golpe dado à ideia de história da literatura foi desferido pelo formalismo eslavo, nos anos 20 e 30, que a definia não como tradição, mas como “*evolução definida sob a forma de substituição de*

¹¹²⁸ *Id., Ibid.*, p. 9-10 (grifos meus).

¹¹²⁹ BOSI, Alfredo. “Antonio Candido – mestre da mediação” in: *Literatura e sociedade*, n. 11, 2009, p. 33.

¹¹³⁰ EO: 159.

sistemas”¹¹³¹. O segundo golpe se faria sentir nas chamadas Estéticas da Recepção, de origem alemã, agora nos anos 60. Pouco depois, na década de 80, surge nos EUA a orientação do novo historicismo, que relativiza todo o material narrativo da história como passível de orientação ideológica. Essa orientação historiográfica lê o material narrativo como movediço de um “jogo de forças contraditórias e em conflito”, como diz Souza. Quanto àquele aspecto aqui pronunciado em torno dos Estudos Culturais, Souza afirma que, até agora, eles se constituem apenas em “instrumentos da ‘correção política’”, mas que “contam a seu favor o mérito inegável de tematizarem, no âmbito das pesquisas literárias, o justo respeito às diferenças de toda ordem”¹¹³².

O estruturalismo, ou, generalizando, os formalismos do século XX, desencadearam uma ruidosa campanha contra as histórias da literatura como um todo, não apenas no Brasil, mas em quase todo o mundo, agravando o estado da questão. Isso se explica, no caso estruturalista, pelo fato de seus analistas requererem da obra literária uma estrutura que seria *repetitiva e básica*, quem sabe *arquetípicas* ou mesmo de *feição matemática*. Sob semelhante pressuposto, de fato, uma história da literatura seria indefensável.

De qualquer modo, Bosi aponta nesse texto que a função de qualquer análise literária diz respeito à estrutura nevrálgica da obra de arte, diz respeito também ao horizonte de onde ela parte, de qual seu lugar de apelo; enfim, trata-se da história pela qual aquela obra se *constituiu*. Por isso, o crítico ou historiador deve uma submissão inteligente à obra, à sua forma, que seria parte de um decoro e de uma ética próprias desse objeto. Partiriam daqui também o vínculo entre os tempos esposados pela perspectiva do autor e o horizonte de valores por ele esboçados.

Sob esse estigma, poder-se-ia dizer que o novo nasce sob as exigências da tradição. É o que Bosi sugere quando afere que a literatura pode ser conferida como parte de sua continuidade em relação a ela, ou mesmo em contrafacção a ela. A análise do novo deveria manter a tradição no seu fundo epistemológico, ou seja, aquele horizonte ontológico de onde a obra de arte é erigida. Como analisar a arte nascente sem que, no juízo, interfiram apenas os imperativos do mercado? Sem a demanda conferida

¹¹³¹ SOUZA, Roberto Acízelo de. “A ideia de história da literatura: constituição e crises” in: NOGUEIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Op. Cit., p. 152.

¹¹³² *Id.*, *Ibid.*, p. 153-154.

pela tradição, corre-se o risco de o analista se pautar unicamente pela urgência do presente.

Em torno disso, Carlo Ginzburg propõe, a partir da leitura de Ernst Gombrich, que “história” e “tradição” estão imbricadas até mesmo no julgamento que se vai fazer da obra de arte. A citação é cheia de consequências para isto que falamos.

Não só a ‘novidade’ de uma mensagem é *apreciável apenas se referida a uma tradição*, como também a sua própria *decodificação* pressupõe a existência de um âmbito circunscrito de escolhas – do contrário, ressalta Gombrich, *a comunicação seria impossível*¹¹³³.

A tradição é ela mesma índice de decodificação da obra, por se tratar de uma *condição de inteligibilidade*, que indicaria a pressuposição da existência de acordos estéticos que se situam no tempo ou fora dele (traduzidos como critérios novos criados em vista das exigências da obra). Da mesma forma, como dizia Bosi alhures, o signo é opaco e, sendo ele desta natureza, convém mobilizar todo esforço para decodificá-lo, o que inclui o conhecimento de sua condição ontológica e movediça de sua condição no campo de tensões que é o literário, para que haja uma exegese minimamente exigente. O conhecimento de sua história, porém, não é suficiente para cumprir completamente com a inteligibilidade do signo opaco da obra de arte, pois ela está não apenas na história, mas satisfaz a um imperativo de vontade do artista criador. Ela tem uma forma que a satisfaz, que a *conforma ao tempo*. Coerente com os pressupostos *resilientes* de Bosi, Adorno diria:

A arte implica teleologicamente a sua própria negação; a emergência súbita da aparição desmente a aparência estética. Mas a aparição e a sua explosão na obra de arte são *essencialmente históricas*. A obra de arte em si, não como agrada ao historicismo e segundo a sua posição na *história real*, não é nenhum ser subtraído ao devir, mas é enquanto ente algo que se encontra em processo. O que nela aparece é o seu tempo interior, e a explosão da aparição rebenta a sua continuidade. A obra de arte é mediatizada, quanto à história real, pelo seu conteúdo monadológico. *A história pode chamar-se o conteúdo das obras de arte. Analisar as obras artísticas equivale a perceber a história imanente nelas armazenada*¹¹³⁴.

Está claro que Adorno não confere à arte um isolamento da história, antes, pressupõe nela, na história mesma, sua *existência* e *sua negação*. Dialeticamente, Adorno erige uma solução para o problema da condição de existência da obra de arte.

¹¹³³ GINZBURG, Carlo. “De Warburg a E. H. Gombrich: Notas sobre um problema de método” in: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 85 (grifos meus).

¹¹³⁴ ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 135 (grifos meus).

Usando outros termos, *ontologia e crítica* estão *in media res* da condição de plausibilidade hermenêutica da obra de arte. Nela, conteúdo e existência estão presentificados de modo inequívoco.

A aptidão para o entendimento da obra lida, de forma mais livre e matizada, é apontada por Bosi como sendo um ponto de congruência entre a crítica professada por Araripe Jr. e sua própria prática crítica, cujos passos indicariam um esforço de singularização da obra. O *escape* da crítica de Araripe Jr., nesse sentido, sublinhado mais de uma vez por Bosi, está no fato de ele, na qualidade de “crítico eclético”, poder repensar as estruturas *deterministas* do pensamento crítico de seu tempo. Bosi, considerando a obra literária no contexto do determinismo taineano, mas, ainda assim, com traços que o diferenciavam de Sílvio Romero e José Veríssimo, diria ainda de Araripe Jr.:

Araripe Jr nunca foi um taineano ortodoxo, embora alegasse muitas vezes a presença do pensador francês. José Veríssimo notou a ‘incongruência’ entre a ‘fantasia’ do crítico e o ‘espírito geométrico do seu apregoado mestre’. Mas ‘incongruência’ é termo seco e antipático, peculiar a Veríssimo; *prefiro dizer ‘diferença’, graças à qual o discurso de Araripe Jr. pode matizar as ideias-chave do seu tempo*”¹¹³⁵.

A novidade dessa crítica, portanto, segundo Bosi, “está em que neles [seus ensaios] se problematiza o nexa entre indivíduo e sociedade. Sociedade é, aqui, o *milieu* mais o *moment historique* de Taine fundidos (...) da tensão entre temperamento e meio é que resultam os *estilos individuais*”¹¹³⁶.

Essa é a ponta da lança que forçou a crítica de Araripe Jr. a se permitir pensar a singularidade das obras. Bosi nos informa que é essa percepção – também ela de índole romântica – que se traduz em escolha e predileção pelos autores analisados. Não poderia ser diferente. Araripe Jr. está interessado em encontrar o nexa entre “determinismo” e “expressão pessoal”. É precisamente neste último termo o cerne das *reprovações* feitas por Sílvio Romero e José Veríssimo acerca do crítico cearense.

Após esse período, escassas as influências dos três críticos, a partir do início do novo século, a produção historiográfica se rarefez, ou seja: “à medida que um difuso

¹¹³⁵ BOSI, Alfredo (Org.). “Introdução” in: *Araripe Jr.: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp/LTC, 1977, p. XI (grifos meus). Pela data da publicação, vê-se que Bosi já pensa essas questões que atravessam todo o período de gestação da *História concisa* e também de *O ser e o tempo da poesia*.

¹¹³⁶ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 17 (grifos do autor).

impressionismo tornou a leitura mais sensível aos aspectos diferenciados da obra do que à sua dimensão étnica ou nacional”¹¹³⁷. Essa passagem, nada pacífica, faz parte do “dilema (...) bem configurado no seio da chamada ‘Geração 70’, isto é, o estilhaçamento do crítico entre literatura e história”¹¹³⁸. Bosi não se concentra na perda do sentido de historicidade desta “nova” crítica, mas na sua qualidade em especificar o objeto literário. A citação vale para caracterizar o momento – estudado por Bosi – onde a consciência crítica passa a se deparar com outros eventos fundamentais do início do século, que irão de encontro à noção mesma de obra de arte. Esta a mudança operada pelos tempos.

Não seria vão lembrar ainda que, dali a algumas décadas, o *corpus* da crítica literária se renovaria na chamada crítica de rodapé, isto é, aquela geração que, despida, ora mais, ora menos, dos trejeitos quase que unicamente nacionalistas, praticando uma crítica inteligente e cheia de *insights*, vai encejar a cultura brasileira de novos ares, trazendo à campã figuras como Agripino Grieco, Álvaro Lins, Tristão de Athaíde, e também Antonio Candido e Afrânio Coutinho e Lúcia Miguel Pereira.

Aqui, o ensaio de Bosi é bastante incisivo ao indicar a chegada das novas estéticas europeias e a conseqüente baixa – *ma non troppo* – do Positivismo. A partir desse descentramento, há a queda da “tese de uma conexão estrutural entre esquemas rigidamente nacionais/nacionalistas e a produção da obra artística ou literária”¹¹³⁹. Parece que finalmente o Positivismo seria vencido para dar lugar a uma concepção menos mecânica e menos determinista da obra de arte.

O “difuso impressionismo” de que fala Bosi aproximou um pouco mais o crítico dessa obra, cuja “leitura” é agora “mais sensível aos aspectos diferenciados da obra do que à sua dimensão étnica ou nacional”¹¹⁴⁰. Até 1930 e quiçá nos anos posteriores, o nacionalismo não deixará de ser propagandeado, sob as mais diversas formas, legando os mais distintos resultados. Anos antes, o Modernismo havia trazido ares novos e novas bandeiras a esse ideário. A conseqüência mais evidente disso está no fato de que “tanto Mário quanto Oswald de Andrade desfazem os limites entre criação e crítica

¹¹³⁷ *Id., Ibid.*

¹¹³⁸ BARBOSA, João Alexandre. “Paixão crítica” in: *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1990, p. 56.

¹¹³⁹ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p 21.

¹¹⁴⁰ *Id., Ibid.*

precisamente por integrarem às suas leituras da realidade a releitura historicizada da literatura”¹¹⁴¹.

Flora Süssekind, em artigo denso e bem informado, reconhece nessa época o início da crítica moderna no Brasil, acentuando sua composição a partir da baixa do bacharelismo e da “criação” do homem de letras, cuja expressão dava-se principalmente pela horizontalidade do jornal, daí os críticos de *rodapé*. É nessa época também que se vivencia a ascensão e o maior “domínio e o prestígio do crítico universitário”¹¹⁴². Com a criação das faculdades de letras no país, que teve em Afrânio Coutinho e Antonio Candido, nomes desbravadores, que se tornaram em verdadeiras escolas literárias, essa frente sofrerá uma verticalização notável, apontando para o cada vez maior afluxo cultural entre academia e crítica.

Assim, em vista de todos esses lastros do tempo, começou-se a perceber que à palavra “República” assomava-se a ideia de, nela, ou nessa ideia, se estabelecer um vivo projeto ideológico, um nexos causal *natural*, dada a conjuntura política da época – principalmente a dissolução da República Velha, via Revolução de 30, já brutalmente ferida pela vasta acumulação de capital, e também penosamente amadurecida pelas oligarquias agroexportadoras, às “mudanças econômicas, sociodemográficas e institucional[is], derivadas do café e dos surtos concomitantes de industrialização e urbanização”, como historiam Sérgio Miceli e Renato Perissinotto¹¹⁴³. São esses os fatos que se prenunciavam no coro dos descontentes da Semana de Arte Moderna, seguida de inúmeras outras manifestações no Brasil. Tal é o caso do movimento regionalista no Nordeste, do modernismo em Minas gerais¹¹⁴⁴.

¹¹⁴¹ BARBOSA, João Alexandre. “Paixão crítica”. Op. Cit., p. 57

¹¹⁴² SÜSSEKIND, Flora. “Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna” in: *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1993, p. 13. Não custa dizer que a criação das faculdades de Filosofia de São Paulo e do Rio de Janeiro se dá nos anos de 1934 e 1938, respectivamente, quando Candido e Coutinho estão começando suas carreiras de professores, e quando finalmente poderão aperfeiçoar seus métodos de leitura, e também sua forte influência.

¹¹⁴³ Citação de MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 19. Cf. PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. São Paulo: Edunicamp, 1994.

¹¹⁴⁴ Cf. D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas/São Paulo: Edunicamp, 1992. MARQUES, Ivan. *Cenas de um modernismo de província: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte*. São Paulo: 34, 2011. BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo/Campinas: Edusp/Edunicamp, 2006. VELLOSO, Monica Pimenta. *História e modernismo*. São Paulo: Autêntica, 2010.

O sopro dos novos tempos será lido dentro da obra de Mário de Andrade e Tristão de Athaíde, sopro que se configurará como gerador de um ecletismo possível. Na própria conformação “destruidora” do “Modernismo”¹¹⁴⁵, já se fazia sentir o gesto natural de uma “releitura do cânone”, reiterando aí as palavras de Mário de Andrade.

A interpretação corrente e aceita por muitos, é de que o movimento modernista incitava uma interpretação do Brasil como necessitado de sopros de renovação – percurso este que extravasaria o âmbito deste trabalho – mas não custa lembrar que em “O movimento modernista”, palestra publicada no seu *Aspectos da literatura brasileira*, Mário de Andrade expunha os princípios norteadores dessa experiência, reiterados por Bosi em *História concisa*. Para ele, tratava-se de “impo[r] (...) a fusão de três princípios fundamentais: o direito à pesquisa estética; a atualização de uma consciência brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional”¹¹⁴⁶.

Mário de Andrade poderia aderir “de novo”, à maneira dos críticos passados, a uma visada nacionalista *tout court*, optou, antes, por destituir de sua crítica – nos muitos produtos da cultura popular, por exemplo, no folclore brasileiro – o “nacionalismo abstrato e partidário”¹¹⁴⁷. Ainda assim, não deixou de “falhar”, segundo a concepção de Bosi, dados alguns de seus critérios de valor. Segundo o crítico modernista, isso se dava em torno da boa composição da obra, da “boa escrita”, mais ou menos na tradição das *belles lettres*, indicando aquilo que a obra apresenta como possibilidade de representar, mimeticamente, *a vida dos brasileiros*. Diga-se que, no caso da obra artística de Mário, *Macunaíma*, por exemplo, diz Bosi, aparentemente essas duas possibilidades expressivas confluem num todo arquitetado para adequar tanto uma quanto outra

¹¹⁴⁵ MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*, v. 1. Op. Cit., p. 477.

¹¹⁴⁶ ANDRADE, Mário de. “O movimento modernista” in: *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins: Brasília: INL, 1972, p. 242.

¹¹⁴⁷ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 23. Jorge Schwartz, no artigo “Abaixo Tordesilhas” (*Estudos Avançados* 7(17), 1993), afirma que Mário de Andrade era “imbuído talvez de ideais anarquistas e confraternização global, em nome de valores universais (...) [por isso] *refutava qualquer defesa do nacionalismo*”, p. 189, a ponto de rejeitar inclusive, o conceito de “América Latina”, criado durante o romantismo, 1836, pelo escritor e diplomata colombiano Michel Chevalier, a ponto de Mário declarar: “mas, *todo e qualquer alastramento do conceito de pátria que não abranja a humanidade inteira, me parece odioso*. Tenho horror a essa história de *América Latina* muito agitada hoje em dia” p. 190 (todos os grifos são meus). Muito embora essa refutação *ad hoc*, Mário, segundo o mesmo artigo, será um dos grandes *integracionistas* da época. Conhecedor de quase toda a produção latino-americana, que lhe interessava de muito perto, por exemplo, na comparação da situação literária entre Brasil e Argentina.

realidade. A meu ver, esta avaliação lida assim é injusta. Quem analisar as missivas de Mário poderá perceber uma percepção anti-nacionalista, na verdade, um cosmopolitismo latente ali expresso, de que a nota anterior deixa claro. Entanto, considerando o escopo alçado por Bosi, há que pensar que sua análise de Machado seja de fato deficiente.

Embora Mário não tenha abraçado o nacionalismo estrito, nem como prática co-extensiva à sua crítica, permaneceram nela certas contradições. Como exemplo, Bosi cita o 4º capítulo do mesmo livro de onde sacamos seus “princípios” norteadores agora citados, no ensaio dedicado à figura de Machado de Assis. Mário antepôs objeções à obra de Machado de Assis, em razão de haver nele pouca “brasilidade” ou mesmo pouca “alma brasileira” (seriam ecos de Sílvio Romero?). Trata-se de uma “penosa disjunção axiológica”¹¹⁴⁸, dirá de novo Bosi, informando que essa dubiedade foi, neste caso, claro sinal de empobrecimento estético na avaliação do Bruxo. Expressivamente, seus ensaios ganhavam uma personalidade singular em nossa prosa crítica, de forma que perpassava em seus textos aquele quesito tão pouco falado, mas tão bem querido: limpidez, clareza e profundidade, que desvelam muito do autor e de seu projeto estético, o que não é pouco, aliás.

Bosi historia ainda a atuação de Tristão Athaíde, outro grande nome da época. Este tentaria um esforço de “síntese”, mais vasto dentro do escopo da crítica brasileira. À qualidade de “polígrafo de dimensões impressionantes”¹¹⁴⁹, como define João Alexandre Barbosa, vai-se somar uma crítica impressionista harmonizada com alguns ideais croceanos, quais sejam, a junção entre os “níveis *intuitivos* e *expressivos* da arte”¹¹⁵⁰. A filosofia crítica de Croce pedia, porém, o estudo monográfico das obras, daí o fato de Bosi concluir que, para o filósofo italiano, o ideal mesmo é que a história literária fosse escrita em forma de monografias. Mas essa condição, ademais para quem escreve em jornais, como é o caso de grande parte dos artigos assinados por Tristão de Athaíde, não podia ser preenchida por ele. Para Bosi, haveria uma identificação entre ambos – Tristão e Croce – mas a tendência mais forte para Tristão era a especulação literária apontar para índices de ideias mais gerais.

¹¹⁴⁸ *Id., Ibid.*, p. 25

¹¹⁴⁹ BARBOSA, João Alexandre. “Paixão crítica”. Op. Cit., p. 56

¹¹⁵⁰ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 26, (grifos meus).

Quando, depois de 1928, Tristão se converte ao catolicismo, então seus ideais críticos passam a ser dominados pelos “valores que refletiam de perto as tendências da igreja”¹¹⁵¹. João Alexandre Barbosa dirá que em Tristão “persiste o impasse das relações entre literatura e história”¹¹⁵², acentuada ainda mais após sua conversão. Percebe-se que Athaíde terá uma aproximação entre o esteticismo propriamente dito e a história, usando os termos de Barbosa, mas dado o impasse, que permanece, o crítico acaba não superando, com seu humanismo, a inflexão da obra literária¹¹⁵³.

Nem tampouco o esforço hercúleo de Afrânio Coutinho. Sua *A literatura no Brasil* foi concebida sob o signo de ser uma história da literatura em que se privilegiava o fator estético deixando em segundo plano aqueles fatores exógenos, tais como a personalidade do autor e a história. Inútil dizer que a despeito dos inúmeros méritos da obra, foram poucos os resultados da tão defendida crítica estética. “Doutrinando sem cessar sobre o que a crítica *deve ser*, Afrânio Coutinho jamais demonstrou, pelas práticas de seus princípios, o que ela *pode ser*”¹¹⁵⁴, conclui Wilson Martins. As palavras de Bosi teriam o mesmo cadim amargo de Martins:

O que ficou desse projeto? (...) Pergunta-se a quais obras poéticas e narrativas se aplicou detidamente a nova crítica, a ponto de *renovar por dentro* (grifo meu), como era seu propósito, a compreensão do *corpus* literário brasileiro? Pesa-me em dizê-lo, mas os resultados foram magros. E se o método alegado com tanta ênfase era, na realidade, o melhor, por que essa escassez de resultados? A vasta coletânea *A literatura no Brasil* (6 volumes), que deveria, em princípio, reunir monografias sobre autores e obras no espírito de uma *rigorosa revisão estética* (grifos meus) resultou em um conjunto didaticamente útil e meritório, mas heterogêneo, de ensaios dos quais só alguns poucos se atêm à *análise estilística, dita estética*¹¹⁵⁵.

Note-se que o esforço *literário* de Afrânio Coutinho, em que pese mesmo a envergadura de sua empreitada, acabou suscitando em si mesmo um posicionamento político frente ao fenômeno da crítica de jornal, quer dizer, “evidentemente, a postura de

¹¹⁵¹ *Id.*, *Ibid.*

¹¹⁵² BARBOSA, João Alexandre. Op. Cit., p. 56

¹¹⁵³ Segundo João Luiz Lafetá, “sua [de Tristão de Athayde] influência no desenvolvimento da literatura brasileira durante o decênio de 20 foi muito grande”. Tocava-lhe um ânimo, ainda segundo o crítico, imparcial, que lhe será negada logo após sua conversão ao catolicismo, donde se extrai certa posição sectarista e intransigente. Depois dessa época, Álvaro Lins lhe acusará de levantar por demais “critérios éticos no julgamento de obras estéticas”. LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 34, pp. 79-80.

¹¹⁵⁴ WILSON, Martins. *A crítica literária no Brasil*. Op. Cit., p. 626.

¹¹⁵⁵ BOSI, “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 27.

Coutinho implicava também o lugar específico do ‘homem de letras’ nas esferas da divisão do trabalho como ‘especialista’ e não mais como um publicista, que fazia da imprensa o seu baluarte”¹¹⁵⁶. O mesmo se deu com o ensaio *A tradição afortunada*, em que ao descrever o espírito de nossa crítica, Coutinho desenterra o “nacionalismo” ou o “espírito da nacionalidade” vez mais. De modo que, sumarizando, não passava pela análise de Coutinho a internacionalização do gosto literário e sua campanha ainda enfraquecia a esfera pública que já vinha exercendo um enfrentamento crítico nos jornais, que ele empalidece. O flagrante contrassenso da empreitada de Coutinho se deve pelo fato de que quase toda a campanha por ele protagonizada contra esta crítica – sob a qual se mantinham nomes gigantes como Álvaro Lins e Antonio Candido – foi que ela realizou-se nos jornais, o mesmo veículo que trazia para o café da manhã brasileiro esses rodapés *rejeitados*. Segundo João César de Castro Rocha aponta, carecia responder: “a crítica universitária, portanto, enfrentou um dilema de origem. Como legitimar sua atividade, se respeitados críticos já exerciam o mesmo ofício *com grande êxito e inegável brilho*? Dificuldade ainda maior porque, muito ao contrário do que parece pensar a narrativa dicotômica dominante, a crítica de rodapé nunca foi um bloco monolítico, definido por um suposto ‘impressionismo’, felizmente superado pelo rigor e pela cientificidade, frutos dourados da especialização”¹¹⁵⁷.

João Hernesto Weber relativiza os termos no sentido de apontar-lhe não um nacionalismo *tout court*, quer dizer, “ao descartar o nacionalismo como critério fundante e organizador de sua história, ele o coloca, no entanto, como inerente ao próprio fazer literário”¹¹⁵⁸. Dessa forma, Coutinho repropõe “uma qualquer essência

¹¹⁵⁶ WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso*. Op. Cit., p. 94. Analisando a crítica literária brasileira durante e posteriormente à chamada crítica de rodapé, Flora Süssekind demonstrará que o embate entre Álvaro Lins e Afrânio Coutinho se deve também pelas diferenças de perspectiva sobre a crítica literária como gênero literário de criação – posição defendida por Lins – passando, no caso de Coutinho à rejeição a todo biografismo e ao impressionismo. Lins foi-se tornando um modelo superável, na visão de Coutinho, “não é de estranhar, pois, que à rejeição dos críticos de rodapé, Afrânio Coutinho acrescentasse uma exigência acadêmica: o aprendizado nas universidades e, sobretudo, nas faculdades de Letras”. “Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna” in: *Papéis colados – Ensaio*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1993, p. 21. Compreensão que deve ser mediada pelo livro mais recente de João César de Castro Rocha, *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* que mapeia essa questão com mais pormenor, avaliando as motivações políticas e estéticas que moviam a obra de Coutinho naquele tempo.

¹¹⁵⁷ ROCHA, João César de Castro. *Crítica Literária*. Op. Cit., p. 232.

¹¹⁵⁸ WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso*. Op. Cit., p. 95.

sempre anterior a todas as suas manifestações”¹¹⁵⁹. A tentativa de “fugir aos esquemas naturalistas de crítica”¹¹⁶⁰ gerou muita teoria, muito estardalhaço, mas como disse Bosi, escassos foram os resultados concretos.

Embora Bosi não se detenha na análise da *História da literatura brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, ele o menciona de passagem ao analisar duas das maiores teorias no campo da teoria literária, já que nessa obra se pensa desde dentro a obra como sendo um *reflexo estrito* das relações econômicas. Bosi faz um *mea culpa* perguntando: quem estaria “isento” da vontade de “reduzir tudo ao critério de nossa ideologia?” Ele explica que houve, por parte dos marxistas, sobretudo os ortodoxos, uma franca luta “contra todas as formas de idealismo”. Nessa luta, acabou-se por subdimensionar a obra literária como puro espelhamento das relações econômicas. Esse historicismo, segundo Bosi, pura e simplesmente deixou de lado os aspectos “simbólicos” e “afetivos” da obra literária¹¹⁶¹, parte apenas, mas não o todo, de uma “teoria da cultura intrinsecamente dialética”¹¹⁶², de que Bosi procura se aproximar.

¹¹⁵⁹ BATISTA, Abel B. *A formação do nome*. São Paulo: Edunicamp, p. 27.

¹¹⁶⁰ BARBOSA, João Alexandre. “Paixão crítica”. Op. Cit., *Id., Ibid.*, p. 59.

¹¹⁶¹ Determinismo econômico a que não escapou nem mesmo o grande historiador da arte, Arnold Hauser, conforme as recensões críticas de E. H. Gombrich. Veja, por exemplo, sua resenha à *História social da arte e da literatura em Meditações sobre um cavalinho de pau*, pp. 86-94. Como os pressupostos do livro de Hauser são os do “materialismo dialético”, como afere Gombrich, p. 86, não seria vão comparar essa leitura com a que Bosi faz nesse texto, como parte do debate internacional corrente sobre o assunto. Para Gombrich não faz sentido “atribuir ao *Zeitgeist* de uma época as características fisionômicas que encontramos em seus tipos artísticos dominantes”, tal é, conclui o autor, “o perigo constante da *Geistesgeschichte*”, p. 91. Nesse sentido é que Bosi fala em “materialismo histórico, mas refratário à história” Cf. “Poesia e historicidade” in: *O ser e o tempo da poesia*. Op. Cit., p. 11. O caso merece uma ponderação mais dilatada aqui. No texto “De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método”, Carlo Ginzburg, oferece um amplo painel da crítica de arte na Europa, e seu leme é justamente o espelhamento que a obra literária *pode* oferecer ao leitor. Confere ele que desde Warburg a Panofsky, passando por outros críticos de variada índole, o problema foi lido por intelectuais em contextos diversos. Vai desde o crítico Warburg aderindo à ideia que indicia a iconologia como possuindo poder de “testemunho”, passando por Saxl aferindo, a partir de pressupostos semelhantes, a aderência a um tipo específico de leitura que infere de Dürer, a partir de suas gravuras, a leitura de certo “reflexo [da] crise religiosa na obra de Dürer – conquanto ele havia se aproximado, em 1519, a algumas teses de Lutero”. Ginzburg: “o pressuposto mais ou menos consciente dessa postura interpretativa é, naturalmente, a confiança em que as obras de arte, em sentido lato, fornecem uma mina de informações de primeira mão, interpretáveis *sem mediações* (este é o ponto que quero colocar em relevo), diz ele, sobre a mentalidade e a vida afetiva de uma época talvez remota”, p. 63 (grifos do autor). De algum modo, esses autores, dentre inúmeros outros citados pelo historiador, resvalam-se no problema do argumento vicioso e circular, onde se prova certa tese *pela obra*, e as vicissitudes da obra são emuladas pela tese. Quanto aos diários de Dürer, de onde se lê sua adesão ao luteranismo, diz

Caso a dialética de Sodré se reposicionasse nos termos em que pensaram Benjamin, Adorno e outros, talvez não se tivesse, como Bosi afirma, resultado tão magro no campo de sua historiografia literária. É interessante lembrar as palavras de João Alexandre Barbosa quando dizia que Carpeaux indicara que a primeira edição do livro não poderia sequer ser chamada de história da literatura, nem ainda de seus fundamentos econômicos.

Este salto qualitativo seria dado por dois críticos que publicam suas obras quase ao mesmo tempo no Brasil.

O ensaio de Bosi, a partir desse ponto, passa a estudar com mais vagar os nexos entre *obra* e *história* sob o ponto de vista de Otto Maria Carpeaux e Ant nio Cândido. Não é o único texto dedicado aos dois pensadores. Sobretudo Carpeaux. Além de prefaci  e organizar uma antologia com seus textos¹¹⁶³, publicou também “Carpeaux e

Ginzburg: “o problema é ver qual é, nesses casos, a relação entre ‘monumentos’ e ‘documentos’, entre ‘fontes primárias’ e ‘fontes secundárias’”, p. 64. Bosi já inferia isso quando pensava a natureza *Opaca* dos signos, de que a interpretação seria um clar o, deixando à mostra, repetidas vezes, partes claras e escuras. A polêmica a que me refiro seria ainda retomada por E. H. Gombrich, que se associou a Karl Popper na luta contra o “historismo” de feição estrita. Quais seriam os termos do debate? “Implicava também, naturalmente, a recusa de considerar as obras de arte de Brunelleschi, de Paolo Uccello etc. como *sintomas*, *expressões* de uma determinada atitude geral ou, se se quiser, concepção de mundo”, p. 76 (grifos do autor). Nesse caso, estamos falando do problema dos limites da mímese, que confere aos escritos de Bosi uma afetuosa atualidade, pois seus textos pensam e contam com o compromisso da obra literária que tanto difere de algumas abordagens an micas, combatidas pela *abertura* que o autor confere à “obra de arte”, ou seja, a relevância que se firmem em solo rochoso, as análises, não perdendo de vista as dimensões subjetiva, construtiva, formativa e afetiva, semanticamente aberta, da obra. É nesse sentido também que o “historicismo aberto” pode ser lido dentro do ensaio. Para terminar, penso que o ensaio de Bosi ainda confere à obra de arte sua condição de “ente” cultural, por isso, a mimese que o autor retoma dos dados naturais do mundo, são realocados e consubstanciados em novas matérias próprias   arte, o que poderia ser assim expresso, pela conferência de Gombrich citada no texto: “Gombrich demonstra que o artista não pode copiar a realidade *assim como ela é* ou *como a v *”, p. 83 (grifos do autor), essa parece ser a condição *ontológica* da obra de arte, daí sua dificuldade em ser enquadrada em esquemas – que serão, diga-se, sempre parciais. Não é em outros termos que Bosi pensar  parte da produção literária *atual* no ensaio, outrora conferência, “Os estudos literários na era dos extremos”, quando se utiliza da expressão *Hipermimetismo* para caracterizar aquelas produções cuja ausência de mediação é sentida por nosso Autor, como efeito da brutalidade dos tempos atuais, “extremos”, como diria Hobsbawm, tema das análises finais de nosso trabalho.

¹¹⁶² BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 29.

¹¹⁶³ BOSI, Alfredo (Org.). *Sobre letras e artes*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

a dignidade das letras” na revista *Leia Livros*, de 15 de setembro de 1978, hoje lido em *Céu, inferno*¹¹⁶⁴. Portanto, a meditação de Bosi sobre o crítico austríaco é já longa.

O argumento principal, extraído da introdução à *História da literatura ocidental*¹¹⁶⁵ refere-se à busca de uma totalidade entre literatura *x* história. A repercussão dos escritos de Carpeaux ainda não foi devidamente estudada, mas já há estudos que abordam tanto sua obra quanto o movimento histórico e a aclimação do crítico no Brasil desde 1939, fugido que veio do nazismo europeu¹¹⁶⁶. A tese de Mauro Ventura é bem documentada quanto ao movimento de Carpeaux no ramo da editoração no Brasil, seus pressupostos crítico-estéticos, enfim, mas não detalha a *repercussão* dessa obra dentro do contexto crítico brasileiro, infelizmente. Além de Ivan Junqueira, com quem Carpeaux trabalhou, dos poucos que reconhecem sua influência e o citam com frequência é o próprio Bosi.

Nessa via, vejamos o que diz Bosi sobre esse ponto. Particularizando as principais influências de Carpeaux e Cândido, o ensaio diz que ambos têm como referencial o “historicismo” e, “particularizando”, o “culturalismo”¹¹⁶⁷ como categorias centrais de análise. As categorias dialéticas marxistas trariam peso à produção de um e de outro, que é perpassada pela seguinte idéia, iniciada no Romantismo: a da “vigência de sucessivos estilos de época, que enfeixariam em si valores e idéias, imagens e símbolos, gêneros e temas”.

Dentro da obra viceja um tempo que não é só o presente nem é dado pela economia, pura e simplesmente; antes, seu valor passa pelos méritos da memória da cultura, “teia espessa de valores vividos”, na definição aforismática de Bosi. Assim, quem quer que apresente a obra de arte como pertencendo a uma estreita relação mecanicista entre os símbolos e a história iria reduzi-la a apenas uma de suas dimensões.

Carpeaux une em sua análise, além das marcas do historicismo e do culturalismo alemães, a noção de que a obra de arte, a grande obra de arte, é “símbolo e não alegoria”¹¹⁶⁸. Ecos do Romantismo alemão, como já ensinara Benjamin. Essa noção,

¹¹⁶⁴ CI: 279-282.

¹¹⁶⁵ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Senado Federal, 2008, t. 1, pp. 7-41.

¹¹⁶⁶ VENTURA, Mauro Souza. *De Karpfen a Carpeaux*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

¹¹⁶⁷ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 32.

¹¹⁶⁸ VENTURA, Mauro. Op. Cit., p. 95.

segundo Ventura, tem longa trajetória dentro do pensamento estético. Pode-se recuar muito nessa noção, mas esse não é nosso objetivo. Bosi dirá que Carpeaux sentia a “ampla margem de liberdade [a] que [ele] se atribuía ao enfrentar qualquer autor e ao exercer qualquer método”¹¹⁶⁹, método que era, segundo Ventura, plasmado pela própria obra de arte: “é a obra literária que funda o método. É ela que o elege, e não o contrário”¹¹⁷⁰.

Condensados na obra de arte, os tempos se cruzam, e Bosi dirá que esses ritmos geram variantes de repulsão e atração, já que a obra está no tempo da cultura, exposta entre “o *passado*, mesmo o mais remoto, graças ao dinamismo da memória, e com o *futuro*, que já existe no desejo e na imaginação”. O tempo da cultura, tal como expresso por Bosi, consegue responder ao “contínuo ir e vir do que está escrito para o que não está escrito, e do não-escrito para o escrito”¹¹⁷¹. Ambos, Carpeaux e Bosi, ecoam certo pensamento de Benjamin na sugestão de que “quem capta esse particular em toda a sua vitalidade, capta ao mesmo tempo o universal, sem dar-se conta disso, ou dando-se conta mais tarde”¹¹⁷².

Em toda a *História* de Carpeaux observa-se a constante referência aos tempos históricos das obras, mas numerando os fatores de predileção dos pósteros e contemporâneos, dando conta da elasticidade do critério histórico ali apreendido. Um exemplo pode ser exemplificado no que ele fala a respeito de Sófocles. Importante mencioná-lo porque do dramaturgo grego retira conceito muito caro à sua estética, o de “sentimento trágico”, estudado por Ventura:

Sófocles representa a tentativa de mediar entre os extremos; e quando a mediação se revelou impossível, o grande poeta trágico cantou uma elegia suave e dolorosa, irresistível, que pareceu à posteridade síntese perfeita. Por isso, Sófocles foi sempre o poeta preferido dos partidários do equilíbrio puramente estético: dos classicistas¹¹⁷³.

Ao lermos as peças de Sófocles percebemos o quanto o destino – inumano, perverso, tolo – faz face a qualquer gente. Historicamente, Sófocles está entre o “conflito coletivo e conflito individual”; o *pathos* coletivista de Ésquilo e o *pathos* individualista de Eurípedes, esses conflitos se aproximam de tal forma que o “efeito se

¹¹⁶⁹ CI: 279

¹¹⁷⁰ VENTURA, Mauro. *De Karpfen a Carpeaux*. Op. Cit., p. 93

¹¹⁷¹ CI: 282

¹¹⁷² Benjamin, Apud, Ventura, Op. Cit., p. 96.

¹¹⁷³ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Op. Cit., p. 71.

torna independente de todas as circunstâncias exteriores”¹¹⁷⁴. Segundo Bosi, a percuciência crítica de Carpeaux se deu na confluência do “eixo metodológico do historicismo” – estilo de época, associado ao conceito de tipo¹¹⁷⁵. Carpeaux não segue estritamente esses ideais, antes os dialetiza, através da proposta de Karl Mannheim, que introduziu o conceito de anti-tipo. É o momento *negativo* que abala a suposta homogeneidade dos estilos e dos tipos ideais.

Bosi vê na armadura dialética proposta por Carpeaux um conceito que lhe será caro: o de “resistência” ao “discurso hegemônico de sua época”, um dos temas mais valiosos a Bosi, que pretendo detalhar à frente. A obra de arte pode tanto acompanhar o seu próprio tempo quanto se cindir em um contradiscurso resistente. “Como expressão *total da natureza humana* é que a literatura aparece no mundo, e nessa função é que não pode ser substituída por coisa alguma”¹¹⁷⁶. Essa a totalidade que a condiciona fora do tempo histórico para ser imersa no tempo da cultura, quando finalmente se *atualiza*. Como parêntese, pode-se dizer que, embora não seja nossa intenção polemizar a questão, cabe apontar aos futuros estudiosos do caso Carpeaux, que Bosi lê no movimento sinuoso do crítico austríaco uma dialética que indicia, antes, o real movimento dialético em torno da crítica literatura no Brasil. Carpeaux seria “nosso primeiro grande leitor dialético”¹¹⁷⁷. O estudioso Mauro Ventura, contrariamente, apõe a essa leitura uma concepção que antes resgata de Carpeaux, a partir de sua intrigante cosmovisão católica, uma “ambiguidade do espírito trágico” que, segundo ele, não pode ser confundida como “movimento dialético”; tratar-se-ia de uma “visão problemática do mundo que falamos quando situamos o método crítico de Carpeaux no âmbito de uma consciência trágica”¹¹⁷⁸.

As matrizes da obra capital de Antonio Candido, que para Bosi é um mestre da mediação¹¹⁷⁹, facilmente depreendidas dos capítulos introdutórios de *Formação*, podem ser associadas – se pensarmos em um leitor mais desatento – a um tipo particular de sociologia. Isso porque o conceito de “sistema”, expresso e defendido ao longo de todo

¹¹⁷⁴ *Id., Ibid.*, p. 72

¹¹⁷⁵ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária”. Op. Cit., p. 34-35

¹¹⁷⁶ *Id., Ibid.*, (grifo meu).

¹¹⁷⁷ *CI*: p. 280

¹¹⁷⁸ VENTURA, Mauro, *De Karpfen a Carpeaux*. Op. Cit., p. 169.

¹¹⁷⁹ BOSI, Alfredo. “Antonio Candido – mestre da mediação” in: *Literatura e sociedade*, n. 11, 2009, p. 30ss.

o livro induz esse leitor para o nexu puro, sociológico, entre produção e circulação de obras em um tempo histórico determinado. Nos capítulos iniciais somos remetidos a esses conceitos de forma muito direta e incomumente simples. Como, *grosso modo*, o leitor está acostumado a pensar a literatura brasileira de 1500 em diante, num *continuum* temporal, estranha a ausência de nomes importantes no cânone, que não são estudados por Cândido.

Bosi, no início do texto, reitera o que já está expresso nas páginas introdutórias da *Formação da literatura brasileira*: o “ponto de vista histórico” refere-se à conjugação dos fatores de “um *sistema* objetivo que faz parte de outro sistema maior, o da civilização, da qual é um aspecto orgânico”¹¹⁸⁰. Trata-se de uma “concepção funcional das expressões simbólicas” que “recebem *status* público”. Dentro de sua concepção estética, parte do “ponto de vista histórico” que induz o literário para sua relação com a sociedade: elas são percebidas mais propriamente no tripé: autor *x* obra *x* leitor¹¹⁸¹. Uma “dupla concepção de *historicidade*, que oscila entre a Sociologia positiva e a visão dialética”¹¹⁸² preenchem o tônus da *Formação*. Bosi não hesitará em dizer que o segundo fator é mais preñado de força, é mais fecundo, mas é a conjugação dos dois que dá o significado que tonifica o sentido do livro na cultura brasileira.

Bosi dirá ainda, seguindo o minucioso desenvolvimento do tema também em Carpeaux, que a unicidade da obra será lida na sua relação histórica com o tempo, mas não será medida somente por ele. “A literatura, diz Antonio Candido, não tem *um* fator que a determine, nem são os acontecimentos políticos ou as modificações econômico-sociais que nutrem o gênio dos poetas”¹¹⁸³. Se a obra não fosse independente, estaria presa de novo aos determinismos vividamente criticados até aqui. A historiografia de Carpeaux e a de Candido, subsumidas em *Formação* e na *História da literatura universal*, teriam esposado um valor diferencial. As duas obras “foram concebidas como histórias da literatura, e ambos os autores tomaram a sério o significado dos dois membros da expressão: a *historicidade da cultura*, isto é, a inserção da obra no tempo e

¹¹⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 40.

¹¹⁸¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2009, p. 4.

¹¹⁸² *Id.*, *Ibid.*

¹¹⁸³ *Id.*, *Ibid.*, p. 43

no espaço das ideias e dos valores; e o *caráter expressivo e construtivo do texto literário* na sua individualidade”¹¹⁸⁴.

Pausa crítica.

Na dissertação *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*, defendida na USP em 2004 e orientada por Sérgio Miceli, Flávio Rosa de Moura levanta algumas questões a respeito do texto de Bosi que analisamos. Munido de consciência sociológica, tomados dos pressupostos de Pierre Bourdieu de *As regras da arte*, Rosa dirá que o ensaio de Bosi, dentre os que ele estuda, é o menos explícito a respeito de suas disposições. A busca de seu significado, então, dá-se “pelo que não diz”, ou seja, dentro das “omissões voluntárias”, das “*estocadas sutis* que apresenta contra esta ou aquela vertente crítica”¹¹⁸⁵. Moura apresenta o ensaio minuciosamente, descreve-o pacientemente até quando se sente capaz de ponderar algumas considerações, ora nem sempre percucientes. A primeira delas diz respeito a ler o ensaio de Bosi não como uma “história das histórias literárias feitas no Brasil a partir de seus impasses mais característicos, [mas] o texto pode ser visto como uma reflexão sobre o historicismo, sobre como praticá-lo sem cair numa relação esquemática entre literatura e sociedade”¹¹⁸⁶.

Ora, Bosi de fato não pretende escrever uma história das histórias literárias, como sugere o autor, ele pretende, sim, historiar os *movimentos* – e conseqüentemente, as *percepções* que se tinham então acerca do literário – da nossa tradição literária a partir do Romantismo, e delinear uma proposta que integre história e cultura, subjetividade e intencionalidade no texto ficcional, partes de sua hermenêutica particular. A consideração de que Bosi visasse a um modo útil de aplicar o historicismo dentro de limites que não forçassem a obra a ser mero reflexo econômico é um acerto, pois é essa a constatação-guia de Bosi desde o começo de seu ensaio. Moura apresenta argumentos no sentido de indicar isso, tomando como referências as epígrafes de Carpeaux e o elogio do prefácio do livro de Gustave Lanson.

¹¹⁸⁴ BOSI, Alfredo. “Antonio Candido – mestre da mediação”, Op. Cit., p. 30.

¹¹⁸⁵ MOURA, Flávio da Rosa. *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*, (Dissertação de mestrado inédita), USP, 2004, p. 43 (grifo meu). Os destaques dados ao texto de Bosi nessa dissertação são, depois, desdobrados no artigo “Um crítico no redemoinho”, onde analisa as resenções críticas recebidas pela obra de Roberto Schwarz, dentre as quais, a feita por Bosi nesse mesmo texto.

¹¹⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 47.

De alguma forma isso se faz desnecessário já que em outras ocasiões, Bosi sentira a necessidade de explicitar sua adesão a alguns pressupostos da obra de Carpeaux. Se não, veja-se a entrevista que o autor concede a Augusto Massi, já citada, na Revista *Novos Estudos*, onde se diz:

Na minha procura inquieta de palavras que respondessem às perguntas ingênuas, mas nem por isso angustiantes, da adolescência, eu lia também as páginas de cultura dos jornais. E tive sorte: no Diário de São Paulo, por volta dos anos 50, escrevia com assiduidade ninguém menos do que Otto Maria Carpeaux (...) *foi meu primeiro e melhor guia*¹¹⁸⁷.

O mote desse texto fica evidente. Trata-se de uma anamnese cultural e o Autor volta-se precisamente aos seus dias de adolescente e encontra uma espécie de modelo crítico que não reduza a obra de arte literária a mero artefato economicista, mas como coisa viva, não um espectro, mas um ente cultural consciente.

Os pressupostos teóricos pensados por Bourdieu são bastante lógicos, e já foram usados mais de uma vez com muito proveito¹¹⁸⁸. Em *As regras da arte*, Bourdieu pensa

¹¹⁸⁷ “Céus, infernos”, entrevista citada. A citação está à página 102 (grifo meu).

¹¹⁸⁸ Bourdieu é um sociólogo que Bosi não encarece de dizê-lo “determinista”, e, em alguma medida, classificador. Cf. BCTD: 44. Um exemplo ao revés disso que Moura propõe encontramos no livro *Uma história do romance de 30*, de Luís Bueno, que toma emprestados pressupostos elencados pela obra de Lúcia Miguel Pereira e de Antonio Candido com o mesmo proveito. Isso porque, em parte, as conclusões a que chega Bourdieu são similares ou próximas às que chega Candido, só que as considerações de Candido foram pronunciadas em pelo menos 40 anos antes. Em artigo já citado, Bueno ironiza o livro de Bourdieu de forma inequívoca: “*As regras da arte*, de Pierre Bourdieu, é livro influentíssimo. O leitor brasileiro o abre e vê que o autor precisa mobilizar uma longa argumentação – além de uma postura desafiadora e polêmica – para estabelecer que a literatura fala sim da sociedade em que nasceu. E então esse leitor brasileiro se pergunta: ‘esse camarada não leu Antonio Candido?’ Não, não leu, simplesmente porque a obra do grande crítico brasileiro permanece ilhada em português, e os laços fortes entre literatura e sociedade apontados por ele, que parecem decorrência da ancestral preocupação da intelectualidade brasileira com a ‘realidade nacional’ e suas formulações literárias, uma ‘tradição interna’ de nossa crítica, portanto, é uma novidade a ser alardeada e defendida num país central”. BUENO, Luís. “Literatura mundial e tradição interna” in: *Cerrados*, n. 28, ano 18, 2009, p. 126-127. Se tomo alguns dos pressupostos de Bourdieu (filtrados, antes, pelo conceito de “esfera pública”, de Jürgen Habermas), em alguma medida na construção da tese, tenho de compreender que todo o conhecimento proferido aqui, nesse sentido, deve ser dialetizado em pormenor, em vista de não sermos acusados de tomarmos os dados de forma determinista e algo mecânica. Isso é precisamente o que Moura não fez. Recorro novamente a Bakhtin que na década de 70 expunha sua confiança na análise literária que fosse compreensiva e culturalmente rica, diz ele: “o chamado processo literário de uma época, estudado isoladamente de uma análise profunda da cultura, reduz-se a uma luta superficial entre as correntes literárias e, para a modernidade (...) reduz-se ao sensacionalismo das revistas e jornais”. BAKHTIN, Mikhail. “Os estudos literários hoje” in: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 361.

o “Campo Literário” como um painel em que podemos visualizar os conflitos entre os agentes que *escrevem* e os que *promovem* a literatura. Nesse sentido, o conceito é explicitado por sua dimensão de conflito e de jogos de poder. Em suas palavras, isso significa que lidamos com um “campo de luta”, uma arena social, onde não há espaço para a ingenuidade ou a pura esfera da contemplação. Tal o jogo em que:

As disposições, ou seja, o conjunto de propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob diversas formas, *econômica, cultural, social*, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso do jogo, em suma, todo o processo de *envelhecimento* social (grifo do autor) que Flaubert chama ‘educação sentimental’¹¹⁸⁹.

Trazer esses pressupostos à cena é importante porque serão a fundamentação de Moura. É, portanto, com base no conceito de Campo Literário que o crítico lerá o ensaio de Bosi. Não se faz necessário mais pormenores teóricos. Importante é constatar o quanto esses pressupostos afetam a direção e o dínamos de sua argumentação.

Moura se demorará no que, segundo ele, Bosi *omite*, no movimento de esconder seus “interlocutores”. As críticas que faz a Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre são “repetidas automaticamente”¹¹⁹⁰ como forma de contaminação desde sua raiz, como um conta-gotas a medir até onde, sub-repticiamente, esse discurso sociológico alcança, por exemplo, o discurso de um Schwarz, velho opositor das idéias bosianas, e como essa se constitui em uma “categoria-chave” para entendê-lo. Quer dizer, “fica possível buscar o comentário na necessidade de marcar distância das leituras construídas em diálogo estreito com a sociologia”¹¹⁹¹. Bosi procura, no seu entendimento, “legitimar seu discurso à custa da exibição do domínio de uma tradição de pensamento pouco empregada na produção crítica brasileira contemporânea”¹¹⁹², isto é, a tradição crítica de origem italiana.

“Contemporânea” é termo pouco claro no contexto já que, se o pensarmos desde a década de 50 para os nossos dias, que sentido faz dizer que a categoria sociológica é “pouco empregada”, “exígua” na produção crítica, ainda mais a produção crítica brasileira, esta sim, que não se resente nem um pouco dessa ausência? Antonio Candido, para citar apenas um exemplo, faz muito bom uso de várias categorias

¹¹⁸⁹ BOURDIEAU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, p. 24.

¹¹⁹⁰ MOURA, Flávio Rosa de. *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. Op. Cit., p. 48.

¹¹⁹¹ *Id.*, *Ibid.*

¹¹⁹² *Id.*, *Ibid.*

sociológicas, sem cair no sociologismo, buscando as raízes de sua crítica desde Sílvio Romero, e tantos outros após ele, fato que já repisamos vez mais.

Moura explica que Bosi se aproveita para “consolidar sua autoridade como conhecedor de um *corpus* que *poucos críticos de literatura brasileira* dominam”¹¹⁹³. Flávio da Rosa Moura exemplifica isso com poetas italianos e latinos citados à mão farta por Bosi. Lembra ainda De Sanctis, Croce e outros mais críticos mais que, como é sabido, constituem-se o cabedal teórico de Bosi desde suas teses iniciais. Na sua tautológica conclusão: “ele tira proveito do capital cultural acumulado durante os anos em que estudou filosofia da Renascença e Estética em Florença”¹¹⁹⁴. O capital acumulado por Bosi de modo algum serve como *ostentação titular*, menos ainda como mera *erudição*. Ademais, qual crítico não mobiliza seu capital cultural na defesa de suas ideias? É isso mesmo um defeito? Pouco acadêmico seria não fazê-lo. Venha-se em conta, não já passou da hora de passarmos dessa ideia nefasta de terrorismo bibliográfico? O episódio envolvendo Eduardo Marcarenhas e José Guilherme Merquior não seria suficiente para finalizarmos de uma vez com acusações descabidas como essa?¹¹⁹⁵

As citações fazem parte da argumentação cerrada que Bosi perpetra sobre amplo espectro cultural, margeando não apenas autores brasileiros, mas, eventualmente, também suas próprias redes de influências e gostos. Mencione-se o Dilthey de Carpeaux, ou o Croce de Tristão de Athayde, como exemplos. Diga-se de passagem, os poetas citados não são fruto da erudição livresca de Bosi, estão acessíveis a qualquer um nos livros de Carpeaux, e em qualquer antologia.

Ainda segundo Moura, o ensaio seria ainda uma forma de explicitar pormenorizadamente os pressupostos da *História concisa* – referência básica aos alunos de Letras, reconhece Moura – tornando-a mais “legítima”, termo que se repete inúmeras vezes ao longo da dissertação, aliás. Contra-argumentando, basta que se veja a edição citada pelo autor, a 40^a, para perceber que o que fez o livro de Bosi são méritos do

¹¹⁹³ *Id.*, *Ibid.*, (grifos meus).

¹¹⁹⁴ *Id.*, *Ibid.*

¹¹⁹⁵ Cf., o depoimento de José Mário Pereira sobre essas e outras polêmicas envolvendo José Guilherme Merquior, na Revista do Brasil, Fase VII, jul-set. 2002, ano VIII, n. 32, pp. 215-236. Subscrevo suas palavras: “*quem razoavelmente inteligente pode encarar como defeito a decisão de um intelectual sério de fornecer ao leitor as fontes de sua pesquisa?*”, p. 227.

próprio livro. O ensaio ressalta o óbvio: Bosi se filia a um tipo de historiografia que tanto a *História* quanto o artigo não poderiam deixar de refletir e repisar.

Assim como Bosi não ataca a obra de Coutinho apenas pelos fracos resultados obtidos, mas por sabê-los *incompletos*, segundo seu ponto de vista, já que a obra dirigida pelo crítico baiano estaria baseada em certo formalismo, o *New Criticism*, objeto de mais de um texto do Autor, é porque essa estética não dá conta, sozinha, do sofisticado objeto que se propõe estudar. Aliás, os fatos arrolados tanto quanto a defesa de Bosi, aqui constatados, aliam-se a uma perspectiva não puramente imanentista, aberta e inscrita já nas formulações de Mikhail Bakhtin no início do século, de resto, autor mais que desconhecido da esfera pública fora de seu país até a década de 70. Este, na polêmica travada com o Formalismo Russo, advertira que a análise formalista puramente imanente, desconsiderada de sua contraparte cultural, pela própria natureza de sua inscrição linguística na cultura, estaria incompleta¹¹⁹⁶.

À “continuidade” pronunciada pela crítica de Roberto Schwarz, da qual suas premissas estão apostadas na relação de continuidade histórica, articulada desde o romance romântico, Bosi oporia a descontinuidade. Isto é, a leitura de Schwarz oferece uma evidente linha de força que se constroi desde José de Alencar, e antes, até Machado de Assis, sob o estigma do *aproveitamento* de temas e situações, isso Bosi não nega. A essa conjugação, segundo Moura, Bosi contrapõe a “diferença que avulta”. A Carpeaux, o autor objeta que seu esquecimento – de alguma forma, um “banimento” da vida intelectual brasileira desde a década de 70 –, é movida por sua inexistência dentro da universidade. Ele não teria feito “escola” e, “sem epígonos” que lhe dessem continuidade, permaneceria excluído.

¹¹⁹⁶ “O estético, de certo modo, encontra-se na própria obra de arte, o filósofo não o inventa, mas para compreender cientificamente a sua singularidade, a sua relação com o ético e o cognitivo, seu lugar no todo da cultura humana, e, enfim, os limites de sua aplicação, necessita-se da filosofia sistemática com seus métodos (...) para se definir de forma segura e precisa esse conceito, há necessidade de uma definição recíproca com os outros domínios, na unidade da cultura humana”. Bakhtin fala a partir de suas dissonâncias em relação aos pressupostos teóricos tanto dos poetas simbolistas russos, quanto dos teóricos do então recente Formalismo Russo. Extraído de BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 16. Irene Machado discorre longamente sobre a relação entre Bakhtin e o Formalismo Russo na sua dissertação de mestrado, publicada com o título *Analogia do dissimilar*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

A seu ver, trata-se de “se impor como herdeiro de uma tradição que precisa ser defendida caso se queira extrair legitimidade dessa aproximação”¹¹⁹⁷. Rosa tem razão ao constatar certa “baixa” na produção historiográfica, visto que algumas correntes teóricas – Moura menciona a estilística, o formalismo, o *New Criticism*, a fenomenologia literária, o estruturalismo e a semiótica – “minimiza[rem] [sua] importância”¹¹⁹⁸, fato que de algum modo já discuti.

Constata-se facilmente, pela lista arrolada, que são correntes teóricas que lêem a obra literária de forma imanente, excluindo, portanto, os fatores exógenos, tal qual a História – *centro* da discussão do texto bosiano. Bosi, inclusive, já nos advertira a esse respeito: “a partir dos anos 70, quando quase todos os alunos de letras entram realmente nessa linha estruturalista, a história literária foi deixada de lado, nascendo, principalmente, analistas de textos. Os nossos professores de literatura, quase todos eles, são leitores de textos, são intérpretes, ensaístas, mas a *obra histórica precisa reunir unidade de sentido à multiplicidade de textos*”¹¹⁹⁹.

Aí está o real sentido do movimento intelectual que Bosi propõe, ou seja, reunir uma massa de textos analisados por essa *perspectiva de leitura* que seja *histórica*, para, a partir de então, traçar seus limites. Dizer, como é o caso do texto de Moura, que o movimento de autores e autoridades *italianos* usados por Bosi se insere na justificativa para forçar o campo literário a reconhecer sua importância, é pura tautologia, na medida mesma em que todo e qualquer debate se faz em torno de “autores” e “autoridades”, inclusive o promovido por Moura, e não seria vão lembrar que as duas palavras se exprimem a partir da mesma raiz, e constituem o cabedal formativo do intelectual. Bosi não faz senão explicitar sua história.

Não há que nos delongarmos tanto mais, pois Moura passa – inaceitavelmente, a meu ver, a *psicologizar* a trajetória de Alfredo Bosi, tentando demonstrar que a assunção da cadeira na Academia Brasileira de Letras se deveu à égide da manutenção de seu capital simbólico, argumento inaceitável, como se viu nas entrevistas dadas por Bosi à época da assunção da cadeira, ou seja, já que ele queria estabelecer uma ponte entre a Universidade e a Academia, desde sempre mitigadas por questões que não cabe aqui discutir.

¹¹⁹⁷ MOURA, Flávio Rosa de. *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. Op Cit., p. 51.

¹¹⁹⁸ *Id.*, *Ibid.*

¹¹⁹⁹ Entrevista ao autor (grifos meus).

Os paradigmas propostos por Bourdieu são, de resto, respeitáveis – mas isso se forem matizados pela experiência e pelo conhecimento da obra como um todo. Observar o campo literário percebendo nele um pouco mais do que tão somente a vontade de poder, é acercar-se do cuidado de ler ali também a vontade de saber, a constituição de reputações e de valores, *literatura é forma*, convém não esquecer. Trata-se, enfim, de relativizar a própria produção acadêmica e enxergar-lhe intuítos nem sempre pressupostos. O que Moura deixa de ver, precisamente pela condição “absoluta” com que lida com seus pressupostos, de que os argumentos simbolizam muito bem, é que nem sempre os autores se submetem ao “campo” de forma a competirem por um ou mais atos legitimadores. Nesse sentido, a trajetória de Bosi seria inadequada para exemplificar a tese que Rosa adere, ou pelo menos Moura deveria matizar um pouco mais suas considerações.

Paradigma da singularidade e crítica dialética.

Até agora, analisamos o texto bosiano que, na medida em que historia um aspecto conjunto de elementos – a história e a obra de arte literária – nos oferece um panorama, amplo, de nossa crítica, do romantismo até nossos dias. Por certo, Bosi, no seu esforço de síntese e também por não querer ultrapassar o espaço de um ensaio, deixou de referenciar uma plêiade de nomes com os quais seu diálogo se soma. Críticos que não perderiam nosso interesse já que sabem eles também que o processo constitutivo de uma crítica que se quer dialética passa pelos quadrantes da história e guarda respaldo na obra plena de significados. “É nessa perspectiva ampliada, respeitosa dos direitos da *memória*, da *imaginação* e da *reflexão crítica*, que recebem nova luz as relações entre literatura e sociedade, literatura e ação”¹²⁰⁰.

De qualquer modo, mesmo omitindo esses e outros nomes, o que fica são exatamente aquelas últimas palavras de Bosi quando afirma ser a literatura e a crítica literária um respeito ao homem, e índice de sua dignidade. Elas apelam para a imaginação e a memória, nos fazendo participantes dos mundos uns dos outros por meio da cultura.

Faz todo sentido notar nas palavras finais de Bosi o encadeamento de uma série de referências que aparecerão mais de uma vez em seus textos, e que serão guias de reflexões sérias sobre o modo de ler a obra, de encontrar seu nexos histórico,

¹²⁰⁰ BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado” in: LR: 56.

identificadores já conhecidos da especificidade do material com que trabalha o crítico. Em alguns desses textos, o olhar do nosso crítico destila um muito de empatia em torno da figura do leitor, exatamente por mobilizar essas categorias – *memória, imaginação e reflexão crítica* – no percurso de alguns dos seus textos.

Feita essa análise, importa agora tentar determinar, mesmo que suscintamente, qual o reflexo dessa teoria de Bosi na constituição da crítica de ordem dialética no espaço atual da crítica literária. Pouco se falou, por parte dos analistas de Bosi, das origens dessa sua identificação entre a ordem singular da obra de arte literária e o seu momento histórico constitutivo, este último aspecto foi amplamente relativizado pelo ensaio que lemos. A leitura atenta desse texto deixa ver que Bosi está mais próximo de Walter Benjamin do que se supõe. Essa aproximação é cheia de consequências para nossa visada, na medida em que pressupõe uma alternativa às histórias literárias até aqui concebidas. Atualmente, Bosi parece cada vez mais distanciado de “cifras nomeadoras”, isso se resvala nas palavras que ele diria, em depoimento pronunciado no III Ciclo de Conferências “Caminhos do crítico”, em 10 de maio de 2005, das quais destacamos: “a história literária lida com objetos únicos e altamente individualizados, as obras poéticas e narrativas, que podem ser agrupadas segundo grandes estilos de época ou, na operação que vimos tentando, segundo acentuadas tendências de cunho existencial ou ético”¹²⁰¹. No primeiro caso, em relação às obras literárias, teríamos uma repetição do paradigma das histórias literárias correntes. No segundo, a tentativa especulativa de historiá-las, indicando-lhes sua vinculação ética e singular.

Não seria desacertado perceber, nessa conjugação nova, uma releitura da própria historiografia, pronunciada por Bosi na década de 70, com a *História concisa*. Na medida em que seu livro não é citado na conflagração das alternativas de leitura histórica dos muitos atores envolvidos no que ele defende, tanto mais essa revisão parece apontar um *tônus* de ausência e paciente aprendizado.

Se não estamos errados, quando Bosi aposta na leitura *singularizadora* da obra literária, ele se refere à monta do processo histórico que essa leitura arrazoar. Há, na indicativa de Bosi, uma pretensão de abandono da totalidade que a história carregaria consigo em nosso tempo. A contundência de Bosi em denunciar a veia nacionalista é um desses índices, e mostra que o avanço com o tempo pode apontar, mesmo que muito

¹²⁰¹ Depoimento publicado na revista *Estudos avançados* (19 (55), 2005), sob título “Caminhos entre a literatura e a história”, p. 329.

lateralmente, para uma totalização das formas artísticas, umas em relação às outras. Dirá ele em nota ao ensaio até aqui analisado: “é vago, portanto, dizer que a poesia ‘existe na História’: é preciso conhecer por dentro *qual é a história* imanente em cada expressão lírica; o que leva às vezes o intérprete a saltar as barreiras do espaço local e do tempo no relógio a fim de historiar quais *valores, ideais e afetos* do espaço foram trazidos, conscientemente ou não, ao drama da escrita. E a História da humanidade que recebeu a obra de arte já não é a mesma História que a precedeu”¹²⁰². Ora, visto assim, os passos dialéticos dados em direção à obra no seu fluxo histórico devem ser relativizados em prol de uma gama de respeito dirigida à historicidade imanente e aos valores expressos na obra singular. A história que a contém e a história que a lê têm diferentes olhares.

Walter Benjamin dissera uma vez que seria tolice tentar acondicionar, sem graves riscos de simplificação, a história geral à literatura. O fulcro, aliás, das discordâncias pronunciadas pela Escola de Praga em torno disso diz respeito ao emprego das obras literárias na ordem histórica de forma *mecânica*. Contra as visadas redutoras, Gonzalo Aguiar, estudioso da poesia concreta brasileira, em texto em que apresenta as propostas historiográficas de Haroldo de Campos e Antonio Candido, apõe o conceito de “Momento Construtivo” como condicionante estético de uma visada que procura unir ao mesmo tempo, tanto o horizonte de saída quanto de entrada estéticas de uma obra, quando posta em situação no quadro de uma história literária. Ao mesmo tempo em que relativiza as questões da Origem, problema para as tipagens de historiografia defendidas por um e outro, Aguiar investe no caráter transitivo e não totalizador da perspectiva historiográfica, já que “menos relacionad[a] [que está] com o passado que com a *transição* que o crítico faz entre o presente e o passado”¹²⁰³.

No início do século XX, Walter Benjamin apostaria no caráter *descontínuo* da obra literária, que seria “a base da autêntica tradição”¹²⁰⁴. É essa proposição que mais se aproxima à perspectiva atual de Bosi. Notório, nesse sentido, que Benjamin aconselhe a abolir as restrições que separam a história da literatura e da crítica. Seligmann-Silva indica em Benjamin que “não se trata de expor as obras da literatura no contexto da

¹²⁰² Nota 24 (grifos de Bosi).

¹²⁰³ AGUIAR, Gonzalo. “Construir o passado. Alguns problemas da história da literatura a partir do debate entre Antonio Candido e Haroldo de Campos” in: *Poesia concreta brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 341, nota 15.

¹²⁰⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo*. Walter Benjamin: Romantismo e crítica literária Op. Cit., p. 177.

época delas, mas, antes, de trazer à exposição, na época em que elas surgiram, o tempo que as conhece – ou seja, o nosso. Assim, a literatura torna-se *organon* da história e a tarefa da história da literatura é essa e não fazer da literatura matéria da história”¹²⁰⁵.

A confluência entre os tempos dados na obra e na memória *atualizadora* é o que Bosi identifica como necessário e razoável. Os tempos se casam notavelmente nesse aspecto, dado que as memórias do tempo histórico, o fluxo de experiências de que falávamos na introdução, podem se encontrar. Afinal: o que é o texto sem o seu contexto, e o que é o contexto sem um presente (que pode ser inscrito pela memória) que o interroge e o individualize? Pergunta ecoada por Bosi já tantas vezes.

Pequeno desdobramento.

O que até aqui foi exposto ganha forte notoriedade nos escritos de *O ser e o tempo da poesia*, que, como vimos, tem certa preeminência nos escritos de Bosi, e que ainda condensa tudo isto que falamos até aqui. Não poderíamos deixar de pensar nesse texto como um todo, e abranger, dentro de nossa análise, o percurso do tempo que se faz poesia em uma tradição de pensamento fenomenológico que encontra em Alfredo Bosi e Paul Ricoeur, dois fortes leitores.

Em todas as considerações que fizemos, esperamos ter deixado clara a relação indissociável entre sujeito e tempo. Isso se desvela de modo evidente na mobilização de memória e pessoa, entendendo-os como coextensivos entre si, o que se parece com uma lei tautológica: *a memória é parte da autodeterminação do sujeito*. Este é o conceito para a qual conflui toda a crítica bosiana. O que o texto de 1977 condensa são essas reflexões voltadas para a constituição da temporalidade da poesia, em que o fio condutor mais imediato é mesmo o Hegel da *Estética*, leitura que, já o vimos, é da preferência do Autor.

No quarto capítulo do livro, Bosi acentua que a cultura moderna, tal como se vê, está ausentada das raízes da comunidade. Ele o faz de modo a reivindicar o legado das considerações de Leopardi: “nessa cultura” [qual, a de Leopardi, ou a nossa?, o texto é ambíguo] “o homem é átomo voltado para si, cortado da comunidade; e, átomo, concebe os outros homens e as coisas como outras tantas mônadas”¹²⁰⁶. O que se segue é uma constatação de cunho filosófico, decorrente dessa premissa. O homem se isolou dos

¹²⁰⁵ *Id., Ibid.*, p. 183.

¹²⁰⁶ BOSI, Alfredo “O encontro dos tempos” in: STP: 131.

outros homens, desvinculou-se deles e da Natureza. O belo acerca-se da transfiguração dessa realidade *opaca, cinza e tediosa*, que Leopardi compreendia ser o mote de sua geração. E é a poesia que traz, na sua dramaticidade, as portas da percepção de um outro tempo, trazido pela linguagem, ou, pela “*memória infinitamente rica de linguagem. O tempo ‘eterno’ da fala, cíclico, por isso antigo e novo, absorve, no seu código de imagens e recorrências, os dados que lhe fornece o mundo de hoje, egoísta e abstrato*”¹²⁰⁷.

Portanto, o tempo não pode ser separado de uma fenomenologia do sujeito, eles estão ambos ligados pela memória, que complexifica a relação, de algum modo, resolvendo-se nos *índices afetivos* da poesia. O índice dessa ponderação é sua mediação pelo *corpo*, que já comentamos páginas atrás, e que ganha aqui seu complemento dialético.

Dessa forma, uma atividade artística, como a confecção de poemas, ganha contornos nitidamente subjetivos – lastro da querela que o Autor vinha desferindo contra o estruturalismo, que hoje tem sabor ligeiramente anacrônico, por sua obviedade, bem assim ela nos parece *hoje*, não naquele tempo. Por isso, há um tráfego intenso entre mundo e palavra, comum aos grandes textos poéticos. Fica mais crível entender um texto como “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”, e seu apelo final a um autor como Gaston Bachelard, cuja leitura dos caracteres poéticos se dá pelas instâncias da *memória* e da *fantasia*, denotando sua resistência crítica em não fincar bandeira em qualquer *monismo interpretativo*. Essa filosofia não deixa de perceber, por isso mesmo, nem o “símbolo [nem a] memória cultural”¹²⁰⁸ do texto poético.

Mais atrás demos mostras, a partir do texto “O tempo e os tempos”, de 1992, que o tempo, tal como Bosi lera, em vista do ato criativo, se resolvia em um momento “pleno” para o criador, pluralizado pela *convergência de tempos*, idos e presentes, na compleição da obra artística. Outra vez Bosi deixa clara a sua convicção evocada entre os modos subjetivos e temporais que a palavra poética ressalta: “a palavra poética recebe uma espécie de efeito mágico do seu convívio estreito com o modo *singular, pré-categorial*”. Dessa constatação que Bosi inferia a impossibilidade de lidarmos com uma criação tão singular por meio de categorias estreitas, sejam as do materialismo, sejam as do próprio culturalismo, que deveriam ser *amplos, abertos e generosos*. Não é

¹²⁰⁷ *Id., Ibid.*, p. 131 (grifos meus).

¹²⁰⁸ BOSI, Alfredo. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões”. Op. Cit., p. 43.

por outro motivo que ele dirá ainda que as “determinações múltiplas e contrárias, o não-ser e o ser, o tempo e a eternidade, o mundo e o *eu*, *crescendo junto com a significação da palavra* (grifos meus). Concreto *quer dizer, precisamente: o que cresce junto*”¹²⁰⁹. A origem das formas é social: “O tempo das mediações predicativas [] é (...) originariamente social”.

Portanto, Bosi chama o leitor mais lúcido a compreender que essa temporalidade mais densa, mais ao fundo do *iceberg* – imagem cara ao texto anterior – guarda sua liberdade na consciência do poeta e “atua[liza-se] eficazmente na rede de conotações do seu discurso”. “Nesse labor, que é quase todo o labor da escrita, acaba se impondo à matéria uma *forma mentis*, um pensamento formante, que tudo organiza e que acaba

¹²⁰⁹ BOSI, Alfredo. “O encontro dos tempos” in: STP: 134 (grifos do autor). São notáveis as similaridades de algumas ideias que compõem esse texto de Alfredo Bosi e o de Paul Ricoeur, quando comparados na sua conjuntura textual. Refiro-me a *Tempo e narrativa*, cuja estrutura e eixo de leitura arquitetam-se em torno da ideia do tempo como sendo compreendido *dentro da narrativa*, ou, “o tempo só se torna humano através da narrativa”, como pontuou Hélio Salles Gentil, na “Introdução” à obra (*Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. XI). Os pressupostos da monumental odisséia de Ricoeur são o Livro XI das *confissões* de Santo Agostinho, onde se expõe o *ser do tempo*, e a meditação sobre a tragédia na *Poética* de Aristóteles. A certa altura Bosi dirá que “na poesia cumpre-se o *presente* sem margens do tempo, tal como o sentia Santo Agostinho: presente do passado, presente do futuro e o presente do presente”, p. 141 (grifos do Autor), que, como se sabe, dosa o texto de Ricoeur de um eixo comparativo com a *Poética*. O tempo está trifurcado naqueles tempos que Agostinho acolhe e expõe, com razão, em perplexidade. Ambos os trabalhos se cruzam na condição de serem “formados” pela mediação da memória, como disse Ricoeur “enquanto não tivermos formado a ideia da relação distendida entre expectativa, memória e atenção, não compreenderemos a nós mesmos quando repetirmos uma segunda vez: Portanto, no momento em que o tempo passa, pode ser percebido e medido”, p. 20. A narrativa, para Bosi, arregimenta tanto os fatores envolvidos no conceito de tempo, quanto os de índole judicativa que envolve o corpo. É no uso da linguagem que essas categorias se resolvem, se articulam, e movem as engrenagens da compreensão temporal, muito embora este último seja para Bosi um fator secundário, o que não ocorre com Ricoeur, pois é sua compreensão que ele atesta. Textualmente, diz Ricoeur, “narramos coisas (...) predizemos acontecimentos (...) Portanto, é ainda a linguagem assim como a experiência e a ação que ela articula, que agüenta firme contra o assalto dos céticos”, p. 21. Os três tempos atravessam o argumento de Bosi da mesma forma – ele o chama de tempo “rico de mediações”, envolto que está na construção do objeto artístico – mas o que lhe convém não é se ela só é percebida pela narrativa, problema de que se ocupa Ricoeur, mas como o sujeito o desbrava nas suas motivações existenciais e criativas. Santo Agostinho dirá ainda: “o que acontece no canto como um todo, acontece em cada uma de suas partes e em cada uma de suas sílabas; isso acontece numa ação mais longa (*in actione longiore*), da qual aquele canto talvez seja apenas uma pequena parte”, Apud, Ricoeur, p. 40. Não é nosso fulcro aqui, mas acredito que o veio aberto por Santo Agostinho pode ser uma fonte interessante de onde extrair conseqüências da teoria bosiana do ser e do tempo. Fica aqui apenas como hipótese de trabalho.

produzindo os ‘sentidos’ possíveis do texto”¹²¹⁰. Como pensar o mimético nessa imersão no tempo denso da criação? Bosi responde que a construção textual estreita sua relação com o mundo de modo singular, via *pathos*:

A figura da realidade, que *está presente* nos nomes, é modalizada pelo *pathos* da situação existencial que só o discurso inteiro sabe apreender. *Mimesis* e *pathos* – representação e expressão –, forças nucleares da linguagem, aqui trabalhadas e postas em evidência pelos procedimentos da repetição dos sons e pela afinidade entre as imagens da natureza e a voz do eu lírico¹²¹¹.

Ora, prefiguram ainda segundo essa perspectiva duas forças ativas na construção do texto poético, adensado pelo tempo que o atravessa: os fatores ideológicos, constantes no tempo, de um lado, e, de outro, os fatores contraideológicos, ou seja, *resistentes*. Por ora, fiquemos com o primeiro.

Para Bosi, “a *ideologia*, que é uma percepção historicamente determinada da vida, passa a distribuir valores e a esconjurar antivalores”¹²¹², no que fica claro que o poema pode comportar elementos de ambas as frentes. Seria difícil precisar sua “delimitação”, seu núcleo; por isso, a obra de arte precisa a leitura dialética, que “não pode deter-se na tese (*literatura, espelho da ideologia*); ela deve avançar firmemente para a antítese, que está na vida social e na linguagem poética (*poesia, resistência à ideologia*). É essa negatividade que redime os momentos em que o verso parece apenas oratória ou variante alienada do pensamento opressor”¹²¹³. O poeta comporta vozes no texto, ele o preenche ciclicamente das vozes de seu tempo, ou fora dele, “a sua obra poderá conter (e muitas vezes contém, de fato), em equilíbrio instável, o ‘positivo’ da ideologia corrente e o ‘negativo’ da contra-ideologia”¹²¹⁴.

Voltando àquela constatação que estabelecemos antes, Bosi move seu conceito de tempo em torno da presença do corpo, que o conforma e o constitui. Depois de apeadas pelo trabalho do crítico, o que sobra do trabalho poético? “O *desejo*, que pulsa

¹²¹⁰ BOSI, Alfredo. “O encontro dos tempos”. Op. Cit., p. 142.

¹²¹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 136.

¹²¹² *Id.*, *Ibid.*, p. 138 (grifo do autor).

¹²¹³ *Id.*, *Ibid.*, p. 140 (grifos do autor).

¹²¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 140. Em outro momento Bosi conclui: “o mito prometeico, a experiência vivida, na sua unidade de imagem e paixão, transpassa a rede ideológica, habitando-a mas esquivando-a a um só tempo num jogo singular de cabra-cega em que o convívio e a fuga são ações que se penetram”. Ou, “mas a mediação do sistema ideológico não é uma ‘coisa’ morta, um dado bruto e insuperável. É um momento necessário, mas limitado, no processo do fazer poético. No movimento acaba se dialetizando também o corpo mediador, aluindo a sua má positividade e fazendo estalar a moldura pseudo-eterna da redução ideológica”, p. 161.

na imagem e no som [que] é indestrutível”. Já vimos como a operação do desejo redime e, de algum modo, justifica o trabalho poético. Sem a mediação do desejo seria difícil aquilatar as condicionantes do texto, expressivas naquilo que tem de humano e comum a todos, portanto. Quase fatal, para Bosi, é situar esse trabalho na sua “forma ritual coletiva”. Esse um dos paradoxos da composição poética, da forma; talvez esteja aqui parte da resposta de sua solidez, que tanto encabulava Marx.

Assim, “a forma do poema, quando vista nas suas constantes (*nomes concretos, figuras, recorrências de som...*) talvez seja uma sobrevivência de esquemas corporais (grifo meu) antiquíssimos”¹²¹⁵. A via alternativa para Bosi, iniciada por aquele “talvez” é apenas retórico, pois Bosi não acena a possibilidade de outro nome que não este para a poesia. A poesia é atravessada pela figuração desse *pathos*, mediada pela presença do corpo, via de sua condição subjetiva e cultural:

A consciência histórica é insidiosa e mutável (...) Vejo, nesta altura, o texto como uma produção multiplamente constituída por vários tempos (grifos meus): a) os tempos descontínuos, díspares, da experiência histórico-social, presentes no ponto de vista cultural e ideológico que tece a trama de valores do poema; b) o tempo-relâmpago da *figura* que traz à palavra o mundo-da-vida sob as espécies concretas das imagens singulares; e c) o tempo ondeante ou cíclico da expressão sonora e ritmada, tempo corporal do *pathos*, inerente a todo discurso motivado¹²¹⁶.

Para terminar, seria possível pensar essas relações todas pela força que irradia no poema, a sua subjetividade, seu *pathos*, sua aliança entre as figuras presentes no tempo, e delas ausente por aquela porção *criativa*, que o desvincula, como dissemos, de toda determinidade. O poema “carreia a expressão de mais de um tempo: o tempo presente que a ideologia filtra e reduz; o tempo sem tempo da forma feita de imagem; o tempo cíclico do som. Só por um forte desejo de análise é que conseguimos separar *o corpo* e a *cultura*, os ritmos do sonho e do sangue e as lutas ingratas do pensamento e do trabalho em sociedade”¹²¹⁷.

¹²¹⁵ *Id., Ibid.*, p. 143. “O trabalho da poesia também é, a seu modo, um trabalho que se faz no tempo do corpo (som, imagem) e no tempo da consciência enquanto produz sentido e valor”, p. 226 (grifos meus).

¹²¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 144.

¹²¹⁷ *Id., Ibid.*, p. 162 (grifos meus).

Capítulo 4. O conceito e seu desdobramento

HERMÓGENES: Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo.

SÓCRATES: (...) as coisas belas são difíceis de aprender; o conhecimento dos nomes não é negócio de somenos (...) Mas, como disse, essas coisas são difíceis de compreender; o melhor será congregarmos esforços para saber quem está com a razão: tu ou Crátilo.

(Platão)

E Montaigne parece tê-lo querido, pelo menos no início de sua empresa –, pode zelar para que a verdade manifesta no espetáculo do mundo encontre sua aplicação na vida interior; para chegar a isso, será preciso o concurso do julgamento e da vontade; o julgamento, ato intelectual em que o indivíduo se olha, por sua vez, e se compara: a vontade, ato formador ou transformador, pelo qual o indivíduo regula sua vida.

(Jean Starobinski)

4.1 - Nos extremos de Entrepostos: O conceito de Literatura e Resistência.

Itinerário de um conceito: “Poesia e resistência”.

De Alfredo Bosi, temos lido até aqui um itinerário bastante coerente de vida e de crítica, evidente nos seus livros e na sua historiografia. Chegamos a esse ponto e resta agora concluir o percurso identificando, de forma algo mais específica, o modo como Bosi encara seu conceito mais detido e trabalhado ao longo de sua vida, desta vez, presentificando-o também no percurso da arte no tempo do hoje. Disseminado em alguns textos esparsos, em outros, de forma mais detida, Bosi manifesta acurado conhecimento dessa arte e associa parte dela a um projeto de brutalização do ser humano, corrente na ideologia de nossa época e na expansão do capital, horizonte de sua proverbial rejeição dessa arte.

Vínhamos nos preparando até agora, em vista de percebermos quais as principais lides que movem o itinerário de Bosi. Tentou-se perceber quais fatores compõem sua hermenêutica, seus processos interpretativos, sua concepção de forma, que, dentro de nossa tese, apontam para momentos anteriores ao conceito propriamente dito de literatura e resistência.

“Literatura e Resistência”, portanto, assume-se como conceito que condiciona a leitura de obras de literatura a partir da ótica que concilia o ético e o estético. Como se sabe, essa conciliação aparece como conceito singular dentro da tradição filosófica de extração grega, resvalando-se na forma como esse povo pensava sua paideia, mas que, hoje, seria um índice incomum, já que ele perderia tónus em nossa época. É o que constata o filósofo Vladimir Jankelevitch¹²¹⁸. Já na obra de Platão constatam-se três ordens de problemas ligados à arte em geral, segundo Benedito Nunes: uma se dá em torno da função da arte; outra em torno da essência dela, de sua ontologia; e, por último, a relação entre as mais diversas formas que ela assume¹²¹⁹.

Uma vez que essas condicionantes encontram-se encerradas ao problema da arte como um todo, e é até difícil encontrar outras formas de abordar esse problema, partiremos delas a fim de tentar unificar os conceitos que se estendem à obra de Bosi.

¹²¹⁸ Diz Jankelevitch que esses dois índices *conjuntamente*, estão, de algum modo, ausentes da configuração filosófica moderna. Cf. JANKELEVITCH, Vladimir. *Curso de filosofia moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 3ss.

¹²¹⁹ NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 2003, p. 8ss.

Retomando os termos, Bosi compreende que a obra de arte introjecta valores que podem ser ideológicos ou contraideológicos. Por ser partícipe da condição humana, a arte não tem essa condição jamais transigida, que é histórica, ou seja, ela é produto das condições materiais, econômicas, sociais e linguísticas, mas também de uma individualidade que a organiza, que a pensa, que a orchestra, que insere nela o seu *pathos*, de forma que escapa à teoria bosiana qualquer espécie de determinismo, coisa que de fato nos adverte mais de uma vez ser um reducionismo. De toda forma, o conceito formativo da literatura como um todo encampa esses índices e os condiciona a uma leitura que procura desvendar as máscaras que envolvem ideologias e contraideologias dentro do processo formativo da obra de arte: por isso, este conceito é historicamente determinado.

Ao longo de todo o texto, procuramos desvendar os elementos que se constituíram nos fundamentos da visão ética que o envolvem. Não fizemos mais do que tentar apreender historicamente a evolução do conceito no pensamento de Bosi – pensada a palavra evolução não no sentido de “melhoramento”, o que poderia induzir a equívocos de ordem conceitual. Dizendo de outro modo, esse caminho que cruzamos mostra como seu discurso ganha consistência ao longo do tempo, já que há elementos de ordens diversas atuando nos meandros de sua prática analítica.

Igualmente, é dentro desse esquema, que vê na ordem do discurso bosiano suas mais diversas especificações e nuances, que se pode aclarar sua origem, seu desenvolvimento e, tão importante quanto, sua história. O final do processo deverá se seguir com o aclaramento da forma como Bosi enxerga a literatura na era atual (*extrema, em quase toda a sua extensão*), e que sentido se pode ver no cabedal de nossa conclusão; também alguns pontos de vista que ainda não foram abordados, as perspectivas futuras dessa crítica, seus possíveis pontos de inflexão, se há.

Assim visto, o conceito de literatura e resistência, antes lido em um texto que prepara o solo, como o capítulo de nome “Poesia e resistência” em *O ser e o tempo da poesia*, o primeiro de uma série a deslindar essa vertente de crítica no Brasil, pode explicar melhor esse flanco, mas que será ainda desdobrado em outros textos, alguns deles cujo *teor parece* deslocado da presente perspectiva, como é o caso de “Os estudos literários na era dos extremos”, mas que se vê imerso na mesma lide e em nexos semelhante, como teremos chance de ver. Em outro, Bosi aclara os termos que estamos expondo, tal é o caso de “Narrativa e resistência”, publicado em um dos livros mais

combativos do Autor, *Literatura e resistência*. São textos ligados entre si pela mesma *reação* ao mundo, palavra sintomática no repertório de Bosi.

Primeira incursão ao conceito.

Nossa primeira incursão estará envolta ao texto mais tardio de Alfredo Bosi em torno do conceito, publicado em 1977 também, chamado “Poesia e resistência”. Dos textos lidos em *O ser e o tempo da poesia*, este é um dos poucos inéditos. Portanto, as reflexões que se lerão são parte de uma especial atenção que Bosi deu ao tema em sua obra: o limite ético e estético que a obra de arte literária comporta.

Bosi conta que a sua geração, nos anos 60, compartilhava algumas perplexidades no campo das ideias e alguns valores semelhantes¹²²⁰. Tivemos oportunidade de verificar como essa cultura atravessou a geração de Bosi, expondo, de um lado, aqueles críticos que defendiam a compreensão da obra literária, sua forma, como aderente a uma leitura puramente *imane*nte da cultura, gestada pelos teóricos do estruturalismo; de outro, ressaltando a preocupação não apenas política, mas ética, daqueles que defendiam a “urgência de entender a sociedade brasileira que habitávamos e que nos habitava, e, se possível, intervir nas suas estruturas iníquas”. Não à toa, Bosi apontar para o marxismo como pólo, à época, de *salvação* daqueles pensadores e ativistas. Obviamente que os processos daqueles a quem Bosi se alinhava refletiam o entendimento de que “os processos sociais enformam a vida simbólica”¹²²¹, por isso mesmo, não fazia sentido separar vida de literatura, já que ambas seriam o consórcio de um todo.

Claro que o marxismo, como tal, passaria ainda por um repensamento de ordem não apenas metodológica, mas de ordem ontológica. Forte mediação gestou-se por iniciativa de escolas que se abeiraram muito estreitamente da suspeita como modo de pensar as coisas, tais como a psicanálise e o próprio marxismo, lemes através dos quais a Escola de Frankfurt, por exemplo, se guiaria. O acolhimento dessas ideias foi concomitante com as releituras que o marxismo sofreu pela própria linguística, que Althusser, Lacan e alguns outros intelectuais europeus empreenderam.

Foi em meados da década de 70 que essas duas “positividades” entraram em uma crise decisiva. No caso da universidade brasileira, é por essa época que a crise se

¹²²⁰ BOSI, Alfredo. “Formações ideológicas na cultura brasileira” in: *Estudos avançados* 9(25), 1995, p. 275.

¹²²¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 276.

intensifica, mas no caso europeu, as andanças de seu repensamento se anunciaram um pouco antes. Mesmo assim, já em São Paulo, Bosi redireciona sua descrição desse tempo para o fato de que a releitura mais proveitosa se deu em torno do questionamento de certo marxismo ortodoxo, ainda também via Escola de Frankfurt. Por isso, adverte: “a dialética negativa parecia revirar e subverter o já conhecido e assentado, isto é, a ortodoxia do materialismo histórico que muitos de nós tínhamos codificado como se fôra um apêndice do evolucionismo linear”¹²²². Nada mais distante de seu pensamento posterior, que matiza as vertentes do materialismo dialético, altercando nuances antes apenas entrevistas, mas agora revigoradas pela argúcia da experiência.

“Sujeito” e “subjetividade” são as categorias que marxismo e estruturalismo tinham assentado de forma equívoca. Categorias que não saem do horizonte de pensamento de Bosi. Por isso, ele mesmo acabaria construindo uma teoria da poesia toda ela baseada no homem, no sujeito, pensada como índice do corpo. As categorias de repensamento lidas em permanente contato com pensadores como Adorno, Habermas e Benjamin, sobretudo este último, foram importantes para esse tempo.

As consequências da teoria crítica no plano dos valores e do gosto artístico foram drásticas. Em vez da apologia do realismo dito socialista, começou-se a reivindicar a *fecundidade do imaginário* surrealista e da linguagem expressionista (penso nas preferências estéticas de Benjamin); Adorno, por sua vez, fez a apologia da nova música atonal, contrapondo-a politicamente à música digestiva espalhada pela indústria cultural e pela rotina das salas de concerto. *Arte não mais espelho da sociedade, mas arte versus sociedade: arte enquanto crítica*¹²²³.

Outras bases seriam erigidas em auxílio ao questionamento que então se vinha formando. No centro dos julgamentos postulados pelos paladinos dessa formulação crítica está o “sujeito”, bem como o conceito de ideologia que atravessa toda a constelação de valores da arte. As pesquisas de autores os mais diversos como Marcuse, Foucault e Barthes, “entraram na mesma órbita cultural ensombrando com a acusação de positivismo autoritário aqueles modos de ler a obra de ficção que ainda amarravam firmemente estrutura econômica, classe, ideologia e ponto de vista”¹²²⁴.

Importante saber agora como as reflexões de Bosi pensam o lugar da ideologia, momento que será definidor para o restante de nossas inquirições.

¹²²² *Id., Ibid.*, p. 277.

¹²²³ *Id., Ibid.*, p. 277.

¹²²⁴ *Id., Ibid.*, p. 278.

Bosi alega que ideologia e literatura andam conjuntamente no instante mesmo em que “*ambas pressupõem o mesmo vasto campo da experiência intersubjetiva*”. Porém, deixa claro que esse horizonte é fronteiro, no sentido de que “a literatura exprime, re-apresenta, presentifica, singulariza, enxerga com olhos novos ou renovados os objetos da percepção, ilumina os seus múltiplos perfis e desentranha e combina as fantasias do sujeito”. O contraponto da ideologia se dá no instante mesmo em que ela “reduz, uniformiza os segmentos que reduziu, generaliza, oculta as diferenças, preenche as lacunas, as pausas, os movimentos descontínuos ou contraditórios da subjetividade”¹²²⁵. As grandes obras dão testemunho disso: “*poesia e ideologia, poesia e doutrina, poesia e não-poesia, parentes, talvez rivais. Rivais, mas parentes*”¹²²⁶.

Esse é o fundo teórico e histórico por onde Bosi e os homens de sua geração trafegam. Veremos agora o desdobramento disso, já que o contexto histórico já foi traçado.

Em primeiro lugar, o texto “Poesia e resistência” acopla uma teoria da crítica do presente. Isso se percebe nas admoestações e nas físgadas que o texto conduz. No entanto, muito dela permanece como uma teoria que se pretende *totalista*, termo caro a Sérgio Paulo Rouanet, ou seja, ela procura no seu desenvolvimento jungir um grande espectro de aspectos literários. Por isso, precisamos tomar um cuidado precioso no sentido de ler esse texto dentro de seu contexto, relendo-o com os outros que já arrolamos, sob o risco de perder de vista a unidade e a abrangência que os conforma.

Percebe-se que o texto de Bosi demarca semelhante limite a que a perspectiva judia vinha ajuizando, sobretudo na Europa – na crítica literária, nomes como o de Walter Benjamin e Lukács, dentre outros, no início do século. Resultado de uma leitura cabalística da Torá, dentre outros textos da tradição judaica, esses autores demarcam a força e o horizonte da Palavra: é o que podemos ler, por exemplo, em Scholem, em “O nome de Deus e a teoria da linguagem cabalística”, ou mesmo, no caso do jovem Benjamin, seus textos de juventude estão todos eles impregnados dessa ressalva que une a perspectiva judaica com certa extensão de problemas em torno da linguagem e da palavra ação. Lukács, por sua vez, procura demarcar os contornos de uma teoria da

¹²²⁵ *Id., Ibid.*, p. 279.

¹²²⁶ *Id., Ibid.*, p. 280 (grifos meus).

forma literária associada à vida¹²²⁷. A afirmação que se depreende desses escritos e da retomada bosiana, é que na linguagem perpassa mais do que simplesmente signos linguísticos, há, subsumida nessa perspectiva, uma ontologia que indicia que essa linguagem comporta algo mais que uma simples anunciação. Por isso, também, clarifica-se a insistência de Bosi em dizer da linguagem poética como expressa por uma vontade *mitopoética*, anterior, portanto, às demandas do tempo presente.

A reação de Bosi em torno da poesia lida àquele momento, é que a capacidade integradora e gregária dela cedeu lugar a um misto de apelo comercial e propaganda desbragada: as seduções do mercado colidiram com o ser da poesia. Ela agora “parece condenada a dizer apenas aqueles resíduos de paisagem, de memória e de sonho que a indústria cultural ainda não conseguiu manipular para vender”¹²²⁸.

O conceito que enforma o texto de Bosi cresce junto à negatividade do sistema, sua “má positividade”: portanto, Bosi lida com uma perspectiva que é recente, e pode ser pensada desde os românticos (desde Leopardi, por exemplo), até os nossos dias. A poesia assim lida assume formas que lhe são possíveis dentro de certos aspectos notórios de sua existência ontológica. Ela é histórica, mas seu “ser” não se resume a isso: o ideológico “não constitu[i] o ser da poesia, mas apenas seu modo historicamente possível de existir no interior do processo capitalista”. O leitor acertadamente identifica a matriz desse pensamento em torno de Lukács. Lembremos o texto introdutório, bastante famoso e sintomático, de *A teoria do romance*, quando, estudando culturas “fechadas” e “abertas”, Lukács afirma que o “*fogo que arde na alma é da mesma essência das estrelas*; distinguem-se eles nitidamente, o mundo e o eu, a luz e o fogo, *porém jamais se tornarão para sempre alheios um ao outro*”¹²²⁹. Vai, dentro do homem grego, de acordo com Lukács, portanto, integralizados, alma e sociedade, processo ainda encontrado na Idade Média, mas que se acompanha de certo decaimento em torno

¹²²⁷ Cf. SCHOLEM, Gershom. “O nome de Deus e a teoria da linguagem cabalística” in: *O nome de Deus, a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística: judaica II*. São Paulo: Perspectiva, 1999. No caso de Benjamin, Cf. *Escritos sobre mito e linguagem*, especialmente o capítulo “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem”. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2011; sobre Benjamin, cf., de Márcio Seligmann-Silva, *Ler o livro do mundo*. São Paulo: Iluminuras, 1999. Sobre o primeiro Lukács, cf., de Carlos Eduardo Jordão Machado, *As formas e a vida*. São Paulo: Unesp, 2004. Para uma visão clara e ampla do movimento, Cf. de Michel Löwy. *Romantismo e messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990 e, do mesmo autor, *Redenção e utopia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

¹²²⁸ BOSI, Alfredo. “Poesia e resistência”, in: STP: 165.

¹²²⁹ LUKÁCS, George. *A teoria do romance*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000, p. 25.

da ascensão do capital, e a conseqüente “perda do lar”, ou “desabrigo transcendental”, como chamaram os críticos de Lukács já no início do século, quando publicou o livro. É essa, precisamente, a precípua preocupação de Bosi: perceber que há um *desacordo* entre forma e conteúdo, no hoje, inscrito na poesia¹²³⁰.

Afinal de contas, de qual “unidade perdida” Bosi fala? De algum modo, ele acaba encerrando o entendimento que o leitor tem da perda dessa unidade, e compreende também que essa unidade não é lida na *performance* de parte da poesia contemporânea. Por isso, vasculha as sombras daquele mesmo corpo que anseia, que vislumbra o sonho da compaixão e da empatia, forças do corpo que agregam, do homem *em comunidade*.

Estranhamente, a poesia calou na alma, e essa desvinculação entre alma, memória, sujeito e comunidade, produzem os efeitos de estranhamento e de distância. Aquele vínculo a que se refere Lukács perdeu-se no caminho, e a poesia já não canta a tribo: “os tempos foram ficando – como já deplorava Leopardi – egoístas e abstratos. ‘Sociedade de consumo’ é apenas um aspecto (o mais vistoso, talvez) dessa teia crescente de domínio e ilusão que os espertos chamam ‘desenvolvimento’ (ah! O poder de nomear as coisas!) e os tolos aceitam como ‘preço do progresso’”¹²³¹. O tom do texto de Bosi, muito semelhante ao de Lukács, é apoteótico e, de algum modo, apocalíptico também. Daí, o sentido de perda e de silêncio que atravessa sua ossatura, “a poesia moderna foi compelida à estranheza e ao silêncio. Pior, foi *condenada* a tirar só de si a substância vital. *Ó indigência extrema*, canto ao avesso, metalinguagem”¹²³².

Não seria demais apertar o cerco das referências pronunciando o mestre de ambos, Lukács e Bosi, aqui, já que ambos trafegam pelo caminho da nova “subjetividade” atrofiada, da “desconexão” com o mundo: “a relação íntima entre subjetividade e mundo, contudo, que, na *Asthetik*, Hegel chama de precondição para a

¹²³⁰ O projeto bosiano se encontra no limiar do de Lukács, não apenas na sua direção hegeliana, e na sua renúncia a alguns índices mundanos de que a poesia estaria não apenas afetada, mas que teria sua ontologia desfigurada, como o texto não deixa de repetir. Lukács, no prefácio ao livro, escrito pouco mais de 40 anos depois, diria: “o autor da *Teoria do romance* não vai tão longe. Ele buscava uma dialética universal dos gêneros fundada historicamente, baseada na essência das categorias estéticas, na essência das formas literárias – dialética esta que aspira a uma vinculação entre categoria e história ainda mais estreita do que aquela por ele encontrada no próprio Hegel; *buscava apreender intelectualmente uma permanência na mudança, uma transformação interna dentro da validade da essência*”, p. 13 (grifos meus).

¹²³¹ BOSI, Alfredo. “Poesia e resistência”, in: STP: 164-165.

¹²³² *Id.*, *Ibid.*, p. 165-166 (grifos meus).

verdadeira arte”, como resume Hans Ulrich Gumbrecht. Ainda sob a perspectiva de Gumbrecht, a ironia é que, para Hegel, a condição dos tempos modernos que atravessamos relacionam-se precisamente com a autorreferencialidade, a autoconsciência, a capacidade de o “observador” mover-se nas “suas próprias observações”. Ironia que explica, em parte, “por que a arte, conforme a noção de Hegel, deve chegar a um fim sob as condições de uma subjetividade mais auto-reflexiva e sob o regime de formas de temporalização de representação”¹²³³. Ainda:

De um ponto de vista hegeliano, isso significa que a modernização epistemológica em torno de 1800, da qual a crise da representação artística e literária era uma parte, termina produzindo uma dinâmica autodestrutiva no sistema artístico, autodestrutiva ao menos em relação às funções representacionais da arte e da literatura¹²³⁴.

Aqui tão somente os anúncios do que essa crítica ainda estaria por ressaltar. Como os ventos do pós-modernismo ainda eram notoriamente tímidos, Bosi alenta já um “pé atrás” à sua anunciada chegada no Brasil de então. Por isso, o leitor mais apressado em compreender o seu movimento de negação em torno desse movimento literário terá de esperar pouco mais até o texto em homenagem a Antonio Candido, “O estudos literários na era dos extremos”. Aliás, o título irônico e algo brutal reserva muitas ressalvas tanto às perspectivas futuras dos estudos literários, quanto com relação ao tema desenvolvido ali. Daí a ideia de fim, anunciada pela sofisticada operação filosófica de Hegel, as adversas percepções do fenômeno por aqueles que a defendem, talvez seja o caso de mencionar Fredric Jameson, e daqueles que a condenam, ou a relativizam, como parece ser o caso de Hans Ulrich Gumbrecht.

Antes disso, os anúncios de uma poesia puramente metalinguística soam aos ouvidos de Bosi como agressão, merecendo, a seu ver, uma reprimenda clara e altissonante. Repulsa, assim, no texto bosiano, exatamente a discrepância entre vida e poesia e forma, por isso, sua parcela *autista*, a poesia auto-referencial e metalinguística. “A poesia, reprimida, fecha-se em um autismo altivo; e só pensa em si, e fala dos seus códigos mais secretos e expõe a nu o esqueleto a que a reduziram; enlouquecida, faz de Narciso o último deus”. Tomando a coisa pelo nome: é a ideologia que articula os nomes e as coisas, de que essa poesia não escapa.

¹²³³ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. São Paulo: 34, 1998, p. 17

¹²³⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 19.

Interessante conjugar essas ideias com aquilo que Bosi dissera em entrevista a João Marcos Coelho, à revista *Veja* em 19 de novembro de 1975 – dois anos antes da publicação do livro que lemos, portanto. Quando perguntado sobre qual o modelo determinante da produção cultural brasileira nos últimos vinte anos, Bosi diria: “trata-se de uma ideia antiga, que no século passado recebeu o nome *progresso* (grifo meu), e de 1955 para cá ganhou muita força com o rótulo de *desenvolvimento* (grifo da revista). Ela constitui o eixo da política brasileira desde a II Guerra Mundial e, como as coisas não ficam só na política, se espalhou por todos os níveis da cultura”¹²³⁵. Quer dizer, emendando o enredo que faltava à coisa ideológica, fica claro que o momento histórico brasileiro propiciava uma releitura ideológica pela e da poesia dessa época, que Bosi lê como um *sintoma*, cujas causas podem ser as mais diversas.

Não seria demais notar o quão próximo Bosi estava de uma teoria da literatura que tentasse resgatar a produção popular, tradição esta *esquecida* pela cultura hegemônica, estendida ora sim, ora não, a manifestações esparsas da cultura erudita, como é o caso de Guimarães Rosa. Bosi via um ressurgimento da cultura, durante tantos anos oprimida, aparecer agora; em outras palavras: “a cultura, hoje, está interessada em conhecer tudo o que não está no saber transmitido, ou que ainda não está catalogado”. Portanto, são essas algumas das premissas que movem o texto de Bosi nessa época, mas outras também têm sua cota de prestígio na sua leitura.

Faltaria à poesia o esquivo conhecimento do selvagem pensamento, já que acabou manipulada pelas formas de ideologia presente, sustentada por uma estranheza e por um silêncio que horizontaliza toda a esquizofrenia da poesia moderna, sua *autorreferencialidade*, traduzida em metalinguagem, “indigência extrema” e “canto ao avesso”, no dizer de Bosi.

Por isso, os índices de isolamento e de automação desse tipo de escritura que forçam o poeta ao hermetismo, fuga ao aconchego das palavras obscuras, da sintaxe resistente e difícil. Poesia e ideologia caminham compactadas, e os tempos seriam propícios para essa consideração *positiva*. O equacionamento se daria por uma volta à infância, aos “mitos pretéritos”, de que canta o poeta Drummond em “Campo de flores”. “A resposta ao ingrato presente é, na poesia mítica, a ressacralização da memória mais profunda da comunidade”¹²³⁶. Linguagem que recupera a “infância”, os recalques da

¹²³⁵ Revista *Veja*, 19 de novembro de 1975, p. 3.

¹²³⁶ BOSI, Alfredo. “Poesia e resistência”, in: STP: 174.

memória, a “grafia do sonho”, os “textos do inconsciente”. É patente a aderência ao fazer reificado dessa poesia: “toda vez que por ‘metalinguagem’ entendo o domínio antecipado e vinculante de um código, estou diante de um estágio avançado de reificação do fazer poético”¹²³⁷. No entanto, esse mesmo código é dialetizado por Bosi no sentido de se verificar, ainda no próprio código metalinguístico, o anúncio de um “momento vivo da consciência que me aponta os resíduos mortos de toda retórica, antiga ou moderna (...) aqui a consciência trava mais uma luta e cumpre mais um ato de resistência a essa forma insinuante de ideologia que se chama ‘gosto’”¹²³⁸. De qual poesia Bosi especula? A poesia concreta? A poesia da Geração Mimeógrafo? A poesia crepuscular da Geração de 45, atravessada pelos epígonos dos anos 60?.

Carece notar que a perspectiva lukacsiana sofreria uma mutação especular, isto é, seria submetida posteriormente a um processo de reavaliação, quando depois Bosi lida com outros autores, mas aqui nesse texto, é essa perspectiva que dirige o tom. Diríamos que o próprio Lukács já faz parte dessa nova visão que as esquerdas têm do objeto literário, matização que já o contexto indicava, dentro daquilo que Bosi vinha escrevendo.

Em vista dessa monção de coisas que se avolumam no horizonte especular do poeta, a poesia resiste. É preciso situar essa vocalização presente no discurso de Bosi, uma atualização da consciência poética que *nasce no horizonte do pré-romantismo*, portanto, está aí sua inicial localização histórica: “e *quero ver* em toda a grande poesia moderna, a partir do Pré-Romantismo, uma forma de resistência simbólica aos discursos dominantes”¹²³⁹. Note-se a locução verbal (*quero ver*), tão pouco recorrente dos textos bosianos. Lembremos que esse tom se estenderá ainda por todo o texto; indica um andamento de denúncia que, de algum modo, semelha ao panfleto sem sê-lo.

Ora, dirá ainda Bosi, qual seria então o contorno da poesia que se pretende resistente aos tempos modernos e que ainda captaria o sentido perdido naqueles mesmos tempos pretéritos de que falamos mais atrás? Qual a sua forma?

A resistência tem muitas faces. Ora propõe a recuperação do sentido comunitário perdido (*poesia mítica, poesia da natureza*); ora a melodia dos afetos em plena defensiva (*lirismo de confissão*, que data, pelo menos da prosa de ardente de Rousseau); ora a crítica direta ou velada da

¹²³⁷ *Id., Ibid.*, p. 172.

¹²³⁸ *Id., Ibid.*, p. 172-173.

¹²³⁹ *Id., Ibid.*, p. 167.

desordem estabelecida (vertente da *sátira*, da *paródia*, do *epos revolucionário*, da *utopia*)¹²⁴⁰.

A mudança está circunscrita a essa esfera, não há que cobrar da poesia outra coisa que não sua própria existência simbólica envolta na vida mesma.

Atravessam o texto bosiano pelo menos duas instâncias para as quais conflui a ideia de literatura-resistência. De um lado, ela é lida na sua *forma literária*. A *matriz dura da existência mesma da poesia*, seu “Ser”; de outro, há que se falar no tempo histórico que se quer resistente, lido no poema pela tradição crítica, da qual o próprio Bosi é participante. Em tempo: a condição de existência no mundo, a assunção como ente de cultura e seu “Tempo”. São essas as duas instâncias que medeiam o discurso bosiano, e é para ela que nos dirigimos desde agora.

No caso da primeira delas, Bosi tece poucas considerações, pois já o fez nas páginas precedentes. Apenas registra que o *corpo dos afetos* é que se encontra no limite da poesia feita nesse tempo, isto é, é do sentido comunitário, perdido, que se está falando. “Mas o que move os sentimentos e aquece o gesto ritual é, sempre, um valor: a *comunhão com a natureza, com os homens, com Deus, a unidade vivente de pessoa e mundo, o estar com a totalidade*”¹²⁴¹. Por isso, o calor assente na carnadura do poema – pois imersa em sangue, veias e artérias do corpo do sujeito, coisa pulsante – pode ser lido na poesia mítica, “plenitude *corpórea e espiritual* [que] resgata o sujeito da abjeção a que sem parar o arrasta a sociedade de consumo”.

Para Bosi, portanto, a conciliação entre sujeito e poesia é que poderá trazer o lastro de “boa negatividade” – seu caráter *negativo* nunca é perdido de acordo com a tese de Bosi, ou pelo menos, seu valor reside nele. De forma que a poesia possa ser “*recordada*”. Lembrando que é de instâncias afetivas, como as simbolizadas pelo coração, presente no grifo da raiz da palavra, que se indica a memória e a cultura: “*re(cordar)* a natureza, socializando-a no mesmo passo em que o homem se naturaliza” que se trata aqui. “A poesia que busca dizer a idade de ouro e o paraíso perdido acaba exercendo um *papel humanizador das carências primárias do corpo: a comida, o calor, o sono, o amor*”. Muito próxima está ela dos fios que tecem a utopia. Bosi está bastante próximo daquilo que leu em Leopardi, suas instâncias de resistência e de luta, aqui mediadas pelo “tempo” e pelo “ser” da poesia.

¹²⁴⁰ *Id., Ibid.*, p. 167.

¹²⁴¹ *Id., Ibid.*, p. 178-179 (grifos meus).

É com base nessa leitura que Bosi interpreta a perplexidade de Marx, lido em texto escrito em 1857, havia vinte anos que Leopardi morreria:

O poeta, dizia Leopardi, não pode ser *absolutamente* poeta de seu tempo. Esse sentimento espinhoso de inadequação encontrará em Karl Marx (...) explica[ção] pelo desaparecimento da mediação mitológica. Mas tenta apreender, na sobrevida da arte, um fenômeno vital, a *infância recorrente na história das gerações humanas*.

Interpreto o texto de Marx como a admissão tácita da *co-ocorrência* (grifo do Autor), no cerne da poesia, de um tempo histórico-social e de um *tempo recursivo, corporal*, que garante a permanência de estruturas e valores aos quais já não corresponde o sistema econômico dominante¹²⁴².

Em outros termos, fica patente a subversão presente no texto bosiano, quando pleiteia, no valor da poesia, a recorrência dessas instâncias perdidas da infância da humanidade, do corpo, da alma, de algum modo, ausentes na feição da poesia contemporânea ao crítico. “A arte resiste porque a percepção animista ainda é, ao menos para a infância e, em outro nível, para o poeta, uma fonte de conhecimento”.

Embora semelhante no tom do que Bosi vem dizendo, ressentido-se que o *estrito* engajamento é demovido da coisa literária, pois a poesia não pode criar o mundo, está fora da alçada de seu poder, no entanto, ela o *nomeia*. Pode apenas dar a sua visão de mundo, de que a estética de Adorno conhece muito bem: “a verdade das obras de arte depende de se elas conseguem absorver na sua necessidade imanente o não-idêntico ao conceito, o contingente que lhe é proporcional (...) a sua finalidade, para subsistir, deve suspender-se no seu *outro*”¹²⁴³, são considerações que reverberam os reflexos da obra de Hegel, fazendo-se sentir tanto em Bosi quanto em Adorno. Em outros termos, é essa capacidade *formativa e conceptual* que se está lendo no texto de Adorno, e que Bosi subscreveria como a saída simbólica para esses tempos que a poesia é capaz de produzir. É bem por aí que podemos explicitar uma das definições de poesia resistência:

Procuro ver em toda a tradição literária, sobretudo a partir do século 19, uma poesia que resista às pressões, quer da academia, quer à idéia de que a poesia seja mera projeção dos sentimentos. Digo que, apesar de esses dois caminhos serem predominantes, o do formalismo excessivo e o do conteudismo bruto, não são os caminhos que julgo poesia de resistência,

¹²⁴² *Id., Ibid.*, p. 181 (grifos meus). Note-se o que Steiner dirá dessa conjugação: “o testemunho fundamental é o da criança. A porta que a criança abre aos visitantes diurnos e noturnos vindos do imaginário dá acesso às verdades psicológicas primeiras. (...) É num contacto íntimo com a vitalidade e a substância dos seus visitantes imaginários que a criança põe à prova e organiza os elementos que compõem o seu próprio ser nascente”, in: *Presenças reais*. Op. Cit., p. 171.

¹²⁴³ ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Op. Cit., p. 159 (grifo do autor).

que é uma coisa mais macerada, um trabalho, mas não um trabalho pelo trabalho, é um trabalho de escavação, que nem sempre dá resultado imediato. Por que Dante comove? Ele escreveu em 1300, como um homem de 1300 pode me comover, em 2000? O que aconteceu: foi o ser que superou o tempo¹²⁴⁴.

Quer dizer, o avanço da poesia se dá como trabalho lento, cursivo, pelo trabalho da memória. Ela também possibilita que o poeta frua a mesma intensidade de sentimento que ele mesmo pode cultivar com outros, daí a sensação de comunidade e de pertencimento, de quem pode acessá-la no contínuo movimento de seu caudaloso rio. O que resiste é aquilo que motiva sentido, aquilo que prolonga esse sentido para a comédia da vida humana, ou para seu drama e tragédia: a vida mesma é que o diz. Portanto, para Bosi, a resultante das ações da cultura e da memória está na origem da constituição do objeto poético.

Ao mesmo tempo em que Bosi apresenta um modelo possível que explique a poesia e o poético como duradouros na sociedade humana – pela ideia de que os dados do mundo entranham-se na *memória da cultura*, que agora passa a ser um momento *individual* do autor, também agora o Autor demonstra um modo de a poesia captar outros momentos de resistibilidade, de empenho, que pode mediar os passos também do crítico.

O apelo de Bosi ao sentido de comunidade deve ser entendido como uma contraideologia para aqueles tempos, e que deve ser renovada utopicamente como *trans-valor*. Aqui, há que se falar da presença dos Evangelhos, das cartas paulinas, e de autores cristãos da afeição de Bosi como Sto. Agostinho e Pascal. Mas também há que se falar na confluência de autores cuja contextura diz respeito ao tempo da utopia, de que Benjamin, o próprio Adorno, Martin Buber e Ernst Bloch, parecem reverberar esperançosamente no tom e na perspectiva do texto.

Em torno dessa constatação, é cara a Bosi a imagem da volta ao passado e à memória. A poesia “resiste imaginando uma nova ordem que se recorta no horizonte da utopia”¹²⁴⁵. Melhor dizendo:

Assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma, nem vazia, nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva

¹²⁴⁴ Entrevista a Haroldo Ceravolo Sereza in: *O Estado de Sao Paulo*, 15 de setembro de 2000, p. D-4.

¹²⁴⁵ BOSI, Alfredo. “Poesia e resistência” in: STP: 169.

histórica. Isto explica talvez por que razão, nos períodos de calma ou de rigidez momentânea, das ‘estruturas’ sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou de crise – e lá, às vezes, ela torna-se ‘mito’¹²⁴⁶.

Por isso, desdobram-se inúmeras formas conscientes de resistência no seio da grande obra poética – que passam pelo “mito” propriamente dito – originalmente anunciadas pelo Pré-Romantismo europeu (inglês, alemão, francês e italiano, sobretudo), mito este que seria esquivo à “ordem burguesa”. Não estou certo de que esta afirmação possa ser provada sem mais pormenores, inclusive historicamente ela é contestável. Caberia o exemplo de Eliot, de Céline, ou mesmo de Borges? O problema ético/estético, dois pólos fortes de leitura do texto ficcional, é realmente espinhoso, e está longe de ser resolvido. A poesia reconstituiria gradativamente “o universo mágico” renegado pelo tráfego dos tempos presentes. Qualquer “justificação do presente” consagra-se como antípoda, como “má poesia”, ou como má positividade: a poesia traça seu caminho caminhando a senda aberta pela *negatividade*, no limite, pela *ruptura*¹²⁴⁷. Trata-se de um retorno à infância.

É forte a adesão às categorias sugeridas pela *Estética* de Hegel, que vislumbra planos congruentes com aquelas perspectivas pronunciadas depois pelas teses de Max Weber, que o tornariam famoso, isto é: o tempo presente se ressentido do “desencantamento do mundo”, marca das sociedades capitalistas e, de algum modo também, condicionante de sua origem, perspectiva cara à tese do eminente sociólogo alemão em torno do reformismo protestante europeu. O problema está em achar no tempo presente, segundo Bosi, saídas a essa condição, daí a constatação subjacente à sua tese mais cara, a resistência “é uma possibilidade histórica”. Em tempo: é possibilidade política também, que não deixa de marcar a posição do autor em sua militância *de esquerda*, de que os exemplos¹²⁴⁸ são de vivo interesse para o historiador do período.

¹²⁴⁶ DUVIGNAUD, Jean. “Prefácio” in: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 14-15.

¹²⁴⁷ “A lucidez nunca matou a arte. Como boa negatividade, é discreta, não obstrui ditatorialmente o espaço das imagens e dos afetos. Antes, combatendo hábitos mecanizados de pensar e dizer, ela dá à palavra um novo, intenso e puro modo de enfrentar-se com os objetos”, p. 173. A linguagem do corpo outra vez comparece em Bosi como índice forte de que o gesto, mesmo na angústia dos tempos que combatem o homem, vem saudavelmente acudi-lo na sua recusa.

¹²⁴⁸ Os exemplos estão nas páginas 176ss do capítulo.

Não se ausenta da poesia resistente o *valor* que no fim das contas é a parte do latifúndio que tenta escapar à reificação. Esse valor, Bosi não se furta de citar, até mesmo como programa de sua ética cristã que contagia todo o seu vocabulário: “*a comunhão com a natureza, com os homens, com Deus, a unidade vivente de pessoa e mundo, o estar com a totalidade*”¹²⁴⁹. A poesia deve conter os lastros dessa experiência humana, sem a qual, como vimos, ela se espelha puramente na sua condição de *produto* e de espectro ideológico. “Reacionário”, diz Bosi na mesma página, “é a justificação do mal em qualquer tempo. Reacionário é o olhar cúmplice da opressão”.

É na poesia mítica que temos uma espécie de retorno às formas arcaicas de comunhão, sentida por Bosi na esfera da plenitude *perdida*, “corpórea e espiritual”, de onde o sujeito se vê resgatado de sua situação reificada, de onde, claro, o mercado espraia mais ainda suas raízes.

Como dissemos, atravessa essa mesma poesia um “tempo transversal” que o condiciona à sua recursividade social, vem daí o eixo de interpretação do famoso texto de Marx, que lemos mais atrás, e mostra as perplexidades do pensador alemão em torno justamente da força e da atualidade da arte, mesmo lida em tempos que não os de seu contexto estritamente histórico. De fato, é acachapante o movimento de resolução que o texto de Marx aponta¹²⁵⁰.

¹²⁴⁹ *Id., Ibid.*, p. 178-179 (grifos meus).

¹²⁵⁰ O mesmo pensamento atravessa tanto as considerações de Marx quanto a dos cristãos de modo geral, mas obviamente que a perspectiva de Marx é *profana*, no mesmo sentido em que se expressa Mircea Eliade, ou seja, a experiência de Marx é aquela de quem vive em um mundo dessacralizado e que substitui a totalidade religiosa pela militância política, no caso, a experiência de um judeu secular. “Em suma: o homem moderno a-religioso assume uma nova situação existencial: reconhece-se como o único sujeito e agente da História e rejeita todo apelo à transcendência” (...) [ele] “se dessacraliza e dessacraliza o mundo.” (ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 165). Obviamente que a conciliação entre instâncias tão díspares quanto essas que mencionamos agora em um pensador como Bosi sugere certa inconsistência teórica sua, mas isso apenas se não encontrarmos índices suficientes que *localizem historicamente o posicionamento político de Bosi nesse contexto*. Relembro a entrevista “Alfredo Bosi: entre a fé e a razão”. Op. Cit., p. 94ss, onde ele observa que seu posicionamento de crítica da sociedade e sua adesão às conquistas marxistas são de ordem política, de escolha de um homem de esquerda, no seu limite, de rejeição às tópicas do capitalismo como um todo. No texto de Bosi que acabamos de analisar, ele situa tanto as posições de materialistas quanto de religiosos (Marx e o profeta Isaías são dois exemplos contundentes nesse aspecto, não à toa eles aparecem paralelamente na mesma página) em um sentido *unificado* de resistência ao tempo presente, e não apenas, mas também de uma crítica estrutural à dominação do fetichismo do mercado, das questões que atravessam o conceito de ideologia, enfim. O tópico do pensamento de Bosi no que refere a essas questões ditas religiosas, sua *eventual* continuidade com pensadores como Alceu Amoroso Lima e outros mais, por si só

Descobre-se que o mito, relacionado que está com as instâncias da infância, portanto, ancorado na memória, um dos fatores que correspondem à ideia de *autodeterminação do sujeito*, aponta para o ajuizamento de um pensamento que seja ao mesmo tempo “unitivo” e “concreto”. São eles, por sua vez, impulsos “recorrentes” da atividade poética. De outro lado, pode-se pensar que há, na arte, um fator de resistência porque ela se pauta justamente por um retorno à natureza, que é sua origem, como vimos. “Percepção *animista*”, como Bosi prefere, a “infância” é fonte de conhecimento, indicando com isso, o prazer do texto. De forma semelhante, esboça Octavio Paz a condição *viva* da poesia, atrelando seu significado ao espectro anterior ao da *experiência*, e até mesmo da *existência* do corpo pensante: “o tempo da poesia não é o tempo da revolução, o tempo datado da razão crítica, o futuro das utopias: é o tempo de antes do tempo, o da ‘vida anterior’, que reaparece no olhar da criança, o tempo sem datas”¹²⁵¹.

De algum modo, o texto de Bosi apela também para um tipo de memória coletiva. Conforme as pesquisas de Maurice Halbwachs apontam, mesmo a memória individual está mediada pela memória social, histórica e coletiva; em outras palavras, não há indivíduo no sentido estrito do termo, mesma conclusão a que chega, antes, Feuerbach: “o homem, individualmente não possui a natureza humana em si mesmo nem como ser moral nem como ser pensante. A natureza do homem não é contida somente na comunidade, na unidade que repousa exclusivamente sobre a realidade da diferença, entre o eu e o tu”¹²⁵².

O poeta re-*concilia* essas fontes, unificando-as, e não à toa ele tem parentesco com o profeta, (*poeta-profeta*), como quer Bosi¹²⁵³, agente da recusa do presente, mas

daria outra tese. Na minha visão, é nítida a coerência de Bosi nesse aspecto, e essa perspectiva abre o entendimento para seu último livro *Ideologia e contraideologia*, muito coerente com sua militância, consegue, assim, demonstrar um espírito combativo sem ser sectário. Voltando ao texto, fica claro que o paralelo entre os agentes no texto é evidente, quando postos em situação contextual: os profetas pregavam contra o fetiche dos ídolos do Templo de Jerusalém, contaminação do povo e objeto de sua ruína; Marx e outros pensadores que Bosi elenca escrevem contra o Capital, o fetiche da mercadoria, enfim, o *tom é o mesmo*, mas o fim que suas prédicas conduzem não é convergente: são reinos diferentes.

¹²⁵¹ PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Op. Cit., p. 67.

¹²⁵² Feuerbach, Apud, ZUBEN, Newton Aquiles Von. “Introdução” in: BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 20.

¹²⁵³ Bastante próximo do *pensamento místico* a que referimos antes, Bosi apossa-se do discurso e do pensamento que possam ser identificados ao dos grandes autores da antiguidade, quer seja, dos autores que mediaram o futuro, amparados por uma dose de utopia, mas ao mesmo tempo,

cujas marcas apontam o futuro iminente, que é “aberto” e “feito de imagem e desejo. Sobretudo, desejo”. Para ambos, Bosi e Halbwachs, *a memória é ponto de contato, portanto*, traz as marcas de *identidade e consciência*. A respeito da poesia utópica, Bosi dirá que ela “pode avançar, miticamente, contra os mitos que a consciência ultrapassou. Assim, uma forma de *pensamento selvagem*, que já foi pré-ideológica, pode operar em um contexto contra-ideológico”¹²⁵⁴.

Ainda se perguntarmos qual o papel da forma na obra de arte, diremos, com Bosi, que ela consubstancia a visão de mundo do autor em um todo que se quer coerente, exprimindo um sentido; em outros termos: “encerra na figura, portanto, na *forma*, a sua intuição das pessoas e das coisas”¹²⁵⁵. Esse ponto é importante na teoria de Bosi, e merece certa consideração. Para os materialistas ortodoxos, ressoando o pensamento de Lukács, a forma absorve os dados do mundo. Em outros termos, tempo (história) e forma (estética) são *conaturais*. Portanto, forma e conteúdo são objetivamente situados em um complexo situacional e, pelo que lemos do autor húngaro, são co-determinantes um do outro. Bosi guarda da forma sua subsistência e autonomia, mas não postula a determinação nem de uma nem de outra ocorrências, como quer Lukács. Em termos de *necessidade e universalidade*, categorias com que se postula o conceito de literatura ou arte literária, não seria uma má suposição, cremos, dizer que Bosi está mais próximo de Kant e, talvez, de Coleridge, que de Hegel aqui. Mas está claro que se afasta de ambos na medida em que congrega às suas postulações de ordem filosófica o fator ético. Isso, por paradoxal que possa parecer, induz ao repensamento daquilo que nos conduz à fenomenologia quando aponta que “a consciência de si” é o ponto a partir do qual o homem se coloca no mundo. A forma literária *livre* é parte dessa concretude fenomenológica, dessa *presença* no mundo da consciência, que se traduz, aliás, naquele fluxo entre consciências a que já nos referimos.

de resistência aos tempos presentes, como é o caso de São João, pregador do Apocalipse. Bosi posteriormente abandonaria – ou elas estariam escasseadas – essa dicção milenarista, mas não as esperanças de suas consequências, não de todo ortodoxas dentro de algumas hermenêuticas bíblicas. Citei mais atrás a entrevista em que Bosi aponta para elementos de resistência constantes em alguns poetas e prosadores do presente, mas também *em certa vertente da Igreja Católica atual*. Menção possível, mas não única, à Teologia da Libertação, que já se viu, tem em Bosi um defensor constante. Não apenas isso, pois Bosi atuou nas Comunidades Eclesiais de Base, como também já se viu.

¹²⁵⁴ BOSI, Alfredo. “Poesia e resistência”, in: STP: nota 24, p. 266 (grifo meu).

¹²⁵⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 185 (grifo do autor).

Por outro lado, a *forma literária*, em Lukács, assume um *para além* do conteúdo, a vida, fato já observado em toda a extensão da polêmica que envolvia o *economicismo* de seu tempo, um ambiente saturado de intelectuais de todas as partes, especialmente de língua alemã – basta lembrar seus professores, Georg Simmel e Max Weber, por exemplo – língua a partir da qual Lukács expressará suas ideias, ele que é húngaro. O que toca ambos os textos, tanto o de Bosi, nesse tempo, quanto o de Lukács, é certa ideia de *decaimento* e de *decadência* da forma, embora isso pareça se resolver de modo mais auspicioso e positivo no caso de Bosi.

Os textos de Lukács denotam um verdadeiro sentimento de pertença, pensada a forma no seu instante épico, grego em sua origem, em que vida e poesia se imbricavam¹²⁵⁶. Dizíamos que essa pertença será lida como “desabrigo transcendental”, um dos termos mais caros de sua estética nesse tempo. Leiamos o que ele diz nesse sentido: “a *forma do romance*, como nenhuma outra, é uma expressão do *desabrigo transcendental* (...) a imanência do sentido à vida naufraga irremediavelmente ao menor abalo das correlações transcendentais, *a essência afastada da vida e estranha à vida*”¹²⁵⁷.

O leitor já percebeu que, em torno da poesia moderna, Bosi explora o assunto de forma semelhante e o poema, para ele, conforma-se em uma reunião de forças contraideológicas, aspecto desenvolvido no seu último livro, mas já visto como fator que impregna sua escritura crítica; ideologia e poesia são “primas”, vocábulo que aparece no texto pelo menos uma vez, indicando justamente essa contaminação nem sempre salutar.

Embora Bosi tenha aderido à negação do tempo presente, como parece ser também o caso de Lukács, esse conceito não pode, no entanto, ser explanado para o repensamento da *forma literária*. De tal que a forma, longe de se deter em um esquema que Bosi chamaria de *mimético* ou *reflexivo* – porque co-determinante um do outro, segundo aquela visão lukacsiana – ela é, para o Autor, parte da autodeterminação do

¹²⁵⁶ Impossível desenvolver o assunto, que merece toda a nossa atenção. Remeto o leitor para o estudo que o tradutor, José Marcos Mariani de Macedo, preparou para essa edição, onde se lêem os pormenores das polêmicas em que se envolveu, e o fato de Lukács renegar esse texto, Cf., “Posfácio” à obra, pp. 163-224. Cf. também JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. Op. Cit., pp. 127-161 e, mais recentemente, TERTULIAN, Nicolas. *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*. São Paulo: Edunesp, 2008; MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *As formas e a vida*. Estética e ética no jovem Lukács. São Paulo: Edunesp, 2004.

¹²⁵⁷ LUKÁCS, George. *A teoria do romance*. Op. Cit., p. 38-39 (grifos meus).

sujeito a que referimos acima, na sua envoltura de memória e de história, livres *per se*. Assim, a forma existe e congela na sua constituição molecular, os átomos da “intuição” e da “expressão”, via *pathos*. Portanto, ao invés de o tempo histórico mediar uma possível conjunção dos tempos em uma parcela vistosa da forma apreendida do artista, ela ainda é *empatia* e *individualidade*. Está ligeiramente distante, assim, da “determinação estrutural” – tão bem desenvolvida em Candido e Schwarz.

Parece ser o caso também de se pensar a forma em torno de sua *determinação subjetiva*, indicando ao mesmo tempo o caráter de *intencionalidade que essa forma evoca*. Marca ainda maior de sua alteridade, ao mesmo tempo, a forma convoca nos seus pressupostos a conjunção coletiva de participação na História, envolta que está naquele índice de memória individual e de tradição, que, como vimos em Halbwachs, também guarda resquícios de coletividade.

O congresso entre mente criadora e utopia se reúne na mesma medida em que elas se situam *extra-tempo*. Talvez haja um tom idealista na retórica de Bosi nessa passagem. Diríamos que os tempos de resistência tornaram esta crítica *apaixonada, ardente* até, vocábulo que comparece com certa frequência no texto. Contudo, essa retórica não se ressent de outra coisa que não sua incisividade residual em torno da figura da resistência, exposta na aderência ao projeto hegeliano de uma arte que protesta contra a substância ideológica do mundo. Bem como de uma arte que combata o fetiche dos tempos atuais, a falsa voga de informação e, ainda, o do consumo manipulado neste nosso contexto, três décadas depois.

Já havíamos falado nisso, mas ainda é tempo de entender uma das teses mais provocadoras da ética-estética de Bosi: a congruência da poesia com os fatores de *coralidade*, ou seja, “o discurso da utopia é comunitário, comunicantes, comunista”. Apelando para esses vocábulos de raiz comum, o texto desperta ou reacende a luz que horizontaliza a radicalidade de sua proposta: contra todo solipsismo autista, a *crítica* avança na busca pelo homem na multidão. “O poema assume o destino dos oprimidos no registro da sua voz. O coro de todos os homens que trabalham no ritmo da dominação”¹²⁵⁸. Trata-se, em outros termos, de “resistir comunitariamente”, cuja lembrança o texto evoca, em torno da análise de “*Giesta*” de Leopardi, lido sete anos antes em sua tese de livre docência.

¹²⁵⁸ BOSI, Alfredo. “Poesia e resistência”, in: STP: 213.

A resistência, portanto, não pode ser pensada fora do eixo da esperança que avança na utopia de um porvir *identitário*, em que os valores comunitários não sejam lamento e ausência: o que move o vocábulo é a *negação*, oferecendo um campo de possibilidades: “resistir é subsistir no eixo negativo que corre do passado para o presente; e é persistir no eixo instável que do presente se abre para o futuro”¹²⁵⁹.

Desdobramento em torno da prosa: “Narrativa e resistência”.

O leitor que acompanhou, até aqui, o percurso do Autor, pôde perceber que seu engajamento dá-se movido pelo horizonte do homem. A resistência é um valor que procura desobstruir o intervalo que separa o homem de sua infância e das estruturas mais viáveis do sonho ou do mito. A imagem do futuro que prevalece é mesmo a do não-lugar ou da utopia, que estão fragmentados nas dimensões do sonho e do passado mítico. Essa imagem do futuro espelha exatamente aquela via utópica, de que a escritura bosiana é exemplar. Como ele mesmo esclarece no texto até aqui lido:

O trabalho poético é às vezes acusado de ignorar ou suspender a práxis. Na verdade, é uma suspensão momentânea e, bem pensadas as coisas, uma suspensão aparente. Projetando na consciência do leitor imagens do mundo e do homem muito mais vivas e reais do que as forjadas pelas ideologias, o poema acende o desejo de uma outra existência, mais livre e mais bela. E aproximando o sujeito do objeto, e o sujeito de si mesmo, o poema exerce a alta função de suprir o intervalo que isola os seres. Outro alvo não tem na mira a ação mais enérgica e mais ousada. A poesia traz, sob as espécies da figura e do som, aquela realidade pela qual vale a pena lutar¹²⁶⁰.

Essa retórica reverbera em Bosi, que se mostra um crítico convicto da limitação da poesia, mas adepto de pensá-la como fator cultural inerente e imprescindível no processo que busca nas raízes do homem o homem subterrâneo; busca as raízes que estão caladas no homem.

Para o leitor atual da obra bosiana, que acompanhou os textos do Autor desde o começo, essa retórica parece ter arrefecido seu pendor *messiânico* ao longo do tempo. O leitor pode sentir mais fortemente influências outras que não apenas a de Lukács, que arrefece sensivelmente. Isto apenas em termos de retórica e de estilo, pois veremos agora que Bosi desdobra as propostas desse texto, mas organiza um pouco mais

¹²⁵⁹ *Id., Ibid.*, p. 226.

¹²⁶⁰ *Id., Ibid.*, p. 227 (grifos meus).

pontualmente os termos. É no livro *Literatura e resistência* que verificamos isso de modo mais palpável.

Havíamos dito que de algum modo Bosi recupera o termo grego *kalokagathia*¹²⁶¹, embora não o nomeando, remetendo ao *belo* e *bom* conjuntamente, termo inexistente em português, como parece evidente. Não explicitamos o termo, guardando isto para a ocasião presente, porque Bosi já deixa claro que eles, antes de serem disjuntivos, são, em sua perspectiva, conjuntivos, ou seja, *narrativa* e *resistência* embora instanciem realidades filosóficas dessemelhantes – uma, que é estética, outra ética – na perspectiva bosiana essa disjunção ganha outro contorno. Fica bem notar que o texto propõe que o ato de escrita propriamente dito começa como uma “atividade” primária, no nível ontológico, quer dizer, ela projeta “as potências do conhecimento: a intuição, a imaginação, a percepção e a memória”¹²⁶², que governam os horizontes dessa atividade humana.

A retórica inicial, como se vê, principia pela diferença entre os produtos que resultam da dialética dos distintos, reelaboração de elementos da filosofia de Hegel, que Benedetto Croce propunha a par das atividades do espírito. São elas: “as potências cognitivas” e as “potências da vida prática”. O que as move é perceber o quão próximas estão de si mesmas, moldando a “ordem da práxis”. Daí um termo como *desejo*, condicionado às categorias primárias da condição humana, e outro, *vontade*, substrato das esferas *ética* e *política*.

Pensadas as coisas assim de modo ligeiramente estanques, e “em nível abstrato”, “não se deveriam misturar conceitos próprios da arte e conceitos próprios da ética e da política; confusão que ocorreria em expressões como *poesia de resistência* e *narrativa de resistência*”¹²⁶³. A mescla de operações que o espírito arma não é estanque, antes tece na sua rede conceitual nos “fios subterrâneos (...) que amarram as pulsões e os signos, os desejos e as imagens, os projetos políticos e as teorias, as ações e os conceitos”, elementos mais que suficientes para uma mobilização conciliadora que eles comportam, indicando outra vez mais as potências que mobilizam o fazer estético, as instâncias do corpo, dos afetos e do desejo. A literatura, na perspectiva de sua existência

¹²⁶¹ NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. Op. Cit., p. 19ss.

¹²⁶² BOSI, Alfredo. “Narrativa e resistência” in: LR: 118.

¹²⁶³ *Id.*, *Ibid.*, p. 119 (grifos do autor).

é uma *totalidade*, vocábulo que Bosi destaca: ela é um verdadeiro amálgama de história e desejo.

O prognóstico de Bosi, portanto, é que literatura e resistência se resolvem em torno de duas conjunturas que contemplam tanto a forma, como “processo inerente à escrita”, e também como “tema”.

Assim, Bosi não tece maiores comentários a esse respeito. Passa a discorrer que o resultado já se fazia notar em autores de tempos diversos que souberam catalizar na sua fortuna escrita eventos que remetem à contraideologia, minando os *valores* ditos ideológicos.

Vimos isso a respeito de Cruz e Sousa: uma individualidade cuja luta se dava contra a força dos valores de cientificidade de sua época, que o garantiam em um lugar de inferioridade, “fato” desmentido não apenas pela própria ciência posterior, mas, por sua obra também, pela total dissociação entre o que o homem Cruz e Sousa pensava e o que regiam essas *disciplinas*, como diria Foucault. Enquanto participante da sociedade, Cruz e Sousa carregava, dentro dessa perspectiva, uma aura *fantasmática*, dado que, pela *forma mentis* da sociedade brasileira da época, ele era um desigual. Contra esse estado da questão, sua literatura apõe questionamentos fundamentais para qualquer um que se interesse em conhecer essa *facies* revolta. “O valor”, alerta Bosi, “é objeto da *intencionalidade* da vontade (...) e está no começo dela [e] enquanto é sua motivação”: é desejo.

A questão do valor é premente dentro dessa perspectiva aqui exposta. Como há uma translação de sentido, isto é, como se pretende não seccionar, mas interseccionar ética e estética, Bosi opera uma mudança de ponto de vista enquanto indica que o artista, movido por afetos e também por valores, imprime à sua escrita uma hierarquia de importâncias, que a intencionalidade ajudará a comportar. O valor preenche princípio e fim da escrita, como se configura pela lógica da intenção. Como a escrita é social, comporta estigmas e ideologias, soi pensá-la não em abstrato, mas subsumida em sua conformação social.

A verdade do valor dentro da perspectiva romanesca é diferente do valor na esfera social *real*. O romancista lida com o dever ser, portanto, com o imaginável, em linguagem aristotélica, com o verossímil, diferente do homem de ação, que lida com o *princípio da realidade*. Enquanto lida com as formas, o romancista trabalhará a trilha e

as técnicas do foco narrativo, de modo a “levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos antivalores do seu meio”¹²⁶⁴. Via pulsão intencional, o artista imprimirá seus valores na messe da forma literária, trabalhará pró ou contra as ideologias de seu tempo. Segundo Bosi, autor e narrador mesclam-se nessa conjunção intencional, via foco narrativo.

Bosi exemplifica com a caracterização das personagens do romance *Os irmãos Karamazov*, de Dostoievski. Seus personagens, Aliocha e Ivan, possuem ídoles diversas de luta e de postura ética frente aos acontecimentos do romance. Note-se, porém, que a caracterização não se dá em torno apenas das personagens, mas envolve a figura do autor, lançador de valores, segundo a sua perspectiva. “As vozes das personagens são pontos de vista cruzados que trazem à superfície da escrita o núcleo moral onipresente em Dostoievski: o nó temático inextricável de bem e mal, de inocência e culpa, de vontade e destino”¹²⁶⁵. Nesse sentido, para Bosi, os exemplos de Aliosha e Ivan são paradigmáticos dessa inferência natural de resistência aos discursos ou mesmo de aderência a eles no tempo: são irmãos e estão diametralmente opostos na reta de valores humanos que eles mesmos professam. Em torno disso, conclui Bosi: “valor ético e ficção romanesca buscam-se mutuamente”.

Por isso mesmo, para evidenciar essa conjunção moral, é necessário, segundo o Autor, que se escreva *bem*, para potencializar a conjugação entre as duas frentes ética e estética. É próprio da arte que assuma ou não a índole do mercado, ou assuma uma frente ética contraideológica. Para que isso aconteça, o homem escolhe. Esse o seu imperativo. Escrever bem se dá em torno daquilo que poderíamos chamar de individualização e singularização da experiência autoral. Isto é, aquilo que é “garantido pelo exercício da fantasia, da memória, das potências expressivas e estilizadoras”. Contemporizando o mesmo texto, trata-se de modos de narrar, portanto, de forma. É justamente para que não se caia nos riscos da “indistinção”, ou seja, dentro de uma perspectiva que conjugue erroneamente o bom escritor do mero divulgador de doutrinas, que Bosi aquece o debate das formas literárias e da história.

Quando Bosi menciona escrever bem, na verdade, está voltando ao debate de 1983, quando falava da passagem da singular experiência para a universalização dessa mesma experiência. Queixava-se ele de uma brutalização dos termos literários com que

¹²⁶⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 121 (grifo de Bosi).

¹²⁶⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 122.

os poetas marginais expressavam sua literatura, imprimindo, de algum modo, a vertigem do inconsciente, isto é, o fluxo direto à letra, sem entraves formalistas, se isso fosse possível (Bosi achava que não). No entanto, como historiador, há uma tentativa de compreensão do fenômeno, no entendimento dos novos autores que aparecem no mercado, enfim, no sentido da compreensão do novo. “Escrever bem” está envolvido com aquela passagem do singular para o universal.

Esse debate foi meio esquecido, segundo sua perspectiva, em vista de uma guinada, *conteudista*, recente. Para ele, trata-se de “uma atitude desequilibrada” que beira às raias do “paroxismo”, tal como lida pela “militância de grupos de raça, de gênero ou de opinião” quando se “encarna[m] na destruição do cânon tradicional”¹²⁶⁶ ou ainda, quando afirma: “a prática dos Estudos Culturais (*Cultural studies*) voltou a tratar o texto literário como variante da indústria cultural ou mero instrumento de *lobbies*”¹²⁶⁷. Trata-se de um fato bastante grave apontado pelo Autor. Bosi se exime de exemplificar os que seriam, segundo sua perspectiva, os autores contra os quais sua pena se move. É até bastante diplomático nesse sentido, fazendo, *apenas*, uma proposta que integre valor literário com valor ético.

Não há como pensar os valores e antivalores que se vêem na sociedade abstratamente, isto é, desligada da historicidade do social e de sua práxis, em outra lide, da tradição. Convém, ponderadas as coisas, pensá-los dentro de seu universo discursivo, de seu universo *fisionômico*. O autor é, ele mesmo, homem de seu tempo e para além dele. O *pathos* é expressão das paixões e dos valores, é sentido nas “figuras”, nas “imagens”, nos “timbres de vozes”, nos “gestos”, tal que, por serem “formas”, as “pressentimos em nós ou [as] pressentimos no outro”¹²⁶⁸. Em perspectiva e *paralelamente* ao que Bosi diz aqui, em aberta polêmica com os formalistas russos, Bakhtin diria que o que “permanece totalmente incompreensível” à forma, analisada abstratamente, “é a *tensão emocional e volitiva da forma*, a sua capacidade inerente de exprimir uma relação axiológica qualquer, do autor e do espectador, com algo além do material, pois esta relação emocional e volitiva, expressa pelo tamanho – pelo ritmo, pela harmonia, pela simetria e por outros elementos formais – tem um caráter por

¹²⁶⁶ *Id., Ibid.*, p. 124.

¹²⁶⁷ BOSI, Alfredo. “Antonio Candido – mestre da mediação” in: *Literatura e sociedade*, n. 1, 2009, p. 33.

¹²⁶⁸ *Id., Ibid.*, p. 120.

demais tenso, por demais *ativo* para que se possa interpretá-lo como restrita ao material”¹²⁶⁹.

A *forma literária* pode ser tanto filtro quanto catalizador desses índices furtivos vistos no mundo. Localizando melhor o argumento: a literatura erige-se em uma situação totalmente outra daquele homem da ação, da práxis, já que as ações *políticas* são medidas não pela verossimilhança, mas pela verdade de suas relações sociais, pelo *princípio de realidade*. Em tempo: a presença de Aristóteles é o fecho da sentença, da diferença já clássica entre história e poesia. “A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável”.

A literatura apresenta um mundo para além da linguagem, inclusive, e demarcamos assim, nossa divergência em relação a Wittgenstein, quando pronuncia que os limites do mundo estão condicionados aos limites da linguagem. “São a contra-criação”, diz Steiner, “e o contra-amor, tal como encarnam na experiência estética e na nossa recepção da forma dotada de sentido, *que nos põem lucidamente em contacto com aquilo que transcende*, com aquilo que a nossa materialidade não pode sonhar”¹²⁷⁰.

As projeções do mundo *interno* do romancista resistem e se podem ler nas dimensões da técnica narrativa: é no foco narrativo que essas projeções se evidenciam, como vemos no texto em que Bosi analisa as interfaces do narrador machadiano. O homem machadiano percorre as trilhas das sementes de comportamentos *confessos* e *inconfessos* dos personagens, minando o discurso de cordialidade em que estão inseridas, expondo suas reais intenções no campo da convivência. “Dá-se assim uma subjetivação intensa do fenômeno ético da resistência, o que é a figura moderna do herói antigo. Esse tratamento livre e diferenciado permite que o leitor acompanhe os movimentos não raro contraditórios da consciência, quer das personagens, quer do narrador em primeira pessoa”¹²⁷¹.

Incluída a opção pela literatura *bem escrita* – da forma literária – Bosi não está fazendo eco a parte de pensamento que subsume a escrita a fatores de retórica, como possível característica que as *belle lettres* do *Novecentos* tão bem indicavam. Para Bosi, escrever bem é uma “exigência estética”, na medida em que pode conduzir a rede semântica do texto às suas máximas/reais/virtuais possibilidades semânticas. Portanto,

¹²⁶⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. Op. Cit., p. 19-20 (grifos do autor).

¹²⁷⁰ STEINER, George. *Presenças reais*. Op. Cit., p. 201 (grifos meus).

¹²⁷¹ BOSI, Alfredo. “Narrativa e resistência” in: LR: 121-122.

escrever bem ainda pode ser lido também como “um imperativo moral”, em vista de “o sentido requer[er] uma rede de signos que o tragam à luz da comunicação”¹²⁷².

Evitando metáforas, diríamos que justamente porque há uma transfiguração da palavra quando posta em ação no texto é que há a necessidade de um rigor formal maior, mesmo que o poema, o romance, o literário, lidem com a abertura formal mais franca, como parece ser o caso dos poemas de 1922 de Eliot, o discurso cerrado de Molly Bloom no *Ulisses*, ambos compactuando com as formas abertas do moderno, e marcando, no seu compasso, o território do sentido. Sem essa postura e sem esse decoro, não seria possível a essa ficção, *superar* ou *propor* novas formas que estão na tradição. Não há *a priori* no fazer poético, o caminho se faz caminhando, como diz o poeta espanhol Antonio Machado. O rigor e o decoro se fazem no burilar das palavras, na observação do conjunto, na contextura que se cria e que convencionada, no trabalho da arte.

Sem essa condição, fica claro que uma literatura, como a *puramente* engajada, ou uma literatura *de mercado*, estão apenas *reapresentando* a má positividade do tempo de forma mais imediata, muito embora, na literatura engajada a negatividade ainda se sinta nas palavras e no seu conteúdo de ação *contrários ao tempo presente*. Para Bosi, a literatura engajada significa uma “*pseudo-forma*”, daí indicarmos que o tempo da poesia não coincida com o tempo das revoluções, elas são díspares, lição que já aprendêramos em Octavio Paz, quando dizia: “revolução e poesia são tentativas de destruir este tempo de agora, o tempo da história que é o da história da desigualdade, para instaurar *outro tempo*”¹²⁷³. Embora parte dela possa, em certo nível, se elevar à categoria de *arte*, como ficou claro na referência anterior, a outra, a que fizemos citação, não, pois se abstém de celebrar somente a má positividade do tempo presente, não condicionando em um mesmo padrão moral as possibilidades semânticas que a arte alcança. Diria, como Bosi, que a poesia não cria o mundo, antes, o nomeia, e o reino dos valores não anda sozinho na sua exaltação em nomear o mundo, ela está associada à forma. Assim:

Embora possa partilhar os mesmos valores de outros *também engajados* na resistência a antivalores, o narrador trabalha a sua matéria de modo peculiar; o que lhe é garantido pelo *exercício da fantasia*, da *memória*, das *potências expressivas e estilizadoras*. Não são os valores em si que

¹²⁷² *Id.*, *Ibid.*, p. 122.

¹²⁷³ PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Op. Cit., p. 66-67.

*distinguem um narrador resistente e um militante da mesma ideologia. São os modos próprios de realizar esses valores*¹²⁷⁴.

Ambos os processos – os valores e a forma como são expressos – é que caracterizam a arte como um processo resistente. Não seria nessa mesma medida que devemos respeitar a literatura *inclusive* de nossos desafetos ideológicos? O que pensar de *Céline*, *Pound* e *Pessoa*, e também de *Brecht*, de *Garcia Marques*, de *Maiakovski* – em vista das escolhas ideológicas? – ou quantos mais queiramos mencionar. Deve-se guardar deles, quando em análise de sua obra, sua face propriamente artística: “deploremos, sim, as opções infelizes desses escritores, enquanto cidadãos, mas guardemos em face dos seus textos uma independência de vistas e uma largueza de julgamento que saiba enfrentar o árduo problema das relações entre poesia e ideologia”. Sem essa prerrogativa, fica talvez impossível encontrar um só autor que escape a essa condição. Problema que atravessa todo o criticismo de Coleridge, a partir da largueza de visão de parte do romantismo. Por isso, aqui está claramente colocado o problema similar ao levantado pelo poeta inglês, que indicava a dissonância, a *suspension of disbelief*, “em face de obras incompatíveis com nossas crenças e ideologias para tornar possível a apreciação puramente estética e, enfim, as primeiras pesquisas sobre a diferença entre a linguagem poética e a prosa discursiva”, afere Carpeaux¹²⁷⁵. A leitura feita por Carpeaux do poeta inglês está correta, mas fala-se aqui de um tipo de leitura que não é apenas estética, mas política também, o que complica o prisma do problema levantado por Bosi. É este o mote, aliás, de Michael Hamburger, em uma discussão muito semelhante a aqui feita. Estudando a política de poetas modernos e simbolistas, ele afiança: “a verdade da poesia é de um tipo diferente. Se não podemos dissociar a poesia das pretensões e vaidades – para não falar das fraquezas inofensivas – do homem, somos nós que saímos perdendo”¹²⁷⁶.

Devem-se evitar igualmente aqueles julgamentos que podem ser chamados de *ultra-ideológicos*, *prescrevendo*, vocábulo que Bosi tem verdadeira ojeriza, certo caráter profilático à arte, ou mesmo identificando nela supostos valores *conservadores* que pudessem denegrir sua *facies avançada*. Bosi inclusive menciona o célebre “experimento” conduzido por I. A. Richards quando expôs a grupos de leitores vários

¹²⁷⁴ BOSI, Alfredo. “Narrativa e resistência” in: LR: 123 (grifos meus).

¹²⁷⁵ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Brasília: Senado Federal, 2008, v. 4, p. 2834.

¹²⁷⁶ HAMBURGER, Michael. *A verdade da poesia*. São Paulo: Cosacnaify, 2007, p. 144.

poemas entre aqueles eleitos da tradição, e outros poemas de *magazine*, a fim de que deles fizessem um julgamento estético. Alguns dos poemas, consagrados pela crítica, acabaram sub-valorizados, outros, retirados de almanaques, porque mais *atualizados* com a ideologia corrente, foram alçados à condição de obras de arte. Para Bosi, “Richards operou uma verdadeira desmistificação da crítica ideologizante que se mostra cega ao modo de ser do poema, cujos significados são expressos em linguagem figurada e simbólica: logo, polissêmica”. Sem essa precaução corre-se “os riscos da indistinção”¹²⁷⁷.

O escritor pode atravessar pela querela dos valores e antivalores na mescla social, quando há uma conjuntura favorável para isto. Ou pode, na outra ponta, estabelecer sua resistência sozinho, processo mais comum que o anterior. “Aclarar a diferença entre tempos de aceleração da luta social e tempos lentos e difusos de aparente estagnação política ajuda-nos a compreender a distinção entre resistência como *tema* da narrativa e resistência como *processo* constitutivo de uma certa escrita”¹²⁷⁸.

Ainda no mesmo esquema conceitual, Bosi assevera a possibilidade de constituição de um discurso que tematize a resistência. Ele identifica o protodiscurso da resistência nos escritores situados entre 1930 e 1950, o conturbado jogo das forças de Guerra que se enraizaram na história da Europa desse período. Essa literatura na sua fatura estilística, segundo Bosi, coincidiria com o neo-realismo, “não por acaso”, diz ele, já que o apuro e a mimetização de uma “linguagem sóbria e depurada” queria ver-se livre das convenções e dos excessos: fica o que é significativo, fica o que é essencial. Poucas obras no Brasil tiveram o mesmo apuro técnico e a mesma ressonância no padrão da linguagem do romance europeu que *Memórias do cárcere*, tampouco, poucos poetas tematizaram por aqui os tempos desistentes com tanta percuciência quanto Drummond de *A rosa do povo*. Nota-se com certa facilidade que a temática candente do romance europeu parecia conformar outros assuntos que não os proferidos por Balzac e Flaubert, ou Zola. Não deixa de ser impressionante um autor no início do século como Kafka – imerso naquela tutela tão radical que eram os novos tempos – e prenúncio daquele homem oco e de “terras desoladas” que o poema de Eliot cantava.

Dessa forma, portanto, o romance é antena de um novo tempo e de uma nova mentalidade, que pede ao autor vigor outro e outra matéria para sua obra. Não seria

¹²⁷⁷ BOSI, Alfredo. “Narrativa e resistência” in: LR: 124.

¹²⁷⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 125.

demais mencionar os textos de Antonio Gramsci – cujas cartas seriam reveladas tão logo publicadas, algumas delas foram traduzidas pelo próprio Bosi¹²⁷⁹, anos depois, e cujo conceito de intelectual orgânico daria o tom daqueles tempos – a uma escrita mais absteria de padronizações classicizantes, barroquizantes ou maneiristas: cabia ao autor, dentro dessa percepção, agudizar as contradições dos tempos e mover-se na mesma mesa do homem sem alma. Por isso também um autor hoje talvez pouco lido como Hemingway acabou tornando-se o prócere de toda uma geração, por seu vigor narrativo, por sua índole diretiva, mas também jornalística: segundo Bosi, ele permaneceria o modelo perfeito das gerações de autores do início do século XX.

O discurso, nesse sentido específico, ganharia *tônus* em outro plano de existência, agora lido pela dimensão estilística e narrativa. E não é demais associar o apelo a um prometeísmo, figura premente nesse tempo de lutas. Note-se que essa imagem é retirada de um livro muito lido na década de 50 e 60, *La révolte des écrivains d'aujourd'hui*, de Albérès, “o mito de Prometeu seria a perfeita alegoria do ser humano contra o destino”¹²⁸⁰. Como não poderia deixar de ser, a influência francesa ainda se faria sentir muito fortemente nos autores brasileiros, e a presença dos autores citados por Albérès é indefectível: Camus, Sartre, Anouilh, Georges Bernanos e Saint-Exupéry, são os autores encarregados dessa nova tomada de consciência. Importa aqui ressaltar o esforço dessa geração para se desvencilhar do individualismo extremado e mais empedernido, em prol de uma escrita “sóbria” e “lúcida”, no limite, “sem ilusões”, que não está ausente da prosa *etérea* de Graciliano Ramos, antes dessa voga. Por isso, Bosi aventa esse tempo como a condição propícia para a forte influência do Existencialismo e do Marxismo como fontes e matéria do *Zeitgeist* de seu tempo.

Notemos mais que o texto lido até aqui parece não indicar autores outros que estariam ausentes, de algum modo, dessa cadeia de significados, daí Bosi ainda dialetizar a rede de significados da escrita que vem descrevendo. Fica claro, para ele, que há obras, *independentemente de sua adesão a algum projeto político*, que *imanentizam a resistência no plano mesmo da escrita*, denunciando certa “tensão interna que as faz resistentes, *enquanto escrita*, e não só, ou não principalmente,

¹²⁷⁹ Bosi traduziu 11 cartas, hoje constantes em CI: 429-446.

¹²⁸⁰ *Id.*, *Ibid.*, p. 127.

enquanto tema”¹²⁸¹. Já o dissemos que, em parte, algumas considerações suas na *História concisa* resolvem-se nesse mesmo raciocínio.

Bosi remete aos aspectos técnicos da arte narrativa, que podem absorver em sua rede imanente, os mesmos índices que apontamos até aqui, cuja palavra principal deve ser mesmo o *trabalho do narrador*. “Tema” e “Forma” dariam condições a que os levantamentos éticos do autor se personificassem em modelos de tensão anunciada, conceito como já vimos, extraído dos escritos de Lucien Goldmann. Essa perspectiva ganharia contornos na relação *eu-mundo*, segundo Bosi, que se tornaria “imaneente à escrita”; por isso, outra vez mais, a dimensão dialética de seu discurso anuncia mais uma variável no esquema montado até agora: a forma de escrita anunciaria o

sentido dramático [que] escapa a homens e mulheres entorpecidos ou automatizados por seus hábitos cotidianos (...) A escrita de resistência, a narrativa atravessada pela tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa ‘vida como ela é’, [é], quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida¹²⁸².

Enfim, a forma torna-se parte da luta anti-ideológica que cerca o autor. *A forma artística tem sua autonomia resguardada na liberdade do autor*. Essa mesma liberdade pessoal é que vai contemplar os mais diversos tempos, como vimos mais atrás. Nos termos de Simmel: “a afirmação de que a estrutura interna do complexo histórico segue a forma temporal da vida pode induzir a erro”¹²⁸³. Erro que talvez tenha conduzido Lukács a negar parte do romance moderno e buscar no romance histórico do século XIX a chave interpretativa para o romance que lhe era contemporâneo, pensado o romance moderno sob um sentido absolutamente *normativo*. Quer-se dizer, portanto, que sua negativa deu-se em um sentido idealista, antes que histórico – precisamente o que Bosi procura evitar em sua análise.

Mais atrás, vimos como Bosi pensa as relações entre história e criação artística. Nesse movimento dialético, ficou claro que *o tempo da memória do artista reivindica essa margem ampla de liberdade, que não é condicionada pela história a um só tempo, mas sendo, ao mesmo tempo, acometido por ela*. Em outros termos: a história é a matéria da memória. A arte é por ela plasticamente conduzida em uma relação dúctil e dialética que não reduz o objeto desse horizonte ontológico a uma síntese fácil.

¹²⁸¹ *Id., Ibid.*, p. 129.

¹²⁸² *Id., Ibid.*, p. 130.

¹²⁸³ SIMMEL, Georg. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 89.

Perguntado sobre se as manifestações da cultura oficial não anulariam as manifestações da cultura popular, Bosi diria: “não, porque, ao exibir fermentos inovadores e radicais, ela [a cultura popular] supera a absorção, *resistindo sempre*”. Em outra ponta da pergunta, sobre *em que nível* isso se daria, Bosi, categórico, afirmou: “*no plano da sensibilidade da imaginação, do corpo, da pele, é como se manifestam tais reações*”¹²⁸⁴. Não fica claro como os objetos condicionadores da arte – o *corpo*, a *sensibilidade*, a *imaginação* – na acepção forte que lhe dá Bosi, estão aqui ancorados?

Precisamente por isso é que as dimensões do romance ou da narrativa, conforme vimos estudando, podem ser lidas *além* de qualquer prévia identificação ideológica, *além* de qualquer vínculo identitário, inclusive com as lutas anti-ideológicas do tempo, precisamente pelo fato de a arte assentar essa dimensionalidade livre. Bosi diria ainda: “essa gama de possibilidades poderá também ser testada nas relações que aproximam narrativa e resistência, mesmo quando a intersecção se dê *fora de um contexto de militância política*”¹²⁸⁵. Em suma, é isto visível em alguma medida nas análises que Bosi faz em torno de Machado de Assis, e também nas análises, desta vez *apenas indicadas* em outros textos, de Clarice Lispector ou Osman Lins. Mais interessante notar como o percurso de Bosi acaba sendo alvo de sua própria pena, quando menciona sua anterior prática crítica e política.

Pedindo vênica para fazer minha própria anamnese crítica: se, a uma certa altura, eu me orientei por uma concepção estritamente política (‘positiva’, prática e militante) de cultura, bebida em Lukács, em um segundo momento foram Benjamin e Adorno com a dialética negativa que me fizeram reencontrar as fontes hegelianas da primeira juventude, a *dialética dos distintos* de Croce. Esta filosofia traçava com nitidez a diferença entre a intuição, que é pura impressão e imagem, e o momento da reflexão. E distinguiu, com a mesma clareza, sentimento e práxis coerente¹²⁸⁶.

Essa clareza sensível é comum nos escritos de Bosi. O *mea culpa* se torna parte de um momento dialético por si mesmo; ele conduz o processo para um eixo que talvez antes não estivesse expresso de forma clara, ou quando a necessidade de repensamento do conceito se fazia salutar, como parece ser o caso. Daí o momento ideológico que vivia e que circunstanciou sua tomada de posição para aquele ponto, na sua

¹²⁸⁴ Entrevista a João Marcos Coelho, *Veja*, 19 de novembro de 1975, p. 4 (grifos meus).

¹²⁸⁵ BOSI, Alfredo. “Narrativa e resistência” in: LR: 131.

¹²⁸⁶ *Id.*, *Ibid.*, p. 131.

radicalidade. Por isso, também, está claro que “Narrativa e resistência”, escrito 25 anos depois, retoma e atualiza “Poesia e resistência”.

Diríamos, hoje, que em 1977, Bosi pesou um pouco demais a mão em seu engajamento, e não dizemos mais do que ele mesmo já expressou na citação anterior. Por isso, é de algum modo surpreendente a fala seguinte, momento alto do texto, de uma sinceridade ímpar: “a poesia, forma auroral da cultura, *está aquém da teoria e da ação ética* (grifos meus), o que não significa, porém, que não possa conter em si a *sua verdade*, a *sua moral*; e sobretudo, o seu modo, figural e expressivo, de revelar a mentira da ideologia, a trampa do preconceito, as tentações do estereótipo”¹²⁸⁷. Claro que essa afirmação contém conclusões apostas às inúmeras análises feitas ao longo de anos de convivência com a palavra e com o cerne da produção cultural brasileira e italiana. Guardemos na lembrança de forma muito particular ainda o ensaio acerca de Cruz e Sousa, paradigmático a esse respeito. O *ato intuitivo* estaria possibilitado de acatar as medidas de resistência, “aprofundando a verdade imanente no momento da singularidade”.

Em outros termos, a poesia em particular e a literatura em geral, estão fora da alçada da *ação efetiva*. O que ela poderá fazer é trazer ao palco a denúncia da descoberta da ideologia e da vida subterrânea que a contém e a exprime, endereçando-a aos recônditos de homem a homem, como momento singular da utopia.

Não se torna evidente a forma como Bosi se posiciona agora em relação tanto ao conceito de resistência, quanto a um tipo particular de crítica literária, e mesmo em relação a certo tipo de realismo, nas suas palavras, redutor da obra literária, que vimos em Lukács, em oposição ao realismo *aberto* de Brecht? Essa pergunta indica mesmo o campo fecundo da simbólica de Bosi nesse texto. Por isso, ele volta-se a Pirandello e à “conversão do naturalismo”, fase histórica que este autor viveu no movimento crucial da virada do século XIX. Os autores do período são “superadores da tese oitocentista segundo a qual a literatura é o ‘espelho’ da vida social, logo, o discurso da convenção realista”¹²⁸⁸.

Ressalta-se, porém, certa predileção pelos momentos da literatura que buscam, na sua contextura, os temas da resistência e da solidariedade com certo tipo de humanismo e liberdade. A conclusão do Autor é a de que

¹²⁸⁷ *Id.*, *Ibid.*

¹²⁸⁸ *Id.*, *Ibid.*, p. 132.

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu *contexto existencial e histórico*. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições¹²⁸⁹.

O foco narrativo, portanto, ecoando aquela visada *perspectiva*, que Bosi acertadamente condiciona ao sujeito criador, forma o horizonte de onde o autor inflecte as relações sociais, as ideologias, e contempla também os laços mais apertados da vida subjetiva que o tema e a forma processam-se ininterruptamente. Sem a *subjetividade* que move a *intencionalidade*, o *pathos*, a escrita não passa de um vazio, diz Bosi, “negatividade grávida de um novo estado do ser, é a *consciência* [que] jamais [é] preenchida pelo discurso especular das convenções ditas realistas”.

Por isso, a narrativa contém o germe da utopia no sentido de identificar os pólos da vida mesma, que é livre, e “liberta a voz de tudo quanto esta abafou ou apartou da conversa”, diz ele sobre a narrativa lírica, tão rara quanto significativa.

A narrativa poderia servir como veio de descoberta da vida verdadeira, que “abraça e transcende a vida real”, ela seria uma resistência à “mentira”. Por isso, assevera Bosi, a literatura horizontaliza sua “verdade mais exigente”.

Resposta aos tempos extremos: “Os estudos literários na Era dos extremos”.

A par disso que discutimos até agora, e tematizando a literatura contemporânea, Bosi dará respostas bastante coerentes com sua formação e princípios estéticos. Essas respostas já se vinham pronunciando desde alguns escritos das primeiras décadas de sua ação crítica, quando então a ficção dita *pós-moderna* cristalizava raízes, embora essa dimensão só fosse sentida no Brasil tardiamente. Esse movimento então se acentuava não sem certa antipatia de alguns professores da USP, quando muitos críticos ali apontavam claramente as limitações e as consequências dessa literatura, que então apenas ganhava contornos. É o caso, por exemplo, de João Alexandre Barbosa, um dos grandes estudiosos de nossa crítica novecentista, autor da “primeira tese de doutoramento em Teoria Literária defendida entre nós”, como disse Bosi, no prefácio a seu livro *A tradição do impasse*. Pensamos também, em Leyla Perrone-Moisés, estudiosa de teoria da literatura. Ambos movem seus textos na convergência da

¹²⁸⁹ *Id., Ibid.*, p. 134 (grifos do Autor).

contrafacção originada pela literatura pós-moderna que, como se sabe, parte de algumas convenções originárias da arquitetura. Essas convenções foram, a seu modo, absorvidas por ela e, depois, realocadas para o espaço do literário – concentradas por autores pós-modernos sem que houvesse, no entanto, segundo Barbosa e segundo Perrone-Moisés, uma deglutição crítica concreta de seus pressupostos¹²⁹⁰. Aliás, é Roberto Schwarz quem melhor define a entrada do país nessa ordem estética: “a vitória da contrarrevolução em 1964-70, com a decorrente supressão das alternativas socialistas, havia propiciado *a passagem precoce da situação moderna à pós-moderna no país, entendida esta última como aquela em que o capitalismo não é mais relativizado por um possível horizonte de superação*”¹²⁹¹.

Desde os anos 70 Bosi vem pensando a nova ficção em chave *compreensiva*. Foi por esse mesmo instituto que pôde compendiar a produção contística brasileira, em um esforço de síntese, de que a introdução “Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo” é exemplo cabal. Depois dessa produção, Bosi ainda voltaria a seus autores de predileção – dos quais podemos citar, Vieira, Lima Barreto, Machado de Assis, e até mesmo Joaquim Nabuco, objetos de textos bem recentes do Autor – muito pouco, porém, escreveria em torno dos novos poetas e ficcionistas, sobretudo posteriores a 70. Ao que parece, essa ausência poderia ser explicada em parte pela posição que defende em torno do conceito de poesia e resistência aqui registrado, indicando que a ficção pós-moderna parecia ausentar-se de uma ceara crítica por Bosi

¹²⁹⁰ Leyla Perrone-Moisés tem, nesse sentido, vários textos que caminham nesse horizonte; posso citar os vários ensaios contidos em *Vira e mexe, nacionalismo*, também em *As flores da escrivainha* e em *Inútil poesia*. João Alexandre Barbosa parece mais específico quanto às questões aqui pronunciadas, como expõe em *As ilusões da modernidade*. Esses exemplos são suficientes para compreendermos que a USP é ponta de lança nesse movimento de *recusa e fechamento para o pós-modernismo*. Haverá ainda uma série de textos, mais atuais, que tentam redimensionar a fala desses autores, no sentido de apontar erros e desenvolvimentos em um nível de algum modo mais *compreensivo* e não apenas *negador*. Dentre eles, e sem presunção de esgotar o assunto, está o volume coletivo, GUINSBURG, J. et BARBOSA, Ana Mae (Orgs.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005; FOSTER, Hal (Org.). *The Anti-Aesthetic: Essays on posmodern culture*. Port Townsend, Washington, 1983; HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Posmodernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: JZE, 1998; JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2004; HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991; revista USP, Dossiê “Pósmodernismo”, n.42, jun/ago 1999 e revista *Tempo brasileiro* Dossiê “Modernidade e posmodernidade”, n. 84.

¹²⁹¹ SCHWARZ, Roberto. “Verdade tropical: um percurso de nosso tempo” in: *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 79 (grifos meus).

defendida, e contra o que sua produção crítica parecia se insurgir. Certa adesão ao mercado, uma procura por um estilo pouco mediado, provocando uma erosão na forma poética, embora ainda pudesse ver nos poetas concretos, nos seus melhores momentos, a resistência a que se propunha estudar¹²⁹².

Os esforços de Bosi não se dão simplesmente no sentido de negar os modos como essa arte nova se processa: trata-se de denunciar a adesão imediata e ideológica de parte dessa arte, em vista das ilusões do mercado, da banalização que essa adesão aponta, endereçada justamente para os fatores que seriam anti *contra-ideológicos* por excelência. Como se isso não fosse pouco, aponta ainda como a postura acrítica desta nova literatura contribui para um adensamento da mediocridade do estado do campo literário brasileiro. Esses esforços, se devidamente historiados, remetem já para os textos de *O ser e o tempo da poesia*, e ganham mais consistência nos tempos recentes quando as questões pós-modernas se ajustam com maior frequência na mídia, inclusive a especializada, e quando também ela passa a ser teorizada em diversas universidades brasileiras e, sobretudo, norte-americanas. Esforços de negatividade que estão envoltos também nas questões que atravessam a crítica literária como um todo, já que, como diria ele mesmo, o desenvolvimento brutal do estruturalismo foi um prelúdio do pós-moderno. É o que dizia ainda em 1992 a respeito da “descontextualização violenta” a que a literatura havia sido submetida, e, com isto, a impossibilidade inerente de sentir-se a diferença, a auto-reflexão, o exercício crítico.

Nesse sentido, a confrontação das leis de mercado com a produção simbólica daí resultante pode trazer à leitura um uso menos empobrecedor do que a simples aceitação tácita dessa literatura dita pós-moderna, ou pode iluminar também quais são seus substratos ideológicos. Bosi indica, nesse sentido, uma tentativa implícita de compreender o fenômeno, porém, integrando-o a um esquema que deslinda, primeiro, sua concepção de forma literária; e, segundo, o contorno ideológico que perfaz essa literatura.

¹²⁹² É o que constatamos lendo uma de suas entrevistas, da revista *Veja*, em 1975. Op. Cit.: “a poética do concretismo preza abertamente os instrumentos da tecnologia moderna. É esse o seu espaço artístico. Mas o projeto inclui também oposição a certos traços conservadores do sistema. Trabalhar *com* e trabalhar *contra* não é fácil. Mas, como acredito no poder de resistência de toda grande invenção poética, acho que, nos seus melhores momentos, os concretos e os poetas da Práxis sabem resolver o impasse”, p. 6 (grifos da revista).

Em *O ser e o tempo da poesia*, o Autor já discute os sintomas da nova arte que então era novidade naquela década. Neste livro, Bosi apenas aponta o fenômeno sem desenvolvê-lo, mas esses apontamentos não difeririam muito de outros mais detidos que fará tempos depois, o que mostra que ele apenas esperava o momento oportuno para compatibilizar sua não adesão a esse tipo novo de arte. Já vimos como Bosi se pronuncia em torno da poesia de feição narcisista ou solipsista, mesmo *autista*, vocábulo forte de que se serve para detectar o mecanismo de adesão ao mercado e sua porção autotélica, que essa poesia vinha cultivando. Esta adesão ganha contraponto nas considerações fortes que faz nas páginas que lemos até aqui.

Não seria demais, cremos, detectar em Carpeaux um dos primeiros analistas do movimento pós-moderno, no Brasil, como se pode conferir as agudas observações ao final da *História da literatura ocidental*, de que suas palavras são esclarecedoras. Historiando primeiro a crítica, que simboliza concepções em torno da nova arte, Carpeaux afere que ela acompanha o entendimento da mudança nos “paradigmas literários”, antes tidos como certos, e têm seu *genus* ainda na Alemanha, com Hans Magnus Enzensberger e Martin Walzer – nos tomos XV e XVII do periódico *Kursbuch*, por eles editado. Os debates coincidem também com as ideias então defendidas na Itália, sobre o fim do romance, cujo paradigma seria *Finnegans wake*. Embora o debate se localizasse principalmente nesses dois países, isso parecia ser uma tendência mundial, já que as reportagens ganhariam também *status* de literatura nas experiências literárias de um Tom Wolfe, de um Truman Capote e de um Norman Mailer. No Brasil, sente-se também esse movimento, mais fraco, é verdade. No entanto, ele originaria uma projeção realmente grande na chamada literatura de testemunho, que tem exemplo em Maria Carolina de Jesus. Carpeaux ainda erige o *Nouveau Roman* como baliza desse novo conceito em torno da ideia de não mais se contar uma história com enredo, linearidade, ou que fossem “coerentes ou compreensíveis”¹²⁹³, diz.

Eagleton levanta algumas questões contextuais relevantes que envolvem os aspectos não propriamente estéticos do texto literário, e se movem em torno da política e da economia, evidentemente conectados com os anos 60 e 70: “os dois períodos foram marcados por utopia, política sexual, religiosidade festiva superficial, guerras imperiais, evangelhos de paz e amizade, pseudo-orientalismo, revolucionarismo político, exóticas formas de arte, estados psicodélicos, voltas à natureza, liberação do inconsciente”. Daí

¹²⁹³ CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Op. Cit., v. 4, pp. 2833ss.

que, a partir dessa constatação, seria justo concluir, com ele, que “à medida que se desfaziam as esperanças políticas, os estudos culturais ganharam proeminência”¹²⁹⁴.

No mundo anglófono, o problema com que se debatem também alguns professores de literatura é, de algum modo, a exigência de um novo modelo canônico. As premiações e valorizações de outras perspectivas ideológicas, como parece ser o caso de Toni Morrison, ganhadora do Nobel de literatura, trouxe à esfera pública reações notáveis de respeitáveis intelectuais como Harold Bloom, na defesa de um *cânone mínimo*, de que dão exemplo seus inúmeros livros com esta orientação. Essa postulação em si mesmo teve, por outro lado, reações também de leitores brasileiros, como é o caso de Jaime Ginzburg, que chamou a defesa de Bloom de autoritária. Lee Siegel, repórter americano, que tem uma coluna no jornal *O Estado de São Paulo*, afirmou que o “fim do cânone” só interessaria à WASP (elite branca e protestante americana), que passou a fazer campanha contra boa parte da literatura imaginativa, por tabela, canônica, sobretudo nos anos 90, em virtude de um pragmatismo pró-mercado. Atualmente, o mesmo repórter aponta as “Common Core State Standards” – indicações de leitura para os alunos do jardim de infância ao ensino médio – como o ponto culminante daquela guerra cultural contra a literatura imaginativa. Segundo ele, são demandas da nova economia, via acordos politicamente corretos. Sérgio Paulo Rouanet diria algo semelhante a isso, quando explicita “as intermináveis ‘desconstruções’ empreendidas pelos Departamentos de Inglês das universidades americanas, com os *cultural studies* que destronam os cânones hegemônicos apenas para colocar em seu lugar um enxame de mediocridades politicamente corretas”¹²⁹⁵.

Bosi mostra que o fenômeno *do novo*, antes de ser novo, já vinha mitigado em outras plataformas estéticas, mas de modo a confrontar ainda o social na sua consecução, ou seja, o novo era resultado de certas inquirições desferidas pela arte moderna desde o início, a partir já das vanguardas. Conquanto lida por essa ótica, a literatura pode ser pensada como parte de um mundo em fragmentação, ou, por outro lado, como modo de reflexão *literal* desse mundo, se isso é possível, em uma espécie de mimesis pura cópia, o que indica, portanto, que ela apresenta-se sem qualquer mediação, na sua brutalidade. Não é difícil, assim, entender que, na concepção de Bosi,

¹²⁹⁴ EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 74.

¹²⁹⁵ Texto proferido na Mesa Redonda em homenagem a José Guilherme Merquior in: Revista Brasileira, Fase VII, jul-set., 2002, ano VIII, n. 32, p. 259.

acaba-se por fazer, da literatura, parte de um desejo de espelhamento e tradução do real, antes que sua *poiesis*. A crítica que parte de Bosi passa muito pela falta de mediação dessa nova arte, *espetacular* nos seus termos. Se isso for verdade, tem-se aqui uma anunciada obsolescência do conceito de arte.

Havíamos visto que esses pressupostos são rechaçados por Bosi em vários momentos de sua obra, por serem simplesmente momentos da tese *literatura, espelho da ideologia*, que necessitaria de sua contrapartida dialética, *literatura, resistência à ideologia*¹²⁹⁶; esses fatores, segundo ele, se ausentam cada vez mais na arte atual, daí o andamento unidimensional com que esta arte é lida na pena de Bosi. Trata-se de um movimento sem síntese, sem “horizonte de superação”, como ainda postulou recentemente Schwarz. Essa arte, tal como descrita pelos textos de tantos analistas, tem sobressaltado justamente sua adesão aos tempos da cultura de massas, e a ficção é apenas uma sobreposição massiva desse pressuposto.

Pensando nisso, poder-se-ia dizer que a nova literatura estaria atrelada aos anúncios da nova arte pós-moderna, tal como se vem desenvolvendo desde as propostas *destruidoras* da obra de Marcel Duchamp, impregnada pelo choque e pela *desauration da arte*, no termo de Benjamin? Ao pensarmos na arte defendida por expoentes da arte conceitual moderna, como Damien Hirst, para ficar com um exemplo recente das artes plásticas, o questionamento de Bosi sugere antes o acomodamento tácito e a pouca reflexividade dessa nova arte; para não dizer de outra forma, ela serviria mais para chocar, situação ligeiramente exterior à arte, do que antes para as aptidões *formativas* que lhe seriam próprias, lida como característica vital do sujeito, de que a crítica de resistência defendida por Bosi é exemplo salutar. Essa concepção não estaria atrelada ao conceito de sujeito pós-moderno? Segundo isso, trata-se de um conceito que entende o sujeito como *cindido*, marcado, ele mesmo, pela não-pertença. A esse respeito, poder-se-ia perguntar, em que nível os modelos da arte moderna (tais como a *performance*, as bienais e exposições), são senão um invólucro de imaturidade, de superficialidade, bem como de falta de perspectiva crítica e percepção da forma como parte da discussão do que é a própria arte?

Embora, por outro lado, esses artistas enxergam no excesso, no valor do absurdo, do brutal, menos que no sugestivo – por isso sua força apelativa e pouco consensual – o único efeito que a sociedade contemporânea pode reconhecer, pois não

¹²⁹⁶ STP: 140.

conhece arte alguma; por isso, a baixa dos museus e a baixa de discussão na esfera pública. É fato que, por causa dessa nova arte, elementos novos foram trazidos outra vez à discussão. O mesmo papel se pode inferir, em outro nível, em torno da crítica literária, de pouco prestígio hoje em dia, objeto de inúmeras reconsiderações epistemológicas, tanto que se tem escasseado cada vez mais dos jornais e revistas, arrefecendo ainda mais o debate de ideias atualmente.

Fica bastante patente que esse registro específico da crítica de resistência de Bosi oferece, de algum modo, a dimensão das objeções pensadas por ele no âmbito dos estudos literários, e também instância, lateralmente, como a universidade de que participou por tantos anos, a USP, pensa essas questões, de que seu próprio pensamento é tributário. Não à toa o texto que leremos inscreve-se a uma homenagem aos 80 anos de Antonio Candido.

Sem dúvida um dos textos mais antigos que indicam essa desarmonia indicada por Bosi foi publicado em homenagem a Cecília Meirelles, chamado “O círculo mágico” em *O Estado de São Paulo*, em 9 de setembro de 1961, bem antes, portanto, de seu doutoramento, em 1964. Lá se dizia da “imediata efusão emocional” com que algumas poetizas concretizavam a poesia por elas preocupada. Quando da republicação de *O ser e o tempo da poesia*, em 2000, o teor seria ainda o mesmo, mas agora estaríamos envoltos em uma dimensão um pouco mais pontual do que seria a falta de mediação na poética do pós-moderno. Em referência aos poetas de sua preferência, Bosi diria passar ao largo da voga pós-moderna, cultivando os hábitos de uma leitura voltada para uma poética considerada por ele como “já clássica”, contornando sempre poetas como Drummond, Bandeira, Ungaretti e Jorge de Lima. E aponta claramente para o que seria, para ele, o maior desatino para a qual a poética atual estaria voltada, ou seja, “o clima de pós-modernidade” que “corresponde ao avanço da mercadoria (...) a mercantilização atingiu fundo os valores simbólicos, a imprensa, a universidade, alastrou-se a ideia de cultura como mercadoria”¹²⁹⁷.

No plano da forma, ainda seria, na visão estética de Bosi, uma poesia decalcada daquela poética clássica por ele defendida atrás. Ou: “outra vertente seria o baixo nível que é simétrico ao alto nível (...) há também o descarte total das formas literárias,

¹²⁹⁷ “A poesia tem de resistir às pressões”, entrevista a Haroldo Ceravolo Sereza, in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 2000, p. D-9. Perspectiva correlata aos dados aventados na “procissão cabocla” por ele assistida, e por nós analisada mais acima.

[d]aqueles que escrevem projetando imediatamente seus sentimentos, paixões, ódios, pichação de parede, da internet, formas violentas de comunicação”. O problema seria, então, identificar nesses poetas uma tranquila e, às vezes, fervorosa, adesão ao mercado, que se traduziria em “performance imediata” de sentimentos, sem o trabalho da arte e da reflexão. Dado que poesia não é um “conteúdo”, mas uma “expressão articulada na linguagem”, dando vazão ao sentido, ele mesmo “uma expressão”, os textos lidos ganham sua semântica possível dentro dessa perspectiva de resistência.

No caso do jovem Lukács, o seu pensamento assenta-se na possibilidade de conciliação entre, de um lado, o social, ou o real, e o estético. Nesse sentido, diz seu tradutor que “se literatura é mediação, o vínculo só pode repousar em sua viga mestra, a *forma*, também ela um conceito mediador por excelência. ‘A forma é o verdadeiramente social na literatura e com cuja ajuda podemos proceder às relações entre a sua vida externa e interna’”. No entanto, ele postula melhor seu conceito, pois, do jeito que está, ainda não se alcança o real sentido encontrado em Bosi. Seria um “erro crasso de todo sociologismo literário que timbra em traçar uma *linha direta* (grifos meus) entre os *conteúdos* da criação literária e o solo econômico ou social que o viu nascer”¹²⁹⁸. Essa vinculação entre o conteúdo e a forma é que são essenciais para Lukács, daí que demova da possibilidade interpretativa, uma vinculação direta, pois há ali *trabalho*, que se apresentará fortemente na obra lukacsiana posterior, por exemplo, em toda a sua *Estética*. Como se verá, Bosi irá além disso, permitindo que os conteúdos latentes entre o real e o psíquico, contrutos conjuntos da obra, sejam nela lidos.

Por isso, sinalizando ainda mais o que Bosi postula, vale a pena retomar o tenso debate travado em 1983, e publicado na Revista *Rebate de males*, cujo número fôra intitulado, provocativamente, “Rebate de Pares”. Vê-se ali com mais clareza e pontualidade o desdobramento do problema e a resposta dada por Bosi no tempo. Os termos do debate deram-se em virtude de um sarau feito com poesia marginal, em um dia, e noutro, os críticos comentaram o que viram e ouviram, em uma tentativa de compreensão do novo fenômeno poético daqueles tempos. O que confirma a intuição de que o problema esboçado em “O círculo mágico” espraia-se singularmente nas opiniões posteriores de Bosi. Dizia ele, evocando o legado de seu *O ser e o tempo da poesia*, que, por sinal, foi o mote de praticamente todas as colocações do debate, dadas a herança das

¹²⁹⁸ Ambas as citações in: MACEDO, José Marcos Mariani de. “Posfácio” in: LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000, p. 175 (grifos do autor).

estéticas de Hegel e Croce, que a expressão poética “é uma expressão artística que está no plano da visão, da intuição e do sentimento”. Dados esses momentos de criação, a poesia resultante poderia infundir duas atitudes, isto é, ela espelharia ou negaria a ideologia dominante. Daí que passa, agora, a definir a poesia lida no colóquio, indicando o “coloquialismo”, o seu caráter antiliterário, confundindo-se com a “imediatidade do sentimento”. Os poetas apelariam para elaborações imediatas do fundo inconsciente. Daí: “há o momento em que se esquece, realmente, da poesia como construção e ela [a poesia] se transforma, exclusivamente, em expressão. Expressar é dizer, dizer é viver, e não há mais mediações construtivas”. “*Teríamos, dentro de uma concepção mais tradicional, até um pouco de escrúpulo em considerar isso como poesia*”¹²⁹⁹.

Grosso modo, voltando-se para o Freud de *A interpretação dos sonhos*, Bosi indicava o trabalho de condensação, substituição ou deslocamento, enfim, oriundos do inconsciente (dos sonhos) e, ao mesmo tempo, instâncias “produtoras” da “metáfora” e da “metonímia”, dois dos principais *tropos* da literatura, trabalhos do sonho efetivamente, e, como parece evidente, parte do trabalho do literário. Se há trabalho no inconsciente, a tentativa de efusão direta dele seria em si mesmo uma violência, segundo Bosi, um ataque de imediatidade, daí suas palavras, que têm todo interesse da crítica. Haveria “trabalho no sentido da universalidade da experiência”, em que “aquela experiência extremamente individual é trabalhada para chegar ao plano universal”¹³⁰⁰. Faltaria na perspectiva daqueles poetas ali discutidos, uma relativização em termos de inconsciente mesmo, da expressão poética, que universaliza a experiência individual, por isso, o trabalho da poesia media o Eu em seu solipsismo a um virtual Eu contingente *fora dele*. O problema é tão sério que Bosi chega a se perguntar se seria possível, antropologicamente, “a vida comunicar-se sem uma forma”. Tal seria a necessidade das máscaras, apontada em sua análise de Pirandello? Conclui: “(...) é uma expressão limite. Importante é que a gente tenha um certo equilíbrio histórico para saber que a expressão limite, tanto pode ser o começo de um grande fracasso, como pode ser a fronteira para uma outra linguagem (...) [nesse sentido] a crítica tem de ser a ancila da poesia”¹³⁰¹.

¹²⁹⁹ Dossiê Rebate de Pares in: *Remate de males*, n. 2, 1983, p. 78 (grifos meus). Em tempo: o debate deu-se sob a coordenação de Modesto Carone, dele participaram Alfredo Bosi, Benedito Nunes, João Alexandre Barbosa e Boris Schnaiderman.

¹³⁰⁰ *Id., Ibid.*, p. 80.

¹³⁰¹ *Id., Ibid.*, p. 94.

Bosi manipula conceitos oriundos da psicanálise, o ramerrão de uma teoria da expressão do inconsciente, cuja “função simbólica” estaria diretamente relacionada à mediação. “O simbólico é a mediação universal do espírito entre nós e o real; ele pretende exprimir antes de tudo a não imediatidade de nossa apreensão da realidade”, diz Paul Ricoeur¹³⁰². Há duas dimensões consignadas na concreção do signo: a “dualidade de estrutura do signo sensível e da significação que ele carrega”, e há a “dualidade intencional do signo”. No seu estudo sobre a dimensão do mal, estudada em *Finitud y culpabilidad*, e usado com muito proveito por Bosi na tese sobre Leopardi, Ricoeur dirá que as expressões dessa esfera sempre foram referidas *indiretamente, analogicamente*. Recordando Freud, todo “ser que dorme” é um poeta, diz Ricoeur. Bosi acrescenta apenas que se ele quer ser um *bom* poeta, sua obra quer-se mediada, daí o lugar do símbolo, que é o lugar entre o Eu e o Outro. Para terminar, não deixa de ser sintomático que um autor coeso a essa perspectiva, Croce, aponte em sua *Aesthetica in nuce*, na resposta de Enéas em vista da saudade que sentia de Heleno, extraída dos versos de Virgílio, seu sentimento que não são mais “do poeta do que nosso”; “o sentimento se converteu todo em imagens, naquele complexo de imagens, e é um sentimento contemplado, e portanto resolvido e superado”. Assim: “a poesia não pode ser chamada nem sentimento sem imagem nem a soma dos dois, senão ‘contemplação do sentimento’ ou [mesmo] ‘intuição lírica’”¹³⁰³.

Qual seria o problema então desses artífices da palavra imediata? Uma falta de perspectiva histórica e estética do fazer literário; falta de perspectiva que indica também um horizonte acanhado de conhecimento da tradição, que estaria por trás das concepções operacionalizadas por esses poetas. Nisto, fica clara a efusão por Bosi defendida: “[o poeta deve] saber o que outras pessoas fizeram com seus sentimentos, o que os grandes poetas fizeram com sua matéria prima existencial, para conhecer as formas que a cultura lhe dá”.

O primeiro modo de entender os textos de Bosi, nessa perspectiva, é lê-los em função dos estilos conhecidos como pós-modernos. De outro modo, diremos que ele estaria envolto nas relações vincadas nas propostas dos chamados “Estudos Culturais”,

¹³⁰² RICOEUR, Paul. *Da interpretação*. Ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977, p. 20. Em *A metáfora viva*, Ricoeur lembra que Jakobson “sugere que se coloque ao lado da contiguidade o deslocamento, que seria metonímico, e a condensação, que seria sinedóquica, e do lado da similaridade a identificação e o simbolismo”, p. 274.

¹³⁰³ CROCE, Benedetto. *Aesthetica in nuce*. São Paulo: Ática, 2001, p. 156.

que no Brasil de algum modo atravessam instâncias comuns de apreciação estética, mas são objeto de origens distintas de sua congênere americana e europeia. As demandas são as mesmas, ou seja, apela-se, dentre outras coisas, para uma maior presença de autores “descentralizados” do processo de vida cultural (do cânone), bem como pelas exigências de grupos minoritários.

O fenômeno lido, porém, no horizonte do livro *Poética do pós-modernismo*, de Linda Hutcheon, e outros artigos que se tornaram conhecidos ao longo desses últimos anos, denunciam que as formas literárias da perspectiva (norte-americana) não são congruentes à da outra (brasileira).

Analisando os estudos literários na chamada “Era dos Extremos”, expressão que Eric Hobsbawm cunhou para descrever o breve século XX, Bosi salienta que vivemos uma “fase de provação”, sintagma de significado interessante, retirado do contexto bíblico, de onde saiu: por isso, Bosi se pergunta: “o que estaria acontecendo com a cultura letrada no universo aparentemente caótico que se dá aos nossos olhos neste fim de milênio? Haveria um eixo de polaridades mais visível ou mais significativo? Haverá método na loucura?”¹³⁰⁴. Sua resposta não é muito animadora porque vê que talvez o eixo de significações estivesse propenso a sujeitar-se ao “indivíduo-massa”, e não ao “indivíduo diferenciado”. Portanto, a adição mais visível se daria em torno do mercado propriamente dito, manipulado pela “generalização da mercadoria”, pouco ciente do caráter “*especular*” e “*espetacular*” dessa literatura. Os termos já indicam qual o movimento operado pela crítica de Bosi: trata-se da forma literária, subsumida a sua ausência de “mediação”. Termo que repetirá algumas vezes em seu texto¹³⁰⁵.

Para Bosi, parte da crítica literária e da nova literatura estaria imersa em um pacto que privilegiaria o caráter especular do signo em contraposição à sua opacidade. Isso indicaria mais que qualquer outra coisa que a literatura trafega pela via da mediação:

uma literatura transparente, no limite sem mediações, uma literatura de efeitos imediatos e especiais, que se equipare ao cinema documentário, ao telejornal televisivo, à reportagem ao vivo. Uma explosão de imediatidade e uma correlata implosão do descritivismo estilizado que a

¹³⁰⁴ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 249.

¹³⁰⁵ Com a ironia que lhe é tão própria, Steiner dirá ainda uma vez mais: “se a *mimesis* é a força necessária e *suficiente*, porque não é então a fidelidade e termos de reprodução o auge do mérito estético?”, in: *Presenças reais*. Op. Cit., p. 182 (grifos meus).

*escrita realista, vinda dos ideais literários do século XIX, construiu como mimesis da realidade histórica*¹³⁰⁶.

Respondendo a Moura, Schwarz e outros analistas de Bosi. Ainda aqui estamos no espaço abstrato da descrição objetiva, que não elege nenhum exemplo para esclarecer o leitor de modo mais claro. Bosi prefere, como diria em entrevista, anunciar, antes, sua proposta, do que simplesmente mostrar exemplos, no que é muito gentil, mas impede, com isso, obviamente, que os termos do debate se aclarem pontualmente.

Há que se lembrar que esse texto é uma retomada de seu parente mais próximo, “Poesia e resistência”, embora escrito 22 anos depois. Havia muita coisa pressuposta ali, e é preciso ainda retomar na feição textual, a valorização do *meta*-discurso, parte da literatura que pode ser lida como *prelúdio* dessa nova lide literária. Repito a citação porque pode ser esclarecedora:

A linguagem traz em si o estigma da separação. É preciso, às vezes, resignar-se a mais essa pena. Pensando assim, já não me impaciento, como outrora, quando ouvia dos críticos estruturalistas em coro hinos e hosanas à metalinguagem. Tudo tem a sua hora: falar sobre a fala, poetar sobre a poesia, medusar-se no signo, são tendências fortes do espírito moderno que, no limite, como ensinou Hegel, *bloqueariam o discurso representativo e emotivo*. Na verdade, não o fazem de todo por mais que o tentem. *A dialética que pulsa na vida da poesia não é diferente da dialética social: como esta, não supera sem conservar*. No seu momento sintético e resolutivo, o trabalho mitopoético também nega a negação. Se a metalinguagem apaga, por um átimo, *o conteúdo vivido do signo, o processo total do poema apaga a mão que apagou; e deixa emergirem, filtradas mas potenciadas na sua essência, a figura do mundo e a música do sentimento*¹³⁰⁷.

Parece que o projeto esboçado aqui indica o fulcro do que Bosi entende por *forma literária*, isto é, aquela junção entre a “individualidade singular”, manifestada na *vontade de comunicar* que ela, a forma, participa e, ao mesmo tempo, condiciona. De ressonâncias lukacsianas¹³⁰⁸, esse conceito perpassa a formulação de Bosi no que se refere à História, apontando a literatura como participante de uma longa e cultivada

¹³⁰⁶ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 249 (grifos meus).

¹³⁰⁷ STP: 76 (grifos meus).

¹³⁰⁸ Assim se lê em um texto de 1909: “qualquer *experiência* já é vivida, senão em um certo grau, *sub specie formae* e os *conteúdos da memória*, observação, a construção psicológica, que seriam matéria imediata da criação, ainda se vinculam muito estreitamente à possibilidade da representação formal. A forma autêntica de um artista autêntico é *a priori*: é uma forma constante face às coisas, é uma condição necessária para que as próprias coisas possam ser percebidas pelo artista”, Lukács, Apud, LIMA, Luiz Costa. “A análise sociológica da literatura” in: *Teoria da literatura em suas fontes*. Op. Cit., p. 679-680.

série de *obras singulares*. Esse aspecto é importantíssimo, visto que rompe, por parte do Autor, com parcela significativa da crítica dita sociológica. Não seria demais retomar aquele texto em que Bosi indicava a ideia de que “escrever bem é uma exigência estética”, como fator ele mesmo indicativo de uma necessidade ética. A forma literária é reminiscência de um “trabalho”, e traz consigo toda a responsabilidade ética que o termo carrega.

Historiando a forma literária da poesia brasileira recente, Benedito Nunes apontava que a poesia marginal, para muitos críticos, dentre os quais Alfredo Bosi, destoava justamente por um *trabalho regressivo* em torno da forma, fato que contava em muito para a acusação de uma “política da insuficiência cultural” apontada por um e outro crítico:

A poesia marginal, dizia um dos críticos perplexos, o professor Alfredo Bosi, depois de ter assistido a um recital de poetas que honravam o título, no início da década de 1980, na Unicamp (...) era, apesar de seu significado sociológico, político e cultural, e apesar também das honrosas exceções, poesia *antiliterária, aquém da linguagem poética*¹³⁰⁹.

Mais ainda pode ser dito acerca do conceito de pós-modernismo, para Bosi. Sobretudo no caso da poesia pós-anos 50, o crítico não encarece em dizer que o conceito havia passado por mudanças. Para ele, trata-se de compreendê-la como ancorada em um efeito deveras suspensivo do literário. De modo que se aponta, nessa literatura, certo pendor acrítico, a que já nos referimos. É o que aponta Maria Lúcia de Barros Camargo:

O desencanto do crítico [Alfredo Bosi] é bem explícito: não encontra na literatura pós anos 50 – e nem poderia encontrar – as marcas valorativas de uma literatura que já não existe, que já não atende aos preceitos desejados, nem clássicos, nem modernos. Ressente-se tanto da falta de conteúdo, como de acabamento formal; depara-se com uma literatura que não cumpre uma função utópica, que não atribui sentidos, ou que não exerce a resistência às ideologias, tal como dantes¹³¹⁰.

Evidenciando, então, a contundência da crítica bosiana, Camargo sugere certa mudança de perspectiva no próprio conceito de literário, mudança advinda da nova presença dessa poesia, que Bosi jamais endossa. Para ela, consoante ao que Bosi menciona na entrevista a Augusto Massi, citada pela pesquisadora, é evidente “que um

¹³⁰⁹ NUNES, Benedito. “A recente poesia brasileira: expressão e forma” in: *A clave do poético*. Op. Cit., p. 161 (grifos meus).

¹³¹⁰ CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. “Leituras impertinentes” in: *Revista Brasileira de Literatura comparada*. Rio de Janeiro: ABRALIC, n. 4, 1998, p. 130.

determinado projeto se esgotou a partir dos anos 50”. A autora particiona as afirmações em torno dos literatos dessa época em dois grupos distintos, “amb[a]s impiedosamente depreciativas”, de acordo com ela, em vista da postura de Bosi: “os *que citam*, em *lugar de lembrar*, e *aliam refinamento à falta de assunto*; e os que *dizem qualquer coisa ‘de qualquer jeito’*, *combinando ‘grossura’ e brutalidade das formas e conteúdos*. Constatando que ‘não há muito que esperar de uns ou de outros’”¹³¹¹. Embora o artigo de Camargo analise os rumos da poesia contemporânea, não se pode espriar todas as conclusões a que chega à crítica bosiana. Cremos, aliás, que não seria imponderado dizer que, para os poetas que Camargo analisa – Haroldo de Campos e Adélia Prado –, Bosi teria algo de positivo a dizer sobre eles.

Ora, aliado a esse projeto, Bosi compreende, segundo Camargo, um salto que vai da “literatura brasileira” para a “cultura brasileira”, o que talvez explique melhor sua rejeição tanto do rótulo “pós-moderno”, quanto de suas premissas conceituais. Trata-se, portanto, de uma dissociação da tradição em virtude de uma abrupta convicção de sua desnecessidade, de que seria patente um *desenraizamento cultural*, a que as palavras de Camargo já compactuavam:

A tais perguntas, a passagem que Bosi empreende da ‘literatura pela literatura’ para a ‘cultura brasileira’ como objeto de trabalho e reflexão parece responder. O crítico aponta, sem o dizer nem querer, para a interpenetração dos campos, para as discussões teóricas pós-estruturalistas, bem como para suas apropriações norte-americanas. Abre-se, na reflexão do crítico, o espaço da pluralidade, mesmo que para negá-lo e apesar da nostalgia da busca de um tempo perdido talvez para sempre¹³¹².

Não é apenas de literatura pós-moderna que trata Bosi, mas antes, como já referimos, a um estado de coisas que atinge a cultura brasileira como um todo. Estado de coisas este que foi descrito por Alcir Pécora como insígnia de uma necessidade patológica de auto-afirmação dos novos escritores, afim mesmo de um “efeito psicológico primário”, baseado em estratégias usuais de mercado, vulgarização da tradição, que beira às raias da irrelevância, de quem de fato não tem muito (ou nada) a dizer. Por isso, e paradoxalmente, “não parece haver nada relevante sendo escrito, essa é a mais provável razão desse poço, desse mar de coisas escritas”¹³¹³. Afere Pécora ainda

¹³¹¹ *Id.*, *Ibid.*, (grifos meus).

¹³¹² *Id.*, *Ibid.*, p. 131 (grifos meus).

¹³¹³ PÉCORA, Alcir. “O inconfessável: escrever não é preciso” in: *Sibila*. Ano 6, n. 10, 2006, p. 93ss.

que “a condição do escrever é a crise. A literatura que vale a pena que escreve responde pela destruição do escrito ou simplesmente já não responde nada”¹³¹⁴. A severidade alcança a crítica literária, contaminada pela mesma perfídia da literatura: “a crise aqui é a total falta de crise. A desistência da crise é a matéria básica de que se formam os *bodysnatchers* durante o sono da crítica. Eles são sempre gente boa, simpáticas, quase variantes sem mandato de vereadores e deputados, cuja habilidade profissional se mede pelo coeficiente de agilidade com que barganham os votos dos leitores pelo tráfego entre os agentes institucionais da literatura, vale dizer, grupos universitários de poder, *lobbies* de editoras, cadernos culturais da grande mídia, revistas literárias com algum público ou prestígio etc. O coeficiente de barganha se nutre da capacidade de estabelecimento de um círculo de cumplicidade, autoproteção e confirmação mútua entre todos os participantes do sistema de tráfego em questão”¹³¹⁵. Claramente afim ao que dissera Bosi: “surgiram, desde pelo menos os anos 70, uma literatura e uma crítica *feminista*, uma literatura e uma crítica de *minorias étnicas* (...) uma literatura e uma crítica *homossexual* (...) o que as diferencia é o público-alvo; o que as aproxima é o *hipermimetismo*, o qual, no regime de mercadoria em série, cedo ou tarde, acaba virando convenção”¹³¹⁶.

Mas, abra-se um parêntese aqui. Tanto o quadro esboçado por Bosi quanto o texto de Pécora talvez pequem pelo excesso e pela falta de dialetização quando condenam o todo da produção literária atual, no que concerne à produção por eles não abarcada. Em ambos os autores não se nomeia quem origina o problema, e essa omissão é prejudicial para quem deseja uma compreensão mais matizada do caso, como, aliás, já dissemos. Nesse sentido, faz bem consultar o artigo publicado por Leyla Perrone-Moisés, no qual avalia a produção recente (oposta) a esse mar de coisas a que se refere Pécora, chamada por ela de “mais exigente”¹³¹⁷.

¹³¹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 99.

¹³¹⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 97-98. Por certo, estado de questão semelhante permeia a universidade brasileira, mas estará assim tão disseminada? Como dissemos, no entanto, parte da USP respalda-se em uma posição diametralmente oposta a ela.

¹³¹⁶ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na Era dos Extremos” in: LR: 251 (grifos meus).

¹³¹⁷ PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Escritores (e leitores) exigentes” in: *Folha de São Paulo*, domingo, 25 de março de 2012, pp. 4 e 5. A estudiosa cita como promissores os nomes de Juliano Garcia Pessanha, Evando Nascimento, André Queiroz, Carlos de Brito mello, Nuno Ramos, Julián Fuks, Alberto Martins e José Castello. Obviamente que o apanhado é pequeno frente ao mar de coisas escritas, mas para o pesquisador, a pequena lista torna tudo muito mais fácil.

Entendo que a colocação de Bosi, em vista do valor estético (e político) dessas obras, pode ser pensado também no sentido de que, embora os *Cultural Studies* sejam originários de estudiosos marxistas, como Raymond Williams, o que poderia, em tese, garantir a empatia de Bosi, as subjetividades mobilizadas pela categoria de *diferença*, tais os que assomam nos textos acima, ainda estariam, em uma perspectiva mais radicalmente à esquerda, impelidas pró-mercado, elas estariam sendo engolidas por ele, por isso o peso que a palavra “convenção” carrega no trecho lido, o que indicaria acordos politicamente corretos, dada a demanda voraz do mercado produtor de mercadorias em série. Daí que, embora todos possamos ser diferentes, isso não diminui o fosso de desigualdade de classe que assombra a todos. A perspectiva final para quem pensa nesses termos seria mesmo a desigualdade social, não a falta de direito de ser individual, muito embora seja um problema salutar na esfera pública. As políticas de esquerda tenderiam, segundo Tales Ab’Saber, para as macrodesigualdades. Talvez seja isso que comova *mais* a perspectiva bosiana, e de outros intelectuais situados à esquerda.

Contrapondo. Recentemente Anderson Luiz Nunes da Mata, em tese defendida na Universidade de Brasília, pensou assim a questão: “o politicamente correto, assim como a pesquisa, padece apenas de falta de profundidade. A postura politicamente correta é caxias (por isso mesmo associada ao autoritarismo) mas é por meio dela que, na esfera pública, se consegue alguns avanços na proteção dos direitos das minorias”. Essa perspectiva estaria associada a “iniciativas [que se] resvalam em obstáculos relativos a uma cultura de exclusão bastante introjetada, o que não significa que não tragam ganhos”. Arremata o pesquisador: “voltando-nos para a literatura, caberia nela, então, o politicamente correto? Não, absolutamente, da mesma forma que não cabe a propaganda racista”¹³¹⁸. O que fazer com os textos pretéritos? Bosi menciona o caso jocoso da feminista que não queria publicar Homero por ser ele misógino. Ronaldo Costa Fernandes, estudando a ideologia do narrador, afirma: “o narrador só pode dar-se ao luxo de expressar os preconceitos de sua época se estes preconceitos têm alguma função dentro da obra e não são meras opiniões (...) a narrativa não pode ser tão ‘ascéptica’, sempre conterà as ‘impurezas’ da contemporaneidade”. Isto será ainda complementado com a ideia de que se houver um cruzamento da opinião do narrador

¹³¹⁸ MATA, Anderson Luiz Nunes da. *As fraturas no projeto de uma literatura nacional* (Tese inédita). Universidade de Brasília, maio de 2010, p. 59.

com o do autor, toda a tensão almejada pela narrativa se diluirá em “defeito”, “relaxamento”, “erro” e “indução”¹³¹⁹.

Complementando, diria apenas que o racismo (e também outras tantas misérias)¹³²⁰ cabe na ficção. Como parte da obra, o narrador não pode ser confundido com o autor. Essas misérias, portanto, caberiam desde que se pontuassem as personagens, ou a situação em que este racismo aparecesse, mediando-os por uma dialética que pudesse expor os termos sem pareceres maniqueístas, até mesmo como forma de resistência, via ironia. Não é disso mesmo que se trata? Foi esse o sentido discutido recentemente em torno de Hilda Hilst, de *O caderno rosa de Lori Lambi*, e de Philip Roth, de *A marca humana*, e o exemplo suscitado por Steiner é Louis Ferdinand Céline, notado colaboracionista do nazismo. Este problema conduz parte do que diz Sartre em *Que é a literatura?*, em sua negativa da existência de um romance *antisemita*, e que tem resposta de George Steiner no ensaio “Devastação”, de 1968, que, diga-se, não é lá nem um pouco otimista. Diz ele: “há agora uma boa dose de evidência de que a sensibilidade artística e a produção de arte não são barreiras para a barbárie ativa”¹³²¹. Vê-se que a questão está longe de ser resolvida. Feliz ou infelizmente, o que temos é a imaginação, e o apelo de Bosi é que a teoria não seja prescritiva, em relação à criação, o que não indica que a crítica não vá a contrapelo da moda, das convenções, e contra, talvez, algum desatino.

Trata-se de um exemplo dentre tantos que poderiam ser mencionados aqui, mas este é suficiente a nossos propósitos. Não se trata de outra coisa que não compreender a tentativa de conciliação entre a *forma* e a *intenção* pela literatura “promulgada”, se assim podemos dizer em torno deste verbo quase irrestritamente jurídico, mas que aqui ganha um impulso hermenêutico a partir da matriz fenomenológica, como parece ser bem o sentido inquirido por Bosi, sentido este escandido vigorosamente em “Narrativa e resistência”, e perfeitamente coeso com aquilo que se dizia em torno do ser da poesia,

¹³¹⁹ FERNANDES, Ronaldo Costa. *O narrador do romance*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 47-48.

¹³²⁰ Há que se lembrar da frase dita por uma personagem de “O poderoso chefão”, de Francis Ford Coppola, em que dizia ser, para a família Corleoni, notada família mafiosa e violenta, inviável traficar drogas, por ser isto uma “infâmia”(!). Este personagem diria então: “venda para os negros, são animais mesmo, que percam a alma”. Exemplos como este são a regra e não a exceção na literatura, e servem de mote para trazer o Espírito do Tempo para o centro da discussão.

¹³²¹ STEINER, George. “Devastação” in: *Extraterritorial*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 45.

quando se apontava seu caráter ambíguo, seu vigor *figurativo*, que “tem um passado que a constitui; e um presente que a mantém viva”¹³²².

Voltando à citação anterior. É preciso trafegar com cuidado para não cair nos subentendidos do texto. Bosi fala aqui de inúmeras instâncias que não a apenas metalinguística. O signo é força *mediadora* de *vivências*, de *sentimentos* e de *pathos*, via meios expressivos, que, no caso, o poeta pode exprimir. O signo opera em um nível existencial, portanto, transportando aqueles entes para a mediação que agora ocupa outro ponto na reta das experiências. Quer dizer, agora que o trabalho literário está feito, ele passará a integrar vivências outras, não só as do poeta, mas de quem se apossa delas. O amálgama de experiências dialógicas, de acordo com o que vimos até agora, são sentidos e exprimidos pelo “corpo”, pela “sensibilidade” e pela “imaginação”, todos termos usados por Bosi mais de uma vez. O conteúdo de vivência, fenomenologicamente, transporta-se para o outro: “o imanente (...) está em mim; o transcendente, fora de mim”, dirá Husserl¹³²³. O conhecimento só pode ser dado mediante a vivência psíquica, pela prática do sujeito *cognoscens*. Esse sujeito será, ele mesmo, um modo de vivência e experiência, quando expresso pela forma.

Por tudo isso, a *boa* literatura (termo igualmente de Bosi), por tudo o que representa, re-ensina a ver o mundo, pois são outros olhos que o vêem, trazendo o conteúdo outrora imanente no texto à consciência, pela experiência mediada de outrem. Nesse raciocínio, se a literatura procura apenas os índices do sucesso comercial e, dessa forma, evoca apenas aquilo que tem apelo no mercado, o que teríamos senão mais um (dentre os muitos) fetiches (sem expressão) da mercadoria? “A imaginação e o devaneio são a imaginação movida pelos afetos”, dirá Bosi, pensando justamente na alternativa à *despersonalização* ou *reificação* a que esta visão despersonalista e mercadológica relegou parte do literário na atualidade.

Tais quais as imagens do cinema, essa literatura puramente impregnada de imagens, por dispensar “as mediações literárias tradicionais”, e que “nos lançaria diretamente no mundo das imagens suscitadoras de efeitos imediatos. Brutalmente, fulminantemente”. Por um lado, podemos verificar que essa literatura de apelo

¹³²² BOSI, Alfredo. “Imagem, discurso” in: STP: 22.

¹³²³ HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 24.

consubstancia a pura “*imediação*”, o “documento bruto” ou a compra do “entretenimento passageiro” e “de superfície”¹³²⁴.

Creemos que não seria desarrazoado sugerir um exemplo amparado em tudo o que vimos até agora. O exemplo recai no lançamento do livro *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, que dista dois anos antes à publicação do texto bosiano. Em um artigo polêmico, denominado “*Cidade de Deus na zona de contato – alguns impasses da crítica cultural contemporânea*”, Paulo Jorge Ribeiro atualiza a polêmica que se deu quando do lançamento do filme. Em suas palavras:

Não é por menos que, ao aparecer nas prateleiras das livrarias com o aval do renomado crítico literário Roberto Schwarz e a orelha do livro assinada pela antropóloga Alba Zaluar, uma significativa discussão foi aberta a respeito do ‘estatuto literário’ contra o ‘caráter documental’ de *Cidade de Deus*. Tributários da tradição das *belles lettres* contestavam a fragilidade literária do jovem escritor que fora poeta marginal, conclamando esta crítica, em um tom oitocentista, para que novamente a Literatura Brasileira retornasse ao seu Cânone¹³²⁵.

Estava lançado o desafio de pensar uma ficção de extraordinário sucesso, alavancada pelo estrondo do filme cognominado. Parte dessa crítica acabou endossando algumas palavras de Bosi, embora, o Autor jamais ansiou um “retorno ao cânone” por si mesmo, pois não é de tradição exclusivamente de que trata seu ensaio. Trata-se, antes, de perceber de que forma os conteúdos simbólicos e afetivos são ampliados e repatriados pelas categorias vivenciais a que aludimos, ordenando os passos da forma literária.

Interessante notar também, com base agora em outro artigo, como esse repensamento da forma pronunciada pelo romance, qual o efeito dessa indefinição na crítica literária. Evocando o liame que separa a *importância* do romance de sua forma *falhada*, Luciana Artacho Penna afere o seguinte: “se todo romance bom é certamente ‘importante’, nem todo romance ‘importante’ é realmente bom: essa diferença, que de sutil não tem nada, torna-se ainda mais aguda quando se trata de comentar um romance como *Cidade de Deus*”¹³²⁶. No sentido em que pensa a dicotomia, Penna argumenta que críticos importantes viram no romance uma salutar contribuição para o debate acerca de

¹³²⁴ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 250 (grifo meu).

¹³²⁵ RIBEIRO, Paulo Jorge. “*Cidade de Deus na zona de contato – alguns impasses da crítica cultural contemporânea*” in: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Año 29, n. 57 (2003), p. 126. O texto de Schwarz, denominado “*Cidade de Deus*”, originalmente resenha escrita para o Jornal *Folha de São Paulo*, pode ser lido em *Sequências brasileiras*. Op. Cit., pp. 163-72.

¹³²⁶ PENNA, Luciana Artacho. “A bala e a fala” in: *Cult*, jan. 1998, p. 27 (grifos meus).

nossa sociedade igualmente falhada, quase colonial e abissalmente desigual, de que não deixariam de apontar, dentro da perspectiva desses críticos, a constituição esteticamente frágil do romance. Diz Penna: “quem o elogiou, parece ter defendido sua prosa como *defeito a ser desculpado* frente à importância da empreitada. É o caso d[a] melhor (...) análise feita por Roberto Schwarz”. Passa pela análise de Schwarz, segundo a então doutoranda da USP, com certa frequência, um elogio tímido do romance, que se nota pela prosa do artigo na época de seu lançamento. Sob o signo da “malandragem”, retomando aí, o antigo texto de seu mestre Antonio Candido, Penna aponta na análise de Schwarz certa timidez em mostrar *Cidade de Deus* como fundamental para o cenário do romance brasileiro. Porém, o mesmo crítico, que já havia feito uma antologia sobre literatura e pobreza, não deixa de ver no livro sua fratura estilística. Penna cita trecho de seu artigo: “embora destoando da ‘prosa bem feita’. ‘Seja como for’, trata-se de um acontecimento da maior importância etc”... Para propor a timidez que o compõe: “ao opor a eficácia ‘final’ da prosa (‘que no conjunto funciona vigorosamente’) à expressão ‘prosa bem feita’, o crítico parece defender a ‘intenção’ da grande empreitada como uma desculpa aos defeitos da prosa que lhe dá corpo, *duvidando de suas qualidades mais miúdas*”¹³²⁷.

Paulo Jorge Ribeiro ressalta a importância da participação do autor como favelado, uma voz vinda do deserto. Este fato foi amplamente discutido pelos leitores e críticos de Paulo Lins, cujos comentários apontavam, paradoxalmente, para a fatura estilística do livro, lendo-a como evento absolutamente *extraliterário*. Isso poderia ser visto, de acordo com as palavras do antropólogo Clifford Geertz, como se o livro se constituísse em uma experiência vinda de “lá”, isto é, importando reconhecer a voz nunca antes ouvida de um ex-favelado, a partir de uma posição etnográfica, dentro também de uma vivência do autor, daí que: “formulavase (*sic*) a hipótese de que Lins realizara em seu volumoso livro, com maestria, uma ‘perspectiva de dentro’, ‘neonaturalística’ da violência e da pobreza no Rio de Janeiro contemporâneo”¹³²⁸.

De fato, pela perspectiva das teorias pós-modernas, cremos que o livro de Paulo Lins pode ser inscrito nessa tendência “hiper-mediadora”, cujos aspectos mais salientes podem ser pensados, junto a Linda Hutcheon, em torno dos “aspectos de *sobreposição*

¹³²⁷ *Id.*, *Ibid.*, p. 28 (grifos meus).

¹³²⁸ RIBEIRO, Paulo Jorge. “*Cidade de Deus na zona de contato* – alguns impasses da crítica cultural contemporânea”. Op. Cit., p. 126.

que me parecem mais evidentes [e que se] referem aos paradoxos estabelecidos quando a autonomia estética e a auto-reflexividade modernistas enfrentam uma *força contrária na forma de uma fundamentação no mundo histórico, social e político*¹³²⁹. Ou seja, a perspectiva de quem critica a favor do livro, em alguma medida, se coaduna com os *interessados na política* que se resvala na ordem do país, dando a ver que questões de forma passam longe da crítica que o leu, e que o romance representaria. Daí a distância entre intenção e vigor formal. Para os críticos positivos da vertente pós-moderna, em outras palavras, a forma falhada satisfaz agora ao imperativo que os novos tempos anunciam em torno desse novo homem, antes não representado literariamente. O mesmo se daria, em outro diapasão, para o caso de Carolina Maria de Jesus. O (des)ajuste entre *forma* e *vida* seria dado pelas palavras de Fernando Meirelles, diretor do filme *Cidade de Deus*, baseado no livro, quando disse que sua película não foi *inventada* – bastava *filmá-la* – o problema encontra-se, segundo ele, na realidade.

Assim, o livro encampa a “‘estética da violência’, destituída de mediações e contextualizações, em mais de um ‘(...) espetáculo da impotência do ‘sem saída’, ou mais especificamente, passando de uma ‘estética’ a uma ‘cosmética’ da ‘fome’, da apropriação da temática local por uma estética ‘internacional’”¹³³⁰.

Para melhor nos situarmos. O entendimento de Bosi, nesse sentido preciso que falamos, indica que parte da nova literatura espelha os dados do real de forma espetacular, midiática, desfavorecendo o exame e a perspectiva dos valores, sob o “risco” da “indistinção”. Por isso, em alguns casos, a real ausência de trabalho ficcional exprime uma carência cultural.

Parte da Universidade brasileira pontuou suas análises, segundo Bosi, apenas em função de seu conteúdo, essa é uma inquirição que o Autor vem fazendo desde o começo de seu texto. Onde a *forma*? De algum modo essa concepção resvala-se no livro de Lins, muito parecido no tom a uma reportagem-denúncia, onde o trabalho de linguagem é pouco afeito ao trabalho literário propriamente dito.

A *forma literária* perderia, na ótica de Bosi, então, sua contundência afetiva e estética. O aspecto a que tanto se pronunciou positivamente ao longo de sua crítica, perderia sua eficácia, já que o estrato de vivência não viria mediado pelo trabalho do

¹³²⁹ HUTCHEON, Linda. *Poéticas do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 11 (grifos meus).

¹³³⁰ RIBEIRO, Paulo Jorge. “*Cidade de Deus na zona de contato* – alguns impasses da crítica cultural contemporânea”. Op. Cit., p. 130.

escritor. Por isso, Bosi não adere a ela. “O brutalismo corrente na mídia entra na ficção contemporânea mediante uma concepção e uma prática *hipermimética do texto* (grifos meus). E, na medida em que os diversos *espaços sociais* que a reproduzem e a consomem são descontínuos e heterogêneos, foram-se criando *subconjuntos enquanto todos retomam a concepção hipermimética da escrita*”¹³³¹. A essa acepção hoje tão corrente, Hal Foster chama de “Retorno do real”, em um texto famoso. Lembramos que a perspectiva da teoria do chamado “hipermimetismo”, pronunciado por Bosi no texto, já é de longa data¹³³².

O que realmente importa a Bosi, aqui, é perceber como a Universidade perdeu a perspectiva de seu objeto. Em toda a trajetória de Bosi, a conjunção de forma e conteúdo se resvalara em um funcionamento de constante sinergia. A literatura assume esse valor em que tempo e ser – a alma e a carnadura do texto – estão imersos um no outro, como vínculos indissolúveis do trabalho estético do autor. Por isso, a perplexidade de Bosi em saber que, na Universidade, bem como no mercado, “há um discurso entre acadêmico e mercadológico que valoriza esses vários subconjuntos *exclusivamente em função dos seus conteúdos*”. Eis o conteudismo redivivo:

O conteudismo, que o formalismo estruturalista acreditava morto e enterrado para todo o sempre, mostrou, na cultura contemporânea, que resistiu e está muito bem de saúde. *Que o digam os estudos culturais nos Estados Unidos, mas também nas suas periferias, substituíram a interpretação literária e a crítica estética pela exposição nua e crua do assunto, valorizando-o, se politicamente correto, e condenando-o, se politicamente incorreto*¹³³³.

De resto, já deixamos expresso como essa perspectiva é disjuntiva para o Autor, pois o verdadeiro trabalho ficcional e crítico necessita de uma “suspensão da descrença” que saiba acolher, no jogo dos valores, bem como na “larguesa de julgamento”, o árduo problema posto entre ideologia e poesia, como se pronuncia o texto que vimos estudando.

Assim, também os Estudos Culturais, na ótica bosiana, subsumiram seus estudos em torno da denúncia puramente conteudística, sem que a mediação literária, objeto

¹³³¹ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 251.

¹³³² FOSTER, Hal. “O retorno do real” in: *Concinnitas*, ano 6, vol. 8, julho 2005, pp. 162-86. Noto que a perspectiva do chamado *Hipermimetismo* está presente nas reflexões brasileiras desde pelo menos o texto de Anateresa Fabris “Hipermimetismo ou a estratégia do olhar”, publicado na mesma revista e quase na mesma data que Bosi publicou parte de seu *O ser e o tempo da poesia*. Cf., Revista *Discurso*, n. 6, ano V, 1975, pp. 201-204.

¹³³³ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos”. Op. Cit., p. 251. (grifos meus).

próprio da crítica, pudesse pronunciar sua real contribuição. Não seria outro receio que cingiria essa fala, aqui, já que o respeito que Bosi mantém pela *causa* persiste. Contudo, não deixa de apontar que o perigo disso é justamente a perda de perspectiva, o decretar a morte do fenômeno literário, em troca de substituir o fenômeno propriamente literário pelo puro registro antropológico.

Voltando agora a um texto que estima sentido semelhante dado aos Estudos Culturais, “Por um historicismo renovado”, do qual já fizemos menção mais de uma vez, Marcelo Paiva de Souza, compreendendo a nota pessoal do texto, bem como a sinalização, *positiva*, segundo ele, para que ventos novos soprem e renovem por dentro a forma como opera, no Brasil, a historiografia literária brasileira, o pesquisador aponta que a nota mais agravante desse debate se dá em torno do desatino entre o corte epistemológico contemplado por Bosi, de um lado, e, de outro, a afirmação peremptória, da qual não se exprime nenhum exemplo daquilo que ele entende por essa crítica *pós-moderna*, ou mesmo, e ainda, por aquilo que ele entende por uma literatura chamada hipermimética. Nas suas palavras, “que autores, entre todos que por isto ou aquilo passam por praticantes dos estudos culturais, tratam a obra literária como instrumento de *lobbies*? Que obras, entre todas que de algum modo podem ser associadas aos *Cultural Studies*¹³³⁴, fazem pouco dos nós conceituais que amarram sociedade e literatura? Não sendo embora o caso de tomar partido na tediosa controvérsia, vem a propósito indagar que benefícios se auferem desse duelo em efígie, dessa quizília com um rótulo”¹³³⁵. De novo, como já advertira Schwarz sobre algumas passagens de *Dialética da colonização*, fica faltando a Bosi, na messe de seu texto, segundo seus interlocutores, a oportunidade de identificar os nós que ele mesmo pretende desatar. O texto acaba aurindo do silêncio e do hiato aquilo que se anuncia e aquilo que pretende destruir; tal, já se disse por quê. Ele me diria que, de algum modo, a sua preferência atualmente ocorre em autores de alguma tradição realista, como Machado de Assis, ou Graciliano Ramos, ou mesmo a Nabuco, de prosa correlata, mas não deixou de mencionar João Carrascoza, Raduan Nassar e Francisco Dantas como autores de peso

¹³³⁴ Souza refere-se ao seguinte trecho do mencionado texto de Bosi: “no século XX, quando a prática dos Estudos Culturais (*Cultural Studies*) se arrisca de novo a simplificar as relações entre literatura e sociedade, vale a pena retomar os nós conceituais da questão”, p. 11 do ensaio.

¹³³⁵ SOUZA, Marcelo Paiva de. “A centopeia, o ranheta e outros bichos: sobre historiografia literária brasileira hoje” in: www.ucm.es/info/especulo/numero31/centope.html . Publicado originalmente na revista *Espéculo*. (Consulta em 30/01/2012).

no cenário atual da prosa brasileira. Mas isso soa pouco produtor, obviamente, pois não se está falando de profetas, mas de críticos, analistas, historiadores, predicados que, por sorte, reúnem-se no mesmo homem. O mesmo se poderia dizer em termos de literatura latinoamericana, de Julio Cortázar.

No texto anterior ao citado, observe-se o corte epistemológico operado por Bosi, e o paralelismo entre, de um lado, “literatura” e, de outro, “crítica”. Ambos alojam, no mesmo campo semântico, a perda da perspectiva do *valor* do literário, na medida em que aqueles entes envolvidos na trajetória dessa linha de pesquisa, segundo Bosi, acabam implodindo o decoro da obra literária que foi submetido às políticas identitárias, quer dizer, na defesa dos lugares de “iguais”. A literatura sendo vista como espaço público de defesas de direitos, algo especialmente salutar e compreensível nesta era dos extremos. O problema é quando virtude vira vício, ou seja, quando os pares começam a se elogiar e perder de vista o “corte” no real mesmo que o literário se propõe a fazer, e faz efetivamente, dando pendor a práticas que, nas palavras de Bosi, se resvalam nas mercadorias em série, no que viraria tarde ou cedo convenção. Essa prática, não há dúvida, pode ampliar o espaço da tolerância visível na esfera pública, embora ainda se incorra no erro de perspectiva em torno do literário.

Por isso, o ato de resistência, aqui, reside na conciliação entre os extremos do conteúdo e da forma literária, delineando o real sentido que os termos poesia e ideologia carregam consigo, bem como a certa medida de afastamento do crítico frente a seu objeto, não dando vazão ao decoro da obra. Nesse aspecto, o que está por trás do conceito de crítico literário é que seu lugar, em certa medida, é um lugar *universalista*, muito embora isso pouco seja falado hoje em dia, na medida em que lida com valores que são humanos, valores que estão na esfera da intencionalidade, que Bosi intui no texto. É um trabalho de estabelecimento de valorização *na cultura*. Por isso, Bosi chama a atenção ao que concerne à palavra “convenção”, quando menciona os agentes que lidam com a “tradição cultural”; ou com sínteses que requeiram o quadro de uma “literatura formativa”, como é o caso da perspectiva de Candido, para quem o texto de Bosi se inscreve em sua homenagem; ou mesmo, com os fenômenos da ordem do simbólico. Em tempo: o analista deve “examinar em profundidade o fenômeno da convenção. Não há consolidação de estilos, não há tradição cultural sem a vigência de certos padrões temáticos e formais”. No universo dessa concepção literária contra a qual Bosi se insurge, os padrões convencionais persistem, embora, segundo ele, não sejam

confessados: “ora, é pela análise da convenção (que subsiste, não confessada embora, na prática do hipermimetismo) que alcançamos o outro pólo deste universo pós-moderno de extremos”¹³³⁶.

Há outra perspectiva, talvez mais complexa, localizada no outro extremo do hipermimetismo, mas que também mistifica, segundo Bosi, os índices que estamos estudando: a “hipermediação”. Parece-nos muito apropriado acoplar o conceito destacado por Bosi pelo de “espaço paraliterário”, esboçado por Linda Hutcheon, quando cita Rosalinda Krauss. Dimensionando: “o espaço paraliterário é o espaço do debate, da citação, do sectarismo, da traição, da reconciliação”, por isso mesmo, ele “não é o espaço da unidade, da coerência ou da resolução no qual pensamos como constituinte da obra de arte”¹³³⁷. Em suma, para Bosi: “é o maneirismo pós-moderno feito de pastiche e paródia, glosa e colagem, em suma, refacção programada de estilos pretéritos ou ainda persistentes. Este também é, diz Bosi, um fenômeno da cultura globalizada e se verifica em todas as artes”¹³³⁸.

Bosi cita o caso do maior *shopping center* de Lisboa, cuja mescla de estilo de citação é justamente “a mistura de clássico, barroco, neo-romântico, modernoso, onde se aglutinam colunas e arcos, torrinhas e pastilhinhas. Rosa-choque e amarelo-pimpão, verde-bandeira e roxo-procissão”, que é precisamente a “arquitetura de citação”. Fechando o círculo, é interessante notar que os termos que hoje definem o pós-moderno são justamente extraídos da arquitetura, como demonstra Hutcheon e outros¹³³⁹.

Aqui, no campo do *hipermimetismo*, crítica literária e literatura caminham juntas. Bosi ainda adere a ela o *Desconstrucionismo* como parte indefectível de sua visada. “Ora, o que há de citação ou de alusão nas dobras do romance ou da poesia hoje corresponde ao que há de análise retórica desconstrucionista na crítica literária”, “concepção paroxística de intertextualidade” e “no limite, a morte do autor auspiciada”. Notemos que esses espaços citados por Bosi estão no mesmo horizonte de onde partia sua crítica 22 anos antes. Essas medidas críticas de algum modo resumem o campo de atuação dessa tendência crítica, junto às correntes críticas pós-modernas. Ainda em

¹³³⁶ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 251-52.

¹³³⁷ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Op. Cit., p. 28.

¹³³⁸ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 252.

¹³³⁹ Além do livro de Hutcheon, Cf. XAVIER, Denise. “Pós-retórica ou emancipação...? Arquitetura em questão” in: GUINSBURG, J. et BARBOSA, Ana Mae, (Orgs). *O pós-modernismo*, Op. Cit., pp. 189-214.

tempo: ela nada teria a dizer sobre, por exemplo, de um poema de Dante, ou sobre a ficção de Machado de Assis. Nada sobre Homero ou sobre Shakespeare¹³⁴⁰.

Ambas as visadas estilísticas estão aquém ou além da “consciência mediadora”, segundo Bosi. “*Esta, de fato, se acantona em uma faixa estreita e incômoda de resistência, que ora parece saudosista, ora utópica, nunca perfeita e cabalmente contemporânea do seu próprio tempo*”¹³⁴¹. O que Bosi reconhece como um conceito perfeitamente literário estaria envolto naquela congruência de “criação individual e tradição cultural”. Em outros termos, o sujeito criador aposta na coerência da “dialética forte e, ao mesmo tempo, delicada, de *indivíduo e sociedade, escrita e cultura, imaginação e memória social, invenção e convenção*”. São, todos eles, fatores que atravessam a consciência crítica e criadora.

Em torno disso, Bosi dirá que ao crítico de hoje não resta outra opção senão “compreender resistindo e resistir compreendendo”, já que “em face da máquina especular e espetacular posta em ação pelo capitalismo ultramodernista, é preciso exercer a mediação da memória”. Daí que fatores culturais e individuais se projetem como na teia de pulsões e instituições que a psicanálise vem descobrindo e descrevendo com certa perspicácia desde o fim do século XIX. Para viver os riscos da modernidade, cabe ao sujeito pensar e sentir e também escrever que “é preciso exercer a mediação da memória”, que, “desde Homero” se vem constituindo como tradição literária, produzindo a “tensão fecunda entre a criação e a tradição, sem a qual o *imediatos é sempre violento*”¹³⁴².

A posição é a mesma quando se refere à “retórica pós-estruturalista”, alheia à “consciência estruturante” do sujeito, de que fala Starobinski, citado no texto, alheia também ao “escavamento da experiência individual”, tão cara àquela perspectiva que poderia, Bosi *dixit*, abrir caminhos sólidos às novas experiências salutares da (pós)modernidade.

¹³⁴⁰ George Steiner assim se exprime em torno da questão que atravessa o Desconstrucionismo: “mesmo quando é manipulada por grandes talentos, a desconstrução tende ou a aplicar-se a textos marginais (Sade, Lautrémont) ou a obras secundárias de um grande autor (Barthes sobre a *Sarrazine* de Balzac). Os textos clássicos da desconstrução, em Derrida ou Paul De Man, são ‘leituras errôneas’ não da literatura mas da filosofia (...) As máscaras que tentam arrancar são as cingidas por Platão, por Hegel, por Rousseau, por Nietzsche ou Saussure. A desconstrução nada tem a dizer-nos de Ésquilo ou de Dante, de Shakespeare ou de Tolstoi”, in: *Presenças reais*. Op. Cit., p. 118.

¹³⁴¹ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 253-4 (grifos meus).

¹³⁴² *Id.*, *Ibid.*, p. 254.

Desdobramentos finais do conceito.

Uma frase polêmica de *O demônio da teoria*, de Antoine Compaignon, acompanhará as reflexões seguintes nos termos por ele mesmo explicitados em seu livro. Diz ele: “a teoria literária (...) é inseparável de uma crítica da ideologia, que teria como propriedade a certeza, isto é, ser natural, ao passo que, na verdade, é cultural (...) a *mimesis* faz passar a convenção por natureza”¹³⁴³. O conceito então até aqui estudado será desdobrado por Bosi com a publicação de *Ideologia e contraideologia*, em 2011. Observado de longe o livro parece desfimado do solo de onde os livros de Bosi sempre tráfegaram, com a possível excessão de parte de *O ser e o tempo da poesia* e também de *Dialética da colonização*. Porém, o leitor desses livros já se apercebia que a análise bosiana ia se avolumando em direção às fontes da ideologia, veio para o qual a poesia em particular, e a literatura em geral, tráfegam.

O assunto que permeia agora as reflexões de Bosi dá-se no sentido de vincular o conhecimento da ideologia de forma um pouco mais sistematizada. Notemos que o assunto da ideologia é bastante comum na perspectiva filosófica recente, e foi alvo de mais de uma dezena de autores. A proposta de Bosi inova no que se refere à proposição do conhecimento de sua contraparte dialética, a contraideologia. Na época do lançamento, Rodrigo Duarte sublinhou esse caráter no livro, no sentido de colocar-se entre o grande ensaio e o tratado. Não é apenas essa faceta que o contrapõe aos seus congêneres.

Pode-se dizer que o que mais o diferencia intelectualmente dos outros livros que lidam com o mesmo tema da ideologia, é mesmo sua “constante preocupação de cotejar os acontecimentos histórico-culturais europeus, desde o fim da Idade Média até o presente, com a realidade exterior à Europa, principalmente o Novo Mundo, com atenção especial ao Brasil”¹³⁴⁴. De fato, comparando a maioria das obras disponíveis sobre o assunto, uma das saliências mais notáveis que se depreende delas é a força de abstração, sem localizar específica e concretamente o local de ação da ideologia. Bosi aponta que caminham juntas a “capacidade analítica” e a “interpretativa”, desde que isso seja mediado pelas concreções históricas.

Rodrigo Duarte notou ainda que os temas que discuti ao longo do trabalho são tratados aqui com particular interesse, até porque o espaço destinado à ideologia nas

¹³⁴³ COMPAIGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: Edufmg, 2001, p. 106.

¹³⁴⁴ DUARTE, Rodrigo. Resenha a “Ideologia e contraideologia”, in: *Cult*, Ano 13, n. 149, p. 42.

obras anteriores, embora grande, ainda carecia de longos fios argumentativos, e precisaria também de encetar-se na análise certo tempo dedicado aos fatores contraideológicos, de que “literatura e resistência” é um dos aspectos, o mais visível em sua obra.

Em “Arqueologia do Estado-Providência – sobre um enxerto de ideia de longa duração”, Bosi lança mão de recursos de historiador para estudar como o Estado brasileiro absorveu durante muitos anos, certo movimento de continuidade em torno de ideias positivistas, tão fortes no Brasil novecentista – o que acabou por contribuir para que o Estado criasse uma saudável relação com o país, na sua concepção, ou “a arqueologia da modernização brasileira, tal como se deu, promovida por um Estado centralizador”¹³⁴⁵.

Claro que desde então o Brasil repensou o papel do Estado por diversas vezes, e a aposta liberal no final do século XX é muito eloquente a esse respeito. Porém, não seria muito difícil dizer que o que o positivismo trouxe foram marcas que se estenderiam por muitos anos, como o subtítulo do texto deixa entrever.

Em “Poesia *versus* racismo”, constante em *Literatura e resistência*, Bosi inicia a continuidade e o possível rompimento entre os termos da ideologia do racismo e a poesia *fin-de-siècle*. O caso de Rimbaud, citado ao longo do texto, é paradigmático.

Em *O ser e o tempo da poesia*, estudando os modos de como a poesia capta os dados do mundo na malha que se tece a partir do tecido da vida mesma, Bosi desdobra os mecanismos com que a poesia salutarmente enforma nossa visão de mundo. Destaca-se daí que a poesia é “linguagem singularizada”, o que não quer dizer que esteja isolada do mundo, “há, na poesia como na linguagem (de que ela é a forma suprema), uma capacidade de resistir e de reproduzir-se que parece ter algo das formas da natureza”. Até aqui, vê-se o Ser da poesia. Como, porém, perpassa pela poesia o “tempo corpóreo, inconsciente, cicloide, ondulatório, figural, da frase concreta”, também a poesia acaba abarcando na sua concretude, outro tempo, “‘quebrado’ de histórias sociais afetadas pela divisão do trabalho e do poder, mas já capazes de criticar o poder, a divisão, a reificação”. Por isso mesmo, como um corpo em fagocitose, a poesia absorve valores e antivalores do tempo, seu movimento é dialético.

Nesse breve levantamento, cremos ter identificado no espectro histórico e temático da obra bosiana, os fulcros com que *Ideologia e contraideologia* iria lidar. E,

¹³⁴⁵ BOSI, Alfredo. “Arqueologia do Estado-Providência” in: DC: 275.

nesse aspecto, como parte também de uma arqueologia do livro, seria muito produtivo relembra uma resenha que Bosi publicou em 1981, no jornal *Folha de São Paulo*, acerca do livro *Cultura e democracia*, de Marilena Chauí. O desafio é identificar matrizes teóricas que Bosi já entrevira no livro recém-publicado da filósofa paulista. Bosi indicara na resenha que um dos ensaios do livro, denominado “Crítica e ideologia”, poderia ser preconizado como um dos eixos de leitura da autora, e alguns dos termos pronunciados pelo Autor diz respeito ao conceito de ideologia como sendo a convergência entre “as representações e valores que pretendem explicar e justificar por que a sociedade onde se vive é assim, ou precisa ser assim, e não de outro modo”¹³⁴⁶. Perceba-se que há, para usar aqui um termo muito ao gosto de Bosi, uma *forma mentis* que circundava a Universidade de São Paulo, pensando isso no tempo em que a Ditadura abria suas portas e urgia pensar os caminhos perspectivos do país. Bosi se perguntaria “qual seria o discurso contra-ideológico mais eficaz?” Não é inútil lembrar ainda que essas indagações seriam um preâmbulo inteligente ao livro que Bosi publicaria em 1992, *Dialética da colonização*. Esta, portanto, seria uma preocupação que ocuparia ainda Bosi por muito tempo, e soi pensá-la imersa nessa história de pelo menos 30 anos.

Mas há outro aspecto histórico – cujo contexto seria, talvez, maior que o imediatamente imerso unicamente na fortuna de seus livros – que seria certo repensamento dos preceitos das esquerdas no mundo. Modernamente, esse movimento tem início quando da abertura dos Arquivos da Extinta URSS, em que os crimes perpetrados por Stalin e os dirigentes do então maior país comunista do mundo punham em xeque alguns valores sociais lidos nessa história. No caso francês, fica bastante evidente a dissidência de filósofos, como Maurice Merleau-Ponty, que passaram a revisar os fundamentos desse pensamento, de que *As aventuras da dialética* e *Humanismo e terror* são bons exemplos. Nem todos seguiriam de perto essa adesão, como se vê em Jean Paul Sartre, que ficaria na defensiva, de algum modo, endossando a política russa, inclusive.

Dentro desse repensamento, o papel do Estado vem sendo questionado em todo o mundo, para bem e para mal, (é na Europa que se sente isso de modo frequente) tendo em vista a frequente onda de desemprego, as massivas imigrações, o Terrorismo etc. Esse espectro é distinguido pelo historiador Tony Judt em livro recente. Ele identifica

¹³⁴⁶ BOSI, Alfredo. “Marilena, o logos apaixonado”, in: *Folha de São Paulo*, 27/09/1981, p. 10.

que, depois da Segunda Grande Guerra, entre 1953 e 1971, o movimento de recuperação e reunificação da Europa foi vigoroso e bastante coerente. A partir de 1971 segue-se uma recessão que abalaria o Bem-Estar geral das nações, prosseguindo até pelo menos 1989, quando cai o Muro de Berlim¹³⁴⁷. Diríamos que os tempos pós-modernos nascem sob a insígnia da incerteza.

Não poderia ser diferente, então, em relação a certo marxismo de fundo ortodoxo, sobre o qual liberais e ortodoxos nem sempre se pronunciaram de forma idêntica. É fato, inclusive, que, dentro do próprio marxismo, há diversas correntes interpretativas cuja ênfase ora recai no papel intervencionista ou não do Estado, ora nas formas de pensamento, *sempre* nas diversas formas de política. De algum modo o livro de Bosi *relaciona e desenvolve esses diversos modos progressistas de pensar*, que antes passavam lateralmente por sua crítica, mas que agora ganham tónus.

Antes, porém, de prosseguir, verificamos que, antes do livro, Bosi, em palestra pronunciada na CNBB já indicava o quanto sua visão agora se revigorava em uma compreensão mais nítida dos movimentos violentos de parte da esquerda, da revolução e de outros temas concernentes a essas mesmas perspectivas. A citação é longa porque prenuncia, em pelo menos 10 anos antes do que vamos ler no livro, com maior clareza, os vínculos com essa nova expectativa existencial e política. Explanando sobre a formação da cultura no Brasil, Bosi explicita motivos e ideias em torno da modernização brasileira, tida por conservadora por muitos intelectuais da esquerda. Vejamos o caldo desse repensamento:

O rótulo *modernização conservadora* concebido pela historiografia de esquerda, tem sido adotado para qualificar algumas iniciativas dos governos imperial e republicano. Trata-se, em geral, de propostas de reforma que não alteraram o equilíbrio de forças em uma sociedade marcada por evidentes assimetrias econômicas e políticas.

Essa ingrata combinação de progressismo e conservadorismo tem sido atribuída à práxis política brasileira ou, mais amplamente, ‘periférica’, a meu ver com certo grau de miopia histórica.

As violentas regressões ideológicas verificadas na era burguesa nos anos nazifascistas e o longo calvário do negro americano após a abolição nos instruem a respeito do lado sinistro da história do capítulo moderno. *Mutatis mutandis*, o que aconteceu na União Soviética sob Stalin e na China maoísta, Estados em que as revoluções de amplo espectro popular e progressista involuíram para burocracias sanguinárias, tampouco nos

¹³⁴⁷ JUDT, Tony. *Pós-Guerra*. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 631ss.

deixa margem para crer cegamente nas potencialidades democráticas das soluções violentamente estatistas¹³⁴⁸.

Essas palavras prenunciam, portanto, o que veremos no livro como um todo. Elas são objeto de uma longa reflexão sobre o sentido político frequente na própria perspectiva cristã também, de que Bosi é ativo participante.

Ideologia e contraideologia é um livro bastante extenso e não teríamos espaço para analisá-lo todo. Portanto, indicaremos apenas sua conformação original e sua dinâmica, naquilo que nos propomos na tese.

Os resenhistas do livro, no seu lançamento, foram unânimes em discernir nele um *tônus* de maturidade e pessoalidade que o cingia também de um grande lastro de participação intelectual. Fernando Paixão, lembrando os anos de estudante na USP, quando acompanhava de perto os lançamentos do autor nos anos 70, sendo inclusive seu editor por diversas vezes, expõe que o modo como Bosi se posiciona no âmbito do começo do livro é feita em um modo que espirala o pensamento, de forma que o eixo da narrativa estaria envolto na pergunta: “é possível escapar das redes que as ideologias lançam continuamente sobre e entre os membros de uma sociedade, não excluídos os seus intelectuais?”¹³⁴⁹. Nesse mesmo painel desenhado pelos editores e leitores próximos do Autor, que promoveram um encontro para debater o livro, no Instituto de Estudos Brasileiros, Elizabeth Cancelli afirma ser o livro uma “den[ú]ncia [d]o lugar comum, das vaidades acadêmicas e do conformismo político. Um livro de um homem sábio, maduro e singular para estes tempos de angústia e de pouca esperança, onde há pouco lugar para o ser e demasiado para o ter”¹³⁵⁰.

Sara Albiéri, por sua vez, introduz que o tema da compreensão das ideologias é tão velho quanto Platão, bem como a “ilusão dos sentidos”, ou a “distorção interessada da verdade”. Daí que ela aponte logo para duas alternativas compreensivas em torno do termo ideologia.

Não se trata de tomar ideologia apenas enquanto produção interessada de representações da verdade, mas também como resultado enganoso do erro e da ilusão; como se ideologia não fosse apenas o efeito perverso de jogos de poder, mas igualmente a consequência das incapacidades humanas. Anuncia-se aí, então, uma história intelectual que avança dialeticamente,

¹³⁴⁸ BOSI, Alfredo. “Cultura e inculturação” in: VVAA. *História, etnias, culturas. 500 anos construindo o Brasil*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 29-30 (grifos do Autor).

¹³⁴⁹ PAIXÃO, Fernando. “Apresentação” in: Resenha a *Ideologia e contraideologia* in: *Revista IEB*, n. 52, set/mar, 2011, p. 141-142.

¹³⁵⁰ CANCELLI, Elizabeth. “Um pensamento desafiante” in: *Op. Cit.*, p. 143.

visando o conhecimento verdadeiro, entre aproximações e ocultamentos (...) cada marco intelectual escolhido, reconhece tanto a afirmação de um ideário como a sua crítica (...) levado ao extremo, o conceito de *ideologia* seria uma clausura, sem saída para a busca objetiva da verdade¹³⁵¹.

De modo semelhante, Franklin Leopoldo e Silva afirma que “pensar *contra* não se define como uma negação que começa e acaba em si mesma. Inclui também a positividade na forma da possibilidade”. Para ele, trata-se de um esforço de emancipação dentro de hegemonias sociais, ou representações de hegemonia, não necessariamente as mesmas que as do hegemônico propriamente dito. Trafegar pela contraideologia é “substituir atitudes: o dogmatismo do pensamento hegemônico pela atitude crítica de recusa de uma essência do homem, do mundo e da história”. Assim, trata-se, igualmente, por isso mesmo, de uma “trajetória de emancipação, mas repleta de riscos. Ignorá-los é perder de vista a diferença entre ideologia e contraideologia – e a negação entre ideologia e contraideologia – e a negação como valor da liberdade”¹³⁵².

O modelo de interpretação totalizante.

O livro é dividido em duas partes. Na primeira delas, Bosi insere a discussão no âmbito da Renascença e nas lides do fenômeno da ideologia e da contraideologia, em vista de uma série de “denúncias da corrente hegemônica” que punham em dúvida o legado da *Eclesia* medieval. Curioso lembrar que a ciência moderna já está contida *in limine* no pensamento de um clérigo, Duns Scott, digo isto porque ela, a ciência, erodiu por dentro as vigorosas catedrais do pensamento grego na sua matriz aristotélica, subsidiadas no pensamento de boa parte daqueles mesmos clérigos. Bosi identifica em alguns exemplos os diversos momentos em que o pensamento assume sua porção *negativa* e se esforça por acoplar à sua análise os dados da crítica do poder. “Um pensamento de oposição traz consigo o momento da negatividade, contesta a autoridade, tida por natural, do poder estabelecido, acusa as suas incoerências e, muitas vezes, assume estrategicamente o olhar de um outro capaz de erodir a pseudovalidade do discurso corrente. *Os períodos de crise cultural* engendraram a suspeita de que pode não ser verdadeiro ou justo o sistema de valores que ‘toda gente’ admite sem maiores dúvidas”¹³⁵³. Esse o programa e também a porção histórica do livro, embora anunciado

¹³⁵¹ ALBIERI, Sara. “Dialética da História Intelectual” in: Op. Cit., p. 145.

¹³⁵² SILVA, Franklin Leopoldo e. “Hegemonia e emancipação” in: Op. Cit., p. 148-149.

¹³⁵³ IC: 14 (grifos meus).

quase que de forma *sub-reptícia*. Isto é, o livro se insere em um momento de crise cultural e de discussão das justificativas de poder, engendradas nesse discurso dominante, como se infere na passagem citada, bem como se insere em um momento singular de repensamento do outro, dado o quadro apresentado do contexto de Michel de Montaigne e o contato com o Novo Mundo.

Por isso, Bosi situa o discurso hegemônico abalado por duas obras que acabaram tornando-se paradigmáticas na contrafacção desse embate, que são elas, *A utopia* de Thomas Morus, e *Os ensaios* de Montaigne, neste último caso, por colocar no palco do mundo exatamente aqueles *Outros* que se fariam presentes à corte do rei Carlos IX.

Nas páginas que o leitor acompanha com especial atenção, pela escrita límpida, despida de vestígios de academicismo dispensável, Bosi constroi em capítulos curtos as variantes e dominantes do discurso contraideológico ao longo de mais ou menos trezentos anos, como quem toma notas de trabalho. Caberia perguntar qual norte que guia o percurso do Autor aqui. Em primeiro lugar, dá-se vazão a uma maior liberdade concedida em virtude de seu objeto, quer seja, os autores lidos e a história que os acompanha, o referencial adotado para o espectro dessa análise.

Partindo da crítica das *Teses sobre Feuerbach*, de Marx e Engels, na *Ideologia alemã*, Bosi tece considerações a respeito de um paralelo possível entre o nascimento da “ideologia liberal burguesa” da primeira metade do século XIX, e o surgimento da crítica radical de Marx e Engels, esboçada a partir das teses de Feuerbach, um dos muitos hegelianos de esquerda que repensavam a obra de Hegel. Como é de todos conhecida, a ideologia, como é lida em Marx e Engels, é entendida como um complexo de justificação de poder, uma “mistificação”, como prefere Bosi, “da realidade produzida no âmbito do capitalismo pela burguesia conservadora já na primeira fase da Revolução Industrial”¹³⁵⁴. É o primeiro entendimento que se tem sobre o que é ideologia, mas que pode ser associado a outros sentidos, já que, da forma como está esboçado, o conceito acaba perdendo de vista outros modos de pensá-la, condicionando o pensamento a tão somente um simples processo de versão falsificada da realidade. Tanto Marx quanto Engels perceberam como as desigualdades apareciam, na cepa dos ideólogos, como forma de justificação, como um “fato natural”, ou mesmo um “dado universal da realidade”.

¹³⁵⁴ IC: 64.

Há dois aspectos que sobressaltam essas considerações epistêmicas: a primeira delas evidencia “o caráter ativo e prático que os filósofos da práxis atribuem à constituição das ideologias”. O segundo deles, diz respeito à falsa perspectiva que a ideologia move. Se antes o pensamento movia-se inserido em uma postura *essencialista*, resquício do pensamento idealista, anterior ao marxismo – que constitui a esteira principal por onde trafega seu substrato teórico – agora, eles avançarão “para o discurso de denúncia”. É famosa a frase de Marx que diz ser a filosofia feita antes de interpretações, mas que agora ela deveria assumir uma postura *transformativa*. Em Marx e Engels, ideologia é “falsa consciência”.

Pensando em todo o esquema analítico até aqui constituído, Bosi denuncia o caráter *parcial* da tese de Marx e Engels. Ao lado da falsa consciência, portanto, caminha também a *possibilidade de autonomia e diferenciação dos atores sociais*, de que Marx e Engels são, eles mesmos, aliás, bons exemplos. Por isso, sobressai uma das teses mais caras de Bosi, aqui, “as ideologias políticas nunca são posições nem avulsas do sistema”, no que cobre a querela já bastante antiga, mas ainda tão viva dentro do pensamento das esquerdas, sobretudo em torno do pensamento liberal do século XIX, cujas ideias estariam fora de lugar no Brasil, segundo Schwarz, talvez a nota mais antiga da divergência entre este teórico e Bosi.

A vulgata marxista de fundo stalinista, segundo Bosi, iria adotar *ipsis litteris* as marcas dessa tese da falsa consciência em torno da qual boa parte da esquerda convergiria até mesmo a contextos díspares daquele dispensado por Marx e Engels. Não à toa, Bosi avançar ao pensamento de Antonio Gramsci e Karl Mannheim, que souberam discernir um todo orgânico mais dinâmico na história e na *forma mentis* dos sujeitos sociais, os objetos privilegiados da análise dos marxistas, apontando para a parcialidade do conceito de ideologia que movia Marx e Engels e a vulgata estalinista – as palavras de Gramsci e Mannheim estariam condicionadas nas palavras *relação* e *condição*, sublinhadas por Bosi.

O que move as suas críticas é perceber que *a vulgata marxista*, então em formação, *deixava de lado o caráter dinâmico (prático, na linguagem da Ideologia alemã)* do conhecimento dialético da sociedade para cair em uma passiva coleta estatística de dados, que, no fundo, *subestimava a faculdade humana de agir e pensar criticamente*¹³⁵⁵.

¹³⁵⁵ IC: 68 (grifos meus).

Bosi identifica nessa visão uma absurda redução da capacidade humana de agir e compreender sua porção na história. Para ele, “tipologia e redução a classes (classificação) continuam sendo procedimentos correntes nas ciências sociais, que dificilmente avançam sem recorrer a quadros estatísticos e ao estabelecimento das ‘tendências’ a que se refere o filósofo como um expediente didático aceitável”¹³⁵⁶. A obra de Mannheim, *Ideologia e utopia*, é lida como fundamental referência através da qual o historicismo compreende que as visões de mundo, são, antes, e também, *formas de pensamento*, ideias e valores “estruturalmente” inteligíveis e necessários. Por isso, no pensamento de Mannheim, permanece uma “oscilação [...] entre manter o veio historicista das suas matrizes (insistindo na efetividade dos estilos culturais com suas coerentes *visões de mundo*) e aproximar-se exploratoriamente do conceito marxista de ideologia, presumindo como suspeitos de falsa consciência aqueles discursos com que os estratos dominantes de todas as épocas pretenderam legitimar o poder”¹³⁵⁷.

Acresce que sem esse espaço, onde estaria o momento grave da resistência? As próprias obras literárias, fulcro posterior das indagações bosianas, carregam ideologias diversas, que se podem ver apenas pelo contraste entre ideologia e sua face contraideológica, ou, no espaço dos valores. Espaço que atravessa as leituras da dialética da colonização brasileira, bem como formações ideológicas diversas, como *Os lusíadas* e *A divina comédia*. “Convivem na escritura processos ideológicos, no sentido forte do termo, e processos não ideológicos; estes, quando penetrados por uma consciência crítica, convertem-se em expressões francamente *resistentes*”¹³⁵⁸.

Termos como “estilos históricos”, “visões de mundo”, “sistemas culturais”, “movimentos artísticos e literários”, acabam sintetizando frações riquíssimas da condição humana a pequenos fragmentos, ou mesmo distorções que a história anti-tipológica que Bosi erige, procura amenizar. Já vimos que o Autor propõe uma maneira concreta de ver as obras como entes *singulares e irrepitíveis*, vazados que estão por formas diversas de temporalidades ricas. Como exemplo dessa discussão, pode-se citar a *História concisa* em que optou por manter os chamados “estilos de época”. Ora, visto ser este uso não um “pecado” em si mesmo, Bosi acabou enfatizando o valor utilitário dessa pragmática, mas mantém indicado a enorme chancela de responsabilidade aposta

¹³⁵⁶ IC: 71.

¹³⁵⁷ IC: 75 (grifos de Bosi).

¹³⁵⁸ IC: 77 (grifos meus).

nisso. As sínteses de que tratamos aqui são tentativas aproximativas de lidar com o vasto fenômeno da arte dentro do panorama da produção artística. “Um período histórico que nos parece uniforme quando visto a distância traz, sob a lupa da pesquisa histórica e filológica, práticas e discursos interdependentes que melhor se diriam *postos em tensão*”¹³⁵⁹.

Por isso mesmo essa conjugação entre os modos de pensar de uma época e aquilo que é percebido como limite conjuntural, o intelectual tem condições de mirar à frente. Todos os sujeitos estão imersos na ideologia do tempo presente, mas ele pode reagir ao particularismo estreito da sua situação cultural e buscar a compreensão por outros pontos de vista, desenhando em sua mente o horizonte de uma totalidade virtual. Não cremos ter-nos afastado do intelectualismo presente mesmo na *Ideologia alemã*, de que Mannheim faz eco.

Passando muito rente aos discursos de compreensão de Max Weber, debatidos e em alguma medida contestados pela “crítica de estrita observância”, como quer Bosi, verifica-se nesse discurso a identificação e resolução de como os agentes mundanos dão sentido às suas perquirições, em que se põe de imediato na mesa a perspectiva *compreensiva* e não *determinista*. São estes os termos com que Bosi move sua análise de Weber. E o sociólogo alemão prefere usar uma expressão como *ética a ideologia*, mas por quê? Bosi responde que isso se deu pelo fato de Weber muito semelhantemente à concepção protestante, aliar sua análise a uma intensa ética produtiva, um “fortíssimo *ethos* propriamente moral do comportamento pregado pelos calvinistas”. O “desengano do mundo”, expressão de Weber associada à ética protestante, está “enraizada na negatividade atribuída ao ‘mundo’”, e é interessante que tal atitude algo desenganada pudesse propiciar o surgimento e a pujança de um sistema tão dinâmico e *positivo* como o capitalismo.

Para Bosi, compreender as questões que atravessam a obra weberiana dá-se no sentido de perceber nele uma intuição firmemente dialética, da qual a citação final do capítulo é bastante representativa, e seria de grande valia na compreensão de outro fator comum de nosso tempo, as religiosidades e a forma como a Sociologia encara sua *forma mentis*:

Nosso objetivo não é substituir uma interpretação causal unilateralmente ‘materialista’ por uma interpretação contrária, de unilateral causalismo

¹³⁵⁹ *Id.*, *Ibid.*, (grifos de Bosi).

espiritualista da civilização e da história. As *duas* pertencem ao domínio do *possível*. Na medida em que não se limitam ao papel de trabalho preliminar, mas pretendem chegar a conclusões, ambas servem mal à verdade histórica¹³⁶⁰.

O exercício antidogmático, mas ainda à esquerda, de Bosi, acaba apontando outra vez para aquele que talvez tenha representado uma das maiores influências teóricas do Autor, quando no princípio de sua carreira: Lucien Goldmann. Já vimos antes sua aderência a algumas teses de Goldmann, mas aqui Bosi identifica nele uma aproximação que estreita o vínculo entre o pensamento dialético propriamente dito e certa liberdade nas concepções críticas. Para Goldmann, há nexos entre o classicismo sob Luís XIV e “os respectivos nichos sociais”. Porém, o fato de se manter, a partir dessa constatação, os “estilos de época”, de que o classicismo francês é exemplo, poder-se-ia identificar nisso a “coexistência de movimentos conflitantes de ideias e valores no interior de cada período”.

Creemos já ser possível identificar no bojo do texto a procura de Bosi nessas inquirições todas: perceber que *no interior mesmo das épocas históricas há fontes e valores que escapam à totalidade histórica que a ideologia engendra*. Goldmann procura preservar no seu texto a integridade dos sentidos globais *significativos* que os homens produzem entre si e para si mesmos. No caso de Goldmann, parece presente na defesa de Bosi certa atitude *interior*, de um cristianismo aberto, com que a postura de um *Deus absconditus* seria incompatível, por isso mesmo, Cristo é alma e corpo do mundo – ou da *comunidade*, que é como Jean Hyppolite interpreta Hegel, a partir da *Fenomenologia do espírito*. Seria demais adentrar nessa ceara tão psicologista? Sim e não. Contudo, esta sugestão permanecerá como nota e futura hipótese de trabalho.

Afirmção semelhante à que encontramos em Goldmann, pode-se ler a respeito de Giulio Carlo Argan. Historiador italiano, autor de inúmeras obras, é conhecido por seu inovador livro sobre a Arquitetura de Bauhaus. Segundo Bosi, sua obra *História da arte italiana* aproveita muito bem os recursos da interação propícia entre sociedade e arte. Sem ser determinista nas análises, Argan recorre à ideia de que um mesmo estilo pictórico, dentro de seu tempo histórico, acolhe inúmeros estilos *pessoais*. Bosi diz de Argan que ele alia um “raro senso de equilíbrio” a uma “inspiração geral marxista”,

¹³⁶⁰ Weber, Apud, Bosi, *Id., Ibid.*, p. 99 (grifos de Bosi).

querendo com isto apontar que “aprenderemos com Argan que *concepções de natureza, de história e, portanto, de arte podem divergir no mesmo macroespaço social*”¹³⁶¹.

Nas determinações provocadas pelo texto de Goldmann, perceberemos que mesmo nele permanecerá certo resquício classificatório, que está ausente em Argan, e é exatamente por isso que o historiador italiano “tece uma dicção hermenêutica em que o social e o pessoal se fazem interdependentes, acentuando ora o ‘externo’ e abrangente dos condicionamentos culturais, ora o ‘interno’ e imanente do projeto individual”. Para arrematar a ordem de inspiração do texto de Argan: “de resto, *externo e interno* não são adjetivos que frequentam a escrita de Argan, pois seu teor determinista certamente destoaria da inspiração dialética do historiador”¹³⁶².

Com esses exemplos, cremos já ter deixado claro que Bosi alia sua procura por uma dialética que una o material da história com um procedimento que saiba ler as concepções individuais sem cair em categorias deterministas. Aproveita, nesse sentido, as contribuições de inúmeros autores, dentro de um amplo espectro crítico. Por isso, Bosi nega que as contribuições de um autor como Pascal possam ser consideradas, *a priori, ideológicas* no mesmo sentido com que a perspectiva de Marx propõe. Por isso, em “O problema da ideologia”, de Lukács, Bosi aproveitará a noção de que “enquanto um pensamento permanece simplesmente produto ou expressão ideal de um indivíduo, por maior que seja o valor ou o desvalor que possa conter, não pode ser considerado uma ideologia”¹³⁶³. Lukács parece ser uma referência mais auspiciosa para Bosi nesse texto, dado que em *O enigma do olhar*, o autor húngaro não merece muita consideração por sua parte.

Se nos textos de Lukács perpassa certo determinismo, ele que é referência tão importante para o pensamento da esquerda, sobretudo no Brasil, não deixou de repensar a condição da filosofia marxista, e é interessante rever ainda a condição de Lukács dentro desse mesmo pensamento, visto que o Partido Comunista acabou engendrando ao autor húngaro censuras fortíssimas, como é o caso de *História e consciência de classe*, que projetava não no determinismo econômico a explicação da História, ele indicava, antes, que a perspectiva ali defendida deveria estar associada com a (falta) de experiência da *totalidade*, presente no capitalismo e na condição *modernos*. Impasse

¹³⁶¹ IC: 111 (grifos de Bosi).

¹³⁶² IC: 114 (grifos de Bosi).

¹³⁶³ Lukács, Apud, Bosi, *Id., Ibid.*, p. 119.

semelhante ao que Bosi hoje tenta estudar em torno do determinismo das explicações de cunho materialista e dialética¹³⁶⁴.

Os modos resistentes de que fala Bosi ao longo de sua cerrada argumentação, são postos agora em torno do propriamente político. “Revolução” ou “reformismo”? Para Bosi, os dados que opõem *ideologia liberal* a *ideologia progressista* confirmam que parte daquelas diretrizes originariamente *revolucionárias* – premissa de que parte a dogmática do marxismo, ou seja, a de que filosofia não deve apenas explicar o mundo, mas *transformá-lo* – está em plena “entropia”. Esse o lema da programática dita “radical”. O Brasil, considerado nessa conjuntura, acabou cedendo a um discurso, segundo Bosi, “misto nada palatável de aparelhismo, estalinismo e positivismo [que] congelou parte da doutrinação comunista oficial no Brasil entre os anos 1950 e 1960, inibindo ou censurando iniciativas de contato direto dos militantes com a classe operária emergente de todo o país”¹³⁶⁵. Bosi dará um tratamento complementar ao que já havia desenhado em *Dialética da colonização*, e que havia entrevisto no prefácio do livro *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Motta, “Um testemunho do presente”. Bosi dará ainda um desenvolvimento em torno do “Estado Providência” e arremata a importância do movimento positivista no Brasil. Mas, continuemos antes repensando o movimento da ideologia e contraideologia, que ainda não acompanhou a formulação de Bosi.

Bosi voltará a Mannheim, completando as proposições e o relativismo a que ficou exposta sua obra, lendo-o à luz de Habermas e Ricoeur. Permaneceria atrelado ao pensamento de Mannheim certo viés relativístico, viés este que não escaparia aos seus críticos. “Somos tentados a dizer que o *relacionismo* proposto por Mannheim é uma espécie de relativismo sociológico autocorrigido, pelo qual cada ‘quadro de pensamento’ histórico disporia de saberes adequados e coerentes na sua

¹³⁶⁴ Em texto profundamente pessoal e comovente, George Steiner descreve o legado de Lukács. Escrito em 1960 e denominado “Georg Lukács e seu pacto com o demônio”, constante hoje em *Linguagem e silêncio*, Steiner nos alerta para compreendermos melhor a posição do filósofo húngaro. Para o autor de *Depois de Babel*, as obras mais abrangentes de Lukács seriam mesmo *História e consciência de classe*, bem como *O romance histórico*, e estes livros dão a real medida do alcance das proposições de Lukács, que teve a obra turvada por parte do próprio Partido Comunista. É preciso separar a dogmática do partido comunista, autoritária e censora, e que se fez sentir em parte das considerações da obra lukacsiana, daquela filosofia mais livre do autor húngaro, ao que parece, ao menos nessas obras, afim ao que nosso Autor vem dizendo. Bosi parece preferir a obra *Ontologia do ser social*, constante ao longo de todo o seu livro.

¹³⁶⁵ IC: 125.

interdependência”¹³⁶⁶. A esse relacionismo, encareceria somar a identificação de Mannheim, que parece coincidir com a de Bosi, de uma opção que alie na análise a “coexistência de fenômenos” e que “buscará descobrir, na totalidade do complexo histórico, o papel, a importância e o significado de cada elemento componente”. O problema encontrado pelos críticos de Mannheim na sua obra estaria concentrado em certo “relacionismo” que se faria acompanhar por uma tendência relativizadora, conforme Bosi salienta. Tal relacionismo poderia ser lido, a par do intelectual *jugador*, uma virada, onde ele mesmo seria submetido a um contra-juízo. Em outras palavras, ele *seria posto em seu lugar*. Por isso, Habermas deslocará o juízo que o título de Mannheim remete, *Ideologia e utopia*, para uma “*conjugação íntima de conhecimento e ação*”, postas em relevo por Bosi. Assim:

Respondendo a uma eventual objeção epistemológica levantada pela ciência acadêmica ‘pura’, Horkheimer pondera que o fato de vigorar no pensamento do intelectual empenhado uma ‘vontade histórica’ não diminui em nada a imagem da sociedade que ele se propõe conhecer, mesmo porque *não há produção de saber que não tenha sido motivada por alguma forma de vontade historicamente situada*¹³⁶⁷.

Proposta que seria ainda mais embasada pela pena de Ricoeur, já que, para o filósofo francês, a investida que permite o surgimento de uma ideologia também indica que ela conta com uma “*resposta à necessidade que todo grupo social tem de dar uma imagem de si mesmo*”. Certas passagens da história apontam para esse fato: Bosi indica, como exemplos, a “Revolução Francesa”, a “Declaração Americana dos Direitos” ou mesmo a “Revolução de Outubro”, como eventos que consignariam essa apreciação. A ideologia não seria puramente uma distorção do real, seria, antes, *interpretação e integração do passado ao presente, constante na consciência do grupo que a integra*. Ainda está no horizonte de Ricoeur os aspectos do marxismo que indicam na ideologia a “falsa consciência”, que impediria mesmo que o pensamento alcançasse uma atitude desassombrada da vida, livre, enfim. Ela, porém, é “*mediação entre memória de eventos fundadores e identidades grupais*”, consciência que poderia antever ao sentido de “*máscara da dominação*”. A objetividade do conhecimento estaria salvaguardada pela “*dialética entre a pertença (appartenance) do estudioso em relação à sua classe e o distanciamento de que é capaz o pensamento crítico*”¹³⁶⁸.

¹³⁶⁶ IC: 130 (grifo meu).

¹³⁶⁷ IC: 133 (grifos de Bosi).

¹³⁶⁸ IC: 137 (grifos de Bosi).

Permanece no horizonte da análise do Autor, a pregnância da utopia como possibilidade e saída para uma situação que está estabelecida, por isso também, sua não identificação entre uma postura *conservadora*, que pretende sempre legitimar a dominação e os preceitos das classes dominantes. O intelectual compromissado com a história real de mudança está impregnado e conserva-se “fiel à concepção política, forte, valorativa, de ambos os termos: *utopia não é ideologia* – posição que tem, porém, oscilado em duas direções: a primeira, que a enfraquece; a segunda, que a reforça: a) o rebaixamento da utopia a sub-ideologia (marxismo ‘científico’ de Engels); b) a ascensão da utopia a anti-ideologia radical (Benjamin, Bloch e frankfurtianos)”. Por isso a adesão a um modelo livre que conserve a tradição histórica, sem perder de vista o fulcro da bandeira que as esquerdas vêm tentando, erraticamente, fazer, que é minorar os danos que se fazem acompanhar às ideologias.

Os conflitos de ideias e valores travados em um dado período histórico podem ter como resultantes novas configurações culturais que buscarão reatualizar modelos utópicos concebidos no passado, o que dá às contradições do presente uma espessura que advém da força e da coerência da *memória social*¹³⁶⁹.

A citação dá bem a dimensão daquilo que Bosi tem dito ao longo de toda a sua obra, ou seja, a de que a memória é parte da autodeterminação do sujeito, por isso, ela pode escapar às contingências das determinações históricas, ficando-se na liberdade cara à condição humana. Contra essas possíveis determinações nas ciências sociais é que Bosi procura encontrar uma saída que concilie rigor nas proposições, sem cair em classificações, perspectiva esta de que não faltam exemplos no livro, e também que conserve espaço para a liberdade do indivíduo que afinal é o que o define enquanto sujeito.

É fato que uma das formas mais frequentemente evocadas pelos anti-ideólogos, sobretudo em vista da religião, refere-se à pronúncia de Marx¹³⁷⁰ que dizia ser a

¹³⁶⁹ IC: 140.

¹³⁷⁰ É sabido que o ateísmo é consubstancial ao pensamento marxista, fato notado com percuciência por Raymond Aron em *O marxismo de Marx* (São Paulo: Arx, 2005). Diz ele à página 77: “o pensamento de Marx certamente faz parte de uma crítica ou de uma negação da religião. O ateísmo não é um elemento acrescentado ao marxismo de Marx, é um elemento intrínseco, a inspiração profunda. Coisa que, naturalmente, deixa inteiramente de lado a questão estritamente política de saber como os marxistas, um século depois, tornados governantes desse ou daquele Estado, agem com relação à religião. Quero simplesmente dizer que o marxismo começa com uma crítica da religião e que *essa crítica da religião é fundamentalmente atéia*”.

religião o ópio do povo, ou a alma de um mundo sem alma, jargão que já se tornou paradigma de tanto que foi repetido. Segundo Bosi, quando Feuerbach propôs suas teses, acabou perdendo o senso das contradições e mediou muito pouco seus postulados, relegando todo um complexo de ideias que conformam a vida do sujeito, fazendo parte dele para além de qualquer ideologia. A sentença de Bosi é mais que eloquente:

Diferentemente do que sentencia Feuerbach, apropriado pelos materialistas ortodoxos, não há sombra de alienação nesse processo ético pelo qual o sujeito busca, sem nenhuma coação externa, o modelo de santidade perfeita que já motiva as suas ações e lhes propiciará um progresso até os confins da sua finitude (...) o sujeito moral, *reconhecendo no coração a voz daquele mesmo princípio que o move para o bem*, busca na palavra revelada forças para perseverar e avançar na sua luta cotidiana¹³⁷¹.

Já havíamos esboçado, a partir de uma entrevista de Bosi, publicada em 2001, que ele não aceitava o marxismo para além de sua crítica da sociedade capitalista atual, dado que o elemento transcendente não era (e não será) alcançado pela crítica materialista, sendo-lhe *exterior*. Aqui, Bosi desenvolve a ideia lá tão somente esboçada. Não há que renegar a religião, diz ainda, não à toa que “as qualificações com que Feuerbach rotula a religião como fantasmagoria, misticismo onírico e autoilusão, numa palavra, *alienação*, soam arbitrárias e unilaterais”¹³⁷². Analisando a religião, especialmente a cristã, via Kant, Bosi acaba aderindo a um modelo, talvez, essencialista de cristianismo, modelo este que estaria limpo, purificado, das idiosincrasias do tempo pelo qual os homens projetaram suas vontades de poder e suas impiedades – nessa visão – valores plenamente contrários ao cristianismo original, de que Cristo diria ser uma tendência do homem, mas que carecia “não se contaminar com o fermento dos fariseus”, fórmula que aparece sub-repticiamente no texto.

As experiências religiosas podem ser um ponto ético importante para quem deseja ajudar o outro, e mesmo para quem sente desconforto moral frente às desigualdades:

caso a atribuição drástica de alienação pudesse ser aplicada a todo homem que crê em Deus (qualquer que seja sua religião), resultariam incompreensíveis a força intelectual ou artisticamente criativa, ou o empenho ético, ou a corajosa ação pública de um sem-número de homens e mulheres que pensaram, criaram e agiram, dispondo generosamente de

¹³⁷¹ IC: 144-5 (grifos de Bosi).

¹³⁷² IC: 150 (grifo de Bosi).

sua margem de liberdade e dando testemunho da coerência de sua humanidade¹³⁷³.

Duas personalidades se destacam nessa condição, e que são referências importantes na trajetória de Bosi: Simone Weil e o padre Lebret. Essas duas personalidades exemplificam claramente a exposição de Bosi em torno da conciliação entre ação prática e fé na condução de projetos que vejam no outro uma possibilidade de humanidade e diálogo, mediados pela solidariedade. É muito interessante comparar as conclusões a que chegou Weil no sentido de identificar no desenvolvimento das “forças produtivas”, cultivado tanto pelo modelo liberal quanto pelo marxista, não o apelo ao desenvolvimento indefinido e máximo, mas a perplexidade em perceber a limitação dos recursos renováveis, resultando daí uma saudável centelha de dúvida quanto ao grau de viabilidade desse projeto.

Um ponto que toca bastante o texto de Weil dá-se justamente no sentido de salientar que a “*opressão é funcional... por mais que suscite a indignação das esquerdas esclarecidas*”, e essa conclusão a que chega sua filosofia diz respeito aos próprios textos marxistas, na crítica da mais-valia. Como sair do impasse? De fato, adotado, tal qual, o modelo que o gerou, cai-se, segundo Bosi, em um conformismo onde a “*ditadura do proletariado*” torna-se “*ditadura sobre o proletariado*”. A dominação instrumental é universalizante (totalizante é palavra também adequada). Porém, do ponto de vista de Weil, mais humano seria pensar que *utopia* é a rejeição não platônica do que aí está, para aproximar o trabalhador de uma concepção que alterne o trabalho manual com o trabalho intelectual.

Assim, a contraideologia pensada por Simone Weil aproxima-se da esfera da utopia, no sentido estrito de imagem de um mundo diferente do que aí está, e afasta-se da aceção negativa que lhe dera Engels. Ela almeja estimular um exercício rigoroso do espírito a fim de liberar o trabalhador da esterilidade intelectual a que o sistema reduz o trabalhador da grande indústria, apesar (ou sem razão mesma) do progresso tecnológico¹³⁷⁴.

Lembremos como Weil pensa o poema, em alguma medida semelhante ao que a crítica bosiana sugere, pois ele é refletido como mediação, alavancado pela força da imaginação e da memória.

¹³⁷³ IC: 151.

¹³⁷⁴ IC: 167.

Em primeiro lugar, o poema é o espaço em que as franqueações do conhecimento auroral “se exprime[m] *aquém dos discursos de persuasão*, portanto *aquém* da palavra movida pela retórica ideológica”. Segundo, há uma poesia saturada de sentido histórico, portanto, nascida da necessidade imediata de contestação do *status quo*, contra as ideologias e tiranias do presente, “trata-se de uma palavra de resistência”, diz Bosi, espelhando seu próprio conceito, “essa é a poesia entranhadamente política, contraideológica, que Benjamin admirava em algumas líricas ardidadas de Brecht”. Portanto, a poesia lida com esses aspectos da vida em sociedade, mediando o mundo pelo espelho da memória, porque a “resistência é obra da intuição e da memória na lírica pura, ou, na outra ponta, é obra da consciência crítica feita sátira social”. Em todas essas formas poéticas dá-se o que chamaríamos de consórcio da solidariedade, porque não se trata puramente de vontade, trata-se também de

uma *abertura ao mundo da vida* inerente à faculdade rara da atenção às coisas e aos homens que nos rodeiam; atenção que a sociedade do consumo e da concorrência nos rouba a cada momento. *A arte, de todo modo, não deve ser obrigada a provar as suas razões, mas a revelar situações em que mostrem e falem por si mesmos o bem e o mal, a verdade e a mentira, o belo e o feio, a liberdade e a opressão*¹³⁷⁵.

O conceito demonstra o que já falávamos páginas atrás, embora, agora, Bosi explicita, esclareça melhor como vê o papel da arte, que se quer resistente à opressão, portanto, ela lida com os fatos do mundo e está *aquém* da necessidade real de explicitar sua real motivação. Ela tem um papel muito vivo na sociedade humana, humanizando-a, se assim pudermos expressar, de modo que alargue a consciência e enfatize a real necessidade das relações humanas, do convívio e da liberdade do espírito frente à tirania da máquina do mundo.

O caso de Lebret, radical na história de vida de Bosi, como vimos, é semelhante ao de Weil, pois Lebret adere a pressupostos éticos no mesmo diapasão que o visto na obra e nas práticas que enformaram a vida de Simone Weil, de tal forma que economia e humanismo trafegam no mesmo sintoma de ajuda ao próximo, de conciliação entre ação e ética; sua presença foi marcante nas comunidades da periferia de São Paulo, foi parte de sua própria experiência na Europa para cá trazida.

Um exemplo claro dessa ligação se vê nas Comunidades Eclesiais de Base e da JEC, de que Bosi participou, como vimos. Esse repensamento crítico, de acordo com

¹³⁷⁵ IC: 176 (grifos meus).

Bosi, se deu em virtude de haver uma dessintonia forte entre os pressupostos normativos do marxismo e a práxis trazida à força e sem muita mediação por partidos de esquerda, que não souberam dialetizar a realidade local com aquilo que preconizava a teoria. Houve uma relativização dos pressupostos marxistas, sobretudo, se pensado o caso da perspectiva *revolucionária* em contraste com a perspectiva *reformista*, uma, acadêmica, outra, prática. A

intercessão de uma teoria originariamente europeia, o marxismo, com o pensamento político brasileiro [que] logrou ser fecunda no campo intelectual, constituindo respeitável legado universitário, mas me parece, salvo melhor juízo, *ter sido escassamente operante quando posta à prova da vida política nacional*. A afirmação será talvez drástica e provavelmente não agradará a muitos, como tampouco agrada a quem escreve estas linhas, mas tem sido confirmada em nosso dia a dia. Quanto ao destino do pensamento reformista, leigo ou crente, foi decerto muito *mais modesto em termos acadêmicos, mas produziu alguns efeitos sociais difusos que já se podem considerar de longa duração, pois ainda se fazem sentir nesta primeira década do século XXI*¹³⁷⁶.

Aspectos sociais incisivos na história política brasileira.

O Positivismo ganha especial relevância no contexto cultural e político brasileiro, pois ensejou ao Estado, dentro do programa de Getúlio Vargas e mesmo antes, uma política mais propriamente *progressista*. Nesse sentido, na modernidade, a figura de Celso Furtado ganha relevo. Especialmente se se pensar que Bosi salienta o efeito salutarmente benéfico do Estado-Providência no contexto de um país de “terceiro mundo” como o Brasil, classificação abandonada, parece, pelos economistas modernos, depois da queda das economias baseadas na “planificação”.

Desde o século XIX, quando surge um liberalismo contestador, pensando na distinção feita em torno de um liberalismo de feição anti-escravista, como foi o defendido por Joaquim Nabuco, Bosi apresenta uma espontânea valorização das ideias ditas liberais, especificamente no sentido de contestar seu viés estritamente conservador, como se supunha por parte de alguns críticos brasileiros, especialmente por parte da esquerda, empenhada em vê-las como ideias “exógenas”, destoantes, ideologicamente, de sua congênere europeia. Bosi alerta que essa disjunção é mera aparência. Pelas análises de Schwarz, subscritas nas chamadas “Ideias fora de lugar”, primeiro capítulo de *Ao vencedor as batatas* com que o professor da Unicamp analisa Machado de Assis,

¹³⁷⁶ IC: 258 (grifos meus).

Bosi sentiu, segundo suas próprias palavras, certo desconforto crítico, que o motivaria ainda a inúmeras recensões a essa tese, que se vê tanto neste texto quanto em outros mais, sobretudo em torno de Machado de Assis, como lido em *O enigma do olhar*.

Claro que o teor resistivo de Machado pode ser lido na mesma ótica de Schwarz, isto está claro, embora, para Bosi, pareça nessa mesma ótica, uma hiperinterpretação dos fatos literários à luz tanto do “tempo histórico”, quanto da “obra” e da “biografia” que se conhece de Machado. Por isso, as “ideias fora de lugar” não são, para Bosi, uma boa premissa de análise. Está-se diante de um falso dilema, que a História mostra com inúmeros exemplos. A conjunção liberalismo \times escravidão está

Atribuída equivocadamente a uma peculiaridade brasileira, em termos de ‘farsa’ e ‘comédia ideológica’ própria de nosso ‘atraso estrutural’, essa convivência revelou-se íntima e historicamente realizada em nações cujo desenvolvimento econômico e político serviria de modelo a países ditos periféricos ou subdesenvolvidos¹³⁷⁷.

A principal base documental em que Bosi se apóia está condensada em testemunhos dos próprios liberais, dos quais o presidente norte-americano John C. Calhoun é um forte exemplo, mas também teóricos liberais mais conhecidos, como John Locke, dentre outros. Calhoun serve muito bem como parte disso que argumentamos. Seus argumentos são estritamente liberais, quando fala em “posse”, mesmo que esse predador tenha por objeto “escravo”. A parte Sul dos EUA “contribuía para a prosperidade do Norte”, fato que deveria ser “retribuído na mesma proporção”. O livro de Bosi está cheio de paradigmas semelhantes a esse, não podendo, com tantos exemplos, ser atribuído aos defensores do liberalismo no caso brasileiro, um valor de teoria “exógena”. Como pensa outro texto, e no mesmo diapasão entre liberalismo e escravidão: “Bosi diz não ter havido nem “remodelagem” nem “adaptação”, pois Adam Smith, Jean Baptist Say e outros não condenaram *in toto* a instituição do cativo e, por vezes, até a julgaram menos custosa que a do trabalho livre”. A pesquisadora aponta que o mesmo diriam o historiador David Brion Davis, cujo livro arrola inúmeros pensadores iluministas, eles mesmos, defensores da escravidão¹³⁷⁸.

Bosi parte da constatação histórica de que no caso brasileiro houve liberais “concorrentes”, que apresentariam feições diversas. O primeiro seria conservador, e tem na figura de Bernardo Pereira de Vasconcellos verdadeiro testemunho e ilustre defensor;

¹³⁷⁷ IC: 303.

¹³⁷⁸ PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865* (Dissertação de mestrado, inédita). São Paulo: , FFLCH, USP, 2009, p. 25.

“político influente na Regência e no começo do Segundo Reinado”, e “campeão do regressismo”¹³⁷⁹, cuja *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, de 30 de dezembro de 1827, é documento obrigatório para o entednimento do que Bosi supõe.

Por outro lado, políticos como Joaquim Nabuco, transitando em fontes culturais as mais diversas, como o *Palavras de um crente*, de Lamennais, escrito em 1834, ou mesmo, Thiers, ou Louis Blanc, o próprio Quinet e, Ernest Renan, autores que “emprestaram ao jovem Nabuco armas para inserir-se em uma posição crítica e, no limite, *contraideológica*, se tivermos em mira o contexto conservador do Segundo Reinado”¹³⁸⁰. Em outras palavras:

Invertendo engenhosamente o argumento escravista que defende o direito ‘natural e sagrado’ da propriedade do escravo pelo senhor, Nabuco acusa este último de violar o mesmo direito negando-o ao cativo que se vê proibido de exercê-lo livremente. *Em outras palavras, ao escravo foi subtraído o direito universal de propriedade do próprio corpo.*¹³⁸¹

Daí que Bosi conclua que “é nas práticas sociais e culturais, fundamente enraizadas no tempo e no espaço, que se formam as ideologias e as expressões simbólicas em geral”¹³⁸². Assim, também pensando nos dados empíricos que devem ponderar as ideias e teorias, Manolo Florentino diria que os dados históricos disponíveis não corroboram a teoria de Schwarz, tal que: “na medida em que os dados empíricos não corroboram a realidade imaginada, boa parte do raciocínio [de Schwarz] fica comprometida”¹³⁸³. Para refutar a teoria schwarziana, Florentino explica que havia classes de comerciantes e negociadores que operavam pela Colônia desde pelo menos o século XVIII, esta classe de comerciantes, segundo Rafael Carielo, “acumulava financeiramente e reinvestia por aqui”, conforme a mesma reportagem.

Bosi diria mais: “o par, formalmente dissonante, escravismo-liberalismo, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo verbal. *O seu consórcio só se poria*

¹³⁷⁹ IC: 307.

¹³⁸⁰ IC: 314 (grifos meus).

¹³⁸¹ IC: 317 (grifos do Autor).

¹³⁸² BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos” in: DC: 194.

¹³⁸³ Manolo Florentino, Apud, Rafael Carielo, in: “As ideias voltam a seu lugar”, *Folha de São Paulo*, 13/10/2003 (Ilustrada), p. E7. Esta reportagem indicava a comemoração, na USP, dos trinta anos de “As ideias fora de lugar”. O esforço de Manolo Florentino dá-se em atenção a outros fatores, como os mencionados, na expectativa de prospectar dados novos em torno de teorias diversas que não a marxista na explicação do país, desse esforço, muitos livros repensaram a condição colonial sob outros prismas, que não os puramente econômicos ou políticos, podemos citar também, nesse mesmo sentido aqui explicitado, de Jorge Caldeira, *A nação mercantilista*. São Paulo: 34, 1999.

como contradição real se se atribuisse ao segundo termo, liberalismo, um conteúdo pleno e concreto (grifos meus), equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia”¹³⁸⁴. Na mesma linha argumentativa, seguem Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marilena Chauí. Para Carvalho Franco, as formações ideológicas não podem ser dissociadas de sua práxis social, vale dizer, de seu contexto, mesmo que o contexto difira do de sua origem; isto implica dizer, também, que as ideias não podem estar fora de lugar; tautologicamente, elas estão onde estão:

Se tratarmos de ideologias, não podemos entender as noções que desenvolvem como *formas* paradas, fixadas, cujos conteúdos descrevem o *já realizado*. Não podemos supor que se completem num ponto fixo, lugar onde os conceitos foram elaborados e que assim componham um resultado fechado. *Se supusermos que as ideias se esgotam nessa aparência pronta e acabada* (grifos meus), aí então podemos pensar que elas mudam de lugar, veiculando-se sua forma assim concluída, que se acerta ou desacerta nos novos conteúdos que encontra, situados fora de seu campo original¹³⁸⁵.

Da mesma forma, Marilena Chauí indica que essa separação de modo algum atinge os atores do drama social *geograficamente*, isto é, “ao afirmar que na ideologia as ideias estão ‘fora de lugar’, essa afirmação nada tem a ver com a geografia (como nos poderia levar a crer, por exemplo, a infundável repetição de que no Brasil se pensa por importação de ideias estrangeiras¹³⁸⁶. A argumentação de Maria Sylvia C. Franco levanta a seguinte questão: “mas que dizer do século XIX, período que exatamente serviu de base para essa teoria [das ideias fora de lugar]: como foi que as ideias liberais-burguesas passaram de cabeça para cabeça, dos civilizados cidadãos europeus para os rústicos senhores brasileiros? Por força de prestígio, de atração ornamental da cultura ‘superior’? Pela difusão das ideias que transmigram nas consciências justamente postuladas para que as ideias possam parecer deslocadas? Teríamos, de um lado, as ideias e as razões burguesas europeias sofregamente adotadas para nada e, de outro, o favor e o escravismo brasileiros, incompatíveis com elas. Montar essa oposição é, *ipso*

¹³⁸⁴ BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos” in: DC: 195 (grifo do Autor).

¹³⁸⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “O tempo das ilusões” in: CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978, p. 208 (grifos da autora). Na mesma linha argumentativa e da mesma autora é a entrevista sob título “As ideias estão no lugar”. Sua argumentação gira em torno de que a vida brasileira não pode ser lida apenas sob a inscrição de Centro-Periferia. Aportou também em teorias modernas, como a “Teoria da Dependência”, de onde Schwarz exaure parte de sua argumentação sobre Machado de Assis.

¹³⁸⁶ CHAUÍ, Marilena. “O discurso competente” in: *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, p. 4.

facto, separar abstratamente os seus termos (...) e perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil”¹³⁸⁷.

Baseando-se nas considerações de F. Ringer, Angela Alonso infere que “ler os textos brasileiros conforme graus de fidelidade doutrinária a teorias estrangeiras *conduz sempre a um diagnóstico de insuficiência*: a questão acaba formulada como relação de cópia/desvio entre sistemas intelectuais nativos e estrangeiros”. A antropóloga vai mais longe, apontando que:

Neste tipo de raciocínio, os agentes do processo são as ideias. Os ‘intelectuais’ são seus meros portadores. Como se ideias, lembra Ringer, por alguma força lógica ou verdade imanente, fossem capazes de induzir pensamentos e ações dos agentes num determinado sentido. Quando processos de ‘influência’ direta não são facilmente identificáveis, Ringer continua, geram-se explicações em termos de ‘difusão’, ‘distorção’, ‘diluição’ das ideias no senso comum. A fraqueza deste argumento repousa particularmente em seu extremo idealismo ou intelectualismo. Ideias nunca são totalmente separáveis de seu enraizamento em instituições, práticas e relações sociais¹³⁸⁸.

Mais ainda, adianta a autora na mesma página, se se pensar no argumento de Schwarz, tal como está exposto em *Ao vencedor as batatas*, fica ainda mais difícil mediar que os problemas que contatam a realidade europeia não são semelhantes que os das Américas, fato negado por ela nestes termos: “este modo de pôr a questão tem outro alicerce bambo. *Supõe uma distinção de natureza entre a problemática intelectual europeia e a americana nos fins do século XIX* (grifos meus), que tornaria qualquer transferência de conceitos e argumentos deslocada por definição”¹³⁸⁹. Note-se que é precisamente essa disjunção axiológica que Bosi pretende evitar em *Dialética da colonização*.

Para Elías José Palti, por seu lado, embora a teoria de Schwarz seja progressista na sua origem, ela necessita de reparos, por apontar uma influência nacionalista muito atrelada à “Teoria da Dependência” associada que está ao “Seminário Marx”, nos anos 60 e 70 em São Paulo. Argúi Palti que “Schwarz maintains that there is no such a thing as a ‘Brazilian national culture’ preceding Western culture”¹³⁹⁰. Palti identifica nos argumentos de Franco, que comentamos acima, uma não compatibilização entre ideias

¹³⁸⁷ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. “As ideias estão no lugar” in: *Cadernos de debate* 1, 1976, p. 62.

¹³⁸⁸ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 33.

¹³⁸⁹ *Id.*, *Ibid.*

¹³⁹⁰ PALTI, Elías José. “The problem of ‘misplaced ideas’ revisited: beyond the ‘History of Ideas’ in Latin America” in: *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, n. 1 (Jan., 2006), p. 152.

liberais e escravistas, as ideias teriam sido ajustadas, elas não seriam “neither more nor less alien there than were the pro-slavery currents”. Daí sua motivação em rever as ideias de Schwarz no sentido de que

We would have, on the other hand, bourgeois, European reason obsequiously adopted for nothing, and, on the other hand, Brazilian favor and slavery incompatible with them. Holding this position is, *ipso facto*, abstractly to separate their terms, in the indicate fashion, thus losing sight of the actual process of ideological production in Brazil¹³⁹¹.

Tudo isso são argumentos que viabilizam as formulações de Bosi em termos de não pensar as ideias nos termos em que as localiza Schwarz. Sobre esta questão a bibliografia é vasta, por isso, remetemos o leitor aos textos da bibliografia¹³⁹². Ainda se pode pensar, por exemplo, no que Sérgio Paulo Rouanet afirma, quando, em resenha a *Dialética da colonização*, repõe o quadro nos seguintes termos:

Em suma, as ideias não são simplesmente importadas, mas filtradas de acordo com as necessidades de grupos locais, seja numa perspectiva conservadora, como fizeram os liberal-escravistas de 1830, seja uma perspectiva transformadora, como fizeram os liberais abolicionistas de 1868. Nesse sentido, as ideias europeias, quando não são simples modismos, nada têm de abstratas, e quando se transformam em forças históricas estão sempre em seu lugar, qualquer que seja sua procedência geográfica¹³⁹³.

A análise de Rouanet propõe uma reatualização do debate em torno das condições históricas da Colônia, mas sob um manto que mobiliza melhor o viés interpretativo de base que foi tão amplo e generalista, segundo ele, daí que isso signifique “uma total ruptura com o chauvinismo epistemológico que tem afligido ciclicamente a inteligência brasileira, desde os românticos até Sílvio Romero, desde os manifestos modernistas de 1924 e 1928 até o ISEB e a Escola Superior de Guerra”¹³⁹⁴. O amplo repertório desenhado por Bosi não deixa de ser sentido como generalista demais pelo diplomata, e como exemplo, pode-se citar o uso ostensivo do termo “colonização”, ou a articulação filológica das palavras “colo, colônia e cultura”; será que elas poderiam ser aplicadas em outros contextos que não unicamente aquele pelo

¹³⁹¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 153.

¹³⁹² Além dos citados, são fundamentais os seguintes textos: TOMICH, Dale. “Trabalho escravo e trabalho livre” in: Revista *USP*, n. 13, mar/mai 1993, pp. 100-17; “Liberalismo e escravidão”, entrevista com Jacob Gorender, *Estudos avançados* 16 (46), 2002, pp. 209-22; MARSON, Izabel Andrade. “Liberalismo e escravidão no Brasil” in: *Revista USP*, n. 17, mar/mai, 1993, pp. 102-13;

¹³⁹³ ROUANET, Sérgio Paulo. “As ideias viajantes” in: *A razão nômade*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1993b, p. 152.

¹³⁹⁴ *Id.*, *Ibid.*, p. 151-152.

qual emprega Bosi? Ou, em outros termos, diz Rouanet, *todas* as formações históricas podem ser analisadas pelo uso que deles faz Bosi, ou somente em vista do movimento colonizador e da Colônia? Questões que se colocam, sem, no entanto, minguaem o fulcro argumentativo do livro.

Estado *inclusivo*. Vontade e contraideologia.

Bosi argúi que o Estado-Providência moveu-se pelo ideal positivista, e se constitui em um “enxerto de ideias de longa duração”, termo extraído imediatamente da obra de Fernand Braudel, que se consagrou pela Escola dos Annales. A longa duração a que se refere o texto diz respeito a “um *agregado*, uma *arquitetura*, porém, mais ainda, *uma realidade que o tempo pouco deteriora e que veicula por um longo tempo*”¹³⁹⁵. Por isso, o argumento de Bosi refere-se ao Estado que nasce com os positivistas, cresce fortemente com as políticas de outro positivista, Getúlio Vargas, movimentando-se até os dias atuais nas políticas de distribuição de renda, oriundas desde a gestão de Fernando Henrique Cardoso e massificadas no governo Lula. Pelo menos no Brasil, aquele positivismo não poderia ser tratado como propriamente conservador, mas, antes, revelou aspectos coerentes de um *integracionismo* das classes sociais, dentro de um horizonte em que se nota uma perspectiva “a ser cumprida por uma vigilante *administração pública dos conflitos*. [Por isso] a sua *inspiração profunda é ética* (grifos meus) e, tanto em Saint-Simon quanto em Comte, evoluiu para um ideal de ordem distributivista”¹³⁹⁶.

Esse aspecto seria demarcador de uma longa linha política, salutar para países de formação fraturada como os da América Latina. Pode-se perceber que, para Bosi, ele seria, antes, *contraideológico* porque contrário aos “novos paradigmas” surgidos na segunda metade do século XX, ou seja, que vasculavam suas ideias no repertório “*produtividade + competitividade + desregulamentação + privatização + agressividade*”. Vale lembrar: “exercer nesta conjuntura um pensamento contraideológico já não é, porém, apanágio dos partidos tradicionais de esquerda. Novos

¹³⁹⁵ BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais: a longa duração” in: NOVAIS, Fernando et SILVA, Rogério F. da. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosacnaify, 2011, p. 94 (grifos meus).

¹³⁹⁶ BOSI, Alfredo. “A arqueologia do Estado-Providência” in: DC: 282 (grifos do Autor).

e vigorosos movimentos, que se constituíram em escala planetária no final do século XX, tomaram a dianteira da contestação¹³⁹⁷.

Não sendo bandeira única das esquerdas, a ideia do Estado-Providência acaba assumindo um valor de verdade, quando suas proposições assumem um lugar utópico, de manutenção das necessidades locais. Assim, “as utopias (apesar da etimologia da palavra, ‘não lugar’) recebem sinal positivo quando assumem *a linguagem realista e combatente das contraideologias*”¹³⁹⁸. Bosi defende que o Estado-Providência é uma necessidade *atual*, e, embora tenha sido solapado durante os últimos anos, seu vigor demonstra que essa atualidade ainda permanecerá, se se mantiver o quesito de “responsabilidade social” em vista.

Pode-se perguntar se a hegemonia do neoliberalismo, que já conta três décadas, tenha solapado de modo irreversível os fundamentos do Estado-Providência. É o caso de responder exploratoriamente: *sim e não*. Certamente a história das mentalidades registrará uma singular inflexão pró-mercado nos discursos de numerosos intelectuais e políticos de convicções anteriormente marxistas, que se renderam à vaga dominante aos primeiros sinais da mundialização financeira e midiática. No entanto, se aceitarmos como hipótese razoável a sobrevivência do princípio mesmo de responsabilidade social do Estado moderno, tenderemos a crer na resistência dessa macroinstituição que, pelo menos desde a Revolução Francesa, se vem constituindo e reformando sem incorrer nos riscos extremos de ruína e perecimento¹³⁹⁹.

De fato, não é à toa que Bosi parta para, nas últimas palavras de seu livro, desenvolver uma interpretação da trajetória de Celso Furtado, nos termos de Ideologia e Contraideologia. O conceito fundamental para Furtado é o desenvolvimento pensado responsabilmente, incluindo-se aí dimensões que antes não eram consideradas importantes, como o movimento ecológico. Por isso, Furtado entende “desenvolvimento” como parte do complexo intelectual de onde se origina a “visão de mundo”, atrelado a um tempo social particular. O maior elogio que Bosi vê na obra de Furtado é justamente seu modo de pensar o “desenvolvimento em uma direção complexa, contraideológica, que daria pleno valor aos fatores não econômicos (culturais, políticos) do processo”¹⁴⁰⁰, caminho que Bosi já vinha rastreando desde suas perquirições em torno de Simone Weil.

¹³⁹⁷ IC: 379 (grifos do Autor).

¹³⁹⁸ IC: 380 (grifos meus).

¹³⁹⁹ IC: 380-1.

¹⁴⁰⁰ IC: 245. Acerca da obra de Celso Furtado, Bosi, atualmente, em virtude da republicação das principais obras do célebre economista paraibano, vem desenvolvendo pensamento correlato ao

Bosi não pára na confluência elogiosa da obra de Celso Furtado, esboçando estratégias, de forma absolutamente inédita em sua obra, ao menos na forma diretamente *assertiva*, como as que aqui se apresentam, criando espaço para a expressão de demandas locais e nacionais. Para Bosi, uma verdadeira política pública move-se pelo bem do público (palavras que no Brasil não significam mera tautologia). Assim:

Contrapor à *tecnoburocracia* uma inteligência crítica capaz de sondar as causas mesmas da dependência com o propósito de instruir políticas públicas de longo alcance (...) contrapor ao processo de *concentração de renda* uma política fiscal distributiva gradual e coerente (...) contrapor à *estrutura fundiária iníqua* o amplo acesso à terra (...) contrapor ao *arrocho salarial* uma prática de elevação dos salários e de participação do trabalhador no lucro das empresas (...) contrapor à *degradação ambiental* um freio ao consumismo irresponsável das classes altas (...) contrapor à *concentração industrial* uma política de descentralização (...) contrapor à *aceitação passiva da hegemonia cultural norte-americana* a formação de uma cultura nacional que, sem padecer dos males ideológicos da xenofobia, soubesse valorizar o que já se construiu em termos de criação no Brasil nas ciências básicas, na pesquisa tecnológica, nas artes, nas letras e em conquistas efetivas nas áreas do ensino superior e dos meios de comunicação¹⁴⁰¹.

Logo se vê que o programa reformista de Bosi apela a instâncias outras que não somente às de natureza puramente econômica e política, supostas nas políticas eminentemente liberais, mas as de natureza humana e cristãs, e que apelem ao princípio da razão. Sem dogmatismos, Bosi percorre os horizontes de uma política que não seja irresponsável, nem intolerante, mas que antes, force os horizontes da ação política a um repensamento das condições sub-humanas a que são agregados milhões de brasileiros.

Pensar a contraideologia, portanto, aponta para um desenvolvimento maior e mais abrangente do que a categoria “literatura e resistência” insiste (embora, ambas as proposições se incluam na mesma lógica). Trata-se aqui de um desdobramento, uma nova valoração que envolve espectros antes apenas entrevistos, mas não totalmente desenvolvidos, pela régua de valores da escrita de Bosi. Esse repensamento reconduz as premissas que antes se vinham cultivando, e repõe dados antes indisponíveis no jogo político e democrático. A literatura é uma face desse consórcio.

que Furtado vinha teorizando desde pelo menos os anos 60. Sobre isso, confira o prefácio de Bosi “Celso Furtado rumo a uma visão holística”, publicado em *Criatividade e dependência na sociedade industrial*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, pp. 9-31.

¹⁴⁰¹ IC: 247-51 (grifos do Autor).

Conclusão: notas de trabalho

*Quando chegar a sua vez você terá, possuirá, guardará,
E finalmente sentir-se-á orgulhoso, quando não há nenhum motivo.*

*Seus desejos serão realizados, e então você ficará boquiaberto
Com a essência do tempo, tecida de fumaça e nevoeiro,*

*Um tecido iridescente de vidas que duram um dia,
Que se erguem e tombam como um mar inalterável.*

*Os livros que leu não terão mais utilidade.
Você procurou uma resposta mas viveu sem resposta.*

*Você caminhará pelas ruas das cidades do sul,
De volta às suas origens, admirando mais uma vez, extasiado,
A brancura de um jardim após a primeira noite de neve.
(Milosz)*

*Todo o nosso passado é como uma ameaça -
Olha, estou vindo, toma cuidado, eu te matarei!
O céu estremece e empunha um bordo, como uma rosa,-
Possa ele arder com mais força ainda – bem diante de
teus olhos
(Tardoviski)*

Notas finais ao conceito.

Agora, podemos entender algumas conclusões que os escritos de Bosi apontam. Destacamos um corte epistêmico dentro de sua obra e procuramos trafegar por ele, e, embora nos resvalássemos na obra como um todo, boa parte dela ainda está por ser descoberta, intuída e prolongada, em um diálogo que se mostre frutífero, complementarmente ou contraditoriamente, algo que qualquer mestre espera que se faça com sua obra.

Quando adquirimos mais intimidade com seus escritos, uma coisa se nos configurava, não de todo clara é verdade, no projeto inicial de onde partíamos: onde começava o homem Bosi, e onde terminava a obra por ele escrita? Embora ainda continuemos afins a uma perspectiva em que ambos *conjuntamente* são insubstituíveis no momento da análise, privilegiamos a obra, mas não em detrimento do homem por trás dela. Por isso, nosso aporte caminhava *pari passu* com a biografia que pudemos ter acesso, seja por meio das entrevistas, seja pelas pistas que encontrávamos diluídas nos textos.

Mais do que um modo de concepção de análise, o que apreendemos com a leitura dessa obra é que a literatura não é apenas um nexos da fantasia humana, um horizonte que “assombra”, por assim dizer, os efeitos nefastos da cultura-capital na sua unidimensionalidade. Ela mostra ao homem mesmo que sua dimensão é a de *ser humano*. Os aspectos resistentes, lidos em torno da literatura, como se viu, definiam a postura desse “homem”, cortado por ideologias, fantasias, devaneios, perspectivas, enfim, do homem que está imerso em uma rede *transversal* de “tempo” e “ser”, que o constitui.

Uma palavra parece contemplar o amálgama que ambas, literatura e resistência, cumprem no homem: afeto. Embora esta palavra esteja por demais coberta por uma camada grossa de impressionismo e subjetividade – que pode atrapalhar na hora final da análise –, ela conduz o leitor de literatura exatamente para aquela mescla em que o *corpo* contempla seu outro em um processo que pode ser compreendido, se utilizarmos certos vocábulos de um tipo de leitura cristã, como envolta em uma “*unio comunis*”, que é a experiência da literatura. Nesse sentido específico, essas notas de trabalho, essa experiência a que nos referimos indicaria o momento em que *corpo* e *literatura* se entranham abissalmente um no outro, de tal forma que figurariam aprisionados um no

outro porque já não se distinguem mais, tão afetados que foram cada qual na sua identidade entre signo e sentido, sentido e memória.

Por esse horizonte é que iniciamos o estudo a partir das teses inéditas, pois, na minha aceção, elas indicavam com bastante vigor que seu conteúdo não se resumia a um aspecto *puramente teórico*, nem tão somente analítico, nem se constituíam apenas em um aporte metodológico de “longa duração”, na perspectiva de Bosi. Elas se faziam sentir vida no seu Autor. Qualquer um que acompanhe espectro de obra tão grande perceberá as recursivas idas e vindas em torno de Leopardi, Pirandello, a Bíblia, Machado de Assis, que se fazem vibrar em um *tônus* denso de “afeição” e “simpatia” que esses escritos adensam na *vida e no horizonte existencial* do Autor.

Literatura é experiência no sentido mais primaz da palavra. Talvez seja por isso que ela acompanha o homem desde os tempos em que o homem precisou criar algo que o complementasse na sua mescla de sentido existencial. Isso pode ser percebido antropologicamente de tal forma que qualquer cultura que exista pode ser *sentida* em suas tradições, culturas, literaturas, orais ou escritas, pois que, mesmo as culturas ágrafas cultivam histórias que são passadas oralmente geração após geração. Segundo algumas tradições, os grandes escritos que hoje chamamos *Ilíada* ou *Odisséia* foram, algum dia, ditadas cotidianamente por gregos que sentiam naquelas histórias um pouco da vida em comunidade, que sentiam também ser aquelas histórias uma verdade *de cada* um e de *nenhum* deles.

Há quem diga que os metros homéricos foram especialmente gerados dentro de uma pulsação e métrica tal que fossem antes *sentidos* pela respiração: passando pelo pulmão, traqueia, partes superiores como o nariz e os músculos do peito e diafragma. Bosi tem um desenho muito interessante disso no texto “O som no signo”, mas que também perpassa todo *O ser e o tempo da poesia*. Se os metros homéricos foram feitos para serem assim vistos e sentidos (inclusive no desenho das palavras), há que se pensar que poderia não ser diferente com as obras anteriores e posteriores aos grandes poemas. É essa a tese que atravessa todo o *Na madrugada das formas poéticas*, de Segismundo Spina, dedicado a Alfredo Bosi, “a mais perfeita vocação de professor da Universidade de São Paulo”, como a ele se referiu Antonio Candido, frase que se lê no pórtico do livro. As manifestações poéticas de todos os tempos antes eram cultivadas ora como música, ora como dança, enfim, como mito, de modo que aquela pulsação que vimos em Homero é a forma “ancilar” que aparece simultaneamente como *origem social*, e

também, como processo *psicogênico* da literatura. No entanto, isso não é tudo, como vimos ao longo do texto, esse processo é social, é histórico, portanto, pode-se apostar em uma simbiose ou consórcio de natureza e sociedade, à maneira do que Lukács infere de sua *Estética*.

Desse modo, o que se figura nas obras de Alfredo Bosi é a conjunção de uma antropologia da literatura ancorada na proposição, altamente sugestiva, de que a literatura abraça o corpo no seu horizonte de gênese. Essa tese, junto a outras, igualmente fecundas, inspira também sua crítica. A literatura e a crítica são irmãs siamesas. Por que se comenta uma obra? É a pergunta que muita gente se faz, sem saber que ela é a matriz mesma da crítica literária: sem esse questionamento seria impossível caminhar pelos meandros do que se convencionou chamar resenha, recensão, análise, enfim, tudo aquilo que medra o momento crítico, mas isso é apenas um momento dessa dimensão, já que o que orienta propriamente uma discussão é a paixão que temos pelas coisas que aparecem nos “jogos” da vida, para ficar com uma expressão cara a Johan Huizinga, em livro clássico sobre o assunto, o que não indica leviandade nem muito menos preguiça em oposição a trabalho: são, ambos, modos de *conviver*.

Ora, pode-se arrazoar, se são irmãs gêmeas, o que distinguiria uma da outra? Por certo que se ambas têm uma origem social, se compactuam a mesma necessidade inerente do ser humano em coabitar em uma atmosfera gregária e de diálogo, a esfera pública, então a literatura e a crítica estão munidas de semelhante necessidade do humano, ou seja, ambas trafegam pela via do universo humano que se chama *comunidade*. Elas se distinguem por serem sínteses *diversas* da mesma dialética, em que o homem e seus objetos de criação se conduzem para o mesmo “templo” onde homem e humanidade podem se encontrar. Tudo isso parece-se com uma idealidade, embora possamos objetar a essa contestação a seguinte demanda: *o mundo somos nós que o fazemos*. A história, nosso ser social, nossas perspectivas de vida, tudo isso é construído na nossa imediata *práxis* e horizonte da memória; se não nos ocorre que esse encontro seja de fato visto e sentido, é porque o homem tem pela frente algo que não se resolveu no seu horizonte de fazer(se) em sociedade.

Este percurso foi pensado nesse sentido, isto é, em direcionar o leitor para uma ideia que mesclasse tanto o universo do ser da literatura, quanto o problema do comentário que surge com ela. Daí que se pergunte qual o lugar hoje da crítica de Alfredo Bosi no contexto da cultura brasileira?

Recentemente, Francisco Foot Hardman expressou sua análise da crítica brasileira mais recente, em uma espécie de balanço não oficial dela. Embora tenha se detido mais na produção recente, acabou partindo daqueles críticos que *são* escola. A escola a que Hardman se refere orientou-se a partir de balizas fortes, vindas de um tipo de ensaísmo denso, “abrangente”, de caráter “entre o social e o literário”¹⁴⁰². Por isso “a geração de ensaístas que lhes sucedeu, sempre com brilho, defrontou[-se], no entanto, mais fortemente, entre outros limites, [com] os da compartimentação dos saberes acadêmicos e pulverização do valor da cultura literária em prol do imediatismo midiático e da aparição dos curadores patrocinadores como guardiães da nova economia cultural. Quando falamos dela nos referimos, entre muitos outros, no campo da literatura brasileira, a Alfredo Bosi, Antonio Arnoni Prado, Augusto de Campos, Benedito Nunes, Davi Arrigucci Júnior, Haroldo de Campos, Heloísa Buarque de Hollanda, João Adolfo Hansen, João Luiz Lafetá, José Guilherme Merquior, José Paulo Paes, Luiz Costa Lima, Luiz Roncari, Roberto Schwarz, Silviano Santiago e Walnice Nogueira Galvão”. Portanto, o que Hardman quis dizer é que esse universo de críticos perfazem um tipo de análise que transita nos mais diversos pólos da crítica contemporânea, sendo considerados já clássicos perenes da instituição da crítica brasileira.

Levando-se em conta a recensão elogiosa de Hardman, Bosi estaria situado na plêide de autores que estacionaram no conforto de serem tidos como “clássicos”, qualificação relativamente dispensável a um Autor que sempre esteve preocupado em fazer seu trabalho, de modo bastante discreto e quase sem alarde. Creio que nem seria sua intenção certa “comodidade da velhice” a que estaria vinculado seu trabalho – sugerido pelo termo em questão –, e seria pouco produtor qualificar-lo assim, dado que esse rótulo inibe futuros estudantes dela a se aventurarem no imediato estudo de sua obra. Ademais, Bosi ainda está em plena atividade, quem lhe acompanha suas publicações mais recentes comprova isso cabalmente.

Os autores citados constituem uma plêide de nomes importantes. Alguns mais, outros menos presentes nas mídias, eles se incumbem a tarefa de trazer o debate para a arena da esfera pública. Bosi, Luiz Costa Lima e Silviano Santiago talvez sejam os mais

¹⁴⁰² HARDMAN, Francisco Food. “Um ofício escrito no plural” in: *O Estado de São Paulo* (Sabático). 27 de agosto de 2011, p. S6. Todas as citações estão na mesma página.

produtivos deles. Alguns parecem já ter abandonado a arena, mas não deixaram de marcar a sua (e a nossa) geração.

Partindo da constatação de que essa geração seria, portanto, herdeira da anterior, isto é, daria continuidade a ela na sua cronologia, mas não só, pois que muitos lastros de ideias são defendidos ou negados ainda, Bosi dá prosseguimento ao seu trabalho, até agora, incansável, de mais de meio século.

O leitor de nosso trabalho que queira prosseguir no estudo da obra de Bosi perceberá que há ainda muitas dimensões que não puderam ser abarcadas, dadas nossas condicionantes de tempo e espaço. Seoubessem reticências aqui, elas poderiam ser preenchidas pelo leitor.

Embora o itinerário que escolhemos percorra o contínuo “literatura e resistência”, ainda caberia perguntar: qual seria o limite desse conceito dentro dos paradigmas criados pela crítica literária brasileira no último meio fim de século, lembrando aí o livro já clássico de Leda Tenório da Motta? Analisando os meandros de sua obra, percebe-se que escapa a ela a ideia *restritiva* do engajamento puro, especialmente no sentido que Sartre atribuiu em *Que é a literatura?*. De fato, em alguns momentos, pode-se pensar que Bosi aceita que seu conceito concorra a uma *intencionalidade* peculiar nesse quesito. Previno que, embora seja factível uma crítica dessa intencionalidade, a obra de Bosi é toda ela pensada em torno da “situação histórica” em que se origina seu objeto, e os exemplos mais evidentes dessa constatação se dão mais claramente nas análises que fizemos de Machado de Assis e Cruz e Sousa, exemplos de como a conjunção “história e conceito” possibilitam uma visada que se quer fora da *anacronia*. Perguntado sobre essa possível confusão de perspectiva, ele diria:

*Pode haver quem entenda que eu defenda uma poesia abertamente política. Isso não coincide exatamente com minha proposta. A representação ideológica direta é apoética (...) a pura ideologia é a morte da poesia (...) o valor intrínseco de um poeta não se deve ser medido pelo grau de adesão a uma ideologia*¹⁴⁰³.

Quando críticos como Alcir pécora ou João Adolfo Hansen, ou Juremir Machado da Silva, em outra vertente analítica este último, o acusam de transitar por um caminho “anacrônico”, têm seus postulados elaborados na lide que tenta contemplar seu

¹⁴⁰³ Entrevista a Haroldo Ceravolo Sereza, Op. Cit., (grifos meus).

objeto por outro parâmetro analítico e, nesse aspecto, alguns deles são exemplares na retidão lógica e na sua petição de princípio, que não devem ser desconsiderados no debate. Em alguns casos, como parece ser o dos dois eminentes pesquisadores de São Paulo, esses postulados são *avanços normais* na pesquisa em ciências humanas, nas quais, por princípio, ninguém tem a última palavra, o que ocorre também nas ciências exatas, salvo que com menor frequência, talvez. Fato mais que evidente, mas que não custa evocar agora.

Outros postulados, mais heterogêneos, em torno da pesquisa em literatura, como é o caso daquela antologia de poesia “de invenção” no Brasil, e que atravessaria todos os seus quinhentos anos de produção literária, cujo caráter está associado totalmente a uma outra perspectiva, bandeira defendida em muitos escritos, mas cujo mentor principal seria o poeta Haroldo de Campos. Creio que tal proposta acabaria revelando uma *possibilidade* epistemológica sugestiva, uma vez que evoca claramente a chance de comparar critérios tão díspares quanto possíveis, embora Bosi a considere uma tentativa singularmente arbitrária.

Por isso, cremos que quando Bosi identifica na sua escrita o contexto, os aspectos biográficos do autor analisado, outros escritos concorrentes vigentes, o *Zeitgeist*, para nuançar mais ainda os aspectos conectivos em torno à figura de Hegel, enfim, está enunciando sua renúncia em avaliar as obras sob o critério do gesto *puramente* engajado e imanente, embora esteja enunciando também sua postura política ali contida e explicitada.

Em país tão aderente a uma cultura do narcisismo, da busca desenfreada pela satisfação egoica, da qual o “jeitinho brasileiro” é sua melhor espécie, conceitos como os defendidos por Bosi – mais aqueles que Antonio Candido, dentre outros intelectuais, criou, como parece ser o caso do caráter “empenhado” da literatura *brasileira* –, têm sua origem em uma perspectiva de desconcerto entre a alta cultura e a cultura de massas, de que o texto de Candido é exemplar nesse sentido:

Com efeito, ligam-se ao analfabetismo as manifestações de debilidade cultural: falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); inexistência, dispersão e fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais (muito menor que o número já reduzido de alfabetizados); impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorísticas;

*falta de resistência ou discriminação em face de influência e pressões externas*¹⁴⁰⁴.

Dáí Candido continuar sua análise com real consciência do papel que têm suas palavras: “em nosso tempo, uma catequese às avessas converte rapidamente o homem rural à sociedade urbana, por meio de recursos comunicativos que vão até a inculcação subliminar, *impondo-lhe valores duvidosos e bem diferentes dos que o homem culto busca na arte e na literatura*”¹⁴⁰⁵.

Por certo, por essa ótica, Bosi pode dizer-se um discípulo de Candido, pois sua defesa da cultura perpassa a ideia de que a cultura do homem, seja ela “letrada”, “universitária”, ou “popular”, não tenha sua ontologia ligada *irrestritamente* aos avanços dos *mass media*. É o que todo o posfácio a *Dialética da colonização* claramente expressa.

Candido está dizendo com todas as letras que o Brasil sofre de uma esfera pública “falhada” e, no limite, *quase inexistente* até meados do século XIX, constatação que poderia ser estendida até pelo menos a Revolução de 30. Basta ver que as bibliotecas só foram permitidas muito tardiamente, com a vinda da família real, em 1808, e a censura, durante toda a história do país, foi regra, não exceção. Nossa primeira universidade, a USP, foi criada somente em 1934, e, embora já conte entre as 200 melhores instituições de ensino superior do mundo, voltem-se os olhos para o restante do país e a situação da pesquisa e da produção de conhecimento é alarmantemente desanimadora. Candido também está dizendo que nossa história está sendo empurrada, via *fórceps*, para o mercado, quando sequer aprendemos ler nossas primeiras letras.

A crítica de Bosi em torno da literatura brasileira contemporânea também pode ser colocada no sentido de identificar nela traços de uma deglutição mal feita dos *mass media*, e que, por isso, lhe faltaria certa consistência em face de seu tempo; em face dessa ideia, lhe faltaria, ainda, o potencial do conhecimento dos processos de escrita que lhe possibilitariam criar “momentos resistivos” coesos a uma tradição que se apoderou desse viés crítico por tantos séculos. Não se trata de simplesmente defender a “História da Literatura”, ente morto e ressuscitado várias vezes nesse tempo “pós-estruturalismo”, “pós-estéticas da recepção”, “pós-moderna”, como se queira, no que já nos adiantamos

¹⁴⁰⁴ CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento” in: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987, p. 143 (grifos meus).

¹⁴⁰⁵ *Id.*, *Ibid.*, p. 143 e 145 (grifos meus).

mais vez a seus futuros críticos. Trata-se de ver nela uma adesão *imediate* à índole do mercado, à reificação que sempre está à espreita, ao fetichismo do objeto-mercadoria, de que a literatura está muito próxima de abarcar na sua vontade voraz de contaminação, como Bakhtin sugeriu com precisão quase contábil, principalmente no que se refere ao romance, a mais *impura* das *formas*, que não está morto, diga-se de passagem outra vez mais¹⁴⁰⁶. Bosi dirá a esse respeito:

Suspendamos, por um momento, a ação do juízo estético. Atenhamo-nos ao objeto. Façamos a pergunta mais aberta: será possível, nesta era de cultura-para-massas, de indústria cultural generalizada, ou, se quiserem, nesta era de cultura-espetáculo, ignorar a vigência e o enraizamento pragmático dessa concepção de arte, palpável não só nas revistas de grande público, como também em um sem-número de livros de ficção que enchem as livrarias e que, por isso mesmo, continuamos a chamar, usando o termo mercadológico, de *Best-sellers*?¹⁴⁰⁷.

Que experiência esperar dessa literatura em que tudo se resume a fatores mercadológicos? Estamos falando de parte dela, não de toda ela, previna-se. Será mesmo que ela pode apelar o homem de um saber outra vez “visceral”, como sugere Bosi? Ser radical é ir à raiz das coisas, dizia o velho Marx, uma afirmação bastante sustentável e consequente.

Talvez alguns escritores hoje se abeirem de experiências outras que não as de sua raiz existencial, movimento pelo qual o quinhão do passado não seria “peso”, mas, antes, uma identificação com aquilo que lhe é próprio, que lhe está enraizado. Consciente ou inconscientemente é dessa forma que as imagens ganham consistência, ganham vigor, e transmitem de fato uma experiência *vital* para o homem.

É fato que, imbuídos da perspectiva do Autor, sejamos levados a entender que havia, até bem pouco tempo, antes da década de 70, certa aptidão para a “unidade”, para o “centramento”, de que as máximas como “weberianismo”, “funcionalismo”, “marxismo”, eram vistas como âncoras de explicação que apontavam para “uma interpretação coerente dos significados”, e acabaram sendo lidas, depois daqueles tempos, no nosso tempo, diga-se, como “suspeita de abstração, quando não de

¹⁴⁰⁶ “O romance admite introduzir na sua composição diferentes gêneros, tanto literários (novelas intercaladas, peças líricas, poemas, sainetes dramáticos, etc.), como extraliterários (de costumes, retóricos, científicos, religiosos e outros. Em princípio *qualquer gênero pode ser introduzido na estrutura do romance, e de fato é muito difícil encontrar um gênero que não tenha sido alguma vez incluído num romance por algum autor*” in: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*, Op. Cit., p. 124 (grifos meus).

¹⁴⁰⁷ BOSI, Alfredo. “Os estudos literários na era dos extremos” in: LR: 250-1.

autoritarismo”¹⁴⁰⁸. Daí a constatação algo melancólica de que “o andamento (dito *timing*) dessa cultura [pós-moderna] vem-se acelerando desde os anos 70 e pondo-se em sincronia com o tempo norte-americano, europeu ocidental e nipônico. Quanto ao problema substantivo da qualidade, que remete à questão crucial dos *valores*, sabe-se que as coisas são um pouco mais complicadas”¹⁴⁰⁹. Por que a cultura, brasileira estritamente falando, deveria se guiar pela pauta das contingências criadas pela indústria cultural desses países?

Nesse aspecto, é bastante interessante conferir que a opinião de Bosi a esse respeito acaba confluindo para uma perspectiva lukacsiana – interessante já o vimos por quê. Acontece que, lidas na sua perspectiva mais profunda, essa visão é de fato um pouco injusta, mas isso é assunto de outra polêmica que não temos espaço aqui para detalhar –, na medida mesma em que endereça o estilhaçamento da feição moderna da sociedade, como dissemos, à *perda de totalidade*¹⁴¹⁰, tese cara a um de seus livros publicados da década de 20. Bosi diria ainda:

Os exemplos têm ar caricato, mas é pelos extremos que o estilo de uma época aparentemente sem estilo se mostra com maior veracidade. O discurso sobre este *saber em migalhas* e sobre as fraturas que cortam o terreno da cultura superior levou-nos a contemplar uma situação espiritual de descentramento que se poderia chamar também de recusa da totalidade. Essa atitude tende, pela sua repetição tantas vezes inconsciente, a virar monotonia ideológica¹⁴¹¹.

Qual seria, para Bosi, o *ethos* de nosso tempo? Seria difícil defini-lo, mesmo que acompanhem de perto a lógica de seu trabalho. Mas que fique claro que o movimento

¹⁴⁰⁸ BOSI, Alfredo. “*Pós-scriptum* 1992” in: DC: 348.

¹⁴⁰⁹ *Id.*, *Ibid.*, p. 350 (grifo meu).

¹⁴¹⁰ “Nesses pontos de partida e em outros igualmente problemáticos, manifesta-se a influência da herança hegeliana, que não foi elaborada de modo coerente pelo materialismo e, por isso, também não foi suprimida nem preservada. Há ainda outro problema central a ser mencionado e que se refere aos princípios. Sem dúvida, um dos grandes méritos da *História e consciência de classe* foi ter restituído à categoria da totalidade, que a ‘cientificidade’ do oportunismo socialdemocrata empurrara totalmente para o esquecimento, a posição metodológica central que sempre ocupou a obra de Marx.”, diz Lukács no posfácio de 1967 a seu livro de 1922, in: *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 20. Em nossa opinião, Lukács foi muito consciente ao radicalizar essa vertente interpretativa, que está associada, diga-se, à perda da perspectiva da experiência propriamente dita, em que o todo dominante da economia ditaria a norma e os valores, daí também a luta travada por parte da esquerda, de que Bosi faz parte, em rememorar essas categorias no seu aspecto eminentemente filosófico. Bastaria entender o que o Partido Comunista viu nesse livro que o fez rejeitar a toda a tese em bloco, tendo, Lukács, inclusive, de abdicar do livro, não por vontade, fato bastante bem historicizado.

¹⁴¹¹ BOSI, *Id.*, *Ibid.*, p. 352 (grifos do Autor).

operado por seu *pós*-escrito faculta uma dialética que progride na direção de entender, mas também de desarmar, os mecanismos do pós-modernismo na sua feição mais propriamente ideológica. Acompanhemos rapidamente o andamento de sua resolução. Trata-se de identificar “*pós*-moderno = *plus*-moderno”, ou seja, a equação é dada sob o impulso da “velocidade” dos signos que a cultura moderna movimenta. Mas esse impulso sofre uma inflexão que se dá pela medida *resistiva*, daí que “*pós*-moderno = *anti*-moderno”, duas “equações” que “formam um *sistema contraditório e simultâneo*”¹⁴¹².

O conceito até aqui estudado ausculta não apenas a literatura, mas encaminha sua visada a uma opção que é também, “democrática (e, no limite, se confunde com a ‘desobediência civil’), porque nasceu sob o signo da ditadura; “é ecológica”; “e é distributivista”¹⁴¹³. Essa feição, de natureza eminentemente política e civilizacional, complementa dialeticamente seu legado algumas vezes descrito nas páginas anteriores. Observe-se que, aqui, Bosi confere à cultura de resistência um valor “teleológico”, pois vê a sociedade como composta de “homens plenamente humanizados como um valor a atingir”¹⁴¹⁴. Embora essa teleologia se anuncie agora, 15 anos depois de formulado, é sinal claro de que ainda precisaria de suplementos posteriores, que não se resolveriam tão somente nesse texto, como se viu na análise que se fez de *Ideologia e contraideologia*.

O segundo termo da equação ambiciona, portanto, *resistir* tanto quanto possível: “toda crise política é uma crise cultural que envolve diretamente representações e valores coletivos. Daí a extrema oportunidade de aprofundar o significado ético das formações de resistência que estão presentes na equação crítica: *pós*-moderno = antimoderno”¹⁴¹⁵. Fica clara, portanto, também, a postura *negativa* de seu conceito, lido em torno da cultura moderna como um todo, no sentido de localizar nela o bloco de adesão ao mercado que já advertíamos mais acima.

É preciso entender o que Bosi quer dizer com “antimoderno”. O termo parece indicar a defesa do pólo que contraria as “seduções” que se anunciam com o pós-modernismo, ou seja, a defesa do anticonsumo, ou pelo menos de um consumo que seja responsável; do pacto com o espaço que nos cerca, não em favor do capital que o quer

¹⁴¹² *Id., Ibid.*, p. 351, 355 e 358 (nesta última, grifos meus).

¹⁴¹³ *Id., Ibid.*, p. 365.

¹⁴¹⁴ *Id., Ibid.*

¹⁴¹⁵ *Id., Ibid.*, p. 372.

apenas como mercado unilateralmente, mas como *lar*; da Ética pelo Outro que não seja mero palavrório vão, já que o que nos conduz são escolhas. Escolha a escolha, diria Sören Kierkegaard, “primeiro passo da existência ética fora da qual o tempo do sujeito se escoia pelo ralo da curiosidade lábil e da desconversa”¹⁴¹⁶. Enfim, dirá Bosi, não sem uma ponta de insatisfação e indisfarçável melancolia: “seria este antimodernismo o impulso da boa negatividade contra a má positividade que produziram os donos do capital e do poder? A cultura de resistência se vê a si mesma como reação não reacionária. Ela combate para que o *Homo sapiens* do terceiro milênio não pague com a doença, a sujeira, a desintegração e a morte o preço de um crescimento cego e desigual entre os povos e no bojo de cada formação nacional”¹⁴¹⁷.

Essas últimas citações esclarecem melhor o que Bosi está tentando demonstrar; os percalços da vida moderna devem alcançar um equilíbrio positivo entre a *práxis* humana e a vida do espírito, entre a cultura e o sujeito que a tem.

Os conceitos políticos e literários que estudamos já se vinham pronunciando nesse sentido desde pelo menos *Dialética da colonização*, e se desdobrou em *Ideologia e contraideologia*. Por isso, *vida* e *literatura* nunca se apartaram, (trata-se de um retorno salutar conferido nas premissas da obra inicial tanto de Bakhtin quanto de Lukács), na acepção positiva que o Autor lhes conferiu, fazendo entender que essas instâncias, embora muitas vezes conceitualmente separadas, confluem na mesma paisagem existencial que é a do homem mesmo.

O horizonte de que parte, portanto, a crítica de Alfredo Bosi é o da emancipação do homem, com todas as consequências advindas da linguagem prudente da razão, ecoadas das páginas de Kant. Nesse sentido, partilha, com homens de sua geração, e de outras gerações também, esse ideal de comunicação e de sentido entre consciências que se dá na *forma poética*. Pervaga por toda a crítica de Antonio Candido, por exemplo, a ideia de que a crítica que vale a pena ressalta uma função inteligente e vinculativa entre os homens, uma “aventura da personalidade”, a ponto de dizê-la como sendo um “*instrumento de conhecimento e um guia de caminhos difíceis*”. Davi Arrigucci Jr. dirá, por sua vez, dela como uma “*operação interna, afetiva e pessoal*”, que indicaria o claro estigma deixado pela prática interpretativa na vida do intérprete. Luiz Costa Lima falaria da “*dignidade e [da] especificidade da linguagem [poética]*”, palavras que se

¹⁴¹⁶ *Id., Ibid.*, p. 357.

¹⁴¹⁷ *Id., Ibid.*, p. 360.

explicam a si mesmas. Roberto Schwarz falaria, a partir de Machado de Assis, do “impulso emancipatório indispensáve[l] a uma idéia forte de crítica”¹⁴¹⁸. A crítica de Bosi guarda, portanto, com a desses e de outros homens, um respeito e uma dignidade que dignifica a humanidade. É, por isso mesmo, uma obra para este tempo.

¹⁴¹⁸ CANDIDO, Antonio. “Notas de crítica literária – *ouverture*” in: DANTAS, Vinícius (Org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2002, p. 28; ARRIGUCCI Jr., Davi. “Em busca de sentido (entrevista)” in: *O guardador de segredos*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 226; LIMA, Luiz Costa. “Poesia e crítica” in: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 28; SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição” in: *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 29.

Bibliografia.

Um homem que perde a visão continua a ver o que o cerca em termos de imagens lembradas.

(Steiner)

Bibliografia de Alfredo Bosi.¹⁴¹⁹

Teses.

- BOSI, Alfredo. *Itinerario della narrativa pirandelliana*. (Tese de doutorado, inédita). São Paulo: USP, FFLCH, 1964.
- _____. *Mito e poesia em Giacomo Leopardi*. (Tese de Livre Docência, inédita). São Paulo: USP, FFLCH, 1970.

Livros.

- BOSI, Alfredo. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1964. (Col. A Literatura Brasileira, v. V).
- _____. *Dialética da colonização*. 4 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *O ser e o tempo da poesia*. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 1977 (6 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000).
- _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *Reflexões sobre a arte*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Fundamentos).
- _____. *Machado de Assis*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 1 ed. São Paulo: Ática, 1988 (2 ed. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2003).
- _____. *Brás Cubas em três dimensões: estudos machadianos*. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 1970 (38 ed. São Paulo: Cultrix, 2007).
- _____. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011 (Col. Essenciais).

Em Organização/Coordenação ou Colaboração.

- BOSI, Alfredo & SCALZO, Nilo (Orgs.). *José Bonifácio, o Moço – poesias*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962.
- BOSI, Alfredo & ILARI, Rodolfo. *A palavra e a vida*. São Paulo: Loyola, 1976.
- BOSI, Alfredo (Org.) *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: Edusp, 1978.

¹⁴¹⁹ Antes de citar a bibliografia utilizada, convém apontar algum esclarecimento. Em primeiro lugar, o leitor precisa ter a noção de que a vastíssima bibliografia produzida por Alfredo Bosi está, ainda, em levantamento. Quando nos cedeu a entrevista em 09 de novembro de 2010, perguntei-lhe sobre o andamento desse trabalho e ele nos confirmou o que de fato já sabíamos: faltava ainda muito até que se completasse. Fiz o maior levantamento (até agora) possível.

- _____. (Sel. y Pról.) *Cuentos de Machado de Assis*. Caracas: Ayacucho, 1978.
- BOSI, Alfredo [et. al.]. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- BOSI, Alfredo (Sel. e Introd.). *As melhores poesias de Ferreira Gullar*. São Paulo: Global, 1983.
- BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4 ed. São Paulo: 2006.
- BOSI, Alfredo [et. al.]. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987.
- BOSI, Alfredo (Org., sel., e pref.). CARPEAUX, Otto Maria. *Sobre letras e artes*. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.
- BOSI, Alfredo (Org. e Pref.). LOPES, Hélio. *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. (Org.). *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 2001.
- _____. (Org.). *Brazil: dilemmas and challenges*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *O conto brasileiro contemporâneo* (Org., sel., intr., e notas bibliográficas). 21 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. (Org.). *Padre Antonio Vieira essencial*. São Paulo: Cia das Letras/Penguin Classics, 2011.

Artigos, Prefácios, Introduções, Resenhas e Ensaio em Livros, Jornais e Revistas.

- BOSI, Alfredo. “A história da literatura brasileira de Veríssimo” in: *O imparcial*. São Paulo: Colégio Macedo Soares, 1958.
- _____. “Crítica e poesia” in: *Progresso Ítalo-Brasileiro* n. 6. São Paulo: 31 de julho de 1959.
- _____. “Lendo *Clarissa* de Érico Veríssimo” in: *A cidade de São Carlos*. 5 de setembro de 1959.
- _____. “O barroco e o sentimento do mundo” in: *A cidade de São Carlos*. 3 de outubro de 1959.
- _____. “O pensamento de Vico” in: *Enciclopédia Ambiente*. n. 1, maio de 1960.
- _____. “O romance da providência” in: *O Estado de São Paulo*, 19 de agosto de 1961, p. 19. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “O círculo mágico” in: *O Estado de São Paulo*, 9 de setembro de 1961, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Resenha” a VAL, Waldir Ribeiro do. *Vida e obra de Raimundo Correa* in: *O Estado de São Paulo*, 15 de julho de 1961.
- _____. “Motivo e tema” in: *O Estado de São Paulo*, 21 de julho de 1962, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Jorge de Lima: a estrada e o rio” in: *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 1962, p. 42.
- _____. “Resenha” a GRASSI, Ernesto. *Arte e mito* in: *O Estado de São Paulo*, 08 de dezembro de 1962, p. 2. (Suplemento literário).
- _____. “Um conceito de humorismo” in: *O Estado de São Paulo*, 09 de fevereiro de 1963, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Os herdeiros de Croce” in: *O Estado de São Paulo*, 28 de setembro de 1963, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “O nosso tempo e a esperança” in: *O Estado de São Paulo*, 14 de dezembro de 1963, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Um teólogo leitor de Dante” in: *O Estado de São Paulo*, 14 de janeiro de 1964.

- _____. “Um comentário perfeito a *Mater et magister*” in: *Brasil Urgente*, n. 50, 28 de fevereiro de 1964.
- _____. “De um prefácio a Quasímodo” in: *O Estado de São Paulo*, 21 de março de 1964, p.1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Debret e o seu *Manifesto por uma civilização solidária*” in: *Brasil Urgente*, n. 54, 27 de março de 1964.
- _____. “O outro Pirandello” in: *O Estado de São Paulo*, 09 de maio de 1964, p.1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Um Kafka italiano?” in: *O Estado de São Paulo*, 11 de julho de 1964, p.1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Nem viver nem morrer” in: *O Estado de São Paulo*, 12 de setembro de 1964, p.1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Michelangelo poeta” in: *O Estado de São Paulo*, 28 de novembro de 1964, p.1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Cecília Meireles: a música ausente” in: *O Estado de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1965, p. 4. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Poesia popular italiana” in: *O Estado de São Paulo*, 08 de maio de 1965, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Ética e poesia no ‘Inferno’ de Dante” in: *O Estado de São Paulo*, 22 de maio de 1965, p. 5. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Problemas da vanguarda” in: *O Estado de São Paulo*, 28 de agosto de 1965, p.1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Um novíssimo lê Dante” in: *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1965, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Sobre Teilhard de Chardin” in: *O Estado de São Paulo*, 06 de novembro de 1965, p. 3. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Verga vivo” in: *O Estado de São Paulo*, 08 de janeiro de 1966, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Introdução” in: REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965, pp. 4-8.
- _____. “Literatura e sociedade” in: *O Estado de São Paulo*, 19 de março de 1966, p. 6. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Bandeira, romântico e moderno” in: *O Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1966, p. 5. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Quer pasticciaccio brutto” in: *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1966, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Croce e os mitos modernos” in: 04 de junho de 1966, 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “A lição de Ungaretti” in: *O Estado de São Paulo*, 20 de agosto de 1966, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “As razões de Moravia” in: *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1966, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Quasimodo revisitado” in: *O Estado de São Paulo*, 24 de agosto de 1966, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Do conformismo ao descontentamento” in: *Notícias literárias*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, n. 21, agosto de 1966.
- _____. “O mundo ofendido de Vittorini” in: *O Estado de São Paulo*, 11 de março de 1967, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).

- _____. “Resenha” a LEFEBVRE, Henri. *Langage et société* in: *O Estado de São Paulo*, 01 de abril de 1967, p. 2.
- _____. “Uma cultura doente? Ítalo Svevo” in: *O Estado de São Paulo*, 06 de maio de 1967, p.6. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Há cem anos nascia Pirandello” in: *O Estado de São Paulo*, 01 de julho de 1967, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Paixão e ideologia (Pasolini)” in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 1967, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Travessia: leitura de *L’anguilla*” de Eugenio Montale in: *O Estado de São Paulo*, 05 de maio de 1968, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “A estrutura e o nada: Umberto Eco e *La struttura assente*” in: *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 1968, p. 1. (Letras Italianas, Suplemento literário).
- _____. “Acaso, necessidade” in: *Revista Discurso*. Ano 1, n. 2, 1971, pp. 153-159.
- _____. “Nota sobre a imagem em Castro Alves” in: *O Estado de São Paulo*, 05 de junho de 1971, p. 5.
- _____. “O ser e o tempo da poesia - uma leitura de Vico” in: *Revista Discurso*. Ano III, n. 3, 1972, pp. 155-173.
- _____. “Prefácio” in: GARBÚGLIO, José Carlos. *O mundo movente de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1972.
- _____. “Formação cultural brasileira” in: VVAA. *Brasil: processo e integração*. São Paulo: Loyola, 1972.
- _____. “O movimento modernista de Mário de Andrade” in: *Colóquio/Letras*. Lisboa: 1973, pp. 25-33.
- _____. “Apresentação” in: MACHADO DE ASSIS. *Memorial de Aires*. São Paulo: Ática, 1973 (caderno separado).
- _____. “A pós-graduação em Literatura” in: *Alfa* 18/19, Dpto de Letras da FFLC de Marília, 1973.
- _____. “A esperança, entendida como a chama que inflama o mundo” in: *Folha de São Paulo*, 07 de julho de 1974, p. 18.
- _____. “Prefácio” in: BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse*. São Paulo: Ática, 1974, pp. 11-15.
- _____. “Silêncio, fala e texto” in: VILLAÇA, Alcides. *O tempo e outros remorsos*. São Paulo: Ática, 1974.
- _____. “Entre a retórica e a poesia” in: BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *A tradição sempre nova*. São Paulo: Ática, 1975.
- _____. “O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci” in: *Debate e crítica*, n. 6, 1975.
- _____. “A redação da volta” in: *Movimento*, 29 de setembro de 1975.
- _____. “Homenagem a Érico Veríssimo” in: *Movimento*, 8 de dezembro de 1975.
- _____. “Frase: música e silêncio” in: *Revista de Letras*, v. 18, 1976, pp. 23-63.
- _____. “Gramsci na prática” in: *Movimento*, 22 de setembro de 1976.
- _____. “Literatura brasileira: modernismo” in: *Enciclopédia Mirador Internacional*, v. IV, Rio de Janeiro, 1976, pp. 1698-1703 (em Col. com Otto M. Carpeaux).
- _____. “Literatura italiana: das origens à Renascença” in: *Enciclopédia Mirador Internacional*, v. XII, Rio de Janeiro: 1976, pp. 6348-6358.
- _____. “Prefácio 1” in: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *O processo sintagmático na obra literária*. Goiânia: Oriente, 1976, pp. 21-26.
- _____. “O crítico entre a teoria e a prática” in: SANTOS, Wendel. *Crítica sistemática*. Goiânia: Edufg, 1977, pp. 5-12.

- _____. “Paulo Emílio Salles Gomes, Cataguases e *Cinearte* na formação de Humberto Mauro” in: *Discurso*, ano VIII, n. 8 – 1978, pp. 46-52.
- _____. “Resenha” a *Antologia retirante* de Pedro Casaldáliga in: *Encontros com a Civilização Brasileira* n. 25, Nov 1978, pp. 257-259.
- _____. “Introdução” in: _____. (Org.) *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: Edusp, 1978, pp. IX-XX.
- _____. “Psicologia e estilo: o leitor de Raul Pompeia e dos prosadores do seu tempo” in: _____. (Org.) *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*, Op. Cit., pp. 112-117.
- _____. “O leitor de Gregório de Matos” in: _____. (Org.) *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*, Op. Cit., pp. 275-278.
- _____. “O crítico de um crítico: ‘Sílvio Romero polemista’” in: _____. (Org.) *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*, Op Cit., pp. 313-318.
- _____. “O leitor sem fronteiras” in: _____. (Org.) *Araripe Jr: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC, São Paulo: Edusp, 1978, pp. 383-386.
- _____. “Apresentação” in: DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. “Imagens do Romantismo no Brasil” in: GUINSBURG, J. (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 239-256.
- _____. “Prefácio” a: CARONE, Modesto. *A poética do silêncio*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 9-11.
- _____. “Resenha” a CARPEAUX, Otto Maria. *Reflexo e realidade* in: *Leia Livros*. Rio de Janeiro: Fontana, 15 de setembro de 1978.
- _____. “Camões e Jorge de Lima” in: *Revista Camoniana*, Instituto de Estudos Portugueses, USP, 1979.
- _____. “A máscara e a fenda (sobre alguns contos de Machado de Assis)” in: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 17, 1979, pp. 117-149.
- _____. “Vico: vida e obra” in: *Os pensadores*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp. VI-XXIV.
- _____. “Prefácio” in: LEITE, Dante Moreira. *O amor romântico e outros temas*. São Paulo: Cia Ed. Nacional/Edusp, 1979.
- _____. “Uma figura machadiana” in: VVAA. *Esboço de figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____. “Moderno e modernista no Brasil” in: *Temas* n. 6, 1979.
- _____. “A questão da cultura brasileira” in: *Conjuntura Nacional*, Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. “O nacional, artigo indefinido”. *Folha de São Paulo* (Folhetim), 10 de maio de 1981, p. 5.
- _____. “Apresentação” in: XAVIER, José Jairo. *Enquanto vivemos*. Rio de Janeiro: Achimé, 1981.
- _____. “Retrato sem retoques” in: SPERBER, Suzi Franki [et. al.] *Língua e literatura: o professor pede a palavra*. São Paulo: Cortez/APLL-SBPC, 1981.
- _____. “Literatura e revolução” in: *Travessia* n. 2, Florianópolis, 1981.
- _____. “O fio vermelho” in: *Folha de São Paulo* (Folhetim), 17 de maio de 1981, p. 4.
- _____. “A intimidade revelada (Cartas de Gramsci)” in: *Folha de São Paulo* (Folhetim), 28 de junho de 1981, p. 10-11.
- _____. “Marilena: o logos apaixonado” in: *Folha de São Paulo* (Folhetim), 27 de setembro de 1981, p.10.

- _____. “Uma crônica das origens” in: CARDOSO, Irene R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982, pp. 11-16.
- _____. “Sobre *Vidas secas*” in: *Novos Estudos Cebrap*. SP, v.1,2, 1982, pp. 42-43.
- _____. “A máscara e a fenda” in: BOSI [et. al.]. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982, pp. 437-457.
- _____. “Memória e memorial” in: *Folha de São Paulo*, 17 de setembro de 1982.
- _____. “Dez argumentos para o ensino público” in: *Folha de São Paulo*, 31 de agosto de 1982, p. 3.
- _____. “Homenagem a Sérgio Buarque de Holanda” in: *Novos Estudos* n. 3, 1983, pp. 49-53.
- _____. “Em memória de Wendel Santos” in: SANTOS, Wendel. *Crítica: uma ciência da literatura*. Goiânia: Edufg, 1983.
- _____. “Educação brasileira” in: SAVIANI, Dermeval et al. *Filosofia da educação brasileira*. São Paulo: Rio de Janeiro: 1983, pp. 135-176.
- _____. “Prefácio” in: BARBÉ, Domingos. *Teologia da pastoral operária. Experiência de Osasco*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. “Alceu aqui e agora” in: *Leia livros*, outubro de 1983.
- _____. “Jejum contra a fome” in: *Folha de São Paulo*, 18 de dezembro de 1983.
- _____. “Lobato e a criação literária” in: *Boletim bibliográfico da Biblioteca Municipal Mário de Andrade*, v. 43, n. 1/2 São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1983.
- _____. “O mundo mineiro de Orlando Bastos” in: BASTOS, Orlando. *Contos*. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. “Descentralização” in: *Folha de São Paulo*, 4 de março de 1984.
- _____. “Um exemplo de participação” in: *Folha de São Paulo*, 22 de março de 1984.
- _____. “O *Auto do frade*: as vozes e a geometria” in: *Folha de São Paulo* (Folhetim), 8 de abril de 1984, p. 10-11.
- _____. “Sobre a não-violência” in: *Folha de São Paulo*, 19 de maio de 1984.
- _____. “Movimento de Educação de Base já tem a sua história”. Resenha a WANDERLAY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar* in: *Folha de São Paulo: Folha de São Paulo*, 15 de junho de 1984, p. 60.
- _____. “Democracia versus poluição” in: *Folha de São Paulo*, 19 de agosto de 1984.
- _____. “Getúlio, Tancredo e a carta” in: *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 1984.
- _____. “Teologias, sinais dos tempos” in: *Folha de São Paulo*, 10 de outubro de 1984.
- _____. “O nacional e suas faces” in: Eurípedes Simões de Paula in: *Memoriam*, USP, 1984.
- _____. “As letras na Primeira República” in: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. T. III, Brasil República, v. 2: Sociedade e Instituições. São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 295-319.
- _____. “Os trabalhos de Martha” in: STEINBERG, Martha. *Mil e um provérbios em contraste*. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. “Estados Unidos, Nicarágua e Brasil” in: *Folha de São Paulo*, 10 de maio de 1985.
- _____. “O livro do alquimista” in: PAES, José Paulo. *Um por todos*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 13-24.
- _____. “A educação e a cultura nas constituições brasileiras” in: *Novos Estudos* n. 14, fev. 1986, pp. 62-67.
- _____. “Um boêmio entre duas cidades” in: ANTÔNIO, João. *Abraçado a meu rancor*. São Paulo: Guanabara, 1986.

- _____. “Céu, inferno” in: _____. [et. al.]. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 386-398.
- _____. “Cultura como tradição” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Tradição e contradição*. Rio de Janeiro: JZE/Funarte, 1987, pp. 31-58.
- _____. “Prefácio” in: LEITE, Dante Moreira. *Psicologia e literatura*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. “Prefácio” in: ANTELO, Raul. *Na ilha de Marapá*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. “Educação e constituinte” in: *Folha de São Paulo*, 6 de fevereiro de 1987.
- _____. “Entre a ecologia e a economia” in: *Folha de São Paulo*, 26 de agosto de 1987.
- _____. “A escravidão entre dois liberalismos” in: *Estudos Avançados*. v. 2, n. 3, 1988, pp. 4-39.
- _____. “Fenomenologia do olhar” in: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp. 65-87.
- _____. “Tradução, uma nova produção” in: *Estudos Avançados* n. 1, v. 2, 1988, p. 78.
- _____. “O exílio na pele”. *Folha de São Paulo* (Folhetim), 13 de maio de 1988, p. B-10.
- _____. “Educar para os direitos humanos” in: *Folha de São Paulo*, 4 de fevereiro de 1988.
- _____. “Vieira ou a cruz da desigualdade” in: *Novos Estudos* n. 25 – outubro de 1989, pp. 28-49.
- _____. “Prefácio” in: FRAGA, Maria Theresa. *Linguagem autoritária*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. “Pluralismo nella cultura brasileira” in: *Letterature d’America*, v. 6, n. 28, Roma, 1989.
- _____. “Apresentação de Leopoldo Zea” in: *Nossa América*. São Paulo: Memorial da América Latina, n. 2, 1989.
- _____. “A vanguarda enraizada, o marxismo vivo de Mariátegui” in: *Estudos Avançados* 7(8), 1990, pp. 50-61.
- _____. “Rerum novarum”. *Folha de São Paulo* (Letras), 11 de maio de 1991, p. 1-2.
- _____. “Antonil ou as lágrimas da mercadoria” in: *Novos Estudos* n. 33 Jul 1992, pp. 43-63.
- _____. “O tempo e os tempos” in: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, pp. 19-32.
- _____. “Aventuras e desventuras de uma ideologia” in: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1992, pp. 8-14.
- _____. “Prefácio” a GADOTTI, Moacir. *Escola vivida, escola projetada*. São Paulo: Papyrus, 1992.
- _____. “Vieira ou a cruz da desigualdade” in: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1993, pp. 209-235.
- _____. “Os meandros do manuscrito” in: WILLEMART, Philippe. *Universo da criação literária*. São Paulo: 1993, pp. 9-14.
- _____. “Prefácio” in: XIDIEH, Osvaldo Elias. *Narrativas populares*. São Paulo/Belo Horizonte. Edusp/Itatiaia, 1993.
- _____. “Jacques Chonchol: o Chile ontem e hoje” (Entrevista) in: *Estudos Avançados* 8(21), 1994, pp. 247-257.
- _____. “Lembrança de Ítalo Betarello” in: *Estudos Avançados* n. 22, set/dez 1994, pp. 255-258.
- _____. “Editorial” in: *Estudos Avançados* . 22, v., 8, 1994, pp. 1-5.

- _____. “Resenha” a SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas*, in: *O Estado de São Paulo*, 13 de maio de 1995, p. Q2.
- _____. “A parábola das Vanguardas latino-americanas” in: SCHWARTZ, Jorge (Org.). *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Edusp/Iluminuras: Fapesp, 1995, pp. 19-28.
- _____. “A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*” in: *Estudos Avançados* 9(23), 1995, pp. 309-322.
- _____. “Formações ideológicas na cultura brasileira” in: *Estudos Avançados* 9(25), 1995, pp. 275-293.
- _____. “Prefácio” in: GONÇALVES, Magaly [et. al.] *Antologia de antologias da poesia brasileira*. São Paulo: Musa, 1995.
- _____. “Homenagem a Florestan Fernandes” in: *Estudos Avançados* n. 26, jan/abril de 1996, pp. 7-9.
- _____. “A natureza, os antigos: Leopardi tradutor” in: LUCCHESI, Marco (Org., Notas) *Giacomo Leopardi: poesia e prosa*. Rio de Janeiro: 1996, pp. 158-173.
- _____. “Situação de Macunaíma” in: ANDRADE, Mário. *Macunaíma* (edição crítica coordenada por Telê Porto Ancona Lopez). 2 ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996, pp. 171-181.
- _____. “Homenageando Florestan Fernandes” in: *Estudos Avançados* 10(26), 1996, pp. 7-9.
- _____. “Um grande folhetim tumultuosamente filosófico” in: CARDOSO, Lúcio. *Crônica da casa assassinada* (edição crítica por Mário Corelli). 2 ed. Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996, pp. XXI-XXIII.
- _____. “História de um encontro” in: *Cecília Meireles, Cecília e Mário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- _____. “Quando tempo não é dinheiro” in: *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1996, p. 7.
- _____. “Educação: as pessoas e as coisas” in: *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1996, p.7.
- _____. “Alain ameno e grave” in: *Jornal do Brasil*, 09 de março de 1996, p. 7.
- _____. “Vieira e o reino deste mundo” in: *Jornal do Brasil*, 04 de março de 1996.
- _____. “a arte e o bicho da seda” in: *Jornal do Brasil*, 06 de abril de 1996, p.7.
- _____. “Cartas cartesianas” in: *Jornal do Brasil*, 01 de junho de 1996, p. 7.
- _____. “Intimidade e assimetria” in: *Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1996, p.7.
- _____. “Leopardi” in: *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1996, p.7.
- _____. “Apresentação: Hélio Lopes, crítico e historiador” in: BOSI, Alfredo (sel., org.). *Letras de Minas e outros ensaios*. São Paulo: Edusp, 1997, pp. 11-14.
- _____. “O ponto cego do ensino público” in: *Folha de São Paulo*, 09 de março de 1997.
- _____. “Um estudante chamado Alexandre” in: *Jornal da USP*, 24 de agosto de 1997.
- _____. “Fantasia e planejamento” in: *Folha de São Paulo* (caderno de resenhas), n. 32, 1997.
- _____. “As fronteiras da literatura” in: AGUIAR, Flávio (Org.). *Gêneros de fronteira*. São Paulo: Xamã, 1997.
- _____. “Uma disciplina do olhar”, resenha a *Introdução ao método de Leonardo da Vinci*. *Folha de São Paulo*, Jornal de resenhas, 12 de dezembro de 1998, p. 10.
- _____. “Camus na festa de Bom Jesus” in: *Revista Tempo Social*, USP, SP: 1998, pp. 49-63.
- _____. “Vieira e o reino deste mundo” in: *De profecia e Inquisição*. Brasília: Senado Federal, 1998, pp. XI-XLIII.

- _____. “Prefácio” in: MARCOVITCH, Jacques. *A Universidade possível*. São Paulo: Futura, 1998.
- _____. “Uma grande falta de educação” in: *Praga*, n. 6, Hucitec, 1998.
- _____. “Prefácio” in: WILLEMART, Philippe. *Bastidores da criação literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999, pp. 9-12.
- _____. “O cânon poético nas antologias brasileiras” in: *Critica del testo*. Dipartimento di Studi Romanza: Università la Sapienza, Roma, 1999.
- _____. “Os estudos literários na Era dos Extremos” in: AGUIAR, Flávio (Org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 108-115.
- _____. “For a renewed historicism: reflex and reflection in Literary History” in: *Ciência e cultura*, v. 51, n. 5/6, dezembro de 1999.
- _____. Intervenção registrada na Ata do 6º Encontro Internacional de Leitores do Manuscrito (6: 1999; São Paulo). *Fronteiras da criação* (Org. Philippe Willemart). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000, pp. 97-100.
- _____. “Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em História Literária” in: *Teresa, Revista de Literatura Brasileira*, n. 1, USP: 2000.
- _____. “Educação e sociedade no Brasil contemporâneo” in: *Ciência Hoje*. São Paulo, 2000.
- _____. “Os apontamentos de Gramsci” in: *Folha de São Paulo*, 08 de abril de 2000.
- _____. “A universidade pública brasileira: perfil e acesso” in: Konrad-Adenauer Stiftung, 2000.
- _____. “Cultura e inculturação” in: VVAA. *História, etnias, culturas*. 500 anos construindo o Brasil. Subsídio entado à 38ª Assembleia Geral da CNBB – 2000. São Paulo: Loyola, 2000, pp. 11-24.
- _____. “Como o ‘Grande Sertão’ enveredou pela TV” in: *O Estado de São Paulo*, 10 de dezembro de 2002, p. D-6.
- _____. “Benedetto Croce: um pensamento de distinções e mediações” in: CROCE, Benedetto. *Breviário de estética*. São Paulo: Ática, 2001, pp. 9-23.
- _____. “Sobre alguns modos de ler poesia: memórias e reflexões” in: _____. (Org.). *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 2001, pp. 7-49.
- _____. “A intuição da passagem em um soneto de Raimundo Correa” in: *Leitura de poesia*, Op. Cit., pp. 222-238.
- _____. “O humanismo de Jacques Maritain” in: POZZOLI, Lafayette et SOUZA, Carlos A. Mota de (orgs.). *Ensaio em homenagem a Franco Montoro: humanista e político*. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 217-221.
- _____. [et. al.]. *Educação hoje: questões em debate*. 15 (42), 2001, pp. 9-101.
- _____. “Apresentação” in: PIRANDELLO, Luigi. *Um, nenhum, cem mil*. São Paulo: Cosacnaify, 2001, pp. 7-14.
- _____. “Os estudos literários na era dos extremos” in: *Rodapé: Revista de literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Nankin, 2001, pp. 170-178.
- _____. “Considerações sobre tempo e informação” in: *Redemoinhos*. São Paulo, n. 4, 30 de julho de 2001.
- _____. “Poesia versus racismo” in: *Estudos Avançados* 16(44), 2002, pp. 235-253.
- _____. “Em torno da poesia de Cecília Meireles” in: *Metamorfoses*, n. 3, Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- _____. “Paulo Evaristo. Leitor de São Jerônimo” in: *Idade Mídia*, n. 2, FIAM, novembro de 2002.

- _____. “Valorizar o professor do ciclo básico”. *Folha de São Paulo*, 27 de julho de 2003 (Caderno Sinopse), p. 14.
- _____. “Discurso de posse da Cadeira n. 12 da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: setembro de 2003, ABL, Rio, 2003.
- _____. “O movimento modernista de Mário de Andrade” in: *Literatura e Sociedade*. São Paulo, n. 7, 2004, pp. 296-301.
- _____. et BORELLI, Dario Luis. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. 18 (50), 2004, pp. 51-6.
- _____. “Carta-Oração ao Fr. Georgio Callegari” in: *Revés do Avesso*, ano 13, São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, janeiro de 2004.
- _____. “*Fora sem dentro*. Em torno de um poema de João Cabral de Melo Neto” in: *Estudos Avançados* 18(50), 2004, pp. 195-207.
- _____. “Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis” in: *Estudos Avançados* 18(51), 2004, pp. 355-376.
- _____. “O realismo na obra de Machado de Assis” in: JUNQUEIRA, Ivan (Org.). *Escolas literárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, tomo I, pp. 375-401.
- _____. “reflexões sobre o Modernismo” in: JUNQUEIRA, Ivan (Org.). *Escolas literárias no Brasil*. Op. Cit., tomo II, pp. 671-686.
- _____. BOSI, Alfredo et COELHO, Marco Antônio. *Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil*. (Entrevista com Octavio Ianni). 18 (50), 2004, pp. 6-20.
- _____. “O teatro político nas crônicas de Machado de Assis” in: *Estudos Avançados*, São Paulo, 2004, pp. 1-34.
- _____. “Prefacio a la edición española” in: _____. *Cultura brasileña: una dialéctica de la colonización*. Salamanca: Ediciones Salamanca, 2005, p. 13-15.
- _____. “Notas sobre o Simbolismo brasileiro em conexão com o Simbolismo Ocidental” in: CAVALIERE, Arlete [et. al.] *Tipologia do Simbolismo nas culturas russa e ocidental*. São Paulo: Humanitas, 2005, pp. 155-161.
- _____. “O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração” in: *Revista Brasileira*. Fase VII, abril-junho, ano XI, 2005, pp. 157-181.
- _____. “Caminhos entre a literatura e a história” in: *Estudos Avançados* 19(55), 2005, pp. 315-334.
- _____. “Da esquerda cristã à teologia da libertação”, manuscrito inédito lido no seminário sobre a obra de Michael Löwy, 28 de setembro de 2005, 21 pp.
- _____. “Apresentação” in: COLERIDGE, Samuel Taylor. *A balada do velho marinheiro*, seguido de *Kubla Khan*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, pp. 9-11.
- _____. “Brás Cubas em três versões” in: *Teresa*, n. 8, março de 2006, pp. 279-317.
- _____. “Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo” in: _____. (Org.) *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 2006, pp. 7-22.
- _____. “Plural, mas não caótico” in: _____. (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 7-15.
- _____. “A educação e a cultura nas constituições brasileiras” in: _____. (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2006, pp. 208-218.
- _____. “*O Cemitério dos vivos: testemunho e ficção*” in: *Literatura e Sociedade* n. 10, 2007, pp. 18-33.
- _____. “Liberalismo versus Democracia” in: *Estudos Avançados* 21 (59), 2007, pp. 359-363.

- _____. “Paulo Evaristo, leitor de São Jerônimo” in: ARNS, D. Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. São Paulo: Cosacnaify, 2007, pp. 7-9.
- _____. “Um testemunho do presente” in: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 3 ed. São Paulo: 34, 2008, pp. 35-50.
- _____. “*Meditatio mortis*: A poesia de Juan Reventós” in: *Estudos Avançados* 22(63), 2008, pp. 334-336.
- _____. “O lugar da retórica na obra de Vico” in: VICO, Giambattista. São Paulo: Hucitec, 2008, pp. 14-35.
- _____. “Celso Furtado rumo a uma visão holística” in: FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Cia das Letras: 2008, pp. 9-31.
- _____. “*Cemitério dos vivos*: testemunho e ficção” in: *Literatura e Sociedade*, n. 10. São Paulo: USP, Departamento de Teoria Literária, 2008, pp. 18-33.
- _____. “Simone Weil: *L'intelligence liberatrice et ses formes*” in: Cahiers Simone Weil. Paris: set. 2008, tomo XXXI, n. 3.
- _____. “Figuras do narrador machadiano” in: *Cadernos de literatura brasileira: Machado de Assis*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2008, pp. 126-162.
- _____. “Um nó ideológico... Notas sobre o enlace de perspectivas em Machado de Assis” in: *Escritos*. Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: 2008.
- _____. “Antonio Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre pseudomorfose e a contradição” (parte 1) in: *Estudos Avançados* 22(64), 2008, pp. 241-254.
- _____. “Antonio Vieira, profeta e missionário. Um estudo sobre pseudomorfose e a contradição” (Parte 2) in: *Estudos Avançados* 23(65), 2009, pp. 247-270.
- _____. “Antonio Candido: mestre da mediação” in: *Literatura e Sociedade* n. 11, 2009, pp. 30-41.
- _____. “Discurso proferido quando da entrega do título de Professor Emérito”. São Paulo: USP, Serviço de Comunicação Social, FFLCH, agosto 2009, pp. 19-35.
- _____. “Prefácio” in: PIÑON, Nélica. *Voices of the desert: a novel*. New York: Alfred Knopf, 2009.
- _____. “Prefácio” in: NEJAR, Carlos. *Poesia reunida*. São Paulo: Novo Século: 2009.
- _____. “Os livros que eu li”, manuscrito inédito, 30 de agosto de 2010, 6 pp.
- _____. “Joaquim Nabuco memorialista” in: *Estudos Avançados* 24(69), 2010, pp. 87-104.
- _____. “Prefácio” in: TELLES, Lygia Fagundes. *A estrutura da bolha de sabão*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. “Prefácio” in: BARRETO, Lima. *Cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosacnaify, 2010.
- _____. “Quando fala o poeta: Saint John Perse leitor de Dante” in: PERSE, Saint John. *Discurso de Florença*. São Paulo: Ateliê, 2010.
- _____. “A poesia é ainda necessária?” in: BROWN, Terence. *Yeats and dance* – BOSI, Alfredo. *A poesia é ainda necessária?* (Org.). MUTRAN H. Munira et IZARRA, Laura P. Z. São Paulo: Humanitas, (Cátedra Estudos Irlandeses); USP, 2010, pp. 65-83, (Trad., 85-104).
- _____. “A revista *Estudos avançados*” in: *Estudos avançados*, 25 (73), 2011, pp. 155-158.
- _____. “Nabuco memorialista” in: *Cult*, ano 14, n. 161, 2011, pp. 27-28.
- _____. “Professor, filósofo e crítico literário” in: *Teresa*. São Paulo: 10[11], 350-353.

- _____. “Antonio Vieira: Vida e obra, um esboço” in: _____. (Org.). *Padre Antonio Vieira essencial*, Op. Cit., pp. 9-127.
- _____. “Os dois Machados” in: *Folha de São Paulo*, 4 de março de 2012 (Ilustríssima), p. 3.
- _____. “Joaquim Nabuco memorialista” in: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: 34, 2012, pp. 9-33.
- _____. “Cultura” in: *História do Brasil nação: A construção nacional 1830-1888* (Dir. Lilia Moritz Schwarcz, Coord. José Murilo de Carvalho). São Paulo: Objetiva, 2012, pp. 225-279.
- _____. “Apresentação: Contemplação de Narciso” in: LAVELLE, Louis. *O erro de Narciso*. São Paulo: Érealizações, 2012, pp. 11-16.
- _____. “O crucifixo nos tribunais” in: *Carta Capital*, 8 de abril de 2012, p. 8.
- _____. “Economia e Humanismo” in: *Estudos avançados*, 26(75), 2012, pp. 249-266.

Entrevistas.

- “Pelo pensamento selvagem”. Entrevista a João Marcos Coelho in: Revista *Veja*, 19 de novembro de 1975, pp. 3-6.
- “Literatura e revolução – entrevista com Alfredo Bosi”. Entrevista a Pedro Port in: *Travessia*, Edufsc, 1979, pp. 127-136.
- “Emoção estética da crítica literária”. Entrevista a Fábio Lucas in: *O Estado de São Paulo*, 8 de outubro de 1988, p. 5.
- “Debate sobre a Universidade”. Entrevista ao Caderno 2 in: *O Estado de São Paulo*, 17 de dezembro de 1992, p. 4.
- “Literatura e ensino de literatura”. Entrevista a Maria Thereza Fraga Rocco in: *Literatura/Ensino: uma problemática*. São Paulo: Ática, 1992, pp. 97-116.
- “Colonização, Culto e Cultura”. Entrevista a Augusto Massi. *Folha de São Paulo*, 18 de outubro de 1992, p. 8.
- “Céus, infernos”. Entrevista a Augusto Massi in: *Novos Estudos* n. 21 – julho de 1998, pp. 100-115.
- “A poesia tem de resistir às pressões”, entrevista a Haroldo Ceravolo Sereza in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 2000, p. D-1 e D-9.
- “Decifração do tempo”. Entrevista a Augusto Massi, José Miguel Wisnik, Alcides Villaça e Gilberto Pinheiro Passos in: *Folha de São Paulo*, 28 de março de 1999, pp. 5-6 (Mais!). Republicada em SCHWARTZ, Adriano (Org.). *Memórias do presente: 100 entrevistas do Mais!: (1992-2002)*. São Paulo: Publifolha, 2003, pp. 298-308.
- “Enquete” in: *Rodapé: Revista de literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Nankin, 2001, pp. 13-14.
- “Alfredo Bosi: entre a fé e a razão”. Entrevista a Hélio Rocha de Miranda et Paulo César Carneiro Lopes in: *Revista Cultura Vozes*, n. 1, janeiro-fevereiro 2001, pp. 87-97.
- “Poesia como resposta à opressão”. Entrevista a Mariluce Moura in: *Prazer em conhecer: as entrevistas de pesquisa Fapesp*. São Paulo: Fapesp: Instituto Uniemp, edição 82, dezembro de 2002, pp. 79-90.
- “Bosi resistente”. Entrevista a Sylvia Colombo in: *Folha de São Paulo*. (Caderno Ilustrada), 7 de setembro de 2002, p. E1, E6 e E7.
- “Desafio machadiano”. Entrevista à *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 2003, p. E7.

- “Bosi quer ponte entre as duas academias”. Entrevista à *Folha de São Paulo*, 22 de março de 2003, p. E-5.
- “Entrevista a Lígia Chiappini e Ulrich Flieschman” in: *Iberoamericana* n. 10, Berlim, 2003.
- “Literature and difference: a conversation with Alfredo Bosi”. Entrevista a Pedro Meira Monteiro. *Ellipsis: Journal of the american portuguese association*, v. 4, New Jersey, News Brunswick, Rutgers University, 2006, p. 151-163.
- “Entrevista a *Informe*, n. 64. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, dezembro de 2009.
- “Entrevista a Marco Lucchesi” in: *Poesia sempre*, ano 16, n. 32. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.
- “Um programa para toda a vida: uma entrevista com Alfredo Bosi”, cedida a Robert Patrick Newcomb in: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 46, No. 2 (2009), pp. 171-178.
- “Alfredo Bosi: é preciso mais imaginação”. Entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6, n. 62, novembro 2010, pp. 46-51.
- “Entrevista” à *Revista E*. São Paulo: SESC: n. 7, ano 16, janeiro 2010, pp. 10-14.
- “Alfredo Bosi, um mestre entre a crítica e a utopia”. Entrevista a Antonio Gonçalves Filho in: *Folha de São Paulo*, 15 de maio de 2010, (Caderno 2), pp. 3-4.
- “Preces da resistência”. Entrevista a Rosane Pavam in: *Revista Carta Capital*, 2 de junho de 2010, pp. 62-66.
- “Entrevista inédita”. Cedida ao autor no Instituto de Estudos Avançados da USP: São Paulo, 09 de novembro de 2010.
- “O crítico e a literatura”. Entrevista a Antonio Carlos Secchin, Eucanaã Ferraz e Angela Garcia, s/d, 16 pp. (datiloscrito cedido gentilmente pelo Autor).
- “O código Vieira. Alfredo Bosi e ‘a chave dos profetas’”. Entrevista a Paulo Werneck. *Folha de São Paulo*, Domingo, 09 de outubro de 2011 (Ilustríssima), p. 3.
- “Entrevista” sobre o lançamento de *Vieira essencial* in: *Revista Cult*, ano 14, n. 164, dez 2011, pp. 34-39.
- “Inteligência militante”. Entrevista a Diego Viana in: <http://www.valor.com.br/cultura/2539754/inteligencia-militante> (consulta em 30/11/2012).
- “Dos males, os maiores”. Entrevista cedida a Juliana Sayuri in: *O Estado de São Paulo*, 09/12/2012, p. J5.

Obras traduzidas.

- BOSI, Alfredo. *Historia concisa de la literatura brasileña* (Trad. Marcos Lara. México: Ed. Fondo de Cultura Económica. 2 ed. 1983.
- _____. “Situation und formender zeitgenoessischen brasilianischen kurzgeschichte” in: STRAUSFELD, Mechtild (Org.). *Brasilianische literature*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984. (Tradução de “Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo”).
- _____. *La culture brésilienne: une dialectique de la colonization* (Trad. Jean Briant). Paris: Ed. L’Harmattan, 2000.
- _____. *La cultura brasileña: una dialéctica de la colonización* (Trad. Eduardo Rinesi e Jung Há Kang). Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2005.
- _____. *Colony, cult and culture* (Trad. Robert P. Newcomb). Dartmouth; University of Massachusetts, 2008.

Traduções.

- “A água”, de Álvaro Corrado in: *Progresso Ítalo-brasileiro*, n. 6, março de 1959.
- “Conversação na Sicília” (Caps. 25-26), de Elio Vittorini in: *Progresso Ítalo-brasileiro*, n. 7, abril de 1959.
- “Imitação da alegria”, de Salvatore Quasimodo, in: *O Estado de São Paulo* (Suplemento literário), 20 de julho de 1963.
- “Alguém está rindo”, de Luigi Pirandello, in: *O Estado de São Paulo*, 01 de julho de 1967.
- WAHL, François. *Filosofia e estruturalismo*. São Paulo: Cultrix, 1971 (com Adélia B. de Menezes).
- “A Ilíada ou poema da força” in: WEIL, Simone. in: BOSI, Ecléa (Org.). *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes: 2007 (coord., e revisão 1ª edição: Mestre Jou).

Verbetes in MOISÉS, Massaud (Org.). *Pequeno Dicionário de Literatura brasileira*.

ABREU, Benedito Luís RODRIGUES DE; ALPHONSUS de Guimarães, JOÃO; AMÁLIA de Oliveira, CAMPOS; ANJOS, CIRO Versiani DOS; ARANHA, José Pereira da GRAÇA; ARARIPE JR, Tristão de Alencar; ARAÚJO, MURILO; ATENEU, O (crônica de saudades); BARRETO de Meneses, TOBIAS; BRITO, Raimundo de FARIAS; CALDAS, Antônio Pereira de SOUSA; CANAÃ; CARDOSO Filho, Joaquim LÚCIO; DE FARIA, OTÁVIO; FIGUEIREDO Martins, JACKSON de; FRANÇA JR, Joaquim José da; GRIECO, AGRIPINO; GUMARAENS, EDUARDO; LIMA, Manuel de OLIVEIRA; LOBATO, José Bento MONTEIRO; LOPES, B (Bernardino) da Costa; MAIA, ALCIDES Castilhos; OLIVEIRA, FILIPE Daudt D’; ORLANDO da Silva, ARTUR; PENA, CORNÉLIO de Oliveira; PICCHIA, Paulo MENOTTI DEL; PRADO, PAULO da Silva; PRÉ-MODERNISMO; RIBEIRO de Andrade Fernandes, JOÃO Batista; SALGADO, PLÍNIO; OS, SERTÕES; SOUSA, Antônio Gonçalves TEIXEIRA E; SOUSA, AUTA DE; TORRES, ALBERTO de Seixas Martins; TORRES, ANTONIO dos Santos; VIANA, Francisco José OLIVEIRA; WAMOSY, ALCEU;

Programas televisivos e vídeos públicos.

- Programa Roda Viva, 23 de setembro de 2002. Transcrição do programa disponível em www.tvcultura.com.br/rodaviva (consulta em 30/11/2012).
- Entrevista ao Programa *Trajetória*, em 11 de novembro de 2003.
- “Machado de Assis: um mestre na periferia do capitalismo”, s/d. Ministério da Educação – TV Escola (Coleção Mestres da Literatura).
- Palestra sobre poesia e transcendência no Colóquio Arte e Transcendência na Escola Dominicana em São Paulo, in: <http://www.youtube.com/watch?v=v1zQt-wMc0M> (consulta em 30/11/2012).
- Palestra sobre a poesia de Dante e a tradução de *A divina comédia* na Livraria Cultura, in: <http://www.youtube.com/watch?v=KuywcNIy0MU> (consulta em 30/11/2012).

Palestra sobre a obra de Louis Lavelle no Espaço Érealizações em São Paulo, in: http://www.erealizaciones.com.br/espaco/janelaVideo.php?video=Lanc_LouisLavelle&posicao=2 (consulta em 30/11/2012)

Exposição em apoio ao MST. <http://www.youtube.com/watch?v=m7KSphctRfU> (consulta em 30/11/2012)

Mesa redonda sobre o lançamento do livro *História do Brasil Nação 1808-2010* in: <http://www.youtube.com/watch?v=UH2OInKC2Jw> (consulta em 30/11/2012).

Palestra “A crítica literária e a crise do objeto” in: <http://www.youtube.com/watch?v=GNnvHm55-M> (consulta em 30/11/2012).

Periódicos:

Jornais

Folha de São Paulo;
O Estado de São Paulo.

Revistas

Cult;
Estudos Avançados;
Literatura e sociedade;
Magma;
Novos Estudos;
Remate de males;
Revista Brasileira de Literatura Comparada;
Rodapé;
Tempo Social;
Teresa;
USP;
Veja.

Ensaaios, artigos e textos diversos sobre Alfredo Bosi.

- ALBIERI, Sara. “Dialética da história intelectual” in: Revista *IEB*, n. 52, set/mar, 2011, p. 145-147.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Resenha a *Dialética da colonização*” in: *O Estado de São Paulo*, 26 de dezembro de 1992, p. 3.
- AMÂNCIO, Moacir. “Autor analisa questões fundamentais”, resenha a *O ser e o tempo da poesia*, in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 2000, p. D-4.
- ANDRADE, Fábio de Souza. “Três vistas machadianas”. Resenha a *Brás Cubas em três dimensões*. *Folha de São Paulo* (Ilustrada), 02 de setembro de 2006, p. E2.
- ARRIGUCCI Jr., Davi. “Céu, inferno”. Orelha a *Céu, inferno* in: *Outros achados e perdidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, pp. 329-330.
- CAMPOS, Haroldo de. “Original e revolucionário”, resenha a *Dialética da colonização* de Alfredo Bosi e *A sátira e o engenho*, de João Adolfo Hansen. *Folha de São Paulo* (caderno Mais!), 20 de outubro de 1996, p. 5. Republicado em *O sequestro*

- do Barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. São Paulo: Iluminuras, 2011, pp. 109-127.
- CANCELLI, Elizabeth. “Um pensamento militante” in: Revista *IEB*, n. 52, set/mar, 2011, p. 143-144.
- COELHO, Marcelo. “As hesitações da crítica”. Resenha a *Leitura de poesia. Folha de São Paulo*, 15 de dezembro de 1996, p. 5.
- DOSSIÊ e debate sobre a Universidade em torno das considerações de *Dialética da colonização*. Presenças de Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e Luiz Felipe de Alencastro in: *O Estado de São Paulo*, Caderno Cultura, 26 de dezembro de 1992, pp. 1, 2, 3 e 4.
- DUARTE, Rodrigo. Resenha a *Ideologia e contraideologia* in: *Revista Cult*, ano 13, n. 149, pp. 42-43.
- ECHEVERRÍA, Lúcia Neghme. Resenha a *O conto brasileiro contemporâneo* in: Colóquio/Letras. Recensões críticas. n. 35, janeiro de 1977, p. 98.
- FACIOLI, Valentim. “Vinte anos de uma tensão crítica”, resenha a *Céu, inferno*, in: *O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1988, p. 4.
- FILHO, Antonio Gonçalves. “Machado de Assis virado do avesso por especialistas”. Resenha a BOSI, Alfredo [et. al.] *Machado de Assis*, in: *Folha de São Paulo*, 19 de junho de 1982, p. 31.
- _____. “Brás Cubas visto por um mestre”, resenha a *Brás Cuba em três dimensões*, in: *O Estado de São Paulo*, 3 de setembro de 2006, p. D-4.
- FREITAS, Eduardo da Silva de. *A forma da história: o cânone da historiografia literária brasileira*. (Dissertação de mestrado inédita). Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- GARBÚGLIO, José Carlos. “Resenha bibliográfica a *O pré-modernismo*” in: *O Estado de São Paulo*, 30 de julho de 1966, p. 2.
- _____. Resenha a *O pré-modernismo* in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 2, 1967, pp. 111-114.
- GINZBURG, Jaime. Resenha a *Literatura e resistência* in: *Diálogos latino-americanos* 7, pp. 140-142.
- _____. Resenha a *Literatura e resistência* in: *Chasqui*, v. 32, n. 1 (may, 2003), pp. 122-125.
- GLEDSON, John. “Obra escolhe um Machado”. Resenha a *Machado de Assis*, 2002, in: *Folha de São Paulo*, 25 de janeiro de 2003, p. E7.
- GOUVEIA, Saulo. “Theory and Practice of Literary Historiography in Brazil, 1950’s: a look into the corporate logic of a modernist institution” in: *Ellipsis*, v. 17, 2009, pp. 7-33.
- GULLAR, Ferreira. “Orelha” in: *Literatura e resistência*.
- HEINEBERG, Ilana. Resenha a *Brás Cubas em três dimensões*. In: PENJON, Jacqueline (Direction) *Voies du paysage*. Paris: Sorbonne/Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 226-227.
- LAFETÁ, João Luiz. “Graciliano Ramos”, resenha a BOSI, Alfredo. [et. al.] *Graciliano Ramos*, in: *A dimensão da noite*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2004, p. 518-522.
- LEAL, César. “*Dialética da colonização*” in: *Dimensões temporais na poesia e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imago. Brasília: Infraero, 2005, pp. 533-539.
- LEITE, Paulo Moreira. “Na contracorrente”. Resenha a *Dialética da colonização* in: *Revista Veja*, 11 de novembro de 1992, pp. 102-106.
- LEOPOLDO E SILVA, Franklin. “Orelha” in: *Ideologia e contraideologia*.
- _____. “Hegemonia e emancipação” in: Revista *IEB*, n. 52, set/mar, 2011, p. 148-149.

- LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na Universidade Brasileira*. (Tese de doutorado inédita). Belo Horizonte, UFMG, 1997, pp. 243ss.
- LUCAS, Fábio. “Céu, inferno, emoção estética da crítica literária” in: *O Estado de São Paulo*, 8 de outubro de 1988, p. 5.
- _____. Resenha a *Céu, inferno* in: *Colóquio/Letras*. Recensões críticas. n. 109, maio de 1989, pp. 140-142.
- MARTINHO, Fernando J. B. Resenha a *O ser e o tempo da poesia* in: *World Literature Today*, v. 53, n. 2 (Spring, 1979), p. 279.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983, (v. II) p. 755ss.
- _____. “História plana”. Resenha a *O pré-modernismo* in: *Pontos de vista*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, pp. 214-219.
- _____. “O livro desnecessário”. Resenha a (BOSI [et. al.] *Machado de Assis* in: *Pontos de vista*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1995, pp. 129-132.
- _____. “O livro impossível”. Resenha a *História concisa da literatura* in: *Pontos de vista*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1995, pp. 65-69.
- _____. “Pré, pós, neo”. Resenha a *O pré-modernismo* in: *Pontos de vista*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996, pp. 365-367.
- _____. “Dialética de intelectual”. Resenha a *Dialética da colonização* in: *Pontos de vista*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1997, pp. 172-174.
- MASSI, Augusto. “Colonização, culto, cultura”. Resenha a *Dialética da colonização* in: *Folha de São Paulo*, 18 de outubro de 1992 (Livros), p. 1.
- MAZZARI, Marcos Vinícius. “As múltiplas faces da obra machadiana”. Resenha a *Brás Cubas em três dimensões* in: *Estudos Avançados* 21(59), 2007, pp. 371-379.
- _____. “Orelha” in: *Brás Cubas em três dimensões*.
- MELO, Alfredo César. Resenha a *Colony, Cult and Culture* in: *Luso-Brazilian Review*, v. 46, n. 2, 2009, pp. 179-182.
- MENDONÇA, Assis. “Viagem à vida e à obra de Machado de Assis”, resenha a BOSI, Alfredo. [et. al.] *Machado de Assis*, in: *O Estado de São Paulo*, 22 de junho de 1982, p. 17.
- MOURA, Flávio Rosa de. *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. (Dissertação de mestrado inédita). São Paulo: FFLCH, 2004, pp. 43-53.
- _____. “Um crítico no redemoinho” in: *Tempo social*, Revista de Sociologia da USP, vol. 23, n. 2, pp. 71-99.
- MOUTINHO, Nogueira. “Uma história de nossas letras”. Resenha a *História concisa da literatura*. *Folha de São Paulo* (Ilustrada), 06 de fevereiro de 1971, p. 3.
- _____. “Uma visão renovada da poesia”. Resenha a *O ser e o tempo da poesia* in: *Folha de São Paulo* (Livros), 25 de fevereiro de 1978, p. 29.
- NEWCOMB, Robert Patrick. “Under the sign of an evil power: Jacob Burckhardt and Alfredo Bosi” in: *Ellipsis*, v. 7, 2009, pp. 139-157.
- NUNES, Benedito. “O trabalho da interpretação e a figura do intérprete na literatura”. Comentário a “A interpretação da obra literária”, incluído em *Céu, inferno* in: *A clave do poético*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp. 121-130.
- _____. “A invenção machadiana”. Resenha a *O enigma do olhar* in: *A clave do poético*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, pp. 275-280
- OLIVIERI, Antonio Carlos. “Lições para o leitor crítico de Alfredo Bosi”. Resenha a *Céu, inferno*. *Folha de São Paulo* (Livros), 05 de maio de 1988, p. D-4.

- ORLOV, Martha Livia Volpe. “Estudos de crítica literária. Resenha a *Araripe Jr., teoria, crítica e história literária*, in: *O Estado de São Paulo*, 6 de maio de 1979, p. 224.
- PAES, José Paulo. “Orelha” in: *O ser e o tempo da poesia*.
- PAIXÃO, Fernando. “Apresentação” in: *Revista IEB*, n. 52 set/mar, 2011, p. 140-142.
- PARKER, John. Resenha a *Machado de Assis* (BOSI [et. al.] Ática, 1987) in: *Revista Colóquio/Letras*, n. 74 julho 1983, p. 100.
- PASTA Jr., José Antonio. “Orelha” in: *Céu, inferno*.
- PÉCORA, Alcir. “Vieira, o índio e o corpo místico” in: NOVAES, Aduato (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia da Letras, 1992, pp. 423-461.
- PERES, José Manuel Santos. “Presentación” in: *Cultura brasileira: una dialéctica de la colonización*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, pp. 9-10.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Leituras de poesia”. Resenha a *Leituras de poesia* in: *Inútil poesia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 309-315.
- PINTO, Manuel da Costa. “Decifrações da esfinge”, resenha a *O enigma do olhar* in: *Revista Cult*, julho 99, pp. 56-59.
- _____. “Ideias no lugar: sobre crítica, ideologias e arrivismo”. Resenha a *Ideologia e contraideologia. Folha de São Paulo* (Ilustríssima). Domingo, 30 de maio de 2010, p. 6.
- PIRES, Francisco Quinteiro. “O crítico versus o enigma” in: *O Estado de São Paulo*, 26 de setembro de 2008.
- PIZA, Daniel. “Os jogos de cena de Machado de Assis”, resenha a BOSI, *Machado de Assis*, 2002, in: *O Estado de São Paulo*, 15 de junho de 2002, p. D-6.
- PORTELLA, Eduardo. “Discurso de recepção ao acadêmico Alfredo Bosi” in: www.academia.org (Consulta: 30/01/2012).
- RAMASSOTE, Rodrigo Martins. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. (Dissertação de Mestrado inédita). São Paulo: FFLCH, USP, 2006, pp. 98-110.
- RÉGIS, Sônia. “Machado de Assis: antologia e estudos” in: *O estado de São Paulo*, 10 de julho de 1983, p. 14.
- REIS, Zenir Campos. “Poesia: a crítica da crítica”. Resenha a *O ser e o tempo da poesia* in: *Revista Remate de Males*. São Paulo: Duas Cidades, Campinas: Unicamp, 1979, pp. 139-146.
- RISÉRIO, Antonio. “Brasil, singularidade feita de muitas singularidades” in: *O Estado de São Paulo*, 2 de fevereiro de 2000, p. D14.
- ROCHE, Jean. “Notes de lecture: *História concisa da literatura brasileira*” in: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésiliene*, n. 16, (1971), pp. 255-256.
- ROUANET, Sérgio Paulo. “Elogio do incesto” in: *O mal estar na modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, pp. 346-365.
- _____. “As ideias viajantes” in: *A razão nômade*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1993b, pp. 149-153.
- SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. “‘O espelho’: metafísica da escravidão moderna” in: *Revista Literatura e sociedade*, n. 13, São Paulo, 2010, pp. 104-131.
- SCHWARTZ, Adriano. Resenha a *Brás Cubas em três dimensões. Folha de São Paulo* (caderno Mais!), 25 de junho de 2006, p. E7.
- SCHWARZ, Roberto. “Bosi e um discreto escândalo” in: *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1993, p. 1. Réplica publicada no mesmo jornal sob título: “Não me coloco na perspectiva modernista”, p. 3.

- _____. “Discutindo com Alfredo Bosi” in: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, pp. 61-86.
- _____. “Por que ‘ideias fora de lugar?’” in: *Martinha versus Lucrécia*. Ensaios e entrevistas. São Paulo: Cia das Letras, 2012, pp. 165-172.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. “A poesia tem de resistir às pressões”, resenha a *O Ser e o tempo da poesia*, in: *O Estado de São Paulo*, 16 de setembro de 2000, p. D-9.
- _____. “A arte de resistir, segundo Alfredo Bosi”, resenha a *Literatura e resistência*, in: *O Estado de São Paulo*, 29 de setembro de 2002, p. D-6.
- SILVA, Domingos Carvalho da. “Da juriti à epopeia”, resenha a BOSI, Alfredo. (Org.) *Poesias de José Bonifácio, o Moço*, in: *O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1965, (Suplemento literário), p. 4.
- SILVA, Juremir Machado da. *Anjos da perdição*. Porto Alegre: Sulina, 1996, pp. 214ss.
- SILVA ROIZ, Diogo da. Resenha a *Ideologia e contraideologia* in: *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, mai/ago 2010, pp. 400-404.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. “A historiografia literária no século XX” in: *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, pp. 132ss.
- TELES, Gilberto Mendonça. “A crítica histórica. Alfredo Bosi” in: *A crítica e o romance de 30 do Nordeste*. Rio de Janeiro: Atheneu Cultura, 1990, pp. 98-104.
- VINCENT, Jon S. Resenha a *O conto brasileiro contemporâneo* in: *Hispania*, v. 61, n. 1 (Mar., 1978), p. 181.
- WISNIK, José Miguel. “Discurso de saudação”, proferido quando da entrega do título de Professor Emérito in: *Outorga do título de Professor Emérito a Alfredo Bosi*. São Paulo: FFLCH, 2009, pp. 11-19.
- WEBER, João Hernesto. “Os anos 70 e a dialética da dependência” in: *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia brasileira*. Florianópolis: EdUFSC, 1997, pp. 129-167.
- _____. “Tradição literária e tradição crítica” in: *Tradição literária e tradição crítica*. Porto Alegre: Movimento, 2009, pp. 34-61.
- _____. “Algum ‘desconforto’ crítico” in: *Tradição literária e tradição crítica*. Op. Cit., pp. 69-94.

Teoria, Crítica da Crítica, História da Crítica e História Literária.

- ABDALA Jr., Benjamin et CARA, Salete de Almeida (Orgs.). *Moderno de nascença*. Figurações críticas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ABRAMS, M. H. *O espelho e a lâmpada*. Teoria romântica e tradição crítica (Trad. Alzira Vieira Alegro). São Paulo: Edunesp, 2010.
- ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura III* (Trad. Celeste Aída Galeão). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. *Notas de literatura I* (Trad. Jorge de Almeida). São Paulo: 34/Duas Cidades, 2003.
- AGUIAR, João Valente. “A imagem na cultura do pós-modernismo” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.22, n. 1, pp. 179-198.
- AGUILAR, Afonso. *Poesia concreta brasileira*. As vanguardas na encruzilhada modernista. São Paulo: Edusp, 2005.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro 1857-1945*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

- ALONSO, Dámaso et LIDA, Raimundo (Org., Trad y Notas). *Introducción a la estilística romance. Karl Vossler, Leo Spitzer, Helmut Hatzfeld*. Buenos Aires, Instituto de Filología, 1942.
- ALTAMIRANO, Carlos. “Ideias para um programa de História Intelectual” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, pp. 9-17.
- ALTER, Robert et KERMODE, Frank (Orgs.). *Guia literário da Bíblia* (Trad. Raul Fiker). São Paulo: Edunesp, 1997.
- AMORA, Antônio Soares. *O romantismo*. São Paulo: Cultrix, 1967.
- ANKERSMIT, Frank R. “Why Realism? Auerbach on the Representation of Reality” in: *Poetics Today*, v. 20, n. 1 (Spring, 1999), pp. 53-75.
- ANTELO, Raul. “As tensões da vanguarda” in: *USP*, n. 27, set-nov, 1995, pp. 198-201.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO e LONGINO. *A poética clássica* (Trad. Jaime Bruna). 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura, questões de interpretação” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 1, pp. 107-118.
- _____. “Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 2, pp. 3-24.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários* (Trad. José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. *Figura* (Trad. Duda Machado). São Paulo: Ática, 1997.
- _____. *Mimesis* (Trad. Suzi Sperber). 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- ÁVILA, Affonso. “Estruturalismo e teoria da literatura” in: *O Estado de São Paulo*, 22 de julho de 1973, p. 5 (suplemento literário).
- _____. (Org.). *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- _____. (Org.). *Barroco. Teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e de literatura* (Trad. Aurora Fornoni Bernardini [et. al.]). São Paulo: Hucitec, 2010 (a).
- _____. *Estética da criação verbal* (Trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Martins Fontes, 2010 (b).
- BAKHTIN, Mikhail et MEDVEDEV, P. N. *The formal method in Literary Scholarship. A critical introduction to sociological poetics* (Trans. Albert J. Werle) Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1991.
- BALANKIAN, Anna. *O Simbolismo* (Trad. José Bonifácio Caldas). São Paulo: Perspectiva, 1985.
- BAPTISTA, Abel Barros. “Percurso” in: *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Edunicamp, 2003, pp. 45-114.
- _____. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido” in: *O livro agreste*. Campinas, SP: Edunicamp, 2005, pp. 41-82.
- BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse. Linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.
- _____. “Ensaio de historiografia literária brasileira” in: *Opus 60. Ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, pp. 25-52.
- _____. “Convite à controvérsia” in: *Opus 60. Op. Cit.*, pp. 95-100.
- _____. *As ilusões da modernidade. Notas sobre a historicidade da lírica moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

- _____. *A leitura do intervalo*. Ensaios de crítica. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita* (Trad. Mário Laranjeira). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *O rumor da língua* (Trad. Mário Laranjeira). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Crítica e verdade* (Trad. Leyla Perrone-Moisés). 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BARTUCCI, Giovanna (Org.). *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- BASTOS, Dau (Org.). *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BASTOS, Hermenegildo. “Literatura como trabalho e apropriação – um esboço de hermenêutica” in: *Remate de males*, 28(2), jul-dez, 2008, 157-172.
- BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão* (Trad., Introd. e Notas Márcio Seligmann-Silva). São Paulo: Iluminuras, 1999.
- BERARDINELLI, Alfonso. *De poesia à prosa* (Trad. Maurício Santana Dias). São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- BERNARDO, Gustavo. *Quem pode julgar a primeira pedra ou Ética e Literatura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Eduerj, 1993.
- BERNARD-DONALS, Michael. “Mikhail Bakhtin: Between Phenomenology and Marxism” in: *College English*, v. 56, n. 2 (Feb., 1994), pp. 170-188.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2 ed. Porto Alegre: Edufrgs, 2003.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário* (Trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BLOOM, Harold. *Cabala e crítica* (Trad. Monique Balbuena). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- _____. *A angústia da influência*. Uma teoria da poesia (Trad. Marcos Santarrita). 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- BOCHAROV, Sergey et LIAPUNOV, Vadim. “Conversations with Bakhtin” in: *PMLA*, v. 109, n. 5 (Oct., 1994), pp. 1009-1024.
- BOLLE, Adélia Bezerra de Menezes. *A obra crítica de Álvaro Lins*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- BONNICI, Thomas et ZOLIN, Lúcia Osana. *Teoria da literatura*. Abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009.
- BOTELHO, André. “A Pequena história da literatura: provocação ao modernismo” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 2, pp. 135-161.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário (Trad. Maria Lucia Machado). 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BRECHT, Bertolt. “Amplitude e variedade do modo de escrever realista” in: *Estudos Avançados* 12(34), 1998, pp. 267-276.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. Vida literária no Romantismo brasileiro. São Paulo: Polis. Brasília: INL, 1979.
- _____. *A vida literária no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Academia Brasileira de Letras, 2004.
- BRASIL, Antônio. *O pensamento crítico de Álvaro Lins*. Rio de Janeiro: José Olympio. Pernambuco: Fundape, 1985.
- BUCK, Günther. “The structure of hermeneutic experience and the problem of tradition” in: *New Literary History*, v. 10, n. 1, Literary Hermeneutics (Autumn, 1978), pp. 31-47.

- BUENO, Alexei. *Uma história da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007.
- BUENO, Luís. “Nação, nações: os modernistas e a geração de 30” in: *Via Atlântica*, n. 17, out. 2004, pp. 83-97.
- _____. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp. Campinas: Edunicamp, 2006.
- _____. “Literatura mundial e tradição interna” in: *Cerrados* n. 28, ano 18, Universidade de Brasília, 2009.
- BURKE, Kenneth. *Teoria da forma literária* (Trad. José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.
- CAIRO, Luiz Roberto. *O salto pela própria sombra – o discurso da crítica de Araripe Jr: uma leitura*. São Paulo: Annablume, 1996.
- CAMILO, Wagner. “Mito e história em *Iracema*” in: *Novos Estudos*, n. 77, 2007, pp. 169-189.
- CAMPOS, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável e outros ensaios*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- _____. *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *O sequestro do Barroco na Formação da literatura brasileira: O caso Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.
- _____. “Ensaio de metalinguagem. O estudo de V. V. Ivanov sobre o poema de Khlébnikov” in: *USP*, n 2, jun./ago. 1989, pp. 55-70.
- _____. *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CAMPOS, Haroldo de [et. al.]. *Teoria da poesia concreta*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queirós/Publifolha, 2000.
- _____. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.
- _____. *O estudo analítico do poema*. 4 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.
- _____. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006 (a).
- _____. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006 (b).
- CANDIDO, Antonio (Org.). *A personagem de ficção*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras. O “orbe” literário e a construção do império brasileiro*. (Tese de doutorado inédita). Depto de História da Unicamp, 2001.
- CARDOSO, Sebastião Marques. “Caminhos da crítica literária brasileira: Roberto Schwarz e Luiz Costa Lima” in: *Impulso*, Piracicaba, 15(36), 2004, pp. 117-128.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2008 (4 t.).
- _____. “Teatro e Estado do Barroco” in: *Estudos Avançados*, 4(10), pp. 7-36.
- CARVALHAU, Tania Franco. *O crítico à sombra da estante*. Levantamento e análise da obra de Augusto Meyer. Porto Alegre: Globo, 1976.
- CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras* (Trad. Marina Appenzeller). São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Manifestações literárias do Período Colonial*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. *História da literatura brasileira*. Origens e unidade. São Paulo: Edusp, 1999 (2 v.).

- CEVASCO, Maria Elisa. “A recepção dos *Cultural Studies*” in: *Cultura Vozes*, n. 2, mar./abr. 1997, pp. 69-79.
- CEVASCO, Maria Elisa et OHATA, Milton (Orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo*. Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- CHAMBERLAIN, Bob J. “Dependente porém (truncada e) múltipla: a literatura brasileira vista pela teoria literária na década de 80” in: *Revista de crítica literaria latinoamericana*, Año XXIII, n. 46, Lima-Berkeley, 1997, pp. 255-268.
- CHIAPINI, Lígia et AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Literatura e história na América Latina*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- CHIOCIAY, Rogério. *Teoria do verso*. São Paulo: McGraw-Hill, 1974.
- CLARK, Katerina et HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin* (Trad. J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 2008.
- COELHO DE CARVALHO, Alfredo Leme. *Foco narrativo e fluxo de consciência: questões de Teoria Literária*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Literatura e senso comum (Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão et Consuelo Fortes Santiago). Belo Horizonte: Edufmg, 2001.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada* (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Rio de Janeiro: José Olympio. São Paulo: Edusp, 1968.
- _____. *Crítica & críticos*. Rio de Janeiro: Simões, 1969.
- _____. *Tristão de Athayde, o crítico*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- _____. *Conceito de literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- COUTINHO, Afrânio. (Org. e Introd.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília: Edunb, 1978.
- _____. (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Pallas. Brasília: INL, 1980 (2 v.).
- _____. (Org.). *A literatura no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 (6 v.).
- CULLER, Jonathan. “Wellek’s modern criticism” in: *Journal of the History of Ideas*, v. 49, n. 2 (Apr. – Jun., 1988), pp. 347-351.
- _____. *Sobre a Desconstrução*. Teoria e crítica do pós-estruturalismo (Trad. Patrícia Burrowes). Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- CUNHA, Eneida Leal (Org.). *Leituras de Silviano Santiago*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Belo Horizonte: Edufmg, 2008.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina* (Trad. Paulo Ronái et Teodoro Cabral). São Paulo: Edusp/Hucitec, 1996.
- DE MAN, Paul. *O ponto de vista da cegueira. Ensaios sobre a retórica da crítica contemporânea* (Trad. Miguel Tamen). Lisboa/Coimbra: Angelus Novus & Cotovia, 1999.
- D’INCAO, Maria Angela et SCARABÔTOLO, Eloisa Faria (Org.). *Dentro do texto, dentro da vida*. Ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Cia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo (1945-1966)*. (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Edusc, 2007 (2 v.).
- DOSSIÊ “Rebate de Pares”, número dedicado à crítica de Poesia Marginal e Contemporânea in: *Remate de males*, v. 2, 1983, pp. 35-97.
- DUARTE, Rodrigo et FIGUEIREDO, Virgínia (Org.). *Mímesis e expressão*. Belo Horizonte: Edufmg, 2001.

- DUMÉZIL, Georges. *Do mito ao romance* (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DURÃO, Fabio Akcelrud. “Breves observações sobre a teoria, suas contradições e o Brasil” in: *Revista de Letras*, v. 44, n. 1, (Jan., - Jun., 2004), pp. 81-95.
- EAGLETON, Terry. *A função da crítica* (Trad. Jefferson Luiz Camargo). São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *A ideologia da Estética* (Trad. Mauro Sá Rego Costa). Rio de Janeiro: JZE, 1993.
- _____. *Ideologia* (Trad. Luiz Carlos Borges et Silvana Vieira). São Paulo: Boitempo/Edunesp, 1997.
- _____. *As ilusões do pós-modernismo* (Trad. Elizabeth Barbosa). Rio de Janeiro: JZE, 1998.
- _____. *Teoria da literatura. Uma introdução* (Trad. Waltensir Dutra). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Depois da teoria. Um olhar sobre os Estudos Culturais* (Trad. Maria Lucia Oliveira). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ECO, Umberto. *Obra aberta. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas* (Trad. Giovanni Cutolo). São Paulo: 1971.
- _____. *A estrutura ausente* (Trad. Pérola de Carvalho). São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *Interpretação e superinterpretação* (Trad. MF). São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *Os limites da interpretação* (Trad. Pérola de Carvalho). São Paulo: Perspectiva, 2004.
- EULÁLIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil” in: *Escritos*. Campinas/SP: Edunicamp; São Paulo: Unesp, 1992, pp. 11-74.
- _____. “BROCA, José, BRITO – Verbete para uma enciclopédia em branco” in: *Escritos*, Op. Cit., pp. 485-490.
- FEIJÓ, Martin César. *O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FELÍCIO, Vera Lúcia G. *A imaginação simbólica nos quatro elementos bachelandianos*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FERNANDES, Ronaldo Costa. *O narrador do romance e outras considerações sobre o romance*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- FILHO, Fernando Antonio Pinheiro. “A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, pp. 33-49.
- FILHO, Plínio Martins et TENÓRIO, Waldecy (Orgs.). *João Alexandre Barbosa: o leitor insone*. São Paulo: Edusp, 2007.
- FOSTER, Hal (Ed.). *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern culture*. Port Townsend, Washington: Bay Press, 1983.
- _____. “Post(modern) Polemics” in: *New Critique*, n. 33, Postmodernity (Autumn, 1984), pp. 67-78.
- _____. “Postmodernism in parallax” in: *October*, v. 63 (Winter, 1993), pp. 3-20.
- _____. “O retorno do real” in: *Concinnitas*, ano 6, v. 1, n. 8, 2005, pp. 164-186.
- FRANCO, Renato Bueno. *Ficção e política no Brasil: os anos 70*. (Tese inédita). Campinas: Unicamp, 1992.
- FRANCHETTI, Paulo. *Alguns aspectos da poesia concreta*. 3 ed. São Paulo: Edunicamp, 1993.
- FRIEDMAN, Norman. “O ponto de vista na ficção. O desenvolvimento de um conceito” in: *USP*, n. 53, mar./mai. 2002, pp. 166-182.

- FREADMAN, Richard et MILLER, Seumas. *Re-pensando a teoria*. Uma crítica da teoria literária contemporânea (Trad. Aguinaldo José Gonçalves et Álvaro Hattner). São Paulo: Edunesp, 1994.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna* (Trad. Marise Curione). São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- FRYE, Northrop. *O caminho crítico*. Um ensaio sobre o contexto social da crítica literária (Trad. Antonio Arnoni Prado). São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Anatomia da crítica*. Quatro ensaios. São Paulo: Cultrix, 1979.
- _____. *Código dos códigos*. A Bíblia e a literatura (Trad., Notas Flávio Aguiar). São Paulo: Boitempo, 2004.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *As musas sob assédio*. Literatura e indústria cultural no Brasil. São Paulo: Senac, 2005.
- GAMA, Luciana. “Crítica e poesia em *Intervenções* de Luiz Costa Lima” in: *USP*, n. 56, dez-fev, 2002-2003, pp. 206-212.
- GIRARD, René. *Mentira romântica e mensagem romanesca* (Trad. Lilia Ledon da Silva). São Paulo: Érealizações, 2009.
- GILBERT, Allan. “Benedetto Croce’s Poetic” in: *Italica*, v. 41, n. 2 (Jun., 1964), pp. 150-157.
- GINZBURG, Jaime. “Sociologia e crítica literária” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 12, n. 2, pp. 223-232.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance* (Trad. Álvaro Cabral). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna* (Trad. Reginaldo di Piero et Célia di Piero). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina. O Barroco e o repensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. “Crítica, combate e deriva no campo literário em Alceu Amoroso Lima” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 2, pp. 101-133.
- GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. *Sérgio Milliet crítico de arte*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GREENBLATT, Stephen. “Possessões maravilhosas” (Trad. Francisco de Castro Azevedo) in: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 43-62.
- _____. “Novo historicismo: Ressonância e encantamento” (Trad. Francisco de Castro Azevedo) in: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, pp. 244-261.
- _____. *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*. (Trad. Donaldson M. Garschagen et Renata Guerra). São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- _____. *A virada*. O nascimento do mundo moderno. (Trad. Caetano W. Galindo). São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- GUINSBURG, J. (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. (Org.). *O classicismo*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GUINSBURG, J. et BARBOSA, Ana Mae (Orgs.). *O pós-modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos* (Trad. Lawrence Flores Pereira). São Paulo: 34, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich et ROCHA, João César de Castro (Orgs.). *Máscaras da mimesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica*. Para a crítica da hermenêutica de Gadamer (Trad. Álvaro L. M. Valls). Porto Alegre: L&PM, 1987.

- HAMBURGER, Michael. *A verdade da poesia*. Tensões na poesia modernista desde Baudelaire (Trad. Alípio Correia de Franco Neto). São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- HANSEN, João Adolfo. “A formação do estilo brasileiro” in: *Folha de São Paulo*, 28 de setembro de 1997.
- HATZFELD, Helmut. *Estudos sobre o Barroco* (Trad. Célia Berrettini). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura* (Trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem*. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOLQUIST, Michael et REED, Walter. “Six theses on the novel, and some metaphors” in: *New Literary History*, v. 11, n. 3, On Narrative and Narratives: II (Spring, 1980), pp. 413-423.
- HUGO, Victor. *Do grotesco e do sublime (Prefácio de Cromwell)* (Trad. Célia Berrettini). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. História. Teoria. Ficção (Trad. Ricardo Cruz). Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- _____. “The Complex Functions of Irony” in: *Revista Candiense de Estudos Hispânicos*, v. 16, n. 2 (Invierno 1992), pp. 219-234.
- INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária* (Trad. Albin E. Beau [et. al.]). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- ISER, Wolfgang. *O ato de ler*. Uma teoria do efeito estético (Trad. Johannes Kretschmer). São Paulo: 34, 1996, v. 1; 1999, v. 2.
- _____. *O fictício e o imaginário*. Perspectivas de uma Antropologia Literária (Trad. Johannes Kretschmer). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- JAHANBEGLOO, Ramin. *George Steiner: à luz de si mesmo* (Trad. Fany Kon et J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 2003.
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. Teorias dialéticas da literatura no século XX (Trad. Iumna Maria Simon [et. al.]). São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. *O inconsciente político*. A narrativa como ato socialmente simbólico (Trad. Valter Lellis Siqueira). São Paulo: Ática, 1992.
- _____. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio (Trad. Maria Elisa Cevasco). 2 ed. São Paulo: Ática, 2004.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária* (Trad. Sérgio Tellaroli). São Paulo: Ática, 1994.
- JHA, Prabhakara. “Western marxism and literary modernism” in: *Economic and Political Weekly*, v. 17, n. 44 (Oct. 30, 1982), pp. 1787-1792.
- _____. “Lukacs or Bakhtin? Some preliminary considerations toward a Sociology of the Novel” in: *Economic and Political Weekly*, v. 18, n. 31 (Jul. 30, 1983), pp. PE35-PE44.
- JOBIM, José Luís. “Para uma discussão sobre a percepção e valorização do ‘novo’ na literatura do século XX” in: *Revista de Letras*, v. 44, n. 1 (Jan. – Jun., 2004), pp. 19-31.
- JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- JOHNSON, Randal. “A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)” in: *USP*, n. 26, jun./ago. 1995, pp. 164-181.
- JUNQUEIRA, Ivan. *Ensaio escolhidos: da prosa de ficção, do ensaísmo e da crítica literária*. São Paulo: A Girafa, 2005. (v. 2).

- JUNQUEIRA, Ivan (Org.). *Escolas literárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004 (2 t.).
- JURT, Joseph. “De Lanson ao campo literário” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 1, pp. 29-59.
- KAYSER, Wolfgang. *Análise e interpretação da obra literária* (Trad. Paulo Quintela). Coimbra: Armênio Amado, 1985.
- LAGES, Susana Kampff. “Diabolias dialéticas. Literatura e sociedade no país do espelho” in: *USP*, n. 49, mar/mai 2001, p. 126-133.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000.
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária* (Trad., Pref., Aditamentos R. M. Rosado Fernandes). 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Olhar escutar ler* (Trad. Beatriz Perrone-Moisés). São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- LIMA, João Carlos Felix de. “Entre Lukács e Bakhtin: por um conceito de *Forma* no Romance”. Ms. Inédito.
- LIMA, Luiz Costa. *Estruturalismo e teoria da literatura*. Introdução às problemáticas estética e sistêmica. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- _____. *Vida e mimesis*. São Paulo: 34, 1995.
- _____. “Una relectura de la relación entre literatura y nación” in: *Revista Canadiense de Estudios Hispánicos*, v. 23, n. 3 (Primavera 1999), pp. 427-434.
- _____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. *Trilogia do controle*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- _____. “Retrospecto de uma fresta. O que devo ao estruturalismo” in: *Revista USP*, n.81, março/maio 2009, pp. 130-140.
- LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes* (VV. Trad.). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (2 t.).
- LIMA, Oliveira. *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Rio de Janeiro: F. Alves. Brasília: INL, 1984.
- LIMA, Rachel. “Mais um lance de dados” in: *Em Tese*, v. 2, 1998, pp. 11-20.
- LIMA, Rogério. *O dado e o óbvio*. O sentido do romance na pós-modernidade. Brasília: Edunb, 1998.
- LINHARES, Temístocles. *História crítica do romance brasileiro (1728-1981)*. São Paulo: Edusp. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987 (3 t.).
- LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico* (Trad. Maria do Carmo Vieira Raposo et Alberto Raposo). Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico filosófico sobre as formas da grande épica*. (Trad., Posf. e Notas, José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000.
- _____. *O romance histórico* (Trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2011.
- MACIEL, Emilio Carlos Roscoe. “O eu desfigurado (autobiografia e teoria em e de Paul de Man)” in: *Remate de males*, 28(2) – jul./dez. 2008, pp. 211-225.
- MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *As formas e a vida*. Estética e ética no jovem Lukács (1910-1918). São Paulo: Edunesp, 2004.
- MACHADO, Irene A. *Analogia do dissimilar*. Bakhtin e o Formalismo Russo. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- _____. “A teoria do romance e a análise estético-cultural de M. Bakhtin” in: *USP*, n. 5, mar.-mai., 1990, pp. 135-142.

- _____. *O romance dialógico*. A prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin. Rio de Janeiro: Imago. São Paulo: Fapesp, 1995.
- _____. *Escola de Semiótica*. A experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê/Fapesp, 2003.
- MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar, 2010.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras*. Sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930). São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1973.
- MALLAC, Guy de. "Brazilian Structuralism: Haroldo de Campos" in: *Contemporary Literature*, v. 11, n. 2 (Spring, 1970), pp. 283-292.
- MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco* (Trad. Silvana Garcia). São Paulo: Edusp, 2009.
- MARTIN, Wallace. "The Epoch of Critical Theory" in: *Comparative Literature*, v. 31, n. 4 (Autumn, 1979), pp. 321-350.
- MARTINS, Maria Helena (Org.). *Rumos da crítica*. 2 ed. São Paulo: Senac/Itaú Cultural, 2007.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil 1940-1981*. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983 (2 v.).
- _____. *História da inteligência brasileira*. 5 ed. São Paulo: T. A. Queirós, 1992 (v. 7).
- MATA, Anderson Luís Nunes da. *As fraturas no projeto de uma literatura nacional: representação na narrativa brasileira contemporânea*. (Tese de doutorado inédita). UnB, TEL, 2010.
- MAUROIS, André. *Introdução ao método de Paul Valéry* (Trad. Fábio Lucas). Campinas: Pontes, 1990.
- MAYORAL, Teresa Cabañas. "Da representação à representatividade: quem legitima? Provocação ao debate" in: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Año 32, n. 63/64 (2006), pp. 169-186.
- MELETÍNSKI, E. M. *Os arquétipos literários* (Trad. Aurora Fornoni Bernardini [et. al.]). São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- MELLO, Jefferson Agostini. "Crítica literária e literatura na contemporaneidade: tensões e divergências" in: *Remate de Males* 28(2) – jul./dez. 2008, pp. 173-188.
- MENDONÇA, Antônio Sérgio et SÁ, Alvaro. *Poesia de vanguarda no Brasil*. De Oswald de Andrade ao Poema Visual. Rio de Janeiro: Antares, 1983.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno, Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- _____. *Saudades do carnaval. Introdução à crise da cultura*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- _____. *Formalismo e tradição moderna*. O problema da crise da cultura. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Edusp, 1974.
- _____. *A estética de Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Brasília, Edunb, 1975 (a).
- _____. *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975 (b).
- _____. *De Anchieta a Euclides*. Breve história da literatura brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____. *O marxismo ocidental* (Trad. Raul de Sá Barbosa). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

- _____. *De Praga a Paris. O surgimento, a mudança e a dissolução da ideia estruturalista* (Trad. Ana Maria de Castro Gibson). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim. Uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- MOISÉS, Massaud. *O simbolismo*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1982.
- _____. *A análise literária*. 8 ed. São Paulo: Cultrix, 1987.
- MOISÉS, Massaud et PAES, José Paulo (Org.). *Pequeno dicionário de literatura brasileira. Biográfico, crítico e bibliográfico*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1980.
- _____. (Org.). *Dicionário de termos literários*. 19 ed. São Paulo: Cultrix, 1990.
- MORAES, Alexandre et STRECKER, Marcos. “Começa o ano Machado de Assis” in: *Folha de São Paulo*, 27 de janeiro de 2008, p. 4.
- MOREIRA, Marcello. *Critica textualis in caelum revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.
- MOREIRA, Maria Eunice (Org.) *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- MORENO, César Fernandes (Coord.). *América Latina em sua literatura* (Trad. Luiz João Gaio). São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance* (Trad. Denise Bottmann). São Paulo: Cosacnaify, 2009.
- MORSON, Gary Saul et EMERSON, Caryl. *Mikhail Bakhtin. Criação de uma prosaística* (Trad. Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Edusp, 2008.
- MOTTA, Leda Tenório da. “Clima e Noigandres: A crítica literária brasileira entre dois fogos” in: *Colóquio/Letras*, v. 147, 1999, pp. 19-32.
- _____. *Sobre a crítica literária brasileira no último meio século*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- MOTTA, Leda Tenório da (Org.). *Céu acima: para um ‘tombeau’ de Haroldo de Campos*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2005.
- MOURA, Flávio Rosa de. *Disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)* (Dissertação de mestrado inédita) FFLCH, USP, 2004.
- MÜLLER-BERGH, Klaus. “Kleine Geschichte der lateinamerikanischen Literatur im 20. Jahrhundert” in: *Hispanic Review*, v. 64, n. 2 (Spring, 1996), pp. 300-303.
- MURARI, Luciana. “O espírito da terra: A teoria da cultura brasileira de Araripe Jr” in: *Luso-Brazilian Review*, v. 44, n. 1 (2007), pp. 20-44.
- MUSSI, Ricardo. “A dialética como discurso do método” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 1, pp. 367-389.
- NARVÁEZ, Jorge E. “El estatuto de los textos coloniales y el canon literario: algunos antecedentes en el sistema literario del Brasil-Colonia S. XVI y XVII” in: *Revista Chilena de Literatura*, n. 40 (Nov., 1992), pp. 17-33.
- NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a literatura. “Notas” de literatura e filosofia nos textos da Desconstrução*. Niteroi: Eduff, 1999.
- NEPOMUCENO, André. *Retrato em movimento. Crítica cultural e dialética no Brasil: uma abordagem da obra de Roberto Schwarz*. (Tese inédita). Brasília: UNB, s/d.
- NETO, Paulo Bungart. “Retas paralelas: os diferentes pontos de vista de Sílvio Romero e José Veríssimo” in: *Revista de Letras*, v. 41/42, Dois Centenários: Murilo Mendes e Cecília Meireles (2001-2002), pp. 179-195.
- NEUBAUER, John. “Bakhtin versus Lukács: Inscriptions of Homelessness in Theories of the Novel” in: *Poetics Today*, v. 17, n. 4, Creative and Exile: European/American Perspectives II (Winter, 1996), pp. 531-546.

- NITRINI, Sandra. *Literatura comparada. História, Teoria e Crítica*. São Paulo: Edusp, 2000.
- NOBRE, Marcos. *Lukács e os limites da reificação*. Um estudo sobre *História e consciência de classe*. São Paulo: 34, 2001.
- NUNES, Benedito. *Passagem para o poético*. Filosofia e poesia em Heidegger. 2 ed. São Paulo: Ática, 2008.
- NUNES, Clicie. “Temblor de arterias y cárceles de fuego: literatura en el Brasil Colonial” in: *Revista Chilena de Literatura*, n. 73 (Nov., 2008), pp. 81-108.
- ÖHLER, Dolf. *O Velho Mundo desce aos infernos*. Auto-análise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris (Trad. José Marcos Macedo). São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- OTSUKA, Edu Teruki. “Literatura e sociedade hoje” in: *Literatura e Sociedade*, n. 12, 2009, 104-115.
- PACHECO, João. *O realismo*. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- PALTI, Elías José. “The problem of ‘misplaced ideas’ revisited: beyond the ‘history of ideas’ in Latin America” in: *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 1 (Jan., 2006), pp. 149-179.
- PASSOS, Cleusa Rios P. *Confluências: Crítica Literária e Psicanálise*. São Paulo: Nova Alexandria/Edusp, 1995.
- PASTA Jr., José Antonio. “O juízo da crítica” in: *Novos Estudos*, n. 24, jul 1989, pp. 184-193.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira* (Trad. Olga Savary). 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. *Os filhos do barro* (Trad. Olga Savary). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PÉCORRA, Alcir. “O inconfessável: escrever não é preciso” in: *Revista Sibila*, ano 6, n. 10, Nov. 2006, pp. 92-99.
- _____. “Polêmica sobre o barroco ficou datada e vã”. Resenha a *O sequestro do barroco na Formação da literatura brasileira* in: *Folha de São Paulo*, 19 de março de 2011, p. E8.
- PEDROSA, Célia. *Antonio Candido: a palavra empenhada*. São Paulo: Edusp. Rio de Janeiro: Eduff, 1994.
- PENNA, Luciana Artacho. “A bala e a fala” in: *Cult*, jan 1999, p. 27-29.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época*. Poesia marginal anos 70. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. São Paulo: Edusp. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- PERELMAN, Chaïm et OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A nova retórica (Trad. Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PERES, Marcos Roberto Flamínio. “A Teoria do romance de Georg Lukács” in: *Magma*, n. 2, 1995, pp. 113-118.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina” in: *Estudos Avançados* 11(30), 1997, pp. 245-259.
- _____. *Altas literaturas*. Escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. “Barthes e o pós-modernismo” in: *Inútil poesia*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- _____. “Pós-estruturalismo e Desconstrução nas Américas” in: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *Do positivismo à Desconstrução: ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004, pp. 213-236.

- _____. *Texto, crítica, escritura*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *As flores da escrivainha*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. *Vira e mexe, nacionalismo*. Paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. *Com Roland Barthes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- PIZA, Daniel. “Crítica da crítica da crítica” in: *Cultura Vozes*, n. 2, mar-abr, 1996, pp. 34-45.
- POMORSKA, Krystyna. *Formalismo e futurismo*. A teoria formalista russa e seu ambiente poético (Trad. Sebastião Uchoa Leite). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do grupo clima em São Paulo – 1940-1968*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- PORTELLA, Eduardo. *Literatura e realidade nacional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.
- PORTELLA, Eduardo (Coord.). *Teoria literária*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- POUND, Ezra. *A arte da poesia* (Trad. Heloysa de Lima Dantas et José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix, 1976.
- _____. *Abc da literatura* (Trad. Augusto de Campos et José Paulo Paes). 16 ed. São Paulo: Cultrix, 1986.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda*. Os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo. São Paulo: 34, 2010.
- PRAZ, Mário. *Literatura e artes plásticas* (Trad. José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1982.
- _____. *A carne, a morte e o Diabo na literatura romântica* (Trad. Philadelpho Menezes). Campinas: Edunicamp, 1996.
- PROUST, Marcel. *Contre Saint-Beuve*. Notas sobre crítica e literatura (Trad. Haroldo Ramanzini). São Paulo: Iluminuras, 1988.
- RALLO, Élizabéth Ravoux. *Métodos de crítica literária* (Trad. Ivone C. Benedetti). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RAMASSOTE, Rodrigo Martins. “Na sala de aula: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1970)” in: *Literatura e Sociedade*, n. 12, 2005, pp. 88-101.
- _____. *A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978)*. (Dissertação de Mestrado inédita). Campinas, IFCH, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita* (Trad. Raquel Ramallete [et. al.]). São Paulo: 34, 1995.
- RÉ, Henrique Antonio. “Mundo da desordem”, “homem cordial” e a ordem contemporânea do capital: uma análise do esquema interpretativo de Roberto Schwarz. (Dissertação de Mestrado inédita). Unicamp, IFCH, 2005.
- REUTER, Yves. *A análise da Narrativa*. O texto, a ficção e a narração (Trad. Mario Pontes). Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- RIBEIRO, Paulo Jorge. “Cidade de Deus na zona de contato – alguns impasses da crítica cultural contemporânea” in: *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Año XXIX, n. 57, Lima-Hanover, 2003, pp. 125-139.
- RICHARDS, I. A. *Princípios de crítica literária* (Trad. Rosaura Eichenberg [et. al.]). 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- _____. *A prática da crítica literária* (Trad. Almiro Pisetta et Lenita Maria Rímoli Esteves). São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1970)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988 (a), (1º Colóquio UERJ).
- _____. *A interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1988 (b), (2º Colóquio UERJ).
- _____. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Imago, 1992 (a), (3º Colóquio UERJ).
- _____. (Org.). *América: descoberta ou invenção*. Rio de Janeiro: Imago, 1992 (b).
- ROCHA, João César de Castro. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: Argos, 2011.
- ROCHA, João César de Castro (Org.). *Erich Auerbach*. Rio de Janeiro: Imago, 1994, (V Colóquio UERJ).
- _____. (Org.). *Intersecções: a materialidade da comunicação*. Rio de Janeiro: Imago/Eduerj, 1998, (VI Colóquio UERJ).
- _____. (Org.). *Teoria da ficção*. Indagações à obra de Wolfgang Iser. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, (VII Colóquio UERJ).
- ROCHA, Marília Librandi. “João Alexandre Barbosa, leitor” in: *Magma*, n. 2, 1995, pp. 11-23.
- ROGER, Jérôme. *A crítica literária* (Trad. Rejane Janowitz). Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- RONCARI, Luiz. *Literatura brasileira*. Dos primeiros cronistas aos últimos românticos. São Paulo: Edusp, 1995.
- ROSENFELD, Kathrin H. *Antígona – de Sófocles a Hölderlin*. Por uma filosofia trágica da literatura. Porto Alegre, L&PM, 2000.
- RUEDAS DE LA SIERNA, Jorge (Org.). *História e literatura: homenagem a Antonio Candido*. Campinas: Edunicamp. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina/Imprensa Oficial, 2003.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Romantismo*. Uma questão alemã. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.
- SANT’ANNA, Affonso Romano. *Barroco*. Do quadrado à elipse. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. “Quem tem medo do estruturalismo” in: *O Estado de São Paulo*, 21/10/2012, p. D2.
- SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. Ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: 1982.
- _____. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. “Crítica literária e jornal na pós-modernidade” in: *Revista de Estudos Literários*, v. 1, n. 1, out. 1997, pp. 11-17.
- _____. “Reading and Discursive Intensities: On the Situation of Postmodern Reception in Brazil” in: *boundary 2*, v. 20, n. 3, (Autumn, 1993), pp. 194-202.
- _____. *Uma literatura nos trópicos*. Ensaios sobre dependência cultural. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- _____. *O cosmopolitismo do pobre*. Crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: Edufmg, 2004.
- _____. *Ora direis, puxar conversa!* Belo Horizonte: Edufmg, 2006.
- SANTIAGO, Silviano [et. al.], “El estado de los estudios literarios en Brasil” in: *Hispanamérica*, Año 19, n. 56/57 (Aug. – Dec., 1990), pp. 47-56.
- SANTOS, Alcides Cardoso (Org. [et. al.]). *Desconstrução e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006 (a).
- _____. (Org.). *Estados da crítica*. São Paulo: Ateliê Editorial/Edufpr, 2006 (b).

- SANTOS, Roberto Corrêa. “A crítica literária no Brasil (Últimos quinze anos)” in: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 16, n. 31/32 (1990), pp. 57-66.
- SARAIVA, A. J. et LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17 ed. Lisboa: Porto, 2005.
- SARTRE, Jean Paul. *Que é a literatura?* (Trad. Carlos Felipe Moisés). 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- SCHUMM, Petra. “Nuevas tendencias de la investigación sobre el barroco brasileiro” in: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 20, n. 40 (1994), pp. 127-139.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. “Romantismo tropical” in: *Latin American Literary Review*, v. 25, n. 50 (Jul. – Dec., 1997), pp. 47-68.
- SCHWARTZ, Jorge. “As linguagens imaginárias: nwestra ortografia banguwardista” in: *USP*, n. 12, dez-fev, 1992, pp. 98-109.
- _____. “Abaixo Tordesilhas!” in: *Estudos Avançados* 7(17), 1993, pp. 185-200.
- SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição” in: *Novos Estudos* 75, jul, 2006, pp. 61-79.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo*. Walter Benjamin: Romantismo e crítica literária. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- SEPÚLVEDA, Carlos. *Eduardo Portella*. A linguagem solidária. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. “Arte e crise cultural nos anos 20: o repto de Roberto Rodrigues” in: *USP*, n. 23, set-nov, 1994, pp. 103-113.
- _____. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SHASHIDHAR, R. “Culture and Society: An Introduction to Raymond Williams” in: *Social Scientist*, v. 25, n. 5/6 (May – Jun., 1997), pp. 33-53.
- SILVA, Juremir Machado da. *Anjos da perdição*. Futuro e presente na cultura brasileira. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- SILVA, Maurício. “O sorriso da sociedade: literatura e academicismo no Brasil” in: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 25, n. 49 (1999), pp. 145-176.
- SIMON, Iumna Maria. “Esteticismo e participação. As vanguardas poéticas no contexto brasileiro (1959-1969)” in: *Novos Estudos*, n. 26, mar. 1990, pp. 120-140.
- _____. “Considerações sobre a poesia brasileira em fim de século” in: *Novos Estudos*, n. 55, nov. 1999, pp. 27-36.
- SIMON, Iumna Maria et DANTAS, Vinícius. “Poesia ruim, sociedade pior” in: *Novos Estudos*, n. 12, jun. 1985, pp. 48-61.
- SIDNEY, Philips Sir et SHELLEY, Percy Bysshe. *Defesas da poesia* (Trad. Enid Abreu Dobránszky). São Paulo: Iluminuras, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Seus fundamentos econômicos. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SOUZA, Maria Eneida de. “A crítica em palimpsesto: reflexões sobre a obra de Luiz Costa Lima” in: *Chasqui*, v. 20, n. 1 (May, 1991), pp. 54-66.
- _____. *Crítica cult*. Belo Horizonte, Edufmg, 2002.
- SOUZA, Marcelo Paiva de. “A centopéia, o ranheta e outros bichos” in: *Espéculo*, n. 31. Também em www.ucm.es/info/especulo/numero31/centope.html (consulta em 30/01/2012)

- _____. “Letras & outros: a América Portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII” in: *Espéculo*, n. 42. Também em www.ucm.es/info/especulo/numero42/brascolo.html (consulta em 30/01/2012).
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Retórica e poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj/Eduff, 1999.
- _____. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. São Paulo: Eduerj, 2007 (a).
- _____. *Teoria literária*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007 (b).
- SOUZA e SILVA, Joaquim Norberto de. *História da literatura brasileira e outros ensaios* (Org. e Notas de Roberto Acízelo de Souza). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Zé Mário Ed., 2002.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à poética clássica*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Na madrugada das formas poéticas*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- _____. *Do formalismo estético trovadoresco*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- SPITZER, Leo. *Lingüística e historia literaria* (Sem indicação de Tradutor). Madrid: Gredos, 1959.
- STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética* (Trad. Celeste Aída Galeão). 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- STAM, Robert. *Bakhtin*. Da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 2000.
- STEGNANO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. 2 ed. Nova Aguilar, 2004.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o Naturalismo*. Rio de Janeiro: Achimé, 1984.
- _____. *Cinematógrafo de Letras*. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Edufpr, 1993.
- _____. *Literatura e vida literária*. Polêmicas, diários & retratos. 2 ed. Belo Horizonte: Edufmg, 2004.
- TADIÉ, Jean-Yves. *A crítica literária no século XX* (Trad. Wilma Freitas Ronald de Carvalho). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- TARRICONE, Jucimara. *Hermenêutica e crítica: o pensamento e a obra de Benedito Nunes*. (Tese inédita). FFLCH, USP, 2007.
- TEIXEIRA, Ivan. “Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa” in: *USP*, n. 57, mar./mai., 1989, pp. 138-159.
- _____. “Anatomia do crítico” in: *Cult*, n. 12, jun. 1998, pp. 36-41.
- _____. “Retórica e literatura” in: *Cult*, n. 13, jul. 1998, pp. 42-45.
- _____. “O formalismo russo” in: *Cult*, n. 14, ago. 1998, pp. 36-39.
- _____. “New Criticism” in: *Cult*, n. 15, set. 1998, pp. 34-37.
- _____. “Estruturalismo” in: *Cult*, n. 16, out. 1998, pp. 34-37.
- _____. “Desconstrucionismo” in: *Cult*, n. 17, nov. 1998, pp. 34-37.
- _____. “New Historicism” in: *Cult*, n. 18, dez. 1998, pp. 32-35.
- _____. “Poética cultural: literatura e história” in: *Politeia: História e Sociologia*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, 2006, pp. 31-56.
- TELES, Gilberto Mendonça (Org.). *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- TERTULIAN, Nicolas. *Georg Lukács*. Etapas de seu pensamento estético (Trad. Renira Lisboa de Moura Lima). São Paulo: Edunesp, 2008.
- TEZZA, Cristovão. *Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o Formalismo Russo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

- TOLEDO, Dionísio (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto alegre: Globo, 1971.
- _____. (Org.). *Círculo Linguístico de Praga: Estruturalismo e Semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- TORRE, Guillermo de. *Historia de las literaturas de vanguardia*. Madrid, Guadarrama, 1971 (3 t.).
- TRAVANCAS, Isabel. *O livro no Jornal*. Os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial* (Trad. Fábio Fonseca de Melo). São Paulo: Edusp/Nankin, 2008.
- UNGARETTI, Giuseppe. “Influência de Vico nas Teorias Estéticas de hoje” in: *Razões de uma poesia e outros ensaios*. (Org. Lucia Wataghin, Trad. Liliana Lagana et. al.). São Paulo: Edusp; Imaginário, 1994, pp. 91-115.
- _____. “Posição histórica e grandeza de Giambattista Vico” in: *Invenção da poesia moderna*. Lições de literatura no Brasil, 1937-1942 (Trad. Antônio Lázaro de Almeida Prado). São Paulo: Ática, 1996, pp. 217-235.
- VALE, Ricardo Martins. “Formação, unidade e autonomia da literatura brasileira” in: *USP*, n. 59, set-nov, 2003, pp. 270-274.
- VENTURA, Mauro Souza. *De Karpfen a Carpeaux*. Formação política e interpretação literária na obra do crítico austríaco-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- _____. “Trajetória e legado de Otto Maria Carpeaux” in: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, 63, 2007, Imprensa Oficial.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- VILLAÇA, Alcides. “Ficção ou ciência exata” in: *O Estado de São Paulo*, 07/10/2012, p. D7.
- ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem*. O romanesco dos anos 1920 aos anos de 1950 (Trad. Luiz João Gaia et Guinsburg, J.). São Paulo: Perspectiva, 2010.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Esquema (parcial) de Antonio Candido” in: *Novos Estudos*, n. 64, nov. 2002, pp. 177-188.
- _____. “Erich Auerbach sociólogo” in: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 1, pp. 61-91.
- _____. *A passagem do três ao um*. Crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- WARNER, Marina. *Da Fera à Loira*. Sobre Contos de fadas e seus narradores (Trad. Thelma Médici Nóbrega). São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding (Trad. Hildegard Feist). São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- WEIKEL, Thomas. *O sublime romântico*. Estudos da estrutura e psicologia da Transcendência (Trad. Patrícia Flores da Cunha). Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- WELLEK, René. “Auerbach’s Special Realism” in: *The Kenyon Review*, v. 16, n. 2 (Spring, 1954), pp. 299-307.
- _____. *Conceitos de crítica* (Trad. Oscar Mendes). São Paulo: Cultrix, 1963.
- _____. *História da crítica moderna* (Trad. Lívio Xavier). São Paulo: Edusp/Hedra, 1967, (4 v.)

- _____. *Discriminations: further concepts of criticism*. New Haven and London, Yale University Press, 1970.
- _____. “Poetics, Interpretation, and Criticism” in: *The Modern Language Review*, v. 69, n. 4 (Oct., 1974), pp. XXI-XXXI.
- _____. *A history of modern criticism (1750-1950)*. New Haven and London: Yale University Press, 1986 (v. 5: English criticism); 1986 (v. 6: American criticism); 1991 (v. 7: German, Russian and Eastern European criticism); (v. 8: French, Italian, and Spanish), 1992.
- WELLEK, René et WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários* (Trad. Luiz Carlos Borges). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura* (Trad. Guillermo David). Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.
- WIMSATT, William K. et BROOKS, Cleanth. *Crítica literária*. Breve história (Trad. Ivete Centeno et Armando de Morias). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- WOLF, Eduardo. “O sequestro de Machado de Assis” in: *Dicta e contradicta*, n. 6, dez. 2010, pp. 118-133.

Bibliografia Geral.

- ADORNO, Theodor W. *Mínima moralia*. Reflexões a partir da vida danificada (Trad. Luiz Eduardo Bicca). 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Prismas*. Crítica cultural e sociedade (Trad. Augustin Wernet et Jorge Mattos Brito de Almeida). São Paulo: Ática, 2001.
- _____. *Teoria estética* (Trad. Artur Morão). Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. *Dialética negativa* (Trad. Marco Antonio Casanova). Rio de Janeiro: JZE, 2009.
- ADORNO, Theodor W. et HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento* (Trad. Guido Antonio de Almeida). Rio de Janeiro: JZE, 1985.
- ALMEIDA PRADO, Lázaro de. “Por um ‘Humanismo na Era da Máquina’” in: *Revista de Letras*, v. 11, (1968), pp. 23-46.
- ALONSO, Angéla. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, poesia e Inquisição*. São Paulo: Ática, 1983.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo (Trad. Denise Bottman). São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. *Espectro* (Trad. Fabrizio Rigout et Paulo Cesar Castanheira). São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins. Brasília: INL, 1972.
- AQUINO, Tomás de. *Verdade e conhecimento* (Trad. Estudos, Notas Luiz Jean Lauand et Mario Bruno Aproviero). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar*. Estudos sobre a formação filosófica uspiana (uma experiência dos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. “Nem tudo o que é sólido desmancha no ar” in: *Novos Estudos* 12(34), 1998, pp. 100-103.

- _____. *Hegel. A ordem do tempo* (Trad., e prefácio Rubens Rodrigues Torres). 2 ed. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.
- ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios*. Transgressão e transigência na sociedade colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*. Casa grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos Anos 30. São Paulo: 34, 1994.
- ARGAN, Giulio Carlo. “As fontes da arte moderna” in: *Novos Estudos*, n. 18, set. 1987, pp. 49-56.
- _____. *Clássico anticlássico*. O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel (Trad. Lorenzo Mammì). São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. *Imagem e persuasão*. Ensaio sobre o Barroco (Trad. Maurício Santana Dias). São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- ARISTÓTELES. *Obras* (Trad., Estudio, Preâmbulos Francisco de P. Saramanch). Madrid: Aguilar, 1964.
- _____. *Poética* (Trad., Pref., Introd., Comentário e Apêndices por Eudoro de Sousa). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2008.
- ARNHEIM, Rudolf. *Intuição e intelecto na Arte* (Trad. Jefferson Luiz de Camargo). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais* (Trad. Yvonne Jean). Brasília: Edunb, 1980.
- _____. *O marxismo de Marx* (Trad. Jorge Bastos). 2 ed. São Paulo: Arx, 2005.
- ARRIGUCCI Jr, Davi. *Enigma e comentário*. Ensaio sobre literatura e experiência. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *Humildade, paixão e morte*. A poesia de Manuel Bandeira. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *Outros achados e perdidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. *O cacto e as ruínas*. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000.
- _____. *Coração partido*. Uma análise da poesia reflexiva de Drummond. São Paulo: Cosacnaify, 2002.
- _____. *O guardador de segredos*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O século de Braudel” in: *Novos Estudos*, n. 4, abril 1984, pp. 37-43.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. São Paulo no meio século XX. São Paulo: Edusc, 2001.
- AUERBACH, Erich. *Dante. Poeta do mundo secular* (Trad. Raul de Sá Barbosa). Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- _____. *Ensaio de literatura ocidental* (Trad. Samuel Titan Jr et José Marcos Mariani de Macedo). São Paulo: 34/Duas Cidades, 2007.
- AZEVEDO SJ., Marcello de Carvalho. *Comunidades Eclesiais de Base e inculturação da fé*. São Paulo: Loyola, 1986.
- BACHELARD, Gaston. *Dialética da duração* (Trad. Marcelo Coelho). São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *A água e os sonhos*. Ensaio sobre a imaginação da matéria (Trad. Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *O ar e os sonhos*. Ensaio sobre a imaginação do movimento (Trad. Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1990 (a).
- _____. *A terra e os devaneios do repouso*. Ensaio sobre as imagens da intimidade (Trad. Paulo Neves da Silva). São Paulo: Martins Fontes, 1990 (b).
- _____. *Fragments de uma poética do fogo* (Trad. Norman Teles). São Paulo: Brasiliense, 1990 (c).

- _____. *A terra e os devaneios da vontade*. Ensaio sobre a imaginação das forças (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *A psicanálise do fogo* (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. *A poética do devaneio* (Trad. Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *A poética do espaço* (Trad. Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (Trad. Yara Frateschi Vieira). Brasília: Edunb. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski* (Trad. Paulo Bezerra). 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BALZAC, Honoré de. *As ilusões perdidas* (Trad. Ernesto Pelanda et Mário Quintana). São Paulo: Globo, 1990 (A comédia humana, v. VII).
- BENJAMIN, Andrew et OSBORNE, Peter (Orgs.). *A filosofia de Walter Benjamin*. Destruição e experiência (Trad. Maria Luiza X de A. Borges). Rio de Janeiro: JZE, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco alemão* (Trad. e Notas Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Charles Baudelaire*. Um lírico no auge do Capitalismo (Trad. José Carlos Martins Barbosa et Hemerson Alves Baptista). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Magia e técnica. Arte e política* (Trad. Sérgio Paulo Rouanet). 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (Trad. Marcus Vinicius Mazzari). São Paulo: 34/Duas Cidades, 2002.
- _____. *Escritos sobre mito e linguagem* (Trad. Susana Kampff Lages et Ernani Chaves). São Paulo: 34/Duas Cidades, 2011.
- BENVENISTE, Émile. “Da subjetividade na linguagem” in: *Problemas de linguística geral I* (Trad. Maria da Glória Novak et Maria Luisa Neri). 5a ed. São Paulo: Pontes, 2005, pp. 284-293.
- BERLIN, Isaiah. *Vico e Herder* (Trad. Juan Antonio Gili Sobrinho). Brasília: Edunb, 1982.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar* (Trad. Carlos Felipe Moisés et Ana Maria Ioriatti). São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1985.
- BÍBLIA (Tradução Ecumênica). São Paulo: Loyola, 1994.
- BISCHOF, Betina. *Razão da recusa*. Um estudo da poesia de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Nankin, 2005.
- BOAVENTURA, Maria Eugénia. *A vanguarda antropofágica*. São Paulo: Ática, 1985.
- BOLASI, Gabriel. “Arquitetura ad/do poder” in: *Novos Estudos*, n.10, out. 1984, pp. 45-56.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Leituras operárias. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- _____. *Memória e Sociedade*. Memórias de velhos. 12 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOSI, Viviana [et. al.] (Orgs.). *O poema: leitores e leituras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas* (Trad. Sérgio Miceli [et. al.]). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- BOVERO, Michelangelo. “Liberalismo, socialismo, democracia” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 144-155.
- BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: 1964.
- BRADBURY, Malcom et McFARLANE, James. *Modernismo: guia geral 1890-1930* (Trad. Denise Bottmann). São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. “A través de un continente de historia: Brasil y la obra de Gilberto Freyre” in: *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, n. 2 (Apr., - Jun., 1999), pp. 167-187.
- _____. *Reflexões sobre a História* (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BRESCIANI, Maria Stella M. “O cidadão da República. Liberalismo versus Positivismo Brasil: 1870-1900” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 122-135.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Reformas econômicas em tempos anormais” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 114-121.
- _____. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5 ed. São Paulo: 34, 2003.
- _____. “De la Cepal y el Iseb a la Teoría de la Dependencia” in: *Desarrollo Económico*, v. 46, n. 183 (Oct. – Dec. 2006), pp. 419-439.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et VAN DYKE, Marcia in: *Latin American Perspectives*, v. 11, n. 1, Brazil in Crisis (Winter, 1984), pp. 35-72.
- _____. *As revoluções utópicas dos anos 60*. A revolução estudantil e a revolução política na Igreja. São Paulo: 34, 2006.
- BROMBERT, Victor. *Em louvor de anti-heróis*. Figuras e temas da moderna literatura europeia 1830-1980 (Trad. José Laurenio de Melo). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu* (Trad. Introd., Newton Aquiles Von Zuben). São Paulo: Centauro, 2001.
- BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar*. Walter Benjamin e o Projeto das Passagens (Trad. Ana Luíza Andrade). Belo Horizonte: Edufmg, Santa Catarina: Argos, 2002.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989* (Trad. Nilo Odália). Campinas: Edunicamp, 1991.
- _____. *Vico*. (Trad. Roberto Leal Ferreira). São Paulo: Edunesp, 1997.
- CAILLOIS, Roger. *O homem e o sagrado* (Trad. Germiniano Cascais Franco). Lisboa: Edições 70, s/d.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significados*. São Paulo: Imprensa Oficial/Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. Ensaio sobre o Brasil. São Paulo: 34, 1999.
- CALDWELL, Helen. *O Otelo Brasileiro de Machado de Assis*. Um estudo de Dom Casmurro (Trad. Fábio Fonseca de Melo). São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- CAMARGO, Maria Lúcia de Barros. “Leituras impertinentes” in: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: ABRALIC, n. 4, 1998, pp. 127-145.
- CAMILO, Wagner. “Uma poética da indecisão: Brejo das almas” in: *Novos Estudos*, n. 57, jul. 2000, pp. 37-58.
- _____. *Drummond. Da Rosa do Povo à rosa das Trevas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- CAMPOS, Haroldo de. *Morfologia do Macunaíma*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

- CAMPOS, Roberto et FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. “Economia, Estado, modernidade. Uma crítica liberal” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 52-73.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado* (Trad. Valerie Rumjanek). 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *O mito de Sísifo*. Ensaio sobre o absurdo (Trad. Urbano Tavares Rodrigues). Lisboa: Livros do Brasil, 2002.
- CANCLINI, Néstor Garcia. “Políticas culturais na América Latina” in: *Novos Estudos*, n. 2, jul. 1983, pp. 39-51.
- _____. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade (Trad. Heloísa Pezza Cintrão [et. al.]). 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- _____. *Ficção e confissão*. Ensaio sobre Graciliano Ramos. São Paulo: 34, 1992.
- _____. *Textos de intervenção* (Sel., Apres., Notas Vinícius Dantas). São Paulo: 34/Duas Cidades, 2002.
- _____. *O discurso e a cidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Os anos Figueiredo” in: *Novos Estudos*, n. 1, dez. 1981, pp. 4-11.
- _____. “Livros que inventaram o Brasil” in: *Novos Estudos*, n. 37, nov. 1993, pp. 21-35.
- CARDOSO, Irene R. *A universidade da comunhão paulista*. O projeto de construção da USP. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: 34, 2001.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Ensaio reunidos 1942-1978* (Org., Introd., notas Olavo de Carvalho). Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade, 1999 (v. 1).
- _____. *Ensaio reunidos 1946-1971* (Org. Christine Ajuz). Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 (v. 2).
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Teatro das sombras: A política imperial. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura” in: *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 123-152.
- CARVALHO, Olavo de. *A Nova Era e a Revolução Cultural*. Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto de Arte Liberais/Stella Caymmi, 1994.
- _____. *O jardim das aflições*. De Epicuro à ressurreição de César: Ensaio sobre o materialismo e a religião civil. São Paulo: é Realizações, 2000.
- CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. Uma contribuição ao problema dos nomes dos deuses (Trad. J Guinsburg et Miriam Schnaiderman). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *A filosofia das formas simbólicas I – A linguagem* (Trad. Marion Fleischer). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *A filosofia das formas simbólicas II – O pensamento mítico* (Trad. Cláudia Cavalcanti). São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CASTELLI, Chantal. “Interpretação e Vida: A *Erlebnis* em Dilthey e as críticas à *Einführung*” in: *Magma*, n. 7, 2001, pp. 47-55.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. “Janela da alma, espelho do mundo” in: NOVAES, 1988, Op. Cit., pp. 31-64.

- _____. *Cultura e Democracia*. O discurso competente e outras falas. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. *Experiência do pensamento*. Ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CHAUÍ, Marilena et FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização social*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CHIP, H. B (Org.). *Teorias da Arte Moderna* (Trad. Waltensir Dutra [et. al.]). São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. Max Weber e a Teoria Social. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. “Tragédia, festa, guerra: os coreógrafos da modernidade conservadora” in: *USP*, n. 26, jun-ago, 1995, pp. 20-41.
- CORREDOR, Eva L. “Entrevista com Roberto Schwarz” in: *Literatura e Sociedade*, n. 5, 2000, pp. 14-37.
- COSTA, Iná Camargo. “Brecht, Adorno e o interesse do engajamento” in: *Cultura Vozes*, n. 6, nov./dez. 1998, pp. 148-168.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson et NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org., Trad.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: 1988.
- D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição regionalista: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Edunicamp, 1002.
- DE MAN, Paul. “Dialogue and dialogism” in: *Poetics Today*, v. 4, n. 1 (1983), pp. 99-107.
- _____. *Alegorias da leitura*. Linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust (Trad. Lenita R. Esteves). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- DILTHEY, Wilhelm. *Vida y poesia* (Trad. Wenceslau Rocés). México, Fondo de Cultura Económica, 1945.
- _____. *Introdução às Ciências Humanas* (Trad. Marco Antonio Casanova). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- DIMAS, Antonio. “Antonil, a cana e o negro” in: *USP*, n. 15, set-nov, 1992, pp. 132-144.
- DINIZ, Eli. “Clientelismo urbano. Ressuscitando um antigo fantasma?” in: *Novos Estudos*, n. 4, Nov. 1982, pp. 21-26.
- Documentos do Concílio Vaticano II (2.: 1962-1965). São Paulo: Paulus, 2001.
- DRAIBE, Sônia M. “As políticas sociais e o neoliberalismo. Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 86-101.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário* (Trad. Hélder Godinho). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. “USP 50 anos” in: *Novos Estudos*, n. 4, abril 1984, pp. 44-50.
- DUVERGER, Maurice. *Os laranjais do Lago Balaton* (Trad. Edgar de Brito Chaves Júnior). Brasília: Edunb, 1982.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados* (Trad. Pérola de Carvalho). São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Arte e beleza na Estética Medieval* (Trad. Mario Sabino Filho). Rio de Janeiro: Globo, 1989.

- ELIADE, Mircea. “Mitologías de la memoria y el olvido” in: *Estudios Orientales*, v. 1, n. 2 (2) (Dec., 1966), pp. 3-23.
- _____. *Mito e realidade* (Trad. Pola Civelli). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. “History of religions and the ‘popular’ cultures” in: *History of Religions*, v. 20, n. 1/2, Twentieth Anniversary Issue (Aug., - Nov., 1980), pp. 1-26.
- _____. *História das crenças e das ideias religiosas* (Trad. Roberto Cortes de Lacerda). Rio de Janeiro: JZE, 1983 (3 t.).
- _____. *O sagrado e o profano. A essência das religiões* (Trad. Rogério Fernandes). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso* (Trad. Sonia Cristina Tamer). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Tratado de História das Religiões* (Trad. Fernando Tomaz et Natália Nunes). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *Mefistófeles e o Andrógino. Comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus* (Trad. Ivone Castilho de Benedette). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *O mito do eterno retorno* (Trad. Manoela Torres). Lisboa: Edições 70, s/d.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade e os indivíduos* (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: JZE/1994.
- ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura* (Trad. Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Perspectiva, 1988.
- _____. *Ensaio* (Trad. Introd. e Notas Ivan Junqueira). São Paulo: Art, 1989.
- _____. *De poesia e de poetas* (Trad. Ivan Junqueira). São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ESPINOSA, Baruch de. *Tratado Teológico-Político* (Trad., Introd. e Notas Diogo Pires Aurélio). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- EVERS, Tilman. “Identidade. A face oculta dos movimentos sociais” in: *Novos Estudos*, n. 4, abr. 1984, pp. 11-23.
- FABRIS, Antersa. “Hiperrealismo ou a estratégia do olhar” in: *Discurso*, n. 16, ano V, 1975, pp. 201-204.
- FALCÃO, Joaquim et ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa (Org.). *O imperador das ideias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FAORO, Raymundo. “A aventura liberal numa ordem patrimonialista” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 14-29.
- _____. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001 (a).
- _____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4 ed. São Paulo: Globo, 2001 (b).
- FAUSTINO, Mário. *Poesia-experiência*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *De Anchieta aos Concretos* (Org. Maria Eugenia Boaventura). São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 16 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001.
- FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. “A Constituição Republicana de 1891” in: *USP*, n. 3, set-nov, 1989, pp. 19-24.
- FERREIRA, Oliveiros S. “Do liberalismo no Brasil” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 6-13.
- FEUERBACH, Ludwig. *A essência do Cristianismo* (Trad. José da Silva Brandão). São Paulo: Papyrus, 1988.

- _____. *Preleções sobre a essência da religião* (Trad. José da Silva Brandão). São Paulo: Papyrus, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas* (Trad. Antônio Ramos Rosa). São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- FRAILLE, Guillermo. *História de la filosofía*. Madrid: B.A.C, 1965 (8 t.).
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- _____. “As ideias estão no lugar” in: *Cadernos de debate 1: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 61-64.
- _____. “Organização social do trabalho no período colonial” in: *Discurso*, n. 8, 1978, pp. 1-45.
- _____. “‘All the world was America.’ John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 30-53.
- FRANCO, Rolando. “Revendo o autoritarismo, repensando a democracia” in: *Novos Estudos*, n.2, jul, 1982, pp. 52-60.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. *Criatividade e dependência*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- GABNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica (Trad. Flávio Paulo Giachini). 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes. São Paulo: Edusf, 1997 (2 v.).
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos* (Trad. Per Salter [et. al.]). São Paulo: Cia das Letras, 1988 (5 v.).
- _____. *Modernismo. O fascínio da heresia*. De Baudelaire a Beckett e mais um pouco (Trad. Denise Bottmann). São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GENETTE, Gérard. *Figuras* (Trad. Ivonne Floripes Mantoanelli). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GENETTE, Gérard et TODOROV, Tzvetan (Org.). *Littérature et réalité*. Paris: Édition du Seuil, 1982.
- GIANOTTI, José Arthur. *O jogo do belo e do feio*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- GILSON, Etienne. *O espírito da Filosofia Medieval* (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e História (Trad. Federico Carotti). São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. O Novo Mundo (Trad. Josely Vianna Batista). São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- GLEDSON, John. *Poesia e poética de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- _____. *Ficção e História* (Trad. Sônia Coutinho). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Uma reinterpretação de Dom Casmurro (Trad. Fernando Py). São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____. *Influências e impasses*. Drummond e alguns contemporâneos (Trad. Frederico Dentello). São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. *Por um novo Machado de Assis. Ensaio* (Trad. Fernando Py [et. al.]). São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché: Etude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1959.

- GOLDSTEIN, Norma. *Do Penumbrismo ao Modernismo* (O primeiro Bandeira e outros poetas significativos). São Paulo: Ática, 1983.
- GOMBRICH, E. H. *A História da Arte* (Trad. Álvaro Cabral). 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.
- _____. *Meditações sobre um cavalinho de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte* (Trad. Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Edusp, 1999.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. “Liberalismo e escravidão, entrevista com Jacob Gorender” in: *Estudos Avançados* 16(46), 2002, 209-222.
- GRACILIANO RAMOS. *Memórias do cárcere*. 32 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1996, (2 v.).
- _____. *Vidas secas*. 73ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional* (Trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura* (Trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Círculo do Livro, s/d.
- GREENBERG, Clement. *Estética doméstica* (Trad. André Carone). São Paulo: Cosacnaify, 2002.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *O romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Edusp/Nankin, 2004.
- GUIMARÃES ROSA. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, (2 t.).
- GULLAR, Ferreira. *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (Trad. Flávio R. Kothe). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade* (Trad. Luiz Sérgio Repa et Rodnei Nascimento). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva* (Trad. Laís Teles Benoir). São Paulo: Centauro, 2004.
- HANSEN, João Adolfo. “Vieira, estilo do céu, xadrez de estrelas” in: *Discurso*, n. 9, nov. 1978, pp. 173-192.
- _____. “Malhado ou malhadiço. A escravidão na sátira barroca” in: *Revista História*, jun/jul. 1989, pp. 163-181.
- _____. “Práticas Letradas Seiscentistas” in: *Discurso* (25), 1995, pp. 153-183.
- _____. “Razão de Estado” in: NOVAES, 1996, Op. Cit., pp. 135-156.
- _____. “As líras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca” in: *Via Atlântica*, n. 1, 1997, pp. 40-52.
- _____. “*Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do *conceito* no século XVII” in: *Revista de crítica literaria latinoamericana*, Año XXII, n. 45, Lima-Berkeley, ler. Semestre de 1997, pp. 177-191.
- _____. *O O: a ficção da literatura em Grande sertão: veredas*. São Paulo: Hedra, 2000.
- _____. “Correspondência de Antônio Vieira (1646-1694): o Decoro” in: *Discurso*, n. 31 (2000), pp. 259-284.
- _____. *A sátira e o engenho*. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial. Campinas: Edunicamp, 2004.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Curso de Estética*. O Belo na Arte (Trad. Orlando Vittorino). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- _____. *Curso de Estética. O Sistema das Artes* (Trad. Álvaro Ribeiro). São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Filosofia da História* (Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden). 2 ed. Brasília: Edunb, 1999.
- _____. *Fenomenologia do Espírito* (Trad. Paulo Menezes). 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã* (Trad. João Paulo Monteiro et Maria Beatriz Nizza da Silva). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade* (Trad. Maria Celia Paoli et Anna Maria Quirino). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991* (Trad. Marcos Santarrita). 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *A Era das Revoluções 1789-1848* (Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira et Marcos Panchel). 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial* (Org., Introd., Antonio Candido). São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária* (Org. Antonio Arnoni Prado). São Paulo: Cia das Letras, 1996 (2 v.).
- _____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia das Letras, 2010 (a).
- _____. *Capítulos de história do Império* (Org. Fernando Novais). São Paulo: Cia das Letras, 2010 (b).
- HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas. Introdução à Fenomenologia* (Trad. Frank de Oliveira). São Paulo: Madras, 2001.
- _____. *Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia da Fenomenologia* (Trad. Carlos Alberto R. Moura). São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- _____. *Conferências de Paris* (Trad. António Fidalgo et Artur Morão). Lisboa: Edições 70, s/d.
- _____. *A ideia da Fenomenologia* (Trad. Artur Morão). Lisboa: Edições 70, s/d.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais* (Trad. Magda Lopes). São Paulo: Edusp/Trajectoria Cultural, 1990.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística. Poética. Cinema* (Trad. Francisco Ashcar [et. al.]). São Paulo: Perspectiva, 1970.
- _____. *Linguística e comunicação* (Trad. Izidoro Blikstein et José Paulo Paes). São Paulo: Cultrix, 1971.
- JANKELEVITCH, Vladimir. *Curso de filosofia moral* (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JOHNSON, Paul. *Tempos modernos: o mundo dos anos 20 aos 80* (Trad. Gilda de Brito Mac-Dowell et Sérgio Maranhão da Matta). Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- _____. *El renacimiento del mundo moderno* (Trad. Aníbal Leal). Buenos Aires: Verlap, 1992.
- _____. *História do Cristianismo* (Trad. Cristiana de Assis Serra). Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem* (Trad. Marina Appenzeller). São Paulo: Papirus, 1996.
- JOSÉ DE ALENCAR. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959 (4 t.).

- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945* (Trad. José Roberto O'Shea). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- JUNQUEIRA, Ivan. *Ensaaios escolhidos: de poesia e poetas*. São Paulo: A Girafa, 2005.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo* (Trad. Valério Rohden et António Marques). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Crítica da razão pura* (Trad. Manuela Pinto dos Santos et Alexandre Fradique Morujão). 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei*. Um estudo sobre a teologia política medieval (Trad. Cid Knipel Moreira) São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel* (Trad. Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto/Eduerj, 2002.
- KIRK, G. S. [et. al.] (Orgs.). *Os filósofos pré-socráticos* (Trad. Carlos Alberto Louro Fonseca). 7 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- KIVY, Peter (Org.). *Estética*. Fundamentos e questões de Filosofia da Arte (Trad. Euclides Luiz Calone). Paulus, 2008.
- KOLAKOVSKI, Leszek. *O espírito revolucionário e Marxismo: utopia e antiutopia* (Trad. Alda Baltar et Maria José Braga Ribeiro). Brasília: Edunb, 1985.
- KOSELLEK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês (Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco). Rio de Janeiro: Contraponto / Edufrj, 1999.
- KUNTZ, Rolf. "O neoliberalismo é um integrismo" in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 54-61.
- LAFETÁ, João Luiz. *Figurações da intimidade*. Imagens na poesia de Mário de Andrade. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- _____. *A dimensão da noite* (Org. Antonio Arnoni Prado). São Paulo: 34/Duas Cidades, 2004.
- LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin*. Tradução e melancolia. São Paulo: Edusp, 2007.
- LEBRUN, Gerard. "Algumas confusões, num severo ataque à intelectualidade" in: *Discurso*, n. 12, 1980, pp. 145-152.
- LEOPARDI, Giacomo. *Poesia e prosa*. (Org. e Notas de Marco Luchesi, vv. tradutores). Rio de Janeiro: Aguilar, 1996.
- LESTRINGANT, Frank. "Mitológicas: a invenção do Brasil" in: *USP*, n. 12, dez-fev, 1992, pp. 202-216.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos* (Trad. Rosa Freire Aguiar). São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. *O pensamento selvagem* (Trad. Tânia Pellegrini). 2 ed. São Paulo: Papyrus, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.
- _____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. *Limites da voz*. *Montaigne, Schlegel*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- LIMA, Oliveira. *Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006.
- LORENZOTTE, Elizabeth. *Suplemento literário: que falta ele faz!* São Paulo: Imesp, 2007.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo* (Trad. Giovanni Semeraro). São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- LÖWY, Michael. *Redenção e utopia*. O judaísmo libertário na Europa Central (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Cia das Letras, 1989.

- _____. *Romantismo e messianismo* (Trad. Myrian Veras Batista et Magdalena Pisante Baptista). São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.
- _____. “A idolatria do mercado. A crítica do fetichismo capitalista, de Marx à Teologia da Libertação” in: *Cultura Vozes*, n. 5, set-out, 1999, pp. 90-101.
- _____. “Origens sócio-religiosas do movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) do Brasil” in: *Cultura Vozes*, n. 3, mai-jun, 2000, pp. 12-20.
- _____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história” (Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant). São Paulo: Boitempo, 2005.
- LÖWY, Michael et GARCÍA-RUIZ, Jesús. “Les sources français du christianisme de la libération au Brésil” in: *Archives sociales des religions*, 42e Anné, n. 97 (Jan-Mar., 1997), pp. 9-32.
- LUCAS, Fábio. “Dependência ideológica e vanguarda” in: *Hispanamérica*, Año 4, Anejo 1: Literatura latinoamericana e ideología de la dependencia (Aug., 1975), pp. 35-55.
- _____. *Do Barroco ao Moderno*. Vozes da literatura brasileira. São Paulo: Ática, 1989.
- LUKÁCS, Georg. “Sobre a essência e a forma do ensaio, uma carta a Leo Popper”, in: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2008/Textos/essenciaFormaEnsaio.htm (Trad. Mário Frungillo) (consulta em 08/12/2012).
- MACHADO DE ASSIS. *Obra completa* (Org. Afrânio Coutinho). São Paulo: Nova Aguilar, 1986 (3 t.).
- MACHADO, Guacira. “Uma leitura de 26 poetas hoje” in: *Revista de Letras*, v. 20 (1980), pp. 89-98.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura* (Trad. Roberto Gambini). 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MARQUES, Ivan. *Cenas de um modernismo de província: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte*. São Paulo: 34, 2011.
- MARQUES, Reinaldo. “Entre o global e o local: cultura popular do Vale do Jequitinhonha e reciclagens culturais” in: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: ABRALIC, n. 5, 2000, pp. 125-140.
- MARSON, Izabel Andrade. “Liberalismo e escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 102-113.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política* (Trad. Maria Helena Barreiros Alves). 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARTIN, Wallace. “The hermeneutic circle and the art of interpretation” in: *Comparative Literature*, v. 24, n. 2 (Spring, 1972), pp. 97-117.
- MATOS, Gregório de. *Crônica do viver baiano seiscentista*. Obra poética completa. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999 (2 t.).
- MATOS, Olgária. *Os arcanos do inteiramente outro*. A escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MATTA, Roberto da. *Carnavais, heróis e malandros*. Para uma Sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: JZE, 1980.
- _____. *O que faz o Brasil Brasil?* 4 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. *Conta de mentiroso*. Sete ensaios de antropologia brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. *A casa & a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

- _____. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II* (Trad. Tomás Rosa Bueno). São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia* (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Cosacnaify, 2003.
- MEIRA PENNA, J. O de. *A ideologia do século XX*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.
- _____. *O espírito das revoluções*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1997.
- MELLO E SOUZA, Gilda. “A estética pobre dos professores franceses” in: *Discurso*, n. 9, nov. 1978, pp. 9-30.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2005.
- MENEZES, Renata de Castro. “A bênção de Santo Antônio num convento carioca” in: *USP*, n. 67, set-nov, 2005, pp. 24-35.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível* (Trad. José Arthur Gianotti et Armando Mora D’Oliveira). 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *Fenomenologia da percepção* (Trad. Carlos Alberto R. de Moura). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A prosa do mundo* (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Cosacnaify, 2002.
- MERQUIOR, José Guilherme. “O repensamento da Revolução” in: FURET, François. *Dicionário crítico da Revolução Francesa* (Trad. Henrique Mesquita). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, pp. XVII-LVII.
- MESNAR, Joan E. “Antônio Vieira: Word and Power in the Portuguese Baroque” in: *Luso-Brazilian Review*, v. 40, n. 1 (Summer, 2003), pp. 116-122.
- MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MEYER, Augusto. *Textos críticos* (Org. João Alexandre Barbosa). São Paulo: Perspectiva. Brasília: INL, 1986.
- MEYER, Marlise. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1993.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- _____. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- MILLS, William J. “The Relevance of Giambattista Vico” in: *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, v. 7, n. 1 (1982), pp. 1-14.
- MIR, Luís. *Partido de Deus: fé, poder e política*. São Paulo: Alaúde editorial, 2007.
- MOMMSEN, Wolfgang J. “Max Weber as a Critic of Marxism” in: *The Canadian Journal of Sociology*, v. 2, n. 4 (Autumn, 1977), pp. 373-398.
- MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios* (Trad. Rosemary Costhek Abílio). São Paulo: Martins Fontes: 2000 (3 t.).
- MONTEIRO, Josué. *Os inimigos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MORAES, Gerson Leite de. “Paul Ricoeur: uma hermenêutica enriquecida” in: *Último Andar*, São Paulo, (13), 2005, 95-110.
- MOREIRA, Miriam Lifchitz. “Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)” in: *Estudos Avançados* 8(22), 1994, pp.167-177.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. Cultura e ideias nas Américas (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. *A volta de McLuhanaíma*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria (Trad. Paulo Henriques Brito). São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- MOTA, Carlos Guilherme. “A cultura brasileira como problema” in: *USP*, n. 3, 1986, pp. 7-39.
- _____. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 3 ed. São Paulo: 34, 2008.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 11 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2002 (2 v.).
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. *Crítica da razão na Fenomenologia*. São Paulo: Edusp/Nova Estela, 1989.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. *Razão e experiência*. Ensaio sobre Merleau-Ponty. Rio de Janeiro: Edunesp, 2006.
- MUHANA, Adma. “A geração da Clavis Prophetarum” in: VVAA. *Gênese e memória*. IV Encontro Internacional de pesquisadores do Manuscrito e Edições. São Paulo: Annablume, 1994, pp. 129-137.
- MURALT, André de. *A metafísica do fenômeno*. As origens medievais e a elaboração do pensamento fenomenológico (Trad. Paula Martins). São Paulo: 34, 1998.
- MURICY, Kátia. *A razão cética. Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido. Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida (Trad. Marco Antônio Casanova). São Paulo: Relume Dumará, 2003.
- _____. *O Anticristo e Ditirambos de Dionísio* (Trad., Notas e Posfácio Paulo César de Souza). São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- NORONHA, Marcio Pizarro. “Imagens do corpo e embodiment das imagens. A circulação da imagem corporal em uma perspectiva histórica (artística) e antropológica (estética)” in: *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, pp. 121-141.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. *O desejo*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *Tempo e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1992 (a).
- _____. *Ética*. São Paulo: Cia das Letras, 1992 (b).
- _____. *Artepensamento*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. *A crise da razão*. São Paulo: Cia das Letras. Rio de Janeiro: Funarte. Brasília: MINC, 1996.
- _____. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras. Brasília: MINC. Rio de Janeiro: Funarte, 1999.
- _____. *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- NOVAES, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. *Aproximações*. Estudos de História e Historiografia. São Paulo: Cosacnaify, 2005.
- NOVAES, Fernando et SILVA, Rogério F. da (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosacnaify, 2011 (v. 1).
- NUNES, Benedito. *No tempo do nihilismo e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1993.

- _____. *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. *A chave do poético*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. “A economia política da social-democracia” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 136-143.
- _____. *Crítica da razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: brasiliense, 1994 (a).
- _____. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1994 (b).
- _____. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense: 2006.
- OSIEL, Mark. “O debate sobre a cultura” in: *Novos Estudos*, n. 3, Nov. 1983, pp. 16-24.
- PADRE ANTONIO VIEIRA. *Sermões completos*. Lisboa: Lelo & Irmãos, 1959 (5 t.).
- PAIM, Antonio. “A contribuição de Celso Furtado ao liberalismo brasileiro contemporâneo” in: *USP*, (27), set-nov, 1995, pp. 174-178.
- PANOFSKY, Erwin. *Idea: a evolução do conceito de Belo* (Trad. Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. *Significado nas Artes Visuais* (Trad. Maria Clara F. Kneese et J. Guinsburg). 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *A perspectiva como forma simbólica* (Trad. Elisabete Nunes). Lisboa: Edições 70, 1999.
- PAREYSON, Luigi. *Os problemas da estética* (Trad. Maria Helena Nery Garces). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Verdade e interpretação* (Trad. Maria Helena Nery Garces et Sandra Neves Ardo). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865* (Dissertação de mestrado, inédita). São Paulo: , FFLCH, USP, 2009.
- PASCAL, Blaise. *Pensamentos* (Trad. Mário Laranjeira). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PASTA Jr., José Antonio. “O romance de Rosa. Temas do *Grande Sertão* e do Brasil” in: *Novos Estudos*, n. 35, Nov de 1999, pp. 61-70.
- PAZ, Octavio. *Signos em rotação* (Trad. Sebastião Uchoa Leite). São Paulo: Perspectiva, 1972.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil* (Trad. Maria Júlia Goldwasser). São Paulo: Ática, 1990.
- PÉCORA, Alcir. “O demônio mudo” in: NOVAES, 1988, Op. Cit., pp. 301-316.
- _____. “O desejado” in: NOVAES, 1990, Op. Cit., pp. 399-414.
- _____. *Teatro do sacramento*. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira. São Paulo: Edusp. Campinas: Edunicamp, 1994.
- _____. “As artes e os feitos ou A secretaria do Império” in: NOVAES, 1994, Op. Cit., pp. 163-188.
- _____. “Política do céu (anti-Maquiavel)” in: NOVAES, 1992 (b), Op. Cit., pp. 127-148.
- _____. “Razões do mistério” in: NOVAES, 1996, Op. Cit., pp. 157-172.
- _____. “Cartas à Segunda Escolástica” in: NOVAES, 1999, Op. Cit., pp. 373-416.
- _____. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. “Uma exegese do capital” in: *Luso-Brazilian Review*, v. 40, n. 1 (Summer, 2003), pp. 59-65.
- PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Edunicamp, 1994.

- PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1988.
- _____. (Org.). *Do positivismo à Desconstrução*. São Paulo: Edusp, 2004.
- PERROTTA, Paul C. “Giambattista Vico, Philosopher-Historian” in: *The Catholic Historical Review*, v. 20, n. 4 (Jan., 1935), pp. 384-410.
- PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. “Comunidades Eclesiais: origens e desenvolvimento” in: *Novos Estudos*, n. 2, abril, 1982, pp. 48-58.
- _____. *O desencamamento do mundo*. Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- PIRANDELLO, Luigi. *O falecido Mattia Pascal; Seis personagens à procura de um autor* (Trad. Mário da Silva [et. al.]). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Um, nenhum, cem mil* (Sel., Trad., Pref., Maurício Santana Dias; Posf. Alfredo Bosi). São Paulo: Cosacnaify, 2001.
- _____. *40 novelas de Luigi Pirandello* (Trad. Maurício Santana Dias). São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. A Revolução Mundial e o Brasil 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores*. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- PONTES, Heloísa. “Entrevista com Antonio Candido” in: *RBSC*, v. 16, n. 47, out. 2001, pp. 5-30.
- PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRANDO, Reginaldo. “Retrato do Brasil em carne e osso” in: *Novos Estudos*, n.1, jul. 1982, pp. 10-15.
- RABELLO, Ivone Daré. *Um canto à margem*. Uma leitura da poética de Cruz e Sousa. São Paulo: Edusp/Nankin, 2006.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras* (Trad. Emir Sader). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RAMOS, Olga Sabido. “‘Imágenes momentáneas *sub specie aeternitatis*’ de la corporalidad. Una mirada sociológica sensible al orden sensible” in: *Estudios Sociológicos*, v. 26, n. 78 (Sep. – Dec., 2008), pp. 617-646.
- RAYMOND, Marcel. *De Baudelaire ao Surrealismo* (Trad. Fúlvia M. L. Moretto et Guacira Marcondes Machado). São Paulo: Edusp, 1997.
- RÊGO, Walquíria Domingues Leão. “Tavares Bastos: um liberalismo descompassado” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 74-85.
- RICOEUR, Paul. *Da interpretação*. Ensaio sobre Freud (Trad. Hilton Japiassu). Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- _____. *O conflito das interpretações*. Ensaio de hermenêutica (Trad. Hilton Japiassu). Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- _____. *Finitud y culpabilidad* (Trad. José Luis Aranguren). Madrid: Taurus, 1982.
- _____. *Interpretação e ideologias* (Trad. Hilton Japiassu). 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento* (Trad. Alan François [et. al.]). Campinas: Edunicamp, 2007.
- _____. *Na escola da Fenomenologia* (Trad. Ephraim Ferreira Alves). Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- _____. *Tempo e narrativa* (Trad. Márcia Valéria Martinez de Aguiar). São Paulo: Martins Fontes: 2010 (3 v.).

- RICUPERO, Bernardo. “Da formação à forma. Ainda as ‘ideias fora do lugar’” in: *Lua Nova*, São Paulo, 73: 5969, 2008.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil c. 1530-c. 1630. São Paulo: Alameda, 2009.
- RISÉRIO, Antonio. “A via Vico” in: *USP*, n. 23, set./nov. 1994, pp. 34-47.
- ROCHA, João César de Castro. *Literatura e cordialidade*. O público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.
- ROCKMORE, Tom. “Merleau-Ponty, Marx, and marxism: the problem of history” in: *Studies in East European Thought*, V. 48, n. 1 (Mar., 1996), pp. 63-81.
- RODI, Frithjof. “O conceito de estrutura em Dilthey” in: *USP*, n. 2, jun.-ago., 1989, pp. 117-124.
- RODRIGUES, Antonio Medina. “Machado e a República intangível” in: *USP*, n. 3, set./nov. 1989, pp. 79-88.
- ROLIM, Francisco C. “Comunidades Eclesiais de Base e camadas populares” in: *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 22, 1980, pp. 89-114.
- ROSENFELD, Kathrin H. *Os descaminhos do Demo*. Tradição e ruptura em *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Imago. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. “A ironia de Machado em *Dom Casmurro*: reflexão sobre a cordialidade anti-trágica” in: *Letras*, n. 32, PPGL, UFSM, pp. 71-90.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (a).
- _____. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987 (b).
- _____. *Édipo e o anjo*. Itinerários freudianos em Walter Benjamin. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *As ilusões da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- _____. *Interrogações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Riso e melancolia*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- RUEDAS DE LA SIERNA, Jorge Antonio. *Arcádia*: tradição e mudança. São Paulo: Edusp, 1995.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Brazilian Archives and Recent Historiography on Colonial Brazil” in: *Latin American Research Review*, v. 36, n. 1 (2001), pp. 75-105.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANT’ANNA, Affonso Romano. *Drummond: O Gauche do tempo*. Rio de Janeiro: Lia/MEC, 1972.
- _____. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTIAGO, Silviano. “Camões e Drummond: a Máquina do Mundo” in: *Hispania*, v. 49, n. 3 (Sep., 1966), pp. 389-394.
- _____. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002 (3 v.).
- SARTRE, Jean Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SAVILE, Anthony. “Historicity and the hermeneutic circle” in: *New Literary History*, v. 10, n. 1, Literary Hermeneutic (Autumn, 1978), pp. 49-70.
- SCHELER, Max. *Visão filosófica do mundo* (Trad. Regina Winberg). São Paulo: Perspectiva, 1986.
- SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem* (Trad. Roberto Schwarz et Márcio Suzuki). São Paulo: Iluminuras, 1990.
- _____. *Poesia ingênua e sentimental* (Trad. Márcio Suzuki). São Paulo: Iluminuras, 1991.

- SCHLEGEL, Friedrich. *Conversa sobre a poesia* (Trad. Apres., Notas Victor-Pierre Stirnimann). São Paulo: Iluminuras, 1994.
- _____. *O dialeto dos fragmentos* (Trad., Apres., Notas Márcio Suzuki). São Paulo: Iluminuras, 1997.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação* (Trad. Celso Reni Braidá). 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, Edusp, 2010.
- _____. *Hermenêutica e crítica* (Trad. Aloísio Ruedell). Ijuí: Ed. Unijuí, 2005 (v. 1).
- SCHOLEM, Gershom. “Do messianismo ao niilismo religioso. A metamorfose do messianismo herético no século XVIII” in: *USP*, n. 2, jun./ago. 1989, pp. 105-116.
- _____. *O nome de Deus, a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística: judaica II* (Trad. Ruth Joana Solon et J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. “Resposta a Gerard Lebrun” in: *Discurso*, n. 12, 1980, pp. 153-156.
- _____. *A sereia e o desconfiado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Que horas são?* São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *Duas meninas*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4 ed. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000 (a).
- _____. *Ao vencedor as batatas*. Forma social e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed. São Paulo: 34/Duas Cidades, 2000 (b).
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial (Trad. Laura Teixeira Mota). São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. “Recent Trends in the Study of Slavery in Brazil” in: *Luso-Brazilian Review*, v. 25, n. 1 (Summer, 1988), pp. 1-25.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*. Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: 34, 2005.
- SENNA, José Júlio. *Os parceiros do Rei*. Herança cultural e desenvolvimento econômico no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade (Trad. Lygia Araújo Watanabe). São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. *Carne e pedra*. O corpo na Civilização Ocidental (Trad. Marcos Aarão Reis). 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 (a).
- _____. *A cultura do novo capitalismo* (Trad. Clóvis Marques). 3 ed. São Paulo: Record, 2008 (b).
- SEVCENKO, Nicolau. “A república enclausurada” in: *USP*, n. 3, set-nov, 1989, pp. 25-36.
- SIEGEL, Lee. “Pessoas vendáveis e pessoas invendáveis” in: *O Estado de São Paulo*, 16/12/2012, p. D2.
- SILVA, Janice T. da. “O paraíso perdido: descrição” in: *USP*, 12, dez./fev. 1992, pp. 16-27.
- SILVA, Maurício Pedro. *A hélade e o subúrbio*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito” (Trad. Leopoldo Waizbort) in: *Mana*, 11(2), 2005, pp. 577-591.
- _____. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade* (Trad. Pedro Caldas). Rio de Janeiro: JZE, 2006.

- _____. *Ensaio sobre Teoria da História* (Trad. Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- SIMON, Iumna Maria. *Drummond: uma poética do risco*. São Paulo: Ática, 1978.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)* (Trad. Mário Salviano Silva). 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)* (Trad. Berilo Vargas). São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno* (Trad. Renato Janine Ribeiro et Laura Teixeira Motta). São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- SNEED, Paul. “Delirium and *Divertissement*: Pascaline Allegories in Machado de Assis” in: *Hispania*, v. 89, n. 3 (sept., 2006), pp. 474-481.
- SOLA, Lourdes. “Estado, reformas estruturais e democratização no Brasil” in: *USP*, n. 17, mar-mai 1993, pp. 156-175.
- SOUZA, Jessé et ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. 2 ed. Brasília: Edunb, 2005.
- SORJ, Bernardo. “História e crise da produção da verdade no marxismo” in: *Novos Estudos*, n. 2, Nov. 1983, pp. 25-34.
- STAROBINSKI, Jean. *Montaigne em movimento* (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. *As máscaras da civilização* (Trad. Maria Lúcia Machado). São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- STEINER, George. *Linguagem e silêncio*. Ensaio sobre a crise da palavra (Trad. Gilda Stuart et Felipe Rajabally). São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. *Extraterritorial*. A literatura e a revolução da linguagem (Trad. Júlio Castañon Guimarães). São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *No castelo do Barba Azul*. Algumas notas para a redefinição da cultura (Trad. Tomás Rosa Bueno). São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- _____. *Presenças reais*. As artes do sentido (Trad. Miguel Serras Pereira). Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- _____. *Gramáticas da criação* (Trad. Sérgio Augusto de Andrade). São Paulo: Globo, 2003.
- _____. *Depois de Babel*. Questões de linguagem e tradução (Trad. Carlos Alberto Faraco). 3 ed. Curitiba: Edufpr, 2005.
- STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil* (Trad. Ana Luiza Pinheiro [et. al.]). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SUBIRATS, Eduardo. *Da vanguarda ao pós-moderno* (Trad. Luiz Carlos Daher [et. al.]). 3 ed. São Paulo: Nobel, 1987.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. “Colombo e a épica romântica brasileira” in: *USP*, n. 12, dez-fev, 1992, pp. 131-142.
- _____. *A voz e a série*. Rio de Janeiro: Sette Letras. Belo Horizonte: Edufmg, 1998.
- SUZUKI, Márcio. *O Gênio Romântico*. Crítica e História da Filosofia em Friedrich Schlegel. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1998.
- TEIXEIRA, Faustino. “Fases do catolicismo brasileiro contemporâneo” in: *USP*, n. 67, set-nov, 2005, pp. 14-23.
- TEIXEIRA, Ivan. *Apresentação de Machado de Assis*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

- _____. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. Basílio da Gama e a Poesia do Encômio. São Paulo: Edusp, 1999.
- TEIXEIRA, Ivan (Org.). *Obras de Basílio da Gama*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. (Org.). *Multiclássicos. Épicos*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2008.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América* (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2001 (2 v.).
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.
- TOLENTINO, Bruno. *Os sapos de ontem*. A polêmica Tolentino-Campos. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- TOMICH, Dale. “Trabalho escravo e trabalho livre (origens históricas do capital)” in: *USP*, n. 13, mar-mai, 1992.
- UNAMUNO, Miguel de. *Do sentimento trágico da vida* (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- UNGARETTI, Giuseppe. *Razões de uma poesia* (Trad. Liliana Lagan [et. al.]). São Paulo: Edusp/Imaginário, 1994.
- _____. *Invenção da poesia moderna*. Lições de literatura no Brasil 1937-1942 (Trad. Antonio Lázaro de Almeida Prado). São Paulo: Ática, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e modernismo*. São Paulo: Autêntica, 2010.
- VERNIK, Esteban. “Ideales simmelianos” in: *Estudios Sociológicos*, v. 21, n. 61 (Jan., - Apr., 2003), pp. 75-87.
- VICO, Giambattista. *Ciência nova* (Trad. Jorge Vaz de Carvalho). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- VILLAÇA, Alcides. *Passos de Drummond*. São Paulo: Cosacnaify, 2006.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades* (Trad. Maria Julia Goldwasser). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- VVAA. *O livro do seminário*. São Paulo: L.R. Editores, 1983.
- ZANETTI, Augusto. “O tempo e o espaço do capitalismo e as propostas de organização racional do trabalho” in: *Novos Rumos*, n. 45, ano 21, pp. 30-33.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia* (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. A “literatura” medieval (Trad. Amálio Pinheiro et Jerusa Pires Ferreira). São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. 2 ed. São Paulo: 34, 2006.
- _____. “Simmel no Brasil” in: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, pp. 11-47.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva (Trad. Regis Barbosa et Karen Elsabe Barbosa). Brasília: Edunb, 2000 (2 v.).
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Trad. José Marcos Mariani de Macedo). São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- WEHLING, Arno et WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WERLE, Marco Aurélio. *A poesia na estética de Hegel*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura (Trad. Alípio Correia de Franca Neto). 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *Metahistória*. A imaginação histórica do século XIX (Trad. José Laurênio de Melo). São Paulo: Edusp, 2008.

- WILLEMART, Philippe. “O bovarismo e o realismo em xeque?” in: *USP*, n. 23, set.-nov., 1994, 136-139.
- WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia* (Trad. Paulo Henriques Brito). São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da História da Arte* (Trad. João Azenha Júnior). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.